



Análise do Desempenho

2T14



Este Relatório faz referências e declarações sobre expectativas, sinergias planejadas, estimativas de crescimento, projeções de resultado e estratégias futuras sobre o Conglomerado Banco do Brasil. Tais declarações baseiam-se nas atuais expectativas, estimativas e projeções da Administração sobre acontecimentos futuros e tendências financeiras que possam afetar os negócios do Conglomerado.

Essas referências e declarações não são garantia de desempenho futuro e envolvem riscos e incertezas que podem extrapolar o controle da administração, podendo, desta forma, resultar em saldos e valores diferentes daqueles aqui antecipados e discutidos. As expectativas e projeções da administração são vinculadas às condições do mercado (mudanças tecnológicas, pressões competitivas sobre produtos, preços, entre outros), do desempenho econômico geral do país (taxa de juros e câmbio, mudanças políticas e econômicas, inflação, mudanças na legislação tributária, entre outras) e dos mercados internacionais.

Expectativas futuras decorrentes da leitura deste relatório devem considerar os riscos e incertezas que envolvem os negócios do Conglomerado. O Banco do Brasil não se responsabiliza em atualizar qualquer estimativa contida em relatório publicado em períodos anteriores.

As tabelas e gráficos deste relatório apresentam, além dos saldos e valores contábeis, números financeiros e gerenciais. As taxas de variação relativa são apuradas antes do procedimento de arredondamento em R\$ milhões. O arredondamento utilizado segue as regras estabelecidas pela Resolução 886/66 da Fundação IBGE: caso o algarismo decimal seja igual ou superior a 0,5, aumenta-se em uma unidade; caso o algarismo decimal seja inferior a 0,5, não há acréscimo de uma unidade.

Índice

Índice	2
Índice de Tabelas	4
Índice de Figuras	8
Apresentação	10
Destaques	10
Acesso <i>on-line</i>	10
Glossário.....	11
Sumário do Resultado	13
Resultado	13
<i>Guidance</i>	13
Retorno ao Acionista.....	14
DRE com Realocações.....	15
Margem Financeira Bruta	16
<i>Spread</i> por Carteira	17
Ativos e Principais Itens Patrimoniais	17
Basileia	19
Carteira de Crédito.....	19
Rendas de Tarifas.....	25
Despesas Administrativas e Eficiência	27
1 - Informações Úteis	28
1.1. Governança Corporativa.....	32
2 - Demonstrações Contábeis Resumidas.....	34
2.1. Balanço Patrimonial Resumido	34
2.2. Demonstração Resumida do Resultado Societário.....	36
2.3. Demonstração do Resultado com Realocações	37
2.3.1 Abertura das Realocações	38
2.3.2 Glossário de Realocações.....	40
2.4. Receitas e Despesas Operacionais Totais	41
3 - Crédito.....	43
O Processo de Crédito do Banco do Brasil	43
3.1 Carteira de Crédito.....	43
3.1.1 Carteira de Crédito Pessoa Física.....	44
3.1.2 Carteira de Crédito Pessoa Jurídica.....	49
3.1.3 Carteira de Crédito de Agronegócios	52
3.1.4 Concentração	58
3.2. Qualidade do Crédito.....	60
3.2.1. Carteira de Crédito Pessoa Física.....	64
3.2.2. Carteira de Crédito Pessoa Jurídica.....	66
3.2.3. Carteira de Agronegócios	68
3.2.4. Carteira de Crédito no Exterior e BV	71
3.3. Cobrança e Recuperação de Créditos	73
3.3.1 Gerenciamento de Créditos em Curso Anormal	73
3.3.2 O Processo de Cobrança e Recuperação de Créditos	73
3.3.3 Fluxo Operacional da Cobrança e Recuperação de Créditos.....	73
3.3.4 Eficiência do Processo	74
3.3.5 Carteira de Crédito Renegociada	76
4 - Captações	77
5 - Resultado Financeiro	81
5.1. Análise das Aplicações.....	81
5.2. Análise das Captações.....	83
5.3. Análise Volume e Taxa.....	84
5.4. Margem Financeira Bruta	86
5.5. <i>Spread</i>	86
6 - Negócios Não Financeiros	88
6.1. Rendas de Tarifas	88
6.2. Negócio de Cartões	88
6.2.1 Sobre o Mercado de Cartões no Brasil	89
6.2.2 Emissão de Cartões	90
6.2.3 Bandeira Elo	92
6.2.4 Resultado de Serviço de Cartões.....	92

6.3.	Gestão de Recursos de Terceiros.....	96
6.4.	Mercado de Capitais.....	99
6.4.1	Produtos e Serviços.....	99
6.4.2	Desempenho em Mercado de Capitais.....	100
6.5.	Serviços Fiduciários.....	102
6.5.1	Administração Fiduciária.....	103
6.5.2	Custódia.....	104
6.5.3	Administração de Garantias e Contratos – <i>Trustee</i>	104
6.5.4	Sobre o Mercado de Serviços Fiduciários.....	105
6.6.	Seguros.....	106
6.7.	Consórcios.....	107
7 –	Produtividade e Eficiência.....	109
7.1	Indicadores.....	109
7.2	Despesas de Pessoal.....	111
7.3	Outras Despesas Administrativas.....	112
7.3.1	Rede de Atendimento.....	113
7.3.2	Canais Automatizados.....	115
7.4	Outras Receitas e Despesas Operacionais.....	119
7.5	Perdas Operacionais.....	120
7.5.1	Indicadores Públicos de Reclamações de Clientes.....	122
8 –	Outros Componentes Patrimoniais.....	127
8.1.	Ativo Atuarial.....	127
8.2.	Fundos de Destinação de Superávit.....	128
8.2.1	Retomada das Contribuições.....	129
8.3.	Passivo Atuarial.....	130
8.4.	Impostos Diferidos.....	131
8.5.	Ágios sobre Investimentos.....	132
8.6.	Ativos Intangíveis.....	133
9 -	Gestão de Riscos.....	135
9.1.	Gestão dos Riscos.....	135
9.1.1	Risco de Crédito.....	135
9.1.2	Risco de Mercado.....	135
9.1.3	Risco de Liquidez.....	139
9.1.4	Risco Operacional.....	141
9.2.	Estrutura de Capital.....	142
10 -	Investimentos Estratégicos.....	147
10.1	Informações de Coligadas e Controladas.....	147
10.2	Banco Votorantim.....	149
10.3	Negócios Internacionais.....	157
10.3.1	Banco Patagonia.....	158
11 -	Série de Demonstrações Contábeis.....	160
11.1.	Balanço Patrimonial Resumido.....	160
11.2.	Demonstração Resumida do Resultado Societário.....	164
11.3.	Demonstração do Resultado com Realocações.....	166

Índice de Tabelas

Tabela 1. <i>Guidance</i>	14
Tabela 2. Patrimônio Líquido Ajustado	14
Tabela 3. DRE com Realocações – Principais Linhas	15
Tabela 4. Itens Extraordinários	16
Tabela 5. Composição da MFB	16
Tabela 6. <i>Spread</i> Gerencial Anualizado	17
Tabela 7. <i>Spread</i> Global	17
Tabela 8. Principais Itens Patrimoniais	17
Tabela 9. Fontes e Usos	18
Tabela 10. Carteira de Crédito Classificada e Ampliada	19
Tabela 11. Carteira de Crédito Pessoa Jurídica Ampliada	21
Tabela 12. Despesas de PCLD sobre Carteira de Crédito Classificada	24
Tabela 13. Despesas de PCLD Líquidas de Recuperação de Crédito Parcelada	24
Tabela 14. Indicadores de Qualidade da Carteira de Crédito Classificada	25
Tabela 15. Rendas de Tarifas.....	25
Tabela 16. Despesas Administrativas Ajustadas.....	27
Tabela 17. Principais Indicadores Econômicos ¹	28
Tabela 18. Composição Acionária - %.....	29
Tabela 19. Dividendos e Juros sobre Capital Próprio	29
Tabela 20. Indicadores de Mercado	29
Tabela 21. Participação nos Índices de Mercado Brasileiro - %	29
Tabela 22. Participação no Mercado Internacional - %	29
Tabela 23. Informações do BB	30
Tabela 24. <i>Ratings</i>	31
Tabela 25. Compulsório/Exigibilidade (%).....	31
Tabela 26. Balanço Patrimonial Resumido – Ativo.....	34
Tabela 27. Balanço Patrimonial Resumido – Passivo	35
Tabela 28. Demonstração Resumida do Resultado Societário	36
Tabela 29. Demonstração do Resultado com Realocações.....	37
Tabela 30. Demonstrativo das Realocações e Itens Extraordinários	39
Tabela 31. Efeitos Fiscais e Participação nos Lucros e Resultados sobre Itens Extraordinários	41
Tabela 32. Receitas e Despesas Operacionais Totais	42
Tabela 33. Carteira de Crédito Classificada e Ampliada	44
Tabela 34. Crédito SFN	44
Tabela 35. Carteira de Crédito Pessoa Física	45
Tabela 36. Crédito Pessoa Física – Participação de Mercado.....	45
Tabela 37. Carteiras Adquiridas ¹	45
Tabela 38. Carteira de Crédito Classificada Orgânica - Pessoa Física	46
Tabela 39. Composição da Carteira de Crédito Orgânica - CDC e Veículos.....	46
Tabela 40. Tempo de Relacionamento - Clientes com Operações de Crédito	46
Tabela 41. Composição da Carteira de Crédito Consignado Orgânica	46
Tabela 42. Características dos Clientes da Carteira de Crédito Veículos Orgânica	47
Tabela 43. Taxas e Prazos Médios	49
Tabela 44. Carteira de Crédito Pessoa Jurídica	49
Tabela 45. Câmbio de Exportação e Importação	50
Tabela 46. ACC/ACE	50
Tabela 47. Tempo de Relacionamento dos Clientes - em % do Saldo da Carteira MPE	51
Tabela 48. Crédito MPE por Setor de Atividade	51
Tabela 49. Produtos de Crédito - MPE	51
Tabela 50. Participação do Brasil no Agronegócio Mundial em Junho/2014	52
Tabela 51. Carteira de Crédito Classificada de Agronegócios por Região	53
Tabela 52. Carteira de Crédito de Agronegócios por Destinação	53
Tabela 53. Carteira de Crédito de Agronegócios por Programa/Linha de Crédito	54
Tabela 54. Carteira de Crédito de Agronegócios por Item Financiado	54
Tabela 55. Carteira de Agronegócios por Porte	54
Tabela 56. Carteira de Crédito de Agronegócios por Tipo de Personalidade Jurídica	55
Tabela 57. Carteira de Crédito Ampliada de Agronegócios por Fonte de Recursos.....	55
Tabela 58. Receitas de Equalização e Fator de Ponderação	56
Tabela 59. Recursos Equalizáveis da Carteira de Agronegócios.....	56
Tabela 60. Desembolsos por Finalidade do Crédito Rural.....	56

Tabela 61. Distribuição de Mitigadores no Custeio Agrícola	57
Tabela 62. Resseguro de Mitigadores no Custeio Agrícola	57
Tabela 63. 100 Maiores Tomadores	58
Tabela 64. 100 Maiores Tomadores em relação ao PR	58
Tabela 65. Concentração da Carteira de Crédito por Macrossetor	59
Tabela 66. Carteira de Crédito Classificada por Nível de Risco.....	62
Tabela 67. Despesas de PCLD sobre Carteira de Crédito Classificada – BB e BB sem BV	63
Tabela 68. Despesas de PCLD Líquidas de Recuperação de Crédito Parcelada	63
Tabela 69. Índices de Atraso da Carteira Classificada	64
Tabela 70. Carteira de Crédito Classificada PF por Nível de Risco – sem BV	64
Tabela 71. Movimentação da PCLD da Carteira de Crédito Classificada PF – sem BV	65
Tabela 72. INAD +90 – Em % Por Linha de Crédito – Sem BV	65
Tabela 73. Carteira de Crédito Classificada PJ por Nível de Risco – sem BV.....	67
Tabela 74. Movimentação da PCLD da Carteira de Crédito Classificada PJ – sem BV	67
Tabela 75. INAD +90 – Em % Por Linha de Crédito – Sem BV	67
Tabela 76. Carteira de Crédito Classificada de Agronegócios por Nível de Risco	68
Tabela 77. INAD +90 – Em % Por Linha de Crédito – Sem BV	68
Tabela 78. Carteira de Crédito Classificada de Agronegócios PF por Nível de Risco.....	69
Tabela 79. Movimentação da PCLD – Carteira de Crédito Classificada de Agronegócios PF	69
Tabela 80. Carteira de Crédito Classificada de Agronegócios PJ por Nível de Risco	69
Tabela 81. Movimentação da PCLD – Carteira de Crédito Classificada de Agronegócios PJ	70
Tabela 82. Operações Prorrogadas e Não Prorrogadas do Agronegócio.....	70
Tabela 83. Índices de Atraso da Carteira Classificada de Agronegócios.....	71
Tabela 84. Carteira de Crédito Classificada no Exterior por Nível de Risco	72
Tabela 85. Carteira de Crédito Classificada Banco Votorantim (50%) ¹	72
Tabela 86. Carteira de Crédito Renegociada ¹	76
Tabela 87. Captações Comerciais.....	77
Tabela 88. Captações no Exterior	78
Tabela 89. Emissões Vigentes no Exterior	78
Tabela 90. Fontes e Usos.....	79
Tabela 91. Captações vs. Taxa Selic	79
Tabela 92. Segregação de Depósitos por Prazo.....	80
Tabela 93. Saldos Médios e Taxa de Juros – Ativos Rentáveis (Trimestral).....	81
Tabela 94. Saldos Médios e Taxa de Juros – Ativos Rentáveis (Primeiro Semestre)	81
Tabela 95. Resultado com Títulos e Valores Mobiliários.....	82
Tabela 96. Carteira de Títulos por Categoria.....	82
Tabela 97. Carteira de Títulos por Prazo - Valor de Mercado ¹	83
Tabela 98. Saldo da Liquidez	83
Tabela 99. Saldos Médios e Taxa de Juros – Passivos Onerosos (Trimestral).....	83
Tabela 100. Saldos Médios e Taxa de Juros – Passivos Onerosos (Primeiro Semestre).....	84
Tabela 101. Variação de Receita e Despesa e Variação Volume/Taxa (Trimestral)	85
Tabela 102. Variação de Receita e Despesa e Variação Volume/Taxa (Primeiro Semestre)	85
Tabela 103. Composição da Margem Financeira Bruta	86
Tabela 104. Análise de Volume (Ativos Rentáveis) - Taxa Trimestral	86
Tabela 105. Análise de Volume (Ativos Rentáveis) - Taxa Semestral	87
Tabela 106. Margem Líquida de Juros e Margem de Lucro.....	87
Tabela 107. <i>Spread</i> por Carteira	87
Tabela 108. <i>Spread</i> Global	87
Tabela 109. Rendas de Tarifas.....	88
Tabela 110. Base de Clientes.....	88
Tabela 111. Base de Cartões	90
Tabela 112. Quantidade de Transações.....	90
Tabela 113. Base de Cartões e Faturamento com Cartões Elo Banco do Brasil.....	92
Tabela 114. Receitas e Despesas de Serviços de Cartões – 1S14	93
Tabela 115. Receitas e Despesas de Serviços de Cartões – 1S13	93
Tabela 116. Receitas e Despesas de Serviços de Cartões – 2T14	94
Tabela 117. Receitas e Despesas de Serviços de Cartões – 2T13	94
Tabela 118. Principais Receitas e Despesas – Serviço de Cartões	94
Tabela 119. Fundos de Investimento e Carteiras Administradas por Segmento	97
Tabela 120. Fundos de Investimento e Carteiras Administradas por Tipo.....	97
Tabela 121. Gestão de Fundos de Investimento com Características Socioambientais	99
Tabela 122. <i>Private Equity</i> – Participação Indireta.....	102
Tabela 123. Custódia de Origem Própria – Tipos de Clientes	104

Tabela 124. Seguros - Resultado Financeiro e Operacional.....	106
Tabela 125. Previdência – Resultado Financeiro e Operacional.....	106
Tabela 126. Capitalização - Resultado Financeiro e Operacional	106
Tabela 127. BB Seguridade – Indicadores de Desempenho.....	107
Tabela 128. Consórcios - Cotas Ativas por Segmento.....	108
Tabela 129. Consórcios - <i>Ticket</i> Médio	108
Tabela 130. Consórcios – Prazo Médio e Taxa de Administração Média	108
Tabela 131. Índices de Cobertura – Ajustados ¹	109
Tabela 132. Índices de Eficiência – Ajustados ¹	109
Tabela 133. Outros Indicadores de Produtividade	109
Tabela 134. Despesas de Pessoal	111
Tabela 135. Perfil dos Funcionários	112
Tabela 136. Outras Despesas Administrativas.....	112
Tabela 137. Rede de Atendimento	113
Tabela 138. Rede de Agências por Região	113
Tabela 139. Rede MaisBB – Dados Operacionais	114
Tabela 140. Banco Postal – Perfil Cliente	114
Tabela 141. Rede de Distribuição no Exterior	115
Tabela 142. Outras Receitas e Despesas Operacionais.....	119
Tabela 143. Perdas Operacionais por Categoria de Eventos de Perda (%)	120
Tabela 144. Composição dos Ativos	128
Tabela 145. Principais Premissas Atuariais.....	128
Tabela 146. Efeitos da Contabilização da Previ (Plano 1) – CVM 695/2012	128
Tabela 147. Previ (Plano 1) - Fundo Paridade	129
Tabela 148. Previ (Plano 1) - Fundo de Destinação.....	129
Tabela 149. Previ (Plano 1) - Fundo de Contribuição	130
Tabela 150. Previ (Plano 1) - Fundo de Utilização	130
Tabela 151. Efeitos de Contabilização Cassi – CVM 695/2012	131
Tabela 152. Efeito no Patrimônio Líquido – CVM 695/2012.....	131
Tabela 153. Abertura do Crédito Tributário	132
Tabela 154. Abertura do Passivo Fiscal Diferido.....	132
Tabela 155. Ágios nas Aquisições de Investimentos	133
Tabela 156. Ativo Intangível.....	134
Tabela 157. Estimativa de Amortização dos Ativos Intangíveis	134
Tabela 158. Balanço em Moedas Estrangeiras	136
Tabela 159. Perfil de Repactuação das Taxas de Juros	138
Tabela 160. Fator “F” aplicado ao montante de Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)	142
Tabela 161. Índice de Basileia – Conglomerado Financeiro	143
Tabela 162. PRMR Referente à Parcela do RWA _{CPAD}	144
Tabela 163. PRMR Referente à Parcela do RWA _{MPAD}	144
Tabela 164. PRMR Referente à Parcela do RWA _{OPAD}	144
Tabela 165. RWA _{CPAD} segregada por Fator de Ponderação de Risco - FPR	145
Tabela 166. Participações Societárias do BB Banco Múltiplo	147
Tabela 167. Participações Societárias detidas majoritariamente pelo BB Banco de Investimentos..	148
Tabela 168. Participações Societárias do Banco do Brasil via BB Seguridade Participações S.A....	148
Tabela 169. Participações Societárias da BB Elo Cartões Participações S.A	148
Tabela 170. Participações Societárias não Consolidadas.....	148
Tabela 171. Destaques Patrimoniais	149
Tabela 172. Demonstração do Resultado com Realocações ¹ -Trimestral	150
Tabela 173. Margem Líquida de Juros e Margem de Lucro.....	151
Tabela 174. Carteira de Crédito.....	152
Tabela 175. Indicadores – Veículos.....	152
Tabela 176. Qualidade da Carteira Gerenciada	155
Tabela 177. Captações.....	155
Tabela 178. Índice de Basileia	156
Tabela 179. Saldos patrimoniais - Consolidado no Exterior.....	158
Tabela 180. Consolidado no Exterior – Resultado	158
Tabela 181. Banco Patagonia – Destaques Patrimoniais	158
Tabela 182. Banco Patagonia – Saldos de Captações	159
Tabela 183. Banco Patagonia – Principais Linhas do Resultado	159
Tabela 184. Banco Patagonia – Indicadores de Rentabilidade, Capital e Crédito.....	159
Tabela 185. Banco Patagonia – Destaques Operacionais e Estruturais.....	159
Tabela 186. Balanço Patrimonial Ativo – Série Trimestral	160

Tabela 187. Balanço Patrimonial Ativo – Série Anual	161
Tabela 188. Balanço Patrimonial Passivo – Série Trimestral.....	162
Tabela 189. Balanço Patrimonial Passivo – Série Anual.....	163
Tabela 190. Demonstração Resumida do Resultado – Série Trimestral	164
Tabela 191. Demonstração Resumida do Resultado – Série Anual	165
Tabela 192. Demonstração do Resultado com Realocações – Série Trimestral	166
Tabela 193. Demonstração do Resultado com Realocações– Série Anual.....	167

Índice de Figuras

Figura 1. Lucro (R\$ bilhões) e RSPL (%a.a.)	13
Figura 2. Lucro Líquido por Ação, Dividendos e Juros sobre Capital Próprio	15
Figura 3. Carteira de Crédito Ampliada (R\$ bilhões) e Participação de Mercado (%).....	20
Figura 4. Carteira de Crédito Imobiliário (R\$ bilhões)	21
Figura 5. Carteira de Crédito de Agronegócio Ampliada – (R\$ bilhões)	22
Figura 6. Risco Médio da Carteira de Crédito Classificada.....	23
Figura 7. INAD +90 – em % da Carteira de Crédito Classificada	24
Figura 8. Cartões - Faturamento Total BB	26
Figura 9. Administração de Recursos de Terceiros	26
Figura 10. Estrutura da Alta Administração.....	33
Figura 11. Comitês Estratégicos	33
Figura 12. Processo de Crédito do Banco do Brasil	43
Figura 13. Prazo das Operações Contratadas no 2T14 – Crédito Consignado.....	47
Figura 14. Prazo das Operações Contratadas no 2T14 – Financiamento de Veículos	47
Figura 15. Percentual Financiado (LTV) – Financiamento de Veículos Carteira Orgânica	48
Figura 16. Percentual Financiado (LTV) – Financiamento Imobiliário	48
Figura 17. Participação das Linhas de Repasse nos Desembolsos - %.....	50
Figura 18. Participação do BB nos Financiamentos Rurais – %.....	52
Figura 19. Risco Médio da Carteira de Crédito Classificada.....	60
Figura 20. Índices de Cobertura da Carteira de Crédito Classificada	60
Figura 21. Provisão de Crédito – Carteira de Crédito Classificada.....	61
Figura 22. INAD +90 – em % da Carteira de Crédito Classificada	61
Figura 23. New NPL e Baixa para Prejuízo – % da Carteira de Crédito Classificada	62
Figura 24. New NPL e Baixa para Prejuízo Ajustadas – % da Carteira de Crédito Classificada	62
Figura 25. Vintage Anual – Crédito Pessoa Física.....	66
Figura 26. Vintage Anual – Carteira Própria de Financiamento de Veículos.....	66
Figura 27. Vintage Anual – Carteira MPE	68
Figura 28. Canais de Cobrança e Recuperação ¹	74
Figura 29 Taxa de Regularização do Crédito pelo Período de Cobrança %	74
Figura 30. Recuperação à Vista (Média de quatro trimestres) ¹ - %.....	75
Figura 31. Baixa para Prejuízo – em % da Carteira de Crédito Classificada.....	75
Figura 32. Recuperação de Crédito/Baixa para Prejuízo – %.....	75
Figura 33. Participação de Mercado das Captações do BB.....	77
Figura 34. Carteira de Títulos e Valores Mobiliários por Indexador (Banco Múltiplo).....	82
Figura 35. Organograma Negócios de Cartões – Principais Empresas	89
Figura 36. Faturamento do Mercado de Cartões – R\$ bilhões	89
Figura 37. Faturamento Total BB – R\$ bilhões	91
Figura 38. Faturamento Total por Segmento PF e PJ – R\$ bilhões	91
Figura 39. Faturamento Total por Segmento Tradicional e Novos Negócios – R\$ bilhões	92
Figura 40. Resultado de Serviço de Cartões BB – R\$ milhões.....	93
Figura 41. Gestão de Recursos de Terceiros.....	96
Figura 42. Renda Fixa – Mercado Doméstico	100
Figura 43. Renda Fixa – Mercado Internacional – <i>Lead-Manager</i>	101
Figura 44. Renda Variável Varejo - Mercado Secundário.....	101
Figura 45. Ouro – Custódia	102
Figura 46. Organograma de Serviços Fiduciários	103
Figura 47. Administração Fiduciária – R\$ bilhões	103
Figura 48. Total de Ativos de Custódia Doméstica – R\$ bilhões	104
Figura 49. <i>Trustee</i> – Quantidade de Operações.....	105
Figura 50. Consórcios – Receitas de Prestação de Serviços	108
Figura 51. Rede Própria, Crédito PF e Outras Despesas Administrativas (Base 100 = Jun/09).....	110
Figura 52. Funcionários e Tarifas (Base 100 = Jun/09)	110
Figura 53. Agências e Tarifas (Base 100 = Jun/09).....	111
Figura 54. Evolução do Quadro de Pessoal.....	112
Figura 55. Participação dos Canais de Atendimento nas Transações - %	116
Figura 56. Quantidade de Usuários e Transações – <i>Mobile Banking</i> (Base 100 = 2011)	116
Figura 57. Quantidade de Usuários e Transações – <i>Internet Banking</i> (Base 100 = 2011)	117
Figura 58. Terminais de Autoatendimento	117
Figura 59. Participação dos Terminais de Autoatendimento nas Transações Bancárias Básicas	118
Figura 60. Investimentos em Tecnologia.....	118

Figura 61. Capacidade de Armazenamento e Índice Geral de Disponibilidade.....	119
Figura 62. Perdas Operacionais por Faixa de Valor - %.....	120
Figura 63. Relação entre Transações Fraudadas e Realizadas	121
Figura 64. Recuperação versus Total de Perdas – Canais de Atendimento	121
Figura 65. Quantidade de Ataques versus Quantidade de Ataques Obstados	122
Figura 66. Quantidade de Denúncias Procedentes Junto ao Bacen	122
Figura 67. Índice de Reclamações – Banco Central do Brasil	123
Figura 68. Denúncias Procedentes Junto ao Bacen – BB versus Principais Concorrentes	123
Figura 69. Denúncias Registradas nos Procon: BB versus Principais Concorrentes	124
Figura 70. Denúncias Registradas no Procon: BB versus Banco Mais Demandado.....	124
Figura 71. Denúncias Registradas no Procon: BB vs. Bancos acima de 1 Milhão de Clientes.....	125
Figura 72. Denúncias Ingressas no Procon: BB versus Principais Concorrentes	125
Figura 73. Evolução da Exposição Cambial em % do PR	137
Figura 74. Ativos e Passivos por Indexador	137
Figura 75. Posição Líquida por Indexador.....	138
Figura 76. Reserva de Liquidez – Moeda Nacional	140
Figura 77. Reserva de Liquidez – Moeda Estrangeira	140
Figura 78. Indicador DRL.....	141
Figura 79. Originação (Fin. de Veículos e Veículos Leves Usados) – R\$ bilhões.....	153
Figura 80. PCLD Carteira Gerenciada vs PCLD Carteira Classificada.....	154
Figura 81. Banco Patagonia – Série Histórica Lucro Líquido.....	159

Apresentação

O relatório Análise do Desempenho apresenta a situação econômico-financeira do Banco do Brasil (BB). Destinado aos analistas de mercado, acionistas e investidores, com periodicidade trimestral, esta publicação disponibiliza conteúdo com dados sobre indicadores econômicos, desempenho dos papéis BB e gestão de riscos. O leitor encontrará, ainda, tabelas com séries históricas de até oito períodos do Balanço Patrimonial Resumido, da Demonstração Resumida do Resultado Societário, da Demonstração do Resultado com Realocações, além de informações sobre rentabilidade, produtividade, qualidade da carteira de crédito, estrutura de capital, mercado de capitais e dados estruturais.

Ao final do relatório as Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas do trimestre em análise são apresentadas.

Destaques

- 1) No Capítulo 3 - Crédito, na seção 3.1 - Carteira de Crédito, apresentamos nova tabela de composição da Carteira de Crédito Orgânica. Na Seção 3.1.3 - Carteira de Crédito e Agronegócios, apresentamos novas aberturas na tabela de Carteira de Crédito Agronegócios por Programa/Linha de Crédito e Desembolsos por Finalidade.
- 2) No Capítulo 6 - Negócios não Financeiros, incluímos a seção 6.5 - Serviços Fiduciários.
- 3) No Capítulo 7 - Indicadores de Eficiência, incluímos a seção 7.4 - Canais Automatizados e aprimoramos as informações da seção 7.5 - Perdas Operacionais.
- 4) No Capítulo 10 - Investimentos Estratégicos, na seção 10.3 - Negócios Internacionais, incluímos novas informações sobre o Banco Patagonia.
- 5) Informações sobre gestão, processos e negócios sustentáveis do BB podem ser consultadas no endereço eletrônico www.bb.com.br/sustentabilidade

Acesso on-line

A leitura do relatório Análise do Desempenho pode ser realizada no site de Relações com Investidores do Banco do Brasil. Também são disponibilizadas maiores informações sobre a Empresa, como: Governança Corporativa, notícias, perguntas frequentes e o *Download Center*.

Banco do Brasil
Relações com Investidores

bb.com.br
bb.com.br/ri

Glossário

Alavancagem: indicador financeiro que expressa a relação entre o ativo total e o patrimônio líquido da empresa.

Ativos Rentáveis: refletem a soma de todos os ativos que geram retorno financeiro para a instituição. O retorno total desses ativos está incluído na receita bruta de intermediação financeira (RIF).

Captações Comerciais: Inclui Depósitos Totais, Letras de Crédito de Agronegócio (LCA), Letras de Crédito Imobiliárias (LCI) e Operações Compromissadas com Títulos Privados.

Captações Institucionais: Inclui captações direcionadas a investidores institucionais, com a utilização de instrumentos como Dívida Sênior, Letras Financeiras, Instrumento Híbrido de Capital e Dívida (IHCD).

Carteira de Crédito Classificada: total das operações de empréstimo, financiamentos, arrendamentos mercantis, outras operações com características de crédito e aquisições de ativos de crédito.

Carteira de Crédito Ampliada: corresponde à carteira de crédito classificada adicionada das operações com títulos e valores mobiliários privados (TVM privados) e das garantias prestadas.

Carteira de Crédito Ampliada no País: carteira de crédito classificada, adicionada das operações com títulos e valores mobiliários privados (TVM privados) adquiridos pelo BB e das garantias prestadas, considerando-se as operações realizadas no país.

Carteira de Crédito Gerenciada: conceito adotado pelo Banco Votorantim, abrangendo a carteira de crédito contabilizada segundo a Res. nº CMN 2.682/99, adicionada de ativos cedidos com coobrigação para outras instituições financeiras e dos ativos cedidos para fundos de investimento em direitos creditórios – FIDCs.

Carteira de Crédito Gerenciada Ampliada: conceito adotado pelo Banco Votorantim, abrangendo carteira de crédito gerenciada adicionada de títulos e valores mobiliários privados, avais e fianças prestados.

Carteira de Crédito Orgânica: corresponde à carteira de crédito classificada do BB excluindo-se as operações provenientes do Banco Votorantim e de carteiras adquiridas.

Carteira de Crédito Renegociada por Atraso: composta pelos créditos renegociados para composição de dívidas em virtude de atraso no pagamento pelos clientes. Não inclui operações prorrogadas da carteira de agronegócio.

Correspondente no País: são empresas, integrantes ou não do Sistema Financeiro Nacional, contratadas por instituições financeiras e demais instituições autorizadas pelo Banco Central do Brasil para a prestação de serviços de atendimento aos clientes e usuários dessas instituições.

Custo de Oportunidade: instrumento de avaliação gerencial utilizado na comparação entre o resultado efetivo de operações ativas e o resultado hipotético da utilização em alternativa substitutiva. Em geral é considerada a Taxa Média Selic (TMS).

Fairness opinion: análise econômica, financeira e societária que propicia àqueles que irão tomar a decisão sobre determinada transação de fusão e aquisição ou para oferecer aos acionistas uma visão independente e imparcial explicitando que, nas condições conjunturais de mercado às quais estava sujeita a companhia na fase em que a referida transação foi negociada, os seus termos foram justos para a empresa e todos os seus acionistas.

Garantias: são operações em normalidade onde o BB assegura a liquidação financeira dos contratos (aval e fiança).

Hedge Estrutural: operações realizadas para anular os efeitos de variações em moedas estrangeiras sobre os ativos no exterior.

Hedge Fiscal: operações realizadas para minimizar o efeito da tributação sobre resultados positivos decorrentes do Hedge Estrutural.

Índices de Cobertura de despesas administrativas e despesas de pessoal - ajustados: indicadores de produtividade expressos pelas relações: 1) rendas de tarifas/despesas administrativas; 2) rendas de tarifas/despesas de pessoal. Índices baseados nas demonstrações do resultado com realocações.

Índice de Eficiência ajustado: indicador de produtividade que expressa a relação entre as despesas administrativas e suas receitas operacionais. Quanto menor o índice mais “eficiente” é a empresa.

Lucro Líquido Ajustado: lucro líquido sem itens extraordinários.

Margem Financeira Bruta (MFB): É calculada pela diferença entre as receitas e despesas de intermediação financeira considerando-se as realocações. Representa o resultado das operações de intermediação financeira, antes da provisão para risco de crédito.

Margem Financeira Gerencial: É calculada com base nas receitas financeiras auferidas, deduzidos os custos de oportunidade, é definida de acordo com cada tipo de produto.

Margem Líquida de Juros: receita líquida de juros dividida pelo saldo médio dos ativos rentáveis.

Margem de Lucro Líquida: diferença entre a taxa média de retorno dos ativos rentáveis e a taxa média de custo dos passivos onerosos.

Passivos Onerosos: engloba a soma de todos passivos que acarretam despesa financeira para a instituição. O custo financeiro total desses passivos reflete a despesa de intermediação financeira.

Realocações: ajustes realizados na Demonstração do Resultado Societário (DRE) com o objetivo de possibilitar melhor entendimento do negócio e do desempenho da empresa.

Receita Líquida de Juros: composto pela diferença entre os ganhos com os ativos rentáveis e os custos referentes aos passivos onerosos.

Retorno sobre Patrimônio Líquido Anualizado (RSPL): razão entre o lucro líquido e a média aritmética do patrimônio líquido do período em referência, excluída a participação de minoritários. Os valores são anualizados por capitalização.

Spread Gerencial: é o resultado da margem financeira gerencial dividida pelos respectivos saldos médios. Na apuração da margem financeira gerencial são auferidas inicialmente as receitas financeiras, classificadas por tipo de carteira. Além disso, são deduzidos os custos de oportunidade definidos para cada uma das linhas que compõem as carteiras. Em relação ao crédito destinado para PF e PJ, com recursos livres, o custo de oportunidade é a taxa média Selic (TMS). No caso da carteira agrícola e outros recursos direcionados, o custo de oportunidade é calculado de acordo com a origem do *fundings* e com a necessidade ou não de aplicação obrigatória de parte dessa fonte de recurso.

Spread Global Bruto: aplicação do conceito de *spread* específico ao segmento bancário que é calculado dividindo-se a margem financeira bruta pelos ativos rentáveis médios.

TVM Privados: valores mobiliários (*commercial papers* e debêntures) emitidos principalmente por clientes pessoa jurídica e subscritos pelo BB.

Sumário do Resultado

Resultado

Lucro Líquido de R\$ 2,8 bilhões no 2T14

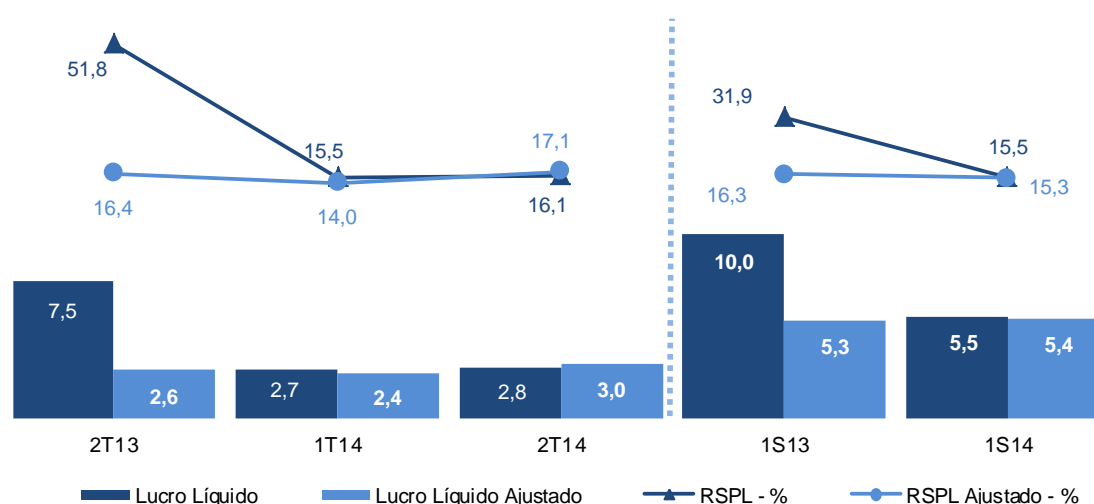
O Banco do Brasil apresentou Lucro Líquido de R\$ 2,8 bilhões no 2T14.

O Lucro Líquido Ajustado, livre dos efeitos de itens extraordinários, atingiu R\$ 3,0 bilhões no 2T14. Esse resultado foi 14,0% superior ao observado no 2T13.

No 1S14, o Lucro Líquido do Banco alcançou R\$ 5,5 bilhões, equivalente a RSPL de 15,5% ao ano.

O Lucro Líquido Ajustado no semestre atingiu R\$ 5,4 bilhões, montante 2,2% superior ao registrado no 1S13, correspondente a RSPL de 15,3% ao ano. O Resultado obtido no 1S14 foi impulsionado principalmente pela expansão dos negócios.

Figura 1. Lucro (R\$ bilhões) e RSPL (%a.a.)



Guidance

Na tabela a seguir são apresentadas informações sobre o *Guidance* 2014. Os indicadores de itens patrimoniais são calculados pela comparação de saldos de final de período. As linhas de resultado são medidas comparando-se os montantes acumulados no ano. As projeções são elaboradas para o ano como um todo, de forma que o acompanhamento ao longo dos trimestres pode refletir eventos específicos do período. As premissas utilizadas na elaboração dessas estimativas foram apresentadas no Sumário do Resultado 4T13. Considerando os resultados observados até o 1S14, algumas projeções para 2014 foram revistas, conforme indicado na tabela.

Tabela 1. *Guidance*

Indicadores	Guidance 2014 - %	Realizado 2014 - %	Guidance 2014 Revisto - %
RSPL Ajustado ¹	12 - 15	15,3 ✓	14 - 17
Margem Financeira Bruta	3 - 7	7,2 ✓	5 - 9
Captações Comerciais ²	14 - 18	14,2 ✓	Mantido
Carteira de Crédito Ampliada - País ³	14 - 18	13,8 X	Mantido
PF	12 - 16	7,2 X	Mantido
PJ	14 - 18	13,2 X	Mantido
Agronegócio	18 - 22	23,7 ✓	Mantido
PCLD ⁴	2,7 - 3,1	2,8 ✓	Mantido
Rendas de Tarifas	9 - 12	5,3 X	6 - 9
Despesas Administrativas	5 - 8	8,3 X	Mantido

1 - O cálculo do RSPL Ajustado de 2014 considera estimativa de Patrimônio Líquido ajustado, livre dos efeitos da atualização de ativos e passivos atuariais, decorrentes da deliberação CVM/695, e de participações minoritárias nas controladas.

2 - Inclui Depósitos Totais, LCA, LCI e Operações Compromissadas com Títulos Privados.

3 - Inclui Carteira de Crédito Classificada País, TVM privados e Garantias.

4 - Despesas de PCLD dos últimos 12 meses / Carteira de Crédito Classificada Média do mesmo período.

No 1S14, os seguintes indicadores apresentaram desvio em relação ao esperado para o ano:

- RSPL:** desempenho impactado, principalmente, pelo crescimento na Margem Financeira Bruta (MFB) e nas operações com Seguros e Cartões;
- MFB:** desempenho impactado positivamente pelo crescimento das operações de crédito e resultado de tesouraria;
- Carteira de Crédito Ampliada:** resultado impactado pela menor demanda;
- Crédito PF:** reflexo do menor volume de crédito adquirido no período;
- Crédito PJ:** menor crescimento das operações com TVM/Privado;
- Crédito Agronegócio:** elevada demanda, notadamente nas linhas de Investimento e Custeio, por recursos da safra agrícola 2013/2014;
- Rendas de Tarifas:** desempenho reflete a estratégia de fidelização no relacionamento com clientes e redução das operações de Mercado de Capitais;
- Despesas Administrativas:** foram influenciadas por gastos de natureza sazonal. A expectativa é que esses efeitos sejam diluídos ao longo do exercício.

O RSPL Ajustado, constante do *Guidance*, é calculado a partir do Patrimônio Líquido Ajustado indicado na tabela a seguir, livre dos efeitos da atualização de ativos e passivos atuariais, decorrentes da Deliberação CVM/695, e de participações minoritárias nas controladas.

Tabela 2. Patrimônio Líquido Ajustado

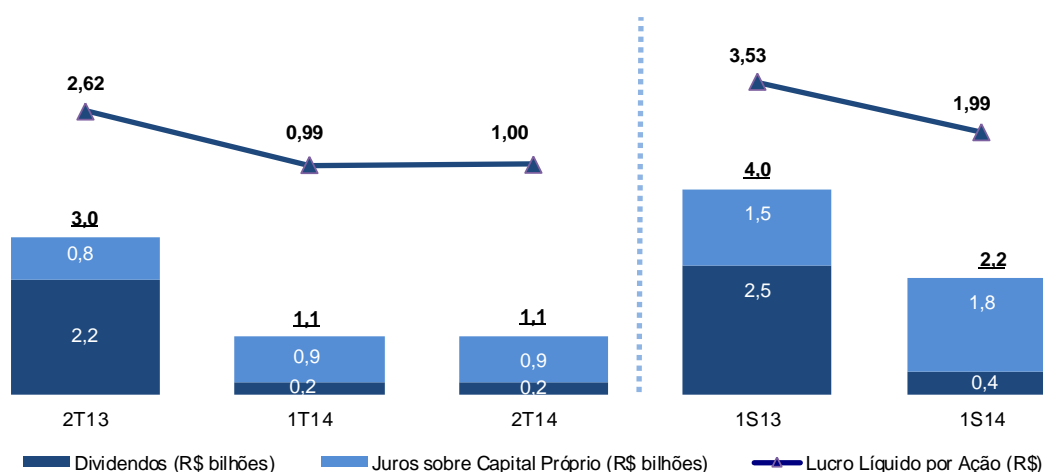
R\$ milhões	Dez/13	Jun/14
Patrimônio Líquido Contábil	72.225	71.791
Planos de Benefícios	(2.671)	(6.240)
Participações Minoritárias nas Controladas	2.698	2.741
Patrimônio Líquido Ajustado	72.197	75.290
Patrimônio Líquido Ajustado - médio	-	73.744

Retorno ao Acionista

Remuneração aos acionistas alcança R\$ 2,2 bilhões no 1S14

O Lucro Líquido por ação do Banco do Brasil alcançou R\$ 1,99 no 1S14. O Banco manteve a prática de distribuir 40% do lucro líquido a seus acionistas (*payout*) e destinou R\$ 2,2 bilhões em remuneração no período, conforme mostra a figura a seguir.

Figura 2. Lucro Líquido por Ação, Dividendos e Juros sobre Capital Próprio



A diferença na proporção de pagamentos de dividendos, que foram muito superiores aos de JCP em 2013, reflete a alienação de ações da BB Seguridade no ano passado. O JCP está limitado à incidência de TJLP sobre o capital próprio e o lucro realizado superou muitas vezes este parâmetro gerando pagamento de dividendos superior em 2013.

DRE com Realocações

Resultado impulsionado pela expansão dos negócios

A tabela a seguir, extraída da DRE com Realocações do Banco, apresenta os principais destaques do período. O detalhamento das realocações efetuadas na DRE pode ser encontrado no item 2.3.1 do relatório Análise do Desempenho.

A Margem Financeira Bruta, diferença entre as Receitas e as Despesas de Intermediação Financeira, alcançou R\$ 12,4 bilhões no 2T14, crescimento de 6,4% em relação ao 2T13. No 1S14, houve crescimento de 7,2% sobre igual período do ano anterior, desempenho superior ao *Guidance* 2014.

Tabela 3. DRE com Realocações – Principais Linhas

R\$ milhões	Fluxo Trimestral			Var. %		Fluxo Semestral		Var. %
	2T13	1T14	2T14	s/2T13	s/1T14	1S13	1S14	s/1S13
Receitas da Interm. Financeira	29.461	30.568	32.522	10,4	6,4	53.465	63.090	18,0
Operações de Crédito + Leasing	18.319	19.945	21.136	15,4	6,0	35.550	41.081	15,6
Resultado de Operações com TVM	7.531	8.827	9.839	30,6	11,5	13.403	18.666	39,3
Despesas da Interm. Financeira	(17.850)	(18.738)	(20.170)	13,0	7,6	(30.903)	(38.907)	25,9
Margem Financeira Bruta	11.611	11.830	12.353	6,4	4,4	22.561	24.183	7,2
Provisão p /Créd. de Liquidação Duvidosa	(4.216)	(4.187)	(4.570)	8,4	9,2	(7.490)	(8.757)	16,9
Margem Financeira Líquida	7.395	7.644	7.783	5,2	1,8	15.071	15.426	2,4
Rendas de Tarifas	5.917	5.741	6.169	4,2	7,5	11.305	11.909	5,3
Res.de Op. c/ Seguros, Previdência e Cap.	809	1.002	1.101	36,0	9,8	1.527	2.103	37,8
Margem de Contribuição	13.009	13.232	13.821	6,2	4,5	25.732	27.053	5,1
Despesas Administrativas	(7.311)	(7.729)	(7.819)	6,9	1,2	(14.361)	(15.548)	8,3
Despesas de Pessoal	(4.196)	(4.476)	(4.465)	6,4	(0,2)	(8.254)	(8.940)	8,3
Outras Despesas Administrativas	(3.115)	(3.253)	(3.354)	7,7	3,1	(6.107)	(6.608)	8,2
Resultado Comercial	5.608	5.409	5.919	5,5	9,4	11.200	11.328	1,1
Demandas Cíveis	(114)	(262)	(216)	90,1	(17,5)	(277)	(478)	72,5
Demandas Trabalhistas	(326)	(305)	(185)	(43,3)	(39,4)	(663)	(490)	(26,2)
Outros Componentes do Resultado	(1.092)	(713)	(557)	(49,0)	(21,8)	(1.943)	(1.270)	(34,6)
Resultado Antes da Trib. s/ o Lucro	4.153	4.228	4.996	20,3	18,2	8.403	9.224	9,8
Imposto de Renda e Contribuição Social	(929)	(1.107)	(1.248)	34,3	12,7	(2.067)	(2.355)	13,9
Participações Estatutárias no Lucro	(369)	(362)	(421)	13,9	16,3	(759)	(783)	3,1
Lucro Líquido Ajustado	2.634	2.436	3.002	14,0	23,2	5.319	5.438	2,2

Sumário do Resultado

As Rendas de Tarifas apresentaram elevação de 4,2% sobre o 2T13, e de 5,3% na comparação 1S14/1S13. O item Resultado de Operações com Seguros, Previdência e Capitalização apresentou incremento de 36,0% no comparativo 2T14/2T13, e de 37,8% no acumulado do ano. As Despesas Administrativas cresceram 6,9% em relação ao 2T13 e 8,3% em relação ao 1S13.

O resultado dos itens extraordinários, líquido de impostos e participações estatutárias no lucro, é apresentado na tabela a seguir.

Tabela 4. Itens Extraordinários

R\$ milhões	2T13	1T14	2T14	1S13	1S14
Lucro Líquido Ajustado	2.634	2.436	3.002	5.319	5.438
(+) Itens Extraordinários do Período	4.838	241	(173)	4.709	68
Planos Econômicos	16	(343)	(328)	(332)	(672)
Eficiência Tributária	142	260	-	142	260
PCLD Adicional - Revisão Semestral	38	-	(143)	38	(143)
Provisão para CCV	-	-	-	(186)	-
Reconciliação de Demandas Legais	-	-	-	303	-
Alienação de Ações BB Seguridade	9.820	-	-	9.820	-
Despesas com Alienações de Ações da BB Seguridade	(172)	-	-	(172)	-
Provisão Extraordinária com Demandas Contingentes	(1.267)	133	163	(1.267)	296
Provisão Demandas Legais - Aj.de Parâmetros e Políticas de Acordos	-	385	-	-	385
Efeitos Fiscais e PLR sobre Itens Extraordinários	(3.739)	(193)	135	(3.637)	(58)
Lucro Líquido	7.472	2.678	2.829	10.029	5.506

Margem Financeira Bruta

A composição da MFB é apresentada na tabela a seguir. Nessa abertura, as linhas de receita financeira com operações de crédito e despesas financeiras de captação não consideram o efeito da variação cambial.

Tabela 5. Composição da MFB

R\$ milhões	Fluxo Trimestral			Var. %		Fluxo Anual		Var. %
	2T13	1T14	2T14	s/2T13	s/1T14	1S13	1S14	s/1S13
Margem Financeira Bruta	11.611	11.830	12.353	6,4	4,4	22.561	24.183	7,2
Receita Financeira c/ Operações de Crédito	16.969	19.209	20.227	19,2	5,3	33.420	39.436	18,0
Despesa Financeira de Captação	(7.497)	(9.974)	(10.526)	40,4	5,5	(14.600)	(20.501)	40,4
Despesa Financeira de Captação Institucional ¹	(1.568)	(1.604)	(1.604)	2,3	0,0	(2.844)	(3.209)	12,8
Recuperação de Crédito ²	1.181	809	871	(26,2)	7,7	1.875	1.680	(10,4)
Resultado de Tesouraria ³	2.364	3.238	3.181	34,6	(1,8)	4.437	6.419	44,7
Demais	163	152	204	25,6	34,2	273	357	30,6

1 - Inclui instrumentos de dívida sênior, dívida subordinada e IHCD no país e no exterior.

2 - Realocações: (I) no 1T14, referente à recomposição de operação baixada e recuperada de prejuízo no mês; e (II) no 2T14, ajuste de recuperação de operação com característica de crédito.

3 - Inclui o resultado com juros, as receitas de compulsórios rentáveis, hedge fiscal, derivativos e outros instrumentos financeiros que compensam os efeitos da variação cambial no resultado.

No 2T14, a MFB alcançou R\$ 12,4 bilhões, crescimento de 6,4% quando comparado com o mesmo período do ano anterior. No acumulado semestral, houve crescimento de 7,2%, atingindo R\$ 24,2 bilhões. Destacam-se as linhas abaixo na sua composição:

I. Receita Financeira com Operações de Crédito atingiu R\$ 39,4 bilhões no semestre, incremento de 18,0%, justificado, sobretudo, pelo aumento das receitas em virtude do maior volume e do giro da carteira;

II. Despesas Financeiras de Captação e Captação Institucional cresceram no semestre 40,4% e 12,8%, respectivamente, devido principalmente ao aumento no volume de recursos captados e crescimento da Taxa Selic efetiva – TMS (43,0% na comparação com os primeiros seis meses de 2013). A estratégia de diversificação do portfólio de captações do BB minimizou o aumento da despesa de Captação;

III. Resultado de Tesouraria registrou R\$ 6,4 bilhões no semestre, evolução de 44,7%, reflexo principalmente do aumento da TMS efetiva, que impactou positivamente as linhas de Compulsório Rentável e receitas de títulos.

Informações adicionais sobre a MFB podem ser consultadas no capítulo 5 do relatório Análise do Desempenho.

Spread por Carteira

O *spread* gerencial segmentado por tipo de operação de crédito é apresentado na tabela a seguir. O *spread* é o resultado da margem financeira gerencial dividida pelos respectivos saldos médios das carteiras de crédito.

Tabela 6. Spread Gerencial Anualizado

%	3T12	4T12	1T13	2T13	3T13	4T13	1T14	2T14
Operações de Crédito	8,6	8,1	7,6	7,4	7,1	7,0	7,2	7,5
Pessoa Física	15,2	14,8	13,9	13,6	13,2	13,2	13,2	13,8
Pessoa Jurídica	5,5	4,8	5,2	5,1	4,8	4,8	5,2	5,4
Agronegócios	5,8	5,8	4,6	4,6	4,6	4,6	4,7	4,8

Na apuração da margem financeira gerencial são auferidas inicialmente as receitas financeiras, classificadas por tipo de carteira. Em seguida são deduzidos os custos de oportunidade definidos para cada uma das linhas que compõem as carteiras. Em relação ao crédito destinado para PF e PJ, com recursos livres, o custo de oportunidade é a TMS. No caso da carteira agrícola e outros recursos direcionados, o custo de oportunidade é calculado de acordo com a origem do *funding* e com a necessidade ou não de aplicação obrigatória de parte dessa fonte de recurso.

Na próxima tabela, é apresentado o *Spread Global*, que é calculado pela relação entre a MFB e os ativos rentáveis médios. O “*Spread Global Ajustado pelo Risco*” é apurado com base na relação entre a margem financeira líquida (MFB menos PCLD) e os ativos rentáveis médios.

Tabela 7. Spread Global

%	3T12	4T12	1T13	2T13	3T13	4T13	1T14	2T14
Spread Global	5,0	5,0	4,5	4,5	4,4	4,3	4,1	4,1
Spread Ajustado pelo risco	3,3	3,5	3,1	2,9	2,9	2,8	2,6	2,6

Ativos e Principais Itens Patrimoniais

Ativos totais alcançam R\$ 1,4 trilhão

Os ativos totais do BB atingiram R\$ 1,4 trilhão em jun/14, com expansão de 15,3% em doze meses, como mostra a tabela a seguir. As principais linhas do ativo são operações de crédito e leasing, TVM e aplicações interfinanceiras de liquidez, que responderam por 78,0% do total em jun/14. Em relação aos passivos, destacam-se as Captações Comerciais, que representaram 44,2% do total.

Tabela 8. Principais Itens Patrimoniais

R\$ milhões	Jun/13	Mar/14	Jun/14	Var. %	
				s/Jun/13	s/Mar/14
Ativos Totais	1.214.614	1.369.965	1.401.128	15,4	2,3
Carteira de Crédito Ampliada ¹	638.628	699.251	718.754	12,5	2,8
Carteira de Crédito Ampliada - País ¹	584.754	643.092	665.553	13,8	3,5
Títulos e Valores Mobiliários	192.029	196.451	208.265	8,5	6,0
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	222.865	292.331	297.619	33,5	1,8
Captações Comerciais	541.941	608.216	618.926	14,2	1,8
Depósitos Totais	478.334	482.237	479.883	0,3	(0,5)
à Vista	72.204	72.054	69.377	(3,9)	(3,7)
de Poupança	129.003	144.111	146.461	13,5	1,6
Interfinanceiros	19.915	27.447	28.842	44,8	5,1
a Prazo	257.213	238.625	235.203	(8,6)	(1,4)
Depósitos Judiciais	94.183	104.340	107.244	13,9	2,8
LCA+LCI	48.633	97.178	108.129	122,3	11,3
Oper. Compromissadas c/Tit. Privados	14.974	28.801	30.914	106,5	7,3
Captações no Mercado Aberto	238.020	282.553	289.099	21,5	2,3
Patrimônio Líquido	64.721	73.517	71.791	10,9	(2,3)

1 - Inclui TVM privados e garantias prestadas.

Informações sobre Outros Componentes Patrimoniais, tais como Ativo e Passivo Atuariais, Fundos de Destinação de Superávit do Plano 1 da Previ, podem ser consultadas no capítulo 8 do relatório Análise do Desempenho.

Diversificação das fontes de recursos garante expansão dos negócios

As captações comerciais do Banco do Brasil alcançaram R\$ 618,9 bilhões em jun/14, evolução de 14,2% em doze meses. O Banco manteve a estratégia de mudança de seu *mix* de captações visando redução de custos. Os principais incrementos, no comparativo jun/14/mar/14, foram originados, principalmente, pelas Letras de Crédito do Agronegócio (LCA), cujo crescimento foi de 11,9%, e Operações Compromissadas com Títulos Privados (+7,3%), como mostra a tabela seguinte.

O saldo das captações externas, incluindo títulos de renda fixa, certificados de depósitos, depósitos e operações compromissadas, alcançou US\$ 56,0 bilhões ao final de jun/14, com acréscimo de 21,6% em doze meses e 4,8% sobre mar/14.

Os títulos de renda fixa emitidos pelo Banco no mercado internacional de capitais somaram US\$ 18,4 bilhões em valores nominais em jun/14, como ressalta o capítulo 4 do Relatório Análise do Desempenho. A emissão em jun/14 de US\$ 2,5 bilhões de bônus subordinados perpétuos, elegíveis à Capital Nível I sob as regras de Basileia III, foi uma das maiores dessa modalidade no mundo.

Tabela 9. Fontes e Usos

R\$ milhões	Saldos				Var. %			
	Jun/13	Part. %	Mar/14	Part. %	Jun/14	Part. %	s/Jun/13	s/Mar/14
Fontes	660.564	100,0	755.345	100,0	774.405	100,0	17,2	2,5
Captações Comerciais	541.941	82,0	608.216	80,5	618.926	79,9	14,2	1,8
Depósitos Totais	478.334	72,4	482.237	63,8	479.883	62,0	0,3	(0,5)
LCA + LCI	48.633	7,4	97.178	12,9	108.129	14,0	122,3	11,3
Oper. Compromissadas c/ Tit. Privados ¹	14.974	2,3	28.801	3,8	30.914	4,0	106,5	7,3
Obrigações por Repasses no País	69.992	10,6	91.332	12,1	93.020	12,0	32,9	1,8
Obrigações no Exterior ²	63.866	9,7	65.532	8,7	62.926	8,1	(1,5)	(4,0)
Dívida Subordinada	39.916	6,0	44.187	5,8	43.515	5,6	9,0	(1,5)
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital ³	-	-	8.230	1,1	16.327	2,1	-	98,4
Demais Letras Bancárias ⁴	9.585	1,5	9.704	1,3	9.569	1,2	(0,2)	(1,4)
IHCD no País	8.318	1,3	8.208	1,1	8.318	1,1	-	1,3
Fundos Financeiros e de Desenvolvimento	5.838	0,9	7.731	1,0	8.405	1,1	44,0	8,7
Depósitos Compulsórios	(78.892)	(11,9)	(87.796)	(11,6)	(86.599)	(11,2)	9,8	(1,4)
Usos	660.564	100,0	755.345	100,0	774.405	100,0	17,2	2,5
Carteira de Crédito Líquida (a) = (b) + (c) + (d)	595.810	90,2	652.193	86,3	670.553	86,6	12,5	2,8
Carteira de Crédito Classificada (b)	575.505	87,1	631.347	83,6	649.564	83,9	12,9	2,9
TVM Privados (c)	41.946	6,4	44.921	5,9	45.786	5,9	9,2	1,9
Provisão para Risco de Crédito (d)	(21.641)	(3,3)	(24.075)	(3,2)	(24.797)	(3,2)	14,6	3,0
Carteira de Crédito Líquida Ajustada (a) - (e)	494.026	74,8	525.819	69,6	541.195	69,9	9,5	2,9
Linhas de Repasse no País (e)	101.784	15,4	126.374	16,7	129.357	16,7	27,1	2,4
Recursos Disponíveis	64.754	9,8	103.152	13,7	103.853	13,4	60,4	0,7
Indicadores - %								
Carteira de Crédito Líquida / Depósitos Totais	124,6		135,2		139,7			
Carteira de Crédito Líquida / Captações Comerciais	109,9		107,2		108,3			
Carteira de Crédito Líquida Ajustada / Captações Comerciais	91,2		86,5		87,4			
Carteira de Crédito Líquida / Fontes	90,2		86,3		86,6			

1 - A linha de Operações Compromissadas com Títulos Privados abrange parte dos saldos de Títulos Privados da Nota Explicativa 17-C.

2 - Inclui Empréstimos no Exterior, Obrigações por TVM no Exterior, Obrigações por Repasses no Exterior, Dívida Subordinada no Exterior e IHCD.

3 - Segregados, a partir do 4T13, de Dívida Subordinada, conforme Carta Circular Bacen 3.624/13.

4 - Inclui Letras Financeiras, Certificados de Crédito Imobiliário e Debêntures.

A Carteira de Crédito Líquida continua como principal destino dos recursos captados, representando 86,6% do total de fontes em jun/14.

Tendo em vista o montante expressivo de crédito originado por linhas de repasse no país, no 2T13 foi criado o indicador Carteira de Crédito Líquida Ajustada sobre Captações Comerciais, que exclui da

carteira as operações com natureza de repasse. Ao final de jun/14, o índice atingiu 87,4%, demonstrando que a Carteira de Crédito do BB está adequada ao nível de Captações Comerciais.

Basileia

Índice de Basileia superior ao mínimo exigido

O índice de Basileia III do Banco do Brasil alcançou 14,19% em jun/14, percentual acima do mínimo regulatório. O Índice de Capital Nível I realizado foi de 10,13%, sendo 7,46% de Índice de Capital Principal. Ambos os indicadores estão enquadrados e acima dos limites mínimos regulatórios. O Patrimônio de Referência do Banco alcançou R\$ 118,0 bilhões, conforme detalhado no capítulo 9 do relatório Análise do Desempenho.

Carteira de Crédito

Carteira de Crédito Ampliada cresce 12,5% em 12 meses

A Carteira de Crédito Ampliada do Banco do Brasil atingiu R\$ 718,8 bilhões em jun/14, com expansão de 12,5% em 12 meses, como mostra a tabela a seguir. A carteira de crédito classificada alcançou R\$ 649,6 bilhões em jun/14, elevando-se em 12,9% na mesma comparação.

Tabela 10. Carteira de Crédito Classificada e Ampliada

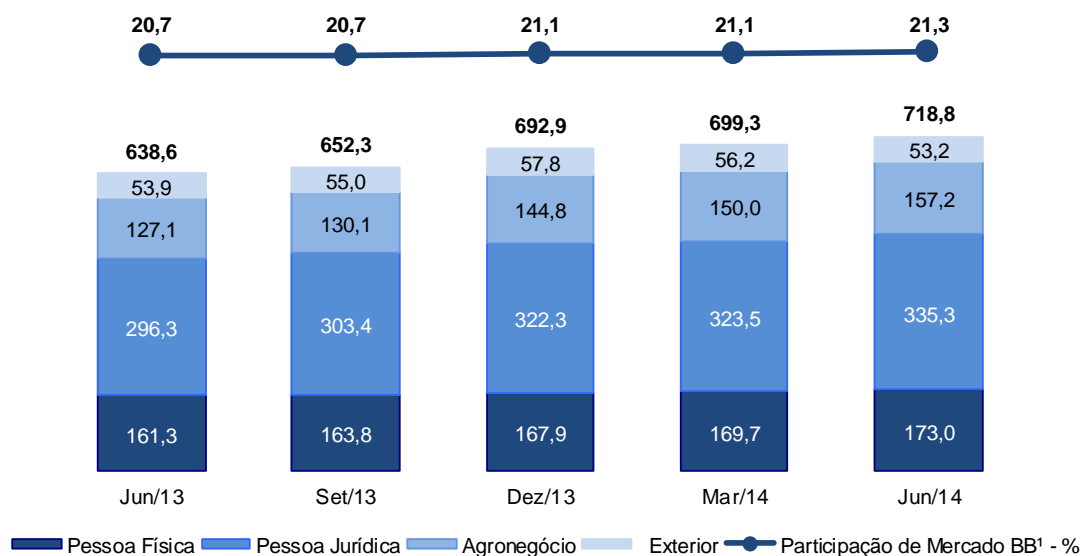
R\$ milhões	Saldos				Var. %			
	Jun/13	Part. %	Mar/14	Part. %	Jun/14	Part. %	s/Jun/13	s/Mar/14
Cart. de Crédito Classificada (a)	575.505	100,0	631.347	100,0	649.564	100,0	12,9	2,9
País	526.930	91,6	582.318	92,2	602.570	92,8	14,4	3,5
Pessoa Física	161.125	28,0	169.333	26,8	172.637	26,6	7,1	2,0
CDC Consignação	61.524	10,7	62.195	9,9	63.406	9,8	3,1	1,9
CDC Salário	18.326	3,2	18.094	2,9	18.107	2,8	(1,2)	0,1
Empréstimo Pessoal	6.188	1,1	5.722	0,9	6.291	1,0	1,7	9,9
Financiamento a Veículos	36.258	6,3	34.647	5,5	33.230	5,1	(8,4)	(4,1)
Financiamento Imobiliário	13.760	2,4	20.886	3,3	23.539	3,6	71,1	12,7
Cartão de Crédito	16.345	2,8	19.255	3,0	19.479	3,0	19,2	1,2
Cheque Especial	2.735	0,5	2.784	0,4	2.787	0,4	1,9	0,1
Demais ¹	5.989	1,0	5.750	0,9	5.799	0,9	(3,2)	0,9
Pessoa Jurídica	239.504	41,6	263.719	41,8	274.313	42,2	14,5	4,0
MPE	94.016	16,3	100.218	15,9	101.148	15,6	7,6	0,9
Governo	12.751	2,2	20.389	3,2	21.476	3,3	68,4	5,3
Médias e Grandes	132.738	23,1	143.113	22,7	151.688	23,4	14,3	6,0
Agronegócio	126.300	21,9	149.265	23,6	155.620	24,0	23,2	4,3
Pessoa Física	85.721	14,9	99.669	15,8	109.020	16,8	27,2	9,4
Pessoa Jurídica	40.579	7,1	49.596	7,9	46.599	7,2	14,8	(6,0)
Exterior²	48.576	8,4	49.029	7,8	46.994	7,2	(3,3)	(4,2)
TVM Priv. e Garantias (b)	63.123		67.904		69.191		9,6	1,9
Cart. de Crédito Ampliada (a + b)	638.628	100,0	699.251	100,0	718.754	100,0	12,5	2,8
País	584.754	91,6	643.092	92,0	665.553	92,6	13,8	3,5
Pessoa Física	161.349	25,3	169.655	24,3	173.036	24,1	7,2	2,0
Pessoa Jurídica	296.337	46,4	323.480	46,3	335.318	46,7	13,2	3,7
Agronegócio	127.067	19,9	149.957	21,4	157.199	21,9	23,7	4,8
Exterior	53.874	8,4	56.159	8,0	53.202	7,4	(1,2)	(5,3)

1- Série revisada após reclassificação de operações PJ da linha Demais para Exterior.

2 - Série revisada após reclassificação de operações de linha Demais para Microcrédito e Financiamento Imobiliário.

Ressalte-se o crescimento nos últimos 12 meses da Carteira de Agronegócio, contida na Carteira de Crédito Ampliada, como mostra a figura a seguir.

Figura 3. Carteira de Crédito Ampliada (R\$ bilhões) e Participação de Mercado (%)



Carteira de Crédito PF alcança R\$ 173 bilhões

A **Carteira de Crédito Ampliada Pessoa Física** encerrou jun/14 em R\$ 173,0 bilhões, aumento de 7,2% sobre jun/13, respondendo por 24,1% do total da Carteira. Destaque para as operações de financiamento imobiliário.

Considerando-se apenas a **Carteira de Crédito Classificada Orgânica PF** (excluindo-se as carteiras adquiridas e a consolidação proporcional do BV), a expansão foi de 13,2% em 12 meses e 3,9% sobre o mar/14. Desse total, 76,0% concentram-se em operações de crédito de menor risco, como Crédito Consignado, CDC Salário, Financiamento de Veículos e Crédito Imobiliário, ante 75,3% em jun/13.

Na Carteira de Crédito Classificada Orgânica PF, a maioria das operações de CDC e de financiamento de veículos é realizada com servidores públicos, aposentados e pensionistas, num total de 85,2%, demonstrando a estabilidade e proteção da carteira orgânica.

A maioria das operações de crédito consignado contratadas no Banco do Brasil no 2T14 tem prazo maior do que 48 meses (79,6% do total contratado). O perfil desses permite o alongamento de prazos, fidelização e gera oportunidade de oferta de outros produtos no decorrer desse tempo. A participação de mercado do BB nesse segmento foi de 26,6% em jun/14.

O saldo da Carteira de Crédito Veículos Orgânica totalizou R\$ 10,9 bilhões em jun/14. Nessa Carteira, 64,6% dos clientes é correntista há mais de 10 anos e 61,3% recebem proventos pelo Banco. As operações de financiamento de veículos contratadas no BB, no 2T14, com prazo de até 48 meses responderam por 72,7% do total contratado. O percentual do veículo financiado (*Loan-to-Value LTV*) na visão orgânica alcançou 68,6% em jun/14. Nesse caso, os clientes se comprometem com 31,4% do valor do bem, o que reduz ainda mais a probabilidade de inadimplência.

Carteira de Crédito Imobiliária cresce 84,5% em 12 meses

A **Carteira de Crédito Imobiliário Total** atingiu R\$ 32,0 bilhões ao final de jun/14, com expansão de 84,5% em 12 meses, como mostra a figura a seguir.

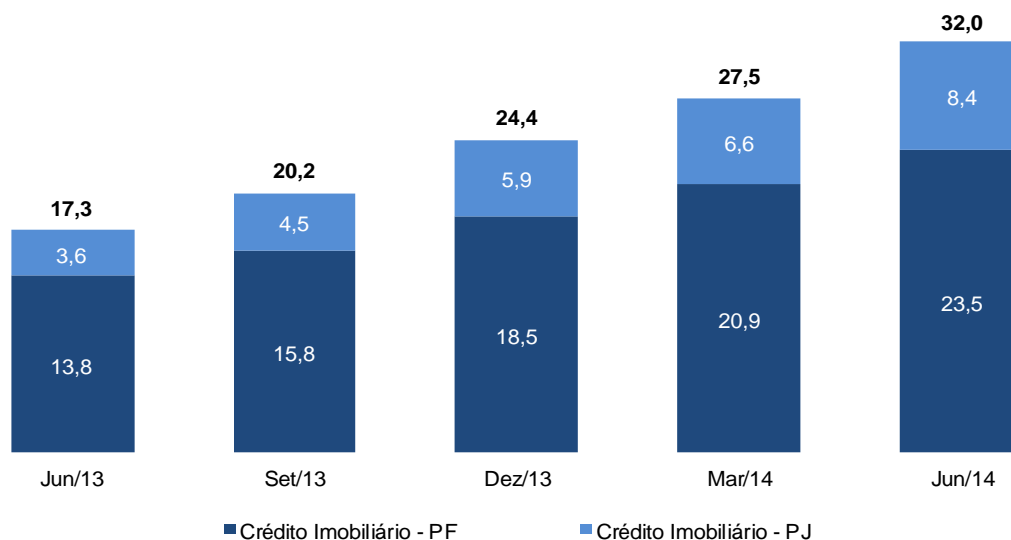
A Carteira de Crédito Imobiliária PF alcançou R\$ 23,5 bilhões, crescimento 71,1% nos últimos 12 meses. A expansão da carteira observada no período foi resultado da estratégia de ampliação de produtos ofertados aos clientes, tais como as linhas de operações com recursos FGTS lançadas em

2013, além da consolidação do produto no portfólio do BB. A participação de mercado do BB no Crédito Imobiliário PF atingiu 6,1% em jun/14, acréscimo de 1,5 p.p. sobre igual período de 2013.

O percentual financiado do imóvel ficou em 60,4%, com leve incremento em comparação aos períodos anteriores e abaixo do praticado no Sistema Financeiro, que atingiu 65%, segundo dados da Abecip (Associação Brasileira das Entidades de Crédito Imobiliário e Poupança). Seguindo conceito dessa Associação, a cifra demonstrada considera o estoque da carteira.

No segmento imobiliário pessoa jurídica, o saldo da carteira atingiu R\$ 8,4 bilhões em junho, crescimento de 136,5% em 12 meses.

Figura 4. Carteira de Crédito Imobiliário (R\$ bilhões)



Carteira de Crédito Pessoa Jurídica supera R\$ 335 bilhões

A **Carteira de Crédito Ampliada de Pessoa Jurídica** alcançou R\$ 335,3 bilhões, crescimento de 13,2% sobre jun/13, respondendo por 46,7% da Carteira Total.

Em 12 meses, as operações de capital de giro e de investimento cresceram 11,6% e 20,6% respectivamente, como mostra a tabela a seguir. Essas linhas foram impulsionadas pelo volume de contratações de empresas de médio e grande porte.

As operações com TVM privados e garantias atingiram saldo de R\$ 61 bilhões ao final de jun/14, crescimento de 7,3% em 12 meses. Essas operações são negociadas com empresas de grande porte e historicamente apresentam baixo risco.

Tabela 11. Carteira de Crédito Pessoa Jurídica Ampliada

R\$ bilhões	Jun/13	Part. %	Mar/14	Part. %	Jun/14	Part. %	Var. %	
							s/Jun/13	s/Mar/14
Capital de Giro ¹	162,4	54,8	174,9	54,1	181,2	54,0	11,6	3,6
Investimento	49,9	16,8	58,4	18,1	60,2	17,9	20,6	3,0
TVM Privados	38,5	13,0	40,7	12,6	41,5	12,4	7,8	2,1
Garantias	18,3	6,2	19,1	5,9	19,5	5,8	6,4	2,1
Comércio Exterior ²	16,2	5,5	15,1	4,7	16,1	4,8	(0,9)	6,5
Demais ³	11,0	3,7	15,3	4,7	16,9	5,0	53,7	10,1
Carteira de Crédito	296,3	100,0	323,5	100,0	335,3	100,0	13,2	3,7

1 - Inclui linhas de capital de giro, recebíveis, cartão de crédito, conta garantida e cheque especial.

2 - Inclui ACC/ACE e BNDES Exim.

3 - Série revisada após reclassificação de operações PJ da linha Demais para Exterior.

O desembolso de crédito para investimento alcançou R\$ 12,1 bilhões no 2T14 e R\$ 24,4 bilhões no 1S14, com destaque para as linhas de repasse de recursos do BNDES, Pronaf Agricultura Familiar, Investimento Agropecuário, FCO e Proger.

As **operações de crédito com MPE** atingiram R\$ 101,1 bilhões em jun/14, com expansão de 7,6% em 12 meses. As linhas de capital de giro e investimentos atingiram R\$ 65,5 bilhões e R\$ 33,2 bilhões respectivamente, com expansão em 12 meses de 7,1% e 10,4% na mesma ordem. Em jun/14, o BB possuía 2,3 milhões de clientes nesse segmento. Mais de 93% do saldo da carteira está aplicado junto a correntistas com tempo de relacionamento com o Banco acima de 2 anos.

O Banco tem utilizado instrumentos que vêm permitindo maior acesso ao crédito e redução de custo para o tomador final, como o Fundo de Garantia de Operações (FGO) e o Fundo de Aval às Micro e Pequenas Empresas (Fampe).

As operações de crédito realizadas com o setor público atingiram R\$ 21,5 bilhões em jun/14, crescendo mais de 68% em 12 meses e disponibilizando recursos para investimentos dos Estados e Municípios, principalmente em infraestrutura.

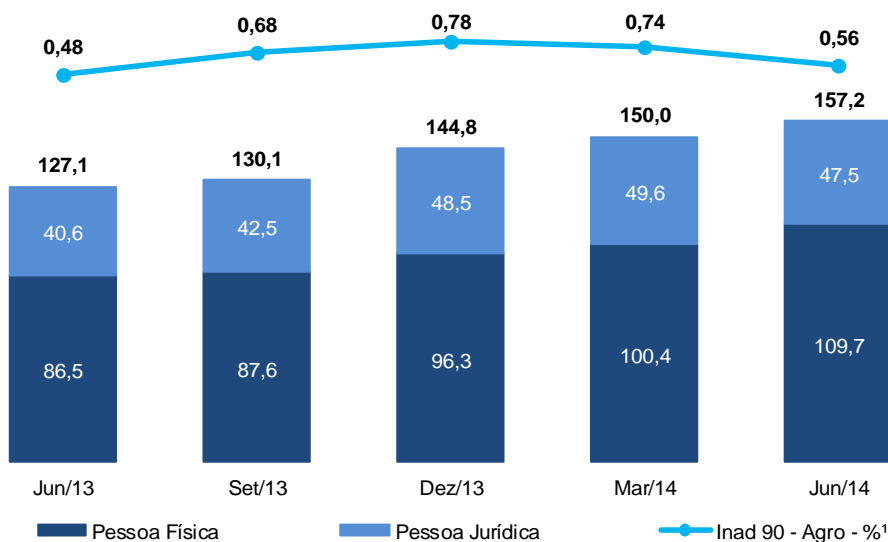
A Carteira de Crédito Ampliada no Exterior atingiu R\$ 53,2 bilhões em jun/14. O Banco é o principal parceiro do comércio internacional brasileiro, encerrando o 2T14 com participação de mercado de 30,3% e 23,7% em operações de câmbio exportação e importação, respectivamente. Com liderança nas operações de ACC/ACE, o BB encerrou o 2T14 com 25,3% de *market share*.

Crédito ao Agronegócio supera R\$ 157 bilhões

O Banco do Brasil é líder absoluto no crédito ao agronegócio, com 65,2% de participação de mercado. Esse é um dos principais setores da economia, com importância fundamental para o crescimento e desenvolvimento do País.

A **Carteira de Crédito de Agronegócio Ampliada**, incluindo operações de crédito rural e agroindustrial, cresceu 23,7% em 12 meses, alcançando R\$ 157,2 bilhões em jun/14, como mostra o gráfico a seguir. Esse segmento representou 21,9% da carteira total do BB no período. O índice de inadimplência dessa Carteira permaneceu em nível baixo, com INAD+90 de 0,56% em jun/14, ante 0,48% em jun/13 e 0,74% em mar/14.

Figura 5. Carteira de Crédito de Agronegócio Ampliada – (R\$ bilhões)



1 – Inad 90 – Agro % considera Carteira de Crédito Classificada de Agronegócios.

A atuação do Banco atinge desde o pequeno produtor até as empresas agroindustriais. No conceito ampliado, as carteiras de agronegócio PF e PJ cresceram em 12 meses 26,9% e 16,9%, respectivamente. Entre os principais motivos para essa evolução estão as taxas de juros mais atrativas em operações de investimentos, que ampliaram a demanda por crédito.

A segmentação da Carteira de Crédito de Agronegócio por destinação destaca, no comparativo jun14/jun13, as operações de: (i) Investimento, incremento de 30,5% (+R\$ 15,3 bilhões); (ii) Custeio, aumento de 21,5% (+R\$ 9,0 bilhões); e (iii) Crédito Agroindustrial, expansão de 10,1% (+R\$ 2,9 bilhões).

A abertura por Programa/Linha de Crédito, na comparação em 12 meses, ressalta as operações de: (i) Pronaf, acréscimo de 20,9% (+R\$ 5,5 bilhões); (ii) Custeio Agropecuário, elevação de 20,5% (+R\$ 5,4 bilhões); e (iii) Pronamp (Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural), aumento de 41,0% (+R\$ 5,9 bilhões).

Na safra 2013/14, o Banco desembolsou R\$ 76,3 bilhões em operações de crédito rural, evolução de 24% em relação à safra anterior. O volume representou 109% do total de R\$ 70 bilhões inicialmente previstos para o ciclo.

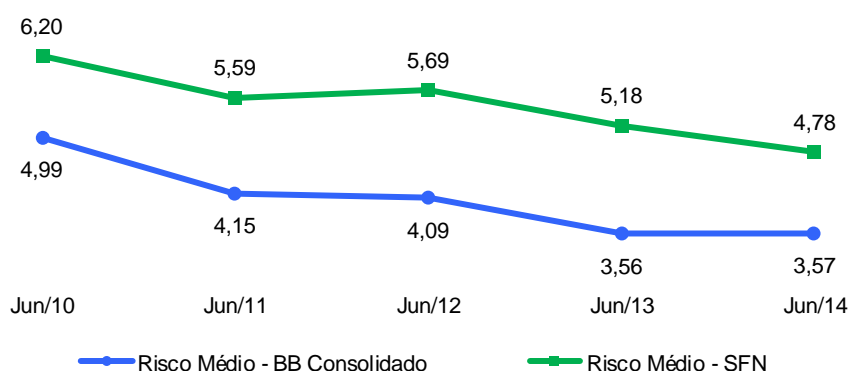
Na Agricultura Empresarial foram aplicados R\$ 49,1 bilhões, crescimento de 21,3% em relação à safra 2012/13, enquanto na Agricultura Familiar o desembolso foi de R\$ 14,5 bilhões, aumento de 23,5% na mesma comparação. As operações por meio do Pronamp somaram R\$ 12,8 bilhões, 35,9% maior que o verificado na safra 2012/13.

Com objetivo de apoiar investimentos em armazenagem, o BB vem operacionalizando, desde jul/13, o Programa de Construção e Ampliação de Armazéns (PCA), que recebeu R\$ 2,7 bilhões em propostas ao final da safra 2013/14, volume 35% superior ao inicialmente projetado para o período. O desembolso no ano safra foi de R\$ 1,4 bilhão.

Indicadores de Inadimplência seguem abaixo do SFN

A evolução histórica do risco médio do Banco (relação entre o saldo da provisão requerida e o total da carteira classificada) mantém tendência de redução desde jun/10 e patamar inferior ao do SFN, como mostra o gráfico a seguir.

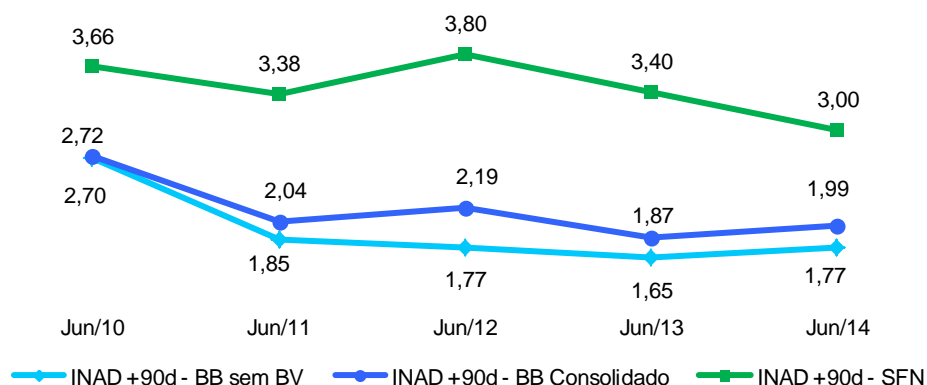
Figura 6. Risco Médio da Carteira de Crédito Classificada



O índice de cobertura das operações em atraso há mais de 90 dias exprime a relação entre o saldo total de provisão (requerida mais adicional) e o saldo das operações de crédito vencidas há mais de 90 dias. Os níveis atuais de provisão permitem ao Banco registrar índice de cobertura de 192,1%, percentual superior ao registrado pelo SFN.

O BB apresenta, historicamente, índice de inadimplência inferior ao do SFN, conforme apresentado na figura a seguir. O índice de inadimplência INAD+90 (relação entre as operações vencidas há mais de 90 dias e o saldo da carteira de crédito classificada) alcançou 1,99% em jun/14.

Figura 7. INAD +90 – em % da Carteira de Crédito Classificada



O indicador *New NPL*/Carteira de Crédito, que representa uma tendência da futura inadimplência, é detalhado no item 3.2 do relatório Análise do Desempenho.

As despesas com PCLD acumuladas em 12 meses aumentaram 13,2% sobre o 2T13, percentual inferior à expansão de 19,4% da carteira de crédito classificada média em igual período, como mostra a tabela a seguir.

O índice de PCLD em 12 meses (Despesas de PCLD dos últimos 12 meses/Carteira de Crédito Classificada Média do mesmo período) foi de 2,76% em jun/14, ante 2,91% em jun/13 e 2,81% em mar/14. Esse indicador permanece dentro do intervalo do *Guidance* 2014.

Tabela 12. Despesas de PCLD sobre Carteira de Crédito Classificada

R\$ milhões	2T13	3T13	4T13	1T14	2T14	Var. %	
						s/2T13	s/1T14
Despesas de PCLD 12 meses							
(A) BB	(14.893)	(15.045)	(15.597)	(16.509)	(16.860)	13,2	2,1
(B) BB sem BV	(12.659)	(13.029)	(13.397)	(14.410)	(14.910)	17,8	3,5
Despesas de PCLD Trimestral							
(C) BB	(4.219)	(3.915)	(4.188)	(4.187)	(4.570)	8,3	9,2
(D) BB sem BV	(3.687)	(3.468)	(3.470)	(3.785)	(4.186)	13,6	10,6
Média da Carteira Classificada							
(E) BB - 12 meses	511.390	538.278	563.944	587.413	610.440	19,4	3,9
(F) BB - 3 meses	555.870	579.432	604.677	626.547	642.750	15,6	2,6
(G) BB sem BV - 3 meses	531.980	555.789	581.755	605.014	621.978	16,9	2,8
Índice de PCLD - %							
(A/E) - Desp.PCLD s/ Cart. Créd. BB 12M	2,91	2,79	2,77	2,81	2,76	-	-
(C/F) - Desp.PCLD s/ Cart. Créd. BB 3M	0,76	0,68	0,69	0,67	0,71	-	-
(D/G) - Desp.PCLD s/ Cart. Créd. BB sem BV 3M	0,69	0,62	0,60	0,63	0,67	-	-

A tabela a seguir demonstra o impacto da recuperação de crédito nas despesas de PCLD. Apenas os créditos recuperados parceladamente sensibilizam as provisões.

Tabela 13. Despesas de PCLD Líquidas de Recuperação de Crédito Parcelada

R\$ milhões	SalDOS					Var. %	
	2T13	3T13	4T13	1T14	2T14	s/2T13	s/1T14
Despesas de PCLD - Trimestral	(4.219)	(3.915)	(4.188)	(4.187)	(4.570)	8,3	9,2
Despesas de PCLD - 12 meses	(14.893)	(15.045)	(15.597)	(16.509)	(16.860)	13,2	2,1
Recup. de Crédito Parcelada - Trimestral	544	159	255	250	275	(49,4)	10,4
Recup. de Crédito Parcelada - 12 meses	1.360	1.257	1.127	1.208	939	(31,0)	(22,3)
Despesas de PCLD Líquida - Trimestral	(3.675)	(3.756)	(3.933)	(3.937)	(4.295)	16,9	9,1
Despesas de PCLD Líquida - 12 meses	(13.533)	(13.788)	(14.470)	(15.301)	(15.921)	17,6	4,1

O Banco do Brasil monitora os créditos com indícios de comprometimento de qualidade. O item 3.3 do relatório Análise do Desempenho detalha o processo de Cobrança e Recuperação de Créditos. Em média, 92,0% do volume de créditos que ingressam em cobrança em determinada safra são resolvidos em até 360 dias.

Na tabela a seguir são apresentados os principais indicadores de gestão do risco de crédito.

Tabela 14. Indicadores de Qualidade da Carteira de Crédito Classificada

%	Jun/13	Mar/14	Jun/14
Risco Médio BB	3,56	3,58	3,57
Op. Vencidas + 15 dias/Carteira de Crédito	3,08	3,53	3,36
Op. Vencidas 15-59 dias/Carteira de Crédito	0,87	1,17	0,99
Op. Vencidas + 60 dias/Carteira de Crédito	2,20	2,37	2,37
Op. Vencidas 15-89 dias/Carteira de Crédito	1,21	1,56	1,38
Op. Vencidas + 90 dias/Carteira de Crédito	1,87	1,97	1,99
Op. de Risco AA - C/Carteira de Crédito	94,6	94,9	94,9
Provisão/Carteira de Crédito	3,76	3,81	3,82
Provisão PF/Carteira de Crédito	5,32	5,31	5,16
Provisão PJ/Carteira de Crédito	3,25	3,23	3,43
Provisão/Op. Vencidas + 15 dias	122,22	107,87	113,52
Provisão/Op. Vencidas + 60 dias	170,60	161,07	161,00
Provisão/Op. Vencidas + 90 dias	201,60	193,47	192,12
Risco Médio – SFN	5,18	4,85	4,78
Op. Vencidas + 90 dias/Total da Carteira – SFN	3,40	3,00	3,00
Provisão/Op. Vencidas + 90 dias (SFN)	152,25	161,79	159,32

Rendas de Tarifas

Expansão dos negócios diversifica Receitas de Tarifas

A expansão da oferta de crédito e a forte atuação do Banco nos segmentos de Seguros, Cartões, Administração de Recursos e Mercado de Capitais vêm favorecendo a expansão do volume de negócios, contribuindo para a diversificação das Rendas de Tarifas.

No 1S14, as Rendas de Tarifas atingiram R\$ 11,9 bilhões, crescendo 5,3% em relação a igual período de 2013, como mostra a tabela a seguir. Destaque para o aumento em 15,4% das rendas com operações de cartão, impulsionadas principalmente pelo aumento do volume de transações e do *ticket* médio das operações. Essas rendas responderam por 25,8% do total.

Tabela 15. Rendas de Tarifas

R\$ milhões	Fluxo Trimestral		Var. %		Fluxo Semestral		Var. %	
	2T13	1T14	2T14	s/2T13	s/1T14	1S13	1S14	s/1S13
Rendas de Tarifas	5.917	5.741	6.169	4,2	7,5	11.305	11.909	5,3
Cartão de Crédito/Débito	1.368	1.502	1.567	14,6	4,3	2.661	3.069	15,4
Conta Corrente	1.053	959	980	(7,0)	2,2	2.065	1.939	(6,1)
Administração de Fundos	950	938	969	2,1	3,4	1.816	1.907	5,0
Oper. de Crédito e Garantias Prestadas	681	560	601	(11,8)	7,4	1.184	1.161	(2,0)
Cobrança	361	351	363	0,6	3,6	691	714	3,3
Seguros, Previdência e Capitalização	316	290	394	24,6	35,6	613	684	11,7
Arrecadações	222	227	229	3,0	0,5	433	456	5,4
Interbancária	183	179	185	1,0	2,9	354	364	2,7
Rendas do Mercado de Capitais	181	97	131	(27,3)	36,0	298	228	(23,4)
Serviços Fiduciários	96	104	106	10,5	1,8	184	210	14,0
Outros	507	534	644	27,0	20,5	1.006	1.177	17,1

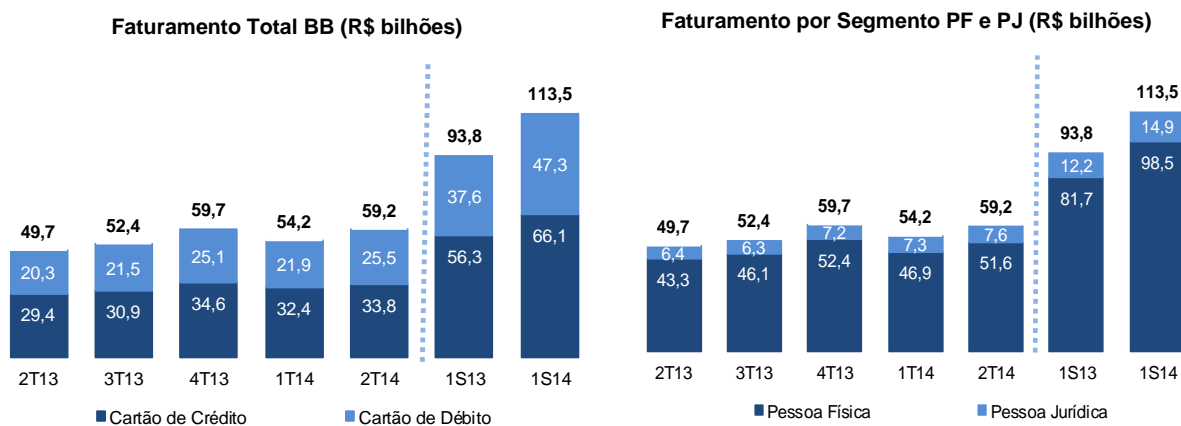
Diversificação dos negócios fortalece desempenho do Banco

O Banco do Brasil, seguindo estratégia de diversificação dos negócios, tem ampliado a atuação no segmento de meios eletrônicos de pagamentos, notadamente no mercado de **cartões**. Essa estratégia tem permitido um melhor desempenho negocial, maior eficiência operacional e um menor risco nas operações de crédito.

A figura a seguir mostra os resultados alcançados em termos de faturamento no segmento de cartões, que cresceu 20,9% no comparativo 1S14/1S13. A quantidade de transações com cartões do BB cresceu 14,3% em relação ao primeiro semestre do ano passado, demonstrando o potencial de geração de receitas para o Banco, conforme ressaltado no item Rendas de Tarifas.

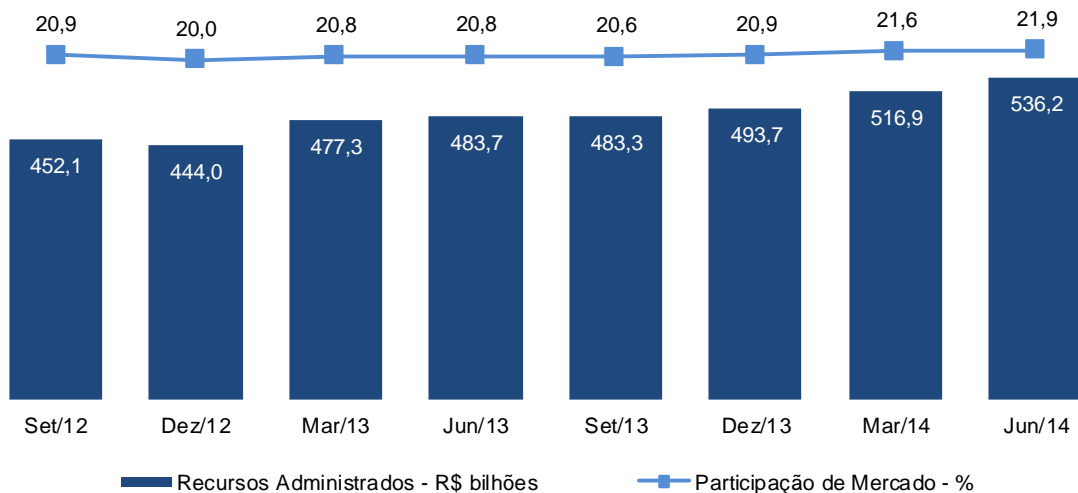
O resultado de serviços de cartões e o resultado após a tributação no 1S14 alcançou R\$ 972 milhões, crescimento de 31,7% quando comparado a igual período do ano anterior.

Figura 8. Cartões - Faturamento Total BB



No segmento de **administração de recursos de terceiros**, a BB DTVM é líder na indústria nacional de fundos de investimento, desde 1994. Ao final do 2T14, a Empresa atingiu o total de R\$ 536,2 bilhões de recursos administrados e participação de mercado de 21,9%, representando um crescimento de 10,8% sobre o mesmo período do ano anterior.

Figura 9. Administração de Recursos de Terceiros



O Banco atua no **mercado de capitais** por meio de suas subsidiárias integrais no Brasil e no exterior. Juntas, as empresas do Conglomerado promovem o elo entre emissores nacionais e os investidores do mercado doméstico e estrangeiros. No 1S14, conforme ranking Anbima, cabe destacar:

- I. atuação em 22 operações de captação externa, totalizando US\$ 25,4 bilhões, alcançando 1º lugar no *ranking* Anbima;
- II. coordenação de 40 emissões de renda fixa, que somaram R\$ 7,5 bilhões, ficando em 3º lugar no *ranking* de originação consolidado e 15,8% de participação de mercado.
- III. realização de operações de Certificado de Recebíveis Imobiliários (CRI), FIDC e Certificado de Recebíveis do Agronegócio (CRA), com volume de R\$ 150 milhões no mercado de securitização.

No segmento de **seguros, previdência e capitalização**, o Banco atua por meio da *holding* BB Seguridade Participações, que possui liderança nos mercados em que atua, conforme últimos dados publicados pela Superintendência de Seguros Privados (Susep).

No 1S14, o lucro líquido da BB Seguridade atingiu R\$ 1,5 bilhão, resultado 48,6% superior ao observado em igual período de 2013. Os negócios da BB Seguridade agregaram ao Banco R\$ 995,4 milhões de lucro líquido.

Informações sobre cartões, gestão de recursos de terceiros, mercado de capitais, serviços fiduciários e seguridade podem ser consultadas nos itens 6.2, 6.3, 6.4, 6.5 e 6.6 do relatório Análise do Desempenho. Quanto à atuação da BB Seguridade, pode ainda ser consultado seu relatório Análise de Desempenho, disponível no site www.bancodobrasilseguridade.com.br.

Na área de **gestão previdenciária**, o volume de recursos administrados pelo Banco, por meio de 28 fundos de investimentos destinados aos Regimes Próprios de Previdência Social, totalizou R\$ 32,0 bilhões em jun/14, o que representa 42,8% de participação de mercado. As tarifas geradas com a administração dos fundos e a prestação de serviços previdenciários de assessoria em atuária, investimentos, benefícios, folha de pagamentos e apoio técnico alcançaram R\$ 31,6 milhões.

O **mercado de consórcios** movimentou R\$ 18,4 bilhões em volume de negócios no 1S14, conforme últimos dados da Associação Brasileira de Administradoras de Consórcios (ABAC). A arrecadação de taxa de administração de consórcios no 2T14 alcançou R\$ 73,9 milhões, 9,7% superior ao registrado no 2T13.

O Banco Votorantim voltou a apresentar resultado positivo desde o 4T13, confirmando o avanço na reestruturação daquela Instituição, implementada nos últimos anos. Informações sobre **investimentos estratégicos** podem ser consultadas no capítulo 10 do relatório Análise do Desempenho.

Despesas Administrativas e Eficiência

Despesas Administrativas sob controle

O Banco busca constantemente melhorar sua eficiência operacional e produtividade, mantendo rígido controle das Despesas Administrativas. Na comparação 1S14/1S13, essas despesas apresentaram variação de 8,3%, reflexo do acordo coletivo de 2013/14 e da repactuação dos contratos dos serviços de vigilância, segurança e transporte. Os efeitos desses eventos devem se diluir ao longo do exercício, de forma que o crescimento das Despesas Administrativas deve convergir para o intervalo do *Guidance* (5% - 8%). Em relação ao 1T14, as Despesas Administrativas aumentaram 1,2%.

Tabela 16. Despesas Administrativas Ajustadas

R\$ milhões	Fluxo Trimestral			Var. %		Fluxo Semestral			Var. %
	2T13	1T14	2T14	s/2T13	s/1T14	1S13	1S14	s/1S13	
Despesas Administrativas	(7.311)	(7.729)	(7.819)	6,9	1,2	(14.361)	(15.548)	8,3	
Despesas de Pessoal	(4.196)	(4.476)	(4.465)	6,4	(0,2)	(8.254)	(8.940)	8,3	
Outras Despesas Administrativas	(3.115)	(3.253)	(3.354)	7,7	3,1	(6.107)	(6.608)	8,2	

No acumulado dos últimos 12 meses, o desempenho das Rendas de Tarifas e o controle das Despesas Administrativas determinaram a evolução no índice que mede a cobertura das despesas administrativas para 76,2% no 2T14, ante 76,1% no 2T13.

Dentre os indicadores de produtividade, destaque-se que o indicador Crédito PF/Rede Própria elevou-se em 157,1% nos últimos cinco anos, enquanto que a relação Outras Despesas Administrativas/Rede Própria cresceu 45,5%.

O capítulo 7 do relatório Análise do Desempenho apresenta informações detalhadas sobre Despesas Administrativas, Rede de Atendimento, Canais Automatizados, Outras Receitas e Despesas Operacionais, Indicadores de Produtividade e Perdas Operacionais.

1 - Informações Úteis

Tabela 17. Principais Indicadores Econômicos¹

	2010	2011	2012	2013	2T14
Atividade Econômica					
PIB (variação % em 12 meses) ²	7,5	2,7	1,0	2,5	ND
Consumo das Famílias	6,9	4,1	3,2	2,6	ND
Consumo do Governo	4,2	1,9	3,3	2,0	ND
Formação Bruta do Capital Fixo	21,3	4,7	(4,0)	5,2	ND
Exportações	11,5	4,5	0,5	2,5	ND
Importações	35,8	9,7	0,2	8,3	ND
Utilização da Capacidade Instalada (%)	82,3	82,7	82,7	82,3	ND
PEA (Variação % em 12 meses)	2,0	1,2	1,7	0,6	ND
Taxa de Desemprego (variação % média em 12 meses)	6,7	6,0	5,5	5,4	ND
Emprego Formal – criação líquida em 12 meses (mil empregos)	2.524,3	1.566,0	868,2	730,7	566,2
Produção Industrial (variação % em 12 meses)	10,5	0,4	(2,3)	2,0	ND
Setor Externo					
Transações Correntes (variação % em 12 meses)	(2,2)	(2,1)	(2,4)	(3,6)	(3,6)
Investimento Estrangeiro Direto (US\$ bilhões)	48,5	66,7	65,2	64,1	15,1
Reservas Internacionais (US\$ bilhões - saldo final de período)	288,6	352,0	378,6	375,8	380,5
Risco País (pontos – final de período)	189,0	223,0	142,0	224,0	208,0
Balança Comercial (US\$ bilhões - acumulado no ano)	20,1	29,8	19,4	2,6	(2,5)
Exportações (US\$ bilhões - acumulado no ano)	201,9	256,0	242,6	242,2	110,5
Importações (US\$ bilhões - acumulado no ano)	181,8	226,2	223,1	239,6	113,0
Dólar Ptax Venda (cotação em R\$ - fim de período)	1,7	1,9	2,0	2,3	2,2
Dólar Ptax Venda (variação % em 12 meses)	(4,3)	12,6	8,9	14,6	(0,6)
Indicadores Monetários					
IGP-DI FGV (% acumulado em 12 meses)	11,3	5,0	8,1	5,5	5,8
IGP-M FGV (% acumulado em 12 meses)	11,3	5,1	7,8	5,5	6,2
IPCA – IBGE (% acumulado em 12 meses)	5,9	6,5	5,8	5,9	6,5
Selic (% - fim de período)	10,8	11,0	7,3	10,0	11,0
Selic Acumulado (% acumulado em 12 meses)	9,8	11,6	8,5	8,2	9,8
TR Acumulado (exBTN) (% acumulado em 12 meses)	0,8	1,3	0,3	0,3	0,7
TJLP - IBGE (% - fim de período)	6,0	6,0	5,5	5,0	5,0
Libor (% - fim de período)	0,3	0,4	0,4	0,2	0,2
Finanças Públicas					
Superávit Primário (% PIB acumulado em 12 meses)	2,7	3,1	2,4	1,9	ND
DBSP (% PIB)	53,4	54,2	58,8	56,7	ND
DLSP (% PIB) - Sem Petrobrás	39,2	36,4	35,3	33,6	ND
Indicadores de Crédito					
Carteira de Crédito do SFN (R\$ bilhões) ³	1.705,9	2.029,6	2.368,3	2.715,1	2.830,0
Pessoa Física (R\$ bilhões) ³	778,2	940,2	1.075,8	1.097,1	1.324,2
Pessoa Jurídica (R\$ bilhões) ³	927,7	1.089,5	1.292,6	1.463,9	1.505,8
Crédito/PIB (PIB acumulado em 12 meses) ³ - (%)	45,2	49,1	53,9	56,5	56,3
Endividamento Familiar (%)	39,2	41,7	43,4	45,4	ND
Inadimplência Total (% do saldo em atraso superior a 90 dias) ³	3,2	3,6	3,7	3,0	3,0
Spread Total (% a.a.) ³	-	14,3	11,5	11,1	12,7
PF ³	-	21,0	17,7	16,4	19,1
PJ ³	-	9,2	7,0	6,9	7,7
Prazo médio (em meses) ³	-	40,3	44,3	49,2	51,2
PF ³	-	55,9	63,5	70,6	72,7
PJ ³	-	29,2	30,4	33,2	34,5

1 - Todos os indicadores são extraídos de fontes oficiais como Banco Central do Brasil, Fundação Getúlio Vargas, IBGE, etc.

2 - Séries revisadas pelo IBGE.

3 - Séries revisadas devido à mudança de metodologia da Nota para Imprensa publicada pelo Banco Central do Brasil.

ND - Não Disponível.

Tabela 18. Composição Acionária - %

Acionistas	Jun/13	Set/13	Dez/13	Mar/14	Jun/14
União Federal	58,3	58,3	58,3	58,3	58,2
Previ	10,4	10,4	10,4	10,4	10,4
BNDESPar	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2
Ações em Tesouraria	0,9	1,5	2,0	2,2	2,3
Free Float	30,2	29,6	29,1	29,0	28,9
Pessoas Físicas	5,7	5,6	5,6	5,9	5,3
Pessoas Jurídicas	5,2	5,2	4,7	3,9	3,4
Capital Estrangeiro	19,4	18,8	18,8	19,2	20,1
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Número de Ações	2.865.417.020	2.865.417.020	2.865.417.020	2.865.417.020	2.865.417.020

Tabela 19. Dividendos e Juros sobre Capital Próprio

R\$ milhões	2T13	3T13	4T13	1T14	2T14
União Federal	1.753,7	635,9	735,7	661,0	665,1
Previ	312,3	113,3	131,4	118,1	119,0
BNDES	5,8	2,1	2,4	2,2	2,2
Pessoas Físicas	170,1	60,7	70,9	66,9	60,8
Pessoas Jurídicas	156,0	56,8	59,2	43,9	39,1
Capital Estrangeiro	582,1	205,2	237,1	217,7	229,9
Total	2.980,0	1.074,0	1.236,7	1.109,9	1.116,1

Tabela 20. Indicadores de Mercado

	2T13	3T13	4T13	1T14	2T14
Lucro por Ação - R\$	2,62	0,95	1,10	0,99	1,00
Preço / Lucro 12 meses	3,79	4,44	4,44	4,11	6,34
Preço / Valor Patrimonial	0,98	1,12	0,97	0,89	0,99
Capitalização de Mercado - R\$ milhões	63.412	74.071	69.916	65.332	71.206
Valor Patrimonial - BBAS3 - R\$	22,59	23,01	25,21	25,66	25,05
Cotação BBAS3 - Fechamento - R\$	22,13	25,85	24,40	22,80	24,85
Variação no Período - % - BBAS3	(19,4)	16,8	(5,6)	(6,6)	9,0
Dividend Yield - % ¹	10,6	9,0	9,0	9,8	6,4

1 - Dividendos e JCP 12 meses / Capitalização de Mercado.

Tabela 21. Participação nos Índices de Mercado Brasileiro - %

	Mai/13 - Ago/13	Set/13 - Dez/13	Jan/14 - Abr/14	Mai/14 - Ago/14	Set/14 - Dez/14 ¹
Índice Bovespa - Ibovespa	2,864	2,788	2,720	2,277	2,339
Índice Brasil 50 - IBrX - 50	2,634	2,515	2,471	2,325	2,411
Índice Carbono Eficiente - ICO2	3,884	3,699	4,141	3,881	4,029
Índice Financeiro - IFNC	10,823	10,716	9,535	8,535	8,853
Índice de Governança Corporativa Trade - IGCT	2,661	2,566	2,534	2,453	2,585
Índice de Ações com Governança Corporativa Diferenciada - IGC	3,315	3,178	3,203	3,123	3,275
Índice de Sustentabilidade Empresarial - ISE	1,411	1,436	1,459	1,247	1,328
Índice de Ações com Tag Along Diferenciado - ITAG	3,110	3,009	3,002	2,855	3,021
Índice Mid-Large Cap - MLCX	2,284	2,261	2,250	2,158	2,259

1 – Prévias divulgada pela BM&FBOVESPA.

Tabela 22. Participação no Mercado Internacional - %

	Jun/13	Set/13	Dez/13	Mar/14	Jun/14
MSCI Brazil Index	1,446	1,550	1,460	2,085	2,170

Tabela 23. Informações do BB

	2T13	3T13	4T13	1T14	2T14
Itens Patrimoniais – R\$ bilhões					
Ativos	1.214,6	1.259,3	1.303,9	1.370,0	1.401,1
Patrimônio Líquido	64,7	65,9	72,2	73,5	71,8
Carteira de Crédito Classificada	575,5	585,0	623,4	631,3	649,6
Carteira de Crédito Ampliada ¹	638,6	652,3	692,9	699,3	718,8
Depósitos	478,3	470,9	491,0	482,2	479,9
à Vista	72,2	69,2	75,8	72,1	69,4
De Poupança	129,0	134,2	140,7	144,1	146,5
a Prazo	257,2	246,5	247,3	238,6	235,2
Rentabilidade					
Lucro por Ação - R\$	2,62	0,95	1,10	0,99	1,00
Rentabilidade Ajustada s/ o PL Médio - trimestral - An. %	16,4	15,7	14,2	14,0	17,1
Rentabilidade s/ PL Médio - trimestral - An. %	51,8	16,3	18,0	15,5	16,1
Rentabilidade Ajustada s/ Ativos Médios - trimestral - An. %	0,9	0,8	0,8	0,7	0,9
Spread – An. %	4,5	4,4	4,3	4,1	4,1
Produtividade					
Eficiência - %	42,8	43,5	46,7	44,5	41,9
Eficiência Acumulada em 12 meses - %	43,7	43,5	44,3	44,4	44,1
RPS / Despesas de Pessoal - %	141,0	139,7	132,2	128,3	138,2
RPS / Despesas Administrativas - %	80,9	78,6	73,3	74,3	78,9
Desp. de Pessoal por Funcionário - R\$ mil	36,9	36,8	41,6	39,9	39,9
Funcionários em Agências / (Ag.+Pontos de Aten.)	12	12	12	12	12
Contas Correntes por Funcionário em Agência	431	442	454	444	446
Ativos por Funcionário – R\$ mil	10.681	11.178	11.620	12.213	12.561
Cart. de Créd. Amp./Pontos Atend. – R\$ milhões	33,0	33,9	36,2	36,6	37,8
Qualidade da Carteira de Crédito					
Provisão / Carteira de Crédito - %	3,8	3,8	3,8	3,8	3,8
Provisão/Operações Vencidas + 90 dias - %	201,6	191,9	191,7	193,5	192,1
Carteira Líq. de Prov. / Carteira Total - %	96,2	96,2	96,2	96,2	96,2
Estrutura de Capital					
Alavancagem (vezes)	18,8	19,1	18,1	18,6	19,5
Índice de Basileia - %	15,3	15,3	14,5	13,8	14,2
Nível I	10,2	9,8	10,5	9,9	10,1
Índice de Capital Principal	8,7	8,4	8,2	7,8	7,5
Quantidade Total de Ações - milhões	2.865	2.865	2.865	2.865	2.865
Dados Estruturais					
Agências	5.401	5.416	5.450	5.474	5.490
Rede Própria	19.331	19.248	19.143	19.105	18.992
Base de Clientes – mil	60.187	60.975	61.375	61.548	61.570
Total de Contas Corrente – mil	38.512	38.962	39.786	38.788	38.722
Pessoa Física – mil	36.152	36.519	37.328	36.363	36.278
Pessoa Jurídica – mil	2.360	2.443	2.458	2.425	2.444
Total de Contas de Poupança – mil	36.785	37.152	38.473	37.807	38.775
Colaboradores	118.826	118.264	117.774	118.062	117.330
Funcionários	113.720	112.653	112.216	112.173	111.547
Estagiários	5.106	5.611	5.558	5.889	5.783
Participação de Mercado					
Ativos	20,8	21,1	21,7	22,0	ND
Depósitos	27,7	27,0	27,1	26,8	ND
Repasses BNDES	26,0	26,0	25,4	24,2	23,0
Crédito	20,7	20,7	21,1	21,1	21,3
Agronegócio	66,3	65,2	66,1	65,4	65,2
Administração de Recursos de Terceiros ²	20,8	20,6	20,9	21,6	21,9
Faturamento de Cartão de Crédito	24,0	24,1	24,1	24,3	ND
Prêmio de Seguros					
Automóveis	15,3	14,7	14,1	14,3	15,3
Pessoas	22,5	19,2	20,2	19,2	22,4
Habitacionais	6,6	9,3	6,9	7,3	6,3
Rurais	79,1	76,6	66,4	83,2	80,3
Arrecadação					
Previdência (PGBL, VGBL, Tradicional)	30,1	29,4	33,3	34,3	41,6
Capitalização	34,9	26,4	32,3	26,3	34,8
Câmbio Importação	21,2	21,1	22,7	23,9	23,7
Câmbio Exportação	27,2	26,9	24,6	26,5	30,3

1 - Inclui TVM privados, garantias prestadas e o saldo de carteiras de crédito PF adquiridas com coobrigação, em conformidade à Resolução CMN 3.533/08.

2 - Não considera os recursos administrados pelo Banco Votorantim.

ND - Não Disponível.

Tabela 24. Ratings

	2T 13	3T 13	4T 13	1T 14	2T 14
Ratings Globais					
Fitch Ratings					
Viabilidade	bb+	bb+	bb+	bb+	bb+
Curto Prazo em Moeda Local	F2	F2	F2	F2	F2
Longo Prazo em Moeda Local	BBB	BBB	BBB	BBB	BBB
<i>Perspectiva - Moeda Local</i>	<i>Stable</i>	<i>Stable</i>	<i>Stable</i>	<i>Stable</i>	<i>Stable</i>
Curto Prazo em Moeda Estrangeira	F2	F2	F2	F2	F2
Longo Prazo em Moeda Estrangeira	BBB	BBB	BBB	BBB	BBB
<i>Perspectiva - Moeda Estrangeira</i>	<i>Stable</i>	<i>Stable</i>	<i>Stable</i>	<i>Stable</i>	<i>Stable</i>
Moody's					
Força Financeira	C-	C-	C-	C-	C-
Curto Prazo em Moeda Local	P-2	P-2	P-2	P-2	P-2
Curto Prazo em Moeda Estrangeira	P-2	P-2	P-2	P-2	P-2
Dívida de Longo Prazo em Moeda Estrangeira ¹	Baa1	Baa1	Baa2	Baa2	Baa2
Depósitos de Longo Prazo em Moeda Local ¹	A3	A3	Baa2	Baa2	Baa2
Depósitos de Longo Prazo em Moeda Estrangeira	Baa2	Baa2	Baa2	Baa2	Baa2
<i>Perspectiva</i>	<i>Positive</i>	<i>Stable</i>	<i>Stable</i>	<i>Stable</i>	<i>Stable</i>
Standard & Poor's					
Longo Prazo em Moeda Local	BBB	BBB	BBB	BBB-	BBB-
<i>Perspectiva - Moeda Local</i>	<i>Negative</i>	<i>Negative</i>	<i>Negative</i>	<i>Stable</i>	<i>Stable</i>
Curto Prazo em Moeda Estrangeira	A-2	A-2	A-2	A-3	A-3
Longo Prazo em Moeda Estrangeira	BBB	BBB	BBB	BBB-	BBB-
<i>Perspectiva - Moeda Estrangeira</i>	<i>Negative</i>	<i>Negative</i>	<i>Negative</i>	<i>Stable</i>	<i>Stable</i>
Ratings Nacionais					
Fitch Ratings					
Curto Prazo	F1+(bra)	F1+(bra)	F1+(bra)	F1+(bra)	F1+(bra)
Longo Prazo	AAA (bra)	AAA (bra)	AAA (bra)	AAA (bra)	AAA (bra)
<i>Perspectiva</i>	<i>Stable</i>	<i>Stable</i>	<i>Stable</i>	<i>Stable</i>	<i>Stable</i>
Moody's					
Curto Prazo	BR-1	BR-1	BR-1	BR-1	BR-1
Longo Prazo	Aaa.br	Aaa.br	Aaa.br	Aaa.br	Aaa.br
<i>Perspectiva</i>	<i>Positive</i>	<i>Stable</i>	<i>Stable</i>	<i>Stable</i>	<i>Stable</i>

1 - Ratings revisados para Baa2 em outubro/13.

Tabela 25. Compulsório/Exigibilidade (%)

	2T13	3T13	4T13	1T14	2T14
Compulsório/Exigibilidade (%)					
Depósitos à Vista					
Alíquota	44	44	44	44	45
Adicional	0	0	0	0	0
Exigibilidade (crédito rural)	34	34	34	34	34
Exigibilidade (microfinanças)	2	2	2	2	2
Livre	20	20	20	20	19
Depósitos de Poupança					
Rural					
Alíquota	17	18	18	18	18
Adicional	10	10	10	10	10
Exigibilidade	68	67	67	67	67
Livre	5	5	5	5	5
Imobiliário					
Alíquota	20	20	20	20	20
Adicional	10	10	10	10	10
Exigibilidade	65	65	65	65	65
Livre	5	5	5	5	5
Depósitos a Prazo					
Alíquota	20	20	20	20	20
Adicional	11	11	11	11	11
Livre	69	69	69	69	69
Depósitos Judiciais					
Alíquota	0	0	0	0	0
Livre	100	100	100	100	100

1.1. Governança Corporativa

A governança no Banco do Brasil (BB) define uma ampla visão sobre princípios e práticas que contribuem para fortalecer a transparência de sua gestão e aumentar seu valor institucional. Essas diretrizes são constantemente atualizadas em decorrência de alterações legais ou estatutárias.

O BB mantém a adoção das melhores práticas em governança corporativa, que asseguram o equilíbrio de direitos entre acionistas, a prestação de contas aos investidores e à sociedade, a ética no trato com os diversos públicos e a sustentabilidade dos negócios suportadas pela utilização de ferramentas de monitoramento que alinham o comportamento dos executivos aos interesses de seus públicos e acionistas e da sociedade em geral.

Desde 2006, o Banco do Brasil integra o Novo Mercado da BM&FBovespa, segmento de listagem que reúne empresas sujeitas às mais rigorosas práticas de governança corporativa. Além disso, está listado nos Índices de Sustentabilidade Empresarial (ISE), de Ações com Tag Along Diferenciado (Itag) e de Ações com Governança Corporativa Diferenciada (IGC). Em 2012, o BB despontou pela primeira vez no Índice Dow Jones de Sustentabilidade (DJSI), da Bolsa de Nova Iorque, onde se manteve em 2013, fato que impulsiona ainda mais sua inserção no cenário internacional.

Na estrutura de governança corporativa do Banco do Brasil estão presentes o Conselho de Administração, composto por 8 membros, assessorado pelos Comitês de Auditoria e de Remuneração e pela Auditoria Interna, e a Diretoria Executiva, composta pelo Conselho Diretor (Presidente e 9 Vice-Presidentes) e por 27 Diretores Estatutários. O BB mantém ainda, em caráter permanente, um Conselho Fiscal composto por 5 membros titulares e 5 suplentes.

O Banco instituiu instrumentos para avaliar o desempenho do Conselho de Administração, do Comitê de Auditoria e da Diretoria Executiva, que possibilita o mapeamento e a identificação de oportunidades de aprimoramento das suas respectivas atuações. Além do Estatuto Social, o Código de Governança Corporativa e o Código de Ética são documentos que dão suporte às melhores práticas de governança corporativa do Banco do Brasil.

Em 2012, o Banco do Brasil criou o modelo para Avaliação de Desempenho de Estatutários e o Comitê de Remuneração, órgão responsável por propor ao Conselho de Administração políticas de remuneração variável de dirigentes do Conglomerado.

O Estatuto Social do Banco estabelece a segregação de funções na definição das atribuições dos órgãos de administração com vistas a se evitar eventuais conflitos de interesse. Também está previsto impedimento que integrantes do Conselho de Administração ou da Diretoria Executiva tomem decisões nos assuntos para os quais apresentem eventual conflito de interesses.

Em todos os níveis do Banco, as decisões são tomadas de forma colegiada, com o propósito de envolver os executivos na definição de estratégias e na aprovação de propostas para os diversos negócios do Banco do Brasil. Para tanto, a administração utiliza comitês, subcomitês e comissões de nível estratégico, que garantem agilidade e segurança ao processo de tomada de decisão.

Está previsto também no Estatuto Social do Banco do Brasil, em seu Art. 24, Inciso III, § 2º, que os diretores membros da Diretoria Executiva sejam funcionários de carreira do Banco do Brasil.

Abaixo apresentamos os organogramas da Administração do Banco do Brasil.

Figura 10. Estrutura da Alta Administração

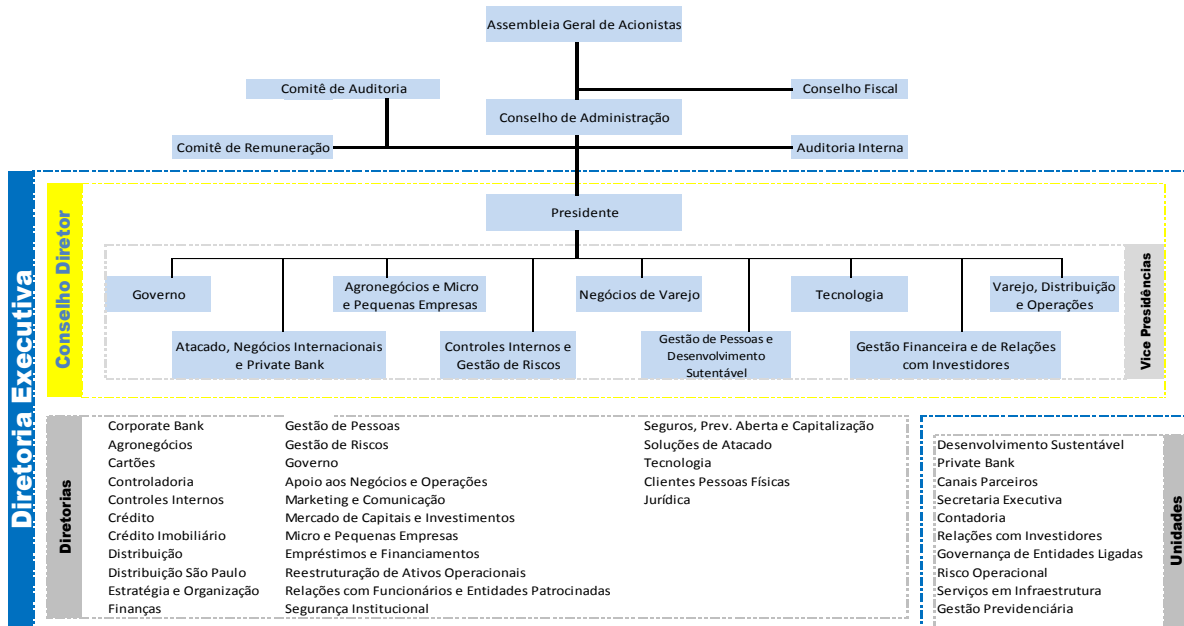
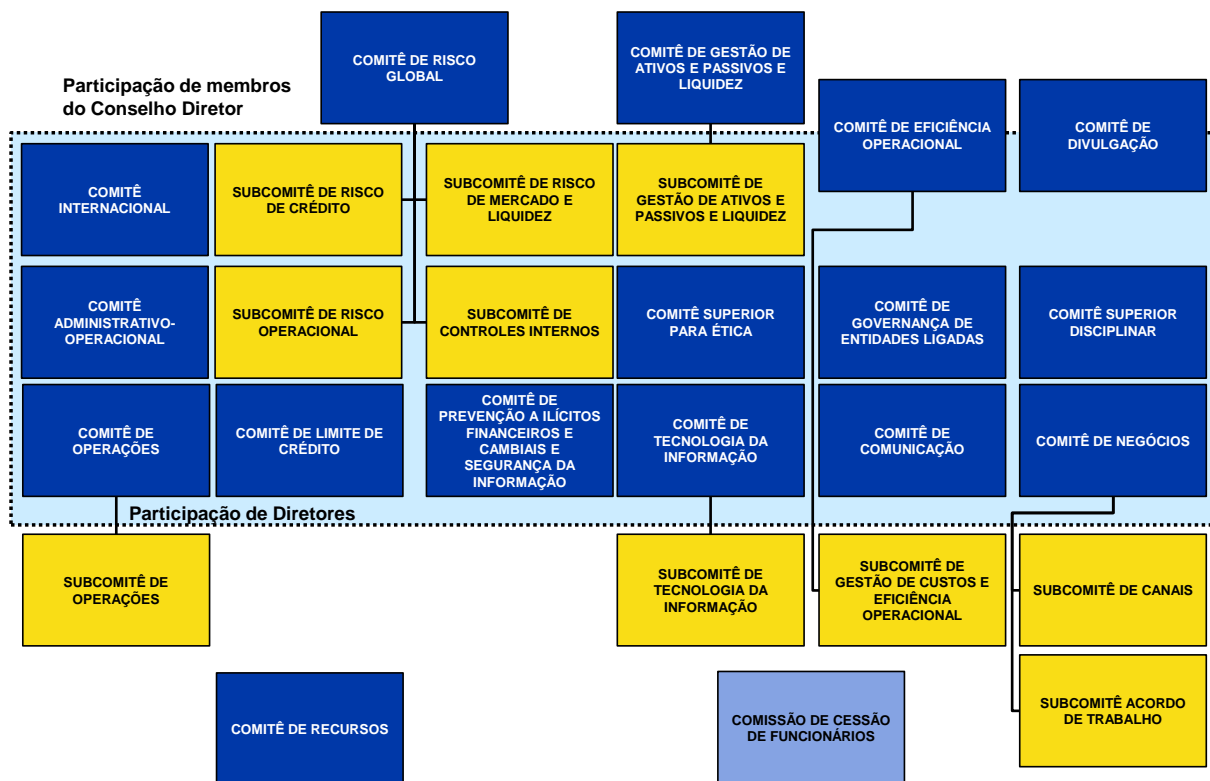


Figura 11. Comitês Estratégicos



Conheça o Código de Governança no site de Relações com Investidores do BB: www.bb.com.br/ri.

2 - Demonstrações Contábeis Resumidas

2.1. Balanço Patrimonial Resumido

Tabela 26. Balanço Patrimonial Resumido – Ativo

R\$ milhões	Saldos			Var. %	
	Jun/13	Mar/14	Jun/14	s/Jun/13	s/Mar/14
ATIVO	1.214.614	1.369.965	1.401.128	15,4	2,3
Circulante e Realizável a Longo Prazo	1.192.136	1.346.036	1.379.313	15,7	2,5
Disponibilidades	14.351	10.993	11.812	(17,7)	7,4
Aplic. Interfinanceiras de Liquidez	222.865	292.331	297.619	33,5	1,8
TVM e Instr. Financ. Derivativos	192.029	196.451	208.265	8,5	6,0
Títulos Disponíveis para Negociação	79.008	82.654	88.773	12,4	7,4
Títulos Disponíveis para Venda	97.207	97.312	103.049	6,0	5,9
Títulos Mantidos até o Vencimento	13.834	14.873	15.144	9,5	1,8
Instrumentos Financeiros Derivativos	1.980	1.611	1.299	(34,4)	(19,3)
Relações Interfinanceiras	86.188	97.630	97.146	12,7	(0,5)
Depósitos no Banco Central	78.892	87.796	86.599	9,8	(1,4)
Compuls. s/ Depósitos não Remunerados	13.547	13.888	11.309	(16,5)	(18,6)
Compuls. s/ Depósitos Remunerados	65.346	73.908	75.290	15,2	1,9
Demais	7.296	9.834	10.547	44,6	7,2
Relações Interdependências	140	236	229	63,8	(3,3)
Operações de Crédito	515.431	568.565	585.824	13,7	3,0
Setor Público	19.168	27.269	31.382	63,7	15,1
Setor Privado	517.116	564.171	577.964	11,8	2,4
Vinculadas à Cessão	83	198	189	127,3	(4,6)
(PCLD)	(20.936)	(23.073)	(23.711)	13,3	2,8
Operações de Arrendamento Mercantil	1.521	1.123	1.074	(29,4)	(4,4)
Op. de Arrend. e Subarrend. a Receber	1.615	1.180	1.128	(30,2)	(4,4)
(PCLD de Arrendamento Mercantil)	(94)	(56)	(54)	(42,9)	(5,0)
Outros Créditos	155.906	174.578	173.108	11,0	(0,8)
Créd. por Avais e Fianças Honrados	133	425	458	244,3	8,0
Carteira de Câmbio	16.794	18.093	16.111	(4,1)	(11,0)
Rendas a Receber	1.936	2.104	2.157	11,4	2,6
Negoc. e Intermed. de Valores	1.458	1.286	1.359	(6,8)	5,7
Créditos Específicos	1.324	1.433	1.469	11,0	2,6
Créd. de Oper. de Seg., Previd. e Capitaliz.	3.058	3.840	4.068	33,0	5,9
Crédito Tributário	28.052	27.581	28.260	0,7	2,5
Ativo Atuarial	6.430	16.024	9.737	51,4	(39,2)
Fundo Paridade	748	168	117	(84,4)	(30,5)
Deved. por Depósitos em Garantia	30.164	34.644	35.679	18,3	3,0
Fundo Destinação Superávit - PREVI	8.484	7.935	8.046	(5,2)	1,4
Fundo de Destinação	1.378	-	-	-	-
Fundo de Contribuição	537	-	-	-	-
Fundo de Utilização	6.570	7.935	8.046	22,5	1,4
Diversos	58.911	62.877	67.626	14,8	7,6
(Provisão para Outros Créditos)	(1.572)	(1.830)	(1.979)	25,9	8,2
(Com Caract. de Concessão de Crédito)	(510)	(945)	(1.032)	102,4	9,2
(Sem Caract. de Concessão de Crédito)	(1.062)	(885)	(947)	(10,9)	7,0
Outros Valores e Bens	3.706	4.128	4.236	14,3	2,6
Outros Valores e Bens	553	657	688	24,3	4,6
(Provisões para Desvalorizações)	(195)	(161)	(159)	(18,5)	(1,0)
Despesas Antecipadas	3.348	3.632	3.708	10,7	2,1
Permanente	22.478	23.929	21.815	(3,0)	(8,8)
Investimentos	3.511	3.382	3.327	(5,2)	(1,6)
Imobilizado de Uso	6.769	7.290	7.671	13,3	5,2
Intangível	12.145	13.206	10.768	(11,3)	(18,5)
Diferido	52	52	48	(7,9)	(7,1)

Tabela 27. Balanço Patrimonial Resumido – Passivo

R\$ milhões	Saldos			Var. %	
	Jun/13	Mar/14	Jun/14	s/Jun/13	s/Mar/14
PASSIVO	1.214.614	1.369.965	1.401.128	15,4	2,3
Circulante e Exigível a Longo Prazo	1.149.504	1.296.027	1.328.921	15,6	2,5
Depósitos	478.334	482.237	479.883	0,3	(0,5)
Depósitos à Vista	72.204	72.054	69.377	(3,9)	(3,7)
Depósitos de Poupança	129.003	144.111	146.461	13,5	1,6
Depósitos Interfinanceiros	19.915	27.447	28.842	44,8	5,1
Depósitos a Prazo	257.213	238.625	235.203	(8,6)	(1,4)
Captações no Mercado Aberto	238.020	282.553	289.099	21,5	2,3
Operações Compromissadas com Títulos Privados	14.974	28.801	30.914	106,5	7,3
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	86.526	140.893	149.692	73,0	6,2
Letras de Crédito do Agronegócio	48.182	89.034	99.647	106,8	11,9
Letras de Crédito Imobiliário	451	8.144	8.482	-	4,1
Demais Letras Bancárias	9.585	9.704	9.569	(0,2)	(1,4)
Obrig. por TVM no Exterior	28.307	33.996	31.994	13,0	(5,9)
Relações Interfinanceiras	2.984	4.792	5.184	73,7	-
Relações Interdependências	2.561	2.664	3.929	53,4	47,5
Obrigações por Empréstimos	15.327	18.962	18.646	21,7	(1,7)
Empréstimos no País - Outras Instituições	423	293	293	(30,8)	(0,3)
Empréstimos no Exterior	14.904	18.669	18.353	23,1	(1,7)
Obrig. por Repasses do País - Inst. Oficiais	69.992	91.332	93.020	32,9	1,8
Tesouro Nacional	691	461	436	(37,0)	(5,4)
BNDES	42.762	43.813	43.785	2,4	(0,1)
CEF	1.911	6.026	8.046	321,1	33,5
Finame	24.184	30.363	30.958	28,0	2,0
Outras Instituições	444	10.669	9.794	-	(8,2)
Obrigações por Repasses do Exterior	77	20	0	-	-
Instrumentos Financeiros Derivativos	4.151	3.924	3.771	(9,2)	(3,9)
Outras Obrigações	251.533	268.650	285.698	13,6	6,3
Cobrança e Arrec. de Trib. e Assemelhados	5.428	6.037	5.993	10,4	(0,7)
Carteira de Câmbio	19.104	19.577	18.663	(2,3)	(4,7)
Sociais e Estatutárias	3.626	718	1.088	(70,0)	51,6
Fiscais e Previdenciárias	28.282	24.162	22.782	(19,4)	(5,7)
Negociação e Intermediação de Valores	1.200	2.322	1.456	21,3	(37,3)
Prov. Técnicas de Seg., Prev. e Capitalização	67.975	81.620	89.553	31,7	9,7
Fundos Financeiros e de Desenvolvimento	5.838	7.731	8.405	44,0	8,7
Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida	20.254	12.367	12.224	(39,6)	(1,2)
Operações Especiais	2	2	2	0,7	0,2
Dívida Subordinada	48.558	52.876	52.187	7,5	(1,3)
Passivo Atuarial	9.297	6.457	5.790	(37,7)	(10,3)
Diversas	41.971	46.552	51.228	22,1	10,0
Instrumentos de dívidas elegíveis a capital	-	8.230	16.327	-	98,4
Resultados de Exercícios Futuros	388	422	416	7,2	(1,3)
Patrimônio Líquido	64.721	73.517	71.791	10,9	(2,3)
Capital	48.400	54.000	54.000	11,6	-
Reservas de Capital	6	10	11	89,5	7,3
Reservas de Reavaliação	5	5	5	(1,8)	(0,4)
Reservas de Lucros	22.148	19.647	23.260	5,0	18,4
Ajustes de Avaliação Patrimonial	(7.713)	(3.088)	(6.667)	-	115,9
Planos de Benefícios	(7.541)	(2.671)	(6.240)	(17,2)	-
Lucros ou Prejuízos Acumulados	-	1.898	-	-	-
(Ações em Tesouraria)	(602)	(1.439)	(1.558)	-	-
Participações Minoritárias nas Controladas	2.479	2.483	2.741	10,5	10,4

2.2. Demonstração Resumida do Resultado Societário

Tabela 28. Demonstração Resumida do Resultado Societário

R\$ milhões	Fluxo Trimestral			Var. %		Fluxo Semestral		Var. %
	2T13	1T14	2T14	s/2T13	s/1T14	1S13	1S14	s/1S13
Rec. da Interm. Financeira	28.310	31.112	32.676	15,4	5,0	52.698	63.787	21,0
Operações de Crédito ¹	18.278	20.087	21.035	15,1	4,7	35.469	41.122	15,9
Op. Arrendam. Mercantil	40	38	36	(11,7)	(6,0)	81	74	(9,3)
Result. Operações com TVM	7.531	8.827	9.839	30,6	11,5	13.403	18.666	39,3
Result. Instrum. Finan. Derivativos	1.195	(93)	(632)	-	577,3	890	(725)	-
Result. Operações de Câmbio	(72)	426	437	-	2,7	326	863	165,0
Result. Aplicações Compulsórias	1.069	1.420	1.467	37,2	3,4	2.059	2.887	40,2
Op. Venda / Transf. Ativos Financ.	148	173	167	12,8	(3,0)	222	340	53,0
Result. Fin. Oper. Seg., Previ. e Cap.	119	235	326	173,1	38,3	247	561	127,0
Desp. Interm. Financeira	(22.227)	(23.208)	(24.994)	12,4	7,7	(38.534)	(48.202)	25,1
Op. Captação no Mercado ¹	(13.117)	(17.856)	(19.260)	46,8	7,9	(25.178)	(37.117)	47,4
Op. Emprést., Cessões e Repasses	(4.816)	(944)	(975)	(79,8)	3,2	(5.838)	(1.919)	(67,1)
PCLD	(4.294)	(4.407)	(4.759)	10,8	8,0	(7.518)	(9.167)	21,9
Result. Bruto Interm. Financeira	6.083	7.904	7.681	26,3	(2,8)	14.163	15.585	10,0
Outras Rec.(Desp.) Operac.	(3.740)	(3.171)	(2.924)	(21,8)	(7,8)	(7.738)	(6.095)	(21,2)
Rec. Prestação de Serviços	4.241	4.189	4.553	7,4	8,7	8.062	8.742	8,4
Rendas de Tarifas Bancárias	1.677	1.552	1.616	(3,6)	4,2	3.243	3.168	(2,3)
Despesas de Pessoal	(4.523)	(4.676)	(4.701)	3,9	0,5	(9.064)	(9.377)	3,4
Outras Despesas Administrativas ^{2 3}	(4.036)	(4.338)	(4.170)	3,3	(3,9)	(7.860)	(8.507)	8,2
Outras Despesas Tributárias	(1.160)	(1.009)	(1.327)	14,4	31,5	(2.308)	(2.336)	1,2
Result. Part. Colig. e Controladas	519	(518)	(188)	-	(63,7)	329	(706)	-
Result. Op. Seg., Prev. e Capitalização	809	1.002	1.101	36,0	9,8	1.527	2.103	37,8
Outras Receitas Operacionais ¹	1.473	4.024	3.187	116,4	(20,8)	3.444	7.211	109,4
Outras Despesas Operacionais ^{1 2 3}	(2.740)	(3.396)	(2.995)	9,3	(11,8)	(5.110)	(6.392)	25,1
Resultado Operacional	2.342	4.733	4.757	103,1	0,5	6.425	9.490	47,7
Resultado Não Operacional	9.897	98	36	-	-	9.907	134	-
Result. Antes Tribut. s/ Lucro	12.239	4.831	4.793	(60,8)	(0,8)	16.332	9.624	(41,1)
IR e CS	(3.581)	(1.437)	(1.237)	(65,4)	(13,9)	(4.707)	(2.674)	(43,2)
Part. Estatutárias no Lucro	(966)	(394)	(401)	(58,5)	1,7	(1.340)	(795)	(40,6)
Participações Minoritárias	(220)	(322)	(326)	47,9	1,2	(257)	(648)	152,2
Lucro Líquido	7.472	2.678	2.829	(62,1)	5,6	10.029	5.506	(45,1)

1-Série ajustada desde 1T12, de modo a refletir as realocações referentes a Receitas de Equalização de Taxas Agrícolas e Despesas de Captação – Dívida Subordinada e IHCD. Tais valores passaram a compor o saldo das linhas de Operações de Crédito e Op. de Captação de Mercado, respectivamente nas demonstrações contábeis.

2-Série ajustada desde 1T12. As despesas com Demandas Judiciais, antes contabilizadas em Outras Despesas Administrativas, passaram a ser contabilizadas em Outras Despesas Operacionais.

3-Série contém valores referentes às despesas com amortização de ágio.

2.3. Demonstração do Resultado com Realocações

Tabela 29. Demonstração do Resultado com Realocações

R\$ milhões	Fluxo Trimestral			Var. %		Fluxo Semestral			Var. %
	2T13	1T14	2T14	s/2T13	s/1T14	1S13	1S14	s/1S13	
Receitas da Intermediação Financeira	29.461	30.568	32.522	10,4	6,4	53.465	63.090	18,0	
Operações de Crédito (33) (17) (18)	18.278	19.907	21.100	15,4	6,0	35.469	41.007	15,6	
Operações de Arrendamento Mercantil	40	38	36	(11,7)	(6,0)	81	74	(9,3)	
Resultado de Operações com TVM	7.531	8.827	9.839	30,6	11,5	13.403	18.666	39,3	
Resultado com Inst. Financeiros Derivativos	1.195	(93)	(632)	-	577,3	890	(725)	-	
Resultado de Operações de Câmbio	(72)	426	437	-	2,7	326	863	165,0	
Resultado das Aplicações Compulsórias	1.069	1.420	1.467	37,2	3,4	2.059	2.887	40,2	
Oper. de Venda ou de Transf. de Ativos Financ.	148	173	167	12,8	(3,0)	222	340	53,0	
Res. Fin. das Op. de Seg., Previd. e Capitaliz.	119	235	326	173,1	38,3	247	561	127,0	
Ganho(Perda) Cambial s/ PL no Ext. (1)	521	(480)	(201)	-	(58,1)	334	(682)	-	
Outros Rec. Op. com Caract. de Interm. (2) (3)	239	306	101	(57,8)	-	124	406	226,9	
Hedge Fiscal (4) (5)	391	(189)	(118)	-	(37,9)	309	(307)	-	
Despesa da Intermediação Financeira	(17.850)	(18.738)	(20.170)	13,0	7,6	(30.903)	(38.907)	25,9	
Operações de Captação no Mercado (6) (7)	(13.033)	(17.793)	(19.195)	47,3	7,9	(25.065)	(36.988)	47,6	
Op. de Emp., Cessões e Repasses	(4.816)	(944)	(975)	(79,8)	3,2	(5.838)	(1.919)	(67,1)	
Margem Financeira Bruta	11.611	11.830	12.353	6,4	4,4	22.561	24.183	7,2	
Prov. p/ Créd. de Liquid. Duvidosa (8) (9) (33)	(4.216)	(4.187)	(4.570)	8,4	9,2	(7.490)	(8.757)	16,9	
Margem Financeira Líquida	7.395	7.644	7.783	5,2	1,8	15.071	15.426	2,4	
Rendas de Tarifas	5.917	5.741	6.169	4,2	7,5	11.305	11.909	5,3	
Receitas de Prestação de Serviços	4.241	4.189	4.553	7,4	8,7	8.062	8.742	8,4	
Rendas de Tarifas Bancárias	1.677	1.552	1.616	(3,6)	4,2	3.243	3.168	(2,3)	
Res. de Op. com Seg., Prev. e Capitaliz.	809	1.002	1.101	36,0	9,8	1.527	2.103	37,8	
Despesas Tributárias s/ Faturamento (4) (10) (30)	(1.113)	(1.154)	(1.231)	10,5	6,6	(2.170)	(2.385)	9,9	
Margem de Contribuição	13.009	13.232	13.821	6,2	4,5	25.732	27.053	5,1	
Despesas Administrativas	(7.311)	(7.729)	(7.819)	6,9	1,2	(14.361)	(15.548)	8,3	
Despesas de Pessoal (11)	(4.196)	(4.476)	(4.465)	6,4	(0,2)	(8.254)	(8.940)	8,3	
Outras Despesas Administrativas (13) (14) (15) (16)	(3.115)	(3.253)	(3.354)	7,7	3,1	(6.107)	(6.608)	8,2	
Outras Despesas Tributárias (10)	(89)	(94)	(83)	(6,5)	(11,4)	(171)	(177)	3,4	
Resultado Comercial	5.608	5.409	5.919	5,5	9,4	11.200	11.328	1,1	
Risco Legal	(440)	(567)	(401)	(8,8)	(29,2)	(941)	(968)	2,9	
Demandas Cíveis (12) (19) (24) (25) (27) (31)	(114)	(262)	(216)	90,1	(17,5)	(277)	(478)	72,5	
Demandas Trabalhistas (11) (20) (26) (28) (32)	(326)	(305)	(185)	(43,3)	(39,4)	(663)	(490)	(26,2)	
Outros Componentes do Resultado	(1.092)	(713)	(557)	(49,0)	(21,8)	(1.943)	(1.270)	(34,6)	
Res. de Part. em Colig. e Control. (1)	(2)	(38)	13	-	-	(5)	(25)	400,3	
Res. De Outras Receitas/Despesas Operac.	(1.090)	(675)	(571)	(47,7)	(15,4)	(1.938)	(1.245)	(35,7)	
Outras Rec Op. (2) (17) (18) (19) (20) (21)	1.429	2.031	1.923	34,6	(5,3)	2.900	3.954	36,4	
PREVI (21)	187	446	446	138,3	0,0	374	891	138,3	
Outras Desp Op. (3) (7) (8) (12)(13) (14) (16) (22)	(2.706)	(3.151)	(2.940)	8,6	(6,7)	(5.212)	(6.091)	16,9	
Resultado Operacional	4.076	4.130	4.960	21,7	20,1	8.317	9.090	9,3	
Resultado Não Operacional (23)	77	98	36	(53,1)	(63,2)	86	134	55,3	
Resultado Antes da Trib. s/ o Lucro	4.153	4.228	4.996	20,3	18,2	8.403	9.224	9,8	
IR e Contribuição Social (5) (29) (35)	(929)	(1.107)	(1.248)	34,3	12,7	(2.067)	(2.355)	13,9	
Benefício Fiscal de JCP	321	353	360	12,2	2,0	622	713	14,5	
Participações Estatutárias no Lucro (34)	(369)	(362)	(421)	13,9	16,3	(759)	(783)	3,1	
Participações Minoritárias	(220)	(322)	(326)	47,9	1,2	(257)	(648)	152,2	
Lucro Líquido Ajustado	2.634	2.436	3.002	14,0	23,2	5.319	5.438	2,2	
Itens Extraordinários	4.838	241	(173)	-	-	4.709	68	(98,6)	
Planos Econômicos (6) (24)	16	(343)	(328)	-	(4,5)	(332)	(672)	102,2	
Eficiência Tributária (29) (30)	142	260	-	-	-	142	260	83,3	
PCLD Adicional (9)	38	-	(143)	-	-	38	(143)	-	
Provisão para CCV (26)	-	-	-	-	-	(186)	-	-	
Reconciliação de Demandas Legais (27) (28)	-	-	-	-	-	303	-	-	
Alienação de Ações da BB Seguridade (23)	9.820	-	-	-	-	9.820	-	-	
Despesa com Alienação de Ações da BB Seguridade (15) (22)	(172)	-	-	-	-	(172)	-	-	
Provisão Extraordinária com Demandas Contingentes (25)	(1.267)	133	163	-	22,5	(1.267)	296	-	
Prov. Demandas Legais :Aj. de Parâmetros e Políticas de Acordos (31) (32)	-	385	-	-	-	-	385	-	
Ef. Fiscais e PLR sobre Itens Extraord. (34) (35)	(3.739)	(193)	135	-	-	(3.637)	(58)	(98,4)	
Lucro Líquido	7.472	2.678	2.829	(62,1)	5,6	10.029	5.506	(45,1)	

2.3.1 Abertura das Realocações

Neste capítulo são demonstrados os ajustes realizados na Demonstração do Resultado Societário para a obtenção da DRE com Realocações. Tais ajustes têm por objetivo:

- a) segregar os itens extraordinários e apresentar o lucro líquido ajustado do período;
- b) alterar a disposição dos itens de receitas e despesas, para possibilitar um melhor entendimento do negócio e do desempenho da empresa;
- c) permitir que a Margem Financeira Bruta (MFB) registrada no período reflita, efetivamente, o ganho de todos os ativos rentáveis, buscando informar ao mercado qual é o *spread* obtido pela divisão dessa margem pelo saldo médio dos ativos rentáveis. Para tal foi necessário:
 - I - Integrar, na MFB, as rendas com características de intermediação financeira contabilizadas em outras receitas operacionais provenientes de ativos rentáveis registrados no grupamento de outros créditos do balanço patrimonial;
 - II - Identificar, em item específico dentro da MFB, o ganho (perda) cambial sobre os ativos e passivos no exterior;
 - III - Manter na MFB valores relativos a reajustes cambiais negativos e reversão de despesas que foram contabilizados em outras receitas / despesas operacionais para evitar inversão de saldo de rubricas, cujas naturezas são de intermediação financeira;
 - IV - Identificar e anular os efeitos de operações de *hedge* fiscal, contratadas a partir do 4T08, sobre a taxa efetiva de imposto e sobre a MFB;
 - V – Integrar, na MFB, todas as despesas de captação relativas à emissão de Dívidas Subordinadas e Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida.

A seguir apresenta-se o demonstrativo de todas as realocações realizadas no período:

Tabela 30. Demonstrativo das Realocações e Itens Extraordinários

R\$ milhões								
ITEM	DE	PARA	EVENTO	2T13	1T14	2T14	1S13	1S14
1	Res. de Part. em Coligadas e Controladas	Ganho(Perda) Cambial s/ PL no Ext.	Ganho(Perda) Cambial s/ PL no Ext.	521,1	(480,2)	(201,4)	333,9	(681,6)
2	Outras Receitas Operacionais	Outras Rec. de Op. c/ Caract. de Int. Fin.	Reajuste Cambial	(145,9)	1.038,9	701,9	167,0	1.740,8
3	Outras Despesas Operacionais	Outras Rec. de Op. c/ Caract. de Int. Fin.	Reajuste Cambial	384,9	(733,3)	(601,1)	(42,7)	(1.334,4)
4	Despesas Tributárias s/ Faturamento	Hedge Fiscal	Hedge Fiscal	42,5	(20,6)	(12,8)	33,6	(33,4)
5	Imposto de Renda e Contribuição Social	Hedge Fiscal	Hedge Fiscal	348,5	(168,8)	(104,9)	275,3	(273,8)
6	Operações de Captação no Mercado	Planos Econômicos	Planos Econômicos	(83,6)	(63,0)	(65,5)	(112,7)	(128,5)
7	Outras Despesas Operacionais	Operações de Captação no Mercado	Despesa de Captação - Dívida Subordinada e IHCD	(477,3)	-	-	(874,5)	-
8	Prov. p/ Créditos de Liquidação Duvidosa	Outras Despesas Operacionais	PCLD sem Caract. de Int. Financeira	(116,2)	(40,8)	(45,8)	(65,9)	(86,6)
9	Prov. p/ Créditos de Liquidação Duvidosa	Reversão de PCLD Adicional	Reversão de PCLD Adicional	38,0	-	(143,1)	38,0	(143,1)
10	Outras Despesas Tributárias	Despesas Tributárias s/ Faturamento	Despesas Tributárias s/ Faturamento	(1.071,0)	(915,0)	(1.243,7)	(2.136,4)	(2.158,7)
11	Despesas de Pessoal	Demandas Trabalhistas	Provisão para Demandas Trabalhistas	(326,0)	(200,4)	(235,8)	(810,2)	(436,2)
12	Outras Despesas Operacionais	Demandas Cíveis	Despesas de Demandas Judiciais	(1.284,1)	(637,1)	(315,9)	(1.502,4)	(953,0)
13	Outras Despesas Administrativas	Outras Despesas Operacionais	Despesa de Amortização do Banco Postal	(60,0)	(396,6)	(84,2)	(120,0)	(480,8)
14	Outras Despesas Administrativas	Outras Despesas Operacionais	Verba de Relacionamento Negocial	(483,0)	(457,4)	(493,3)	(1.035,3)	(950,7)
15	Outras Despesas Administrativas	Despesa com Alienação de Ações da BB Seguridade	Despesa com Alienação de Ações da BB Seguridade	(133,8)	-	-	(133,8)	-
16	Outras Despesas Administrativas	Outras Despesas Operacionais	Despesa de Amortização de Ágio	(244,4)	(230,5)	(237,7)	(464,3)	(468,3)
17	Outras Receitas Operacionais	Receitas de Operações de Crédito	Ajuste de Recuperação	-	-	65,0	-	65,0
18	Outras Receitas Operacionais	Receitas de Operações de Crédito	Receitas de Equalização - Safra Agrícola	940,8	-	-	1.815,5	-
19	Outras Receitas Operacionais	Demandas Cíveis	Reversão de Passivos Contingentes	2,5	20,0	-	2,9	20,0
20	Outras Receitas Operacionais	Demandas Trabalhistas	Reversão de Passivos Trabalhistas	-	488,1	50,9	-	539,0
21	Outras Receitas Operacionais	PREVI	Revisão dos Ativos e Passivos Atuariais da Previ	187,0	445,7	445,7	374,0	891,4
22	Outras Despesas Operacionais	Despesa com Alienação de Ações da BB Seguridade	Bônus Compra de Ações por Funcionários	(38,2)	-	-	(38,2)	-
23	Resultado Não Operacional	Alienação de Ações da BB Seguridade	Alienação de Ações da BB Seguridade	9.820,5	-	-	9.820,5	-
24	Demandas Cíveis	Planos Econômicos	Planos Econômicos	99,6	(280,5)	(262,7)	(219,4)	(543,1)
25	Demandas Cíveis	Provisão Extraordinária com Demandas Contingentes	Provisão Extraordinária com Demandas Contingentes	(1.267,4)	133,0	163,0	(1.267,4)	296,0
26	Demandas Trabalhistas	Provisão para Comissão de Conciliação Voluntária	Provisão para Comissão de Conciliação Voluntária	-	-	-	(185,5)	-
27	Demandas Cíveis	Reconciliação de Demandas Legais	Reconciliação de Demandas Legais	-	-	-	264,5	-
28	Demandas Trabalhistas	Reconciliação de Demandas Legais	Reconciliação de Demandas Legais	-	-	-	38,7	-
29	Imposto de Renda e Contribuição Social	Eficiência Tributária	Eficiência Tributária	141,8	-	-	141,8	-
30	Despesas Tributárias s/ Faturamento	Eficiência Tributária	Eficiência Tributária	-	260,0	-	-	260,0
31	Demandas Cíveis	Prov. Dem. Legais - Aj. Parâmetros e Políticas de Acordos	Prov. Dem. Legais - Aj. Parâmetros e Políticas de Acordos	-	(207,7)	-	-	(207,7)
32	Demandas Trabalhistas	Prov. Dem. Legais - Aj. Parâmetros e Políticas de Acordos	Prov. Dem. Legais - Aj. Parâmetros e Políticas de Acordos	-	592,6	-	-	592,6
33	Operações de Crédito	Prov. p/ Créditos de Liquidação Duvidosa	Ajuste de Recuperação/PCLD	-	180,0	-	-	180,0
34	Participações Estatutárias no Lucro	Efeitos Fiscais e PLR s/ Itens Extraordinários	Efeitos Fiscais e PLR s/ Itens Extraordinários	(596,9)	(32,5)	19,6	(580,5)	(12,9)
35	Imposto de Renda e Contribuição Social	Efeitos Fiscais e PLR s/ Itens Extraordinários	Efeitos Fiscais e PLR s/ Itens Extraordinários	(3.142,2)	(160,8)	115,5	(3.056,6)	(45,3)

2.3.2 Glossário de Realocações

- (1) Corresponde ao resultado das variações cambiais sobre o investimento em subsidiárias e agências no exterior.
- (2) e (3) Inclui as receitas e despesas financeiras de câmbio.
- (4) e (5) Mecanismo para reduzir os efeitos de variação cambial sobre o resultado.
- (6) e (24) Despesas com provisão proveniente de ações judiciais referentes aos planos econômicos.
- (7) Despesas referentes às Dívidas Subordinadas e Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida contabilizadas em outras despesas operacionais
- (8) Despesas com PCLD para créditos sem característica de intermediação financeira.
- (9) Reversão parcial de provisão adicional para créditos de liquidação duvidosa constituída em exercícios anteriores.
- (10) Despesas tributárias realocadas para compor a margem de contribuição.
- (11) Despesas provenientes de demandas trabalhistas.
- (12) Despesas provenientes de demandas cíveis.
- (13) Despesa de amortização do ativo intangível relacionado ao Banco Postal.
- (14) Parcela da verba de relacionamento negocial contabilizada em outras despesas administrativas.
- (15) Despesas referentes ao processo de alienação das ações da BB Seguridade.
- (16) Despesas provenientes de amortização de ágio de investimentos e intangível (Banco Nossa Caixa).
- (17) Recuperação de operação com característica de crédito.
- (18) Referente às receitas de equalização de encargos sobre as operações de crédito rural. Os cálculos para equalização das taxas de juros são baseados nas portarias do Ministério da Fazenda, que determinam as fórmulas de cálculo, de acordo com a fonte de recursos.
- (19) Reversão de saldos que, por força do plano de contas do Bacen (COSIF), não pôde ser contabilizada em Outras Despesas Administrativas na DRE societária.
- (20) Reversão de saldos que, por força do plano de contas do Bacen (COSIF), não pôde ser contabilizada em Despesas de Pessoal na DRE societária.
- (21) Receitas financeiras oriundas da revisão dos ativos e passivos atuariais da Previ.
- (22) Despesa com bônus pela compra de ações por funcionários.
- (23) Ganho com alienação de Ações da BB Seguridade.
- (25) Provisão extraordinária com demandas contingentes.
- (26) Valor provisionado para pagamento de acordos extrajudiciais entre o Banco e funcionários relacionados ao novo Plano de Funções, através das Comissões de Conciliação Voluntária.
- (27) e (28) Reconciliação das provisões para demandas legais registradas nos sistemas operacionais do Banco com a base de informações fornecida pelos tribunais.
- (29) e (30) Receita referente à eficiência tributária gerada pelo Banco do Brasil em revisão periódica da base fiscal.
- (31) e (32) Provisão Demandas Legais - Ajuste de Parâmetros e Políticas de Acordos.
- (33) Ajuste na Recuperação/Provisão de operação com grupo empresarial.
- (34) e (35) Segregação dos efeitos de itens extraordinários do período sobre o pagamento de Participações nos Lucros e Resultados (PLR), e a unificação dos efeitos desses itens sobre os impostos (IR e CSLL). A tabela a seguir demonstra isoladamente o efeito de cada item extraordinário nos impostos e na PLR.

Tabela 31. Efeitos Fiscais e Participação nos Lucros e Resultados sobre Itens Extraordinários

R\$ milhões	Fluxo Trimestral			Var. %		Fluxo Semestral		Var. %
	2T13	1T14	2T14	s/2T13	s/1T14	1S13	1S14	s/1S13
Planos Econômicos	(7)	153	144	-	(5,9)	147	297	101,7
Eficiência Tributária	(17)	(116)	-	-	-	(17)	(116)	563,5
PCLD Adicional	(17)	-	63	-	-	(17)	63	-
Provisão para CCV	-	-	-	-	-	82	-	-
Reconciliação de Demandas Legais	-	-	-	-	-	(134)	-	-
Alienação de ações da BB Seguridade	(4.333)	-	-	-	-	(4.333)	-	-
Despesa com Alienação da BB Seguridade	76	-	-	-	-	76	-	-
Provisão Extraordinária com Demandas Contingentes	559	(59)	(71)	-	-	559	(131)	-
Prov. Dem. Legais - Aj. Parâmetros e Políticas de Acordos	-	(171)	-	-	-	-	(171)	-
Total	(3.739)	(193)	135	-	-	(3.637)	(58)	(98,4)

Ações de Natureza Cível

Entre as ações judiciais de natureza cível, destacam-se as de cobrança de diferença de correção monetária de cadernetas de poupança e depósitos judiciais relativos ao período dos Planos Econômicos (Plano Bresser, Plano Verão e Planos Collor I e II).

Embora o Banco do Brasil tenha cumprido a legislação e regulamentação vigentes à época, os referidos processos vêm sendo provisionados, considerando as ações em que o Banco é citado e as correspondentes perspectivas de perdas, consideradas depois de analisada cada demanda, tendo em vista a jurisprudência atual do Superior Tribunal de Justiça - STJ.

Em relação a esses litígios, o Supremo Tribunal Federal (STF) suspendeu o andamento dos processos que estavam na fase de conhecimento, até que haja pronunciamento definitivo daquela Corte quanto ao direito discutido.

Refis

O Banco do Brasil aderiu em Novembro de 2013 ao Programa de Recuperação Fiscal – Refis, instituído pela Lei 12.865/2013, nas ações fiscais classificadas como prováveis, dentre as quais dedução de CSLL da base do IR e relativos ao PIS/COFINS, devidamente explicitadas nas notas explicativas (NE 28).

2.4. Receitas e Despesas Operacionais Totais

A seguir é apresentada tabela com o reagrupamento das receitas e das despesas da DRE com Realocações, com objetivo de evidenciar o percentual de consumo das despesas operacionais totais em relação ao total de receitas.

Tabela 32. Receitas e Despesas Operacionais Totais

R\$ milhões	Saldos									
	2T13	Part. %	1T14	Part. %	2T14	Part. %	1S13	Part. %	1S14	Part. %
Receitas Operacionais Totais	17.245	100,0	17.861	100,0	19.065	100,0	33.450	100,0	36.926	100,0
Margem Financeira Bruta	11.611	67,3	11.830	66,2	12.353	64,8	22.561	67,4	24.183	65,5
Rendas de Tarifas	5.917	34,3	5.741	32,1	6.169	32,4	11.305	33,8	11.909	32,3
Res. de Oper. com Seg., Previd. e Capitaliz.	809	4,7	1.002	5,6	1.101	5,8	1.527	4,6	2.103	5,7
Result. Partic. em Coligadas e Controladas	(2)	(0,0)	(38)	(0,2)	13	0,1	(5)	(0,0)	(25)	(0,1)
Outras Receitas Operacionais	1.429	8,3	2.031	11,4	1.923	10,1	2.900	8,7	3.954	10,7
PREVI	187	1,1	446	2,5	446	2,3	374	1,1	891	2,4
Outras Despesas Operacionais	(2.706)	(15,7)	(3.151)	(17,6)	(2.940)	(15,4)	(5.212)	(15,6)	(6.091)	(16,5)
Despesas Operacionais Totais	(13.169)	(76,4)	(13.731)	(76,9)	(14.105)	(74,0)	(25.133)	(75,1)	(27.835)	(75,4)
Despesas Administrativas Ampliadas	(7.751)	(44,9)	(8.296)	(46,4)	(8.220)	(43,1)	(15.301)	(45,7)	(16.516)	(44,7)
Despesas Administrativas	(7.311)	(42,4)	(7.729)	(43,3)	(7.819)	(41,0)	(14.361)	(42,9)	(15.548)	(42,1)
Despesas de Pessoal	(4.196)	(24,3)	(4.476)	(25,1)	(4.465)	(23,4)	(8.254)	(24,7)	(8.940)	(24,2)
Outras Despesas Administrativas	(3.115)	(18,1)	(3.253)	(18,2)	(3.354)	(17,6)	(6.107)	(18,3)	(6.608)	(17,9)
Risco Legal	(440)	(2,6)	(567)	(3,2)	(401)	(2,1)	(941)	(2,8)	(968)	(2,6)
Outras Despesas Tributárias	(89)	(0,5)	(94)	(0,5)	(83)	(0,4)	(171)	(0,5)	(177)	(0,5)
Despesas Tributárias s/ Faturamento	(1.113)	(6,5)	(1.154)	(6,5)	(1.231)	(6,5)	(2.170)	(6,5)	(2.385)	(6,5)
Prov. Créditos de Liquid. Duvidosa	(4.216)	(24,4)	(4.187)	(23,4)	(4.570)	(24,0)	(7.490)	(22,4)	(8.757)	(23,7)
Resultado Operacional	4.076	23,6	4.130	23,1	4.960	26,0	8.317	24,9	9.090	24,6
Resultado Não Operacional	77	0,4	98	0,5	36	0,2	86	0,3	134	0,4
Resultado Antes da Trib. s/ o Lucro	4.153	24,1	4.228	23,7	4.996	26,2	8.403	25,1	9.224	25,0
Imposto de Renda e Participações no Lucro	(1.298)	(7,5)	(1.469)	(8,2)	(1.669)	(8,8)	(2.826)	(8,4)	(3.138)	(8,5)
Participações Mnoritárias	(220)	(1,3)	(322)	(1,8)	(326)	(1,7)	(257)	(0,8)	(648)	(1,8)
Lucro Líquido Ajustado	2.634	15,3	2.436	13,6	3.002	15,7	5.319	15,9	5.438	14,7
Itens Extraordinários	4.838	28,1	241	1,4	(173)	(0,9)	4.709	14,1	68	0,2
Lucro Líquido	7.472	43,3	2.678	15,0	2.829	14,8	10.029	30,0	5.506	14,9

3 - Crédito

O Processo de Crédito do Banco do Brasil

A concessão de crédito no Banco do Brasil é precedida de criteriosa análise, a partir de avançadas metodologias de cálculo de risco de crédito. Essas metodologias foram desenvolvidas pelo BB e seguem as melhores práticas de gestão de riscos.

O risco do cliente reflete a probabilidade do tomador se tornar inadimplente no período de até 1 ano após a análise do risco. Com ele, o Banco do Brasil determina o volume de recursos que está disposto a se expor ao tomador. O risco é calculado utilizando informações internas e externas, além do histórico de relacionamento com o cliente, conforme descrição abaixo.

- I. Informações Cadastrais - análise de informações cadastrais obtidas em fontes internas e externas, inclusive informações restritivas;
- II. Informações Comportamentais no BB - avaliação do endividamento, utilização de produtos de crédito, pontualidade no pagamento e dados de relacionamento com o Banco;
- III. Informações Comportamentais no Sistema Financeiro Nacional (SFN) – análise do endividamento em outras Instituições Financeiras, da utilização de produtos na concorrência e da pontualidade de pagamento no SFN;
- IV. Metodologias Personalizadas - avaliação de demonstrativos financeiros, das perspectivas do segmento do cliente e demais informações de mercado.

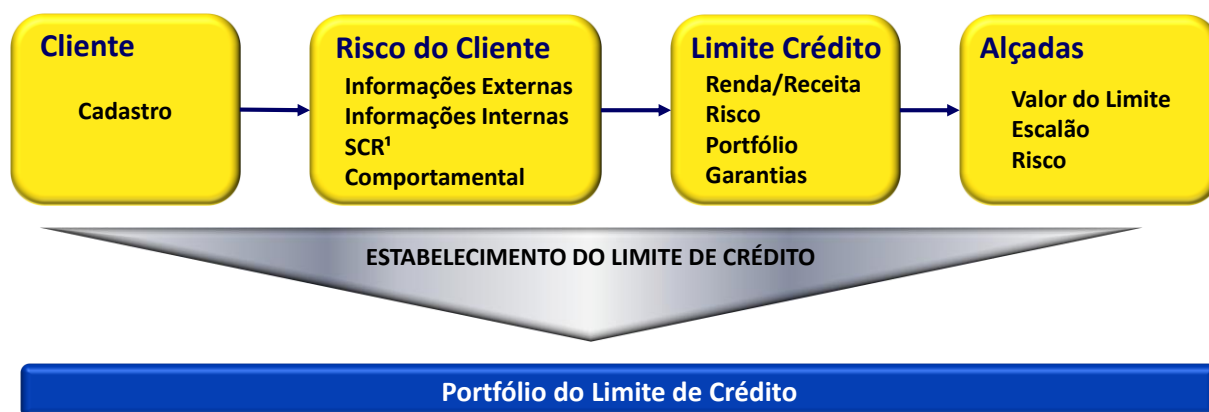
O risco é calculado de forma massificada para clientes pessoas físicas, microempresas e produtores rurais, e de forma personalizada para clientes pessoas jurídicas, entes do setor público, entre outros.

Na análise massificada o risco de crédito do cliente é calculado automaticamente pelo sistema do Banco, com resultados imediatos para a contratação da operação.

As análises personalizadas são realizadas pelos técnicos do Banco do Brasil e por cálculos de sistemas corporativos. Cabe aos comitês responsáveis a aprovação do risco desses clientes.

O risco do cliente é insumo importante para o estabelecimento do limite de crédito, para a adequada classificação do risco das operações e para o direcionamento de linhas de negócios com o cliente.

Figura 12. Processo de Crédito do Banco do Brasil



1 - SCR: Sistema de Informações de Crédito do Banco Central do Brasil

3.1 Carteira de Crédito

Para melhor entendimento das operações de crédito do BB, a seguir são apresentados os conceitos referentes à carteira de crédito. As informações apresentadas nesse capítulo são segmentadas em pessoa física, pessoa jurídica e agronegócios.

a) Carteira de Crédito Classificada: total das operações de empréstimo, financiamentos, arrendamentos mercantis, outras operações com características de crédito e aquisições de ativos de crédito.

b) Carteira de Crédito Ampliada: corresponde à carteira de crédito classificada adicionada das operações com títulos e valores mobiliários privados (TVM privados) e das garantias, onde:

b.1) TVM Privados: valores mobiliários (*commercial papers* e debêntures) emitidos principalmente por clientes pessoa jurídica e subscritos pelo BB.

b.2) Garantias: são operações onde o BB assegura a liquidação financeira dos contratos.

Tabela 33. Carteira de Crédito Classificada e Ampliada

R\$ milhões	Saldos				Var.% s/				
	Jun/13	Part.%	Mar/14	Part.%	Jun/14	Part.%	Jun/13	Mar/14	Dez/13
Carteira de Crédito Classificada (a)	575.505	100,0	631.347	100,0	649.564	100,0	12,9	2,9	4,2
País	526.930	91,6	582.318	92,2	602.570	92,8	14,4	3,5	5,3
Pessoa Física	161.125	28,0	169.333	26,8	172.637	26,6	7,1	2,0	3,0
CDC Consignação	61.524	10,7	62.195	9,9	63.406	9,8	3,1	1,9	2,3
CDC Salário	18.326	3,2	18.094	2,9	18.107	2,8	(1,2)	0,1	2,5
Empréstimo Pessoal	6.188	1,1	5.722	0,9	6.291	1,0	1,7	9,9	7,2
Financiamento de Veículos	36.258	6,3	34.647	5,5	33.230	5,1	(8,4)	(4,1)	(6,1)
Financiamento Imobiliário ¹	13.760	2,4	20.886	3,3	23.539	3,6	71,1	12,7	27,5
Cartão de Crédito	16.345	2,8	19.255	3,0	19.479	3,0	19,2	1,2	(1,7)
Cheque Especial	2.735	0,5	2.784	0,4	2.787	0,4	1,9	0,1	13,7
Demais ¹	5.989	1,0	5.750	0,9	5.799	0,9	(3,2)	0,9	(3,8)
Pessoa Jurídica	239.504	41,6	263.719	41,8	274.313	42,2	14,5	4,0	5,2
MPE	94.016	16,3	100.218	15,9	101.148	15,6	7,6	0,9	1,3
Governos	12.751	2,2	20.389	3,2	21.476	3,3	68,4	5,3	15,7
Médias e Grandes ²	132.738	23,1	143.113	22,7	151.688	23,4	14,3	6,0	6,7
Agronegócio	126.300	21,9	149.265	23,6	155.620	24,0	23,2	4,3	8,0
Pessoa Física	85.721	14,9	99.669	15,8	109.020	16,8	27,2	9,4	14,0
Pessoa Jurídica	40.579	7,1	49.596	7,9	46.599	7,2	14,8	(6,0)	(3,9)
Exterior²	48.576	8,4	49.029	7,8	46.994	7,2	(3,3)	(4,2)	(7,9)
TVM Privados e Garantias (b)	63.123		67.904		69.191		9,6	1,9	(0,4)
Carteira de Crédito Ampliada (a + b)	638.628	100,0	699.251	100,0	718.754	100,0	12,5	2,8	3,7
País	584.754	91,6	643.092	92,0	665.553	92,6	13,8	3,5	4,8
Pessoa Física	161.349	25,3	169.655	24,3	173.036	24,1	7,2	2,0	3,0
Pessoa Jurídica	296.337	46,4	323.480	46,3	335.318	46,7	13,2	3,7	4,0
Agronegócio	127.067	19,9	149.957	21,4	157.199	21,9	23,7	4,8	8,6
Exterior	53.874	8,4	56.159	8,0	53.202	7,4	(1,2)	(5,3)	(8,0)

1 – Série revisada após reclassificação de operações de linha Demais para Financiamento Imobiliário.

2- Série revisada após reclassificação de operações PJ da linha Demais para Exterior.

A tabela a seguir demonstra a participação do BB na carteira de crédito classificada do SFN. Mesmo sem considerar as operações no exterior, TVM privados e as garantias, o BB supera participação de 21%.

Tabela 34. Crédito SFN

R\$ milhões	Saldos					Var.% s/	
	Jun/13	Set/13	Dez/13	Mar/14	Jun/14	Jun/13	Mar/14
SFN	2.531.576	2.597.168	2.560.903	2.607.939	2.830.017	11,8	8,5
Pessoa Física	1.158.683	1.200.582	1.097.051	1.130.641	1.324.243	14,3	17,1
Pessoa Jurídica	1.372.893	1.396.586	1.463.852	1.477.298	1.505.774	9,7	1,9
Participação de Mercado BB ¹ - %	20,7	20,7	21,1	21,1	21,3		

1- Série revisada após reclassificação de operações PJ da linha Demais para Exterior.

3.1.1 Carteira de Crédito Pessoa Física

As tabelas a seguir apresentam as principais linhas de crédito destinadas às pessoas físicas. Ressalta-se que as linhas de crédito consignado e financiamento de veículos incluem o saldo das carteiras de crédito adquiridas com coobrigação.

Tabela 35. Carteira de Crédito Pessoa Física

R\$ milhões	Saldos						Var.% s/	
	Jun/13	Part.%	Mar/14	Part.%	Jun/14	Part.%	Jun/13	Mar/14
Carteira de Crédito Classificada	161.125	99,9	169.333	99,8	172.637	99,8	7,1	2,0
CDC	86.038	53,3	86.011	50,7	87.804	50,7	2,1	2,1
Crédito Consignado	61.524	38,1	62.195	36,7	63.406	36,6	3,1	1,9
Empréstimo Pessoal	6.188	3,8	5.722	3,4	6.291	3,6	1,7	9,9
CDC Salário	18.326	11,4	18.094	10,7	18.107	10,5	(1,2)	0,1
Financiamento de Veículos	36.258	22,5	34.647	20,4	33.230	19,2	(8,4)	(4,1)
Cartão de Crédito	16.345	10,1	19.255	11,3	19.479	11,3	19,2	1,2
Financiamento Imobiliário ¹	13.760	8,5	20.886	12,3	23.539	13,6	71,1	12,7
Cheque Especial	2.735	1,7	2.784	1,6	2.787	1,6	1,9	0,1
Microcrédito ¹	958	0,6	828	0,5	977	0,6	2,0	18,1
Demais ¹	5.032	3,1	4.923	2,9	4.822	2,8	(4,2)	(2,0)
TVM Privados e Garantias	224	0,1	322	0,2	399	0,2	78,0	23,8
Carteira de Crédito Ampliada	161.349	100,0	169.655	100,0	173.036	100,0	7,2	2,0

1 – Série revisada após reclassificação de operações de linha Demais para Microcrédito e Financiamento Imobiliário.

O BB mantém-se entre os líderes de mercado em créditos com menor risco. A participação do BB nas linhas de empréstimos com essa característica é demonstrada a seguir.

Tabela 36. Crédito Pessoa Física – Participação de Mercado

R\$ milhões	Jun/13			Mar/14			Jun/14		
	BB ¹	SFN	Part.%	BB ¹	SFN	Part.%	BB ¹	SFN	Part.%
Crédito Consignado	61.524	209.390	29,4	62.195	229.591	27,1	63.406	238.037	26,6
Financiamento de Veículos ²	35.606	205.650	17,3	33.865	196.132	17,3	32.417	191.471	16,9
Financiamento Imobiliário	13.760	298.397	4,6	20.886	360.781	5,8	23.539	384.517	6,1

1 – Inclui carteiras de crédito adquiridas com coobrigação segundo Resolução CMN 3.533/08.

2 – Série revisada. Inclui apenas linhas de recursos livres.

As carteiras de crédito adquiridas pelo BB compõem-se de operações de crédito consignado e financiamento de veículos. A queda de 13,9% na visão anual está em linha com o movimento de consolidação do mercado de crédito pessoa física. No consignado, a reorganização do setor reduziu a oferta de carteiras. Já no financiamento de veículos, a diminuição na produção orgânica dos demais bancos reduziu o estoque para aquisição de carteiras.

As operações com coobrigação respondem por mais de 99,0% do total.

Tabela 37. Carteiras Adquiridas¹

R\$ milhões	Saldos					Var.% s/	
	Jun/13	Set/13	Dez/13	Mar/14	Jun/14	Jun/13	Mar/14
Financiamento a Veículos	12.106	10.813	12.308	12.672	11.623	(4,0)	(8,3)
Crédito Consignado	8.364	8.126	7.654	7.042	6.007	(28,2)	(14,7)
Total	20.470	18.939	19.962	19.714	17.629	(13,9)	(10,6)

1 - Inclui carteiras de crédito adquiridas com coobrigação segundo Resolução CMN 3.533/08.

A Carteira de Crédito Classificada Orgânica PF (excluindo-se as carteiras adquiridas e 50% das operações do Banco Votorantim) registrou crescimento de 13,2% em relação a junho de 2013. Destaque para as operações de financiamento imobiliário, que apresentaram crescimento de 71,1% em 12 meses.

Tabela 38. Carteira de Crédito Classificada Orgânica - Pessoa Física

R\$ milhões	Saldos				Var. % s/			
	Jun/13	Part. %	Mar/14	Part. %	Jun/14	Part. %	Jun/13	Mar/14
Carteira Classificada Orgânica	125.765	100,0	136.969	100,0	142.325	100,0	13,2	3,9
CDC	74.979	59,6	77.100	56,3	79.960	56,2	6,6	3,7
Crédito Consignado	50.471	40,1	53.301	38,9	55.583	39,1	10,1	4,3
Empréstimo Pessoal	6.182	4,9	5.706	4,2	6.269	4,4	1,4	9,9
CDC Salário	18.326	14,6	18.094	13,2	18.107	12,7	(1,2)	0,1
Cartão de Crédito	16.219	12,9	19.096	13,9	19.295	13,6	19,0	1,0
Financiamento de Veículos	12.082	9,6	11.352	8,3	10.945	7,7	(9,4)	(3,6)
Financiamento Imobiliário ¹	13.760	10,9	20.886	15,2	23.539	16,5	71,1	12,7
Cheque Especial	2.735	2,2	2.784	2,0	2.787	2,0	1,9	0,1
Microcrédito ¹	958	0,8	828	0,6	977	0,7	2,0	18,1
Demais ¹	5.032	4,0	4.923	3,6	4.822	3,4	(4,2)	(2,0)

1 – Série revisada após reclassificação de operações de linha Demais para Microcrédito e Financiamento Imobiliário.

Considerando as operações de CDC e de financiamento de veículos, a maioria das operações é realizada com servidores públicos e pensionistas, num total de 85,2%, demonstrando a estabilidade e proteção da carteira orgânica.

Tabela 39. Composição da Carteira de Crédito Orgânica - CDC e Veículos

R\$ milhões	Saldos				Var. % s/			
	Jun/13	Part. %	Mar/14	Part. %	Jun/14	Part. %	Jun/13	Mar/14
Servidores Públicos	66.669	76,6	68.431	77,4	70.716	77,8	6,1	3,3
Aposentados e Pensionistas do INSS	6.610	7,6	6.685	7,6	6.689	7,4	1,2	0,1
Funcionário do Setor Privado	13.783	15,8	13.336	15,1	13.499	14,8	(2,1)	1,2

Um dos importantes componentes da metodologia de crédito é o conhecimento que o Banco do Brasil possui dos seus clientes. Daqueles com operações de crédito no BB, 81,7% possuem conta há pelo menos cinco anos.

Tabela 40. Tempo de Relacionamento - Clientes com Operações de Crédito

%	Jun/13	Mar/14	Jun/14
Tempo de Relacionamento			
Até 1 ano		1,9	1,9
Entre 1 a 2 anos		2,6	2,7
Entre 2 a 5 anos		13,9	13,7
Entre 5 a 10 anos		15,6	15,4
Mais de 10 anos		65,9	66,3

Crédito Consignado

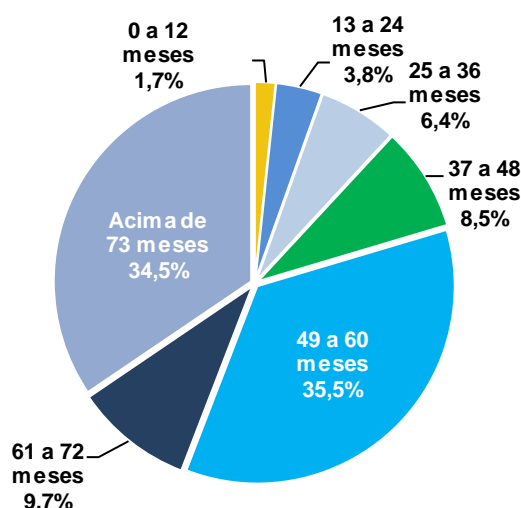
A carteira de crédito consignado no BB é composta, em quase sua totalidade, por operações com clientes servidores públicos e pensionistas, que oferecem menor risco. A tabela abaixo demonstra a composição da carteira.

Tabela 41. Composição da Carteira de Crédito Consignado Orgânica

R\$ milhões	Saldos				Var. % s/			
	Jun/13	Part. %	Mar/14	Part. %	Jun/14	Part. %	Jun/13	Mar/14
Servidores Públicos	43.874	86,9	46.747	87,7	48.911	88,0	11,5	4,6
Aposentados e Pensionistas do INSS	4.310	8,5	4.396	8,2	4.419	8,0	2,5	0,5
Funcionário do Setor Privado	2.286	4,5	2.158	4,0	2.253	4,1	(1,5)	4,4

A maioria das operações de crédito consignado contratadas no Banco do Brasil no 2T14 tem prazo maior do que 48 meses. A característica dos clientes dessa carteira permite o alongamento do prazo e gera fidelização e oportunidade de oferta de outros produtos no decorrer desse tempo.

Figura 13. Prazo das Operações Contratadas no 2T14 – Crédito Consignado



Financiamento de Veículos

As operações de veículos originadas nas agências BB apresentaram queda de 3,6% em relação a março de 2014, totalizando saldo de R\$ 10,9 bilhões, em linha com a tendência do mercado.

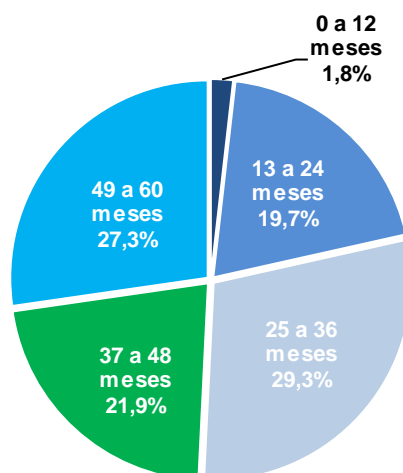
Na tabela a seguir são demonstradas as principais características dos clientes da carteira de financiamento de veículos orgânica do Banco do Brasil. Pode-se constatar que a maioria dos clientes são correntistas há mais de 10 anos e recebem proventos pelo Banco.

Tabela 42. Características dos Clientes da Carteira de Crédito Veículos Orgânica

%	Jun/13	Mar/14	Jun/14
Tempo de Relacionamento			
Até 5 anos	19,4	18,1	17,8
Entre 5 a 10 anos	19,4	17,9	17,6
Mais de 10 anos	61,2	64,0	64,6
Proventos			
Recebem Proventos	51,1	63,9	61,3
Não Recebem Proventos	48,9	36,1	38,7

A próxima figura demonstra o prazo das operações de financiamento de veículos contratadas no Banco do Brasil no 2T14. Mais de 72,7% das contratações no trimestre tem prazo de até 48 meses.

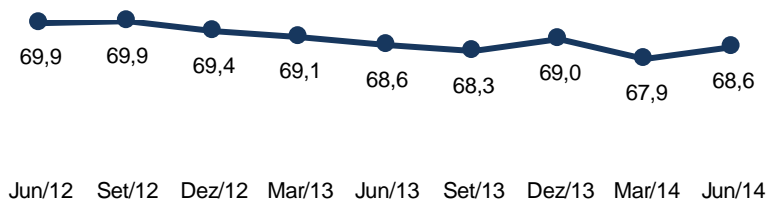
Figura 14. Prazo das Operações Contratadas no 2T14 – Financiamento de Veículos



Na figura abaixo, apresenta-se o indicador de percentual financiado de um bem (*Loan-to-Value LTV*). Tal métrica é calculada dividindo o valor financiado pelo valor do bem.

Para a carteira de financiamento de veículos utiliza-se a ponderação pela relevância da operação pelo total do desembolso trimestral. O percentual do veículo financiado, na visão orgânica, chegou a 68,6% em Jun/14, mesmo percentual do mesmo período do ano passado. Nesse caso, os clientes se comprometem com 31,4% do valor do bem, o que reduz ainda mais a probabilidade de inadimplência.

Figura 15. Percentual Financiado (LTV) – Financiamento de Veículos Carteira Orgânica



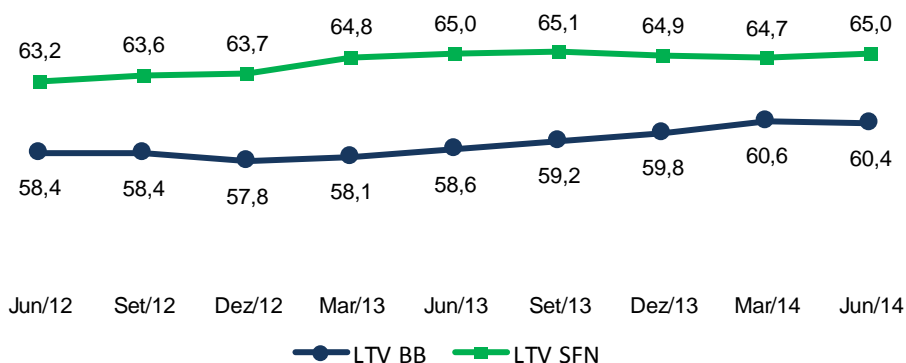
Financiamento Imobiliário

O crescimento da carteira de crédito imobiliário Pessoa Física no 2T14 foi de R\$ 2,6 bilhões. Nos últimos 12 meses o crescimento foi de R\$ 9,8 bilhões, confirmando a tendência apresentada nos últimos períodos. O incremento observado no período foi resultado da estratégia de ampliação de produtos ofertados aos clientes, tais como as linhas de operações com recursos FGTS lançadas em 2013, além da consolidação do produto no portfólio do BB.

O BB reduziu a distância em relação aos seus principais concorrentes e atingiu 6,1% de participação de mercado. Considerando a visão anual, o BB incrementou em 71% a carteira de financiamento imobiliário e ganhou 1,5% de *Market Share*.

O percentual financiado do imóvel ficou em 60,4%, com leve queda em comparação ao trimestre anterior e abaixo do praticado no Sistema Financeiro, que atingiu 65%, segundo dados da Abecip¹. Seguindo conceito dessa Associação, a cifra demonstrada considera o estoque da carteira.

Figura 16. Percentual Financiado (LTV) – Financiamento Imobiliário



1 – Fonte: Abecip (Associação Brasileira das Entidades de Crédito Imobiliário e Poupança) – Considera operações contratadas no âmbito do Sistema Financeiro da Habitação (SFH). Os dados do BB consideram toda carteira PF. – Posição Maio/2014

A tabela a seguir demonstra o prazo médio e a taxa de juros nas operações com menor risco. Os prazos médios da carteira são calculados ponderando o prazo restante das operações pelo saldo devedor apurado nos fechamentos de balancetes. As taxas também são ponderadas pelo saldo devedor apurado no fechamento do período.

Tabela 43. Taxas e Prazos Médios

	Jun/13	Mar/14	Jun/14
Banco do Brasil			
CDC Veículos			
Taxa Média - % a.m.	1,24	1,31	1,35
Prazo Médio - meses	35	33	32
Financiamento Imobiliário			
Ticket Médio - R\$ mil	145,1	112,5	115,4
Taxa Média - % a.a.	8,4	7,8	7,6
Prazo Médio - meses	298	332	334
Crédito Consignado			
Taxa Média - % a.m.	1,84	1,77	1,76
Prazo Médio - meses	53	53	54
BV - Financiamento de Veículos			
Taxa Média - % a.m.	1,81	1,99	1,97
Prazo Médio - meses	44	44	44

3.1.2 Carteira de Crédito Pessoa Jurídica

O crescimento da Carteira de Crédito Pessoa Jurídica na comparação trimestral e anual resulta do incremento das operações de capital de giro e investimento. Essas linhas foram influenciadas positivamente pelo grande volume de contratações de empresas do segmento *corporate e large corporate*.

As operações com TVM privados e garantias atingiram saldo de R\$ 61 bilhões ao final de junho de 2014, crescimento de 7,3% em 12 meses. Essas operações são negociadas com empresas de grande porte e historicamente apresentam baixo risco.

Tabela 44. Carteira de Crédito Pessoa Jurídica

R\$ milhões	Saldos				Var. % s/			
	Jun/13	Part.%	Mar/14	Part.%	Jun/14	Part.%	Jun/13	Mar/14
Carteira de Crédito Classificada	239.504	80,8	263.719	81,5	274.313	81,8	14,5	4,0
Capital de Giro	128.120	43,2	139.197	43,0	145.182	43,3	13,3	4,3
Investimento	49.881	16,8	58.395	18,1	60.161	17,9	20,6	3,0
Recebíveis	18.407	6,2	17.367	5,4	17.184	5,1	(6,6)	(1,1)
Cartão de Crédito	12.443	4,2	14.108	4,4	14.486	4,3	16,4	2,7
ACC/ACE	12.528	4,2	11.408	3,5	12.490	3,7	(0,3)	9,5
BNDES Exim	3.686	1,2	3.678	1,1	3.580	1,1	(2,9)	(2,7)
Crédito Imobiliário	3.567	1,2	6.636	2,1	8.437	2,5	136,5	27,1
Conta Garantida	3.253	1,1	3.953	1,2	4.027	1,2	23,8	1,9
Cheque Especial	213	0,1	296	0,1	333	0,1	56,3	12,6
Demais ¹	7.406	2,5	8.681	2,7	8.432	2,5	13,8	(2,9)
TVM Privados e Garantias	56.833	19,2	59.761	18,5	61.005	18,2	7,3	2,1
Carteira de Crédito Ampliada	296.337	100,0	323.480	100,0	335.318	100,0	13,2	3,7

1- Série revisada após reclassificação de operações PJ da linha Demais para Exterior.

Crédito para Comércio Exterior

O Banco do Brasil é o principal parceiro do comércio internacional brasileiro, encerrando o 2T14 com participação de mercado de 30,3% e 23,7% em operações de câmbio exportação e importação, respectivamente. Com liderança nas operações de ACC/ACE, o BB encerrou o 2º trimestre de 2014 com 25,3% de participação neste mercado.

Tabela 45. Câmbio de Exportação e Importação

	Saldos					Var.% s/	
	2T13	3T13	4T13	1T14	2T14	2T13	1T14
Câmbio Exportação							
Volume Contratado (US\$ milhões)	20.746	14.423	15.134	14.077	18.826	(9,3)	33,7
Participação de Mercado - %	27,2	26,9	24,6	26,5	30,3		
Câmbio Importação							
Volume Contratado (US\$ milhões)	11.610	12.309	13.040	12.650	13.696	18,0	8,3
Participação de Mercado - %	21,2	21,1	22,7	23,9	23,7		

Tabela 46. ACC/ACE

	Saldos					Var.% s/	
	2T13	3T13	4T13	1T14	2T14	2T13	1T14
Volume Contratado (US\$ milhões)	4.099	2.459	2.549	2.346	2.834	(30,9)	20,8
Quantidade de Contratos	3.864	3.070	3.112	2.943	3.462	(10,4)	17,6
Volume Médio por Contrato (US\$ mil)	1.061	801	819	797	819	(22,8)	2,7

Crédito para Investimentos

Os desembolsos para investimentos realizados pelo Banco do Brasil atingiram o montante de R\$ 12,1 bilhões no 2T14 e R\$24,4 bilhões no primeiro semestre, com destaque para as linhas de repasse de recursos do BNDES, Pronaf Agricultura Familiar, Investimento Agropecuário, FCO e PROGER. O gráfico a seguir apresenta a participação das linhas de repasse nos desembolsos para investimentos.

Figura 17. Participação das Linhas de Repasse nos Desembolsos - %



No segmento governo, o BB vem ampliando a sua atuação como parceiro no financiamento a programas de investimento em infraestrutura, aproveitando a margem aprovada pelo Tesouro Nacional no Programa de Ajuste Fiscal dos Estados, que autoriza a contratação de novas operações de crédito para financiar investimentos.

Entre julho de 2013 e junho de 2014, o BB formalizou operações de crédito no segmento Governo no montante de R\$ 13 bilhões, sendo que a grande maioria delas com Estados. As operações financiaram ações em infraestrutura, turismo, saúde, educação e segurança, aquisição de máquinas e equipamentos e melhoria na gestão pública.

Crédito para Micro e Pequenas Empresas

O Banco do Brasil manteve-se como principal parceiro do segmento de micro e pequenas empresas. Ao final do 2T14, o BB possuía 2,3 milhões de clientes nesse segmento. Na tabela a seguir, pode-se constatar que 93,8% do saldo da carteira MPE está aplicado junto aos correntistas com tempo de relacionamento superior há 2 anos.

Tabela 47. Tempo de Relacionamento dos Clientes - em % do Saldo da Carteira MPE

%	Jun/13	Mar/14	Jun/14
Tempo de Relacionamento			
Até 1 ano	1,8	1,8	1,6
De 1 a 2 anos	5,8	5,2	4,5
De 2 a 5 anos	26,0	25,1	24,2
Entre 5 a 10 anos	29,8	29,5	30,8
Mais de 10 anos	36,6	38,5	38,9

O saldo das operações para MPE em junho/2014 foi de R\$ 101,1 bilhões, incremento de 7,6% em relação ao mesmo período de 2013. Enquadram-se como clientes no segmento MPE as empresas com faturamento bruto anual de até R\$ 25 milhões.

As tabelas a seguir apresentam os principais detalhamentos dos saldos aplicados junto ao segmento MPE.

Tabela 48. Crédito MPE por Setor de Atividade

R\$ milhões	Saldos				Var.% s/			
	Jun/13	Part.%	Mar/14	Part.%	Jun/14	Part.%	Jun/13	Mar/14
Comércio	38.927	41,4	41.082	41,0	42.310	41,8	8,7	3,0
Indústria	30.584	32,5	29.989	29,9	29.475	29,1	(3,6)	(1,7)
Serviço	24.504	26,1	29.148	29,1	29.364	29,0	19,8	0,7
Total	94.016	100,0	100.218	100,0	101.148	100,0	7,6	0,9

Tabela 49. Produtos de Crédito - MPE

R\$ milhões	Saldos				Var.% s/			
	Jun/13	Part.%	Mar/14	Part.%	Jun/14	Part.%	Jun/13	Mar/14
Capital de Giro	61.129	65,0	64.502	64,4	65.484	64,7	7,1	1,5
Investimento	30.084	32,0	33.605	33,5	33.198	32,8	10,4	(1,2)
Comércio Exterior	2.803	3,0	2.112	2,1	2.467	2,4	(12,0)	16,8
Total	94.016	100,0	100.218	100,0	101.148	100,0	7,6	0,9

Nas operações de capital de giro e de financiamento de investimentos com micro e pequenas empresas, o Banco do Brasil utiliza amplamente o Fundo de Garantia de Operações (FGO) como forma de mitigar os riscos de crédito das operações e ampliar o volume da carteira.

As garantias prestadas pelo FGO nas operações de empréstimos e financiamentos alcançam até 80% do valor contratado, sendo o valor da garantia limitado a R\$ 650 mil/proponente quando se tratar de operações de Investimento e R\$ 250 mil/proponente nas operações de Capital de Giro.

Ao final de junho/2014, havia 483,1 mil operações com cobertura do Fundo, totalizando o saldo aplicado de R\$ 19,7 bilhões, o que representa crescimento de 21% em relação ao saldo aplicado em junho/2013. Ao final do segundo trimestre, as operações garantidas por esse Fundo representavam 32,2% dos desembolsos observados nas linhas de giro e investimento, que admitem a vinculação dessa garantia.

Outro importante mecanismo para viabilizar a contratação de operações de financiamentos de investimentos é o Fundo de Aval às Micro e Pequenas Empresas (Fampe). O Fampe complementa em até 80% o valor das garantias necessárias à realização de operações com micro e pequenas empresas. Ao final do 2T14, o saldo devedor das operações garantidas pelo Fundo atingiu R\$ 3,6 bilhões, sendo o saldo devedor garantido de R\$ 2,6 bilhões.

No 2T14, o Banco do Brasil inaugurou mais quatro agências com atendimento especializado e exclusivo às micro e pequenas empresas: em Teresina (PI), Ribeirão Preto (SP), Curitiba (PR) e Vitória (ES). Já são sete agências que contam com esse modelo de atendimento.

Atendimento às Cooperativas e aos Arranjos Produtivos Locais

Em junho de 2014, o BB apoiava 277 Arranjos Produtivos Locais (APL), prestando atendimento a 24 mil empreendimentos, com saldo total em carteira de R\$ 3,6 bilhões. Esse apoio contribuiu para o crescimento sustentável, fomentar a capacitação empresarial e a expansão e a inovação tecnológica nas localidades onde os APL estão inseridos.

3.1.3 Carteira de Crédito de Agronegócios

O agronegócio é um dos principais setores da economia brasileira, tendo fundamental importância para o crescimento e desenvolvimento do País.

O Brasil é um dos principais exportadores do agronegócio mundial, com destaque para a posição que ocupa na produção, exportações e comércio das principais cadeias produtivas agropecuárias.

Tabela 50. Participação do Brasil no Agronegócio Mundial em Junho/2014

Item	Produção	Exportação	% Comércio Mundial
Suco de Laranja	1º	1º	80,2
Açúcar	1º	1º	45,7
Complexo de Soja	2º	2º	39,7
Carne de Frango	3º	1º	33,5
Café	1º	1º	26,8
Carne Bovina	2º	1º	21,3
Milho	3º	3º	18,6
Algodão	5º	3º	9,6

Fonte: USDA – PSD online.

O protagonismo do agronegócio brasileiro decorre da combinação de fatores relacionados aos recursos naturais disponíveis, tecnologia de ponta, oferta de crédito e competência dos produtores rurais. Todo esse conjunto de atributos faz com que o País tenha uma posição privilegiada no contexto agrícola mundial.

A atividade agropecuária brasileira respeita o calendário agrícola, chamado de ano-safra, que se inicia em julho de cada ano e termina em junho do ano seguinte. Os dados apresentados neste relatório contemplam as informações do último trimestre do ano safra 2013/2014.

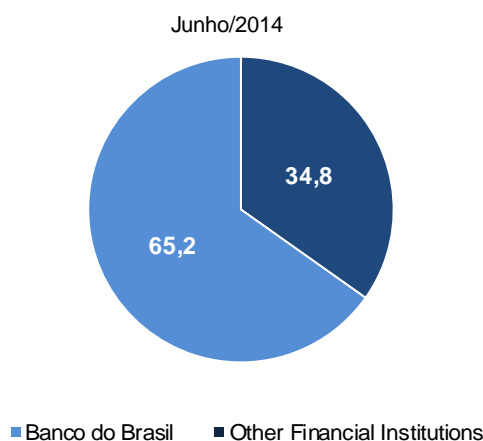
Agronegócios no BB

O Banco do Brasil é um dos principais agentes indutores do desenvolvimento do agronegócio no País alinhado aos critérios estabelecidos para a manutenção da sustentabilidade socioambiental.

Atuando desde o pequeno produtor às grandes empresas agroindustriais, o Banco financia o custeio da produção e da comercialização de produtos agropecuários, além de estimular os investimentos rurais, tais como armazenamento, beneficiamento, industrialização dos produtos agrícolas e modernização das máquinas e implementos agrícolas.

Apoiando o agronegócio brasileiro em todas as etapas das cadeias produtivas, o Banco do Brasil mantém-se historicamente como o principal agente financeiro do agronegócio brasileiro, contribuindo de forma expressiva para o suprimento da demanda de crédito do segmento. Conforme dados do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), o BB detém 65,2% dos financiamentos destinados ao setor em junho/2014.

Figura 18. Participação do BB nos Financiamentos Rurais – %



A distribuição das operações de agronegócios por região do País mostra a participação de cada uma delas no desempenho do crédito.

Tabela 51. Carteira de Crédito Classificada de Agronegócios por Região

Região	Crédito Rural - %	Agroindustrial - %	Total - %
Sudeste	32,7	92,9	45,0
Sul	34,8	5,3	28,8
Centro-Oeste	22,0	1,0	17,8
Nordeste	6,5	0,4	5,3
Norte	3,9	0,4	3,2

A carteira de agronegócios no conceito ampliado, incluindo operações de CPR e garantias, apresentou crescimento de 23,7% em 12 meses, representando 21,9% de toda a carteira de crédito do BB. Entre os principais motivos para a evolução estão a antecipação da aquisição de insumos para a safra 2014/2015, que sensibilizou o saldo das operações de custeio e taxas de juros atrativas em operações de investimentos.

A tabela a seguir apresenta a destinação da carteira de agronegócio do BB segmentada em linhas de custeio, investimento, comercialização, agroindustrial e demais.

Tabela 52. Carteira de Crédito de Agronegócios por Destinação

R\$ milhões	Saldos				Var.% s/			
	Jun/13	Part.%	Mar/14	Part.%	Jun/14	Part.%	Jun/13	Mar/14
Carteira de Crédito Classificada	126.300	99,4	149.265	99,5	155.620	99,0	23,2	4,3
Investimento	50.070	39,4	61.244	40,8	65.318	41,6	30,5	6,7
Custeio	41.655	32,8	45.004	30,0	50.623	32,2	21,5	12,5
Agroindustrial	28.734	22,6	35.200	23,5	31.639	20,1	10,1	(10,1)
Comercialização	4.131	3,3	5.672	3,8	5.827	3,7	41,1	2,7
Demais	1.710	1,3	2.144	1,4	2.212	1,4	29,4	3,2
Cédula de Produto Rural e Garantias	767	0,6	692	0,5	1.579	1,0	105,8	128,3
Carteira de Crédito Ampliada	127.067	100,0	149.957	100,0	157.199	100,0	23,7	4,8

A tabela a seguir apresenta a composição da carteira de crédito de agronegócios por programa/linha de crédito. Nesse trimestre, novas linhas são apresentadas, para fornecer maior detalhamento nas informações da carteira de agronegócios do BB. Com esse ajuste, a série histórica foi refeita e a abertura das informações de Programa ABC, Investimento Agropecuário e Comercialização Agropecuária reduziu o saldo de outras linhas de crédito nas quais essas estavam agrupadas anteriormente.

Destaque para o saldo do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) que totalizou R\$ 31,8 bilhões em junho/14, crescimento de 20,9% frente ao mesmo período do ano anterior. O Pronaf destina-se ao apoio financeiro das atividades agropecuárias e não agropecuárias exploradas mediante emprego direto da força de trabalho do produtor familiar.

Destaque também para a evolução do Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural (Pronamp) que totalizou R\$ 20,2 bilhões em junho/14, crescimento de 41% em 12 meses e para o Programa de Agricultura de Baixo Carbono (Programa ABC), que totalizou R\$ 6,5 bilhões em junho/14, crescimento de 51,4% em 12 meses.

Tabela 53. Carteira de Crédito de Agronegócios por Programa/Linha de Crédito

R\$ milhões	Saldos				Var.% s/			
	Jun/13	Part.%	Mar/14	Part.%	Jun/14	Part.%	Jun/13	Mar/14
Carteira de Crédito Classificada	126.300	99,4	149.265	99,5	155.620	99,0	23,2	4,3
Crédito Rural	97.566	76,8	114.065	76,1	123.980	78,9	27,1	8,7
Pronaf	26.308	20,7	29.784	19,9	31.794	20,2	20,9	6,7
Custeio Agropecuário	26.140	20,6	27.937	18,6	31.510	20,0	20,5	12,8
Pronamp	14.343	11,3	17.765	11,8	20.223	12,9	41,0	13,8
BNDES/Finame Rural	6.923	5,4	8.820	5,9	8.927	5,7	28,9	1,2
FCO Rural	7.795	6,1	8.447	5,6	8.682	5,5	11,4	2,8
Investimento Agropecuário	5.222	4,1	6.726	4,5	7.292	4,6	39,6	8,4
Programa ABC	4.305	3,4	5.882	3,9	6.516	4,1	51,4	10,8
Comercialização Agropecuária	2.732	2,1	4.511	3,0	5.314	3,4	94,5	17,8
Demais	3.798	3,0	4.192	2,8	3.722	2,4	(2,0)	(11,2)
Crédito Agroindustrial	28.734	22,6	35.200	23,5	31.639	20,1	10,1	(10,1)
Cédula de Produto Rural e Garantias	767	0,6	692	0,5	1.579	1,0	105,8	128,3
Carteira de Crédito Ampliada	127.067	100,0	149.957	100,0	157.199	100,0	23,7	4,8

A tabela a seguir detalha o saldo das operações de crédito destinadas ao agronegócio por item financiado.

Tabela 54. Carteira de Crédito de Agronegócios por Item Financiado

R\$ milhão	Balanço				Var.%			
	Jun/13	Part.%	Mar/14	Part.%	Jun/14	Part.%	Jun/13	Mar/14
Carteira de Crédito Classificada	126.300	99,4	149.265	99,5	155.620	99,0	23,2	4,3
Bovinocultura	25.952	20,4	29.266	19,5	30.078	19,1	15,9	2,8
Carne	18.321	14,4	19.606	13,1	19.867	12,6	8,4	1,3
Leite	7.631	6,0	9.660	6,4	10.211	6,5	33,8	5,7
Maquinas e Implementos	12.427	9,8	15.039	10,0	19.450	12,4	56,5	29,3
Soja	10.511	8,3	11.829	7,9	14.463	9,2	37,6	22,3
Cana	5.315	4,2	6.634	4,4	6.790	4,3	27,8	2,4
Milho	5.878	4,6	6.290	4,2	6.412	4,1	9,1	1,9
Café	3.404	2,7	4.138	2,8	4.103	2,6	20,5	(0,8)
Avicultura	2.735	2,2	3.367	2,2	3.420	2,2	25,1	1,6
Arroz	2.193	1,7	2.233	1,5	2.594	1,6	18,3	16,2
Suinocultura	1.419	1,1	2.168	1,4	2.173	1,4	53,1	0,2
Algodao	1.528	1,2	1.854	1,2	1.637	1,0	7,2	(11,7)
Outros	54.939	43,2	66.448	44,3	64.498	41,0	17,4	(2,9)
Cédula de Produto Rural e Garantias	767	0,6	692	0,5	1.579	1,0	105,8	128,3
Carteira de Crédito Ampliada	127.067	100,0	149.957	100,0	157.199	100,0	23,7	4,8

A tabela a seguir demonstra o saldo da carteira do agronegócio segregado conforme porte de cliente.

Tabela 55. Carteira de Agronegócios por Porte

R\$ milhões	Saldos				Var.% s/			
	Jun/13	Part.%	Mar/14	Part.%	Jun/14	Part.%	Jun/13	Mar/14
Carteira de Crédito Classificada	126.300	99,4	149.265	99,5	155.620	99,0	23,2	4,3
Médio e Grande Produtor	55.534	43,7	66.826	44,6	74.145	47,2	33,5	11,0
Empresas	34.340	27,0	42.857	28,6	39.965	25,4	16,4	(6,7)
Pequeno Produtor	30.188	23,8	32.843	21,9	34.875	22,2	15,5	6,2
Cooperativas Agroindustriais	6.239	4,9	6.740	4,5	6.634	4,2	6,3	(1,6)
Cédula de Produto Rural e Garantias	767	0,6	692	0,5	1.579	1,0	105,8	128,3
Carteira de Crédito Ampliada	127.067	100,0	149.957	100,0	157.199	100,0	23,7	4,8

Na tabela seguinte, é apresentada a distribuição do saldo da carteira de crédito de agronegócios por tipo de personalidade jurídica.

Tabela 56. Carteira de Crédito de Agronegócios por Tipo de Personalidade Jurídica

R\$ milhões	Saldos				Var. % s/			
	Jun/13	Part. %	Mar/14	Part. %	Jun/14	Part. %	Jun/13	Mar/14
Carteira de Crédito Classificada	126.300	99,4	149.265	99,5	155.620	99,0	23,2	4,3
Pessoa Física	85.721	67,5	99.669	66,5	109.020	69,4	27,2	9,4
Pessoa Jurídica	40.579	31,9	49.596	33,1	46.599	29,6	14,8	(6,0)
Cédula de Produto Rural e Garantias	767	0,6	692	0,5	1.579	1,0	105,8	128,3
Carteira de Crédito Ampliada	127.067	100,0	149.957	100,0	157.199	100,0	23,7	4,8

Nos financiamentos rurais e agroindustriais o BB utiliza 80,2% de recursos próprios (principalmente depósitos a vista, poupança rural e Letras de Crédito do Agronegócio – LCA). Além destes, o BB também repassa recursos do BNDES, Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) e de Fundos Constitucionais, tais como Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO) e Fundo de Defesa da Economia Cafeeira (Funcafé).

A seguir, é apresentada a carteira de crédito ampliada de agronegócios por fonte de recursos.

Tabela 57. Carteira de Crédito Ampliada de Agronegócios por Fonte de Recursos

R\$ milhões	Saldos					
	Jun/13	Part. %	Mar/14	Part. %	Jun/14	Part. %
Poupança Rural	52.834	41,6	71.849	47,9	75.547	48,1
Depósitos à Vista	27.230	21,4	20.302	13,5	24.292	15,5
LCA	17.127	13,5	27.707	18,5	26.217	16,7
FCO	10.589	8,3	11.231	7,5	11.580	7,4
BNDES/FINAME	7.406	5,8	9.308	6,2	9.419	6,0
FAT	1.216	1,0	594	0,4	465	0,3
Demais ¹	10.666	8,4	8.965	6,0	9.679	6,2
Carteira de Crédito Ampliada	127.067	100,0	149.957	100,0	157.199	100,0

1 - Tesouro Nacional, Funcafé, Cédula de Produto Rural e Garantias

O Banco do Brasil atua como agente financeiro em operações de crédito rural incentivadas pelo governo e destinadas ao financiamento de ações de interesse público. Essas operações são realizadas com taxas de juros reduzidas ao tomador e o Banco utiliza como *funding* os recursos da Poupança, Depósitos à Vista, FAT, Tesouro Nacional, Funcafé e FCO.

Para tornar essa intermediação viável e cobrir o custo da captação, o risco de crédito, os custos administrativos e tributários e a rentabilidade do Banco, o Tesouro Nacional e o Banco Central podem autorizar os seguintes subsídios:

a) Equalização de Taxas: valor pago pelo Tesouro Nacional que representa uma receita dos bancos para a cobertura dos custos administrativos e tributários, além de garantir a taxa de rentabilidade sobre os recursos aplicados;

b) Fator de Ponderação: é um multiplicador adotado pelo Governo Federal para aplicação dos recursos originários de depósitos à vista e poupança rural. Por meio desse mecanismo, os bancos são autorizados a cumprir uma menor taxa de exigibilidade de aplicação de recursos em crédito rural, possibilitando que o montante liberado seja investido em operações a taxas de mercado, com objetivo de compensar o diferencial de rentabilidade decorrente da baixa taxa de juros paga pelo tomador final nas operações do crédito rural incentivadas pelo governo.

O mecanismo do fator de ponderação reduz as receitas dos bancos com a equalização de taxas, mas permite o aumento das receitas financeiras, pois o resultado gerado na aplicação dos recursos liberados à taxa de mercado reduz a quantidade de recursos que o governo tem que equalizar e permite a compensação proporcional na rentabilidade. No Banco do Brasil, os recursos liberados para o caixa são aplicados à remuneração TMS.

A tabela a seguir mostra o histórico do recebimento de receitas a título de equalização de taxas e fator de ponderação.

Tabela 58. Receitas de Equalização e Fator de Ponderação

R\$ milhões	Saldos				
	2T13	3T13	4T13	1T14	2T14
Receitas de Equalização	941	1.030	1.145	1.203	1.281
Fator de Ponderação	44	116	215	307	434
Total	985	1.146	1.360	1.509	1.715

A tabela a seguir evidencia a distribuição dos recursos equalizáveis da carteira de agronegócios do BB.

Tabela 59. Recursos Equalizáveis da Carteira de Agronegócios

R\$ milhões	Saldos		
	Jun/13	Mar/14	Jun/14
Carteira de Crédito Classificada	126.300	149.265	155.620
Recursos Equalizáveis	47.638	66.785	71.463
Custeio	21.817	32.745	33.990
Investimento	24.564	31.710	35.742
Comercialização	1.258	2.329	1.732
Recursos Não-Equalizáveis	78.662	82.480	84.156
Cédula de Produto Rural e Garantias	767	692	1.579
Carteira de Crédito Ampliada	127.067	149.957	157.199

Na safra 2013/14, o Banco do Brasil desembolsou R\$ 76,3 bilhões em operações de crédito rural, evolução de 24% em relação à safra anterior. O volume representa 109% do total de R\$ 70 bilhões inicialmente previstos para o ciclo.

Na Agricultura Empresarial foram aplicados R\$ 49,1 bilhões, representando crescimento de 21% em relação à safra 2012/13, enquanto na Agricultura Familiar o desembolso foi de R\$ 14,4 bilhões, 24% superior a safra anterior. As operações por meio do Programa Nacional de Apoio aos Médios Produtores Rurais (Pronamp) somaram R\$ 12,7 bilhões, 36% maior que o verificado na safra 2012/13.

A tabela seguinte mostra o comparativo do desembolso da safra 2012/2013 com a de 2013/2014, detalhando a finalidade do crédito, sua destinação e o segmento do cliente.

Tabela 60. Desembolsos por Finalidade do Crédito Rural

R\$ milhões	Safra 12/13 (A)	Safra 13/14 (B)	Var. (%) (B/A)
Agricultura Familiar - Pronaf	11.725	14.486	23,5
Custeio	5.754	6.546	13,8
Investimento	5.972	7.941	33,0
Médios Produtores - Pronamp	9.394	12.763	35,9
Custeio	7.004	9.027	28,9
Investimento	2.389	3.736	56,4
Demais Produtores	40.451	49.072	21,3
Custeio/Comercialização	30.438	38.058	25,0
Investimento	10.013	11.014	10,0
Total	61.569	76.321	24,0

Mitigadores de Risco

Desde a safra 2006/07 o Banco do Brasil estimula a contratação de proteção contra intempéries climáticas (Seguro Agrícola ou Proagro) nas operações de custeio agrícola. A estratégia vem sendo disseminada e aperfeiçoada a cada nova safra, inclusive com a oferta massificada de opções e outros mecanismos, tais como o Seguro Faturamento.

A estratégia de mitigação leva em consideração diversas informações das operações demandadas pelos clientes, tais como risco do cliente, cultura a ser financiada, local do financiamento. Essas informações permitem direcionar o mecanismo de proteção (Seguro Agrícola/Proagro ou Opções) mais adequado ao perfil de risco de cada operação.

A tabela seguinte mostra o histórico recente de utilização de mitigadores de risco na contratação de operações de custeio agrícola.

Tabela 61. Distribuição de Mitigadores no Custeio Agrícola

R\$ milhões	Contratação					
	Safra 11/12	Part.%	Safra 12/13	Part.%	Safra 13/14	Part.%
Custeio Agrícola	18.492	100,0	24.106	100,0	28.283	100,0
Total com Mitigador	8.934	48,3	12.605	52,3	18.019	63,7
Proagro	4.765	25,8	5.881	24,4	5.846	20,7
Seguro Agrícola	3.669	19,8	6.261	26,0	11.444	40,5
Proteção de Preço	501	2,7	462	1,9	730	2,6
Sem Mitigador	9.558	51,7	11.501	47,7	10.263	36,3

Os riscos assumidos em decorrência da contratação de seguro agrícola na safra 2013/2014 foram distribuídos por meio de contratos de resseguro conforme tabela abaixo.

Tabela 62. Resseguro de Mitigadores no Custeio Agrícola

Resseguradoras	País	%
IRB Re	Brasil	35,0
BB Mapfre	Brasil	20,0
Mapfre Re	Espanha	13,5
Munich Re	Alemanha	9,5
Swiss Re	Suíça	8,5
Scor Re	Suíça	7,0
Partner Re	Suíça	3,9
Hannover Re	Alemanha	2,1
R+Versicherun Re	Alemanha	0,5
Total		100,0

3.1.4 Concentração

As tabelas a seguir apresentam o nível de concentração de crédito com os clientes e grupos empresariais com os quais o Banco do Brasil se relaciona.

Tabela 63. 100 Maiores Tomadores

R\$ milhões

Período	1º Cliente (%)	Saldo	2º ao 20º (%)	Saldo	21º ao 100º (%)	Saldo	100 maiores (%)	Saldo
Set/12	3,2	16.103	14,6	72.764	11,9	59.005	29,7	147.872
Dez/12	3,2	17.258	14,9	81.112	11,9	64.823	29,9	163.193
Mar/13	3,0	16.897	14,5	81.056	11,8	65.918	29,2	163.871
Jun/13	2,9	17.413	15,5	94.075	11,9	72.135	30,2	183.622
Set/13	2,9	17.967	14,0	86.985	11,0	68.540	27,9	173.492
Dez/13	3,2	21.418	13,3	88.099	10,9	72.420	27,4	181.937
Mar/14	3,3	21.919	12,6	84.459	11,4	76.843	27,3	183.220
Jun/14	3,3	22.824	12,2	84.562	11,8	81.578	27,3	188.964

Tabela 64. 100 Maiores Tomadores em relação ao PR

R\$ milhões

Período	1º Cliente (%)	Saldo	2º ao 20º (%)	Saldo	21º ao 100º (%)	Saldo	100 maiores (%)	Saldo
Set/12	16,1	16.103	72,5	72.764	58,8	59.005	147,4	147.872
Dez/12	16,0	17.258	75,2	81.112	60,1	64.823	151,2	163.193
Mar/13	15,0	16.897	72,2	81.056	58,7	65.918	145,9	163.871
Jun/13	14,8	17.413	79,7	94.075	61,1	72.135	155,6	183.622
Set/13	15,2	17.967	73,5	86.985	57,9	68.540	146,6	173.492
Dez/13	18,1	21.418	74,5	88.099	61,3	72.420	153,9	181.937
Mar/14	19,5	21.919	75,2	84.459	68,4	76.843	163,2	183.220
Jun/14	19,3	22.824	71,6	84.562	69,1	81.578	160,1	188.964

Tabela 65. Concentração da Carteira de Crédito por Macrosetor

Macrosetor ¹	Saldo				Var. %			
	Jun/13	Part. %	Mar/14	Part. %	Jun/14	Part. %	s/Jun/13	s/Mar/14
Metalurgia e Siderurgia	39.395	10,6	38.795	9,4	40.241	9,6	2,1	3,7
Petroleiro	37.345	10,0	32.212	7,8	40.237	9,6	7,7	24,9
Alimentos de Origem Vegetal	30.422	8,2	34.610	8,4	35.832	8,5	17,8	3,5
Energia Elétrica	25.551	6,9	29.004	7,0	32.839	7,8	28,5	13,2
Automotivo	23.361	6,3	24.379	5,9	26.014	6,2	11,4	6,7
Serviços	23.431	6,3	24.317	5,9	25.424	6,1	8,5	4,6
Transportes	20.527	5,5	23.378	5,7	24.808	5,9	20,9	6,1
Administração Pública	13.212	3,5	21.161	5,1	21.784	5,2	64,9	2,9
Comércio Varejista	17.907	4,8	16.982	4,1	19.775	4,7	10,4	16,4
Imobiliário	13.579	3,6	16.257	3,9	18.361	4,4	35,2	12,9
Atividades Específicas da Construção	15.241	4,1	13.791	3,3	15.527	3,7	1,9	12,6
Alimentos de Origem Animal	12.668	3,4	14.558	3,5	14.126	3,4	11,5	(3,0)
Têxtil e Confecções	12.552	3,4	12.494	3,0	13.151	3,1	4,8	5,3
Eletroeletrônico	11.770	3,2	10.951	2,7	10.985	2,6	(6,7)	0,3
Papel e Celulose	10.050	2,7	10.172	2,5	10.695	2,5	6,4	5,1
Insumos Agrícolas	8.842	2,4	9.877	2,4	9.848	2,3	11,4	(0,3)
Químico	8.714	2,3	8.875	2,2	9.750	2,3	11,9	9,9
Telecomunicações	11.420	3,1	9.836	2,4	9.648	2,3	(15,5)	(1,9)
Construção Pesada	8.208	2,2	7.158	1,7	8.249	2,0	0,5	15,2
Comércio Atacadista e Ind. Diversas	6.725	1,8	6.825	1,7	7.452	1,8	10,8	9,2
Madeireiro e Moveleiro	6.784	1,8	6.826	1,7	6.863	1,6	1,2	0,5
Couro e Calçados	3.038	0,8	2.931	0,7	3.078	0,7	1,3	5,0
Bebidas	2.229	0,6	2.896	0,7	2.459	0,6	10,3	(15,1)
Demais Atividades	9.867	2,6	34.265	8,3	12.378	3,0	25,5	(63,9)
Total	372.839	100,0	412.548	100,0	419.524	100,0	12,5	1,7
Carteira de Crédito Interna	271.459		305.288		313.181			
Carteira de Crédito Externa	40.025		41.792		39.674			
Garantias	20.177		21.934		21.379			
TVM	41.179		43.535		45.290			
Total	372.839		412.548		419.524			

1 - Não inclui as operações do Banco Votorantim.

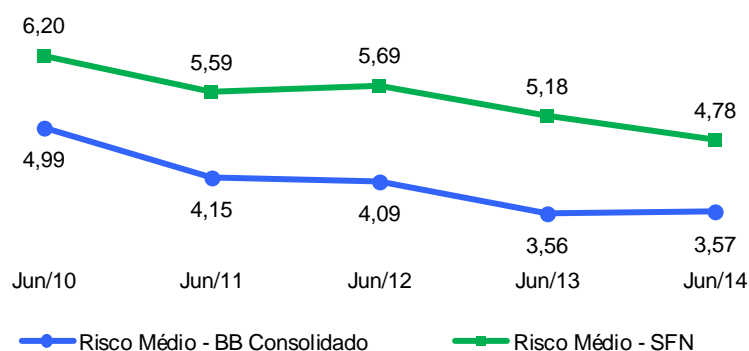
3.2. Qualidade do Crédito

Todas as segmentações do risco da carteira de crédito nesta seção referem-se à Carteira Classificada (Resolução CMN 2.682/99), exceto se indicado de outra forma.

O Banco do Brasil mantém um consistente processo de avaliação e acompanhamento do risco de crédito nas operações realizadas com clientes. O principal indicador de qualidade da carteira de crédito é o Risco Médio, que demonstra a relação entre o saldo da provisão requerida e o total da carteira classificada.

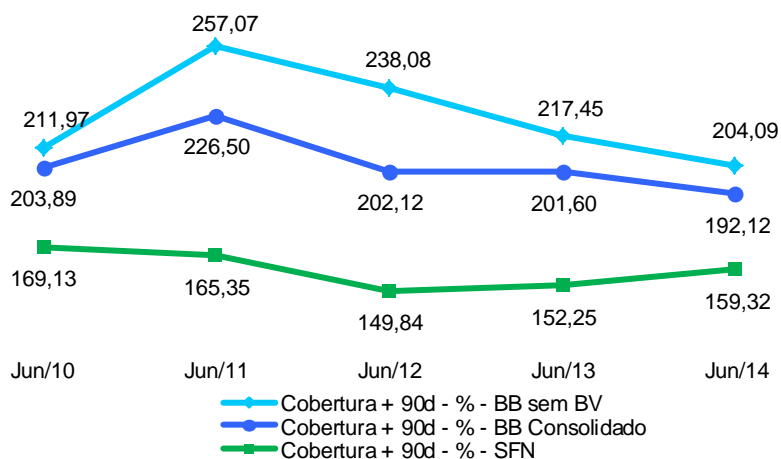
O gráfico a seguir apresenta a evolução histórica do risco médio da carteira do Banco do Brasil e sua comparação direta com o Sistema Financeiro Nacional (SFN). Pode-se observar que o indicador do BB mantém a tendência de redução desde Jun/10 e estabilidade em relação ao ano anterior. O patamar continua bastante inferior ao do SFN.

Figura 19. Risco Médio da Carteira de Crédito Classificada



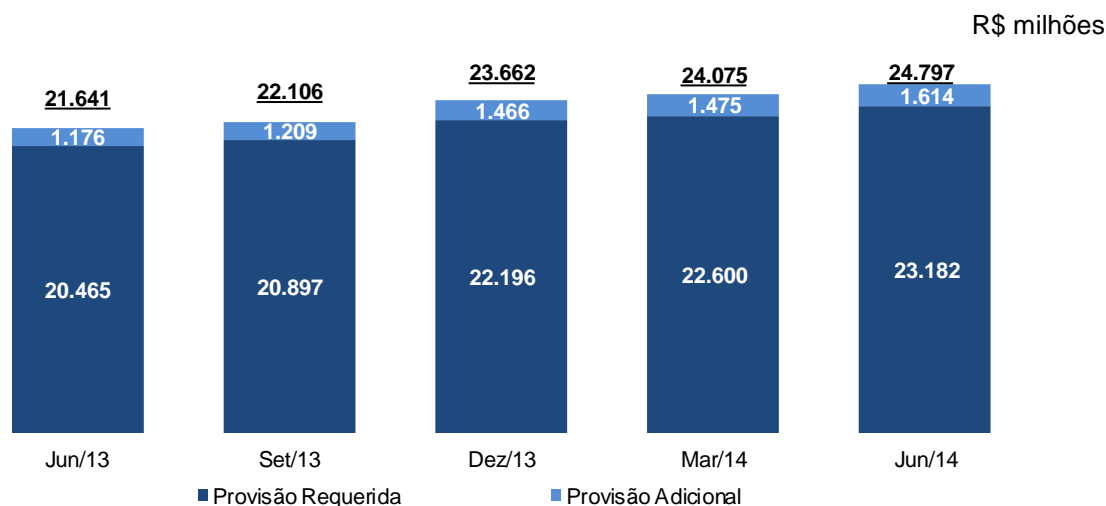
A seguir é apresentado o índice de cobertura das operações em atraso há mais de 90 dias, que exprime a relação entre o saldo total de provisão (requerida mais adicional) e o saldo das operações de crédito vencidas há mais de 90 dias. Os níveis atuais de provisão permitem ao Banco registrar índice de cobertura de 192,12%, percentual superior ao registrado pelo SFN. É válido ressaltar que o Banco possui níveis de provisões suficientes para suportar eventuais mudanças de cenários, como elevação do nível de inadimplência.

Figura 20. Índices de Cobertura da Carteira de Crédito Classificada



Na figura a seguir, a Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa - PCLD é detalhada segregando-se as provisões requerida e adicional. Em jun/14, a provisão total apresentou aumento de 14,6% em relação ao mesmo período do ano anterior.

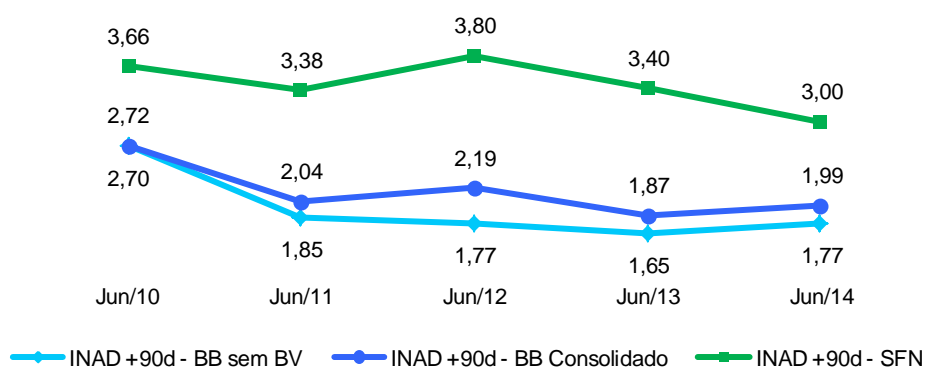
Figura 21. Provisão de Crédito – Carteira de Crédito Classificada



Historicamente, o BB apresenta índice de inadimplência inferior ao do SFN, conforme demonstrado na figura a seguir. O índice de inadimplência (INAD +90d) compreende a relação entre as operações vencidas há mais de 90 dias e o saldo da carteira de crédito classificada.

Devido à robusta metodologia de análise e acompanhamento do risco de crédito, o INAD +90d do Banco do Brasil apresentou menor sensibilidade à piora de risco observada no SFN entre os meses de Jun/10 a Jun/12.

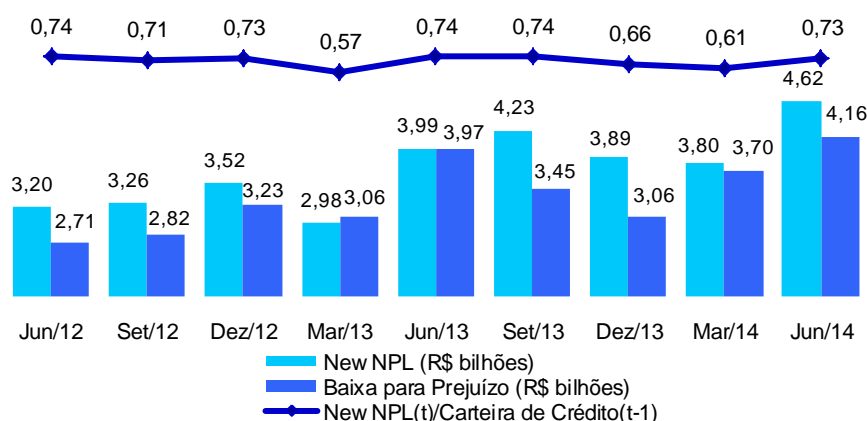
Figura 22. INAD +90 – em % da Carteira de Crédito Classificada



No gráfico a seguir é possível observar o indicador New NPL/Carteira de Crédito que representa uma tendência da futura inadimplência. O indicador é apurado pela relação entre: (i) a variação trimestral do saldo das operações vencidas há mais de 90 dias, acrescida das baixas para prejuízo efetuadas no trimestre; e (ii) o saldo da carteira de crédito classificada do trimestre imediatamente anterior.

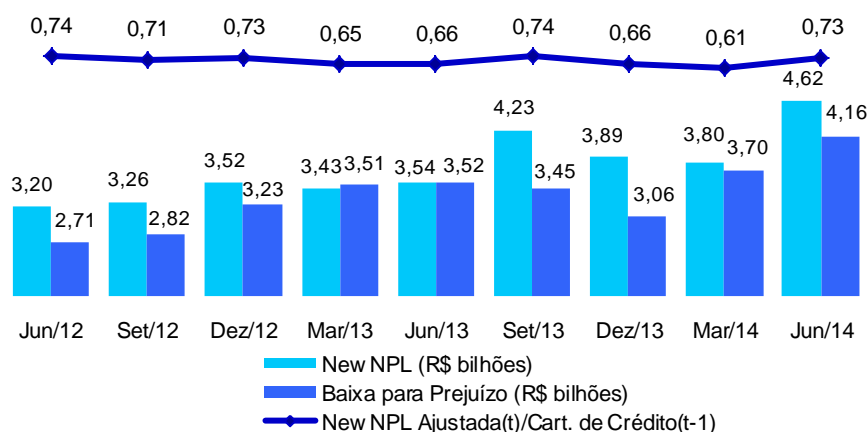
É válido ressaltar que as baixas de operações para prejuízo seguem rigorosamente as determinações da Resolução CMN 2.682/99. As operações classificadas em risco H são contabilizadas como perdas somente depois de decorridos seis meses da sua classificação nesse nível de risco e com mais de 180 dias de atraso, não sendo admitido o registro em período inferior.

Figura 23. New NPL e Baixa para Prejuízo – % da Carteira de Crédito Classificada



A próxima figura apresenta o indicador New NPL ajustado em função do montante de R\$ 452 milhões de baixas não realizadas ao fim do 1º trimestre de 2013. Esse fato ocorreu devido ao acúmulo de três dias não úteis ao fim de Mar/13. É válido ressaltar que não houve efeito semelhante nos trimestres subsequentes.

Figura 24. New NPL e Baixa para Prejuízo Ajustadas – % da Carteira de Crédito Classificada



Os resultados alcançados com a gestão do risco da carteira de crédito, aliados ao baixo índice de inadimplência e elevado histórico de cobertura da PCLD, têm permitido o contínuo aprimoramento das metodologias de classificação de risco das operações de crédito do Banco. Esse aperfeiçoamento permitiu ao Banco do Brasil atingir uma concentração de 94,9% das operações no risco AA-C, classificação melhor que o obtido pelo SFN.

Tabela 66. Carteira de Crédito Classificada por Nível de Risco

R\$ milhões	Jun/13			Mar/14			Jun/14			SFN
	Saldo	Provisão	Part. %	Saldo	Provisão	Part. %	Saldo	Provisão	Part. %	
AA	188.131	-	32,7	351.142	-	55,6	366.044	-	56,4	35,5
A	145.361	727	25,3	103.199	516	16,3	106.034	530	16,3	35,0
B	181.553	1.816	31,5	118.954	1.190	18,8	118.893	1.189	18,3	15,6
C	29.531	886	5,1	25.928	778	4,1	25.528	766	3,9	7,1
D	9.889	989	1,7	4.391	439	0,7	4.073	407	0,6	2,0
E	4.345	1.303	0,8	8.021	2.406	1,3	8.498	2.549	1,3	1,1
F	2.086	1.043	0,4	3.351	1.675	0,5	3.643	1.821	0,6	0,7
G	3.030	2.121	0,5	2.554	1.788	0,4	3.109	2.176	0,5	0,5
H	11.581	11.581	2,0	13.808	13.808	2,2	13.743	13.743	2,1	2,6
Total	575.505	20.465	100,0	631.347	22.600	100,0	649.564	23.182	100,0	100,0
AA-C	544.575	3.428	94,6	599.223	2.483	94,9	616.498	2.485	94,9	93,1
D-H	30.931	17.037	5,4	32.124	20.117	5,1	33.066	20.697	5,1	6,9

As despesas com PCLD ficaram estáveis na comparação com o trimestre anterior. Em relação à visão acumulada em 12 meses, tais despesas aumentaram em 13,2% em relação a jun/13, percentual inferior ao crescimento de 19,4% da média em 12 meses da carteira de crédito classificada.

Tabela 67. Despesas de PCLD sobre Carteira de Crédito Classificada – BB e BB sem BV

R\$ milhões	Saldos					Var. %	
	2T13	3T13	4T13	1T14	2T14	s/2T13	s/1T14
Despesas de PCLD 12 meses							
(A) BB	(14.893)	(15.045)	(15.597)	(16.509)	(16.860)	13,2	2,1
(B) BB sem BV	(12.659)	(13.029)	(13.397)	(14.410)	(14.910)	17,8	3,5
Despesas de PCLD Trimestral							
(C) BB	(4.219)	(3.915)	(4.188)	(4.187)	(4.570)	8,3	9,2
(D) BB sem BV	(3.687)	(3.468)	(3.470)	(3.785)	(4.186)	13,6	10,6
Média da Carteira Classificada							
(E) BB - 12 meses	511.390	538.278	563.944	587.413	610.440	19,4	3,9
(F) BB - 3 meses	555.870	579.432	604.677	626.547	642.750	15,6	2,6
(G) BB sem BV - 3 meses	531.980	555.789	581.755	605.014	621.978	16,9	2,8
Índices de PCLD - %							
(A/E) - Desp.PCLD s/ Cart. Créd. BB 12M	2,91	2,79	2,77	2,81	2,76	-	-
(C/F) - Desp.PCLD s/ Cart. Créd. BB 3M	0,76	0,68	0,69	0,67	0,71	-	-
(D/G) - Desp.PCLD s/ Cart. Créd. BB sem BV 3M	0,69	0,62	0,60	0,63	0,67	-	-

A tabela a seguir demonstra o impacto da recuperação de crédito nas despesas de PCLD. É válido lembrar que apenas os créditos recuperados parceladamente sensibilizam as provisões.

Tabela 68. Despesas de PCLD Líquidas de Recuperação de Crédito Parcelada

R\$ milhões	Saldos					Var. %	
	2T13	3T13	4T13	1T14	2T14 ¹	s/2T13	s/1T14
Despesas de PCLD - Trimestral	(4.219)	(3.915)	(4.188)	(4.187)	(4.570)	8,3	9,2
Despesas de PCLD - 12 meses	(14.893)	(15.045)	(15.597)	(16.509)	(16.860)	13,2	2,1
Recup. de Crédito Parcelada - Trimestral	544	159	255	250	275	(49,4)	10,4
Recup. de Crédito Parcelada - 12 meses	1.360	1.257	1.127	1.208	939	(31,0)	(22,3)
Despesas de PCLD Líquida - Trimestral	(3.675)	(3.756)	(3.933)	(3.937)	(4.295)	16,9	9,1
Despesas de PCLD Líquida - 12 meses	(13.533)	(13.788)	(14.470)	(15.301)	(15.921)	17,6	4,1

¹ Contempla ajuste de recuperação de operação com característica de crédito.

A seguir apresentamos resumo dos principais indicadores de gestão do risco de crédito, alguns já mencionados anteriormente.

Tabela 69. Índices de Atraso da Carteira Classificada

R\$ milhões	2T13	3T13	4T13	1T14	2T14 ¹
Carteira de Crédito Classificada	575.505	585.046	623.417	631.347	649.564
Operações Vencidas + 15 dias	17.707	19.713	19.887	22.318	21.844
Op. Vencidas + 15 dias/Carteira de Crédito - %	3,08	3,37	3,19	3,53	3,36
Operações Vencidas + 60 dias	12.686	13.815	14.601	14.946	15.402
Op. Vencidas + 60 dias/Carteira de Crédito - %	2,20	2,36	2,34	2,37	2,37
Op. Vencidas + 15-59 dias/Carteira de Crédito - %	0,87	1,01	0,85	1,17	0,99
Op. Vencidas + 90 dias	10.734	11.521	12.346	12.444	12.907
Op. Vencidas + 90 dias/Carteira de Crédito - %	1,87	1,97	1,98	1,97	1,99
Op. Vencidas + 15-89 dias/Carteira de Crédito - %	1,21	1,40	1,21	1,56	1,38
Op. Vencidas + 90 dias/Carteira de Crédito - SFN - %	3,40	3,30	3,00	3,00	3,00
Baixa para Prejuízo	3.975	3.447	3.060	3.698	4.156
Recuperação	(1.181)	(836)	(719)	(809)	(872)
Recuperação/Baixa para Prejuízo - %	29,70	24,27	23,51	21,88	20,97
Saldo Perda	2.794	2.610	2.341	2.889	3.284
Saldo Perda/Carteira de Crédito - anualizado - %	1,96	1,80	1,51	1,84	2,04
Provisão (Requerida + Adicional)	21.641	22.106	23.662	24.075	24.797
Provisão/Carteira de Crédito - %	3,76	3,78	3,80	3,81	3,82
Provisão/Op. Vencidas + 15 dias - %	122,22	112,14	118,98	107,87	113,52
Provisão/Op. Vencidas + 60 dias - %	170,60	160,02	162,06	161,07	161,00
Provisão/Op. Vencidas + 90 dias - %	201,60	191,88	191,65	193,47	192,12

¹ Contempla ajuste de recuperação de operação com característica de crédito.

3.2.1. Carteira de Crédito Pessoa Física

Nas tabelas a seguir, a carteira de crédito pessoa física, a respectiva movimentação da PCLD e a inadimplência de mais de 90 dias são apresentadas sem considerar as operações da parceria realizada com o BV, ou seja, corresponde a carteira de crédito pessoa física orgânica acrescida da carteira adquirida.

As operações classificadas com nível de risco AA-C representaram 92,9% do total em jun/14, acréscimo de 40 pontos base sobre jun/13.

Tabela 70. Carteira de Crédito Classificada PF por Nível de Risco – sem BV

R\$ milhões	Jun/13			Mar/14			Jun/14		
	Saldo	Provisão	Part. %	Saldo	Provisão	Part. %	Saldo	Provisão	Part. %
AA	31.453	-	21,5	48.581	-	31,0	50.377	-	31,5
A	35.151	176	24,0	29.566	148	18,9	29.700	149	18,6
B	52.082	521	35,6	51.825	518	33,1	53.029	530	33,2
C	16.628	499	11,4	15.439	463	9,9	15.429	463	9,6
D	3.161	316	2,2	1.759	176	1,1	1.703	170	1,1
E	1.341	402	0,9	2.372	712	1,5	2.634	790	1,6
F	644	322	0,4	1.260	630	0,8	1.350	675	0,8
G	776	543	0,5	674	472	0,4	849	594	0,5
H	5.000	5.000	3,4	5.206	5.206	3,3	4.883	4.883	3,1
Total	146.235	7.779	100,0	156.683	8.325	100,0	159.955	8.255	100,0
AA-C	135.313	1.195	92,5	145.411	1.129	92,8	148.535	1.142	92,9
D-H	10.922	6.584	7,5	11.272	7.196	7,2	11.420	7.113	7,1

Tabela 71. Movimentação da PCLD da Carteira de Crédito Classificada PF – sem BV

R\$ milhões	2T13	3T13	4T13	1T14	2T14
Carteira de Crédito Classificada PF	146.235	148.941	154.303	156.683	159.955
Provisão Inicial	7.717	7.779	8.131	8.402	8.325
1 - Migração de Risco	1.228	1.507	1.475	1.383	1.390
a) Flora de Risco	1.736	2.312	2.071	2.284	2.273
b) Melhora de Risco	(508)	(805)	(596)	(902)	(883)
2 - Contratações	206	166	177	156	226
3 - Perdas	(1.162)	(1.042)	(1.054)	(1.315)	(1.268)
Total (1 + 2 + 3)	271	630	597	223	348
Outros Impactos¹	(210)	(279)	(326)	(301)	(418)
Provisão Final	7.779	8.131	8.402	8.325	8.255
Provisão Exigida pela Res. CMN 2.682	7.779	8.131	8.402	8.325	8.255
Fluxo da Provisão - R\$ milhões	1.224	1.393	1.326	1.238	1.197
a) Provisão Adicional	-	-	-	-	-
b) Despesas de Provisão	1.224	1.393	1.326	1.238	1.197
Provisão / Carteira - %	5,32	5,46	5,45	5,31	5,16
Fluxo da Provisão / Carteira - %	0,84	0,94	0,86	0,79	0,75
Op. Vencidas +15 dias/Carteira	4,14	4,43	4,14	4,58	4,27
Op. Vencidas +90 dias/Carteira	2,40	2,50	2,56	2,44	2,32

1 - Amortização, liquidação, liberação de parcelas e débito de encargos.

Na tabela abaixo é apresentada a inadimplência das principais linhas de crédito do portfólio PF do BB e a participação de cada uma delas em relação ao saldo total da carteira (Part.%). Dessa forma, é possível analisar a inadimplência de cada produto em relação à relevância dessa linha no portfólio. As linhas apresentadas na tabela a seguir representam 78,6% da carteira orgânica com aquisições PF do Banco.

Tabela 72. INAD +90 – Em % Por Linha de Crédito – Sem BV

	2T13	Part. %	1T14	Part. %	2T14	Part. %
Pessoa Física	2,40	78,7	2,44	78,7	2,32	78,6
CDC Consignação	1,59	40,2	1,55	38,5	1,55	38,5
CDC Salário	2,96	12,5	2,70	11,5	2,91	11,3
Financiamento Imobiliário	0,31	9,4	0,31	13,3	0,48	14,7
Financiamento a Veículos	0,67	16,5	0,88	15,3	0,95	14,1

Acompanhamento por Safras

Nos gráficos seguintes é apresentado o acompanhamento da inadimplência da carteira de crédito de pessoas físicas por safras. Essa metodologia proporciona um detalhamento maior e mais próximo da carteira do que os indicadores tradicionais, permitindo avaliar, ao longo do tempo, como se comporta a inadimplência do conjunto de operações contratadas em determinado período.

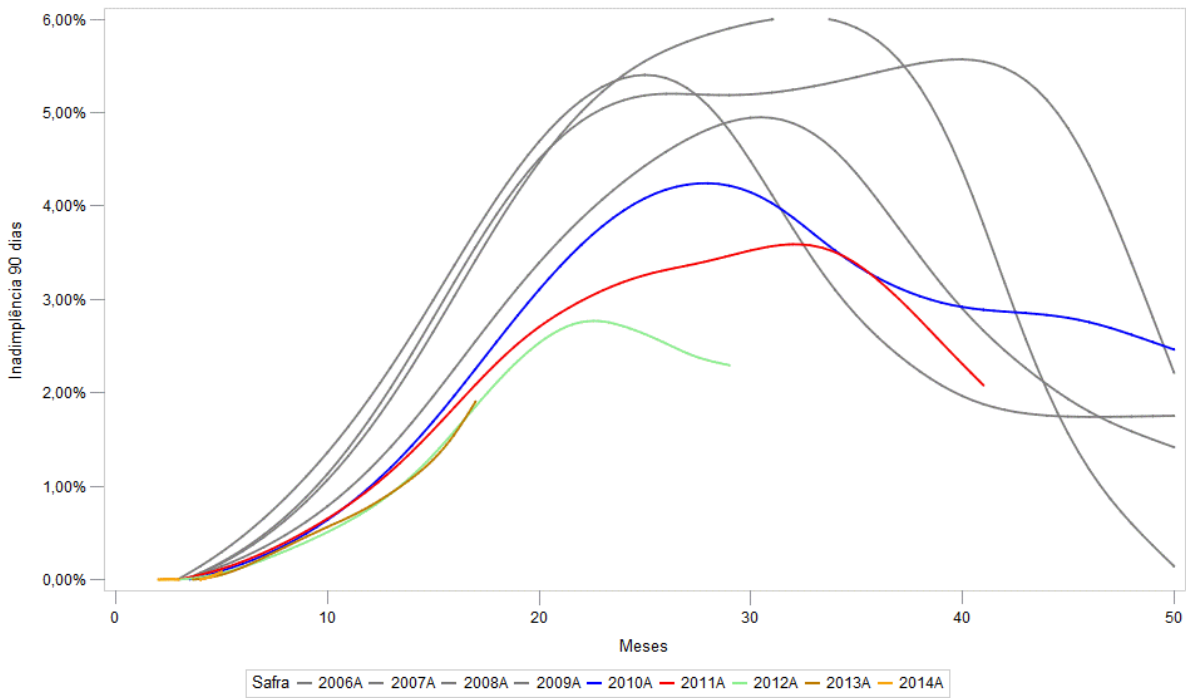
Para inadimplência, consideram-se as operações vencidas há mais de 90 dias e, para apuração da Carteira de Crédito Pessoa Física as operações de Cheque Especial e Cartão de Crédito não são contabilizadas.

O acompanhamento demonstra, na carteira PF, como as operações mais recentes apresentam uma curva de inadimplência mais favorável do que aquelas contratadas em períodos anteriores. Na carteira de financiamento de veículos, a qualidade das novas safras está em linha com as imediatamente anteriores e melhor do que as mais antigas.

Esses resultados espelham o aperfeiçoamento constante nos modelos de análise, concessão e acompanhamento do crédito. As inflexões apresentadas nas curvas da figura referem-se às cessões de créditos.

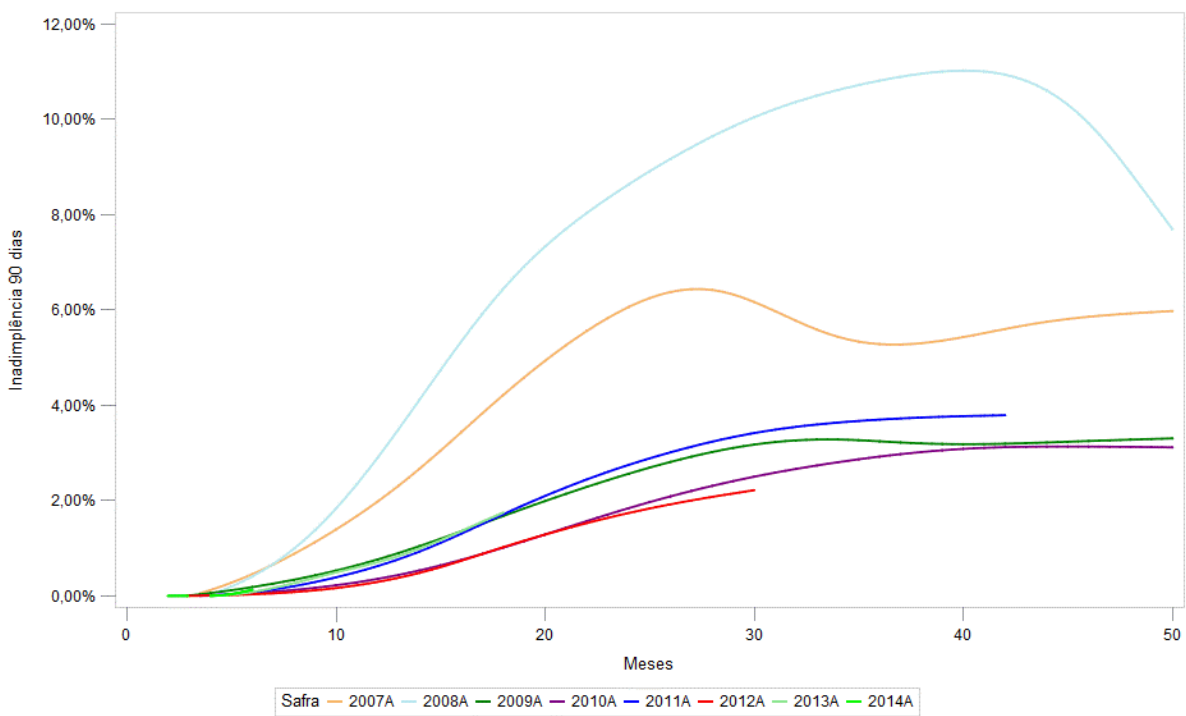
O gráfico a seguir traz o acompanhamento de safras na periodicidade anual, facilitando a visualização e a interpretação dos dados.

Figura 25. Vintage Anual – Crédito Pessoa Física



O gráfico abaixo apresenta o detalhamento da carteira própria de financiamento de veículos na visão anual.

Figura 26. Vintage Anual – Carteira Própria de Financiamento de Veículos



3.2.2. Carteira de Crédito Pessoa Jurídica

Nas tabelas a seguir, a carteira de crédito pessoa jurídica e a respectiva movimentação da PCLD são apresentadas sem considerar as operações da parceria realizada com o BV. A participação das operações classificadas nos níveis de risco de AA-C atingiu 95,3% do total da carteira em jun/14.

Tabela 73. Carteira de Crédito Classificada PJ por Nível de Risco – sem BV

R\$ milhões	Jun/13			Mar/14			Jun/14		
	Saldo	Provisão	Part. %	Saldo	Provisão	Part. %	Saldo	Provisão	Part. %
AA	103.082	-	44,3	183.356	-	71,6	193.993	-	72,7
A	54.684	273	23,9	31.641	158	12,4	31.186	156	11,7
B	59.302	593	25,6	25.711	257	10,0	25.802	258	9,7
C	3.007	90	1,3	4.046	121	1,6	3.398	102	1,3
D	2.856	286	1,2	1.170	117	0,5	1.173	117	0,4
E	1.656	497	0,7	2.279	684	0,9	2.576	773	1,0
F	932	466	0,4	1.244	622	0,5	1.468	734	0,5
G	1.705	1.193	0,7	962	673	0,4	1.295	906	0,5
H	4.128	4.128	1,8	5.647	5.647	2,2	6.111	6.111	2,3
Total	231.351	7.527	100,0	256.055	8.279	100,0	267.003	9.158	100,0
AA-C	220.074	957	95,1	244.754	537	95,6	254.379	516	95,3
D-H	11.277	6.570	4,9	11.301	7.742	4,4	12.624	8.642	4,7

Tabela 74. Movimentação da PCLD da Carteira de Crédito Classificada PJ – sem BV

R\$ milhões	2T13	3T13	4T13	1T14	2T14
Carteira de Crédito Classificada PJ	231.351	235.444	252.569	256.055	267.003
Provisão Inicial	7.370	7.527	7.540	7.918	8.279
1 - Migração de Risco	1.865	1.660	1.961	2.032	2.677
a) Flora de Risco	2.197	2.529	2.386	2.390	2.938
b) Melhora de Risco	(333)	(869)	(425)	(358)	(261)
2 - Contratações	300	168	166	139	141
3 - Perdas	(1.915)	(1.645)	(1.326)	(1.569)	(1.721)
Total (1 + 2 + 3)	250	184	801	602	1.097
Outros Impactos¹	(93)	(171)	(422)	(241)	(218)
Provisão Final	7.527	7.540	7.918	8.279	9.158
Provisão Exigida pela Res. CMN 2.682	7.527	7.540	7.918	8.279	9.158
Fluxo da Provisão - R\$ milhões	2.072	1.658	1.705	1.929	2.600
a) Provisão Adicional	-	-	-	-	-
b) Despesas de Provisão	2.072	1.658	1.705	1.929	2.600
Provisão / Carteira - %	3,25	3,20	3,14	3,23	3,43
Fluxo da Provisão / Carteira - %	0,90	0,70	0,67	0,75	0,97
Op. Vencidas +15 dias/Carteira	3,06	3,55	3,34	3,84	3,81
Op. Vencidas + 90 dias/Carteira	2,14	2,24	2,28	2,24	2,43

1 - Amortização, liquidação, liberação de parcelas e débito de encargos.

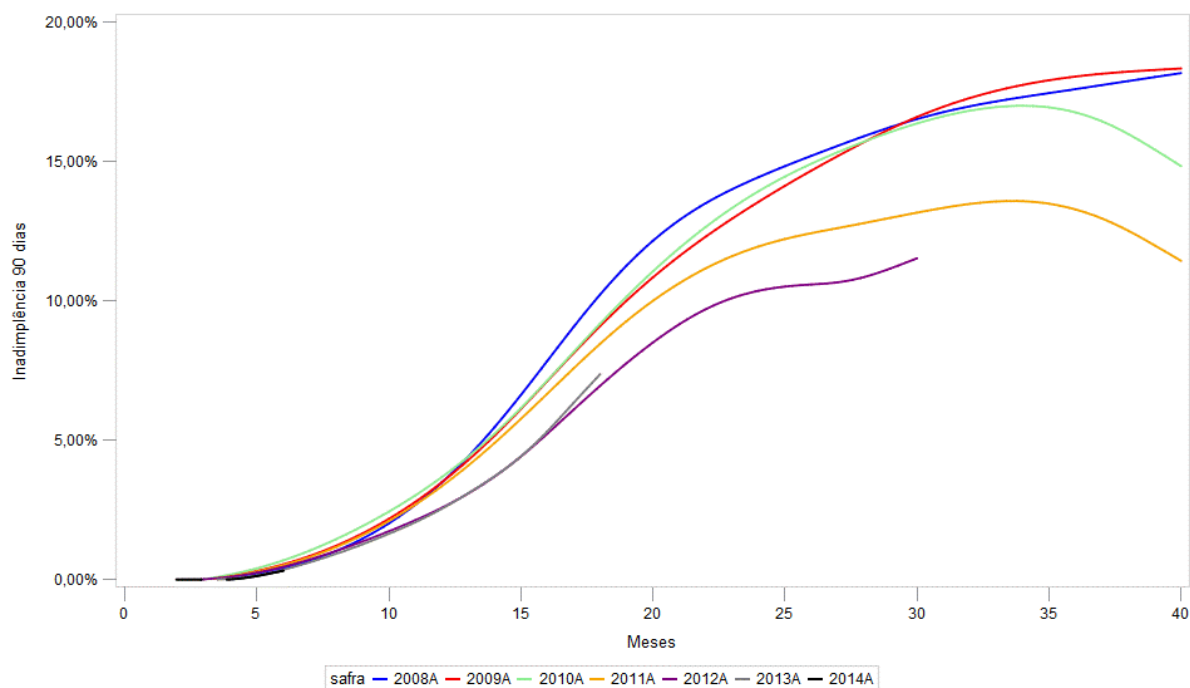
Na tabela abaixo é apresentada a inadimplência das principais linhas de crédito do portfólio PJ do BB e a participação de cada uma delas em relação ao saldo total da carteira (Part.%). Dessa forma, é possível analisar a inadimplência de cada produto em relação à relevância dessa linha no portfólio. Tais linhas representam 85,7% do total da carteira PJ do Banco.

Tabela 75. INAD +90 – Em % Por Linha de Crédito – Sem BV

	2T13	Part. %	1T14	Part. %	2T14	Part. %
Pessoa Jurídica	2,14	87,1	2,24	85,8	2,43	85,7
Capital de Giro	1,95	53,4	2,00	52,8	2,23	52,9
Investimento	0,81	20,6	0,75	22,0	0,98	21,8
Recebíveis	2,79	7,9	3,22	6,8	3,22	6,4
ACC/ACE	0,24	5,2	0,19	4,3	0,23	4,5

O gráfico a seguir traz o acompanhamento de safras de crédito MPE na periodicidade anual, facilitando a visualização e a interpretação dos dados. Como pode ser observado, as safras mais atuais tem sido originadas com mais qualidade que as anteriores, o que demonstra o aperfeiçoamento constante das metodologias aplicadas pelo banco nesse tipo de negócio.

Figura 27. Vintage Anual – Carteira MPE



3.2.3. Carteira de Agronegócios

Na tabela a seguir é apresentada a carteira de crédito classificada de agronegócios por nível de risco.

Tabela 76. Carteira de Crédito Classificada de Agronegócios por Nível de Risco

R\$ milhões	Jun/13			Mar/14			Jun/14		
	Saldo	Provisão	Part. %	Saldo	Provisão	Part. %	Saldo	Provisão	Part. %
AA	26.363	-	20,9	83.817	-	56,2	87.145	-	56,0
A	32.450	162	25,7	25.288	126	16,9	28.941	145	18,6
B	56.355	564	44,6	31.901	319	21,4	31.121	311	20,0
C	5.789	174	4,6	2.391	72	1,6	2.785	84	1,8
D	2.758	276	2,2	546	55	0,4	468	47	0,3
E	774	232	0,6	2.918	876	2,0	2.883	865	1,9
F	219	110	0,2	388	194	0,3	394	197	0,3
G	276	193	0,2	221	155	0,1	279	195	0,2
H	1.316	1.316	1,0	1.794	1.794	1,2	1.603	1.603	1,0
Total	126.300	3.026	100,0	149.265	3.590	100,0	155.620	3.446	100,0
AA-C	120.957	899	95,8	143.397	517	96,1	149.993	539	96,4
D-H	5.343	2.126	4,2	5.868	3.073	3,9	5.627	2.907	3,6

Na tabela abaixo é apresentada a inadimplência das principais linhas de crédito do portfólio Agronegócios do BB e a participação de cada uma delas em relação ao saldo total da carteira (Part.%). Dessa forma, é possível analisar a inadimplência de cada produto em relação à relevância dessa linha no portfólio. Tais linhas representam 59,4% do total da carteira Agro do Banco.

Tabela 77. INAD +90 – Em % Por Linha de Crédito – Sem BV

	2T13	Part. %	1T14	Part. %	2T14	Part. %
Agronegócios	0,48	58,4	0,74	56,5	0,56	59,4
Pronaf	0,82	20,8	1,37	20,0	1,08	20,4
Custeio Agropecuário	0,53	20,7	0,81	18,7	0,63	20,2
Pronamp	0,48	11,4	0,71	11,9	0,56	13,0
BNDES/Finame Rural	0,22	5,5	0,34	5,9	0,28	5,7

As próximas tabelas apresentam a carteira de crédito classificada de agronegócios pessoa física por nível de risco e a movimentação da PCLD relativa a tais operações.

Tabela 78. Carteira de Crédito Classificada de Agronegócios PF por Nível de Risco

R\$ milhões	Jun/13			Mar/14			Jun/14		
	Saldo	Provisão	Part. %	Saldo	Provisão	Part. %	Saldo	Provisão	Part. %
AA	2.866	-	3,3	44.781	-	44,9	50.190	-	46,0
A	26.594	133	31,0	20.157	101	20,2	22.514	113	20,7
B	46.109	461	53,8	27.068	271	27,2	28.485	285	26,1
C	5.239	157	6,1	2.044	61	2,1	2.420	73	2,2
D	2.452	245	2,9	470	47	0,5	398	40	0,4
E	750	225	0,9	2.831	849	2,8	2.795	839	2,6
F	212	106	0,2	383	191	0,4	370	185	0,3
G	235	164	0,3	211	147	0,2	270	189	0,2
H	1.264	1.264	1,5	1.723	1.723	1,7	1.579	1.579	1,4
Total	85.721	2.755	100,0	99.669	3.391	100,0	109.020	3.301	100,0
AA-C	80.808	751	94,3	94.051	433	94,4	103.609	470	95,0
D-H	4.913	2.004	5,7	5.618	2.958	5,6	5.411	2.831	5,0

Tabela 79. Movimentação da PCLD – Carteira de Crédito Classificada de Agronegócios PF

R\$ milhões	2T13	3T13	4T13	1T14	2T14
Cart. de Créd. Classificada de Agro. PF	85.721	86.885	95.614	99.669	109.020
Provisão Inicial	2.665	2.755	2.946	3.271	3.391
1 - Migração de Risco	243	509	539	514	363
a) Flora de Risco	589	1.277	998	990	955
b) Melhora de Risco	(346)	(768)	(459)	(476)	(592)
2 - Contratações	133	62	76	36	69
3 - Perdas	(202)	(275)	(225)	(391)	(491)
Total (1 + 2 + 3)	174	296	390	159	(60)
Outros Impactos¹	(83)	(105)	(65)	(39)	(31)
Provisão Final	2.755	2.946	3.271	3.391	3.301
Provisão Exigida pela Res. CMN 2.682	2.755	2.946	3.271	3.391	3.301
Fluxo da Provisão - R\$ milhões	293	465	550	511	401
a) Provisão Adicional	-	-	-	-	-
b) Despesas de Provisão	293	465	550	511	401
Provisão / Carteira - %	3,2	3,4	3,4	3,4	3,0
Fluxo da Provisão / Carteira - %	0,3	0,5	0,6	0,5	0,4

1 - Amortização, liquidação, liberação de parcelas e débito de encargos.

As tabelas a seguir apresentam a carteira de crédito classificada de agronegócios pessoa jurídica por nível de risco e a respectiva movimentação da PCLD.

Tabela 80. Carteira de Crédito Classificada de Agronegócios PJ por Nível de Risco

R\$ milhões	Jun/13			Mar/14			Jun/14		
	Saldo	Provisão	Part. %	Saldo	Provisão	Part. %	Saldo	Provisão	Part. %
AA	23.497	-	57,9	39.036	-	78,7	36.955	-	79,3
A	5.856	29	14,4	5.131	26	10,3	6.427	32	13,8
B	10.246	102	25,2	4.833	48	9,7	2.636	26	5,7
C	550	16	1,4	347	10	0,7	365	11	0,8
D	306	31	0,8	76	8	0,2	70	7	0,2
E	24	7	0,1	88	26	0,2	88	26	0,2
F	7	4	0,0	5	3	0,0	24	12	0,1
G	41	29	0,1	11	8	0,0	9	7	0,0
H	52	52	0,1	70	70	0,1	24	24	0,1
Total	40.579	270	100,0	49.596	199	100,0	46.599	145	100,0
AA-C	40.149	148	98,9	49.346	84	99,5	46.383	69	99,5
D-H	430	122	1,1	250	114	0,5	216	76	0,5

Tabela 81. Movimentação da PCLD – Carteira de Crédito Classificada de Agronegócios PJ

R\$ milhões	2T13	3T13	4T13	1T14	2T14
Cart. de Créd. Classificada de Agro. PJ	40.579	42.483	48.486	49.596	46.599
Provisão Inicial	276	270	186	206	199
1 - Migração de Risco	32	(40)	19	18	10
a) Flora de Risco	55	49	35	29	26
b) Melhora de Risco	(23)	(89)	(15)	(11)	(16)
2 - Contratações	51	9	20	9	12
3 - Perdas	(36)	(17)	(7)	(5)	(52)
Total (1 + 2 + 3)	47	(48)	32	22	(29)
Outros Impactos¹	(53)	(36)	(12)	(29)	(24)
Provisão Final	270	186	206	199	145
Provisão Exigida pela Res. CMN 2.682	270	186	206	199	145
Fluxo da Provisão - R\$ milhões	30	(68)	27	(2)	(1)
a) Provisão Adicional	-	-	-	-	-
b) Despesas de Provisão	30	(68)	27	(2)	(1)
Provisão / Carteira - %	0,67	0,44	0,42	0,40	0,31
Fluxo da Provisão / Carteira - %	0,07	(0,16)	0,06	(0,00)	(0,00)

1 - Amortização, liquidação, liberação de parcelas e débito de encargos.

Operações Prorrogadas e Não Prorrogadas

O risco médio da carteira é influenciado pelas operações prorrogadas, principalmente entre os anos de 2005 e 2007, com saldo total de R\$ 5.337 milhões em jun/14. A Resolução CMN 2.682/99, que disciplina a classificação de risco e constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa, estabelece a manutenção do risco das operações renegociadas no nível de risco observado à época da renegociação. Em função desta regra as operações renegociadas majoram o risco médio da carteira de crédito.

Na tabela a seguir, a carteira de crédito classificada do agronegócio é segregada em operações não prorrogadas e prorrogadas. Verifica-se que as operações em atraso acima de 90 dias (risco BB+Terceiros) representam 0,41% da carteira total não prorrogada em jun/14, enquanto que esse mesmo indicador para as operações prorrogadas alcançou 4,37%.

Tabela 82. Operações Prorrogadas e Não Prorrogadas do Agronegócio

R\$ milhões	Operações Não-Prorrogadas			Operações Prorrogadas		
	Saldo	Provisão	Atraso 90 ¹	Saldo	Provisão	Atraso 90 ¹
AA	86.613	-	36	532	-	4
A	28.140	141	0	801	4	0
B	29.331	293	1	1.790	18	3
C	2.207	66	6	578	17	2
D	245	25	14	223	22	5
E	2.273	682	60	610	183	30
F	267	133	57	127	63	14
G	173	121	66	106	74	29
H	1.033	1.033	416	570	570	150
Total	150.282	2.494	619	5.337	952	233
A-C	59.678	500	7	3.169	39	5
D-H	3.991	1.994	612	1.636	913	228

1 - As operações em atraso no nível AA referem-se a crédito com risco de terceiros.

Na tabela seguinte são apresentados os saldos, índice de inadimplência 90 dias e risco médio da carteira classificada de agronegócio segmentada em carteira total, prorrogada e não prorrogada.

A relação entre as provisões requeridas (Resolução CMN 2.682/99) e o saldo de operações em atraso há mais de 90 dias apresentou melhora de 11 pontos base em relação a mar/14. Simulação realizada com as operações não prorrogadas risco BB, retirando-se o efeito arrasto provocado pelas operações prorrogadas chegou a 0,41%.

Tabela 83. Índices de Atraso da Carteira Classificada de Agronegócios

R\$ milhões	Jun/13	Set/13	Dez/13	Mar/14	Jun/14
Carteira de Crédito Classificada	126.300	129.368	144.100	149.265	155.620
Provisão	3.026	3.132	3.477	3.590	3.446
Operações Vencidas + 15 dias	984	1.438	1.676	1.643	1.424
Op. Vencidas + 15 dias/Carteira de Crédito - %	0,78	1,11	1,16	1,10	0,91
Operações Vencidas + 90 dias	611	882	1.128	1.099	870
Op. Vencidas + 90 dias/Carteira de Crédito - % ¹	0,48	0,68	0,78	0,74	0,56
Provisão/Carteira de Crédito - %	2,40	2,42	2,41	2,41	2,21
Baixa para Prejuízo	238	209	232	397	544
Op. não Prorrogadas - Risco BB + Terceiros	120.933	124.161	138.706	143.904	150.282
Provisão	2.173	2.224	2.467	2.571	2.494
Operações Vencidas + 90 dias	463	680	860	776	654
Op. Vencidas + 90 dias/Operações não Prorrogadas - %	0,38	0,55	0,62	0,54	0,44
Provisão/Operações não Prorrogadas - %	1,80	1,79	1,78	1,79	1,66
Baixa para Prejuízo	155	159	159	309	345
Op. não Prorrogadas - Risco BB	120.459	123.714	138.266	143.519	149.907
Provisão	2.173	2.223	2.466	2.570	2.494
Operações Vencidas + 90 dias	416	652	824	739	618
Op. Vencidas + 90 dias/Op. não Prorrogadas - %	0,35	0,53	0,60	0,52	0,41
Provisão/Operações não Prorrogadas - %	1,80	1,80	1,78	1,79	1,66
Baixa para Prejuízo	155	159	159	309	345
Op. Prorrogadas - Risco BB + Terceiros	5.367	5.207	5.394	5.361	5.337
Provisão	852	907	1.010	1.019	952
Operações Vencidas + 90 dias	147	202	302	325	237
Op. Vencidas + 90 dias/Operações Prorrogadas - %	2,75	3,88	5,60	6,07	4,44
Provisão/Operações Prorrogadas - %	15,88	17,43	18,72	19,01	17,84
Baixa para Prejuízo	82	50	73	88	199
Op. Prorrogadas - Risco BB	5.153	5.016	5.235	5.276	5.270
Provisão	851	907	1.009	1.019	951
Operações Vencidas + 90 dias	146	200	297	320	233
Op. Vencidas + 90 dias/Operações Prorrogadas - %	2,82	3,98	5,67	6,07	4,42
Provisão/Operações Prorrogadas - %	16,52	18,08	19,28	19,31	18,05
Baixa para Prejuízo	82	50	73	88	199
Simulação Op. não Pror. sem Efeito Arrasto das Pror.					
a - Risco BB + Terceiros	120.933	124.161	138.706	143.904	150.282
b - Provisão	416	652	824	739	618
Risco Médio (b/a) - %	0,34	0,52	0,59	0,51	0,41
c - Risco BB	120.459	123.714	138.266	143.519	149.907
d - Provisão	416	652	824	739	618
Risco Médio (d/c) - %	0,35	0,53	0,60	0,52	0,41

1 - No cálculo do índice foi computado o atraso proveniente de operações com risco de terceiros.

3.2.4. Carteira de Crédito no Exterior e BV

As tabelas a seguir demonstram as Carteiras Externa e do BV por nível de risco, respectivamente.

Tabela 84. Carteira de Crédito Classificada no Exterior por Nível de Risco

R\$ milhões	Jun/13			Mar/14			Jun/14		
	Saldo	Provisão	Part. %	Saldo	Provisão	Part. %	Saldo	Provisão	Part. %
AA	24.518	-	50,5	34.513	-	70,4	33.444	-	71,2
A	13.809	69	28,4	8.072	40	16,5	7.535	38	16,0
B	8.968	90	18,5	5.345	53	10,9	5.017	50	10,7
C	710	21	1,5	573	17	1,2	668	20	1,4
D	414	41	0,9	207	21	0,4	51	5	0,1
E	5	1	0,0	95	28	0,2	65	20	0,1
F	6	3	0,0	55	27	0,1	22	11	0,0
G	31	22	0,1	39	27	0,1	9	7	0,0
H	115	115	0,2	131	131	0,3	183	183	0,4
Total	48.576	362	100,0	49.029	346	100,0	46.994	333	100,0
AA-C	48.006	180	98,8	48.503	111	98,9	46.664	108	99,3
D-H	570	182	1,2	527	235	1,1	330	225	0,7

Tabela 85. Carteira de Crédito Classificada Banco Votorantim (50%)¹

R\$ milhões	Jun/13			Mar/14			Jun/14		
	Saldo	Provisão	Part. %	Saldo	Provisão	Part. %	Saldo	Provisão	Part. %
AA	2.714	-	14,6	874	-	4,3	1.085	-	5,4
A	9.267	46	37,5	8.631	43	42,5	8.671	43	43,4
B	4.846	48	21,0	4.172	42	20,5	3.924	39	19,6
C	3.397	102	14,7	3.480	104	17,1	3.247	97	16,2
D	700	70	3,0	709	71	3,5	677	68	3,4
E	569	171	2,5	356	107	1,8	339	102	1,7
F	285	142	1,2	404	202	2,0	408	204	2,0
G	243	170	1,0	657	460	3,2	676	474	3,4
H	1.023	1.023	4,4	1.030	1.030	5,1	963	963	4,8
Total	23.043	1.772	100,0	20.314	2.060	100,0	19.993	1.991	100,0
AA-C	20.224	197	87,8	17.157	189	84,5	16.928	180	84,7
D-H	2.820	1.576	12,2	3.157	1.870	15,5	3.065	1.811	15,3

¹ – Não contempla o saldo das operações provenientes de cessão de crédito (Resolução CMN nº 3.533/2008).

3.3. Cobrança e Recuperação de Créditos

3.3.1 Gerenciamento de Créditos em Curso Anormal

O Banco do Brasil monitora os créditos com indícios de comprometimento de qualidade. O tratamento das operações em curso anormal é realizado em fases: condução, cobrança e recuperação.

- I. A condução busca evitar a inadimplência, uma atuação de forma preventiva;
- II. A cobrança tem como objetivo regularizar a operação inadimplente, fato que reduz os custos processuais e mantém o bom relacionamento com o cliente;
- III. A recuperação tem como finalidade minimizar as perdas e recuperar o maior montante possível.

3.3.2 O Processo de Cobrança e Recuperação de Créditos

O Banco do Brasil utiliza modelos quantitativos próprios que, em conjunto com plataformas automatizadas de cobrança e recuperação, monitoram e gerenciam o comportamento dos clientes que ficam inadimplentes.

Os perfis desses clientes são estatisticamente identificados a partir do seu comportamento histórico em relação às ações de cobrança, o que resulta na determinação da probabilidade de regularização dos créditos em atraso.

- I. Clientes com alta probabilidade de regularizar seus créditos inadimplidos;
- II. Clientes com probabilidade intermediária de regularizar seus créditos inadimplidos;
- III. Clientes com baixa probabilidade de regularizar seus créditos inadimplidos.

A partir da análise de informações e variáveis são determinadas as ações, canais, política de renegociação e desconto, cessões de crédito, que sustentam o modelo de cobrança e recuperação de crédito do BB.

O modelo conceitual que sustenta o processo baseia-se nas seguintes premissas:

- I. Perfil do cliente: as ações são definidas em função do perfil do cliente, considerando aspectos como pilar de atendimento, nível de relacionamento, produtos consumidos, endividamento no BB, entre outros;
- II. Canais de Atendimento: o processo de recuperação ocorre em diversos canais, de forma sequencial. Evita-se a abordagem simultânea ao cliente;
- III. Ações Sequenciais: as ações de cobrança são pré-determinadas para cada perfil de cliente e aumentam de intensidade com o tempo.
- IV. Relações de Valor: abordagem diferenciada que respeita o nível de relacionamento de cada cliente com o BB;
- V. Sistemas de Informação: são utilizadas avançadas plataformas analíticas e operacionais que automatizam o processo de cobrança e melhoram a eficiência do negócio.

O desempenho histórico das ações de cobrança determina a probabilidade da regularização dos créditos em atraso. A principal consequência do acompanhamento estatístico é a possibilidade de aperfeiçoar continuamente o processo, utilizando a retroalimentação das informações das estratégias mais acertadas no período.

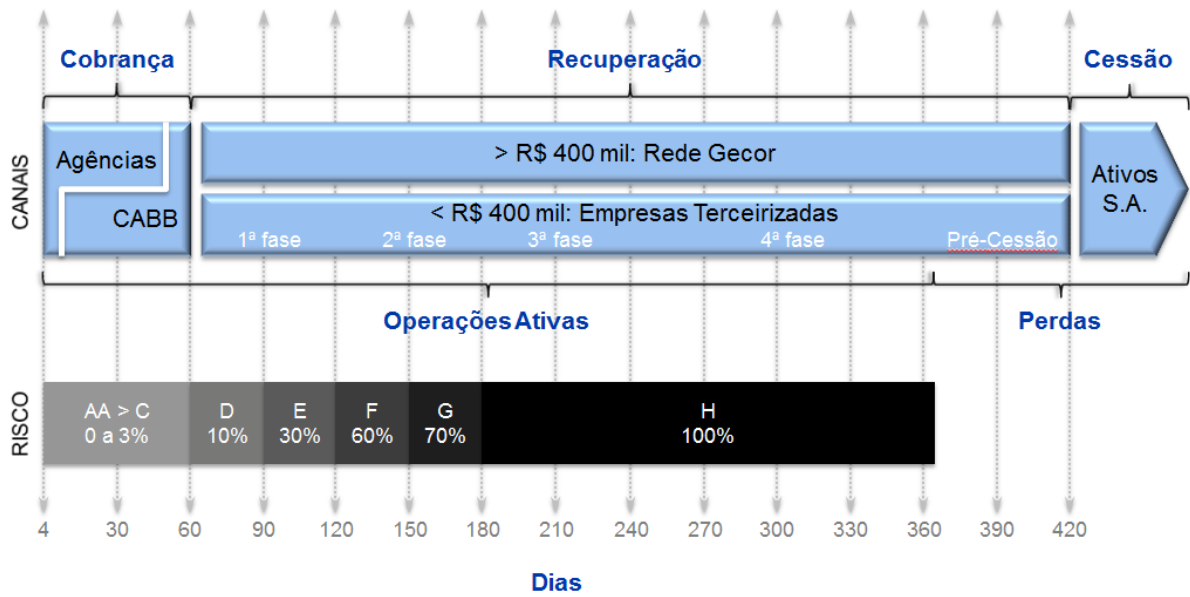
A possibilidade de segmentar os clientes inadimplentes é um importante aspecto da estratégia de cobrança e recuperação, da política de descontos e da cessão de créditos.

O Banco do Brasil utiliza de cessão de crédito como parte da estratégia de recuperação, com o objetivo de reduzir as perdas e os custos de gestão do portfólio inadimplido, por meio de transações com empresas de personalidade jurídica autônoma.

3.3.3 Fluxo Operacional da Cobrança e Recuperação de Créditos

A utilização dos canais de cobrança e recuperação, de forma sequencial, guarda relação estreita com o sucesso na estratégia do BB.

Figura 28. Canais de Cobrança e Recuperação¹



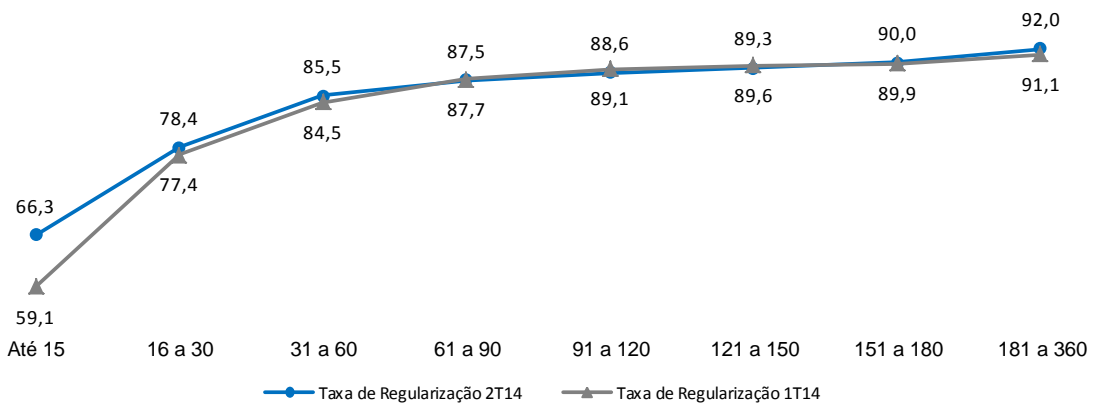
1 - Rede Gecor: refere-se a um conjunto de unidades de negócio especializadas na condução e tratamento de créditos anormais de clientes com endividamento superior a R\$ 400 mil.

3.3.4 Eficiência do Processo

Nas próximas figuras são apresentados os resultados obtidos no fluxo de cobrança e recuperação de créditos.

Em média, 92% do volume de créditos que ingressam em cobrança em determinada safra são resolvidos em até 360 dias.

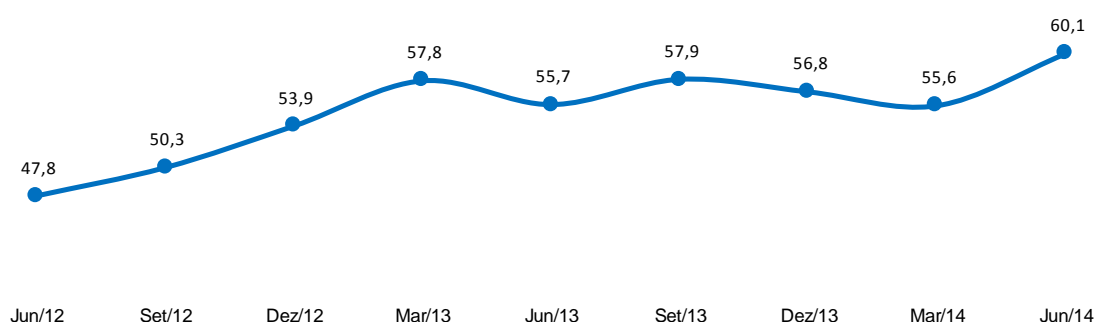
Figura 29 Taxa de Regularização do Crédito pelo Período de Cobrança %



Mesmo com a estratégia de renegociação, as ações de cobrança são voltadas para recebimento à vista das operações inadimplidas. Nos últimos quatro trimestres foram recuperados mais de R\$ 3,2 bilhões, sendo o montante de R\$ 2,3 bilhões foi recebido em caixa e R\$ 939,2 milhões recuperados a prazo.

A recuperação em caixa de créditos atingiu, na média dos últimos quatro trimestres, o patamar de 60,1%, percentual mais alto dos últimos dois anos.

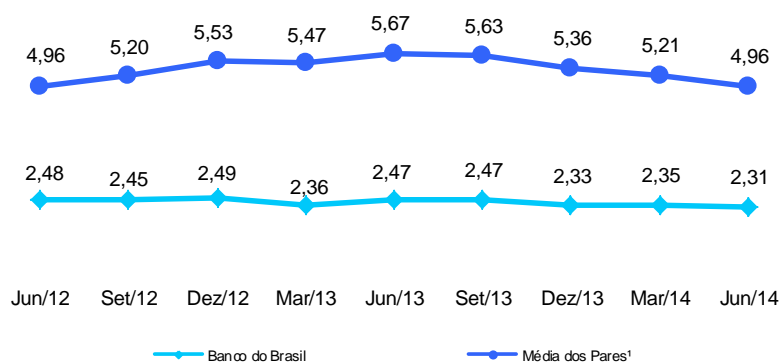
Figura 30. Recuperação à Vista (Média de quatro trimestres) ¹ - %



¹ Contempla ajuste de recuperação de operação com característica de crédito.

O gráfico a seguir demonstra o comportamento das baixas para prejuízo acumuladas em 12 meses em relação ao saldo médio da carteira de crédito classificada no mesmo período. Pode-se observar que o BB apresenta, historicamente, índice melhor que os principais pares de mercado.

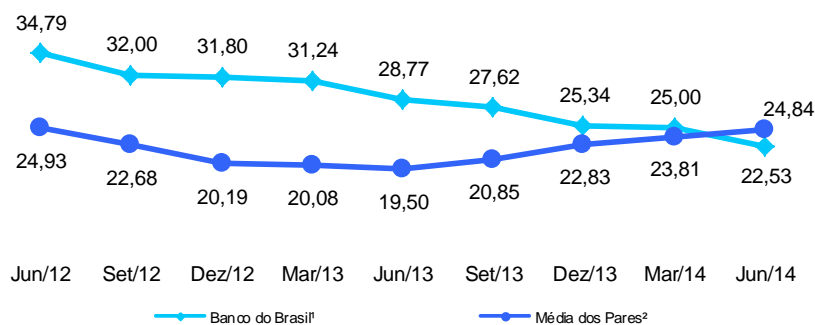
Figura 31. Baixa para Prejuízo – em % da Carteira de Crédito Classificada



¹ Corresponde aos três maiores bancos privados brasileiros.

Adicionalmente, o gráfico abaixo demonstra a relação entre o montante de crédito recuperado e o total baixado para prejuízo, ambos acumulados em 12 meses. Observa-se que o BB vinha apresentando desempenho acima dos pares de mercado até Mar/14, encerrando o segundo trimestre abaixo da média dos mesmos. Por outro lado, o Banco vem priorizando o recebimento de créditos em atraso, de acordo com o fluxo de cobrança, que estão classificados em risco H, antes de serem enviados para perda. O volume recuperado nessa faixa de risco foi de R\$ 763 milhões no 2T14.

Figura 32. Recuperação de Crédito/Baixa para Prejuízo – %



¹ Contempla ajuste de recuperação de operação com característica de crédito.

² Corresponde aos três maiores bancos privados brasileiros.

3.3.5 Carteira de Crédito Renegociada

Na tabela a seguir é apresentada a carteira de crédito renegociada. O saldo dessa carteira inclui as operações do BV e, por outro lado, não contempla as operações prorrogadas da carteira de agronegócio, abordadas na seção 3.2.3 deste Relatório. A seguir estão descritas as definições das principais linhas constantes da tabela:

a) Créditos Renegociados: saldo de operações de crédito repactuadas no período, vincendas ou em atraso;

a.1) Renegociados por Atraso: composição de dívidas em virtude de atraso no pagamento;

a.2) Renovados: operações contratadas para liquidação parcial ou integral de operação anterior que implique alteração nos prazos de vencimento ou nas condições de pagamento originalmente pactuadas, inclusive com possibilidade de novos desembolsos.

Tabela 86. Carteira de Crédito Renegociada¹

R\$ milhões	2T13	1T14	2T14
Créditos Renegociados	10.298	9.575	12.063
Renegociados por Atraso	1.062	923	968
Renovados	9.236	8.652	11.095
Créditos Renegociados por Atraso - Movimentação			
Saldo Inicial	7.639	8.192	8.555
Contratações	1.062	923	968
Recebimento e Apropriação de Juros	(0)	(187)	(294)
Baixas para Prejuízo	(475)	(373)	(571)
Saldo Final	8.226	8.555	8.658
Créditos Renegociados por Atraso - Saldo da Provisão	4.900	5.362	5.277
Créditos Renegociados por Atraso - Inadimplência + 90 dias	1.283	1.698	1.364
Indicadores - %			
Provisão/Carteira	59,6	62,7	61,0
Inadimplência + 90 dias/Carteira	15,6	19,9	15,8
Índice de Cobertura	381,9	315,7	387,0

¹ Conforme Nota Explicativa 10 (Crédito)

4 - Captações

As captações comerciais do Banco do Brasil registraram R\$ 618,9 bilhões em junho de 2014, evolução de 14,2% em doze meses. O Banco manteve a estratégia de mudança de seu mix de captações visando redução de custos. Os principais incrementos no segundo trimestre foram originados, principalmente, pelas Letras de Crédito do Agronegócio (LCA), cujo crescimento atingiu 11,9% e Operações Compromissadas com Títulos Privados, com crescimento de 7,3% na comparação com o trimestre imediatamente anterior.

Tabela 87. Captações Comerciais

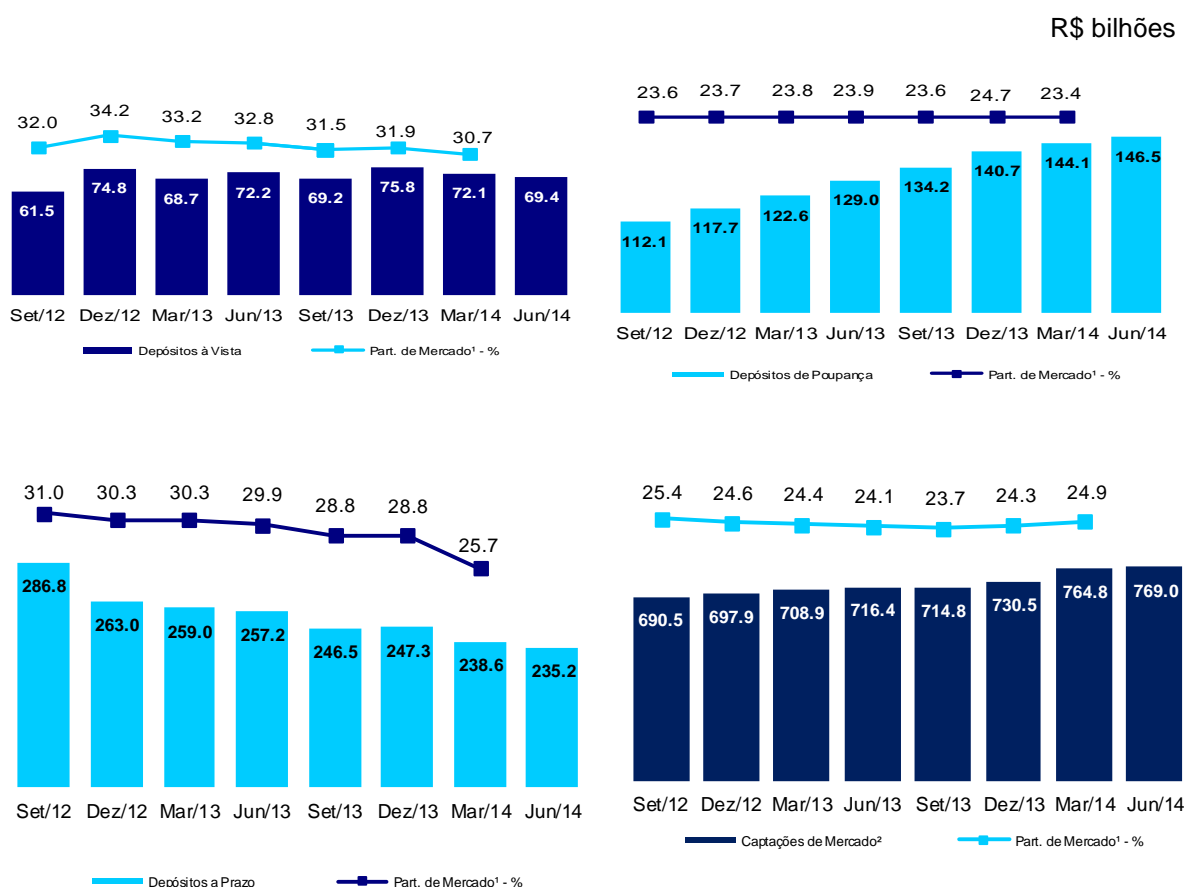
R\$ milhões	Saldos				Var. %			
	Jun/13	Part.%	Mar/14	Part.%	Jun/14	Part.%	s/Jun/13	s/Mar/14
Depósitos a Prazo	257.213	47,5	238.625	39,2	235.203	38,0	(8,6)	(1,4)
Depósitos de Poupança	129.003	23,8	144.111	23,7	146.461	23,7	13,5	1,6
Letras de Crédito do Agronegócio	48.182	8,9	89.034	14,6	99.647	16,1	106,8	11,9
Depósitos à Vista	72.204	13,3	72.054	11,8	69.377	11,2	(3,9)	(3,7)
Oper. Compromissadas c/ Tit. Privados ¹	14.974	2,8	28.801	4,7	30.914	5,0	106,5	7,3
Depósitos Interfinanceiros	19.915	3,7	27.447	4,5	28.842	4,7	44,8	5,1
Letra de Crédito Imobiliário ²	451	0,1	8.144	1,3	8.482	1,4	-	4,1
TOTAL	541.941	100,0	608.216	100,0	618.926	100,0	14,2	1,8

1 - A linha de Oper. Compromissadas c/ Tit. Privados abrange parte dos saldos de Títulos Privados da Nota Explicativa 17-C

2 - O saldo de LCI inclui o saldo de CRI (Certificados de Recebíveis Imobiliários).

A seguir são apresentadas as participações do Banco do Brasil nas captações de mercado do Sistema Financeiro Nacional (SFN).

Figura 33. Participação de Mercado das Captações do BB



1 - As informações sobre participação de mercado no SFN são provenientes do relatório "50 Maiores" bancos do Banco Central. Posição: Mar/14;

2 - Considera depósitos totais e captações no mercado aberto.

Ao final do segundo trimestre de 2014, o Banco do Brasil atingiu um montante próximo a US\$ 56 bilhões no saldo de captações no exterior, acréscimo de 21,6% em relação a junho/13 e 4,8% sobre março/14.

No comparativo trimestral, houve crescimento significativo em Títulos de Renda Fixa e Certificados de Depósitos, 8,6%, e no Interbancário, acréscimo de 6,2%. Na comparação anual, destaque para a aceleração no crescimento do interbancário, com incremento de US\$ 5,3 bilhões, evolução de 43,8% no período. Apesar do recuo no trimestre, as Compromissadas também se destacaram na comparação anual, com crescimento observado de 61,4%.

Tabela 88. Captações no Exterior

US\$ milhões	Saldos				Var. %			
	Jun/13	Part.%	Mar/14	Part.%	Jun/14	Part.%	s/Jun/13	s/Mar/14
Títulos de Renda Fixa e Cert. de Depósitos	19.492	42,3	22.107	41,4	24.006	42,9	23,2	8,6
Interbancário	12.205	26,5	16.519	30,9	17.549	31,4	43,8	6,2
Pessoa Jurídica	10.249	22,3	9.467	17,7	9.257	16,5	(9,7)	(2,2)
Pessoa Física	3.029	6,6	2.983	5,6	3.117	5,6	2,9	4,5
Compromissadas	926	2,0	1.879	3,5	1.494	2,7	61,4	(20,5)
Outros	151	0,3	458	0,9	554	1,0	266,7	21,0
TOTAL	46.052	100,0	53.413	100,0	55.978	100,0	21,6	4,8

A tabela a seguir apresenta os títulos de renda fixa emitidos pelo Banco do Brasil no mercado internacional de capitais. O volume das operações vigentes no exterior soma US\$ 18,4 bilhões em valores nominais.

Tabela 89. Emissões Vigentes no Exterior

Data de Emissão	Volume em US\$ milhões	Moeda	Prazo em anos	Cupom (%)	Frequência do Cupom	Preço de Emissão	Retorno p/ Investidor(%)	Spread s/ Treasury	Rating ¹	Estrutura
20/09/2004	300	USD	10	8,500	Semestral	99,174	8,625	447	Baa1	Subordinada Nível II
18/07/2007	187	BRL	10	9,750	Semestral	100,000	9,750	-	Baa1	Sênior
29/04/2008	150	USD	10	5,250	Trimestral	100,000	5,250	-	A/A3	Securitização
05/09/2008	200	USD	7	L3M+1,2	Trimestral	100,000	L3M+1,20	-	A/A3	Securitização
02/07/2009	100	USD	5	L6M+2,55	Semestral	98,250	L6M+2,55	-	Baa1	Sênior
20/10/2009	1.500	USD	-	8,500	Semestral	100,000	8,500	-	Baa2	Perpétuo
22/01/2010	500	USD	5	4,500	Semestral	99,333	4,651	220	Baa1	Sênior
22/01/2010	500	USD	10	6,000	Semestral	99,451	6,074	238	Baa1	Sênior
29/04/2010	450	USD	5	4,500	Semestral	100,684	4,337	180	Baa1	Sênior
05/10/2010	660	USD	10,3	5,375	Semestral	99,361	5,464	300	Baa1	Subordinada Nível II
20/01/2011	1.009	EUR	5	4,500	Anual	99,453	4,625	mid-sw ap+200	Baa1	Sênior
26/05/2011	1.500	USD	10,7	5,875	Semestral	98,695	6,044	288	Baa1	Subordinada Nível II
23/11/2011	500	USD	5,2	3,875	Semestral	99,413	4,000	312	Baa1	Sênior
20/01/2012	1.000	USD	-	9,250	Semestral	100,000	9,250	733	BB	Perpétuo
05/03/2012	750	USD	-	9,250	Semestral	108,500	8,488	-	BB	Perpétuo
19/06/2012	750	USD	10,6	5,875	Semestral	99,023	6,000	434	BB+/Baa1	Subordinada Nível II
24/09/2012	317	JPY	3	1,800	Semestral	100,000	1,800	JPY ms + 146	BBB / Baa1	Sênior
10/10/2012	1.925	USD	10	3,875	Semestral	98,978	4,000	238	BBB / Baa1	Sênior
31/01/2013	2.000	USD	-	6,250	Semestral	100,000	6,250	440	BB	Perpétuo
25/07/2013	918	EUR	5	3,750	Anual	99,442	3,875	mid-sw ap+283,9	BBB / Baa1	Sênior
20/12/2013	303	CHF	5,6	2,500	Semestral	99,729	2,500	mid-swap+190	BBB	Sênior
26/03/2014	413	EUR	5	3,750	Anual	99,442	3,875	mid-swap+230	BBB / Baa1	Sênior
18/06/2014	2.500	USD	-	9,000	Anual	100,000	9,000	636	Ba3/B+/SR	Perpétuo

1 – Os ratings das emissões foram revisados em outubro/2013 pela Moody's.

Fontes e Usos

Os indicadores apresentados na tabela a seguir demonstram a relação entre as fontes de captação e as aplicações dos recursos no Banco do Brasil.

O Banco do Brasil busca diversificar suas fontes de captação, oferecendo alternativas atrativas aos clientes e que representem redução dos custos de captação para o Banco. Nos últimos doze meses, houve forte crescimento em Operações Compromissadas com Títulos Privados, LCA e LCI, contribuindo diretamente na estratégia de redução de custo do *funding*.

Em junho/14, as fontes de captação atingiram saldo de R\$ 774,4 bilhões. Destaque para as Letras de Crédito, LCA e LCI que, juntas, cresceram 122,3% em doze meses, atingindo o montante de R\$ 108,1 bilhões. No comparativo trimestral, a alta foi de 11,3%.

Quanto aos usos, a carteira de crédito continua sendo o principal destino dos recursos captados, com crescimento de 12,9% em doze meses e participação de 83,9% do total de usos.

Tendo em vista o montante expressivo de crédito originado por linhas de repasse no país, no 2T13 foi criado o indicador carteira de crédito líquida ajustada sobre captações comerciais, que desconsidera o crédito com natureza de repasse. Ao final de junho/14 o índice atingiu 87,4%, demonstrando que a carteira de crédito do BB está adequada ao seu nível de captações comerciais.

Tabela 90. Fontes e Usos

R\$ milhões	Saldos						Var. %	
	Jun/13	Part. %	Mar/14	Part. %	Jun/14	Part. %	s/Jun/13	s/Mar/14
Fontes	660.564	100,0	755.345	100,0	774.405	100,0	17,2	2,5
Captações Comerciais	541.941	82,0	608.216	80,5	618.926	79,9	14,2	1,8
Depósitos Totais	478.334	72,4	482.237	63,8	479.883	62,0	0,3	(0,5)
LCA + LCI	48.633	7,4	97.178	12,9	108.129	14,0	122,3	11,3
Oper. Compromissadas c/ Tit. Privados ¹	14.974	2,3	28.801	3,8	30.914	4,0	106,5	7,3
Obrigações por Repasses no País	69.992	10,6	91.332	12,1	93.020	12,0	32,9	1,8
Obrigações no Exterior ²	63.866	9,7	65.532	8,7	62.926	8,1	(1,5)	(4,0)
Dívida Subordinada	39.916	6,0	44.187	5,8	43.515	5,6	9,0	(1,5)
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital ³	-	-	8.230	1,1	16.327	2,1	-	98,4
Demais Letras Bancárias ⁴	9.585	1,5	9.704	1,3	9.569	1,2	(0,2)	(1,4)
IHCD no País	8.318	1,3	8.208	1,1	8.318	1,1	-	1,3
Fundos Financeiros e de Desenvolvimento	5.838	0,9	7.731	1,0	8.405	1,1	44,0	8,7
Depósitos Compulsórios	(78.892)	(11,9)	(87.796)	(11,6)	(86.599)	(11,2)	9,8	(1,4)
Usos	660.564	100,0	755.345	100,0	774.405	100,0	17,2	2,5
Carteira de Crédito Líquida (a) = (b) + (c) + (d)	595.810	90,2	652.193	86,3	670.553	86,6	12,5	2,8
Carteira de Crédito Classificada (b)	575.505	87,1	631.347	83,6	649.564	83,9	12,9	2,9
TVM Privados (c)	41.946	6,4	44.921	5,9	45.786	5,9	9,2	1,9
Provisão para Risco de Crédito (d)	(21.641)	(3,3)	(24.075)	(3,2)	(24.797)	(3,2)	14,6	3,0
Carteira de Crédito Líquida Ajustada (a) - (e)	494.026	74,8	525.819	69,6	541.195	69,9	9,5	2,9
Linhas de Repasse no País (e)	101.784	15,4	126.374	16,7	129.357	16,7	27,1	2,4
Recursos Disponíveis	64.754	9,8	103.152	13,7	103.853	13,4	60,4	0,7
Indicadores - %								
Carteira de Crédito Líquida / Depósitos Totais	124,6		135,2		139,7			
Carteira de Crédito Líquida / Captações Comerciais	109,9		107,2		108,3			
Carteira de Crédito Líquida Ajustada / Captações Comerciais	91,2		86,5		87,4			
Carteira de Crédito Líquida / Fontes	90,2		86,3		86,6			

1 - A linha de Operações Compromissadas com Títulos Privados abrange parte dos saldos de Títulos Privados da Nota Explicativa 17-C.

2 - Inclui Empréstimos no Exterior, Obrigações por TVM no Exterior, Obrigações por Repasses no Exterior, Dívida Subordinada no Exterior e Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida no Exterior.

3 - Segregados, a partir do 4T13, de Dívida Subordinada, conforme Carta Circular do Bacen 3.624/2013.

4 - Inclui Letras Financeiras e Debêntures.

A tabela abaixo mostra o custo de captação dos depósitos no BB em comparação à taxa média Selic do período. Observou-se recuo em relação ao trimestre anterior, 67,5% contra 68,7%, após novo aumento da taxa média Selic no 2T14, o que sensibilizou o custo de captação relativo do período.

Tabela 91. Captações vs. Taxa Selic

R\$ milhões	2T13			1T14			2T14		
	Saldo Médio	Custo	% Selic	Saldo Médio	Custo	% Selic	Saldo Médio	Custo	% Selic
Depósitos a Prazo - Rede e Institucional	156.976	(2.600)	90,6	131.204	(2.820)	88,7	123.968	(2.793)	88,9
Depósitos a Prazo - Depósitos Judiciais	93.707	(1.843)	107,6	103.831	(2.246)	89,2	106.118	(2.317)	86,2
Depósitos de Poupança	126.347	(1.685)	72,9	143.363	(2.314)	66,6	145.268	(2.322)	63,1
Letras de Crédito do Agronegócio	44.332	(679)	83,8	86.444	(1.797)	85,7	96.212	(2.100)	86,1
Depósitos Interfinanceiros	18.668	89	(26,0)	27.449	(214)	32,1	28.488	(214)	29,7
Depósitos a Prazo - Fundos e Programas	6.317	(72)	62,2	5.854	(82)	58,1	5.664	(86)	60,1
Depósitos à Vista	70.469	-	-	70.642	-	-	69.242	-	-
Total	516.816	(6.790)	71,9	568.788	(9.474)	68,7	574.960	(9.832)	67,5

Tabela 92. Segregação de Depósitos por Prazo

R\$ milhões	Curto Prazo ²	Part. %	Longo Prazo ³	Part. %	Total 30.06.2014	Total 30.06.2013
Depósitos a Prazo ¹	143.557	61,0	91.647	39,0	235.203	257.213
Depósitos de Poupança	146.461	100,0	-	-	146.461	129.003
Depósitos à Vista	69.377	100,0	-	-	69.377	72.204
Depósitos Interfinanceiros	25.423	88,1	3.419	11,9	28.842	19.915
TOTAL	384.817	80,2	95.066	19,8	479.883	478.334

1 - Inclui depósitos a prazo com cláusula de recompra antecipada (compromisso de liquidez).

2 - Com vencimento até 1 ano.

3 - Com vencimento superior a 1 ano.

5 - Resultado Financeiro

5.1. Análise das Aplicações

Tabela 93. Saldos Médios e Taxa de Juros – Ativos Rentáveis (Trimestral)

R\$ milhões	1T14			2T14		
	Saldo Médio ¹	Receitas ²	Taxa Anual ³ (%)	Saldo Médio ¹	Receitas ²	Taxa Anual ³ (%)
Ativos Rentáveis						
TVM + Aplic. Interfinanceiras - Hedge	477.894	8.869	7,6	502.429	9.873	8,1
Operações de Crédito + Leasing	616.161	20.432	13,9	631.344	20.940	13,9
Depósito Compulsório Rentável	74.353	1.385	7,7	74.965	1.432	7,9
Demais	4.512	73	6,7	4.659	72	6,3
Total	1.172.921	30.760	10,9	1.213.397	32.317	11,1
Ativos Não Rentáveis						
Créditos Tributários	27.868			28.145		
Demais Ativos	128.148			128.810		
Ativo Permanente	22.696			22.960		
Total	178.713			179.916		
ATIVO TOTAL	1.351.634			1.393.313		

1 - Média aritmética dos saldos finais dos meses que compõem o período;
 2 - Calculado sem efeito da variação cambial;
 3 - Taxa trimestral anualizada.

Tabela 94. Saldos Médios e Taxa de Juros – Ativos Rentáveis (Primeiro Semestre)

R\$ milhões	1S13			1S14		
	Saldo Médio ¹	Receitas ²	Taxa Anual (%) ³	Saldo Médio ¹	Receitas ²	Taxa Anual (%) ³
Ativos Rentáveis						
TVM + Aplic. Interfinanceiras - Hedge	417.536	13.546	6,6	490.162	18.741	7,8
Operações de Crédito + Leasing	531.977	33.925	13,2	623.752	41.372	13,7
Depósito Compulsório Rentável	64.221	2.009	6,4	74.659	2.818	7,7
Demais	5.690	121	4,3	4.586	145	6,4
Total	1.019.424	49.601	10,0	1.193.159	63.076	10,9
Ativos Não Rentáveis						
Créditos Tributários	27.945			28.007		
Demais Ativos	118.784			128.479		
Ativo Permanente	22.876			22.828		
Total	169.606			179.314		
Ativo Total	1.189.030			1.372.474		

1 - Média aritmética dos saldos finais dos meses que compõem o período;
 2 - Calculado sem efeito da variação cambial.
 3 - Taxa semestral anualizada.

A análise do *spread* gerencial da carteira de crédito é apresentada no item 5.5 deste capítulo.

Resultado com TVM

O Resultado de operações com Títulos e Valores Mobiliários encerrou o trimestre com saldo de R\$ 9.839 milhões, aumento de 30,6% em relação ao mesmo período de 2013, reflexo principalmente da elevação de 38,6% na Taxa Selic (TMS) efetiva e da composição da carteira de títulos.

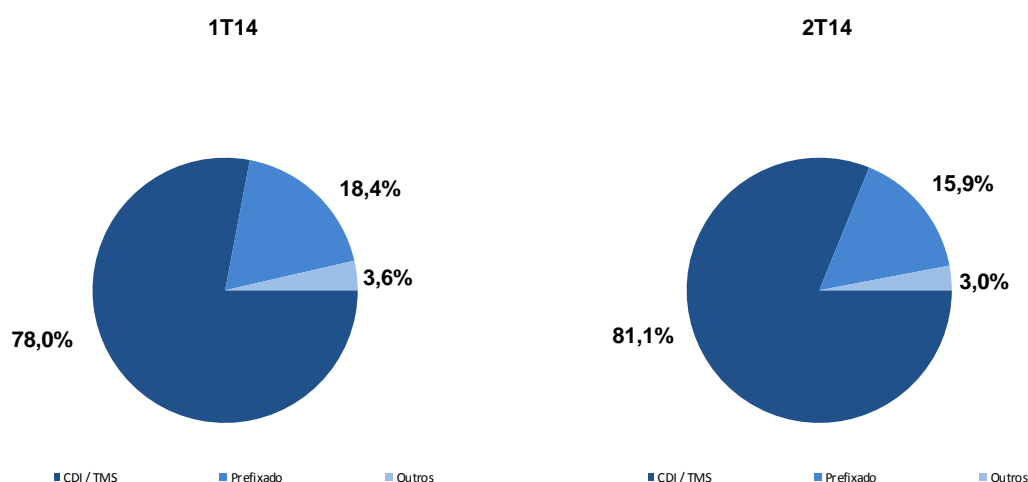
Na tabela a seguir evidenciam-se os resultados das operações de todo o conglomerado (incluindo empresas não financeiras, BB Banco de Investimento, Banco Votorantim, subsidiárias e agências no exterior) apresentando apenas as operações classificadas pelo Banco Central como TVM/Aplicações Interfinanceiras de Liquidez.

Tabela 95. Resultado com Títulos e Valores Mobiliários

R\$ milhões	Fluxo Trimestral			Var. %	
	2T13	1T14	2T14	s/2T13	s/1T14
Res. Títulos e Valores Mobiliários	7.531	8.827	9.839	30,6	11,5
Res. Títulos de Renda Fixa	7.564	8.748	9.724	28,6	11,2
Reavaliação - Curva	2.459	2.696	2.694	9,6	(0,0)
Resultado das Negociações	(112)	18	17	-	(8,4)
Marcação a Mercado	(215)	63	71	-	13,4
Aplicações Interf. de Liquidez	3.944	5.972	6.942	76,0	16,3
Rendas no Exterior	1.488	0	0	(100,0)	(71,6)
Demais	(33)	78	115	-	46,2

A figura a seguir apresenta a classificação da carteira de títulos do Banco Múltiplo por tipo de indexador.

Figura 34. Carteira de Títulos e Valores Mobiliários por Indexador (Banco Múltiplo)



Como pode ser observado no gráfico acima, ocorreu um aumento da posição ativa do Banco Múltiplo em títulos pós-fixados atrelados a CDI/TMS, movimento que está em linha com o crescimento das posições passivas do Banco em taxas pós-fixadas.

Como o gráfico apresenta a posição de títulos apenas do Banco Múltiplo, ele não necessariamente representa a exposição de todo o conglomerado.

As tabelas a seguir demonstram a abertura da carteira de TVM.

Tabela 96. Carteira de Títulos por Categoria

R\$ milhões	Saldos				Var. %			
	Jun/13	Part. %	Mar/14	Part. %	Jun/14	Part. %	s/Jun/13	s/Mar/14
Títulos e Valores Mobiliários	192.029	100,0	196.451	100,0	208.265	100,0	8,5	6,0
Títulos Disponíveis p/ Negociação	79.008	41,1	82.654	42,1	88.773	42,6	12,4	7,4
Títulos Disponíveis p/ Venda	97.207	50,6	97.312	49,5	103.049	49,5	6,0	5,9
Títulos Mantidos até o Vencimento	13.834	7,2	14.873	7,6	15.144	7,3	9,5	1,8
Instrumentos Financ. Derivativos	1.980	1,0	1.611	0,8	1.299	0,6	(34,4)	(19,3)

Tabela 97. Carteira de Títulos por Prazo - Valor de Mercado¹

R\$ milhões	Até 1 ano		1 a 5 anos		5 a 10 anos		Acima de 10 anos		Total
	Saldos	Part. %	Saldos	Part. %	Saldos	Part. %	Saldos	Part. %	
Set/12	47.721	26,7%	94.457	52,9%	22.906	12,8%	13.397	7,5%	178.482
Dez/12	49.086	26,8%	109.213	59,7%	18.001	9,8%	6.685	3,7%	182.985
Mar/13	54.633	30,2%	91.447	50,5%	22.013	12,2%	13.056	7,2%	181.148
Jun/13	54.079	28,4%	98.112	51,6%	24.132	12,7%	13.848	7,3%	190.171
Set/13	59.680	30,7%	91.278	46,9%	30.075	15,5%	13.406	6,9%	194.438
Dez/13	63.913	31,7%	95.361	47,4%	27.623	13,7%	14.409	7,2%	201.306
Mar/14	72.194	36,9%	84.521	43,2%	26.145	13,4%	12.758	6,5%	195.618
Jun/14	76.774	36,9%	89.802	43,2%	29.098	14,0%	12.439	6,0%	208.113

1 – Não considera os Instrumentos Financeiros Derivativos. A carteira de Títulos Mantidos até o Vencimento foi considerada a valor de mercado.

A tabela seguinte apresenta o Saldo de Liquidez, diferença entre os Ativos e Passivos de Liquidez.

Tabela 98. Saldo da Liquidez

R\$ milhões	Saldos				Var. %			
	Jun/13	Part. %	Mar/14	Part. %	Jun/14	Part. %	s/Jun/13	s/Mar/14
Ativos de Liquidez (A)	429.245	100,0	499.775	100,0	517.696	100,0	20,6	3,6
Disponibilidades	14.351	3,3	10.993	2,2	11.812	2,3	(17,7)	7,4
Aplicações Interfinanceiras	222.865	51,9	292.331	58,5	297.619	57,5	33,5	1,8
TVM (exceto vincul. ao Bacen)	192.029	44,7	196.451	39,3	208.265	40,2	8,5	6,0
Passivos de Liquidez (B)	257.935	100,0	310.000	100,0	317.941	100,0	23,3	2,6
Depósitos Interfinanceiros	19.915	7,7	27.447	8,9	28.842	9,1	44,8	5,1
Captações no Mercado Aberto	238.020	92,3	282.553	91,1	289.099	90,9	21,5	2,3
Saldo da Liquidez (A-B)	171.310		189.774		199.754		16,6	5,3

5.2. Análise das Captações

Tabela 99. Saldos Médios e Taxa de Juros – Passivos Onerosos (Trimestral)

R\$ milhões	1T14			2T14		
	Saldo Médio ¹	Despesas ²	Taxa Anual ³ (%)	Saldo Médio ¹	Despesas ²	Taxa Anual ³ (%)
Passivos Onerosos						
Depósitos de Poupança	143.363	(2.314)	6,6	145.268	(2.322)	6,5
Depósitos Interfinanceiros	27.449	(214)	3,1	28.488	(214)	3,0
Depósitos a Prazo	240.889	(5.149)	8,8	235.750	(5.196)	9,1
Captações no Mercado Aberto	274.799	(6.599)	10,0	290.055	(7.425)	10,6
Obrig. por Emprést. e Rep. no Exterior	17.797	(60)	1,4	18.719	(67)	1,4
Obrig. por Emprést. e Repasses no País	90.232	(935)	4,2	92.067	(834)	3,7
Fundos Financ. e de Desenvolvimento	7.723	(111)	5,9	8.054	(111)	5,6
Dívida Subordinada	73.030	(1.161)	6,5	76.278	(1.255)	6,7
Obrigações com T.V.M. no Exterior	35.042	(296)	3,4	34.270	(253)	3,0
Letras de Crédito do Agronegócio	86.444	(1.797)	8,6	96.212	(2.100)	9,0
Demais Letras Bancárias ⁴	16.492	(132)	3,2	18.298	(189)	4,2
Total	1.013.259	(18.766)	7,6	1.043.459	(19.965)	7,9
Demais Passivos						
Depósitos à Vista	70.642			69.242		
Outros Passivos	194.989			207.087		
Patrimônio Líquido	72.744			73.526		
Total	338.375			349.855		
PASSIVO TOTAL	1.351.634			1.393.313		

1 - Média aritmética dos saldos finais dos meses que compõem o período;

2 - Calculado sem efeito da variação cambial;

3 - Taxa trimestral anualizada;

4 - Inclui: Letras Financeiras, Debêntures, Letras de Crédito Imobiliário e Certificado de Recebíveis Imobiliário.

Tabela 100. Saldos Médios e Taxa de Juros – Passivos Onerosos (Primeiro Semestre)

R\$ milhões	1S13			1S14		
	Saldo Médio ¹	Despesas ²	Taxa Anual ³ (%)	Saldo Médio ¹	Despesas ²	Taxa Anual ³ (%)
Passivos Onerosos						
Depósitos de Poupança	123.658	(2.992)	4,9	144.316	(4.636)	6,5
Depósitos Interfinanceiros	17.973	(96)	1,1	27.969	(428)	3,1
Depósitos a Prazo	258.108	(8.768)	6,9	238.320	(10.345)	8,9
Captações no Mercado Aberto	235.594	(8.261)	7,1	282.427	(14.023)	10,2
Obrig. por Emprest. e Rep. no Exterior	13.786	(281)	4,1	18.258	(127)	1,4
Obrig. por Emprest. e Repasses no País	67.559	(1.700)	5,1	91.149	(1.768)	3,9
Fundos Financ. e de Desenvolvimento	5.569	(196)	7,2	7.888	(223)	5,7
Dívida Subordinada	66.348	(1.846)	5,6	74.654	(2.416)	6,6
Obrigações com T.V.M. no Exterior	30.552	(901)	6,0	34.656	(549)	3,2
Letras de Crédito do Agronegócio	40.846	(1.207)	6,0	91.328	(3.897)	8,7
Demais Letras Bancárias ⁴	9.702	(36)	0,7	17.395	(320)	3,7
Total	869.695	(26.285)	6,1	1.028.359	(38.732)	7,7
Demais Passivos						
Depósitos à Vista	68.556			69.942		
Outros Passivos	185.184			201.038		
Patrimônio Líquido	65.594			73.135		
Total	319.334			344.115		
PASSIVO TOTAL	1.189.030			1.372.474		

1 - Média aritmética dos saldos finais dos meses que compõem o período;

2 - Calculado sem efeito da variação cambial;

3 - Taxa semestral anualizada;

4 - Inclui: Letras Financeiras, Debêntures, Letras de Crédito Imobiliário e Certificado de Recebíveis Imobiliário.

5.3. Análise Volume e Taxa

O saldo médio dos ativos rentáveis atingiu R\$ 1.213,4 bilhões, evolução de 3,5% na comparação com trimestre anterior. A taxa média anualizada alcançou 11,1%.

Também na comparação com o 1T14, os saldos médios dos Passivos Onerosos cresceram 3,0%, saindo de R\$ 1.013,3 bilhões para R\$ 1.043,5 bilhões. A taxa média anualizada encerrou o período com 7,9%.

Os quadros a seguir apresentam as variações nas receitas e despesas de juros pela mudança no volume médio dos ativos rentáveis e dos passivos onerosos e pela variação da taxa média de juros sobre esses ativos e passivos, nos períodos em análise.

Tabela 101. Variação de Receita e Despesa e Variação Volume/Taxa (Trimestral)

R\$ milhões	2T14/1T14			2T14/2T13		
	Volume médio ¹	Taxa média ²	Variação líquida ³	Volume médio ¹	Taxa média ²	Variação líquida ³
Ativos Rentáveis						
TVM + Aplic. Interfinanceiras - Hedge	482	522	1.004	1.559	705	2.264
Operações de Crédito + Leasing	504	4	507	2.841	800	3.641
Depósito Compulsório Rentável	12	36	47	194	195	389
Demais	2	(4)	(1)	(8)	51	43
Total	1.078	479	1.557	4.651	1.750	6.401
Passivos Onerosos						
Depósitos de Poupança	(30)	23	(8)	(302)	(334)	(637)
Depósitos Interfinanceiros	(8)	7	(1)	(74)	(229)	(303)
Depósitos a Prazo	113	(161)	(47)	468	(1.150)	(682)
Captações no Mercado Aberto	(391)	(436)	(826)	(1.333)	(1.744)	(3.077)
Obrig. por Emprest. e Repasses no Exterior	(3)	(3)	(7)	(16)	138	122
Obrig. por Emprest. e Repasses no País	(17)	118	101	(203)	233	30
Fundos Financeiros e de Desenvolvimento	(5)	5	0	(32)	25	(7)
Dívida Subordinada	(53)	(40)	(94)	(146)	(124)	(270)
Obrigações com T.V.M. no Exterior	6	37	42	(18)	373	355
Letras de Crédito do Agronegócio	(213)	(89)	(303)	(1.132)	(288)	(1.421)
Demais Letras Bancárias ⁴	(19)	(39)	(57)	(87)	(81)	(168)
Total	(578)	(621)	(1.199)	(3.071)	(2.986)	(6.057)

1 - Variação Líquida – Taxa Média;

2 - (Juros Período Atual / Saldo Período Atual) x (Saldo Período Anterior) – (Juros Período Anterior);

3 - Juros Período Atual – Juros do Período Anterior;

4 - Inclui: Letras Financeiras, Debêntures, Letras de Crédito Imobiliário e Certificado de Recebíveis Imobiliário.

Tabela 102. Variação de Receita e Despesa e Variação Volume/Taxa (Primeiro Semestre)

R\$ milhões	1S14/1S13		
	Volume médio ¹	Taxa média ²	Variação líquida ³
Ativos Rentáveis			
TVM + Aplic. Interfinanceiras - Hedge	2.777	2.419	5.196
Operações de Crédito + Leasing	6.087	1.360	7.447
Depósito Compulsório Rentável	394	415	809
Demais	(35)	59	24
Total	9.184	4.291	13.476
Passivos Onerosos			
Depósitos de Poupança	(664)	(980)	(1.644)
Depósitos Interfinanceiros	(153)	(179)	(332)
Depósitos a Prazo	859	(2.435)	(1.576)
Captações no Mercado Aberto	(2.325)	(3.437)	(5.763)
Obrig. por Emprest. e Repasses no Exterior	(31)	186	155
Obrig. por Emprest. e Repasses no País	(458)	390	(68)
Fundos Financeiros e de Desenvolvimento	(65)	39	(27)
Dívida Subordinada	(269)	(301)	(570)
Obrigações com T.V.M. no Exterior	(65)	417	352
Letras de Crédito do Agronegócio	(2.154)	(536)	(2.690)
Demais Letras Bancárias ⁴	(142)	(142)	(284)
Total	(5.976)	(6.472)	(12.447)

1 - Variação Líquida – Taxa Média;

2 - (Juros Período Atual / Saldo Período Atual) x (Saldo Período Anterior) – (Juros Período Anterior);

3 - Juros Período Atual – Juros do Período Anterior;

4 - Inclui: Letras Financeiras, Debêntures, Letras de Crédito Imobiliário e Certificado de Recebíveis Imobiliário.

5.4. Margem Financeira Bruta

A composição da MFB é apresentada na tabela a seguir. Nessa abertura, as linhas de receita financeira com operações de crédito e despesas financeiras de captação não consideram o efeito da variação cambial.

Tabela 103. Composição da Margem Financeira Bruta

R\$ milhões	Fluxo Trimestral			Var. %		Fluxo Semestral		Var. %
	2T13	1T14	2T14	s/2T13	s/1T14	1S13	1S14	s/1S13
Margem Financeira Bruta	11.611	11.830	12.353	6,4	4,4	22.561	24.183	7,2
Receita Financeira c/ Operações de Crédito	16.969	19.209	20.227	19,2	5,3	33.420	39.436	18,0
Despesa Financeira de Captação	(7.497)	(9.974)	(10.526)	40,4	5,5	(14.600)	(20.501)	40,4
Despesa Financeira de Captação Institucional ¹	(1.568)	(1.604)	(1.604)	2,3	0,0	(2.844)	(3.209)	12,8
Recuperação de Crédito ²	1.181	809	871	(26,2)	7,7	1.875	1.680	(10,4)
Resultado de Tesouraria ³	2.364	3.238	3.181	34,6	(1,8)	4.437	6.419	44,7
Demais	163	152	204	25,6	34,2	273	357	30,6

1 - Inclui instrumentos de dívida sênior, dívida subordinada e IHCD no país e no exterior;

2 - Realocações: (I) no 1T14, referente à recomposição de operação baixada e recuperada de prejuízo no mês; (II) no 2T14 ajuste de recuperação de operação com característica de crédito.

3 - Inclui o resultado com juros, as receitas de compulsórios rentáveis, hedge fiscal, derivativos e outros instrumentos financeiros que compensam os efeitos da variação cambial no resultado;

No 2T14, a Margem Financeira Bruta (MFB) alcançou R\$ 12.353 milhões crescimento de 6,4%, quando comparado com o mesmo período do ano anterior. No acumulado semestral, houve crescimento de 7,2%, atingindo R\$ 24.183 milhões. Destacam-se as linhas abaixo na sua composição:

I. Receita Financeira com Operações de Crédito atingiu R\$ 39.436 milhões no semestre, incremento de 18,0%, justificado, sobretudo, pelo aumento das receitas em virtude do maior volume e do giro da carteira;

II. Despesas Financeiras de Captação e Captação Institucional cresceram no semestre 40,4% e 12,8%, respectivamente, devido principalmente ao aumento no volume de recursos captados e crescimento da Taxa Selic efetiva – TMS (43,0% na comparação com os primeiros seis meses de 2013). A estratégia de diversificação do portfólio de captações do BB minimizou o aumento da despesa de Captação;

III. Resultado de Tesouraria registrou R\$ 6.419 milhões no semestre, evolução de 44,7%, reflexo principalmente do aumento da TMS efetiva, que impactou positivamente as linhas de Compulsório Rentável e receitas de títulos.

5.5. Spread

Tabela 104. Análise de Volume (Ativos Rentáveis) - Taxa Trimestral

R\$ milhões	1T14	2T14	Var. Abs.
Ativos Rentáveis (a) ¹	1.172.921	1.213.397	40.476
Margem Financeira Bruta (b)	11.830	12.353	522
Spread - % (b/a)	1,0086	1,0180	0,0094
Ganho/(Perda) com Volume ²			408
Ganho/(Perda) com Taxa ³			110
Ganho/(Perda) com Volume e Taxa ⁴			4

1 - Média aritmética dos saldos finais dos meses que compõem o período;

2 - Ganho/(Perda) resultante da multiplicação entre o volume dos ativos rentáveis do período atual pelo *spread* do período anterior líq. da MFB anterior;

3 - Ganho/(Perda) resultante da multiplicação entre o volume dos ativos rentáveis do período anterior pelo *spread* do período atual;

4 - Ganho/(Perda) combinado dos dois efeitos supracitados.

Tabela 105. Análise de Volume (Ativos Rentáveis) - Taxa Semestral

R\$ milhões	1S13	1S14	Var. Abs.
Ativos Rentáveis (a) ¹	1.019.424	1.193.159	173.735
Margem Financeira Bruta (b)	22.565	24.183	1.618
Spread - % (a/b)	2,2135	2,0268	(0,1867)
Ganho/(Perda) com Volume ²			3.846
Ganho/(Perda) com Taxa ³			(1.903)
Ganho/(Perda) com Volume e Taxa ⁴			(324)

1 - Média aritmética dos saldos finais dos meses que compõem o período;

2 - Ganho/(Perda) resultante da multiplicação entre o volume dos ativos rentáveis do período atual pelo *spread* do período anterior liq. da MFB anterior;

3 - Ganho/(Perda) resultante da multiplicação entre o volume dos ativos rentáveis do período anterior pelo *spread* do período atual;

4 - Ganho/(Perda) combinado dos dois efeitos supracitados.

Tabela 106. Margem Líquida de Juros e Margem de Lucro

R\$ milhões	2T13	1T14	2T14	1S13	1S14
Saldo Médio dos Ativos Rentáveis (a)	1.038.756	1.172.921	1.213.397	1.019.424	1.193.159
Saldo Médio dos Passivos Onerosos (b)	882.948	1.013.259	1.043.459	869.695	1.028.359
Margem Financeira Bruta (c)	11.614	11.830	12.353	22.565	24.183
Receita Líquida de Juros (d)	12.007	12.024	12.351	23.252	24.344
Receitas de Juros (1.d)	25.915	30.760	32.317	49.536	63.076
Despesas de Juros (2.d)	(13.908)	(18.766)	(19.965)	(26.285)	(38.732)
Demais Componentes da Margem Financeira Bruta ¹ (e)	(393)	(193)	2	(687)	(161)
Passivos Onerosos / Ativos Rentáveis - % (b/a)	85,0	86,4	86,0	85,3	86,2
Rentabilidade Média dos Ativos ^{2 4} - % (1.d/a)	9,7	10,9	11,1	9,6	10,9
Custo Médio dos Passivos ^{2 4} - % (2.d/b)	6,5	7,6	7,9	6,1	7,7
Margem de Lucro Líquida ³ - %	3,2	3,3	3,2	3,5	3,2
Margem Líquida de Juros ² - % (d/a)	4,0	4,2	4,1	4,3	4,1
Spread Global ² - % (c/a)	4,5	4,1	4,1	4,5	4,1

1 - Contém derivativos, contratos de assunção de dívidas, resultado de op. de câmbio, recuperação de créd. baixados como prejuízo, empréstimos de ouro, fundo garantidor de crédito, ganho/perda cambial no exterior e outras receitas com características de intermediação financeira;

2 - Taxas anualizadas;

3 - Diferença entre a taxa média dos ativos rentáveis e a taxa média dos passivos onerosos;

4 - Calculado sem efeito da variação cambial.

Spread por Carteira

A tabela seguinte apresenta o *spread* gerencial segmentado por tipo de operações. O *spread* é o resultado da margem financeira gerencial dividida pelos respectivos saldos médios.

Na apuração da margem financeira gerencial são auferidas inicialmente as receitas financeiras, classificadas por tipo de carteira. Em seguida são deduzidos os custos de oportunidade definidos para cada uma das linhas que compõem as carteiras. Em relação ao crédito destinado para PF e PJ, com recursos livres, o custo de oportunidade é a TMS. No caso da carteira agrícola e outros recursos direcionados, o custo de oportunidade é calculado de acordo com a origem do *funding* e com a necessidade ou não de aplicação obrigatória de parte dessa fonte de recurso.

Tabela 107. Spread por Carteira

%	3T12	4T12	1T13	2T13	3T13	4T13	1T14	2T14
Operações de Crédito	8,6	8,1	7,6	7,4	7,1	7,0	7,2	7,5
Pessoa Física	15,2	14,8	13,9	13,6	13,2	13,2	13,2	13,8
Pessoa Jurídica	5,5	4,8	5,2	5,1	4,8	4,8	5,2	5,4
Agronegócios	5,8	5,8	4,6	4,6	4,6	4,6	4,7	4,8

A seguir apresenta-se a evolução do *Spread* Global.

Tabela 108. Spread Global

%	3T12	4T12	1T13	2T13	3T13	4T13	1T14	2T14
Spread Global ¹	5,0	5,0	4,5	4,5	4,4	4,3	4,1	4,1
Spread Ajustado pelo risco ²	3,3	3,5	3,1	2,9	2,9	2,8	2,6	2,6

1 - Margem Financeira Bruta/Saldo Médio dos Ativos Rentáveis, anualizado;

2 - Margem Financeira Líquida (MFB menos PCLD)/Saldo Médio dos Ativos Rentáveis, anualizado.

6 - Negócios Não Financeiros

6.1. Rendas de Tarifas

A expansão da oferta de crédito e a atuação do Banco no segmento de varejo buscando alcançar a excelência no relacionamento vêm favorecendo expansão do volume de negócios, contribuindo para a diversificação das rendas de tarifas.

Na tabela a seguir é demonstrada a composição das rendas de tarifas do Banco do Brasil. Pode ser observado que no 2T14 essas rendas atingiram R\$ 6,2 bilhões, evolução de 4,2% em relação a igual período de 2013.

Destaque para o aumento em 14,6% das rendas com operações de cartão, impulsionadas principalmente pelo aumento do volume de transações e do ticket médio das operações.

Tabela 109. Rendas de Tarifas

R\$ milhões	Fluxo Trimestral			Var. %		Fluxo Semestral			Var. %
	2T13	1T14	2T14	s/2T13	s/1T14	1S13	1S14	s/1S13	
Rendas de Tarifas	5.917	5.741	6.169	4,2	7,5	11.305	11.909	5,3	
Cartão de Crédito/Débito	1.368	1.502	1.567	14,6	4,3	2.661	3.069	15,4	
Conta Corrente	1.053	959	980	(7,0)	2,2	2.065	1.939	(6,1)	
Administração de Fundos	950	938	969	2,1	3,4	1.816	1.907	5,0	
Oper. de Crédito e Garantias Prestadas	681	560	601	(11,8)	7,4	1.184	1.161	(2,0)	
Cobrança	361	351	363	0,6	3,6	691	714	3,3	
Seguros, Previdência e Capitalização	316	290	394	24,6	35,6	613	684	11,7	
Arrecadações	222	227	229	3,0	0,5	433	456	5,4	
Interbancária	183	179	185	1,0	2,9	354	364	2,7	
Rendas do Mercado de Capitais	181	97	131	(27,3)	36,0	298	228	(23,4)	
Serviços Fiduciários	96	104	106	10,5	1,8	184	210	14,0	
Outros	507	534	644	27,0	20,5	1.006	1.177	17,1	

A seguir apresentamos a base de clientes do Banco do Brasil.

Tabela 110. Base de Clientes

milhares	Posição					Var. %	
	Jun/13	Set/13	Dez/13	Mar/14	Jun/14	s/Jun/13	s/Mar/14
Base de Clientes	60.187	60.975	61.375	61.548	61.570	2,3	0,0
Contas Corrente	38.512	38.962	39.786	38.788	38.722	0,5	(0,2)
Pessoa Física	36.152	36.519	37.328	36.363	36.278	0,3	(0,2)
Pessoa Jurídica	2.360	2.443	2.458	2.425	2.444	3,5	0,8

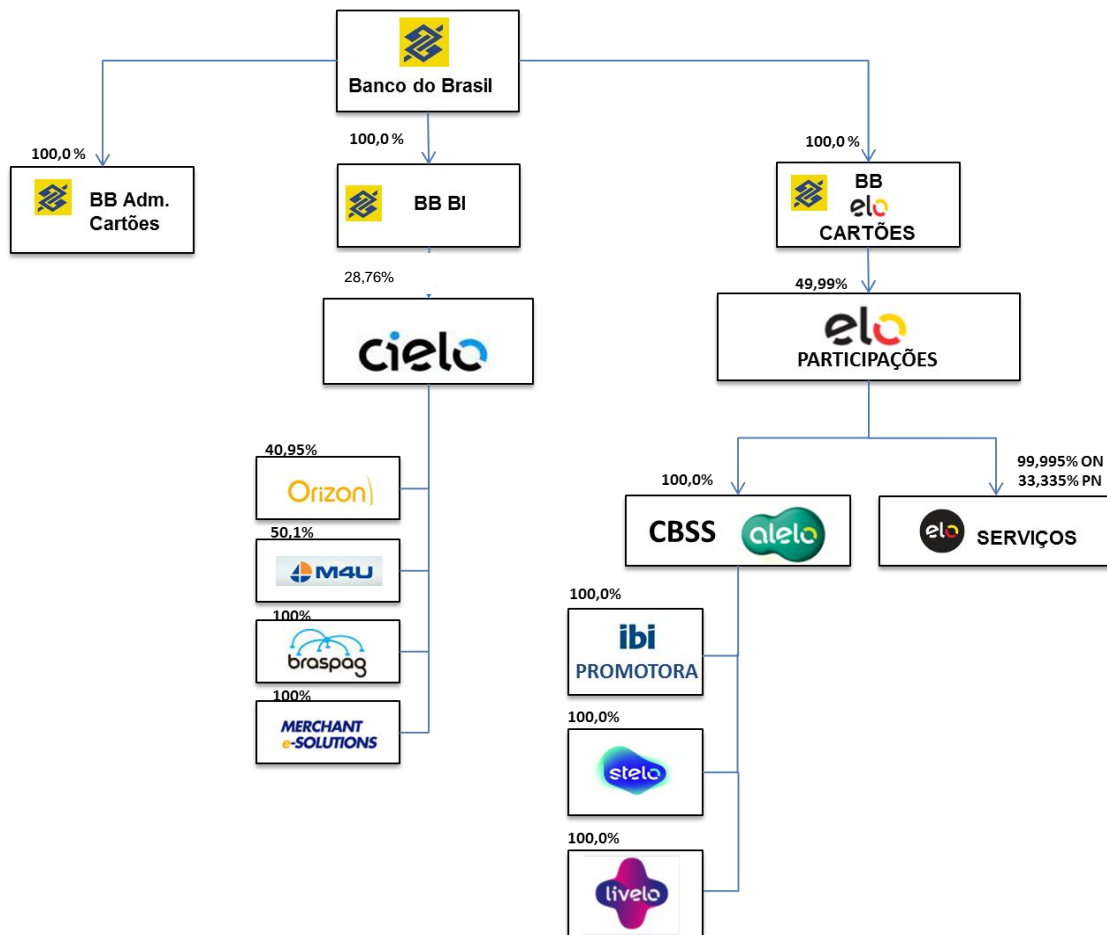
6.2. Negócio de Cartões

O Banco do Brasil, seguindo sua estratégia de diversificação dos negócios, tem ampliado sua atuação no mercado de cartões por meio de lançamento de novos produtos e soluções para segmentos tradicionais e novos segmentos comerciais. A busca de sinergias e ampliação dos negócios em parceria com as empresas coligadas complementam os alicerces da estratégia.

É válido destacar que a emissão de cartões de múltiplas funções contendo soluções em crédito, débito, crediário e bancária num único plástico permite oferta diversificada aos clientes.

A seguir é apresentado o organograma dos principais negócios de cartões nos quais o Banco do Brasil possui participação societária direta ou indireta em 30/06/2014, que inclui o lançamento da Stelo, em Abril/14, empresa de meio eletrônico de pagamentos e *e-commerce*, e a Lívolo, cujas tratativas para exploração de negócios relacionados a programas de fidelidade foram iniciadas em Maio/14.

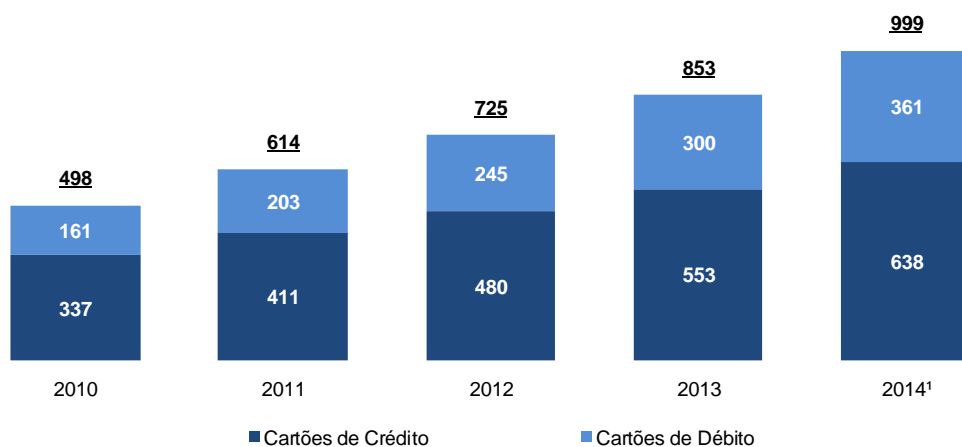
Figura 35. Organograma Negócios de Cartões – Principais Empresas



6.2.1 Sobre o Mercado de Cartões no Brasil

A evolução da indústria de cartões pode ser mensurada pelo volume financeiro transacionado por meio de cartões – faturamento total. Segundo projeções divulgadas pela Associação Brasileira de Empresas de Cartões de Crédito e Serviços (Abecs), o mercado encerrará o ano de 2014 com um volume transacionado de R\$ 999 bilhões, crescimento de 17,1% ante 2013.

Figura 36. Faturamento do Mercado de Cartões – R\$ bilhões



1 – Projeção divulgada pela Abecs.

O Banco do Brasil acredita na continuidade do ritmo atual de crescimento do mercado de cartões principalmente pela entrada de novos consumidores oriundos das classes de menor renda,

substituição do uso do papel moeda e a penetração do meio de pagamento cartão em novos segmentos de mercados.

6.2.2 Emissão de Cartões

O BB é um dos principais emissores das bandeiras Visa, Mastercard, Elo e Amex, posição alcançada devido à sua ampla base de clientes e à sua estratégia de emissão de cartões de múltiplas funções (crédito, débito, bancária e crediário).

Ao final de Jun/14, a base total de cartões emitidos atingiu 80,8 milhões, entre cartões de crédito, débito e pré-pagos, crescimento de 0,2% em relação a Mar/14.

Tabela 111. Base de Cartões

Em milhares	Jun/13	Mar/14	Jun/14	Var. %	
				s/Jun/13	s/Mar/14
Base de Cartões	81.408	80.633	80.803	(0,7)	0,2
Cartões de Crédito	21.395	22.008	22.732	6,2	3,3
Cartões de Débito/Pré-Pago	60.013	58.625	58.071	(3,2)	(0,9)

A base de cartões do BB com uso recorrente – com pelo menos uma transação de compra nos últimos 30 dias – atingiu em Jun/14 o patamar de 9,3 milhões na função de cartão de crédito e 10,9 milhões na função de cartão de débito. Esses números reforçam o alto potencial de crescimento dos negócios de cartões junto à significativa base de clientes portadores de cartão já existente no Conglomerado BB.

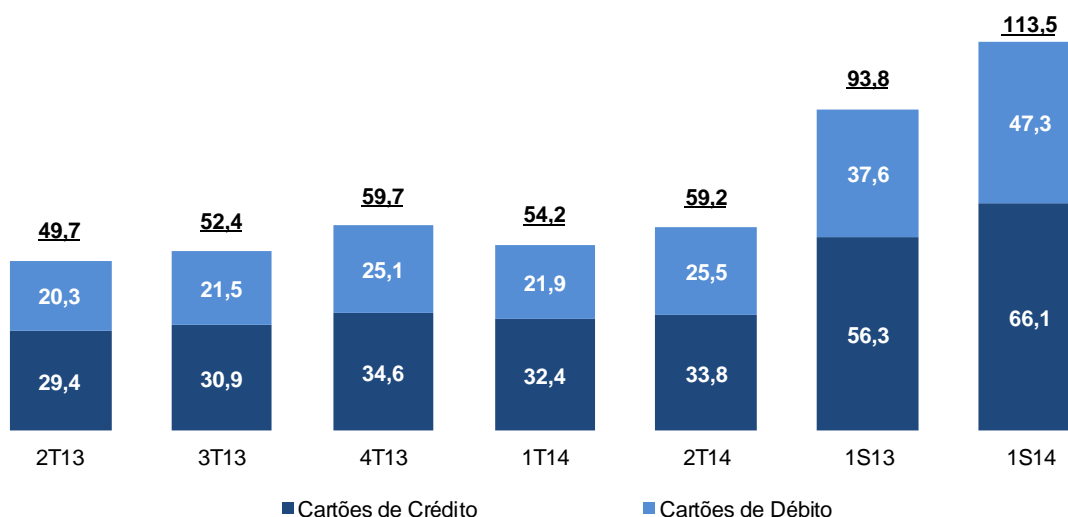
Como um dos grandes pioneiros no processo de emissão de cartões com *chip*, o BB já detém 100% da sua base de cartões de múltiplas funções com essa tecnologia, resultando em maior segurança e eficiência operacional em suas transações. No 2T14, o BB concluiu o processo de substituição de sua base de cartões essencialmente bancários por plásticos com *chip*. Ao todo foram emitidos 3,1 milhões de novos cartões para os correntistas do Banco.

A tabela a seguir demonstra a quantidade de transações com cartões do BB. A evolução significativa desse indicador demonstra o potencial de geração de receitas para o Banco.

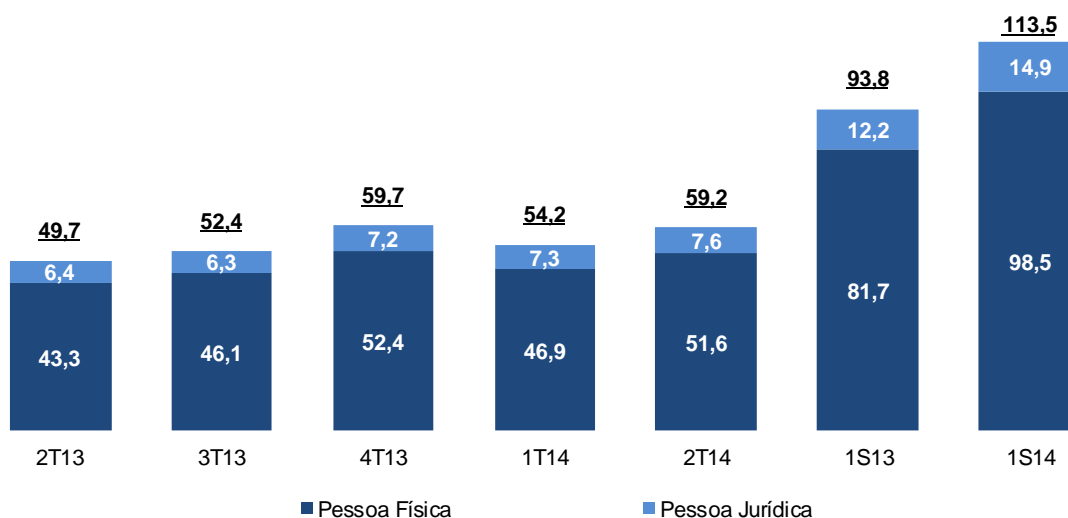
Tabela 112. Quantidade de Transações

Em milhares	Fluxo Trimestral			Var. %		Fluxo Semestral		Var. %
	2T13	1T14	2T14	s/2T13	s/1T14	1S13	1S14	s/1S13
Quantidade de Transações	463.008	500.466	518.416	12,0	3,6	891.499	1.018.882	14,3
Cartões de Crédito	200.712	210.680	221.465	10,3	5,1	381.939	432.145	13,1
Cartões de Débito/Pré-Pagos	262.296	289.786	296.951	13,2	2,5	509.560	586.736	15,1

O faturamento total do Banco do Brasil alcançou R\$ 113,5 bilhões no 1S14, crescimento de 20,9% em relação ao mesmo período do ano anterior.

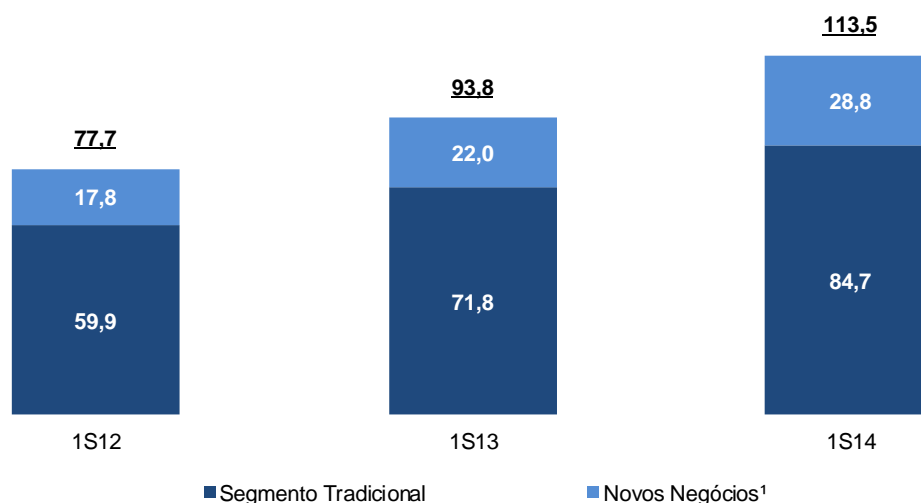
Figura 37. Faturamento Total BB – R\$ bilhões

O Banco do Brasil tem um amplo portfólio de produtos em seu negócio de emissão de cartões e investe em soluções inovadoras para seus clientes. Na comparação semestral, destaca-se o segmento PJ, com crescimento de 22,7%.

Figura 38. Faturamento Total por Segmento PF e PJ – R\$ bilhões

A estratégia de diversificação dos negócios de cartões permite a renovação constante do portfólio e a manutenção do ritmo de crescimento de forma mais equilibrada. Soluções que levam o cartão para novas cadeias de negócios tais como o agronegócio, financiamentos para investimentos, compras empresariais e crediário, permitem que o Banco avance na substituição de outros meios de pagamentos.

No 1S14, 25,4% do faturamento com cartões advém da inovação de modelos de negócios e de novas soluções, conforme demonstrado na figura a seguir.

Figura 39. Faturamento Total por Segmento Tradicional e Novos Negócios – R\$ bilhões

1 – Representa o volume de transações com Ourocard Agronegócios, Ourocard Crediário, Cartão BNDES, pagamento de títulos com cartão, Ourocard Pré-pago e Alelo e compras B2B/empresariais com cartões.

6.2.3 Bandeira Elo

Contribuíram para o significativo aumento no volume de compras e da base de cartões da bandeira Elo a emissão de cartões BB de múltiplas funções para pessoa física atrelados ao sistema de pagamentos da Elo, além dos lançamentos para novos segmentos como agronegócio, empresarial e cartão BNDES, conforme mostra a tabela a seguir:

Tabela 113. Base de Cartões e Faturamento com Cartões Elo Banco do Brasil

	Fluxo Trimestral			Var. %	
	2T13	1T14	2T14	s/2T13	s/1T14
Faturamento - R\$ milhões	3.395	4.249	6.065	78,7	42,8
Base de Cartões - milhares	5.569	6.773	7.208	29,4	6,4

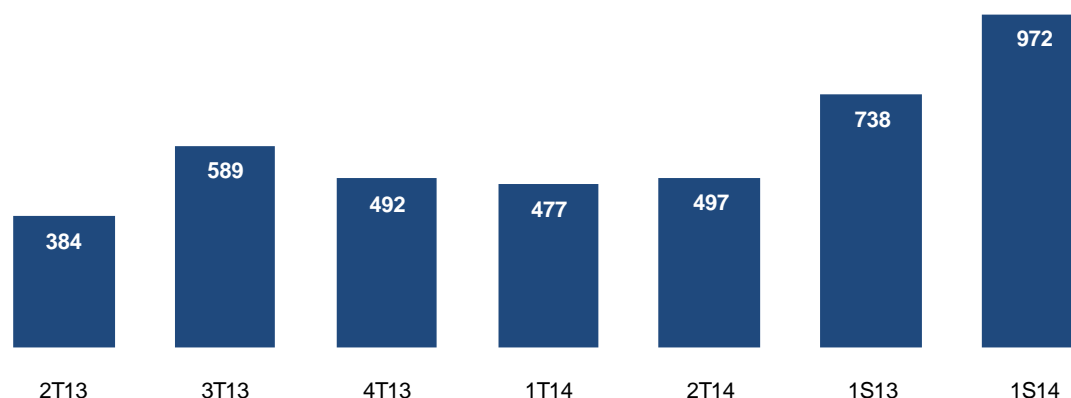
6.2.4 Resultado de Serviço de Cartões

O resultado de serviços de cartões advém, principalmente, da emissão e utilização dos cartões nas funções crédito, débito, crediário pelos clientes. Inclui também os serviços de credenciamento e aquisição, cartões pré-pagos/voucher e de bandeira de cartões, que são prestados pelas coligadas do Banco.

O resultado de serviços não abrange as receitas e despesas financeiras oriundas do pagamento mínimo ou parcial da fatura (crédito rotativo). Foram alocados os custos administrativos e operacionais diretamente relacionados ao negócio cartão, identificados até o presente exercício.

Nas tabelas a seguir é apresentado o resultado de serviços de cartões e o resultado após a tributação. No 1S14 foi apurado um resultado após a tributação de R\$ 972 milhões, crescimento de 31,7% quando comparado a igual período do ano anterior.

A manutenção do ritmo de crescimento no resultado de serviços de cartões decorre principalmente do aumento no volume de negócios, busca constante de maior eficiência operacional e ampliação e diversificação de negócios com as empresas coligadas.

Figura 40. Resultado de Serviço de Cartões BB – R\$ milhões

Nas tabelas a seguir é apresentado o detalhamento do resultado de serviços de cartões e o respectivo resultado após a tributação.

Tabela 114. Receitas e Despesas de Serviços de Cartões – 1S14

R\$ milhões	BB Emissor ¹	Cielo	CBSS	Elo Serviços	Total
Receitas Operacionais Totais	2.105	1.249	359	20	3.733
Emissão	1.984	-	17	-	2.001
Adquirência	-	872	219	-	1.091
Outras Receitas	121	377	123	20	641
Despesas Operacionais Totais	(1.377)	(571)	(228)	(21)	(2.197)
Emissão	(1.366)	-	(28)	-	(1.394)
Adquirência	-	(522)	(138)	-	(660)
Outras Despesas	(11)	(49)	(62)	(21)	(143)
Resultado de Serviços de Cartões	728	678	131	(1)	1.536
IR/CSLL	(290)	(231)	(44)	1	(564)
Resultado Após Tributação	438	447	87	-	972

1 – Inclui BB Banco Múltiplo e BB Administradora de Cartões de Crédito.

Tabela 115. Receitas e Despesas de Serviços de Cartões – 1S13

R\$ milhões	BB Emissor ¹	Cielo	CBSS	Elo Serviços	Total
Receitas Operacionais Totais	1.776	1.027	307	6	3.116
Emissão	1.659	-	29	-	1.688
Adquirência	-	824	186	-	1.010
Outras Receitas	117	203	92	6	418
Despesas Operacionais Totais	(1.283)	(476)	(195)	(6)	(1.960)
Emissão	(1.259)	-	(24)	-	(1.283)
Adquirência	-	(455)	(118)	-	(573)
Outras Despesas	(24)	(21)	(53)	(6)	(104)
Resultado de Serviços de Cartões	493	551	112	-	1.156
IR/CSLL	(195)	(185)	(38)	-	(418)
Resultado Após Tributação	298	366	74	-	738

1 – Inclui BB Banco Múltiplo e BB Administradora de Cartões de Crédito.

Tabela 116. Receitas e Despesas de Serviços de Cartões – 2T14

R\$ milhões	BB Emissor ¹	Cielo	CBSS	Elo Serviços	Total
Receitas Operacionais Totais	1.073	631	186	11	1.901
Emissão	1.025	-	9	-	1.034
Adquirência	-	431	112	-	543
Outras Receitas	48	200	65	11	324
Despesas Operacionais Totais	(684)	(300)	(117)	(14)	(1.115)
Emissão	(682)	-	(14)	-	(696)
Adquirência	-	(269)	(71)	-	(340)
Outras Despesas	(2)	(31)	(32)	(14)	(79)
Resultado de Serviços de Cartões	389	331	69	(3)	786
IR/CSLL	(154)	(113)	(23)	1	(289)
Resultado Após Tributação	235	218	46	(2)	497

1 – Inclui BB Banco Múltiplo e BB Administradora de Cartões de Crédito.

Tabela 117. Receitas e Despesas de Serviços de Cartões – 2T13

R\$ milhões	BB Emissor ¹	Cielo	CBSS	Elo Serviços	Total
Receitas Operacionais Totais	939	515	159	4	1.617
Emissão	862	-	15	-	877
Adquirência	-	418	96	-	514
Outras Receitas	77	97	48	4	226
Despesas Operacionais Totais	(668)	(246)	(97)	(3)	(1.014)
Emissão	(654)	-	(12)	-	(666)
Adquirência	-	(230)	(59)	-	(289)
Outras Despesas	(14)	(16)	(27)	(3)	(60)
Resultado de Serviços de Cartões	271	269	62	1	603
IR/CSLL	(108)	(90)	(21)	-	(219)
Resultado Após Tributação	163	179	41	1	384

1 – Inclui BB Banco Múltiplo e BB Administradora de Cartões de Crédito.

A tabela a seguir apresenta a composição das principais receitas e despesas consideradas na apuração do resultado operacional de serviços de cartões.

Tabela 118. Principais Receitas e Despesas – Serviço de Cartões



Linha do Resultado Operacional	Descrição dos Principais Itens de Receitas e Despesas			
Receitas Operacionais Totais				
Emissão	Intercâmbio, anuidade, tarifas sobre emissão de cartões, tarifas de contas pré-pagas, tarifas do programa de relacionamento PJ, receitas sobre operações de parcelamento da fatura		Comissões e tarifas inerentes a emissão de meios de pagamento.	
Adquirência		Taxa de administração líquida (Net MDR), aluguel de POS, tarifas de conectividade, receitas de float, dentre outras.	Taxa de administração líquida (Net MDR), receitas de float, dentre outras.	
Outras Receitas	Outras comissões e receitas operacionais do cartão.	Antecipação comercial para estabelecimentos credenciados, dentre outras.	Receitas das participadas e demais receitas inerentes ao negócio.	Royalties recebidos pela Bandeira, dentre outras.
Despesas Operacionais Totais				
Emissão	Despesas de emissão e entrega de cartões, impressão, remessa e cobrança das faturas, royalties de bandeiras, programa de recompensas, central de atendimento ao cliente, comunicação e promoção, captura e processamento das transações, tributos diretos, perdas operacionais, dentre outras.		Despesas de emissão e entrega de cartões, perdas operacionais, central de atendimento ao cliente, suporte para vendas, tributos diretos sobre receitas de emissão dentre outras.	
Adquirência		Custos dos serviços prestados, vendas e marketing, pessoal e administrativas, tributos diretos, dentre outras.	Captura e processamento de transações, habilitação de estabelecimentos comerciais, despesas com bandeiras, despesas com pagamentos a estabelecimentos comerciais, tributos diretos sobre receitas de adquirência, dentre outras.	
Outras Despesas	Outras despesas operacionais do cartão.	Ajustes a valor presente antecipação comercial para estabelecimento credenciados, custo de captação no mercado, dentre outras.	Despesas das participadas e demais despesas inerentes ao negócio.	Processamento, marketing, despesa de pessoal, dentre outras.
Resultado de Serviços de Cartões				

Descrição das Empresas do Segmento de Cartões

- I. **BB Administradora de Cartões de Crédito:** tem por objeto a administração e emissão de cartões de crédito e de débito, de vales alimentação e/ou refeição, de travelers cheques e atividades afins;
- II. **BB Elo Cartões:** tem por objeto a participação em outras sociedades;
- III. **Elo Participações:** empresa em sociedade com o Bradesco, que tem por objeto a participação em outras sociedades, comerciais ou civis, nacionais ou estrangeiras, como sócia, acionista ou quotista; a gestão de negócios e ativos de empresas controladas direta ou indiretamente; a prestação de serviços relacionados com atividades, transações e operações para empresas controladas direta ou indiretamente, bem como o licenciamento de marcas, expressões, domínios e patentes de titularidade própria;
- IV. **Elo Serviços:** empresa em sociedade com o Bradesco e a Caixa Econômica Federal – CaixaPar, que tem por objeto a prestação de serviços relacionados a soluções e meios de pagamentos em geral, inclusive através de meios eletrônicos; o licenciamento de marcas, expressões, domínios e patentes de titularidade da Sociedade ou o sub-licenciamento de marcas, expressões, domínios e patentes licenciados por terceiros para a Sociedade;
- V. **Cielo:** empresa em que o BB participa, em conjunto com o Bradesco e que tem como objetivo principal a prestação de serviços relacionados a cartões de crédito e de débito e outros meios de pagamento, bem como a prestação de serviços correlatos, tais como o credenciamento de estabelecimentos comerciais e de prestadores de serviços; o aluguel, a instalação e a manutenção de terminais eletrônicos; e a coleta de dados e de processamento de transações eletrônicas e manuais;
- VI. **Orizon:** empresa em que o BB participa indiretamente por meio da Cielo e que tem como objeto social o processamento de informações para as empresas da área médica em geral; na gestão de serviços de suporte (“*back office*”) para empresas operadoras de saúde em geral; na prestação de serviços de interconexão de rede eletrônica entre operadoras de saúde e prestadores de serviços médicos e hospitalares (como hospitais, clínicas médicas e laboratórios) e quaisquer outros agentes do sistema de saúde suplementar e drogarias, na prestação de serviços de digitalização e automatização de processos, atendimento em “*call center*” e outras soluções; na prestação de serviços de leitura de informações de cartões e roteamento de transações não financeiras; e na locação ou comercialização de leitoras de cartões, outros equipamentos e sistemas de informática utilizados na prestação de seus serviços;
- VII. **M4 Produtos:** empresa em que o BB participa indiretamente por meio da Cielo e tem como objeto social a prestação de serviços de transmissão de dados de recarga de créditos de telefonia fixa ou celular, televisão pré-paga, transporte pré-pago e similares; a prestação de serviços de pagamento móvel e de serviços de consultoria em tecnologia; e o desenvolvimento e licenciamento de softwares;
- VIII. **Braspag:** empresa em que o BB participa indiretamente por meio da Cielo e tem como objeto social o desenvolvimento de programas de computador; o processamento de transações eletrônicas; e os serviços de tecnologia voltados à cobrança e ao gerenciamento de contas a pagar e a receber via Internet;
- IX. **Merchant e-Solutions:** sediada nos Estados Unidos, empresa em que o BB participa indiretamente por meio da Cielo, tem como objeto social a prestação de serviços relacionados à viabilização de pagamentos eletrônicos com cartões de crédito e débito, compreendendo a autorização de transações, as liquidações financeiras e a notificação de transações aos estabelecimentos comerciais;
- X. **CBSS/Alelo:** empresa em sociedade com o Bradesco, que possui uma divisão de negócios que tem como objetivo principal a emissão, administração, gestão e prestação de serviços de meios de pagamentos e cartões pré-pagos, aptos a receberem carga ou recarga de valores em moeda estrangeira incluindo, mas não se limitando, aos benefícios de alimentação e refeição, através de meios eletrônicos, tais como tarja magnética, smart cards e outros;
- XI. **CBSS/IBI Promotora:** empresa em sociedade com o Bradesco, que possui uma divisão de negócios que tem por objeto a prestação de serviços de promoção de vendas, de representante e correspondente no país de instituições financeiras; a execução de contratos e convênios de prestação de serviços mantidos pela instituição contratante com terceiros; a prestação de serviços de exibição, divulgação e veiculação de materiais publicitários; a prestação de serviços de intermediação, agenciamento e promoção para a distribuição de seguros, títulos de

capitalização e produtos correlatos por sociedades corretoras de seguro ou quaisquer terceiros; a prestação de serviços complementares de coleta de informações cadastrais e de documentação; a prestação de serviços de gestão comercial, de assessoria mercadológica, de gestão; a intermediação na comercialização de vendas de passagens aéreas, terrestres e marítimas, bem como pacote de viagens; a locação de bens móveis fungíveis, incluindo, mas não se limitando, a softwares; a criação de estabelecimentos comerciais e lojas para a prestação de todo e qualquer serviço acima referido.

XII. CBSS/Stelo: empresa de meios eletrônicos de pagamentos, em sociedade com o Bradesco, que irá administrar, operar e explorar os segmentos de facilitadoras de pagamentos voltada para o comércio eletrônico, bem como negócios de carteira digital.

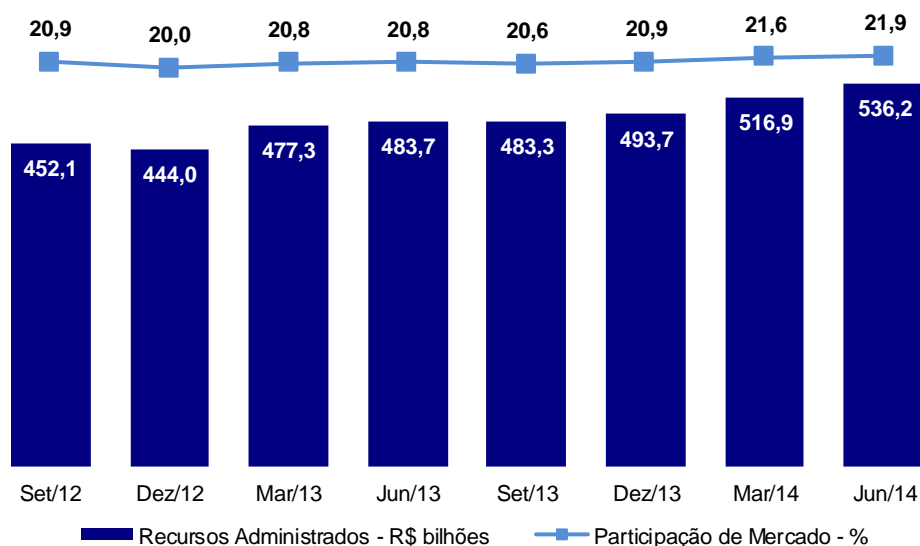
XIII. CBSS/Nívelo: empresa em sociedade com o Bradesco, que tem por objeto explorar negócios relacionados a programa de fidelidade por coalizão, que permitirá o acúmulo e resgate de pontos em diversos parceiros.

6.3. Gestão de Recursos de Terceiros

A BB Gestão de Recursos DTVM S.A., subsidiária integral do BB, institui, organiza e gere fundos, carteiras e clubes de investimento.

De acordo com o Ranking de Administração de Recursos da ANBIMA (Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais), a BB DTVM encerrou o segundo trimestre de 2014 com R\$ 536,2 bilhões em recursos de terceiros e participação de mercado de 21,9%. Esse resultado representou um crescimento de 10,8% em relação ao mesmo período do ano anterior.

Figura 41. Gestão de Recursos de Terceiros



Além dos recursos computados para efeito de ranking entre as instituições participantes do mercado, a BB DTVM detém R\$ 43,2 bilhões de patrimônio líquido em fundos Extramercados.

Adicionalmente, no 2T14 a BB DTVM obteve a maior captação líquida da indústria de fundos de investimento, no total de R\$ 24,8 bilhões. Dentre as categorias de produtos, destaca-se a captação líquida em previdência com R\$ 8,8 bilhões, equivalente a 76,3% do total de recursos novos captados nesta categoria.

Em relação à segmentação por investidor, segundo o Ranking de Administração de Recursos da ANBIMA, a BB DTVM é líder nos segmentos: investidor institucional, poder público, varejo e estrangeiros. As tabelas a seguir apresentam a distribuição dos recursos administrados por segmento e produto.

Tabela 119. Fundos de Investimento e Carteiras Administradas por Segmento

R\$ milhões	SalDOS				Var. %			
	Jun/13	Part. %	Mar/14	Part. %	Jun/14	Part. %	s/Jun/13	s/Mar/14
Investidor Institucional	185.549	38,4	215.370	41,7	228.662	42,6	23,2	6,2
Poder Público	130.925	27,1	132.559	25,6	124.756	23,3	(4,7)	(5,9)
Varejo	51.138	10,6	50.988	9,9	54.666	10,2	6,9	7,2
Alta Renda	35.624	7,4	30.395	5,9	30.574	5,7	(14,2)	0,6
RPPS	25.167	5,2	27.945	5,4	31.992	6,0	27,1	14,5
Investidor Estrangeiro	18.995	3,9	19.571	3,8	18.709	3,5	(1,5)	(4,4)
Private	17.573	3,6	15.786	3,1	17.433	3,3	(0,8)	10,4
Middle Market	9.616	2,0	11.718	2,3	12.104	2,3	25,9	3,3
Corporate	9.162	1,9	12.581	2,4	17.339	3,2	89,2	37,8
Total	483.750	100,0	516.915	100,0	536.236	100,0	10,8	3,7

Tabela 120. Fundos de Investimento e Carteiras Administradas por Tipo

R\$ milhões	SalDOS				Var. %			
	Jun/13	Part. %	Mar/14	Part. %	Jun/14	Part. %	s/Jun/13	s/Mar/14
Fundos de Investimentos	465.891	96,3	504.706	97,6	524.610	97,8	12,6	3,9
Renda Fixa	205.775	42,5	214.224	41,4	217.956	40,6	5,9	1,7
Curto Prazo	72.545	15,0	82.620	16,0	83.984	15,7	15,8	1,7
Renda Variável	54.424	11,3	57.567	11,1	58.182	10,9	6,9	1,1
Referenciado DI	36.782	7,6	38.950	7,5	42.183	7,9	14,7	8,3
Multimercado	6.828	1,4	9.335	1,8	11.099	2,1	62,6	18,9
Outros	89.537	18,5	102.009	19,7	111.205	20,7	24,2	9,0
Carteiras Administradas	17.859	3,7	12.209	2,4	11.627	2,2	(34,9)	(4,8)
Renda Fixa	17.859	3,7	12.209	2,4	11.627	2,2	(34,9)	(4,8)
Total	483.750	100,0	516.915	100,0	536.236	100,0	10,8	3,7

Governança Corporativa

A BB DTVM, instituição com personalidade jurídica independente, adota as melhores práticas de governança. Possui Conselho de Administração próprio e sua Diretoria Executiva é composta por um Diretor Presidente e dois Diretores Executivos estatutários. Para assegurar a fiscalização dos atos de gestão administrativa, possui Conselho Fiscal específico.

A BB DTVM aderiu aos Comitês de Auditoria único e de Remuneração, do Conglomerado BB, conforme facultado nas Resoluções CMN 3.198/2004 e CMN 3.921/2010, respectivamente.

A empresa adota modelo de administração baseado na decisão colegiada em todos os níveis. Para isso, são estruturados comitês internos com instâncias deliberativas em seus processos decisórios, o que favorece a transparência, a segurança, a interação entre as áreas e o compartilhamento de informações e procedimentos.

Ações Estratégicas

Entre os acontecimentos relevantes no segundo trimestre de 2014 na BB DTVM, destacaram-se:

- Iniciou-se em junho a negociação do primeiro fundo de investimento em projetos de Infraestrutura listado na BM&FBOVESPA. O FIDC BB Votorantim *Highland* Infraestrutura é uma parceria entre a BB DTVM, a Votorantim Asset (VAM) e a *Highland* Brasilinvest (HBI). Sua carteira é composta, preponderantemente, por debêntures amparadas pelo art. 2º da Lei nº 12.431 e empréstimos-ponte, além de ativos de infraestrutura que atendam a todos os critérios de elegibilidade previstos na Lei 12.431 e suas atualizações;
- Para atender ao segmento Private, foi criado o fundo BB Referenciado DI *Cash Private*, que obteve captação líquida de aproximadamente R\$ 1,0 bilhão no segundo trimestre, encerrando junho com patrimônio líquido de R\$ 1,8 bilhão;
- A BB DTVM vem apoiando a indústria nacional de cinema através da aquisição de certificados audiovisuais, com a obtenção de benefícios fiscais dentro dos limites estabelecidos pela Lei de

Incentivo Fiscal à Cultura, nº 8.685, de 1993. No 1S14 foi aprovado o investimento de R\$ 4,9 milhões, dos quais R\$ 3,7 milhão já foram utilizados no incentivo de 13 filmes.

Risco, Conformidade e Gestão de Ativos

Até maio de 2014, o Banco do Brasil assessorava a BB DTVM na gestão dos riscos de mercado e de liquidez dos fundos de investimento. Desde então, a empresa passou a contar com estrutura própria para gerenciamento de riscos, abrangendo os riscos de mercado e liquidez, além das atividades de *compliance*. Também está prevista a criação de área específica para a gestão do risco operacional.

Para a mensuração do risco de mercado utiliza-se, como métrica padrão, a metodologia de Valor em Risco (*Value-at-Risk* ou *VaR*) por simulação histórica, para quantificar o montante de perda a que a carteira ou fundo está exposto. O monitoramento do risco das carteiras e dos fundos é diário e os cálculos são feitos considerando-se todos os instrumentos financeiros existentes na carteira ou fundo de investimento. Em complemento, também são realizados, diariamente, testes de estresse, em cenários históricos ou prospectivos. De acordo com as características dos fundos podem ser utilizadas métricas adicionais como *Tracking Error*, *Duration*, Orçamento de *VaR*, etc.

O modelo de gestão de risco operacional aplicado pelo Banco do Brasil tem por objetivo identificar, avaliar, mensurar, mitigar, controlar e monitorar os riscos operacionais inerentes a todos os produtos, serviços, atividades, processos e sistemas do Conglomerado Banco do Brasil. A BB DTVM estabeleceu Política de Gerenciamento do Risco Operacional aderente à Resolução CMN 3.380, de 29/06/2006 e observa também as políticas específicas de risco operacional, normas, metodologias e instrumentos para gerenciamento de risco operacional definidos pelo Banco do Brasil S.A.

Desde 2012, a BB DTVM possui a Certificação ISO 9001:08 – Qualidade Total em seu Processo de Análise de Risco de Crédito. Todas as aquisições de títulos de renda fixa e operações estruturadas são avaliadas pela equipe de Análise de Crédito da BB DTVM, mediante análise técnica individualizada do emissor e da operação, com metodologia e métricas segregadas das demais empresas do conglomerado.

Certificações e Premiações

Desde 2006, a BB DTVM possui o grau máximo de qualidade, MQ1, atribuído pela agência classificadora de risco Moody's América Latina. A Moody's, em sua última análise, ressaltou que a BB DTVM tem práticas e procedimentos de gestão de risco e controle excelentes, tanto no nível dos fundos como no nível da companhia. Ainda segundo a Moody's, o desempenho dos fundos de investimento da BB DTVM tem sido sólido com forte retorno ajustado ao risco e têm atingido seus objetivos de risco e retorno de uma maneira consistente.

A BB DTVM possui o ISO 9001:08 – Qualidade Total em seu Processo de Análise de Risco de Crédito, uma das mais renomadas certificações de abrangência internacional em qualidade de serviços, produtos e processos. A auditoria foi realizada pela Fundação Carlos Alberto Vanzolini em todas as atividades de análise de crédito da gestora.

A BB DTVM conquistou no 2º trimestre de 2014 as seguintes premiações:

- I. No *ranking* "Os Melhores Fundos para Institucionais", divulgado pela Revista Investidor Institucional, edição de abril/14, a BB DTVM obteve 14 fundos classificados como excelentes;
- II. No *rating* AE/Insper de junho de 2014, 4 fundos de ações da BB DTVM foram promovidos do conceito "B" para o "A": BB Ações Dividendos, BB Brasil Ações Dividendos FI, BB Top Ações Dividendos FIA e BB Top Ações Dividendos Midcaps FI. Este *rating* tem como objetivo classificar em escala de A até D os fundos de ações com patrimônio superior a R\$ 1 milhão, comparando sua volatilidade e retorno;
- III. No *Ranking Top Five* do Banco Central do Brasil de Maio/14, a instituição conquistou o 1º lugar na projeção de curto prazo da Taxa Selic.

Sustentabilidade

Alinhada com os princípios de responsabilidade social e ambiental adotados pelo Banco do Brasil, desde Nov/10 a BB DTVM é signatária dos Princípios para o Investimento Responsável (PRI), iniciativa de investidores globais, propondo-se a aplicar em seus processos de gestão práticas que favoreçam a integração de temas ambientais, sociais e de governança corporativa (ESG) em suas análises e tomadas de decisão de investimento.

A BB DTVM participa do grupo de engajamento da rede brasileira do PRI, iniciativa que busca uma mudança no comportamento das empresas nas quais investe, a fim de melhorar a transparência sobre esses temas.

Atualmente, a BB DTVM administra sete fundos de investimento com características socioambientais. A tabela a seguir detalha o saldo dos recursos administrados nesses fundos.

Tabela 121. Gestão de Fundos de Investimento com Características Socioambientais

R\$ milhões	Saldos		Var. %
	Jun/13	Jun/14	s/Jun/13
BB Multi Global Acqua LP Private FI	243,1	500,9	106,0
BB Previdenciário Ações Governança	237,8	254,9	7,2
BB Referenciado DI Social 50	49,7	56,6	13,9
BB Ações ISE Jovem FIC	18,0	15,8	(12,2)
BB Ações Carbono Sustent. FIA	10,0	5,2	(48,0)
BB Ações Carbono Sustent. Op. Venda FIA	8,0	4,2	(47,5)
BB Multi Mercado LP Jovem FIC	1,1	1,0	(9,1)
Total	567,7	838,6	47,7

Fonte: Anbima.

6.4. Mercado de Capitais

Mercado de capitais é uma das principais fontes de financiamento da atividade produtiva nas economias de todo o mundo. Os instrumentos de captação, além de viabilizarem o crescimento das empresas também contribuem para a geração e diluição do risco de novos investimentos.

O Banco do Brasil está presente no mercado de capitais por meio de suas subsidiárias integrais BB Banco de Investimento S.A.– BB-BI (no Brasil), BB Securites Ltd. (Londres), Banco do Brasil Securities LLC. (Nova Iorque) e BB Securities Asia Pte Ltd. (Cingapura). Juntas, as empresas promovem o elo entre emissores nacionais e os investidores do mercado doméstico e estrangeiros. Em seu portfólio estão serviços que envolvem a pesquisa de mercado, estruturação e distribuição de operações, liquidação e custódia dos ativos, bem como produtos e serviços para pessoas físicas e jurídicas.

6.4.1 Produtos e Serviços

A seguir são apresentados os principais produtos e serviços prestados pelo Banco no mercado de capitais:

- I. **Fusões e aquisições:** O BB-BI presta assessoria financeira em operações de alienações, reorganizações societárias (fusões, cisões e incorporações), colocações privadas e emite laudos de avaliação e de *fairness opinion* para empresas.
- II. **Ouro:** O Banco oferece serviços de compra e venda de ouro em forma escritural ou de lingotes pelos clientes, além da custódia desses ativos.
- III. **Private Equity:** O BB-BI é cotista de 15 fundos e atua como assessor em 6 deles, com 56 investimentos indiretos em empresas localizadas em várias regiões do país, nos mais diversos segmentos (energia, infraestrutura, logística, portos, ferrovias, agroindústria, etc.) e em diferentes estágios de desenvolvimento (empresas consolidadas, emergentes e empresas com tecnologia inovadora).
- IV. **Renda Fixa:** (i). Mercado doméstico: através do BB Investimentos são ofertados os serviços de coordenação, estruturação e distribuição de debêntures, notas comerciais e Letras Financeiras. (ii). Mercado internacional: atuação na coordenação, estruturação e distribuição de papéis emitidos por empresas, bancos e governo brasileiro através das corretoras localizadas em Londres, Nova Iorque e Cingapura, conferindo uma atuação global do BB no mercado de capitais.
- V. **Renda Variável:** O BB-BI oferece os serviços de assessoria em todas as etapas de ofertas públicas de ações, ofertas públicas de aquisição de ações (OPA) e ofertas de Cepacs (instrumento de captação de recursos para financiar obras públicas). Atua também na estruturação e distribuição de Fundos de Investimento Imobiliários (FII). Para os investidores

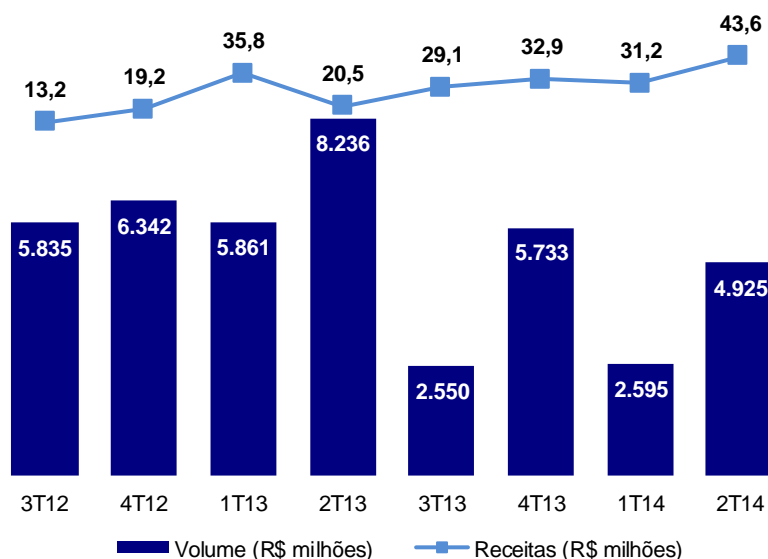
individuais, o portfólio em renda variável abrange os serviços de compra e venda de ações, e para os investidores do segmento private abrange também o serviço de aluguel de ações.

VI. Securitização: As empresas clientes contam com a experiência do BB-BI para estruturar, coordenar e distribuir operações de recebíveis. Os títulos negociáveis em Mercado de Capitais, produtos da operação de securitização, são os Fundos de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC), os Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRI) e os Certificados de Recebíveis do Agronegócio (CRA).

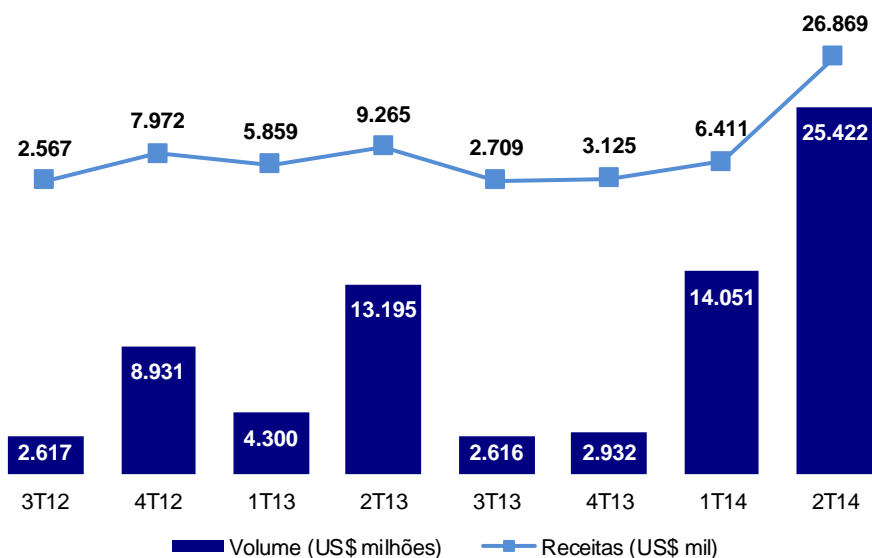
6.4.2 Desempenho em Mercado de Capitais

No 2º trimestre de 2014, o BB-BI atuou como coordenador em 21 emissões de títulos de renda fixa, entre notas promissórias e debêntures, totalizando volume de R\$ 4,9 bilhões. Em termos de originação, o BB alcançou o 3º lugar no *ranking* Anbima, com 15,8% de participação. Quanto à distribuição de renda fixa, o BB-BI também alcançou a 4ª posição, com 11,8% de participação de mercado. O gráfico a seguir demonstra o desempenho do BB-BI na originação de títulos de renda fixa no mercado doméstico.

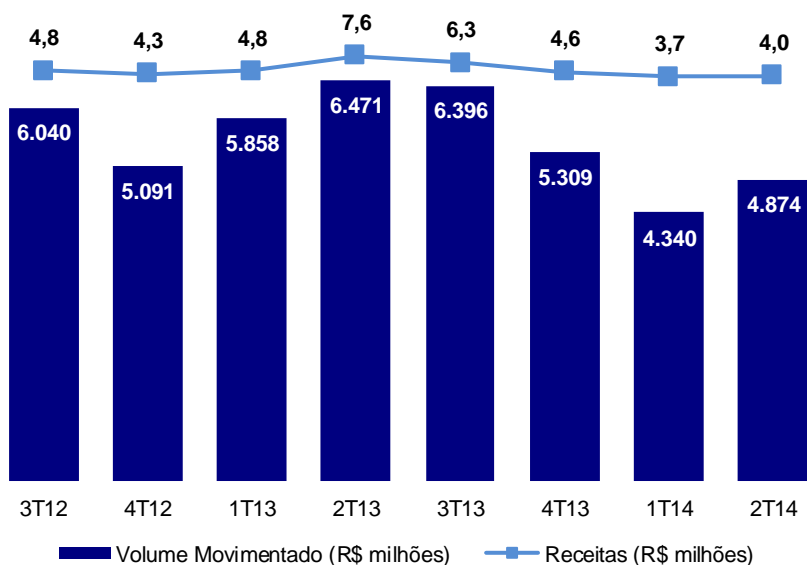
Figura 42. Renda Fixa – Mercado Doméstico



No mercado de capitais internacional, o BB, por meio das corretoras externas, atuou em 11 das 19 operações de captação externa realizadas por empresas, bancos e governo brasileiros, na condição de *lead-manager*. Do total de aproximadamente US\$ 15,8 bilhões emitidos no 2T14, o BB participou em cerca de US\$ 11,3 bilhões, alcançando a 1ª posição no *ranking* Anbima de Emissões Externas. Adicionalmente, o Banco atuou em 4 operações de emissores estrangeiros como *co-manager*, no montante de aproximadamente US\$ 6,7 bilhões. O gráfico a seguir demonstra o desempenho do BB na originação de títulos de renda fixa no mercado internacional.

Figura 43. Renda Fixa – Mercado Internacional – *Lead-Manager*

Para os investidores de varejo, o BB-BI oferece o serviço de compra e venda de ações por meio da rede de agências do Banco do Brasil, internet (*home broker*) e celular. No 2T14, o volume movimentado foi de R\$ 4,9 bilhões. A seguir é apresentada a movimentação trimestral.

Figura 44. Renda Variável Varejo - Mercado Secundário

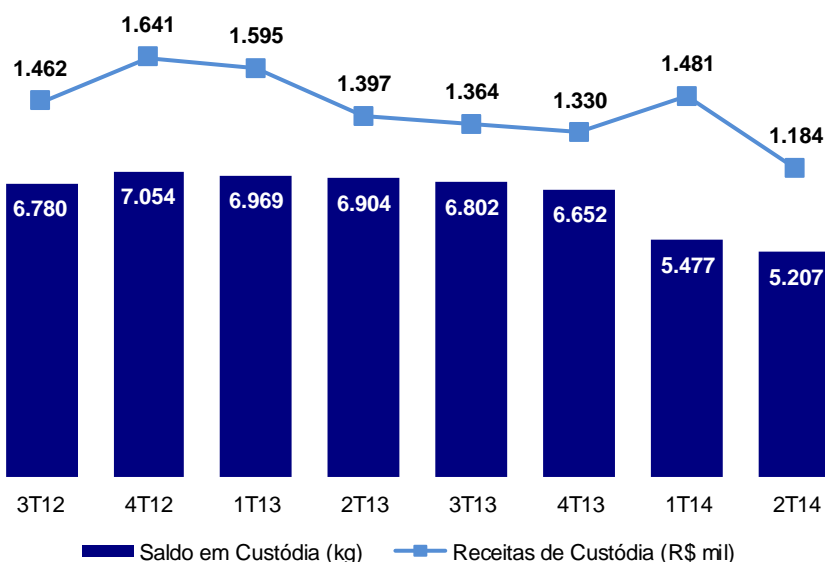
Na indústria de *private equity*, o BB-BI é cotista de 15 fundos. O total de capital comprometido pelo BB-BI na indústria de *private equity* é de R\$ 1.557,4 milhões, conforme tabela a seguir.

Tabela 122. Private Equity – Participação Indireta

R\$ milhões	Jun/13		Mar/14		Jun/14	
	Capital Comprometido do BB-BI	Participação no Capital Comprometido do Fundo (%)	Capital Comprometido do BB-BI	Participação no Capital Comprometido do Fundo (%)	Capital Comprometido do BB-BI	Participação no Capital Comprometido do Fundo (%)
FIP Angra Infraestrutura	59,9	8,1	59,9	8,1	59,9	8,1
FIP Logística Brasil	60,0	13,0	60,0	13,0	60,0	13,0
FIP Brasil Energia	60,4	5,8	60,4	5,8	60,4	5,8
FIP Infra Brasil	60,0	7,3	60,0	7,3	60,0	7,3
FIP Coliseu	200,0	15,0	200,0	15,0	200,0	15,0
FIP Redentor	400,0	28,6	400,0	28,6	400,3	28,6
FMIEE Rio Bravo Nordeste II	20,0	15,2	20,0	15,2	20,0	15,2
FMIEE Jardim Botânico VC I	20,0	20,0	20,0	20,0	20,0	20,0
FMIEE Fundotec II	12,0	15,5	12,0	15,5	12,0	15,5
FIP Fundo Brasil de Governança Corporativa	82,5	13,8	82,5	13,8	82,5	13,8
FIP Brasil Agronegócio	160,0	19,0	160,0	19,0	160,0	19,0
FIP Brasil Sustentabilidade	40,0	9,5	40,0	9,5	40,0	9,5
FIP Fundo Brasil de Internacionalização de Empresas	88,0	24,4	88,0	24,4	88,0	24,4
FIP Brasil Portos e Ativos Logísticos	140,0	20,0	169,3	18,8	169,3	18,8
FIP Brasil Óleo e Gás	125,0	25,0	125,0	25,0	125,0	25,0
Total	1.527,9		1.557,1		1.557,4	

A figura a seguir apresenta o volume custodiado e as receitas auferidas da custódia pelo BB-BI no mercado de ouro.

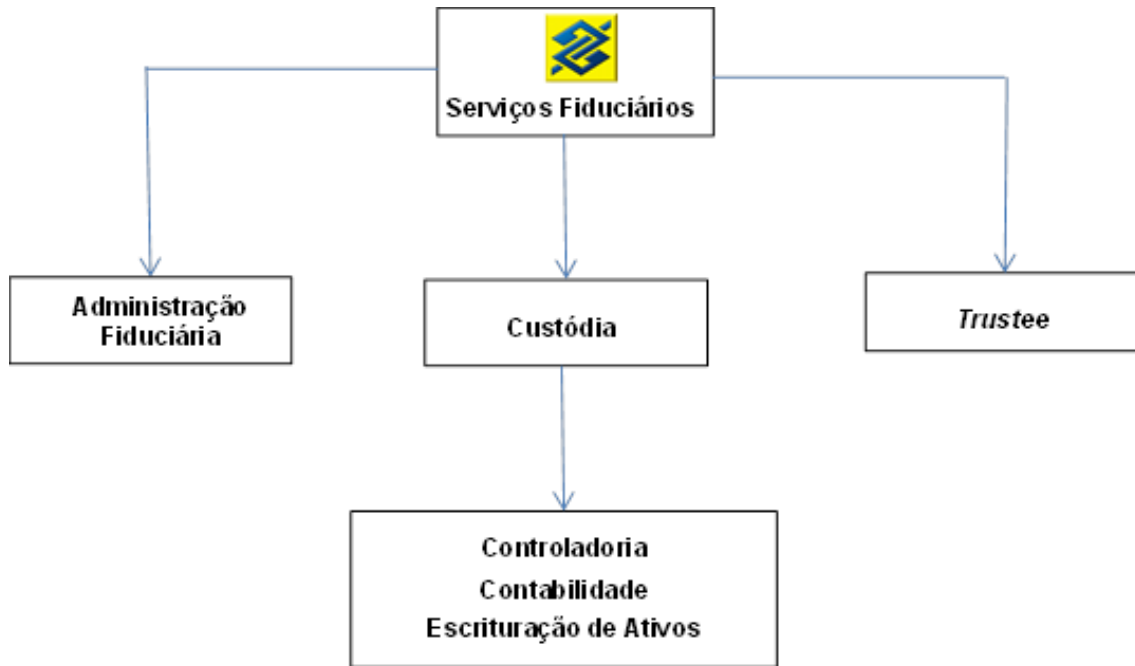
Figura 45. Ouro – Custódia



6.5. Serviços Fiduciários

Os serviços fiduciários são representados pelas atividades complementares ao mercado de capitais, à indústria de fundos e às operações de crédito. Esses serviços compreendem basicamente administração fiduciária, custódia e *trustee* (administração de garantias e contratos). Nos serviços de custódia estão agregados os serviços de controladoria, contabilidade, escrituração de ativos, banco liquidante e banco mandatário.

Figura 46. Organograma de Serviços Fiduciários



6.5.1 Administração Fiduciária

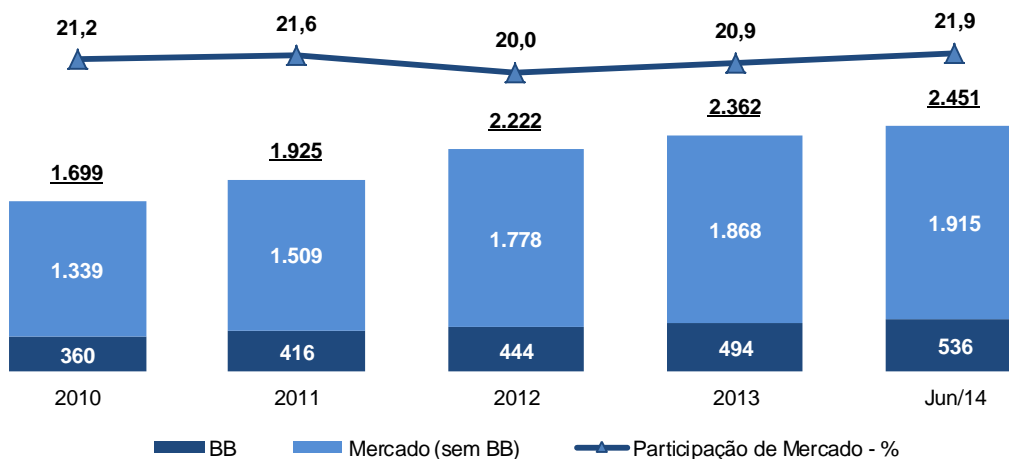
O Administrador Fiduciário é o responsável legal pelos fundos de investimento perante os órgãos reguladores, devendo zelar para que os recursos sejam aplicados segundo as melhores práticas de mercado e de acordo com os normativos e regulações vigentes, resguardando os interesses e prestando informações aos investidores. É também o agente responsável pela contratação e pela supervisão dos serviços executados pelos prestadores de serviços em nome dos fundos de investimento.

O Banco do Brasil, atuando por meio da BB-DTVM, encerrou o 2T14 com 21,9% de participação de mercado no segmento de Administração Fiduciária, um ganho de 1,0% de participação de mercado em relação a Dez/13.

No crescimento líquido de R\$ 89,3 bilhões registrado pela indústria de administração de recursos no comparativo Jun/14 x Dez/13, a BB DTVM foi responsável por 47,6% deste avanço (R\$ 42,5 bilhões).

O gráfico a seguir apresenta a evolução da indústria de administração de recursos de terceiros brasileira, nos últimos 5 anos, e a participação da BB DTVM, líder deste mercado.

Figura 47. Administração Fiduciária – R\$ bilhões



Fonte: Anbima.

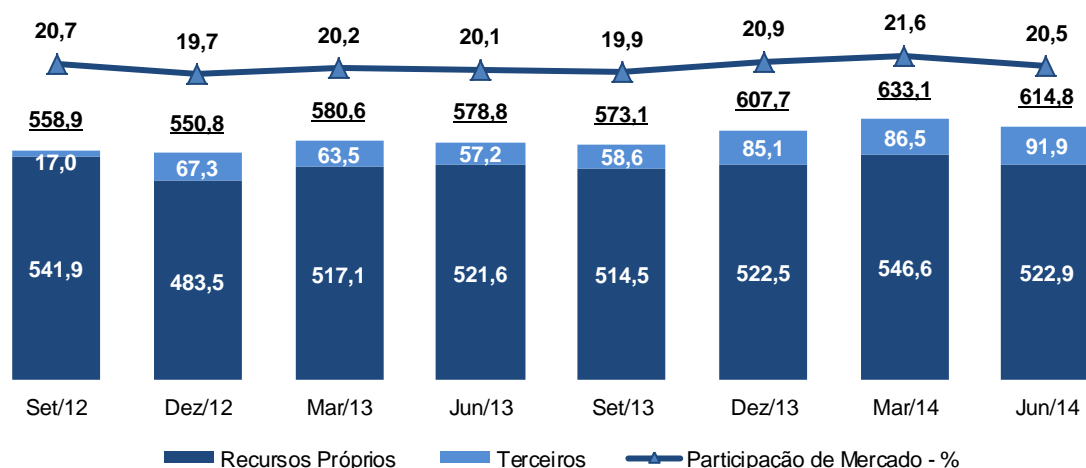
6.5.2 Custódia

Além do serviço de custódia de ativos, o BB presta os serviços de controladoria, contabilidade e escrituração de ativos:

- I) Custódia: serviço de guarda, movimentação e liquidação financeira de operações e eventos associados a ativos;
- II) Controladoria: controles especializados de ativos e passivos, incluindo a execução de procedimentos contábeis (contabilidade) e a geração de relatórios técnicos, gerenciais e legais;
- III) Escrituração: serviço de registro de emissões e movimentações, e controle de bases de dados com informações de investidores em ativos escriturais.

No segmento de custódia de ativos, o BB encerrou o período em terceiro lugar no Ranking da Anbima de Custódia Doméstica. O gráfico a seguir apresenta a evolução dos recursos custodiados no Banco do Brasil, segmentados em recursos originados dentro da própria instituição e aqueles originados fora do conglomerado BB. Observa-se ainda a performance anual do Banco em termos de participação de mercado.

Figura 48. Total de Ativos de Custódia Doméstica – R\$ bilhões



Fonte: Anbima.

Observa-se na tabela abaixo, a evolução anual dos saldos de custódia no BB, separados por tipo de cliente.

Tabela 123. Custódia de Origem Própria – Tipos de Clientes

R\$ milhões	Saldos				
	2010	2011	2012	2013	Jun/14
Administrador/Gestor	169,7	201,4	273,4	311,2	341,5
Entidade de Fechada de Previdência Complementar	157,6	160,1	153,0	153,2	154,9
Empresas	63,3	70,4	-	-	-
Seguradoras	5,7	7,4	3,9	4,6	5,1
Outros Investidores Institucionais	30,6	48,7	53,2	53,5	21,4
Total	426,8	487,9	483,5	522,5	522,9

6.5.3 Administração de Garantias e Contratos – Trustee

Trata-se de serviço que consiste no gerenciamento e controle de movimentações e de ativos financeiros de contas vinculadas a contratos de financiamentos de garantia ou de uma transação comercial. O *trustee* atua como intermediador e gerenciador dos termos da operação, a fim de garantir às partes envolvidas o fiel cumprimento dos termos contratuais.

As principais modalidades são:

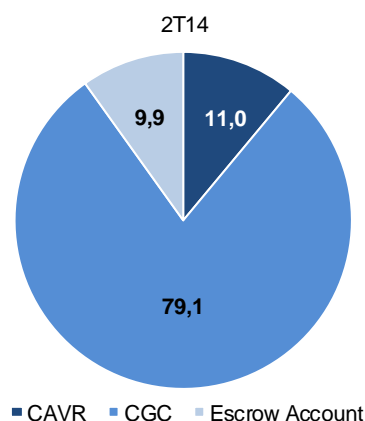
- I) Contrato de Administração e Vinculação de Receitas (CAVR): gestão de fluxos de recursos de empresa e/ou projeto com o objetivo de saldar obrigações em operações de financiamentos (Project Finance) ou gestão de funding em projetos de infraestrutura financiados com repasses (bancos de desenvolvimento, agências de fomento, por exemplo). Os contratos são de longo prazo.
- II) Contrato de Constituição de Garantias (CCG): modalidade de serviço exclusiva do setor elétrico, consiste na gestão centralizada do fluxo de recebíveis da distribuidora ou transmissora, com o objetivo de honrar pagamentos com a geradora para os leilões de energia nova, energia existente e leilão de ajuste) ou transmissora (ONS). Os contratos são de longo prazo; e
- III) *Escrow Account*: na qualidade de interveniente bancário, custodia um ativo (geralmente recursos depositados em conta de depósito à vista ou aplicação financeira) até a conclusão de um negócio entre as partes, sendo esse ativo vinculado em garantia. Geralmente os contratos são de curto e médio prazos.

Seguindo a tendência do mercado de capitais brasileiro e, principalmente, em função da maior utilização de operações sindicalizadas para financiar grandes projetos de infraestrutura e energia, o segmento de *trustee* ganha cada vez mais relevância no Banco do Brasil.

Estima-se que este negócio deverá acompanhar os grandes projetos em desenvolvimento no país e se destacar como uma excelente oportunidade de geração de receitas, através da prestação de serviços. Importante ressaltar que a marca e o histórico de atuação do BB nestes grandes projetos são um diferencial competitivo nestas operações.

A figura a seguir mostra a participação de cada segmento de *trustee*, nas 1.831 operações em vigor ao fim do 2T14.

Figura 49. *Trustee* – Quantidade de Operações



6.5.4 Sobre o Mercado de Serviços Fiduciários

Os serviços fiduciários apresentam correlação direta tanto com o desempenho da economia brasileira e mundial, quanto com a performance do mercado de capitais do Brasil e da indústria de fundos de investimento e operações sindicalizadas.

Segundo dados da Anbima, a indústria de fundos apresentou expressivos índices de crescimento nos últimos 20 anos, saltando, por exemplo, de 632 fundos em dezembro de 1993 para 14.097 em dezembro de 2013, um crescimento de 2.131%, enquanto o patrimônio líquido da indústria passou de R\$ 171 bilhões para R\$ 2,5 trilhões (avanço de 1.348%) no mesmo período de comparação.

Com o processo de bancarização e maior investimento em educação financeira, estima-se que esse crescimento se dê de forma cada vez mais vertiginosa ao longo dos próximos anos.

Corroboram ainda com as expectativas de crescimento do mercado de capitais brasileiro, a necessidade de alternativas para o financiamento de expressivos investimentos em infraestrutura que serão realizados no país. Somente estes empreendimentos, que somam aproximadamente 33 mil projetos, estão estimados em R\$ 1,48 trilhão até 2016, segundo o Fórum de Projetos de Infraestrutura.

6.6. Seguros

A BB Seguridade é o grupo segurador do Banco do Brasil. Constituída em 2012, a empresa representa o resultado de reorganizações societárias empreendidas desde 2008. Dentre as suas atividades estão a oferta de produtos de seguros, previdência aberta, capitalização e serviços de corretagem.

A seguir apresenta-se o resultado financeiro e operacional por cada tipo de segmento, conforme informações contábeis disponíveis na Nota Explicativa 21 - Operações de Seguros, Previdências e Capitalização, constante das Demonstrações Contábeis.

Outras informações sobre a BB Seguridade e os negócios do segmento de seguros podem ser consultados no Relatório Análise de Desempenho daquela empresa, disponível no site www.bancodobrasilseguridade.com.br.

Tabela 124. Seguros - Resultado Financeiro e Operacional

R\$ milhões	Var. %				
	2T13	1T14	2T14	s/2T13	s/1T14
Resultado Financeiro	70	95	177	153,1	86,5
Receitas Financeiras	104	262	244	136,0	(6,8)
Despesas Financeiras	(34)	(168)	(68)	100,8	(59,5)
Atualização e Juros de Provisões Técnicas	(13)	(6)	(12)	(8,6)	111,8
Resultado Operacional	699	903	939	34,2	4,0
Prêmios Retidos e Contribuições	2.089	2.103	2.418	15,8	15,0
Varição das Provisões Técnicas	(424)	12	(407)	(4,2)	-
Sinistros Retidos	(746)	(983)	(845)	13,3	(14,0)
Despesas de Comercialização	(219)	(230)	(228)	3,9	(1,0)
Total	756	992	1.103	45,9	11,3

Tabela 125. Previdência – Resultado Financeiro e Operacional

R\$ milhões	Var. %				
	2T13	1T14	2T14	s/2T13	s/1T14
Resultado Financeiro	10	531	581	5.827,7	9,5
Receitas Financeiras	397	1.350	2.275	473,3	68,5
Despesas Financeiras	(387)	(819)	(1.693)	337,6	106,7
Atualização e Juros de Provisões Técnicas	43	(444)	(504)	-	13,6
Resultado Operacional	35	44	81	128,8	81,8
Prêmios Retidos e Contribuições	4.456	3.834	7.048	58,2	83,8
Varição das Provisões Técnicas	(4.405)	(3.787)	(6.914)	57,0	82,6
Sinistros Retidos	(1.344)	(412)	407	-	-
Despesas de Comercialização	(6)	(2)	(41)	564,5	1.853,8
Desp. com Benefícios e Resg. de Planos de Previdência	(8)	(134)	126	-	-
Total	88	131	158	78,5	20,2

Tabela 126. Capitalização - Resultado Financeiro e Operacional

R\$ milhões	Var. %				
	2T13	1T14	2T14	s/2T13	s/1T14
Resultado Financeiro	77	159	188	144,1	18,2
Receitas Financeiras	93	166	187	102,0	12,7
Despesas Financeiras	(16)	(7)	1	-	-
Atualização e Juros de Provisões Técnicas	(68)	(99)	(104)	53,7	4,7
Resultado Operacional	75	55	82	9,2	47,2
Prêmios Retidos e Contribuições	1.305	867	1.306	0,1	50,7
Varição das Provisões Técnicas	(1.106)	(730)	(1.097)	(0,9)	50,3
Despesas de Comercialização	(72)	(51)	(80)	10,9	59,0
Desp. com Sorteios e Resg. de Títulos de Capitalização	(51)	(31)	(47)	(7,4)	52,0
Total	84	115	166	96,9	43,8

Na próxima tabela estão presentes os principais indicadores de desempenho da BB Seguridade.

Tabela 127. BB Seguridade – Indicadores de Desempenho

R\$ milhões	Fluxo Trimestral			Var. (p.p)	
	2T13	1T14	2T14	s/2T13	s/1T14
Indicadores de Desempenho - %					
Seguros - Vida, Habitacional e Rural					
Sinistralidade ¹	37,1	37,5	31,5	(5,6)	(6,0)
Índice de Comissionamento ²	26,8	26,6	26,4	(0,4)	(0,2)
Margem Técnica	36,2	36,2	42,3	6,1	6,2
Índice Combinado ³	77,8	78,9	71,0	(6,8)	(7,9)
Índice Combinado Ampliado ⁴	73,9	73,1	65,8	(8,1)	(7,3)
RSPL Ajustado	27,7	34,2	50,2	22,5	16,0
Seguros - Patrimônio					
Sinistralidade ¹	53,5	55,7	60,0	6,5	4,3
Índice de Comissionamento ²	21,8	23,4	22,4	0,6	(1,0)
Margem Técnica	20,2	20,2	20,2	-	-
Índice Combinado ³	98,7	98,7	98,7	-	-
Índice Combinado Ampliado ⁴	96,3	96,3	96,3	-	-
RSPL Ajustado	4,0	4,0	4,0	-	-
Previdência					
Índice de Comissionamento ²	0,9	1,4	0,8	(0,2)	(0,6)
RSPL Ajustado	59,0	59,9	54,5	(4,5)	(5,4)
Capitalização					
Índice de Comissionamento ²	46,1	47,1	49,1	3,0	2,0
Margem de Capitalização	17,7	17,0	15,1	(2,5)	(1,9)
RSPL Ajustado	63,9	129,2	171,0	107,1	41,8
Corretagem					
Margem Operacional Ajustada	75,6	76,2	80,8	5,1	4,6
Margem Líquida Ajustada	51,8	52,6	56,1	4,3	3,6

1 – Sinistralidade = Despesas com Sinistros / Prêmios Ganhos.

2 – Índice de Comissionamento = Despesas de Comercialização / Prêmios Ganhos.

3 – Índice Combinado = (Desp. Gerais + Desp. Adm. + Desp. de Comerc. + Desp. com Sinistros + Rec. com Emissão de Apólices + Rec. com Resseguro) / Prêmios Ganhos.

4 – Índice Combinado Ampliado = (Desp. Gerais + Desp. Adm. + Desp. de Comerc. + Desp. com Sinistros + Rec. com Emissão de Apólices + Rec. com Resseguro) / (Prêmios Ganhos + Resultado Financeiro).

6.7. Consórcios

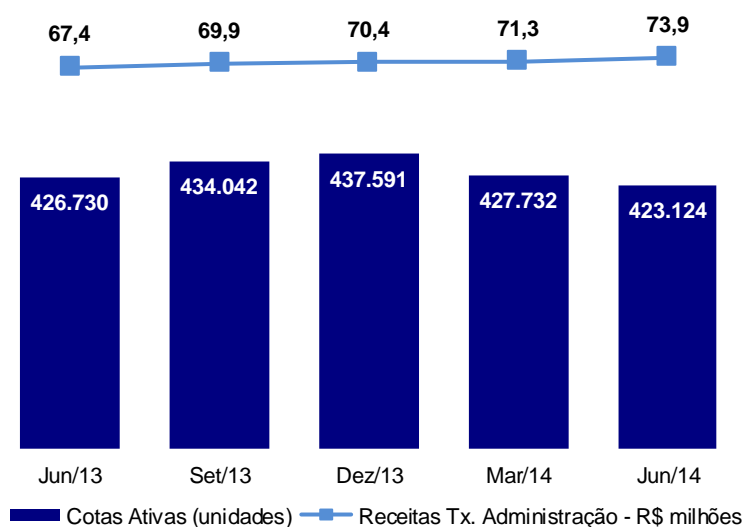
O mercado de consórcios movimentou R\$ 18,4 bilhões em volume de negócios no 1S14, conforme últimos dados da Associação Brasileira de Administradoras de Consórcios – ABAC. O número de participantes ativos atingiu 5,9 milhões, crescimento de 8,6% em relação à quantidade de participantes do mesmo período de 2013. Os números levantados pela ABAC apontam que, cada vez mais, os consumidores estão planejando a compra de bens ou serviços por meio do consórcio. Atitude que reforça a percepção de novos crescimentos do setor baseados na demanda de clientes por custo menor, disciplina financeira adequada ao orçamento pessoal ou familiar, ampliação patrimonial e de consumo.

O Banco do Brasil atua no mercado de consórcios por meio de sua controlada a BB Administradora de Consórcios S.A., comercializando produtos nos segmentos de imóveis, automóveis, motocicletas, eletroeletrônicos, serviços, veículos pesados e máquinas agrícolas. Em maio de 2014, último dado disponível, a BB Consórcios contava com 6,4% de participação de mercado, conforme dados do Banco Central.

Tabela 128. Consórcios - Cotas Ativas por Segmento

unidades	Saldos						Var. %	
	Jun/13	Part. %	Mar/14	Part. %	Jun/14	Part. %	s/Jun/13	s/Mar/14
Automóveis	395.131	92,6	398.925	93,3	393.746	93,1	(0,4)	(1,3)
Imóveis	14.793	3,5	14.804	3,5	14.856	3,5	0,4	0,4
Moto	9.753	2,3	6.327	1,5	6.249	1,5	(35,9)	(1,2)
Trator/Caminhão	5.455	1,3	5.342	1,2	5.249	1,2	(3,8)	(1,7)
Eletrodomésticos	924	0,2	1.131	0,3	1.340	0,3	45,0	18,5
Serviços	674	0,2	1.203	0,3	1.684	0,4	149,9	40,0
Total	426.730	100,0	427.732	100,0	423.124	100,0	(0,8)	(1,1)

A arrecadação de taxa de administração de consórcios no 2T14 atingiu o montante de R\$ 73,9 milhões, resultado 9,6% superior ao registrado no mesmo período de 2013.

Figura 50. Consórcios – Receitas de Prestação de Serviços

As tabelas a seguir apresentam o valor médio e comparativo entre prazo médio e taxa de administração média das cotas comercializadas.

Tabela 129. Consórcios - Ticket Médio

R\$	Saldos				
	Jun/13	Set/13	Dez/13	Mar/14	Jun/14
Trator/Caminhão	126.200	127.890	122.481	125.997	135.627
Imóveis	116.849	121.507	160.760	209.604	169.893
Automóveis	24.087	25.528	25.924	30.091	29.044
Moto	7.724	8.108	8.132	8.412	8.457
Serviços	4.366	4.366	4.515	4.620	4.445
Eletrodomésticos	2.498	2.515	2.470	2.438	2.548

Tabela 130. Consórcios – Prazo Médio e Taxa de Administração Média

	Jun/13		Mar/14		Jun/14	
	Prazo Médio (meses)	Taxa Média (%)	Prazo Médio (meses)	Taxa Média (%)	Prazo Médio (meses)	Taxa Média (%)
Automóveis	70	10,4	70	10,4	73	11,5
Trator/Caminhão	94	10,0	97	10,1	109	11,2
Moto	60	13,9	60	14,0	60	16,2
Imóveis	200	15,9	200	15,9	200	16,0
Eletrodomésticos	26	15,0	30	15,6	35	16,8
Serviços	30	11,8	30	14,4	30	16,2

7 – Produtividade e Eficiência

O Banco do Brasil tem buscado melhorar sua eficiência operacional e produtividade mantendo rígido controle de suas despesas administrativas, de pessoal e operacionais.

7.1 Indicadores

Nesta seção são apresentados os indicadores normalmente utilizados para análise de instituições financeiras. Na comparação 2T14/2T13, pode-se observar na tabela a seguir, que os índices de cobertura acumulado em 12 meses apresentaram evolução em função do desempenho favorável das rendas de tarifas.

Tabela 131. Índices de Cobertura – Ajustados¹

R\$ milhões	Fluxo Trimestral				
	2T13	3T13	4T13	1T14	2T14
Rendas de Tarifas	5.917	5.819	6.177	5.741	6.169
Despesas Administrativas	7.311	7.399	8.432	7.729	7.819
Despesas de Pessoal	4.196	4.166	4.673	4.476	4.465
Outras Despesas Administrativas	3.115	3.233	3.758	3.253	3.354
Cobertura das Despesas de Pessoal - Trimestral	141,0	139,7	132,2	128,3	138,2
Cobertura das Desp. de Pessoal - 12 meses	134,0	135,9	136,3	135,1	134,5
Cobertura das Despesas Adm. - Trimestral	80,9	78,6	73,3	74,3	78,9
Cobertura das Despesas Adm. - 12 meses	76,1	77,3	77,2	76,6	76,2

1 - Dados referentes à Demonstração de Resultado com Realocações.

No 2T14, o índice de eficiência em 12 meses encerrou em 44,1% ante os 43,7% apresentados no mesmo período do ano anterior, devido principalmente, ao menor crescimento da margem financeira bruta (apresentada no capítulo 5) em relação às despesas administrativas (capítulos 7.2 e 7.3).

Tabela 132. Índices de Eficiência – Ajustados¹

R\$ milhões	Fluxo Trimestral				
	2T13	3T13	4T13	1T14	2T14
Receitas Operacionais (A)	17.062	16.999	18.068	17.415	18.619
Margem Financeira Bruta	11.614	11.652	11.848	11.830	12.353
Rendas de Tarifas	5.917	5.819	6.177	5.741	6.169
Res. de Part. em Coligadas e Controladas	(2)	28	(2)	(38)	13
Res. de Op. com Seg., Previd. e Capitaliz.	809	825	879	1.002	1.101
Outras Receitas Operacionais	1.429	1.523	2.131	2.031	1.923
Outras Despesas Operacionais	(2.706)	(2.848)	(2.964)	(3.151)	(2.940)
Despesas Administrativas (B)	7.311	7.399	8.432	7.729	7.819
Despesas de Pessoal	4.196	4.166	4.673	4.476	4.465
Outras Despesas Administrativas	3.115	3.233	3.758	3.253	3.354
Índice de Eficiência (B/A) - %	42,9	43,5	46,7	44,4	42,0
Índice de Eficiência 12 meses - %	43,7	43,5	44,4	44,4	44,1

1 - Dados referentes à Demonstração de Resultado com Realocações.

A tabela a seguir apresenta outros indicadores de produtividade utilizados.

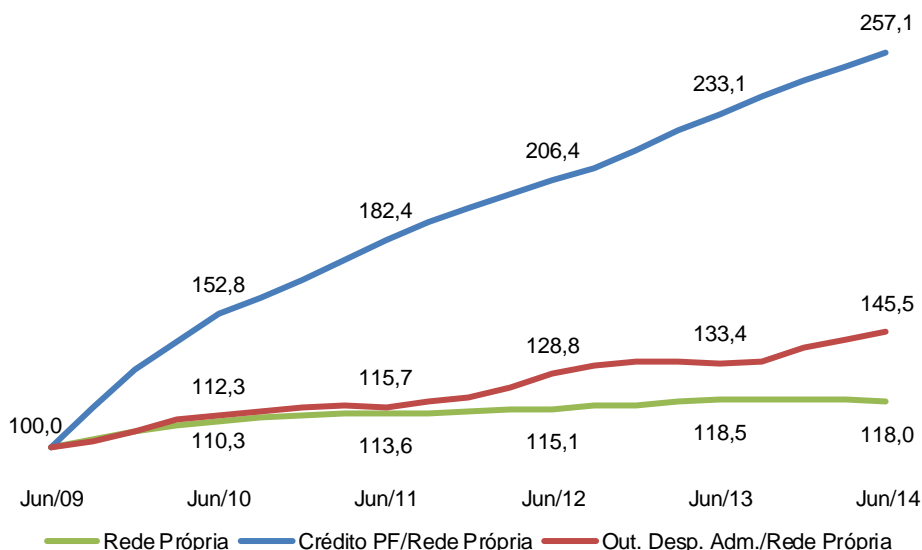
Tabela 133. Outros Indicadores de Produtividade

	Jun/13	Set/13	Dez/13	Mar/14	Jun/14
Ativos por Funcionário - R\$ mil	10.681	11.178	11.620	12.213	12.561
Contas Correntes/Rede Própria	1.992	2.024	2.078	2.030	2.039
Contas Correntes/Funcionários em Agências	431	442	454	444	446
Renda de Tarifas/Rede Própria - R\$ mil	306	302	323	300	325
Despesa de Pessoal por Funcionário - R\$ mil	37	37	42	40	40
Cart. de Créd. Ampl./Rede Própria - R\$ milhões	33	34	36	37	38
Funcionários em Agências/(Ag.+Postos de Atendimento)	12	12	12	12	12

Os próximos gráficos apresentam a evolução da produtividade do BB ao longo dos últimos 5 anos. Foram utilizados como referência o crescimento da carteira de crédito PF e a evolução da linha de outras despesas administrativas em relação à rede própria e, a evolução das tarifas sobre serviços em relação à quantidade de funcionários e agências.

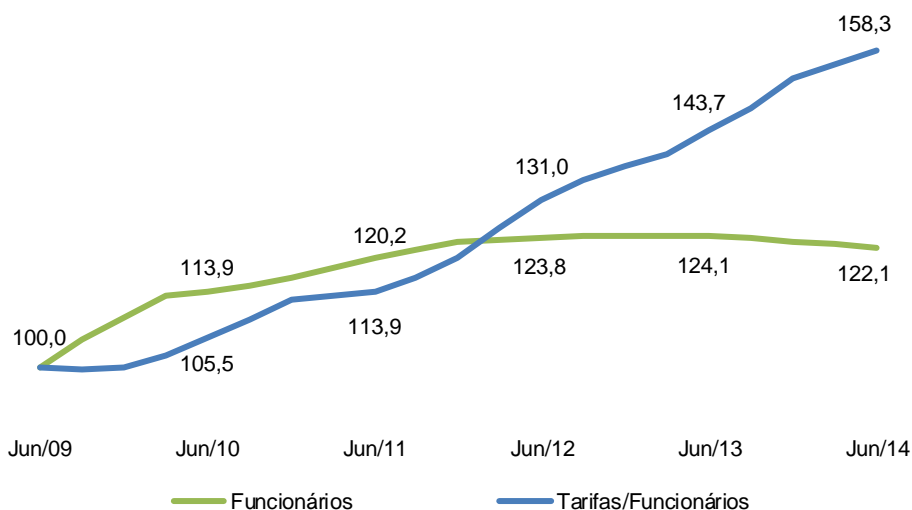
No primeiro gráfico observa-se que o indicador Crédito PF/Rede Própria apresentou evolução de 157,1% no período, enquanto o indicador Outras Despesas Administrativas/Rede Própria registrou crescimento de 45,5%.

Figura 51. Rede Própria, Crédito PF e Outras Despesas Administrativas (Base 100 = Jun/09)



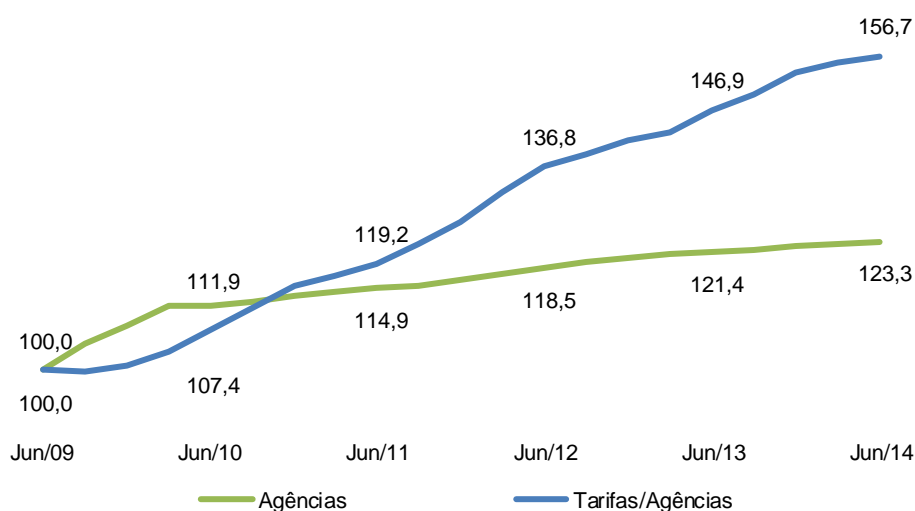
No próximo gráfico é demonstrada a comparação entre a quantidade média de funcionários (em 12 meses) e o montante de rendas de tarifas acumulado em 12 meses.

Figura 52. Funcionários e Tarifas (Base 100 = Jun/09)



No gráfico a seguir é apresentada a comparação entre a quantidade média da rede de agências (em 12 meses) e o montante de rendas de tarifas acumulado em 12 meses.

Figura 53. Agências e Tarifas (Base 100 = Jun/09)



7.2 Despesas de Pessoal

Na comparação semestral (1S14 x 1S13), as despesas de pessoal apresentaram crescimento de 8,3%, influenciadas principalmente pelo reajuste proveniente do Acordo Coletivo de Trabalho 2013/2014 com aplicação de reajuste de 8,0% sobre proventos e benefícios (o reajuste salarial também apresenta impacto nas despesas com encargos sociais e provisões administrativas de pessoal).

Tabela 134. Despesas de Pessoal

R\$ milhões	Fluxo Trimestral			Var. %		Fluxo Semestral		Var. %
	2T13	1T14	2T14	s/2T13	s/1T14	1S13	1S14	s/1S13
Despesas de Pessoal	(4.196)	(4.476)	(4.465)	6,4	(0,2)	(8.254)	(8.940)	8,3
Proventos	(2.305)	(2.092)	(2.467)	7,0	17,9	(4.226)	(4.559)	7,9
Benefícios	(570)	(604)	(613)	7,6	1,6	(1.126)	(1.217)	8,0
Encargos Sociais	(759)	(779)	(818)	7,8	5,0	(1.473)	(1.596)	8,3
Treinamento	(10)	(10)	(19)	87,7	95,9	(17)	(29)	72,5
Previdência Complementar	(87)	(97)	(95)	9,9	(1,4)	(171)	(192)	12,6
Honorários de Diretores e Conselheiros	(18)	(22)	(22)	25,7	2,4	(35)	(44)	24,2
Provisões Administrativas de Pessoal	(448)	(873)	(430)	(4,0)	(50,7)	(1.207)	(1.304)	8,0

A seguir apresentamos a evolução do quadro de pessoal e o perfil dos funcionários do BB.

Figura 54. Evolução do Quadro de Pessoal

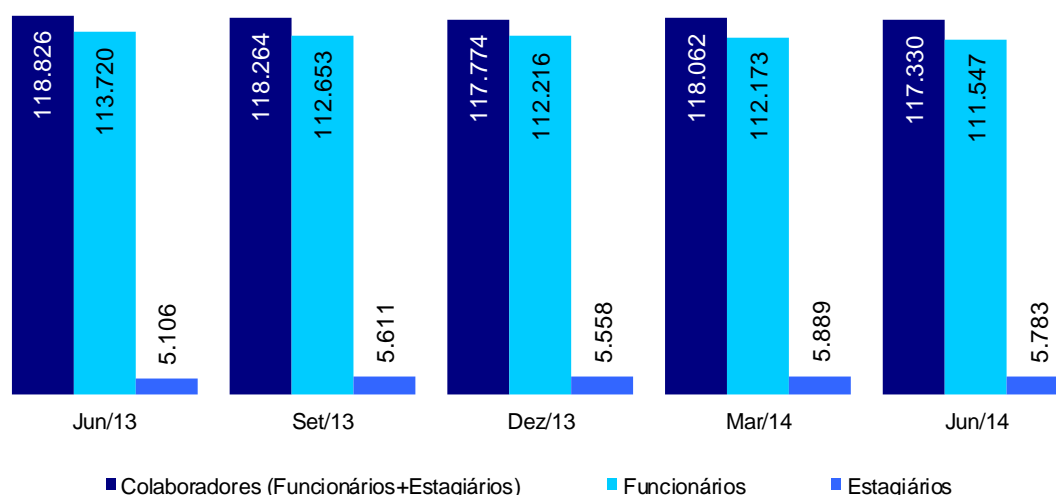


Tabela 135. Perfil dos Funcionários

	Jun/13	Set/13	Dez/13	Mar/14	Jun/14
Funcionários	113.720	112.653	112.216	112.173	111.547
Feminino	47.117	46.708	46.580	46.636	46.438
Masculino	66.603	65.945	65.636	65.537	65.109
Escolaridade					
Ensino Médio	27.765	26.930	26.426	26.194	25.383
Graduação	52.742	51.998	51.568	51.368	51.043
Especialização, Mestrado e Doutorado	32.753	33.293	33.794	34.203	34.725
Demais	460	432	428	408	396
Índice de Rotatividade Trimestral (%)	1,1	1,5	0,9	1,0	0,7

7.3 Outras Despesas Administrativas

No 1S14 as Outras Despesas Administrativas apresentaram crescimento de 8,2% em relação ao mesmo período do ano anterior, principalmente devido a:

- I - revisão de metodologia/prazo de amortização de alguns ativos imobilizados;
- II - reajuste contratual dos serviços de vigilância e de transporte;
- III - acréscimo das despesas com aluguéis devido à novas locações e reajustes contratuais; e
- IV - aumento das despesas dos contratos de publicidade em virtude da Copa do Mundo.

Tabela 136. Outras Despesas Administrativas

R\$ milhões	Fluxo Trimestral		Var. %		Fluxo Semestral		Var. %	
	2T13	1T14	2T14	s/2T13	s/1T14	1S13	1S14	s/1S13
Outras Despesas Administrativas	(3.115)	(3.253)	(3.354)	7,7	3,1	(6.107)	(6.608)	8,2
Comunicação e Processamento de Dados	(593)	(590)	(613)	3,3	3,8	(1.118)	(1.203)	7,6
Amortização e Depreciação	(223)	(298)	(316)	41,4	6,0	(520)	(614)	18,1
Serv. de Vigilância, Segurança e Transp.	(463)	(546)	(539)	16,3	(1,3)	(922)	(1.085)	17,6
Imóveis e Bens de Uso	(532)	(577)	(588)	10,6	2,0	(1.063)	(1.165)	9,5
Publicidade e Relações Públicas	(160)	(162)	(210)	31,7	29,9	(289)	(372)	28,6
Serviços de Terceiros	(673)	(662)	(640)	(4,8)	(3,2)	(1.305)	(1.302)	(0,2)
Demais Despesas Administrativas	(472)	(419)	(449)	(4,9)	7,0	(889)	(868)	(2,4)

Apresentamos a seguir dados sobre a estrutura do Banco que contribuem para a formação das outras despesas administrativas.

7.3.1 Rede de Atendimento

O Banco do Brasil encerrou o 2T14 com 68,3 mil pontos de atendimento, entre rede própria, compartilhada e correspondentes, fazendo-se presente em 99,8% dos municípios brasileiros.

O BB possui parcerias para o compartilhamento de terminais de autoatendimento e utilização da rede de lotéricas onde é possível realizar saques, depósitos, pagamentos, entre outros serviços. Essas parcerias consolidam o atendimento pulverizado e nacional da rede do Banco do Brasil.

Na próxima tabela apresentamos a composição da rede própria de atendimento do BB, que engloba as seguintes categorias: agências, postos de atendimento e postos de atendimento eletrônico (inclui salas de autoatendimento).

Tabela 137. Rede de Atendimento

	Posição			Var. %	
	Jun/13	Mar/14	Jun/14	s/Jun/13	s/Mar/14
Rede Própria	19.331	19.105	18.992	(1,8)	(0,6)
Agência	5.401	5.474	5.490	1,6	0,3
Postos de Atendimento	1.765	1.737	1.725	(2,3)	(0,7)
Postos de Atendimento Eletrônico	12.165	11.894	11.777	(3,2)	(1,0)
Rede MaisBB	18.218	15.802	15.270	(16,2)	(3,4)
Correspondentes no País ¹	12.026	9.614	9.082	(24,5)	(5,5)
Banco Postal	6.192	6.188	6.188	(0,1)	-
Rede Compartilhada	28.371	33.149	34.080	20,1	2,8
CEF - Lotéricas	12.604	13.254	13.404	6,3	1,1
Banco 24h	13.014	14.596	15.293	17,5	4,8
TAA: BRB + CEF	2.753	5.299	5.383	95,5	1,6
Total	65.920	68.056	68.342	3,7	0,4

1 – Revisão dos convênios com correspondentes ativos.

O BB possui a maior rede de agências do Brasil. A tabela seguinte apresenta a distribuição da rede de agências por região do País.

Tabela 138. Rede de Agências por Região

	BB	SFN	Part. %
Norte	322	1.113	28,9
Nordeste	1.187	3.655	32,5
Centro-Oeste	488	1.833	26,6
Sudeste	2.410	12.055	20,0
Sul	1.083	4.370	24,8
Total	5.490	23.026	23,8

Rede MaisBB

A Rede MaisBB, composta por Correspondentes no País e Banco Postal, está presente em mais de 15,2 mil pontos espalhados pelo País. A Rede oferece atendimento em horários diferenciados, levando comodidade e conveniência aos clientes.

A parceria com o Banco Postal permitiu ao BB acessar cerca de 1,6 mil municípios onde não mantinha agências e demais postos de atendimento. A tabela a seguir apresenta dados operacionais da Rede MaisBB, segregados em Correspondentes no País e Banco Postal:

Tabela 139. Rede MaisBB – Dados Operacionais

	Rede MaisBB			
	Correspondentes no País		Banco Postal	
	1T14	2T14	1T14	2T14
Dados Operacionais				
Aberturas de Contas PF ¹ (unidades)	172.123	151.602	308.093	247.962
Pagamentos, Recebimentos e Consultas²				
Recebimentos ³	45.710	43.747	17.337	17.861
Depósitos	1.510	1.532	5.816	5.757
Saques	1.240	1.242	6.541	6.943
SalDOS	463	465	3.575	3.459
Extratos	113	95	2.778	2.823
Crédito ⁴				
Quantidade de Operações (unidades)	281.261	275.362	72.000	82.518
Volume Desembolsado (R\$ milhões)	1.627	1.801	117	134

1 - Quantidade de propostas.

2 - Quantidade de Transações em milhares.

3 - Recebimentos de títulos, tributos e convênios.

4 - Informações do Banco Postal: operações efetuadas na Rede Banco Postal e por clientes do Banco Postal em outros canais do Banco.

Banco Postal

O Banco Postal está presente em 94,3% dos municípios brasileiros, prestando atendimento em mais de 6,1 mil agências. A tabela seguinte demonstra algumas características dos seus clientes.

Tabela 140. Banco Postal – Perfil Cliente

milhares	Banco Postal
	2T14
Correntistas Pessoa Física	2.364
Empréstimos Realizados por Correntistas	82,5
Correntistas com Produtos - %	71,2
Correntistas com Mais de 2 Produtos - %	18,2
Grau de Instrução - %	
Ensino Fundamental	36,2
Ensino Médio	52,5
Ensino Superior	7,8
Outros	3,5

Rede Externa

A rede externa do Banco é composta por 46 dependências localizadas em 25 países. Em complemento a essa estrutura, o Banco do Brasil mantém acordo com outras instituições financeiras no exterior para atendimento aos seus clientes. Ao final do 2º trimestre de 2014, havia 1.078 bancos atuando como correspondentes do BB em 136 países.

Tabela 141. Rede de Distribuição no Exterior

Agências	Subagências	Escritórios de Representação	Subsidiárias e Sucursais	Unid. de Serv. Compartilhados	Unid. de Negócios
Assunção	Cidade do Leste	Caracas	Banco do Brasil AG Viena	BB USA Serv. Center	Roma
Buenos Aires	Gunma	Cidade do México	Banco do Brasil AG Madri	BB Europa Serv. Center	
Frankfurt	Hamamatsu	Dubai	Banco do Brasil AG Paris		
Grand Cayman	Nagóia	Hong Kong	Banco do Brasil Securities LLC		
La Paz	Sta. Cruz de La Sierra	Lima	BB Leasing Company Ltd.		
Londres		Luanda	BAMB Brazilian Americ. Merch. Bank		
Miami		Montevideu	BB Securities Ltd. Londres		
Milão		Panamá	BB USA Holding Company		
Nova Iorque		Seul	BB Money Transfers, Inc.		
Santiago		Washington	BB Securities Asia PTE, Ltd		
Tóquio			BB AG - Sucursais em Portugal		
Xangai			Cascais		
			Costa da Caparica		
			Marquês de Pombal		
			Lisboa		
			Parque das Nações		
			Porto		

Rede Compartilhada – Banco 24 Horas

A TecBan (Tecnologia Bancária S.A) é uma empresa especializada na gestão de redes de autoatendimento bancário, atuando como a extensão dos bancos no relacionamento com seus clientes.

O Banco do Brasil possui participação de 13,5% do capital social da empresa. Com mais de 30 anos no mercado, a TecBan é referência em redes de autoatendimento em locais de acesso público, sendo a principal rede nacional multibanco. A companhia é reconhecida pelos seus elevados índices de disponibilidade, qualidade e segurança e conta atualmente com mais de 15 mil terminais, distribuídos estrategicamente em todos os estados brasileiros.

Em Jul/14, foi aprovado um novo acordo de acionistas que prevê a expansão da marca atual, de 15 mil terminais de autoatendimento, para 17 mil até o final deste ano. A expectativa do acordo é ampliar o acesso dos brasileiros aos serviços bancários, até atingir um parque de 30 mil ATMs em 2020.

7.3.2 Canais Automatizados

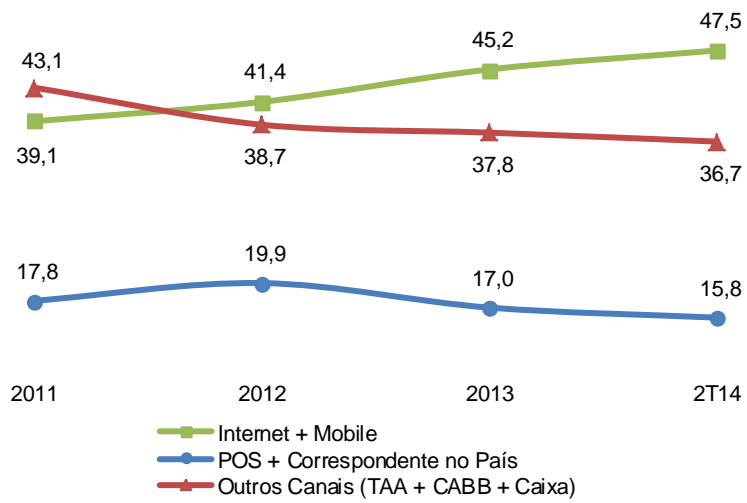
Os canais de atendimento automatizados do Banco do Brasil são um diferencial estratégico, disponibilizando uma ampla gama de serviços e produtos aos clientes, além de contribuir no controle de custos.

Mobile e Internet Banking

O BB *Mobile e Internet Banking* buscam tornar a experiência bancária dos clientes cada vez mais simples, rápida, segura e conveniente, com a disponibilização de amplo portfólio de produtos e serviços, de forma a atendê-lo a qualquer hora e em qualquer lugar em que ele esteja.

As transações realizadas por esses canais são responsáveis por parcela expressiva do total das operações bancárias realizadas no Banco do Brasil. A próxima figura apresenta a evolução do percentual das transações realizadas por canal de atendimento.

Figura 55. Participação dos Canais de Atendimento nas Transações - %



Os próximos dois gráficos apresentam a recente evolução da quantidade de usuários cadastrados e das transações realizadas pelos canais *mobile banking* e *internet banking*, respectivamente.

Figura 56. Quantidade de Usuários e Transações – *Mobile Banking* (Base 100 = 2011)

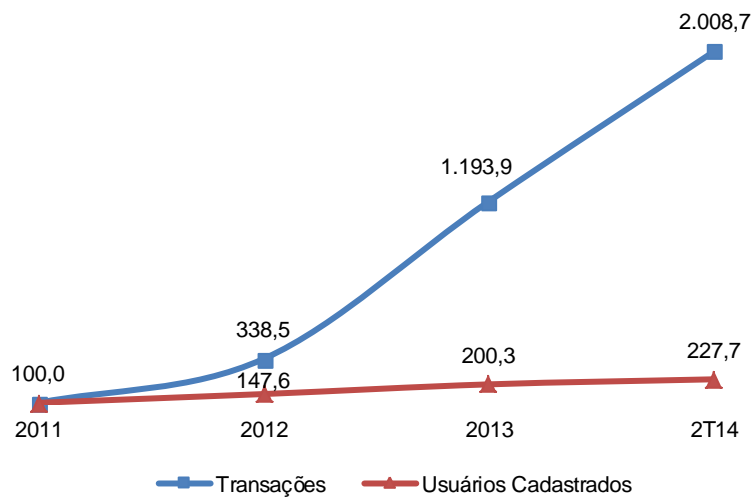
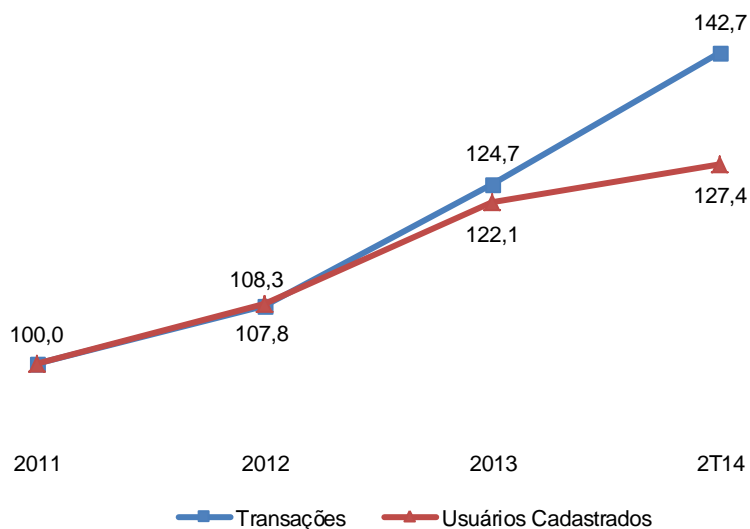


Figura 57. Quantidade de Usuários e Transações – Internet Banking (Base 100 = 2011)



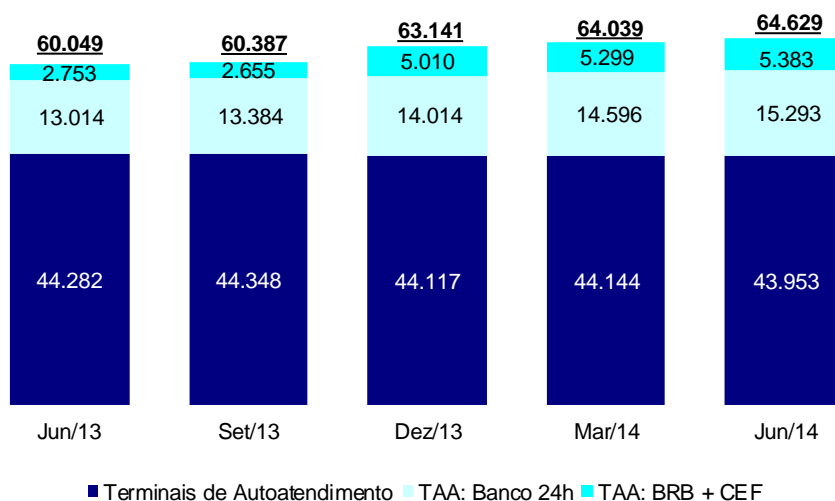
O *mobile banking* do BB dispõe de soluções exclusivas e inovadoras tais como o Saque Sem (saque efetuado sem o uso do cartão), recarga de celular pré-pago e a tecnologia QR Code, solução de segurança para autorização de transações financeiras. Dentre as inovações lançadas no 1S14, destacamos:

- I - Leitura de códigos de barras a partir de documento em formato PDF, que permite ao cliente que recebe um e-mail com uma conta com código de barras, efetuar o pagamento do boleto sem a necessidade de imprimí-lo ou copiar manualmente os dados;
- II - Compartilhamento de comprovantes, que dá a opção ao cliente de enviar o comprovante da transação para outra pessoa por e-mail ou salvá-lo no formato desejado;
- III - Comando por Voz, que facilita a acessibilidade e navegabilidade no BB *mobile banking*, permitindo ao cliente localizar a transação desejada com o auxílio do microfone do *smartphone*.

Terminais de Autoatendimento

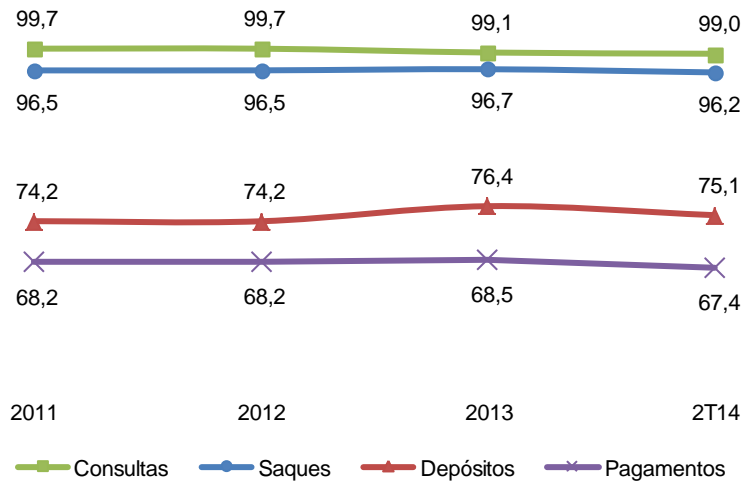
O Banco do Brasil conta com a maior rede de terminais de autoatendimento (TAA) do País. A figura a seguir apresenta a quantidade de terminais de autoatendimento da rede própria do BB e das parcerias com a Caixa Econômica Federal (CEF), Banco Regional de Brasília (BRB) e rede do Banco 24h.

Figura 58. Terminais de Autoatendimento



No próximo gráfico é possível observar que os terminais de autoatendimento, em comparação com os caixas das agências e dos postos de atendimento, respondem pela maioria absoluta das transações bancárias básicas, tais como consultas diversas, saques, depósitos e pagamentos de títulos e convênios.

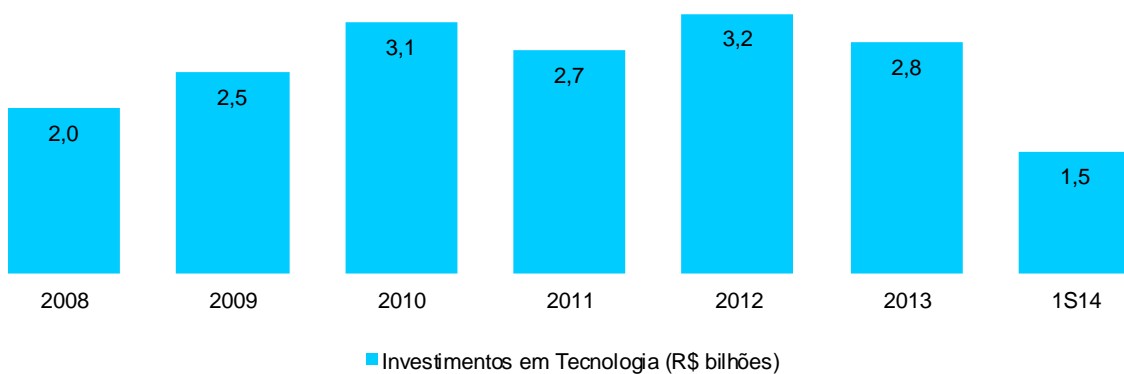
Figura 59. Participação dos Terminais de Autoatendimento nas Transações Bancárias Básicas



Investimento em Tecnologia

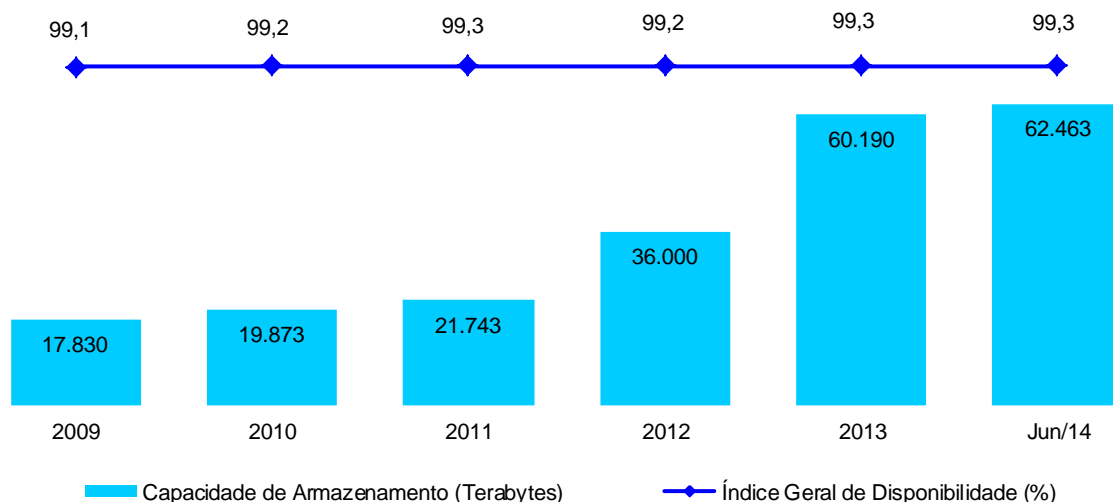
O Banco do Brasil investe permanentemente em tecnologia com o objetivo de melhorar a eficiência operacional, reduzir as perdas operacionais, expandir os negócios e melhorar o atendimento ao cliente. Na próxima figura pode-se observar que o total investido, durante o período de 2008 ao 1º semestre de 2014, atingiu o montante de R\$ 17,7 bilhões.

Figura 60. Investimentos em Tecnologia



Um importante resultado dos investimentos em tecnologia está relacionado ao significativo aumento da capacidade de armazenamento de dados e no índice de disponibilidade, conforme demonstrado na próxima figura.

Figura 61. Capacidade de Armazenamento e Índice Geral de Disponibilidade



7.4 Outras Receitas e Despesas Operacionais

A tabela a seguir apresenta as principais linhas nas outras receitas/despesas operacionais. É válido ressaltar que a linha “Demais” representa o somatório das subcontas de valores pouco relevantes e pulverizados.

Tabela 142. Outras Receitas e Despesas Operacionais

R\$ milhões	Fluxo Trimestral			Var. %		Fluxo Semestral			Var. %
	2T13	1T14	2T14	s/2T13	s/1T14	1S13	1S14	s/1S13	
Outras Receitas Operacionais	1.429	2.031	1.923	34,6	(5,3)	2.900	3.954	36,4	
Atualização de Depósitos em Garantia	307	422	500	62,8	18,6	575	922	60,3	
Atualiz. das Destinações do Superávit - Plano 1	222	265	232	4,5	(12,4)	520	498	(4,3)	
Operações com Cartões	174	251	268	54,0	6,7	277	520	87,7	
Recuperação de Encargos e Despesas	183	202	169	(7,3)	(16,1)	351	371	5,6	
Rec. de Empresas Colig./Control. Não Financeiras	158	147	102	(35,5)	(30,8)	278	249	(10,6)	
Rendas de Títulos e Créditos a Receber	96	130	169	76,5	30,3	247	299	21,3	
Outras Despesas Operacionais	(2.706)	(3.151)	(2.940)	8,6	(6,7)	(5.212)	(6.091)	16,9	
Operações com Cartões de Crédito/Débito	(571)	(649)	(607)	6,3	(6,4)	(1.103)	(1.256)	13,9	
Desp. das Empresas Ligadas não Financeiras	(93)	(321)	(163)	74,8	(49,2)	(422)	(484)	14,9	
Atualização das Obrigações Atuariais	(228)	(268)	(276)	21,1	2,8	(449)	(544)	21,3	
Amortização de Ágio em Investimentos	(244)	(231)	(238)	(2,7)	3,1	(464)	(468)	0,9	
Descontos Concedidos em Renegociação	(98)	(205)	(167)	71,0	(18,1)	(196)	(372)	89,9	
Verba de Relacionamento Negocial	(483)	(457)	(493)	2,1	7,9	(1.035)	(951)	(8,2)	
Amortização de Intangível - Banco Postal	(60)	(397)	(84)	40,4	(78,8)	(120)	(481)	300,7	
Demais	(640)	(10)	(428)	(33,0)	4.207,0	(772)	(438)	(43,3)	

A seguir estão descritas as justificativas das linhas com maior variação na comparação semestral:

- I. Atualização de Depósitos em Garantia: acréscimo devido à variação positiva dos saldos médios e da TMS no período;
- II. Operações com Cartões (ORO): aumento das receitas devido à expansão dos negócios com cartões de crédito e débito;
- III. Operações com Cartões de Crédito/Débito (ODO): aumento das despesas devido à expansão dos negócios com cartões;
- IV. Descontos Concedidos em Renegociação: reflete estratégia de recuperação de créditos descrita no capítulo 3.3.

7.5 Perdas Operacionais

O Banco do Brasil classifica suas perdas operacionais em categorias de eventos de risco operacional conforme a Resolução CMN 3.380/2006. A participação percentual de cada categoria é discriminada na tabela a seguir. Ressalta-se que o BB considera as constituições/reversões de provisões – notadamente para passivos contingentes – no total apurado de perdas operacionais para as categorias Problemas Trabalhistas, Falhas nos Negócios e Falhas em Processos.

Tabela 143. Perdas Operacionais por Categoria de Eventos de Perda (%)

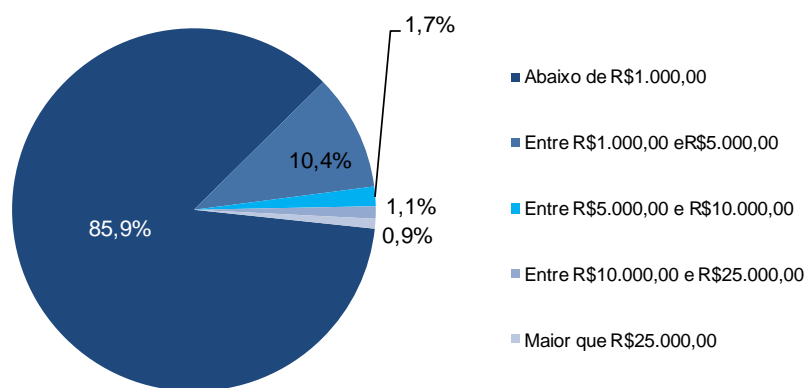
	2T13	3T13	4T13	1T14 ¹	2T14
Falhas nos Negócios	41,6	49,6	4,0	56,1	55,9
Problemas Trabalhistas	46,5	28,8	61,9	29,8	24,0
Fraudes e Roubos Externos	9,5	9,5	20,2	11,7	17,2
Falhas em Processos	0,8	10,6	11,7	1,4	1,4
Fraude Interna	0,8	1,2	1,3	0,5	1,2
Danos ao Patrimônio Físico	0,8	0,3	1,0	0,4	0,2
Falhas de Sistemas	-	-	0,0	0,1	0,0
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

1 – Desconsiderando-se efeitos extraordinários na movimentação das provisões do 1º trimestre de 2014.

O BB registra na categoria “Falhas nos Negócios” as perdas operacionais relacionadas aos ressarcimentos ou indenizações a correntistas e não correntistas decorrentes de ações judiciais e administrativas, excluídas aquelas decorrentes de fraudes, resultantes de questionamentos relacionados a práticas de atendimento e aos produtos e serviços comercializados pelo Banco e seus parceiros de negócios.

A distribuição das perdas operacionais do BB está concentrada (96,3%) em valores abaixo de R\$ 5.000,00, sendo 85,9% até R\$ 1.000,00. As perdas acima de R\$ 5.000,00 representam apenas 3,7% do total de perdas.

Figura 62. Perdas Operacionais por Faixa de Valor - %

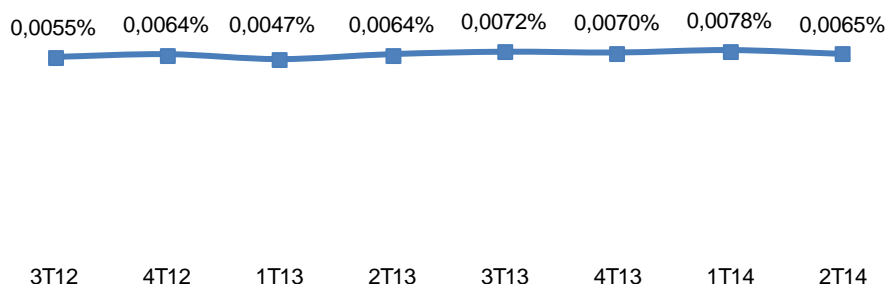


A seguir é apresentado o comportamento da categoria Fraudes e Roubos Externos, descrevendo as principais variações de valores e quantidades, entre outras informações. Ressalta-se que nessa categoria são consideradas as perdas operacionais oriundas de fraudes eletrônicas, roubos externos, perdas com cartões e fraude documental.

Fraudes Eletrônicas – Canais de Autoatendimento

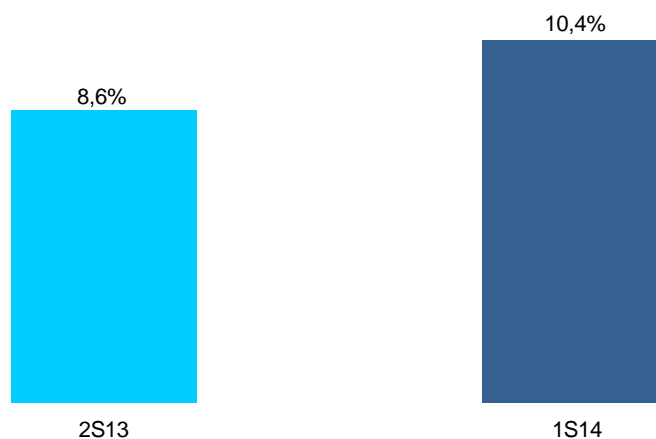
O gráfico a seguir apresenta a manutenção da relação entre a quantidade de transações fraudadas e a quantidade de transações realizadas nesses canais.

Figura 63. Relação entre Transações Fraudadas e Realizadas



O Banco desenvolve ações visando à mitigação das perdas operacionais nos canais de atendimento, bem como atua na recuperação de valores subtraídos. Na próxima figura observam-se os percentuais recuperados comparados com o total das perdas registradas.

Figura 64. Recuperação versus Total de Perdas – Canais de Atendimento



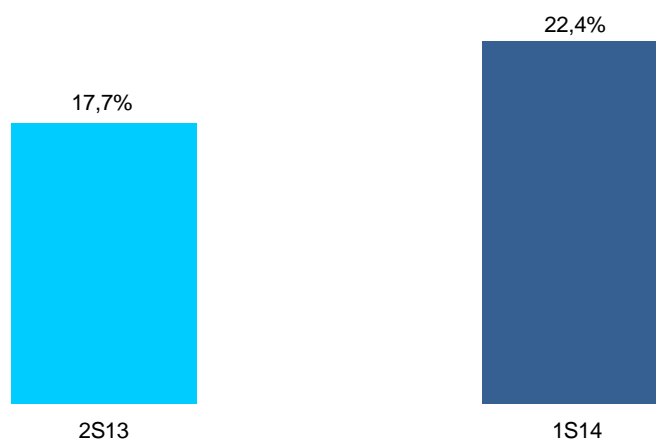
Com relação às fraudes eletrônicas ocorridas nos Terminais de Autoatendimento (TAA) verifica-se que a estratégia de utilização da identificação biométrica para mitigar as fraudes nesses canais, iniciada em Dez/13, está sendo efetiva. Na comparação 1S14 x 2S13 verificou-se redução de 77% nos valores fraudados por transações realizadas nos terminais com biometria.

Em Jun/14, o Banco atingiu a marca de 7,5 milhões de clientes cadastrados e mais de 4 mil terminais com a tecnologia instalada. Em relação ao fim de 2015, a expectativa é de que cerca de 22,5 mil terminais do BB já possuam a tecnologia habilitada.

Roubos Externos

Apesar das diversas tentativas de ataque, o Banco adota procedimentos de segurança e ações mitigadoras com a finalidade de evitar atos que culminem em perdas operacionais (ataques obstados). No 1S14, o Banco do Brasil obstou 22,4% desses ataques, contra 17,7% verificados no 2S13.

Figura 65. Quantidade de Ataques versus Quantidade de Ataques Obstados

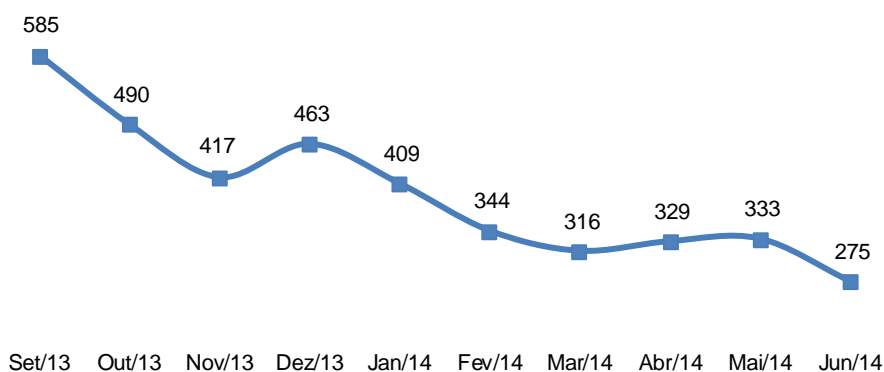


7.5.1 Indicadores Públicos de Reclamações de Clientes

A partir de 2013, o Banco do Brasil tem elevado os investimentos relacionados ao aprimoramento do atendimento ao cliente, refletindo na melhoria de indicadores públicos de reclamações, tais como as demandas junto ao Banco Central do Brasil (Bacen) e ao Instituto de Defesa do Consumidor (Procon).

Na figura a seguir pode-se observar que, desde Set/13, o Banco vem reduzindo, de maneira consistente e sistemática, a quantidade de demandas julgadas procedentes nas centrais de atendimento ao público do Bacen.

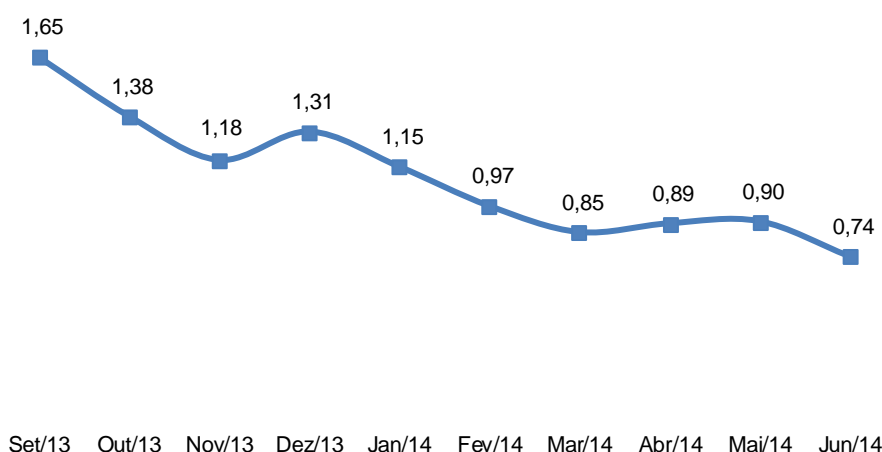
Figura 66. Quantidade de Denúncias Procedentes Junto ao Bacen



Fonte: Banco Central do Brasil.

A seguir é apresentado a evolução do índice de reclamações apurado pelo Bacen. O índice é calculado pela divisão entre a quantidade de denúncias procedentes e a quantidade de clientes (considera os clientes resguardados pelo Fundo Garantidor de Crédito), multiplicado por 100.000. Em relação ao dado de Jun/14, isso significa dizer que, a cada 100.000 clientes, foi registrada menos de 1 denúncia junto ao órgão regulador. O BB ocupa a 5ª posição do índice Bacen (Jun/14), porém, apresenta redução de 55,2% desde Set/13.

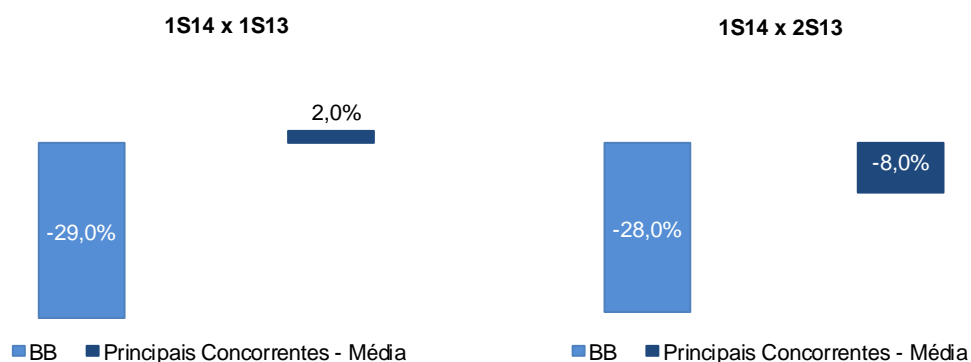
Figura 67. Índice de Reclamações – Banco Central do Brasil



A próxima figura demonstra que o Banco do Brasil apresenta melhor desempenho do que a média da concorrência em relação à quantidade de denúncias consideradas procedentes pelo Bacen. Na comparação foram consideradas apenas as instituições financeiras com mais de 1 milhão de clientes.

Na comparação 1S14/1S13, o Banco apresentou redução de 29% no total de denúncias, enquanto seus principais concorrentes elevaram em 2%. Na comparação com o semestre anterior (1S14/2S13), o Banco obteve queda de 28% enquanto a concorrência apresentou redução de 8%.

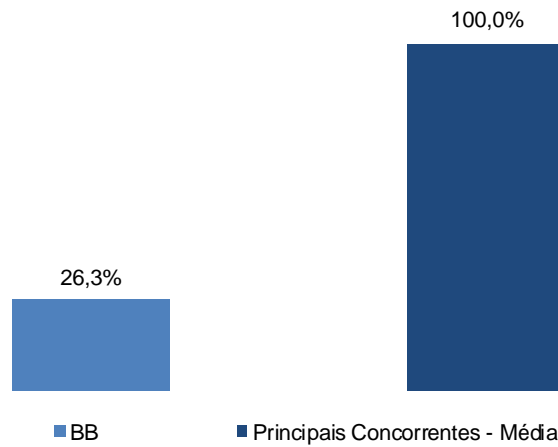
Figura 68. Denúncias Procedentes Junto ao Bacen – BB versus Principais Concorrentes



Fonte: SENACON

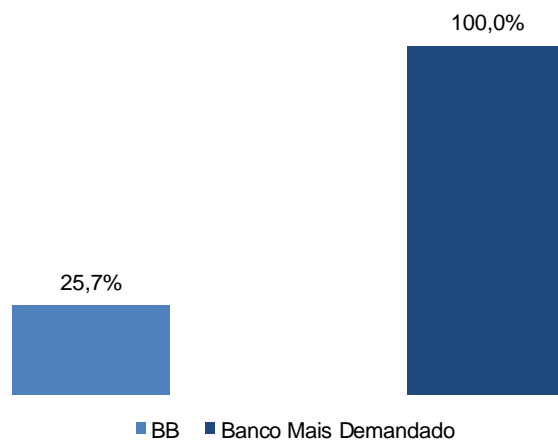
Considerando-se as demandas registradas nos Procon, integrados ao Sistema Nacional de Informações de Defesa do Consumidor - Sindec, o número de reclamações do Banco do Brasil foi 73,7% menor do que a média registrada para os principais bancos concorrentes (1S14 x 1S13), conforme demonstrado na próxima figura.

Figura 69. Denúncias Registradas nos Procon: BB versus Principais Concorrentes



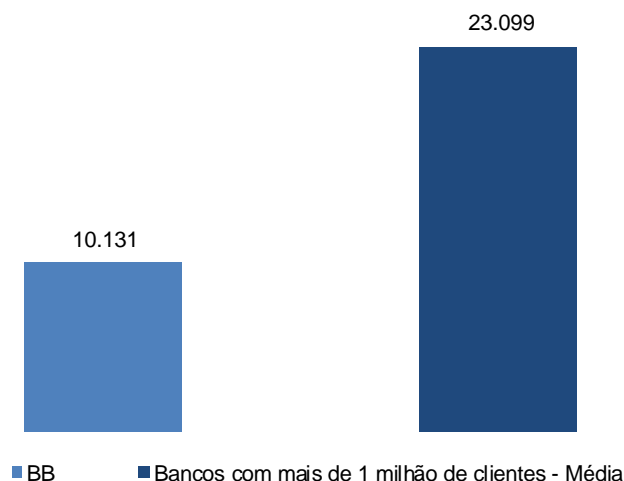
No mesmo período comparativo (1S14 x 1S13), observa-se a seguir que o BB possui participação 74,3% menor em relação ao banco que detém o maior número de ocorrências.

Figura 70. Denúncias Registradas no Procon: BB versus Banco Mais Demandado



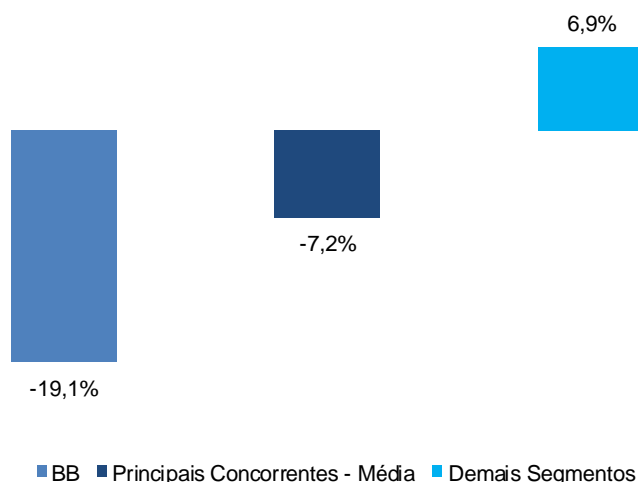
A próxima figura apresenta a comparação da quantidade de denúncias entre o Banco do Brasil e todos os bancos com mais de 1 milhão de clientes no 1º semestre de 2014.

Figura 71. Denúncias Registradas no Procon: BB vs. Bancos acima de 1 Milhão de Clientes



Em relação às demandas ingressadas nos Procon, na comparação 1S14 x 1S13, o BB apresentou uma redução de 19,1%, contra uma queda de 7,2% na quantidade de demandas dos demais bancos com mais de 1 milhão de clientes.

Figura 72. Denúncias Ingressadas no Procon: BB versus Principais Concorrentes



Com o aprimoramento do trabalho realizado pelo Banco do Brasil, verificou-se no período de Jan/14 a Jun/14 a resolução de 82,0% das demandas recebidas dos Procon integrados ao Sindec, apresentando índice superior à resolutividade média das demais instituições financeiras no indicador que avalia a solução de demandas de consumidores por meio de Cartas de Informações Preliminares (CIP).

Em audiências administrativas junto às Entidades de Defesa do Consumidor, o BB melhorou 5,8 pontos percentuais de Jan/14 a Jun/14, em relação ao mesmo período do ano passado.

Entre as medidas que contribuíram para a melhoria do Banco nos indicadores de reclamações de clientes, desde 2013, estão a simplificação do portfólio de pacotes comercializados e disponibilização do extrato de serviços, que permite aos clientes a comparação dos pacotes de tarifas que sejam mais adequados ao seu perfil, podendo o cliente, pelos canais de atendimento alterar, cancelar ou aderir ao pacote de serviços considerado mais adequado ao seu perfil de consumo.

O Banco também disponibilizou aos clientes das regiões Norte, Sul, Nordeste e Centro-Oeste, o serviço de reclamações no autoatendimento na internet, tornando mais rápido o tratamento de demandas pelo SAC.

O atendimento realizado pelo Banco nas redes sociais demonstra-se como uma eficiente estratégia para melhorar a percepção do cliente sobre a marca e proporcionar experiências positivas no relacionamento, em canais de maior conveniência. Desde 2013 o BB interage com os consumidores por meio do *Facebook* e *Twitter*.

Ainda visando a melhoria de comunicação e atendimento ao cliente, o Banco foi a primeira instituição financeira a aderir a solução “consumidor.gov.br”, sob a gestão da Senacon/MJ, o qual tem por objetivo a solução alternativa de conflitos de consumo por meio da internet, permitindo o incentivo à competitividade no mercado pela melhoria da qualidade e do atendimento ao consumidor.

8 – Outros Componentes Patrimoniais

8.1. Ativo Atuarial

Histórico

O ativo atuarial do Banco do Brasil representa a parcela do patrocinador no superávit obtido pelo Plano de Benefícios 1 (Plano 1), administrado pela Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil – Previ. Seu valor é apurado periodicamente com fundamento em laudo de avaliação atuarial e sua disponibilidade é condicionada ao cumprimento dos requisitos estabelecidos em legislação e por autoridades reguladoras.

O Plano 1, estabelecido sob a modalidade Benefício Definido, foi custeado pelas contribuições dos participantes, beneficiários (aposentados e pensionistas) e patrocinador (Banco do Brasil) até dezembro/2000, à razão de 2/3 (dois terços) pelo Banco e de 1/3 (um terço) pelos participantes. A adesão de novos participantes foi encerrada em 23/12/1997.

A partir de janeiro/2001, foi implementada a contribuição paritária (50%) pelo Banco do Brasil e pelos participantes e beneficiários, visando adequação às disposições da Emenda Constitucional nº 20.

Em vista da paridade contributiva, a participação do Banco no superávit é de 50% do valor presente dos ativos e obrigações atuariais do Plano.

Em novembro/2010, o Banco firmou Memorando de Entendimentos do Plano 1 com a Previ visando a destinação e utilização parcial do superávit, após atendidos os requisitos estabelecidos nas legislações (Lei Complementar nº 109/2001 e a Resolução CGPC nº 26/2008).

A mensuração do saldo atuarial do Plano 1 é realizada semestralmente (junho e dezembro) e contempla: (i) o montante do superávit do plano para o final do semestre corrente e (ii) a estimativa do resultado financeiro do plano para o final do semestre subsequente, consideradas as projeções do custo do serviço corrente, contribuições, custos dos juros do passivo e rentabilidade dos ativos.

A partir da estimativa de resultado financeiro do Plano 1 para o final do semestre subsequente, o BB efetua o reconhecimento antecipado mensal desse montante à razão de 1/6 (um sexto) dos ganhos ou perdas projetados, no decorrer do semestre ao qual se refere.

Participantes do Plano 1

São participantes do Plano 1 os funcionários que detinham a condição de associado da Previ em 24/12/1997 e aqueles que foram demitidos ou desligados anteriormente, mas optaram por permanecer no plano. Os participantes estão divididos em três grupos:

- I. Contrato 97: grupo de participantes admitidos até 14/04/1967 que não estavam aposentados e até aquela data não reuniam condições para a aposentadoria. Foram abrangidos por contrato assinado em 24/12/1997 entre o Banco do Brasil e a Previ, no qual foi firmado o compromisso do pagamento pelo patrocinador das aposentadorias relativas ao período em que não houve a formação de reserva matemática. A partir de abril/1967, as reservas matemáticas garantidoras dos benefícios desse grupo de participantes passaram a ser integralizadas ao Plano 1;
- II. Admitidos entre 15/04/1967 e 23/12/1997;
- III. Grupo Especial: abrange os participantes do Plano de Benefícios 1 da Previ, que obtiveram complementos adicionais de aposentadoria decorrentes de decisões administrativas e/ou judiciais.

Em vista da situação superavitária do Plano 1, as contribuições pelos participantes e patrocinador foram suspensas entre jan/2007 e nov/2010, quando ocorreu o acordo de revisão do Plano. Entre dez/10 e dez/13, as contribuições foram compensadas com o saldo do Fundo de Contribuição, descrito no item 8.2 desse relatório.

Os ativos do Plano 1 da Previ, conforme composição apresentada na tabela a seguir, são mensurados a valor justo principalmente com referência ao valor de mercado.

Tabela 144. Composição dos Ativos

%	Jun/13	Mar/14	Jun/14
Renda Fixa	31,5	31,1	31,9
Renda Variável	59,0	59,1	58,3
Investimentos Imobiliários	5,7	5,8	5,6
Empréstimos e Financiamentos	3,4	3,4	3,5
Outros	0,5	0,6	0,6
Montantes Incluídos no Valor Justo dos Ativos do Plano			
Em Instrumentos Financeiros Próprios da Entidade	7,2	7,2	7,8
Em Propriedades ou Outros Ativos Utilizados pela Entidade	0,1	0,1	0,1

Tabela 145. Principais Premissas Atuariais

%	1S13	2013	1S14
Taxa real de desconto (a.a.)	5,3	6,4	6,1
Taxa nominal de retorno dos investimentos (a.a.)	11,2	13,5	12,3

O passivo atuarial do Plano 1 corresponde ao valor presente líquido dos benefícios devido aos participantes, apurado considerando-se a estatística de sobrevivência prevista na tábua atuarial AT 2000 e taxa nominal de desconto apurada pela curva futura da taxa de juros praticada nas negociações com títulos públicos (NTN-B). A taxa utilizada pelo Banco é diferente da taxa da Previ, que considera as premissas estabelecidas pelo CGPC 26/2008.

O ativo atuarial do Plano 1 equivale a 50% (paridade) da diferença positiva entre os ativos a valor justo e os passivos a valor presente.

Em virtude da mensuração do superávit do Plano 1 ocorrer semestralmente, o Banco do Brasil reconhece antecipadamente o crescimento projetado para o semestre seguinte, reduzindo a volatilidade do ativo atuarial. No 2T14, esse resultado totalizou R\$ 446 milhões.

A partir do 1T14, as contribuições ao Plano 1 passaram a ser realizadas por meio de repasses do Fundo Utilização, que no 2T14 totalizaram R\$ 117 milhões. Também foram realizadas contribuições através do Fundo Paridade no montante de R\$ 55 milhões.

Tabela 146. Efeitos da Contabilização da Previ (Plano 1) – CVM 695/2012

R\$ milhões	2T13	3T13	4T13	1T14	2T14
(a) Valor Justo dos Ativos do Plano	134.982	134.982	144.421	144.421	141.679
(b) Valor Presente das Obrigações Atuariais	(122.121)	(122.121)	(113.523)	(113.523)	(122.205)
(c) Superávit BB = [(a) + (b)] x 50%	6.430	6.430	15.449	15.449	9.737
(d) Saldo Inicial do Ativo Atuarial	12.352	6.430	6.655	15.449	16.024
(e) Resultado Financeiro Antecipado - Mensal	187	112	112	446	446
(f) Contribuição de Fundos	130	113	762	129	172
(g) Reversão dos Fundos Destinação e Contribuição	-	-	819	-	-
(h) Ajuste Semestral no Patrimônio Líquido	(6.238)	-	7.100	-	(6.905)
(i) Saldo do Ativo Atuarial = (d) + (e) + (f) + (g) + (h)	6.430	6.655	15.449	16.024	9.737

8.2. Fundos de Destinação de Superávit

O Banco do Brasil reconheceu em seu ativo valores relativos a:

- I. Paridade contributiva entre patrocinador e participantes, contabilizada em mai/06 a partir do saldo de reservas remanescentes, com montante inicial de R\$ 2,2 bilhões;
- II. Destinação parcial do superávit acordado em 2010, reconhecido como Fundo de Destinação e posteriormente segregado em fundos de Contribuição e Utilização.

Fundo Paridade

O fundo é corrigido mensalmente com base na meta atuarial (INPC + 5% a.a.), e vem sendo utilizado desde jan/07 para compensar os compromissos assumidos no Contrato 97.

Tabela 147. Previ (Plano 1) - Fundo Paridade

R\$ milhões	2T13	3T13	4T13	1T14	2T14
Saldo Inicial	765	748	760	172	168
Contribuições ao Plano 1 - Contrato 97	(33)	(0)	(571)	(8)	(52)
Atualização	18	11	24	6	4
Contribuições - Grupo Especial	(3)	-	(41)	(2)	(3)
Saldo Final	748	760	172	168	117

8.2.1 Retomada das Contribuições

O Plano 1 da Previ é superavitário. Em 2013, no entanto, houve a diminuição do superávit acumulado, deixando de exceder a reserva de contingência (reserva de segurança que deve equivaler a 25% do valor da reserva matemática). Esse decréscimo deve-se a:

- I. menor rentabilidade dos ativos do Plano, decorrente das dificuldades conjunturais enfrentadas pelo mercado de capitais, dada a exposição em renda variável de aproximadamente 60%;
- II. aumento da expectativa de vida dos participantes, refletido na mudança das tábuas atuariais pela Previ para AT 2000 suavizada;
- III. correção atuarial (INPC + 5% a.a.) sobre as reservas matemáticas que suportam os benefícios de aposentadorias.

Com a diminuição do superávit acumulado, a Previ comunicou, em janeiro de 2014, o encerramento do Benefício Especial Temporário (BET) e retomada da cobrança das contribuições, tanto para os participantes como para o patrocinador. As medidas adotadas estão em conformidade com o artigo 18 da Resolução CGPC 26/2008, que somente permite a distribuição de superávit com os recursos que excederem a reserva de contingência.

O Banco do Brasil, para fazer frente à redução da reserva de contingência, reverteu integralmente os Fundos Contribuição e Destinação (R\$ 819 milhões). As contribuições para o Plano 1, a partir de 2014, passaram a ser salgadas utilizando o Fundo de Utilização.

Reversão de Fundos: Destinação e Contribuição

Fundo de Destinação

O Fundo de Destinação foi constituído em novembro/2010, como a primeira segregação da parcela do BB no superávit acumulado pelo Plano 1, visava suprir os Fundos de Contribuição e Utilização.

Os recursos deste Fundo fomentavam trimestralmente o Fundo de Utilização e originou o Fundo de Contribuição no 2T11.

Tabela 148. Previ (Plano 1) - Fundo de Destinação

R\$ milhões	2T13	3T13	4T13	1T14	2T14
Saldo Inicial	1.917	1.378	1.101	-	-
Atualização	38	18	24	-	-
Transferência p/ Fundo de Utilização	(597)	(295)	(597)	-	-
Conciliação Plano 1 ¹	20	-	-	-	-
Valores Revertido para o Plano 1 ¹	-	-	(528)	-	-
Saldo Final	1.378	1.101	-	-	-

1 – Ajuste realizado no 1T13 e 2T13, referente às contribuições com autopatrocinados.

Fundo de Contribuição

O Fundo de Contribuição foi constituído, com recursos do Fundo de Destinação no 2T11, para fazer frente às contribuições regulares mensais pelo período de três exercícios, conforme acordo firmado em 2010.

No 4T13, o saldo foi liquidado para recompor as reservas do Plano.

Tabela 149. Previ (Plano 1) - Fundo de Contribuição

R\$ milhões	2T13	3T13	4T13	1T14	2T14
Saldo Inicial	636	537	431	-	-
Atualização	15	7	11	-	-
Contribuições ao Plano 1	(114)	(113)	(151)	-	-
Valores Revertido para o Plano 1	-	-	(291)	-	-
Saldo Final	537	431	-	-	-

Fundo de Utilização

O Fundo de Utilização foi constituído inicialmente no 2T11 e reforçado trimestralmente pela transferência de recursos do Fundo de Destinação. Esse Fundo representa o montante passível de resgate pelo Banco do Brasil e reflete a contabilização na Previ da distribuição do superávit. Essa reserva é corrigida anualmente pela meta atuarial (INPC + 5% a.a.) e sua utilização está condicionada à comprovação da cobertura integral das obrigações do plano (art. 25, Deliberação CGPC 26/2008).

Com a liquidação do Fundo de Contribuição, a retomada dos aportes periódicos por parte dos participantes e do patrocinador passa a ser realizada através desse Fundo. Em vista da reversão dos recursos do Fundo de Destinação, a partir de 2014 deixa de ocorrer a contribuição trimestral observada desde 2011.

Tabela 150. Previ (Plano 1) - Fundo de Utilização

R\$ milhões	2T13	3T13	4T13	1T14	2T14
Saldo Inicial	5.822	6.570	6.968	7.794	7.935
Constituição - Fundo de Destinação	597	295	597	-	-
Atualização	151	104	229	260	228
Contribuições ao Plano 1	-	-	-	(119)	(117)
Saldo Final	6.570	6.968	7.794	7.935	8.046

8.3. Passivo Atuarial

O passivo atuarial do Banco do Brasil é composto por suas obrigações junto ao Plano Informal (Previ), ao Plano de Associados (Cassi) e alguns planos Economus. A Cassi é responsável por 78,2% do total do passivo atuarial do BB e está constituído sob forma de plano de benefício definido.

Cassi

O Banco é patrocinador do plano de assistência administrado pela Cassi, que tem como principal objetivo conceder auxílio para cobertura de despesas com a saúde do associado e seus beneficiários inscritos.

Os participantes do Plano de Associados são subdivididos em:

- I. Associados: funcionários ativos, ex-funcionários (autopatrocinados), aposentados e pensionistas do BB;
- II. Dependentes: cônjuge, companheiro, filhos e enteados que não tenham completado 24 anos de idade;
- III. Dependentes Indiretos: dependentes com vinculação direta ao associado, em qualquer grau de parentesco, admitidos até a reforma estatutária de 1996.

A Cassi apresentava sucessivos descasamentos entre receitas e despesas. Em 1995, a cobertura do déficit operacional ocorreu por rateio entre patrocinador e associados. Para garantir o equilíbrio financeiro do plano, Cassi e Banco reformularam o Estatuto Social em 1996. Entre as principais alterações, destacam-se a restrição ao acesso de novos dependentes indiretos e o aumento nas contribuições dos participantes e patrocinador.

Em 2007 o Banco firmou novo acordo com a Cassi para alteração do seu estatuto, vigente até hoje. As principais modificações foram:

- I. contribuição patronal de 4,5% do valor dos proventos gerais ou do valor total do benefício de aposentadoria ou pensão, para todos os grupos;

- II. contribuição mensal dos associados e beneficiários de pensão passou a ser de 3% do valor dos proventos gerais ou do valor total do benefício de aposentadoria ou pensão;
- III. realização de aporte de R\$ 315 milhões pelo BB para investimentos no aprimoramento do seu modelo de atuação relativo aos serviços próprios pela Cassi;
- IV. assunção pelo Banco do déficit dos Dependentes Indiretos até a extinção desse grupo.

Com a vigência da CVM 695/2012, a partir de 2013, a tabela abaixo passou a demonstrar a evolução do passivo atuarial Cassi.

Tabela 151. Efeitos de Contabilização Cassi – CVM 695/2012

R\$ milhões	2T13	3T13	4T13	1T14	2T14
(a) Valor Justo dos Ativos do Plano	-	-	-	-	-
(b) Valor Presente das Obrigações Atuariais	(7.255)	(7.255)	(6.334)	(6.334)	(5.790)
(c) Déficit BB = [(a) + (b)]	(7.255)	(7.255)	(6.334)	(6.334)	(5.790)
(d) Saldo Inicial do Passivo Atuarial	(7.801)	(7.255)	(7.360)	(6.334)	(6.457)
(e) Valores Reconhecidos no Resultado	(194)	(230)	(230)	(241)	(241)
(f) Contribuição BB	128	125	167	117	121
(g) Ajuste Semestral no Patrimônio Líquido	612	-	1.090	-	786
(h) Saldo do Passivo Atuarial = [(d) + (e) + (f) + (g)]	(7.255)	(7.360)	(6.334)	(6.457)	(5.790)

Efeitos no Patrimônio Líquido – CVM 695/2012

A tabela a seguir detalha os efeitos da contabilização dos ativos e passivos atuariais do Banco reconhecidos no Patrimônio Líquido (PL) do BB conforme deliberação CVM 695/2012.

Os efeitos no PL ocorrem semestralmente, tendo em vista a realização dos estudos atuariais.

Tabela 152. Efeito no Patrimônio Líquido – CVM 695/2012

R\$ milhões	Previ - Plano 1	Cassi	Outros Planos	Total
Jun/13				
Ajuste de Avaliação Patrimonial	(6.238)	612	387	(5.239)
Efeitos Fiscais	2.669	(245)	(156)	2.268
Efeito no Patrimônio Líquido	(3.569)	367	231	(2.970)
Dez/13				
Ajuste de Avaliação Patrimonial	7.100	1.090	259	8.449
Efeitos Fiscais	(3.038)	(436)	(104)	(3.578)
Efeito no Patrimônio Líquido	4.062	654	155	4.870
Jun/14				
Ajuste de Avaliação Patrimonial	(6.905)	786	(153)	(6.271)
Efeitos Fiscais	2.955	(315)	61	2.701
Efeito no Patrimônio Líquido	(3.950)	472	(91)	(3.570)

8.4. Impostos Diferidos

Crédito Tributário (Ativo Fiscal Diferido)

O crédito tributário origina-se principalmente de diferenças intertemporais de Imposto de Renda e Contribuição Social.

As diferenças intertemporais decorrem no tratamento diferenciado atribuído pelas normas contábeis e fiscais a determinadas despesas que compõem o lucro do período. As despesas com provisão, por serem constituídas com fundamento em perdas prováveis, são um exemplo. Elas somente poderão ser dedutíveis quando as perdas ocorrerem efetivamente. A partir de janeiro/2013, passaram a ser considerados os valores de ajustes patrimoniais dos planos de benefícios, conforme Deliberação CVM 695/2012. O montante de créditos tributários de diferenças intertemporais representou 93,1% do estoque em junho de 2014.

Os créditos tributários oriundos de prejuízos fiscais de Imposto de Renda e de base negativa de Contribuição Social representam um benefício fiscal pela possibilidade de sua compensação conforme ocorra geração de lucro tributável futuro.

Tabela 153. Abertura do Crédito Tributário

R\$ milhões	Saldos						Var. %	
	Jun/13	Part.%	Mar/14	Part.%	Jun/14	Part.%	s/Jun/13	s/Mar/14
Diferenças Intertemporais	26.054	92,9	25.507	92,5	26.317	93,1	1,0	3,2
PCLD ¹	14.551	51,9	14.906	54,0	15.835	56,0	8,8	6,2
Provisões Passivas	8.353	29,8	7.647	27,7	7.788	27,6	(6,8)	1,8
Ajustes Patrimoniais Negativos de Plan. Benef.	979	3,5	451	1,6	193	0,7	(80,3)	(57,2)
Marcação a Mercado	1.058	3,8	900	3,3	849	3,0	(19,7)	(5,6)
Outras Provisões	1.114	4,0	1.603	5,8	1.651	5,8	48,2	3,0
CSLL Escriturada a 18% (MP 2.158/2001)	1.404	5,0	1.421	5,2	1.288	4,6	(8,3)	(9,3)
Prejuízo Fiscal / Base Negativa	116	0,4	130	0,5	157	0,6	35,6	21,1
Superveniência de Depreciação	478	1,7	524	1,9	498	1,8	4,3	(4,9)
Total de Crédito Tributário	28.052	100,0	27.581	100,0	28.260	100,0	0,7	2,5

1 – Incluem valores de PCLD e Operações de Crédito – Lei nº 9.430/96.

Passivo Fiscal Diferido

O passivo fiscal diferido representa o valor do tributo devido em período futuro e relacionado às receitas e ganhos tributáveis classificados como diferenças intertemporais. De forma análoga ao crédito tributário por diferença intertemporal, provém do tratamento contábil e fiscal sobre as receitas decorrentes de ajustes patrimoniais e cuja realização está condicionada no futuro.

A tabela abaixo mostra a abertura do passivo fiscal diferido:

Tabela 154. Abertura do Passivo Fiscal Diferido

R\$ milhões	Saldos						Var. %	
	Jun/13	Part.%	Mar/14	Part.%	Jun/14	Part.%	s/Jun/13	s/Mar/14
Ajustes Patrimoniais Positivos de Planos de Benef.	1.523	45,7	4.704	74,3	1.936	58,9	27,1	(58,9)
Ajuste a Valor Presente - Arrend. Mercantil	425	12,8	304	4,8	248	7,5	(41,7)	(18,5)
Atualização de Depósitos Judiciais	399	12,0	424	6,7	433	13,2	8,5	2,2
Marcação a Mercado	522	15,7	443	7,0	225	6,8	(56,9)	(49,2)
Outros	463	13,9	455	7,2	444	13,5	(4,2)	(2,5)
Total das Obrigações Fiscais Diferidas	3.332	100,0	6.330	100,0	3.285	100,0	(1,4)	(48,1)

1 – Série ajustada desde Março/2012. Reflete os efeitos da Deliberação CVM 695/2012.

8.5. Ágios sobre Investimentos

Anualmente as cotas de amortização são reavaliadas conforme projeções de resultado que fundamentaram os negócios. As estimativas são elaboradas por empresas especializadas contemplando os prazos e as taxas de desconto utilizadas para apuração do valor presente líquido dos fluxos de caixas futuros.

Em dezembro/13, o Banco Central emitiu Carta Circular 3.624, alterando a contabilização do ágio na aquisição de sociedade incorporada passando a ser reconhecido como intangível. No caso do Banco do Brasil, esse ajuste impactou apenas a contabilização do Banco Nossa Caixa, que desde o 4T13, é apresentada na tabela de Ativo Intangível.

Tabela 155. Ágios nas Aquisições de Investimentos

R\$ milhões	Fluxo Trimestral				
	2T13	3T13	4T13	1T14	2T14
Banco Votorantim					
Valor Contábil	425,7	425,7	425,7	425,7	425,7
Amortização Acumulada	(162,1)	(175,8)	(189,4)	(203,6)	(217,8)
Despesas com Amortização no Período ¹	(13,6)	(13,6)	(13,6)	(14,2)	(14,2)
Saldo Líquido de Amortização	263,6	249,9	236,3	222,1	207,9
Banco Patagonia					
Valor Contábil	384,4	366,5	349,2	298,9	291,7
Varição Cambial ²	12,9	(17,9)	(17,3)	(50,3)	(7,2)
Amortização Acumulada	(93,1)	(103,3)	(112,7)	(120,2)	(127,3)
Despesas com Amortização no Período ¹	(10,1)	(10,3)	(9,3)	(7,5)	(7,1)
Saldo Líquido de Amortização	291,3	263,2	236,5	178,7	164,4
Cielo					
Valor Contábil	1.002,1	1.002,1	1.002,1	1.002,1	1.002,1
Amortização Acumulada	(234,4)	(255,4)	(276,4)	(300,5)	(324,6)
Despesas com Amortização no Período ¹	(21,0)	(21,0)	(21,0)	(24,1)	(24,1)
Saldo Líquido de Amortização	767,7	746,7	725,7	701,6	677,5
Demais Empresas do Conglomerado					
Valor Contábil	1.008,8	982,5	945,5	944,4	1.302,4
Varição Cambial ³	3,4	0,3	1,7	(1,2)	(0,9)
Amortização Acumulada	(515,3)	(525,2)	(564,6)	(572,0)	(587,1)
Despesas com Amortização no Período ¹	(45,1)	(38,3)	(39,4)	(7,4)	213,9
Saldo Líquido de Amortização	493,5	457,3	380,9	372,4	715,4

1 – Contabilizada em Outras Despesas Administrativas e realocado para Outras Despesas Operacionais na Demonstração do Resultado com Realocações.

2 – Refere-se à variação cambial do Banco Patagonia (ARS).

3 – Refere-se à variação cambial do BB Americas (USD).

8.6. Ativos Intangíveis

As despesas de amortização do ativo intangível referentes à aquisição do direito de exploração do Banco Postal iniciaram-se em janeiro de 2012.

A tabela a seguir apresenta a movimentação dos ativos intangíveis do BB.

Tabela 156. Ativo Intangível

R\$ milhões	2T13	3T13	4T13	1T14	2T14
Direitos por Aquisição de Folhas de Pagamento					
Saldo Inicial	5.228	4.745	4.299	4.535	6.505
Despesas com Amortização ¹	(483)	(446)	(446)	(457)	(493)
Outros Valores	-	-	-	-	-
Aquisições	-	-	902	2.429	152
Baixas	-	-	(219)	(3)	(14)
Saldo final (a)	4.745	4.299	4.535	6.505	6.150
Aquisição/Desenvolvimento de Softwares					
Saldo Inicial	1.199	1.279	1.353	1.505	1.491
Despesas com Amortização ²	(26)	(26)	(28)	(30)	(43)
Outros Valores	-	-	-	-	-
Aquisições	106	100	183	17	40
Baixas	0	(0)	-	(0)	-
Saldo final (b)	1.279	1.353	1.505	1.491	1.488
Banco Postal					
Saldo Inicial	2.589	2.529	2.469	2.346	1.950
Despesas com Amortização ¹	(60)	(60)	(120)	(397)	(84)
Outros Valores	-	-	-	-	-
Aquisições	-	-	(0)	-	-
Baixas ³	-	-	(2)	-	(1.865)
Saldo final (c)	2.529	2.469	2.346	1.950	0
Banco Nossa Caixa					
Saldo Inicial	3.888	3.734	3.579	3.425	3.247
Despesas com Amortização ¹	(154)	(154)	(154)	(177)	(175)
Outros Valores	-	-	-	-	-
Aquisições	-	-	-	-	-
Baixas	-	-	-	-	-
Saldo Final (d)	3.734	3.579	3.425	3.247	3.072
Outros Ativos Intangíveis					
Saldo Inicial	17	17	14	12	12
Despesas com Amortização ²	-	-	-	(0)	-
Outros Valores ⁴	-	-	(0)	-	48
Aquisições	-	-	2	0	-
Baixas	-	-	(1)	(0)	-
Saldo final (e)	17	14	12	12	58
Saldo (a+b+c+d+e)	12.303	11.715	11.824	13.206	10.768

1 – Contabilizada em Outras Despesas Administrativas e realocada para Outras Despesas Operacionais na Demonstração do Resultado com Realocações.

2 – Contabilizada em Outras Despesas Administrativas.

3 - Em 30/06/2014, o custo do direito de utilização da rede do Banco Postal foi convertido em recebíveis no âmbito da nova parceria entre o Banco do Brasil e a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT no montante de R\$ 1.865.250 mil.

4 - Inclui o valor de R\$ 45.683 mil da transferência do ágio da empresa Brasilprev Nosso Futuro Seguros e Previdência S.A.

Tabela 157. Estimativa de Amortização dos Ativos Intangíveis

R\$ milhões	2014	2015	2016	2017	2018	2019	Total
Valores a Amortizar	1.499	2.805	2.823	2.313	1.029	299	10.768

9 - Gestão de Riscos

9.1. Gestão dos Riscos

O gerenciamento de riscos no Conglomerado Financeiro do Banco do Brasil contempla de forma abrangente os riscos de crédito, de mercado, de liquidez e operacional. As atividades de gerenciamento são realizadas por estruturas especializadas, conforme objetivos, políticas, estratégias, processos, procedimentos e sistemas descritos em cada um desses riscos. Não obstante as atividades estarem focadas nos riscos de crédito, de mercado, de liquidez e operacional, o Banco adota mecanismos para garantir a suficiência de capital para cobertura de outros riscos incorridos.

A gestão colegiada dos riscos é realizada de forma totalmente segregada das unidades de negócios. As políticas de riscos são aprovadas pelo Conselho de Administração do Banco e formuladas pelo Comitê de Risco Global - CRG, um fórum composto pelo Presidente e Vice-Presidentes. As ações para implantação e acompanhamento das diretrizes emanadas do CRG são conduzidas em subcomitês específicos (Crédito, Mercado e Liquidez e Operacional), que são fóruns constituídos por Diretores Estatutários.

Para conhecer mais sobre o processo de gestão de riscos no Banco do Brasil, acesse o website bb.com.br/ri.

As tabelas e gráficos constantes deste capítulo não consideram as informações contábeis do Banco Votorantim (BV), a menos que haja referência explícita em contrário. Nesse sentido, define-se a expressão BB Consolidado como Banco do Brasil no país e exterior exclusive BV.

9.1.1 Risco de Crédito

Risco de Crédito é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação. A definição de risco de crédito compreende, entre outros:

I - o risco de contraparte: a possibilidade de não cumprimento, por determinada contraparte, de obrigações relativas à liquidação de operações que envolvam a negociação de ativos financeiros, incluindo aquelas relativas à liquidação de instrumentos financeiros derivativos;

II - o risco país: a possibilidade de perdas associadas ao não cumprimento de obrigações financeiras nos termos pactuados por tomador ou contraparte localizada fora do País, em decorrência de ações realizadas pelo governo do país onde localizado o tomador ou contraparte, e o risco de transferência, entendido como a possibilidade de ocorrência de entraves na conversão cambial dos valores recebidos;

III - o risco de *commitment*: a possibilidade de ocorrência de desembolsos para honrar avais, fianças, coobrigações, compromissos de crédito ou outras operações de natureza semelhante;

IV - o risco de interveniente: a possibilidade de perdas associadas ao não cumprimento de obrigações financeiras nos termos pactuados por parte intermediadora ou conveniente de operações de crédito; e

V - o risco de concentração: a possibilidade de perdas de crédito decorrentes de exposições significativas a uma contraparte, a um fator de risco ou a grupos de contrapartes relacionadas por meio de características comuns.

No Banco do Brasil, a estrutura de gerenciamento do risco de crédito é composta pelas Diretorias de Gestão de Riscos, Diretoria de Crédito e Diretoria de Reestruturação de Ativos Operacionais, sendo o diretor de Gestão de Riscos, por meio de indicação do Conselho de Administração, o responsável pelo gerenciamento do risco de crédito do Banco. Essa estrutura está em consonância à Resolução CMN 3.721, de 30/04/2009.

9.1.2 Risco de Mercado

Risco de Mercado reflete a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira. Inclui os riscos das operações

sujeitas à variação cambial, das taxas de juros, incluindo a Carteira de Não Negociação (Parcela RBAN), dos preços de ações e dos preços de mercadorias (*commodities*).

A Diretoria de Gestão de Riscos (Diris), conforme previsto na Resolução 3.464, de 26.06.2007, é responsável pelo gerenciamento do risco de mercado no Banco do Brasil, com estrutura para gerenciamento dos riscos de mercado compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição aos riscos da instituição, segregada das unidades de negociação e da unidade executora da atividade de auditoria interna.

O BB utiliza métodos estatísticos e de simulação para mensurar os riscos de mercado das suas exposições. Entre as métricas resultantes da aplicação destes métodos, destacam-se:

I - Sensibilidades;

II - Valor em Risco (*VaR*); e

III - Estresse.

O Banco do Brasil adota política de gerenciar a exposição cambial de forma a minimizar seus efeitos sobre o resultado do Consolidado Financeiro.

Apresenta-se, a seguir, o demonstrativo dos ativos, passivos e derivativos do BB Consolidado referenciados em moedas estrangeiras. A exposição cambial líquida, para 30/06/2014, é passiva no valor de US\$ 700 milhões, o que reflete a estratégia de *hedge* fiscal adotada pelo Banco. O *hedge* fiscal objetiva reduzir a volatilidade do resultado, após os efeitos tributários, haja vista que os ganhos com a variação cambial dos investimentos no exterior não são tributados e, similarmente, as perdas não geram dedução na base tributária.

Tabela 158. Balanço em Moedas Estrangeiras

R\$ milhões

MOEDA	CONTAS PATRIMONIAIS	
	ATIVO	PASSIVO
Dólar dos EUA	145.375	150.859
Euro	15.621	17.183
Libra Esterlina	1.014	1.226
Iene	1.764	2.923
Franco Suíço	25	958
Dólar Canadense	5	3
Ouro	17	-
Demais	9.764	9.542
Total	173.585	182.694
Posição Líquida - Patrimoniais		(9.109)

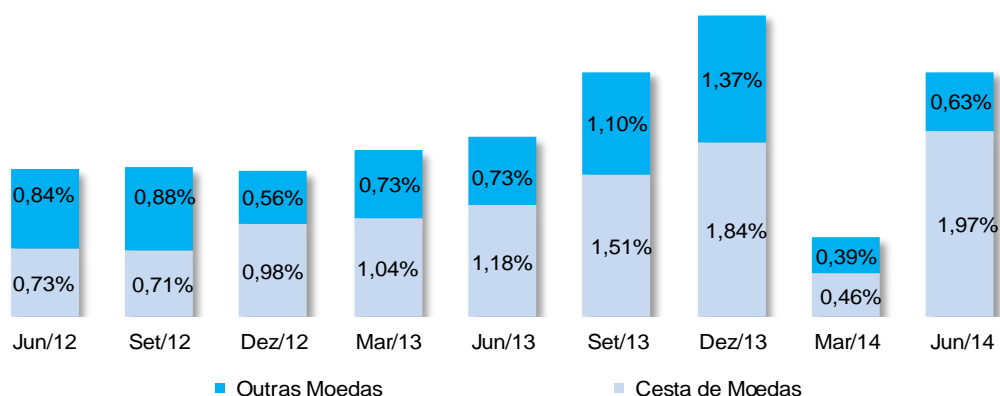
MOEDA	DERIVATIVOS	
	COMPRADO	VENDIDO
Dólar dos EUA	51.114	47.353
Euro	4.532	3.148
Libra Esterlina	211	312
Iene	1.045	-
Franco Suíço	1.070	92
Dólar Canadense	-	-
Demais	646	145
Total	58.618	51.050
Posição Líquida - Derivativos		7.568

TOTAIS PATRIMONIAIS E DERIVATIVOS	232.203	233.744
Posição Líquida Total		(1.541)
Posição Líquida Total - Em US\$ milhões		(700)

A exposição cambial regulatória do BB Consolidado, calculada conforme a Circular Bacen 3.641, de 04 de março de 2013, é da ordem de R\$ 2.983,3 milhões para a data de 30 de junho de 2014.

O gráfico a seguir evidencia o comportamento da exposição cambial do BB Consolidado, em relação ao Patrimônio de Referência (PR), trimestralmente, desde junho de 2012.

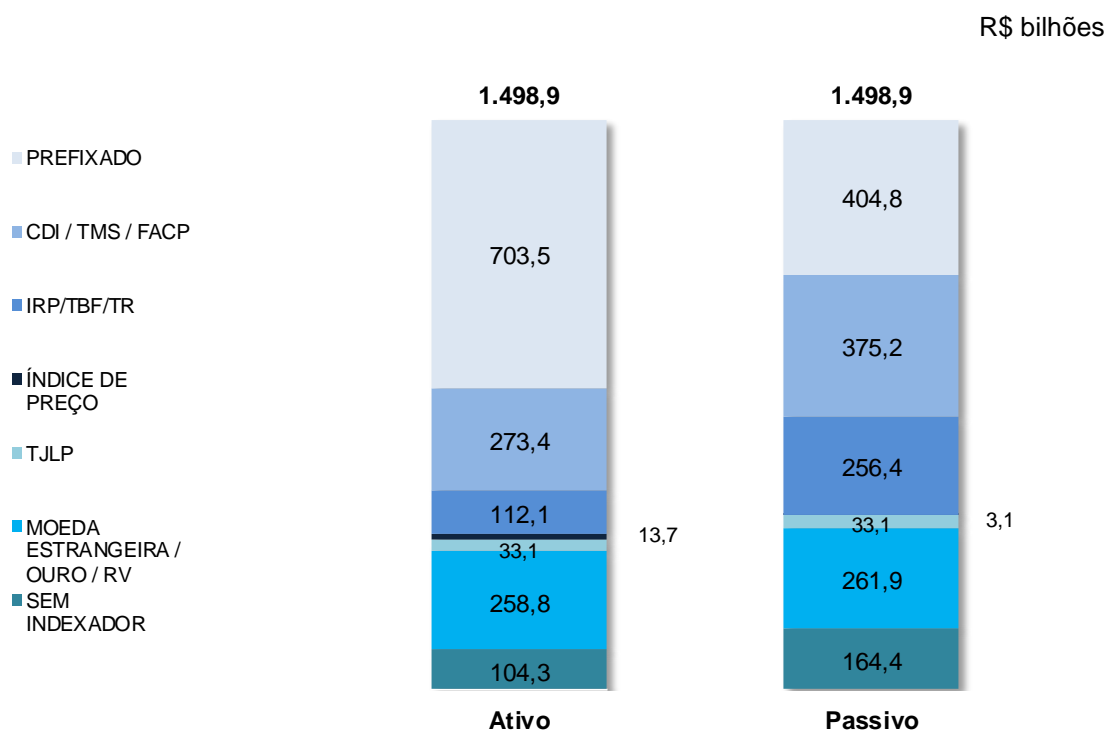
Figura 73. Evolução da Exposição Cambial em % do PR



Balanço por Indexador

A tabela a seguir apresenta a composição dos ativos e passivos, inclusive derivativos, do BB Consolidado, detalhada por indexador em 30/06/2014:

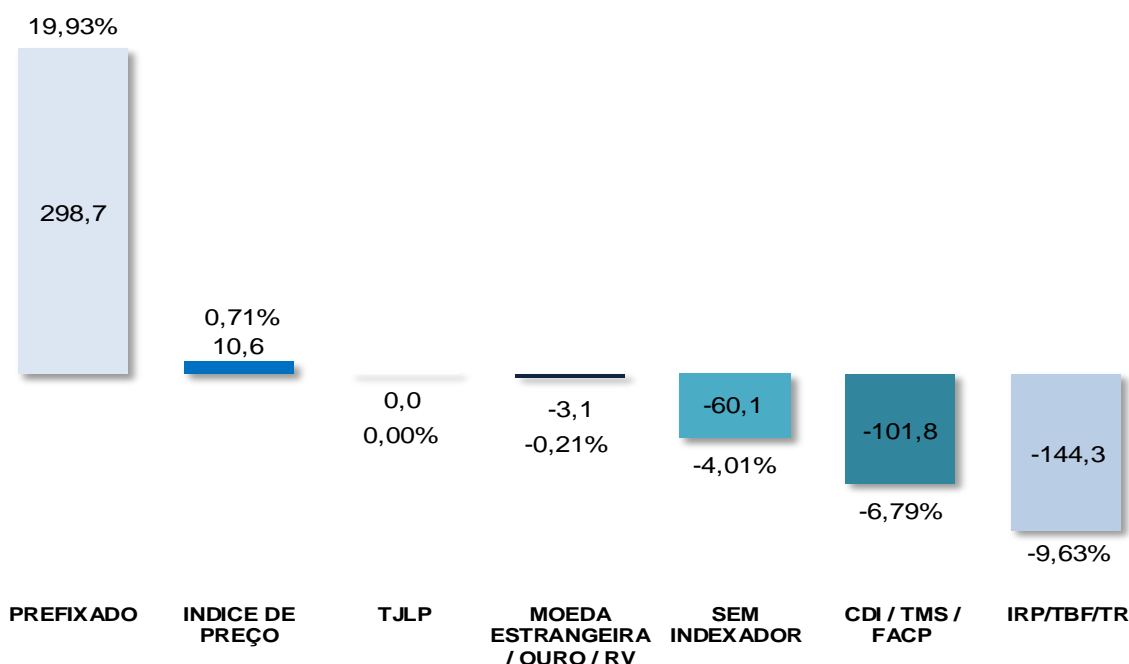
Figura 74. Ativos e Passivos por Indexador



O gráfico a seguir evidencia os descasamentos líquidos por indexador do BB Consolidado:

Figura 75. Posição Líquida por Indexador

R\$ bilhões



Demonstrativo do Perfil de Repactuação das Taxas de Juros

Apresenta-se, a seguir, tabela contendo o estoque de operações sensíveis às variações nas taxas de juros, alocados por fator de risco e por prazo de indexação de taxa de juros do BB Consolidado:

Tabela 159. Perfil de Repactuação das Taxas de Juros

R\$ milhões

Ativos	< 1 Meses	1 > 3 Meses	3 > 6 Meses	6 > 12 Meses	1 > 3 Anos	> 3 Anos	Total
Prefixado	353.598	39.746	42.256	62.975	107.492	97.616	703.683
CDI/TMS	273.351	-	-	-	-	-	273.351
TR/TBF/IRP	-	112.018	-	-	-	-	112.018
Índice de Preço	-	13.716	-	-	-	-	13.716
TJLP	2.183	30.895	-	-	-	-	33.078
US\$/ME	87.199	23.643	15.211	24.194	25.816	82.749	258.811
Total - Ativos	716.331	220.018	57.466	87.170	133.307	180.364	1.394.656
Passivos							
Prefixado ¹	195.622	62.488	14.754	21.195	46.408	64.300	404.767
CDI/TMS	375.142	-	-	-	-	-	375.142
TR/TBF/IRP	-	256.412	-	-	-	-	256.412
Índice de Preço	-	3.115	-	-	-	-	3.115
TJLP	1.952	31.166	-	-	-	-	33.118
US\$/ME	92.548	20.246	14.020	33.177	27.793	74.153	261.937
Total - Passivos	665.265	373.427	28.774	54.373	74.201	138.453	1.334.492
Gap	51.066	(153.409)	28.692	32.797	59.106	41.912	60.164
Gap Acumulado	51.066	(102.343)	(73.650)	(40.853)	18.253	60.164	-
Gap Acumulado com o %							
Ativos (que rendem juros)	7,1%	-69,7%	49,9%	37,6%	44,3%	23,2%	4,3%

1 - Está considerada a totalidade dos depósitos em conta corrente (R\$ 48,9 bilhões) em passivos prefixados.

9.1.3 Risco de Liquidez

Risco de Liquidez é definido como a ocorrência de desequilíbrios entre ativos negociáveis e passivos exigíveis - "descasamentos" entre pagamentos e recebimentos – que possam afetar a capacidade de pagamento da instituição, levando-se em consideração as diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

O Banco do Brasil mantém níveis de liquidez adequados aos compromissos da Instituição assumidos no Brasil e no exterior, resultado da sua ampla e diversificada base de depositantes, da qualidade dos seus ativos, da capilaridade da sua rede de dependências externas e da sua capacidade de acesso ao mercado internacional de capitais. O rigoroso controle do risco de liquidez está em consonância com a Política de Risco de Liquidez estabelecida pelo Conselho de Administração, atendendo às exigências da supervisão bancária nacional e dos demais países onde o Banco opera.

O gerenciamento do risco de liquidez do Banco do Brasil segregava a Liquidez em Reais da Liquidez em Moedas Estrangeiras. Os principais instrumentos utilizados na gestão são:

- I - Projeções de Liquidez;
- II - Limites de Risco de Liquidez;
- III - Plano de Contingência de Liquidez;
- IV - Monitoramento Prospectivo; e
- V - Teste de Estresse de Liquidez

Os instrumentos de gestão do risco de liquidez são periodicamente monitorados e reportados aos Comitês Estratégicos da instituição.

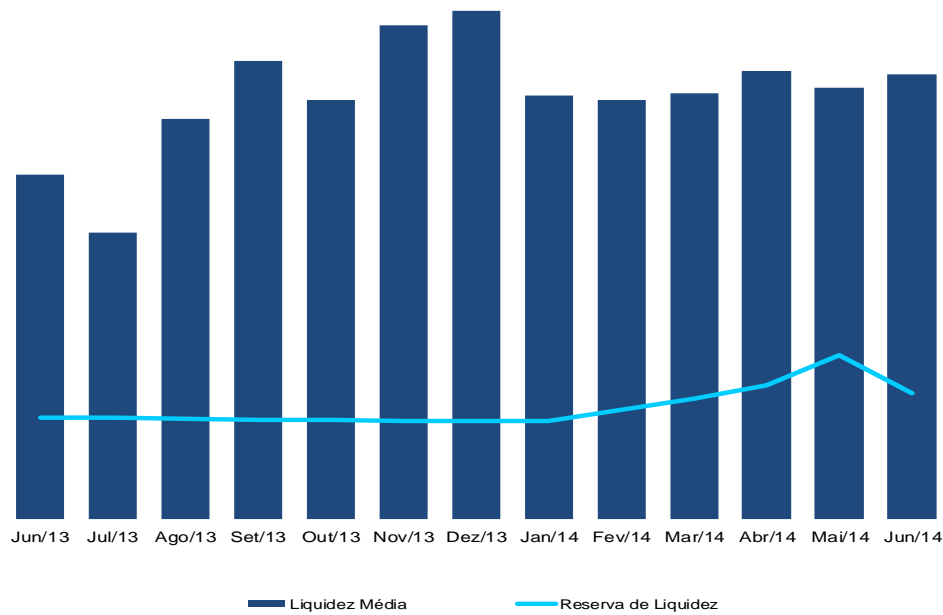
Os limites de risco de liquidez atualmente utilizados no Banco do Brasil são:

- a Reserva de Liquidez, que representa o volume de ativos de alta liquidez que devem ser mantidos para fazer face ao risco de liquidez de curto prazo, utilizado como parâmetro de identificação de situação de estresse de liquidez prevista no Plano de Contingência de Liquidez e no Monitoramento Prospectivo de Liquidez;
- o Indicador de Disponibilidade de Recursos Livres (Indicador DRL), voltado ao gerenciamento do risco de liquidez de médio e longo prazo; e
- o Colchão de Liquidez, representando o nível de liquidez prudencial para o gerenciamento do risco de liquidez em cenários de estresse.

Em 2014 foram realizadas revisões ordinárias de políticas, modelos, metodologias, parâmetros e critérios utilizados no gerenciamento do risco de liquidez, com destaque ainda para o aperfeiçoamento da segregação de funções e responsabilidades entre as áreas de negócio e a área de gestão de risco de liquidez, e de mecanismos de governança e supervisão para as entidades ligadas ao Banco.

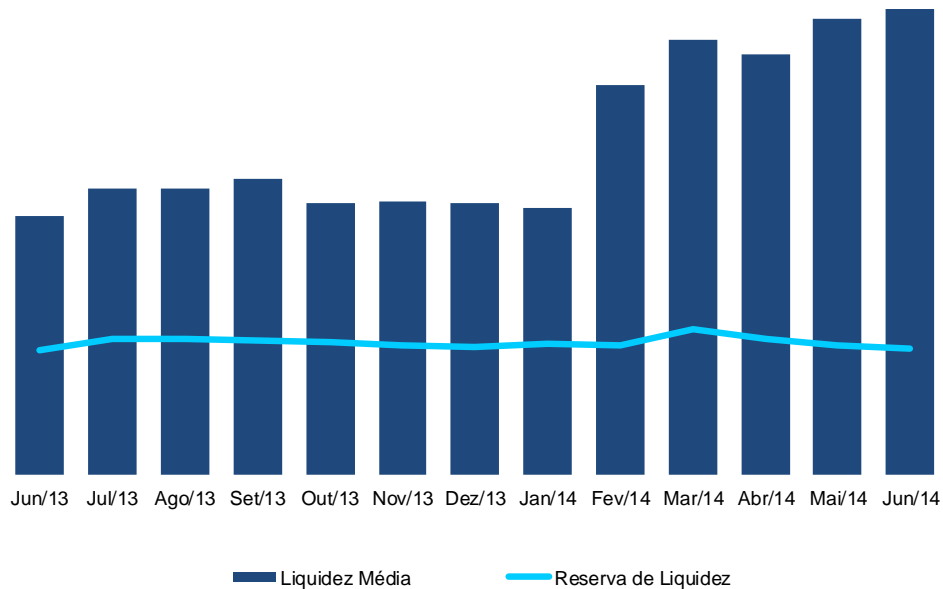
A figura seguinte apresenta o acompanhamento mensal da Reserva de Liquidez em Moeda Nacional do Banco.

Figura 76. Reserva de Liquidez – Moeda Nacional



A figura abaixo apresenta o acompanhamento da Reserva de Liquidez em Moeda Estrangeira do Banco.

Figura 77. Reserva de Liquidez – Moeda Estrangeira

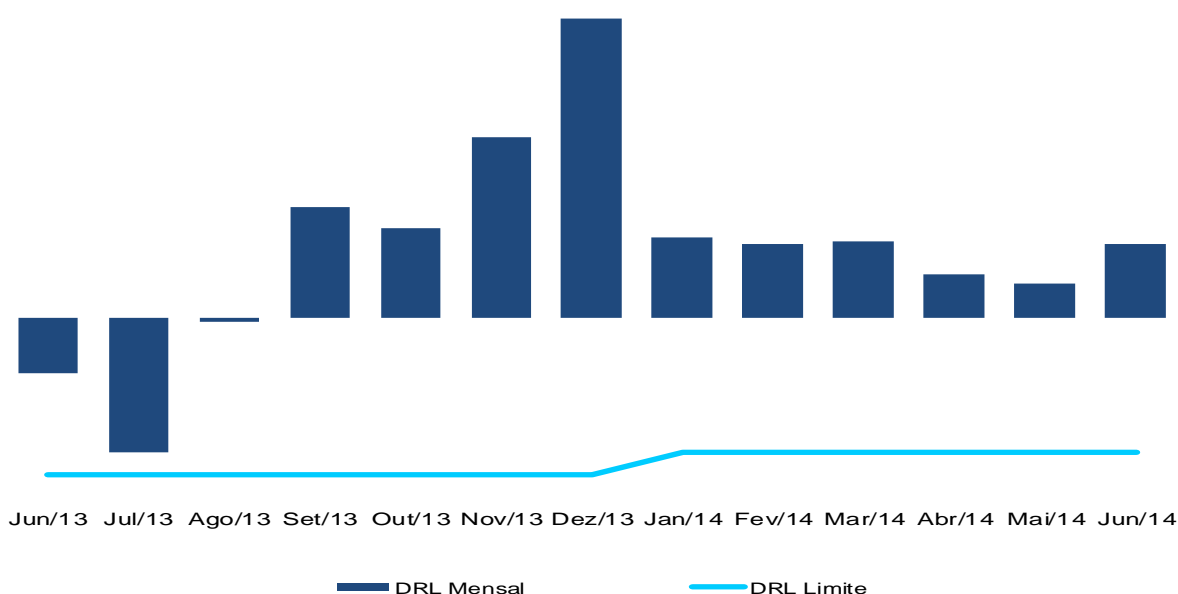


A liquidez média em Moeda Estrangeira do Banco registrou um aumento a partir de fevereiro de 2014, ocasionado pela revisão dos requisitos para composição da liquidez.

O indicador de Disponibilidades de Recursos Livres (DRL) visa assegurar equilíbrio entre captação e aplicação de recursos da carteira comercial da área interna e garantir o financiamento da Liquidez em moeda nacional com recursos comerciais.

O limite do Indicador DRL, definido anualmente pelo Comitê de Risco Global (CRG) de acordo com as metas de captações e aplicações comerciais, é parâmetro utilizado no planejamento e na execução do orçamento da instituição e é monitorado sob periodicidade mensal.

Figura 78. Indicador DRL



Alinhado com a estratégia de financiamento das operações comerciais, o indicador DRL observado no segundo trimestre se manteve acima do limite anual estabelecido.

Tal medida permite ao Banco a realização de sua estratégia negocial sem comprometer a gestão do risco de liquidez da instituição, conforme monitoramento do limite da Reserva de Liquidez em Moeda Nacional apresentado neste capítulo.

Destaca-se que a manutenção da Liquidez em moeda nacional e em moeda estrangeira, acima dos limites das suas respectivas Reserva de Liquidez, possibilita a execução do planejamento estratégico do Banco em níveis confortáveis de exposição ao risco de liquidez.

9.1.4 Risco Operacional

Risco Operacional é definido como a possibilidade de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou decorrente de eventos externos. Esta definição inclui a possibilidade de perdas decorrentes do risco legal que está associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela instituição, bem como a sanções em razão do descumprimento de dispositivos legais e a indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela instituição.

No 2º trimestre de 2014, com o objetivo de integrar os processos de gerenciamento do risco operacional, o Banco alterou a estrutura de governança do referido risco, centralizando parte das atividades desenvolvidas em uma única Unidade Estratégica. A centralização busca verticalizar a gestão do risco operacional e propiciar as condições necessárias para nova onda de evolução com foco na redução das perdas, disseminação de cultura de gestão desse risco e aperfeiçoamento dos instrumentos e ferramentas utilizados para sua mitigação.

Destaca-se ainda o processo de implementação da ferramenta de gestão de processos, riscos e controles, visando a integração entre as áreas de riscos e controles com os gestores de produtos e serviços. A ferramenta possibilitará, em ambiente único, o mapeamento dos processos, a documentação, a identificação e análise dos riscos operacionais e o acompanhamento das ações de mitigação.

Informações detalhadas sobre Perdas Operacionais no Banco do Brasil podem ser consultadas no Capítulo 7.5 deste Relatório.

9.2. Estrutura de Capital

O Índice de Basileia foi apurado segundo os critérios estabelecidos pelas Resoluções CMN n.º 4192/2013 e n.º 4.193/2013, que tratam do cálculo do Patrimônio de Referência (PR) e do Patrimônio de Referência Mínimo Requerido (PRMR) em relação aos Ativos Ponderados pelo Risco (RWA), respectivamente, considerando o Banco Votorantim pelo Método de Equivalência Patrimonial (MEP), conforme determinação do Bacen.

Destaca-se que a partir de 01.10.2013 passou a vigorar o conjunto normativo que implementou no Brasil as recomendações do Comitê de Supervisão Bancária de Basileia relativas à estrutura de capital de instituições financeiras, conhecidas por Basileia III. As novas normas adotadas tratam dos seguintes assuntos:

- I. Nova metodologia de apuração do capital regulamentar, que continua a ser dividido nos Níveis I e II, sendo o Nível I composto pelo Capital Principal (deduzido de Ajustes Prudenciais) e Capital Complementar;
- II. Nova metodologia de apuração da exigência de manutenção de capital, adotando requerimentos mínimos de PR, de Nível I e de Capital Principal, e introdução do Adicional de Capital Principal.

O escopo de consolidação utilizado como base para a verificação dos limites operacionais também foi alterado, passando a considerar apenas o Conglomerado Financeiro, de 01.10.2013 até 31.12.2014, e o Conglomerado Prudencial, definido na Resolução CMN n.º 4.280/2013, a partir de 01.01.2015.

Todas as citações ao PR e ao Patrimônio de Referência Exigido (PRE), em datas anteriores a 01.10.2013, referem-se à metodologia de Basileia II e foram apurados segundo os critérios estabelecidos pelas Resoluções CMN n.º 3.444/2007 e n.º 3.490/2007, respectivamente.

Desempenho

O Banco do Brasil encerrou o segundo trimestre de 2014 com Índice de Basileia acima do mínimo regulatório, que corresponde ao fator "F" disposto na Resolução CMN 4.193/2013:

Tabela 160. Fator "F" aplicado ao montante de Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)

Vigência	Fator "F" (%)
01/10/2013 a 31/12/2015	11,0
01/01/2016 a 31/12/2016	9,875
01/01/2017 a 31/12/2017	9,25
01/01/2018 a 31/12/2018	8,625
A partir de 01/01/2019	8,0

O Índice de Capital Nível 1 (ICN1), bem como o Índice de Capital Principal (ICP) terminaram o semestre enquadrados nos limites mínimos regulatórios, que exigem 4,5% para o ICP e 5,5% para o ICN1 até 31.12.2014, e 6%, a partir de 01.01.2015.

Tabela 161. Índice de Basileia – Conglomerado Financeiro

R\$ milhões	Jun/13	Set/13	Dez/13	Mar/14	Jun/14
Patrimônio de Referência - PR	116.351	118.377	118.234	112.293	118.043
Nível I	74.607	75.973	85.501	80.571	84.276
Capital Principal ¹	63.416	64.577	67.055	63.520	62.050
Patrimônio Líquido	63.183	64.473	70.537	72.097	70.044
Ajustes prudenciais ¹	-	-	(3.482)	(8.576)	(7.994)
Ágios pagos na aquisição de investimento com fundamento em expectativa de rentabilidade futura	-	-	-	(844)	(800)
Ativos intangíveis constituídos a partir de 01.10.2013	-	-	-	(687)	(734)
Ativos atuariais rel. a F. Pensão de Benef. Definido líquidos de passivo fiscal dif. a eles associados	-	-	-	(2.283)	(1.578)
Participação de não controladores	-	-	-	(126)	(120)
Créd. tributários decorrentes de dif. temporárias dependentes da geração de lucros (excesso 10%)	-	-	-	(81)	(124)
Inv. Sup. e créd. Trib. dec. de dif. temporárias dependentes da geração de lucros (excesso 15%)	-	-	-	(635)	(591)
Créditos tributários decorrentes de prejuízo fiscal de superveniência de depreciação	-	-	-	(45)	(42)
Créd. tributários decorrentes de prej. fiscais e de base negativa de CSLL	-	-	-	(284)	(258)
Ativos Diferidos ¹	-	-	(48)	(43)	(39)
Instrumentos de captação emitidos por instituições financeiras	-	-	(3.434)	(3.547)	(3.707)
Reservas de Reavaliação ²	(5)	(5)	-	-	-
Ativo Permanente Diferido ²	(95)	(93)	-	-	-
Ajustes ao valor de mercado ²	333	202	-	-	-
Capital Complementar ¹	11.191	11.396	18.446	17.051	22.226
IHCD autorizados em conformidade com a Resolução CMN n.º 4.192/2013	-	-	8.490	8.201	13.377
IHCD autorizados segundo normas anteriores à Resolução CMN n.º 4.192/2013 ⁴	11.191	11.396	9.956	8.850	8.850
Nível II	45.125	45.807	32.733	31.722	33.767
Dívidas Subordinadas Elegíveis a Capital	38.194	38.324	32.748	31.742	33.773
Dívidas subordinadas autorizadas em conformidade com a Resolução CMN n.º 4.192/2013	-	-	-	-	1.716
Dívidas subordinadas autorizadas segundo normas anteriores à Resolução CMN n.º 4.192/2013 ⁶	38.194	38.324	32.748	31.742	32.056
Recursos captados no FCO ⁵	17.636	18.042	18.530	19.104	19.615
Recursos captados no exterior ⁶	6.507	6.421	5.401	4.801	6.341
Recursos captados com CDB ⁵	1.262	1.004	1.453	1.292	312
Recursos captados com Letras Financeiras ⁶	12.790	12.857	7.363	6.545	5.788
Excesso de Instrumentos de Dívidas Subordinadas ⁷	(890)	(338)	-	-	-
Dedução do Nível II ¹	-	-	(14)	(20)	(6)
Instrumentos de captação emitidos por instituições financeiras ¹	-	-	(14)	(20)	(6)
Ajustes ao valor de mercado ²	(333)	(202)	-	-	-
Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida ³	8.150	8.018	-	-	-
Reservas de Reavaliação ²	5	5	-	-	-
Deduções do PR ²	(3.381)	(3.403)	-	-	-
Instrumentos Financeiros Excluídos do PR ²	(3.381)	(3.403)	-	-	-
Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)⁸	730.755	773.355	813.623	811.374	831.586
Risco de Crédito (RWACPAD)	695.439	725.288	761.431	763.068	782.473
Risco de Mercado (RWAMPAD)	1.880	11.116	15.240	11.727	12.534
Risco Operacional (RWAOPAD) ⁹	33.436	36.952	36.952	36.579	36.579
Patrimônio de Referência Mínimo Requerido (PRMR)¹⁰	80.383	85.069	89.499	89.251	91.474
Margem sobre o Patrimônio de Referência Mínimo Requerido (PR - PRMR)	35.968	33.308	28.736	23.042	26.568
Índice de Capital Nível I (Nível I / RWA) - %	10,21	9,82	10,51	9,93	10,13
Índice de Capital Principal (CP / RWA) - % ¹	8,68	8,35	8,24	7,83	7,46
Índice de Basileia (PR / RWA) - %	15,92	15,31	14,53	13,84	14,19

1 - Metodologia utilizada a partir de 01.10.2013, conforme Resolução CMN n.º 4.192/2013.

2 - Metodologia utilizada até 30.09.2013, conforme Resolução CMN n.º 3.444/2007.

3 - Conforme Resolução CMN n.º 3.444/2007, os Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida – IHCD autorizados pelo Bacen a compor o Nível I do PR estão limitados a 15% (quinze por cento) do total do Nível I, incluído o próprio valor do IHCD. Os IHCD que venham ultrapassar esse limite são adicionados ao Nível II do PR.

4 - Os Instrumentos autorizados pelo Bacen a compor o PR conforme Resolução CMN n.º 3.444/2007 e que não se enquadram nos requisitos exigidos pela Resolução CMN n.º 4.192/2013 sofrerão decaimento de 10% ao ano, de 2013 a 2022, sobre os valores que compunham o PR em 31.12.2012.

5 - De acordo com a Resolução CMN n.º 4.192/2013, os saldos do FCO são elegíveis a compor o PR.

6 - Para 31.03.2014 e 30.06.2014, considerou-se o saldo dos instrumentos de Dívida Subordinada que compunha o PR em 31.12.2012, aplicando-se sobre ele o decaimento de 20%, conforme determina a Resolução CMN n.º 4.192/2013.

7 - Os Instrumentos de Dívidas Subordinadas autorizados a compor o Nível II do PR, são limitados a 50% do PR Nível I, conforme Resolução CMN n.º 3.444/2007. O valor que exceder a esse limite deverá ser excluído do Nível II do PR.

8 - Conforme Resolução CMN n.º 4.193/2013. Para períodos anteriores a 01.10.2013, os valores foram obtidos a partir do Patrimônio de Referência Exigido, segundo os critérios da Resolução CMN n.º 3.490/2007, o qual foi convertido em RWA.

9 - Conforme alteração promovida pela Circular Bacen n.º 3.640/2013, com redação dada pela Circular Bacen n.º 3.675/2013, que substituiu a Circular Bacen n.º 3.383/2008. A partir de 01.10.2013 o valor do capital para o risco operacional (RWAOPAD) não contempla o adicional de capital para o consolidado econômico-financeiro (Aconf).

10 - Em conformidade com a Resolução CMN n.º 4.193/2013, corresponde à aplicação do fator "F" ao montante de RWA. Para períodos anteriores a 01.10.2013, os valores referem-se ao Patrimônio de Referência Exigido e foram apurados segundo os critérios estabelecidos pela Resolução CMN n.º 3.490/2007.

O Patrimônio de Referência Mínimo Requerido do BB alcançou o montante de R\$ 91.474 milhões em junho. A maior parte da exigência foi ocasionada pelo PRMR referente à parcela de risco de crédito (RWA_{CPAD}), reflexo principalmente da expansão das operações de crédito. A tabela a seguir apresenta a composição do RWA_{CPAD}, considerando as principais exposições.

Tabela 162. PRMR Referente à Parcela do RWA_{CPAD}

R\$ milhões	Jun/14		
	RWA_{CPAD}	PRMR	(%)
Operações de Crédito	493.341	54.267	63
Outros Direitos	101.362	11.150	13
TVM e Derivativos	20.460	2.251	3
Limites de Crédito e Créditos a Liberar	29.038	3.194	4
Garantias Prestadas	10.535	1.159	1
Permanente	36.243	3.987	5
Créditos Tributários	33.594	3.695	4
Demais	57.901	6.369	7
TOTAL	782.473	86.072	100

Em relação ao risco de mercado RWA_{MPAD} , apresentamos na tabela a seguir, o PRMR, em junho de 2014, por fator de risco:

Tabela 163. PRMR Referente à Parcela do RWA_{MPAD}

R\$ milhões	Jun/14		
	RWA_{MPAD}	PRMR	(%)
Câmbio	10.300	1.133	82
Taxa de Juros	2.227	245	18
Commodities	8	1	0
Ações	0	0	0
TOTAL	12.534	1.379	100

Na apuração do PRMR para a parcela dos ativos ponderados pelo risco, relativa ao cálculo do capital requerido para o risco operacional (RWA_{OPAD}), o BB utiliza a Abordagem Padronizada Alternativa (ASA) prevista na Circular Bacen 3.640/2013, alterada pela Circular Bacen 3.675/2013. A atual parcela de capital para risco operacional, obtida sobre os valores médios do período de seis semestres que se encerrou com o balanço de 31.12.2013, foi cumprida com a respectiva alocação de capital, mensalmente, durante o período de janeiro a junho de 2014.

Tabela 164. PRMR Referente à Parcela do RWA_{OPAD}

R\$ milhões	Jun/14		
	RWA_{OPAD}	PRMR	(%)
Administração de Ativos	1.130	124	3
Comercial	13.457	1.480	37
Corretagem de Varejo	44	5	0
Finanças Corporativas	(845)	(93)	(2)
Negociação e Vendas	9.940	1.093	27
Pagamentos e Liquidações	4.291	472	12
Serviços de Agente Financeiro	973	107	3
Varejo	7.589	835	21
TOTAL	36.579	4.024	100

Tabela 165. RWA_{CPAD} segregada por Fator de Ponderação de Risco - FPR

R\$ milhões	FPR	Jun/14	
		RWA _{CPAD} ¹	PRMR ²
Disponibilidades	0%	-	-
	20%	336	37
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	0%	-	-
	20%	6.854	754
	50%	5.597	616
	100%	42.331	4.656
TVM e Instrumentos Financeiros Derivativos	0%	-	-
	2%	2	-
	20%	1.341	148
	50%	176	19
	100%	18.065	1.987
	1250%	875	96
Relações Interfinanceiras	0%	-	-
	20%	442	49
	50%	115	13
	100%	1.072	118
Operações de Crédito	0%	-	-
	20%	130	14
	35%	6.944	764
	50%	2.275	250
	75%	107.231	11.795
	85%	111.022	12.212
	100%	188.458	20.730
	150%	59.152	6.507
	300%	18.130	1.994
Operações de Arrendamento Mercantil	75%	57	6
	85%	54	6
	100%	639	70
	150%	2	-
Outros Direitos	0%	-	-
	20%	2	-
	50%	8.090	890
	75%	12.106	1.332
	85%	4.072	448
	100%	77.092	8.480
	150%	1	-
Outros Valores e Bens	100%	895	98
Permanente	100%	24.882	2.737
	250%	11.361	1.250
Limite de Crédito não cancelável incondicional e unilateralmente pela Instituição	0%	-	-
	50%	680	75
	75%	9.396	1.034
	85%	764	84
	100%	2.627	289
	150%	11	1
Créditos a Liberar	75%	695	76
	85%	6.389	703
	100%	8.476	932
Adiantamentos concedidos pela Instituição	75%	15	2
	85%	7.270	800
	100%	3.384	372
Garantias prestadas-avais, fianças e coobrigações	20%	18	2
	50%	503	55
	75%	25	3
	85%	4.234	466
	100%	5.754	633
Créditos tributários	100%	17.195	1.891
	250%	11.908	1.310
	300%	4.490	494
Operações a liquidar de compra de moeda estrangeira, de ouro ou de títulos e valores mobiliários no mercado a vista	20%	36	4
	100%	-	-
Operações a liquidar de venda de moeda estrangeira, de ouro ou de títulos e valores mobiliários no mercado a vista	20%	-	-
	100%	-	-
Ativos deduzidos do PR a serem deduzidos do RWAcpad	-100%	(10.596)	(1.166)
	-300%	(898)	(99)
Ajuste para Derivativos Decorrente de Variação da Qualidade Creditícia da Contraparte (CVA)	-	295	33
Total		782.473	86.072

1 - Somatório dos produtos das exposições pelos respectivos Fatores de Ponderação de Risco, ajustados pelo Fator de Conversão.

2 - Exposição Ponderada por Fator de Risco multiplicada por 0,11.

IHCD autorizados em conformidade com a Resolução CMN n.º 4.192/2013

Os títulos perpétuos emitidos pelo Banco do Brasil em 01/2012, 03/2012 e 01/2013 estão de acordo com as Resoluções CMN 4.192 e 4.193 de 1º de março de 2013 e compõem o Capital Complementar. Em 27 de setembro de 2013, o Banco alterou os termos destes títulos para que eles estivessem alinhados com as novas regras brasileiras do acordo de Basileia III, conforme permitido e contemplado expressamente nos termos da emissão original. Em 30 de outubro de 2013, o Banco Central do Brasil, por meio de seu ofício BCB/DEORF/DIFIN 08452/2013 e 08453/2013, concedeu sua aprovação às emendas e considerou elegível a compor o Capital de Nível I sob as regras do acordo de Basileia III ambas as emissões.

Em relação ao pagamento do principal, embora as resoluções acima disponham sobre a possibilidade de conversão do instrumento em ações, nos títulos perpétuos emitidos pelo Banco do Brasil somente é prevista a extinção, permanente e em valor mínimo igual ao saldo computado no Tier I, quando do acionamento dos seguintes gatilhos:

- I. O Capital Principal for inferior a 5,125% do ativo ponderado pelo risco do Banco, calculado de acordo com a Resolução CMN 4.193;
- II. Houver decisão da União Federal de injetar capital ou de apoiar de forma equivalente o Banco, mediante aprovação de lei específica, conforme estabelecido na Lei de Responsabilidade Fiscal;
- III. O Banco Central do Brasil decretar regime de administração especial temporária ou intervenção no Banco; ou
- IV. O Banco Central do Brasil, segundo critérios estabelecidos em regulamento específico do CMN, considerar necessária a extinção ou conversão do instrumento para viabilizar a continuidade do Banco e mitigar riscos relevantes para o funcionamento normal do sistema financeiro.

Os instrumentos também preveem o pagamento de juros apenas com recursos provenientes de lucros e reservas de lucros passíveis de distribuição no último período de apuração. A suspensão do pagamento é prevista se:

- I. A remuneração exceder os recursos disponíveis para a finalidade;
- II. Houver restrição imposta pelo Banco Central à distribuição de dividendos ou de outros resultados relativos às ações ou de instrumentos elegíveis ao capital principal. Neste caso, o pagamento da remuneração será suspenso na mesma proporção da restrição imposta pelo Banco Central aos demais pagamentos;
- III. O Banco apresentar insuficiência no cumprimento do Adicional de Capital Principal ou o pagamento acarrete desenquadramento em relação aos requerimentos mínimos de Capital Principal, Nível I e PR, conforme Resolução CMN 4.193.

É importante destacar que os encargos financeiros referentes a um determinado período, não pagos até o final do semestre seguinte, em decorrência do acionamento de um dos gatilhos acima, não serão acumulados para os semestres subsequentes, e deixarão de ser exigíveis definitivamente.

A extinção do instrumento, bem como a suspensão parcial ou total do pagamento de remuneração aos investidores, conforme a Resolução CMN 4.192, não será considerada como inadimplemento ou outro fator que gere a antecipação do vencimento de dívidas.

Em junho de 2014 o Banco do Brasil emitiu novo título perpétuo, também adequado às normas de Basileia III, no valor de US\$ 2,5 bilhões.

10 - Investimentos Estratégicos

10.1 Informações de Coligadas e Controladas

Tabela 166. Participações Societárias do BB Banco Múltiplo

R\$ mil	Atividade		Participação Total - % Jun/14	Saldo de Investimento		Result. de Particip. 2T14
				Jun/13	Jun/14	
Participações Consolidadas						
Segmento Bancário						
Banco do Brasil – AG. Viena	Bancária	(I)	100,00	288.387	660.461	15.441
BB USA Holding Company, Inc.	Holding	(I)	100,00	5.176	3.409	(108)
BB Leasing S.A. – Arrendamento Mercantil	Arrendamento	(I)	100,00	3.588.095	3.799.487	55.378
BB Leasing Company Ltd.	Arrendamento	(I)	100,00	100.544	100.825	177
BB Securities LLC.	Corretora	(I)	100,00	75.468	105.917	18.091
Brasilian American Merchant Bank	Bancária	(I)	100,00	976.874	993.950	16.830
BB Securities Asia Pte. Ltd.	Corretora	(I)	100,00	10.837	12.834	1.835
BB Securities Ltd.	Corretora	(I)	100,00	101.845	122.548	13.821
Besc DTVM S.A.	Adm. de Ativos	(I)	99,62	7.133	7.140	45
Banco Patagonia S.A.	Banco Múltiplo	(I)	58,96	941.592	863.981	59.073
Banco Votorantim S.A.	Banco Múltiplo	(II)	50,00	3.357.928	3.706.985	93.555
BB Americas	Banco Múltiplo	(I)	100,00	53.487	70.690	4.357
Segmento Investimentos						
BB Banco de Investimento S.A.	Banco de Invest.	(I)	100,00	3.102.597	2.792.292	272.210
Segmento Gestão de Recursos						
BB DTVM S.A.	Adm. de Ativos	(I)	100,00	131.525	131.524	182.717
Segmento Seg., Previd. e Capitaliz.¹						
BB Seguridade Participações S.A.	Holding	(I)	66,25	3.578.070	3.407.623	558.877
Segmento Meios de Pagamento						
BB Adm. de Cartões de Crédito S.A.	Serviços	(I)	100,00	26.624	27.405	4.193
BB Elo Cartões Participações S.A.	Holding	(I)	100,00	14.822	541.858	40.051
Outros Segmentos						
BB Administradora de Consórcios S.A.	Consórcios	(I)	100,00	151.272	159.165	41.747
BB Turismo	Turismo	(I)	100,00	10.170	13.333	445
BB Money Transfers Inc.	Serviços	(I)	100,00	5.520	3.810	(108)
BB Tecnologia e Serviços S.A. (antiga Cobra Tecnologia)	Informática	(I)	99,97	150.912	188.283	13.281
BV Participações S.A.	Holding	(II)	-	49.460	-	-

(I) Controladas, consolidadas integralmente.

(II) Controladas em conjunto, consolidadas proporcionalmente.

A tabela a seguir apresenta as participações societárias detidas diretamente pelo BB Banco de Investimentos S.A. (BB-BI) e que são consolidadas contabilmente pela formação do grupo econômico BB Consolidado.

O BB detém participações adicionais por meio de outras subsidiárias nas seguintes empresas:

- I. Ativos S.A.: 75,71% pelo BB-BI e 24,29% pelo Brazilian American Merchant Bank (BAMB), totalizando 100%;
- II. Cibrasec: 9,09% pelo BB-BI e 3,03 pelo Banco Múltiplo, totalizando 12,12%;
- III. Kepler Weber: 17,54% pelo BB-BI e 0,0227% pela BB Gestão de Recursos – Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários (BB DTVM), totalizando 17,56%;
- IV. Tecban: 9,02% pelo BB-BI e 4,51% pelo Banco Múltiplo, totalizando 13,53%

Tabela 167. Participações Societárias detidas majoritariamente pelo BB Banco de Investimentos

R\$ mil	Atividade		Participação	Saldo de Investimento		Result. de
			Total - % Jun/14	Jun/13	Jun/14	Particip. 2T14
Participações Consolidadas						
Segmento Investimentos						
Kepler Weber S.A.	Indústria	(II)	17,56	58.668	70.512	4.400
Companhia Brasileira de Securit. – Cibrasec	Aquisição de Créd.	(III)	12,12	8.952	9.038	315
Neoenergia S.A.	Energia	(II)	11,99	1.428.272	1.094.114	(23.159)
Segmento Seg., Previd. e Capitaliz.						
Seg. Brasileira de Créd. à Exportação – SBCE	Seguradora	(III)	12,09	2.846	3.185	30
Segmento Meios de Pagamento						
Cia Bras. de Soluções e Serv. CBSS – Alelo ¹ 2	Serviços	(II)	-	380.015	-	-
Cielo S.A. ¹	Serviços	(II)	28,76	1.479.558	1.723.834	227.599
Tecnologia Bancária S.A. – Tecban	Serviços	(III)	13,53	28.777	42.254	2.512
Outros Segmentos						
Ativos S.A. Securitizadora de Créd. Financ.	Aquisição de Créd.	(I)	100,00	912.087	885.579	13.876

(I) Controladas, consolidadas integralmente.

(II) Controladas em conjunto, consolidadas proporcionalmente.

(III) Coligadas, consolidadas proporcionalmente conforme determinação do Bacen.

1 - Considera ágio gerado no aumento da participação acionária.

2 - Houve, no 2º Semestre de 2013, migração da participação do BB BI na CBSS – Companhia Brasileira de Soluções e Serviços, empresa que engloba algumas linhas importantes de negócios como a emissão de cartões pré-pagos Alelo e a promotora de vendas Ibi, para a Elo Participações visando à otimização das estruturas societárias.

Tabela 168. Participações Societárias do Banco do Brasil via BB Seguridade Participações S.A

R\$ mil	Atividade		Participação	Saldo de Investimento ¹		Result. de
			Total - % Jun/14	Jun/13	Jun/14	Particip. 2T14
Participações Consolidadas						
Segmento Seg., Previd. e Capitaliz.						
BB Seguros Participações S.A.	Holding	(I)	66,25	4.641.492	5.019.970	513.139
BB Mapfre SH1 Participações S.A.	Holding	(II)	49,68	1.514.105	1.597.514	256.600
Mapfre BB SH2 Participações S.A.	Holding	(II)	33,13	1.191.534	1.383.630	20.399
Brasilprev Seguros e Previdência S.A.	Seg./Previd.	(II)	49,68	945.068	1.119.813	124.602
Brasilcap Capitalização S.A.	Capitalização	(II)	44,16	167.166	236.516	59.538
Nossa Caixa Capitalização S.A.	Capitalização	(I)	66,25	5.527	5.514	41
IRB - Brasil Resseguros	Resseguros	(II)	13,58	-	567.570	46.129
BB Cor. Participações S.A.	Holding	(I)	66,25	259.787	43.451	342.292
BB Corretora de Seg. e Adm. de Bens S.A.	Corretora	(I)	66,25	251.219	35.009	342.245

(I) Controladas, consolidadas integralmente.

(II) Controladas em conjunto, consolidadas proporcionalmente.

1 - Saldos ajustados para adequação às práticas contábeis exigidas pelo Bacen.

Tabela 169. Participações Societárias da BB Elo Cartões Participações S.A

R\$ mil	Atividade		Participação	Saldo de Investimento		Result. de
			Total - % Jun/14	Jun/13	Jun/14	Particip. 2T14
Participações Consolidadas						
Segmento Prestação de Serviços						
Elo Participações S.A.	Holding	(I)	49,99	12.549	524.865	39.886
CBSS - Alelo	Serviços	(I)	49,99	-	449.678	41.809
Elo Serviços	Serviços	(I)	33,33	-	13.248	(1.914)

(I) Coligadas, consolidadas proporcionalmente.

Tabela 170. Participações Societárias não Consolidadas

R\$ mil	Atividade		Participação	Saldo de Investimento		Result. de
			Total - % Jun/14	Jun/13	Jun/14	Particip. 2T14
Participações não Consolidadas						
Cadam S.A.	Mineradora	(IV)	21,64	25.720	26.925	-
Cia. Hidromineral Piratuba	Saneamento	(IV)	15,56	2.357	2.520	2
Itapebi Geração de Energia	Energia	(IV)	-	76.414	-	-
Estruturadora Brasileira de Projetos - EBP	Serviços	(IV)	11,11	7.412	8.372	370

(IV) Coligadas, avaliadas pelo método de equivalência patrimonial.

10.2 Banco Votorantim

A parceria estratégica com a Votorantim Finanças no Banco Votorantim (BV), iniciada em 2009, objetiva a: I) ampliação dos canais de distribuição; II) ação conjunta no desenvolvimento e distribuição de produtos de investimento; III) ampliação dos negócios do segmento de atacado e IV) expansão da capacidade de originação de ativos no mercado de financiamento de veículos.

A consolidação das informações financeiras do BV nas demonstrações contábeis do BB é proporcional à participação no capital social e considera eventuais eliminações de saldo de transações entre os bancos.

Neste capítulo, todos os números apresentados refletem 100% dos saldos, contas patrimoniais e contas de resultado do BV.

Informações mais detalhadas sobre o BV podem ser obtidas no Relatório Gerencial de Resultados 2T14, disponível em www.bancovotorantim.com.br/ri.

Tabela 171. Destaques Patrimoniais

R\$ milhões	Jun/13	Mar/14	Jun/14	Var. %	
				s/ Jun/13	s/ Mar/14
Ativos Totais	111.988	104.617	96.284	(14,0)	(8,0)
TVM e Derivativos	33.928	28.951	29.842	(12,0)	3,1
Carteira de Crédito	55.748	53.810	53.055	(4,8)	(1,4)
Depósitos	9.675	6.917	5.878	(39,2)	(15,0)
Captação no Mercado Aberto	36.433	29.350	25.831	(29,1)	(12,0)
Patrimônio Líquido	7.130	7.339	7.587	6,4	3,4

Sumário do Resultado

Os resultados do Banco Votorantim no 2T14 confirmam, mais uma vez, o avanço concreto no seu processo de reestruturação:

I. O Lucro Líquido somou R\$ 140 milhões no 2T14, terceiro trimestre consecutivo de resultados positivos. No 1S14, o Lucro Líquido foi de R\$ 292 milhões, equivalente a RSPL de 8,1% a.a;

II. A Margem Financeira Bruta (MFB) cresceu 4,8% no comparativo 2T14/1T14, mesmo diante da retração de 1,4% na carteira de crédito ampliada, que inclui TVM privado e garantias privadas. O NIM alcançou 5,4% a.a. no 2T14, melhora de 50 pontos base em relação ao trimestre anterior, resultado do foco estratégico do BV na rentabilização do seu portfólio de negócios;

III. As despesas consolidadas com PCLD, líquidas de receitas de recuperação de crédito, reduziram 26,7% sobre o 1T14 e 33,1% no comparativo 1S14/1S13. Esta redução está principalmente relacionada ao aumento da participação das safras de melhor qualidade - originadas até Jun/10 e após Set/11, que representavam 81% da carteira de crédito gerenciada de veículos em Jun/14;

IV. As despesas administrativas e de pessoal reduziram 13,0% frente ao 1T14 e 10,6% no comparativo 1S14/1S13, resultado concreto das iniciativas de redução de despesas e aumento de eficiência operacional implantadas desde 2012. Com isso, o Índice de Eficiência dos últimos 12 meses alcançou 40,0% em Jun/14, mantendo a trajetória de melhora.

Tabela 172. Demonstração do Resultado com Realocações¹ -Trimestral

R\$ milhões	Fluxo Trimestral						Var. % s/ 1T14
	1T14			2T14			
	Contábil	Ajustes ¹	Gerencial	Contábil	Ajustes ¹	Gerencial	
Receitas da Intermediação Financeira	3.333	(162)	3.171	3.618	(299)	3.319	4,7
Operações de Crédito	1.632	(89)	1.543	1.834	(245)	1.590	3,0
Operações de Arrendamento Mercantil	41	-	41	34	-	34	(16,6)
Resultado de Operações com TVM	843	-	843	934	-	934	10,8
Result. com Instrum. Financ. Derivat.	(13)	(73)	(86)	(83)	(54)	(137)	59,1
Resultado de Operações de Câmbio	(25)	-	(25)	(7)	-	(7)	-
Resultado das Aplicações Compulsórias	0	-	0	-	-	-	-
Oper. de Venda ou de Transf. de Ativos Financ.	854	-	854	905	-	905	5,9
Despesa da Intermediação Financeira	(2.029)	-	(2.029)	(2.122)	-	(2.122)	4,6
Operações de Captação no Mercado	(1.431)	-	(1.431)	(1.484)	-	(1.484)	3,7
Operações de Emp., Cessões e Rep.	(25)	-	(25)	(25)	-	(25)	-
Oper. de Venda ou de Transf. de Ativos Financ.	(574)	-	(574)	(613)	-	(613)	6,8
Margem Financeira Bruta	1.304	(162)	1.142	1.496	(299)	1.197	4,8
Provisão para Créd. Liquidação Duvidosa	(803)	89	(714)	(768)	245	(523)	(26,7)
Margem Financeira Líquida	501	(73)	428	728	(54)	674	57,3
Outras Receitas/Despesas Operacionais	(385)	35	(350)	(536)	27	(510)	45,5
Receitas de Prestação de Serviços	244	-	244	206	-	206	(15,7)
Despesas de Pessoal	(345)	-	(345)	(290)	-	(290)	(16,0)
Outras Despesas Administrativas	(284)	-	(284)	(257)	-	(257)	(9,3)
Despesas Tributárias	(115)	5	(111)	(113)	3	(110)	(0,6)
Result. de Particip. em Colig. e Controladas	41	-	41	34	-	34	(17,6)
Outras Receitas Operacionais	173	30	203	16	23	39	(80,8)
Outras Despesas Operacionais	(100)	-	(100)	(132)	-	(132)	31,9
Resultado Operacional	116	(38)	78	192	(28)	164	110,3
Resultado Não Operacional	142	-	142	(0)	-	(0)	-
Resultado Antes da Tributação s/ Lucro	259	(38)	220	191	(28)	164	(25,7)
Imposto de Renda e Contribuição Social	(60)	38	(22)	(7)	28	21	-
Participações Estatutária no Lucro (Prejuízo)	(46)	-	(46)	(44)	-	(44)	(3,2)
Lucro (Prejuízo) Líquido	152	-	152	140	-	140	(7,9)

1-Os ajustes referem-se a: (i) receitas de recuperação de créditos baixados para prejuízo e despesas com provisões de crédito referentes à carteira cedida com coobrigação, classificadas na linha "Operações de Crédito" que foram realocados para "Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa" e (ii) variações cambiais dos investimentos no exterior, que são contabilizadas em Outras Receitas (Despesas) Operacionais e que foram realocadas para Resultado de Instrumentos Financeiros Derivativos, bem como os efeitos fiscais e tributários da estratégia de hedge desses investimentos.

Margem Financeira Bruta

A MFB cresceu 4,8% no comparativo 2T14/1T14 e 4,7% no comparativo 1S14/1S13, mesmo diante da retração da carteira de crédito ampliada – que inclui TVM privado e garantias privadas, reflexo do foco estratégico do BV em rentabilizar seu portfólio atual de negócios.

As receitas da intermediação financeira cresceram 4,7% (R\$ 148 milhões) em relação ao 1T14, principalmente impulsionadas pelo melhor resultado com TVM e pela expansão do total de receitas com operações de crédito, que incluem as receitas de juros daqueles ativos cedidos com retenção substancial de riscos no âmbito da Resolução BACEN 3.533.

No comparativo 1S14/1S13, as receitas da intermediação financeira recuaram 1,1% (R\$ 71 milhões), principalmente devido à variação negativa no resultado de operações de câmbio. Importante observar que o total de receitas com operações de crédito cresceu 1,4% em relação ao 1S13, mesmo diante da retração de 4,8% na carteira classificada nos últimos 12 meses. Este crescimento foi impulsionado pelo melhor desempenho do negócio de financiamento de veículos, que apresentou redução da inadimplência e aumento da taxa média de juros da carteira.

Ao final de Jun/14, o saldo *off-balance* de ativos cedidos com coobrigação até Dez/11 (conforme Res. 3533) somava R\$ 2,8 bilhões, ante R\$ 6,5 bilhões em Jun/13. O BV já reconheceu as receitas associadas a esses ativos no ato da cessão, mas permanece responsável pelas despesas associadas à liquidação antecipada (pré-pagamento) desses contratos cedidos, bem como pelas despesas com provisões de crédito.

As despesas de intermediação financeira cresceram 4,6% (R\$ 93 milhões) em relação ao 1T14, principalmente por efeitos de variações cambiais, os quais são em grande parte compensados pelo uso de instrumentos financeiros derivativos (*hedge*). No comparativo 1S14/1S13, as despesas de intermediação financeira recuaram 4,1% (R\$ 176 milhões), principalmente em razão da diminuição do

saldo médio de recursos captados e da estratégia de redução de custo de *funding* por meio de cessões de ativos de crédito com coobrigação.

No 1S14, como parte da estratégia de alongamento do prazo médio de captação e redução do seu custo, o BV captou R\$ 3,9 bilhões por meio da cessão com coobrigação de R\$ 3,3 bilhões em ativos de crédito do Varejo.

O spread global bruto (NIM) alcançou 5,4% a.a. no 2T14, aumento de 50 pontos base sobre o trimestre anterior. No comparativo 1S14/1S13, o NIM registrou expansão 90 pontos base, reflexo tanto do aumento da Margem Financeira Bruta quanto da redução do saldo médio de Ativos Rentáveis.

Tabela 173. Margem Líquida de Juros e Margem de Lucro

R\$ milhões	2T13	1T14	2T14	Var. %	
				s/ 2T13	s/ 1T14
Saldo Médio de Ativos Geradores de Receitas	105.840	95.872	91.016	(14,0)	(5,1)
Saldo Médio de Passivos Geradores de Despesas	88.624	76.168	70.934	(20,0)	(6,9)
Receita Líquida de Juros ¹	747	1.256	1.343	79,9	7,0
Receitas de Juros	3.604	3.282	3.463	(3,9)	5,5
Despesas de Juros	(2.858)	(2.026)	(2.120)	(25,8)	4,6
Demais Componentes da Margem Financeira Bruta²	365	(114)	(146)	(140,0)	-
Margem Financeira Bruta	1.112	1.142	1.197	7,6	4,8
Passivos Onerosos / Ativos Rentáveis - %	83,7	79,4	77,9	(6,9)	(1,9)
Taxa de Juros s/ Saldo Médio Ativos Geradores de Receitas ³ - %	14,3	14,4	16,1	12,8	11,8
Taxa de Juros s/ Saldo Médio Passivos Geradores de Despesas ⁴ - %	13,5	11,1	12,5	(7,6)	12,9
Margem de Lucro Líquida ⁵ - %	0,8	3,3	3,6	380,4	8,1
Margem Líquida de Juros ⁶ - %	2,8	5,3	6,0	114,9	12,9
Margem Financeira Bruta / Ativos Rentáveis - % (Spread Global)	4,2	4,9	5,4	28,6	12,0

1-Definida como receita de juros menos despesas de juros.

2-Contém derivativos, contratos de assunção de dívidas, resultado de operações de câmbio, empréstimos de ouro, fundo garantidor de crédito, ganho/perda cambial no exterior e outras receitas com características de intermediação financeira.

3-Receita total de juros dividida pelo saldo médio dos ativos geradores de receita.

4-Despesa total de juros dividida pelo saldo médio de passivos geradores de despesa.

5-Diferença entre a taxa média dos ativos geradores de receita e a taxa média dos passivos geradores de despesas.

6-Receita líquida de juros dividida pelo saldo médio dos ativos geradores de receita.

Carteira de Crédito

Em Jun/14, a carteira de crédito classificada pela Resolução 2.682 atingiu R\$ 53,0 bilhões, enquanto a carteira de crédito gerenciada encerrou o 1S14 em R\$ 56,2 bilhões.

No Varejo, a carteira de crédito classificada atingiu R\$ 35,9 bilhões em Jun/14, com redução de 1,7% em relação a Mar/14. Nos últimos 12 meses, a carteira do segmento retraiu 3,3% em razão da postura mais conservadora da instituição na concessão de crédito e do foco em assegurar a qualidade e rentabilidade das novas safras.

A carteira de crédito ampliada do Atacado, que inclui garantias prestadas e TVM privado, encerrou Jun/14 com saldo de R\$ 32,3 bilhões, redução de 1,2% no trimestre e de 12,6% em 12 meses, resultado da maior disciplina no uso de capital e da revisão da estratégia de atuação no mercado de médias empresas (*“middle market”*). No final de 2013, o BV tomou a decisão de focar sua atuação no mercado de atacado em empresas com faturamento anual superior a R\$ 200 milhões e, dessa forma, tem reduzido gradativamente sua exposição ao chamado *“lower middle”*.

Tabela 174. Carteira de Crédito

R\$ milhões	Jun/13	Mar/14	Jun/14	Var. %	
				s/ Jun/13	s/ Mar/14
Pessoa Jurídica (Atacado) (a) ¹	18.648	17.315	17.163	(8,0)	(0,9)
Pessoa Física (Varejo) (b)	37.100	36.496	35.891	(3,3)	(1,7)
Veículos (CDC e Leasing)	29.710	29.981	29.586	(0,4)	(1,3)
Consignado	6.990	6.043	5.789	(17,2)	(4,2)
Outros ²	401	471	516	28,9	9,5
Carteira de Crédito Classificada (c=a+b)	55.748	53.810	53.055	(4,8)	(1,4)
Avais e Fianças Prestados (d)	12.051	9.913	10.148	(15,8)	2,4
TVM Privado e outros (e) ³	6.297	5.480	5.011	(20,4)	(8,6)
Carteira de Crédito Ampliada (f=c+d+e)	74.096	69.203	68.213	(7,9)	(1,4)
Ativos cedidos - com Coobrigação (g)	6.507	3.566	2.812	(56,8)	(21,2)
Veículos (CDC e Leasing)	4.692	2.515	1.959	(58,3)	(22,1)
Consignado	1.815	1.051	853	(53,0)	(18,8)
FIDCs (h)	1.291	548	406	(68,5)	(25,8)
Carteira de Crédito Ampliada Gerenciada (i=f+g+h)	81.893	73.318	71.431	(12,8)	(2,6)
Varejo (b+g+h)	44.898	40.610	39.109	(12,9)	(3,7)
Atacado (a+d+e)	36.996	32.708	32.322	(12,6)	(1,2)

1. Inclui operações da BV Nassau (agências no exterior); 2. Empréstimo pessoal, CDC sem garantia e Cartão de Crédito; 3. A partir do Jun/14, os ajustes a mercado de operações de crédito e arrendamento mercantil estão considerados na carteira de crédito classificada.

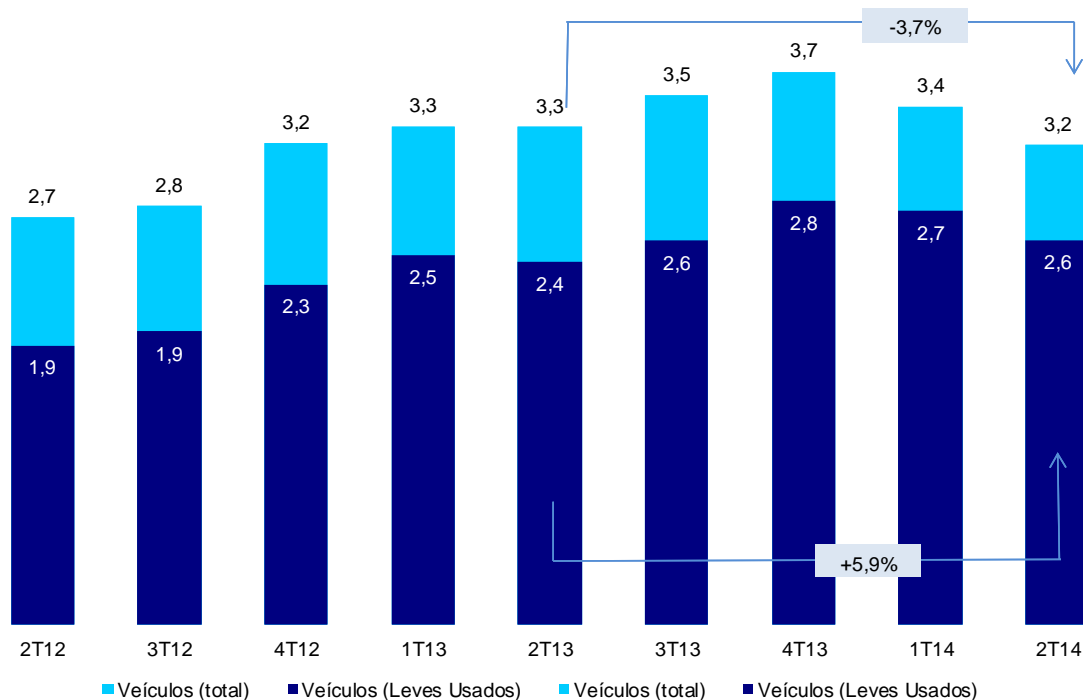
O BV também tem sido mais conservador na concessão de financiamentos de veículos, praticando prazos mais curtos e solicitando “entradas” maiores em comparação a 2010 e 2011. Adicionalmente, o BV continua a privilegiar o financiamento de veículos usados para a carteira própria, o qual é historicamente mais rentável para a BV Financeira e no qual a instituição possui reconhecida expertise.

Tabela 175. Indicadores – Veículos

	2T13	1T14	2T14
Produção			
Taxa Média por Safra - % a.a. ²	24,1	26,6	26,4
Prazo Médio por Safra – Meses	44	44	44
Valor Financiado / Valor do Bem - %	63,1	61,1	60,7
Veículos Usados / Veículos Leves - %	80,2	86,1	86,3
	Jun/13	Mar/14	Jun/14
Carteira			
Taxa Média da Carteira - % a.a. ¹	25,3	25,2	25,3
Prazo Médio da carteira – Meses	17	16	16
Valor Financiado / Valor do Bem - %	65,3	59,2	57,3
Veículos Usados / Carteira de Veículos - %	72,3	76,4	78,0
Idade Média dos Veículos (anos)	5	5	5

1-Calculada com base na carteira média trimestral.
2-Série revista no 4T13

A combinação entre os aprimoramentos nos processos e modelos de crédito e a prudência na concessão de financiamentos tem produzido resultados tangíveis. O BV está há mais de 30 meses originando financiamentos de veículos com padrão de qualidade igual ou superior à média histórica.

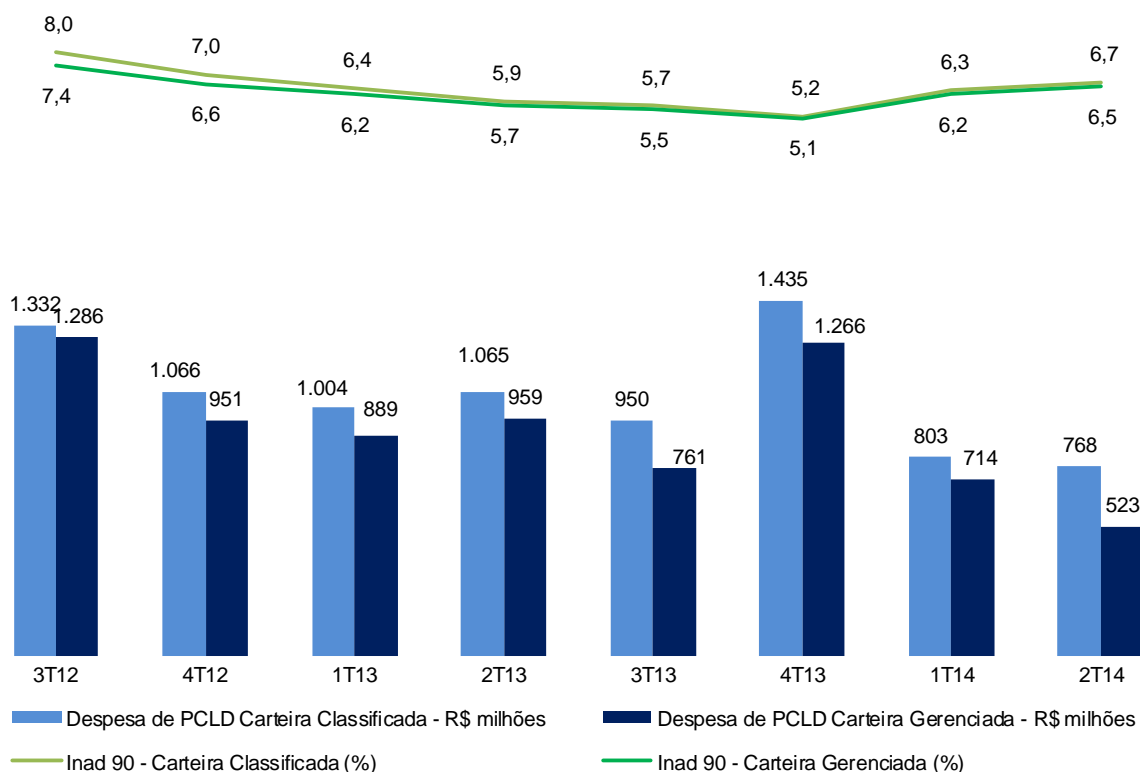
Figura 79. Originação (Fin. de Veículos e Veículos Leves Usados) – R\$ bilhões

Inadimplência e Provisão

As carteiras originadas até Jun/10 e após Set/11 já representavam 81% da carteira gerenciada de veículos leves em Jun/14, ante 62% em Jun/13, contribuindo para a melhora da inadimplência acima de 90 dias deste segmento ao longo dos últimos 12 meses (Jun/14: 6,4%; Jun/13: 6,8%).

No Consolidado, a inadimplência da carteira classificada fechou Jun/14 em 6,7%, com crescimento de 40 pontos base em relação a Mar/14. Em relação a Jun/13, o aumento foi de 80 pontos base, impactada principalmente pelo indicador do Atacado, que apresentou elevação devido ao atraso de um caso pontual – o qual está classificado no nível de risco “G”, com 90% (R\$ 541 milhões) de provisionamento.

Figura 80. PCLD Carteira Gerenciada vs PCLD Carteira Classificada



A seguir são apresentadas informações sobre inadimplência e provisão incluindo as cessões em que há retenção de risco, denominada “Carteira Gerenciada”.

A inadimplência consolidada da carteira gerenciada encerrou Jun/14 em 6,5%, com crescimento de 30 pontos base em relação a Mar/14 e de 80 pontos base sobre Jun/13, principalmente devido ao caso pontual do Atacado anteriormente citado. Desconsiderando esse caso, a inadimplência consolidada teria encerrado Jun/14 em 5,5%, 20 pontos base inferior a Jun/13.

No Varejo, a inadimplência da carteira gerenciada encerrou Jun/14 em 6,6%, praticamente estável em relação ao trimestre anterior, e 50 pontos base abaixo do indicador de Jun/13. No Atacado, a inadimplência alcançou 6,3% em Jun/14, 130 pontos base superior a Mar/14, em parte devido à retração da carteira, e em parte devido a novos casos, que já haviam sido provisionados em trimestres anteriores. Importante notar que o percentual da carteira do Atacado classificada entre AA-C (pela Resolução 2.682) alcançou 84,1% em Jun/14, ante 83,1% em Mar/14.

As despesas consolidadas com PCLD, líquidas de receitas de recuperação de crédito, reduziram 26,7% sobre o 1T14 e 33,1% no comparativo 1S14/1S13. Esta redução está principalmente relacionada ao aumento da participação das safras de melhor qualidade - originadas até Jun/10 e após Set/11, que representavam 81% da carteira de crédito gerenciada de veículos em Jun/14. No 2T14, a melhora nas despesas com PCLD também é explicada por maiores receitas de recuperação de créditos baixados para prejuízo.

Importante destacar que, apesar da redução das despesas com PCLD, o BV tem registrado importante evolução do índice de cobertura das operações de crédito vencidas há mais de 90 dias, que aumentou de 78% em Set/11 – início do processo de ajuste, para 111% em Jun/13 e 118% em Jun/14, reflexo da postura prudencial com relação a provisões.

Tabela 176. Qualidade da Carteira Gerenciada

R\$ milhões	2T13	1T14	2T14
Carteira de Crédito Gerenciada ¹	63.546	57.925	56.273
Operações Vencidas + 90 dias	3.616	3.563	3.662
Operações Vencidas + 90 dias / Carteira de Crédito Gerenciada - %	5,7%	6,2%	6,5%
Baixa para Prejuízo	(1.339)	(832)	(860)
Recuperação	103	119	223
Perda líquida	(1.236)	(713)	(636)
Perda líquida / Carteira de Crédito Gerenciada - anualizado - %	8,0%	5,0%	4,6%
New NPL²	900	1.314	959
New NPL/Carteira de Crédito Gerenciada	1,4%	2,2%	1,7%
Provisão¹	3.996	4.421	4.308
Provisão / Operações Vencidas + 90 dias - %	111%	124%	118%
Saldo AA-C	57.193	51.203	49.827
Saldo AA-C/Carteira de Crédito Gerenciada	90%	88%	89%

1-Inclui PCLD de Ativos Cedidos em Coobrigação

2-(Δ NPL trimestral + baixas para prejuízo do período)/Carteira de Crédito do Trimestre Imediatamente Anterior

Captações

O total de recursos captados alcançou R\$ 71,7 bilhões ao final de Jun/14, com redução de 5,9% nos últimos 12 meses.

Desde o início do processo de reestruturação, em Set/11, a carteira de crédito classificada do BV vem apresentando redução, o que diminuiu a necessidade de captações. No Atacado adotou-se maior disciplina no uso de capital, enquanto no Varejo moderou-se o volume de originação de crédito (em relação a 2010-2011) de forma a assegurar a qualidade e rentabilidade das novas safras.

No atual contexto de menor demanda por funding, o BV tem atuado na melhora do perfil dos recursos captados junto ao mercado. Nos últimos 12 meses, ampliou-se a participação de instrumentos mais estáveis, como Letras (LF, LCI e LCA) e operações de cessão de créditos com coobrigação (que já representam 40% do total de recursos captados), e reduziu-se o volume de depósitos a prazo (CDBs).

Tabela 177. Captações

R\$ milhões	Jun/13	Mar/14	Jun/14	Var. %	
				s/ Jun/13	s/ Mar/14
Debêntures (Operações Compromissadas)	16.351	16.696	15.841	(3,1)	(5,1)
Depósitos (CDB e Outros)	9.675	6.917	5.878	(39,2)	(15,0)
Letras	14.260	15.890	15.818	10,9	(0,5)
Letras Financeiras	11.708	13.153	12.802	9,3	(2,7)
Letras de Crédito do Agronegócio	2.357	2.568	2.496	5,9	(2,8)
Letras de Crédito Imobiliário	196	170	521	166,2	207,2
Empréstimos e Repasses	8.507	6.126	5.660	(33,5)	(7,6)
Dívida Subordinada	7.020	7.512	7.676	9,4	2,2
TVM no Exterior	7.489	6.021	6.104	(18,5)	1,4
Obrigação com cessões de crédito	10.285	13.856	13.151	27,9	(5,1)
Outras Captações¹	2.559	1.686	1.548	(39,5)	(8,2)
Total de Captações	76.146	74.705	71.677	(6)	(4)
Carteira de Crédito Classificada/Total de Captações (%)	73	72	74		

1-Inclui Box de Opções

Índice de Basileia

A partir de outubro de 2013 passou a vigorar o conjunto normativo que implementou no Brasil as recomendações do Comitê de Supervisão Bancária de Basileia relativas à estrutura de capital de instituições financeiras, conhecidas por Basileia III. O Bacen, por meio das Resoluções 4.192 e

4.193/2013, dispôs sobre a nova metodologia para apuração e os requerimentos mínimos de Patrimônio de Referência (PR), de Nível I e de Capital Principal. O requerimento mínimo de PR permanece em 11%, sendo que a exigência de Capital Nível I é de 5,5% e de Capital Principal é de 4,5%.

O Índice de Basileia encerrou Jun/14 em 15,1%, 0,6 p.p. superior ao índice de Mar/14 e 1,2 p.p. superior ao índice de 12 meses atrás. Importante ressaltar que o Capital Nível I encerrou Jun/14 em 9,9%, 0,4 p.p. superior a Mar.14 e composto integralmente de Capital Principal – evidenciando a melhora na qualidade do Capital do Banco Votorantim. Adicionalmente, cabe destacar a redução da parcela de risco de crédito nos últimos 12 meses, que reflete a disciplina no uso de capital associada à estratégia de rentabilização dos negócios atuais (vs. crescimento)

Tabela 178. Índice de Basileia

R\$ milhões	Jun/13	Mar/14	Jun/14
PR - Patrimônio de Referência	10.793	10.770	11.052
Capital Nível I	7.400	7.029	7.256
Principal	7.400	7.029	7.256
Complementar	-	-	-
Capital Nível II	3.393	3.741	3.796
RWA - Ativo Ponderado pelo Risco	77.653	74.299	73.119
Risco de Crédito	72.654	68.624	66.709
Risco de Mercado	2.435	1.513	2.248
Risco Operacional	2.565	4.162	4.162
Patrimônio Mínimo de Referência Exigido	8.542	8.173	8.043
Índice de Basileia: PR / RWA	13,9%	14,5%	15,1%
Capital Nível I	9,5%	9,5%	9,9%
Principal	9,5%	9,5%	9,9%
Complementar	-	-	-
Capital Nível II	4,4%	5,0%	5,2%

10.3 Negócios Internacionais

A presença do BB no exterior visa manter sua posição de referência para empresas e indivíduos brasileiros e sul-americanos nos mercados internacionais.

Na América Latina, o Banco Patagonia, controlado pelo BB na Argentina, apresentou ativos totais de R\$ 10 bilhões, saldo de operações de crédito de R\$ 5,6 bilhões e resultado acumulado de R\$ 353,2 milhões, no primeiro semestre de 2014. No 2T14, a Margem Financeira Bruta atingiu R\$ 236 milhões, no consolidado. O resultado, antes de impostos, do Banco Patagonia, foi de R\$ 171 milhões.

Nos EUA, o BB Americas apresentou ativos totais de R\$ 443,8 milhões, saldo de operações de crédito de R\$ 176,5 milhões e resultado acumulado de R\$ 4,4 milhões, no semestre. No 2T14, as captações da carteira de clientes PJ do BB Americas tiveram incremento de 34,7%, em relação ao 1T14. Já a carteira PF captou 32% mais recursos no mesmo período. Na comparação anual, frente ao 2T13, as captações de PJ e PF cresceram, respectivamente, 44,9% e 207,4%. Os produtos de maior destaque do Banco americano controlado pelo BB são: cartão pré-pago, cartões de crédito, cartões de débito, empréstimos, depósitos e financiamento imobiliário para residentes e não residentes.

Na Europa, permanece em curso a reestruturação das plataformas tecnológica e de negócios, com a futura integração das agências de Milão e Frankfurt ao BB Aktiengesellschaft (BB AG), subsidiária integral do Banco do Brasil S.A. na Áustria. O BB AG registrou, no segundo trimestre de 2014, R\$ 39,5 bilhões em Ativos e acumulou resultado de R\$ 19,5 milhões.

Na Ásia, a principal operação do Banco do Brasil está localizada no Japão, onde a atuação do BB está focada no atendimento às necessidades bancárias dos nipo-brasileiros residentes, do segmento *corporate*, dos nipo-peruanos e dos japoneses interessados em investimentos em reais. A estrutura de atendimento do BB em Tóquio compõe-se de uma agência de varejo, próxima ao consulado brasileiro, e uma agência *corporate*. Além dessas, o BB possui subagências nas cidades com presença significativa de brasileiros, além de uma unidade volante que se desloca entre as localidades onde não há presença física do Banco, buscando cumprir o compromisso institucional de estar próximo aos clientes.

O Banco do Brasil inaugurou, dia 30 de maio, em Xangai, a primeira agência de um banco latino-americano a obter licença para atuar na China. A estratégia em transformar o escritório em agência permitirá a ampliação negocial decorrente do incremento do intercâmbio comercial sino-brasileiro, do aumento dos investimentos chineses no Brasil e, também, da presença de transnacionais brasileiras no mercado chinês. Com a nova agência, o BB passa a buscar oportunidades de negócios no segmento de atacado, atendendo, principalmente, as demandas por produtos e serviços das empresas brasileiras com negócios com a China e as empresas chinesas com negócios com o Brasil, além dos bancos locais, grandes parceiros de negócios com o Banco do Brasil.

A tabela a seguir apresenta os saldos das principais contas patrimoniais de agências, controladas e subsidiárias no exterior, incluído o Banco Patagonia. Os valores relativos às transações entre as dependências no exterior foram eliminados e a linha Grupo BB representa o saldo das transações entre as dependências no exterior e o restante do Grupo BB no País.

Tabela 179. Saldos patrimoniais - Consolidado no Exterior

R\$ milhões	Fluxo Trimestral			Var. %	
	Jun/13	Mar/14	Jun/14	s/Jun/13	s/Mar/14
ATIVO	133.122	150.338	148.881	11,8	(1,0)
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	27.436	40.330	39.779	45,0	(1,4)
Titulos e Valores Mobiliários	8.928	12.664	13.312	49,1	5,1
Títulos Disponíveis para Negociação	1.400	2.044	1.970	40,7	(3,6)
Títulos Disponíveis para Venda	7.461	10.552	11.277	51,1	6,9
Títulos Mantidos até o Vencimento	66	68	65	(1,7)	(4,2)
Operações de Crédito	47.391	48.031	45.819	(3,3)	(4,6)
Setor Público	3.297	776	605	(81,6)	(22,1)
Setor Privado	44.094	47.254	45.214	2,5	(4,3)
Outros Ativos	5.526	4.348	5.058	(8,5)	16,3
Grupo BB	43.841	44.966	44.913	2,4	(0,1)
PASSIVO	133.122	150.338	148.881	11,8	(1,0)
Depósitos	43.276	47.464	48.355	11,7	1,9
Depósitos à Vista	6.098	5.703	6.275	2,9	10,0
Depósitos a Prazo	22.400	21.688	20.576	(8,1)	(5,1)
Depósitos Interfinanceiros	14.778	20.072	21.504	45,5	7,1
Recursos de Aceites e Emissões de Títulos	24.572	31.084	29.027	18,1	(6,6)
Obrigações por Empréstimos	12.102	17.203	16.791	38,7	(2,4)
Dívidas Subordinadas e Bônus Perpétuos	19.153	19.628	24.462	27,7	24,6
Demais Passivos	5.739	8.044	8.728	52,1	8,5
Grupo BB	20.843	18.783	14.488	(30,5)	(22,9)
Patrimônio Líquido	7.438	8.131	7.030	(5,5)	(13,5)
Atribuível à Controladora	6.783	7.499	6.429	(5,2)	(14,3)
Participação dos Não Controladores	655	632	601	(8,3)	(4,9)

Tabela 180. Consolidado no Exterior – Resultado

R\$ milhões	Fluxo Trimestral			Var. %	
	2T13	1T14	2T14	s/2T13	s/1T14
Lucro Pós Impostos, Contribuições e Participações	270	474	259	(3,9)	(45,3)
Participações dos Minoritários	(51)	(100)	(41)	(18,4)	(58,6)
Lucro Líquido	219	374	218	(0,6)	(41,8)

10.3.1 Banco Patagonia

Apresentamos nas tabelas a seguir uma seleção dos principais destaques patrimoniais, de resultado e dados estruturais do Banco Patagonia.

As operações do Banco Patagonia representaram 5,9% da carteira total de captações no exterior, em junho/14, com saldos de US\$ 1,9 bilhão na Pessoa Jurídica, US\$ 1,05 bilhão na Pessoa Física e US\$ 332 milhões nas demais modalidades. Vide Tabela 4.

Tabela 181. Banco Patagonia – Destaques Patrimoniais

R\$ milhões	Saldos			Var. %	
	Jun/13	Mar/14	Jun/14	s/Jun/13	s/Mar/14
Ativos	11.279	10.541	9.964	(11,7)	(5,5)
Operações de Crédito	7.059	5.853	5.592	(20,8)	(4,5)
Exposição ao Setor Público	102	77	66	(35,2)	(14,2)
Depósitos	8.122	6.993	6.740	(17,0)	(3,6)
Patrimônio Líquido	1.597	1.540	1.465	(8,3)	(4,9)

Tabela 182. Banco Patagonia – Saldos de Captações

R\$ milhões	Var. %				
	Jun/13	Set/13	Dez/13	Mar/14	Jun/14
Interbancário	81	81	67	57	106
Compromissadas	35	2	14	82	46
Pessoa Jurídica	2.330	2.434	2.350	2.089	1.921
Contas Especiais	-	-	-	-	-
Pessoa Física	1.243	1.283	1.248	966	1.048
Emissões	219	248	282	225	180
TOTAL	3.908	4.048	3.962	3.419	3.300

Tabela 183. Banco Patagonia – Principais Linhas do Resultado

R\$ milhões	Fluxo Trimestral			Var. %	
	2T13	1T14	2T14	s/2T13	s/1T14
Margem Financeira Bruta	242	471	236	(2,5)	(49,9)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	42	17	21	(50,4)	22,6
Receitas de Prestação de Serviços	135	94	105	(22,2)	11,7
Despesas Administrativas	189	159	159	(15,8)	0,1
Outros	50	(8)	10	(79,4)	-
Resultado Antes da Tributação s/ Lucro	196	381	171	(12,6)	(55,0)
Impostos	76	138	61	(19,5)	(55,7)
Lucro Líquido	120	243	110	(8,2)	(54,7)

Figura 81. Banco Patagonia – Série Histórica Lucro Líquido

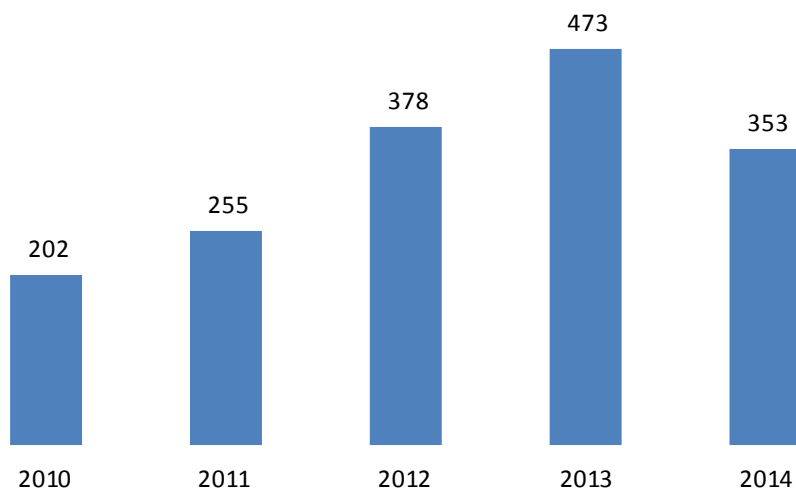


Tabela 184. Banco Patagonia – Indicadores de Rentabilidade, Capital e Crédito

%	2T13	1T14	2T14
Retorno sobre o Patrimônio Líquido	28,4	64,8	47,9
Índice de Basileia	19,3	20,6	20,6
Provisão / Operações Vencidas + 90 dias	190,6	233,4	223,0
Operações Vencidas + 90 dias / Carteira de Crédito	0,0	0,0	0,0

Tabela 185. Banco Patagonia – Destaques Operacionais e Estruturais

	Var. %				
	Jun/13	Mar/14	Jun/14	s/Jun/13	s/Mar/14
Clientes	894.219	936.873	937.124	4,8	0,0
Agências	172	174	174	1,2	-
Agências em Buenos Aires	89	91	91	2,2	-
Pontos de Atendimento	194	198	196	1,0	(1,0)
Funcionários	3.237	3.254	3.247	0,3	(0,2)

11 - Série de Demonstrações Contábeis

11.1. Balanço Patrimonial Resumido

Tabela 186. Balanço Patrimonial Ativo – Série Trimestral

R\$ milhões	Saldos							
	Set/12	Dez/12	Mar/13	Jun/13	Set/13	Dez/13	Mar/14	Jun/14
ATIVO	1.104.281	1.149.308	1.179.208	1.214.614	1.259.260	1.303.915	1.369.965	1.401.128
Circulante e Realizável a Longo Prazo	1.081.066	1.125.652	1.156.286	1.192.136	1.237.140	1.281.241	1.346.036	1.379.313
Disponibilidades	14.495	12.311	12.999	14.351	16.563	11.834	10.993	11.812
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	214.511	219.323	236.433	222.865	233.320	231.132	292.331	297.619
TVM e Instrumentos Financeiros Derivativos	180.069	184.357	182.538	192.029	195.932	201.939	196.451	208.265
Títulos Disponíveis para Negociação	67.923	74.711	76.607	79.008	78.391	84.520	82.654	88.773
Títulos Disponíveis para Venda	94.366	95.321	91.515	97.207	100.515	101.112	97.312	103.049
Títulos Mantidos até o Vencimento	16.227	12.910	13.132	13.834	15.424	14.786	14.873	15.144
Instrumentos Financeiros Derivativos	1.554	1.415	1.284	1.980	1.602	1.521	1.611	1.299
Relações Interfinanceiras	91.876	83.401	85.549	86.188	98.683	94.260	97.630	97.146
Depósitos no Banco Central	85.478	80.098	77.273	78.892	88.488	90.746	87.796	86.599
Compulsórios s/ Dep. não Remunerados	12.293	15.741	13.402	13.547	14.572	16.339	13.888	11.309
Compulsórios s/ Dep. Remunerados	73.185	64.357	63.872	65.346	73.915	74.407	73.908	75.290
Demais	6.398	3.303	8.275	7.296	10.195	3.514	9.834	10.547
Relações Interdependências	218	468	152	140	297	671	236	229
Operações de Crédito	427.030	469.713	479.621	515.431	526.081	560.203	568.565	585.824
Setor Público	8.639	12.898	14.699	19.168	23.008	29.243	27.269	31.382
Setor Privado	438.562	477.247	485.574	517.116	524.402	553.404	564.171	577.964
Vinculadas à Cessão	412	89	87	83	80	208	198	189
(PCLD)	(20.583)	(20.522)	(20.739)	(20.936)	(21.409)	(22.652)	(23.073)	(23.711)
Operações de Arrendamento Mercantil	2.111	1.883	1.631	1.521	1.352	1.291	1.123	1.074
Op. de Arrend. e Subarrend. a Receber	2.256	2.011	1.746	1.615	1.431	1.358	1.180	1.128
(PCLD de Arrendamento Mercantil)	(145)	(128)	(115)	(94)	(79)	(67)	(56)	(54)
Outros Créditos	146.211	150.288	153.675	155.906	160.609	175.777	174.578	173.108
Créditos por Avais e Fianças Honrados	104	108	106	133	138	442	425	458
Carteira de Câmbio	18.469	17.276	16.592	16.794	16.557	17.525	18.093	16.111
Rendas a Receber	1.699	1.818	1.841	1.936	2.072	2.094	2.104	2.157
Negociação e Intermediação de Valores	903	601	956	1.458	1.268	1.263	1.286	1.359
Créditos Específicos	1.234	1.264	1.293	1.324	1.357	1.390	1.433	1.469
Créditos de Seg., Previd. e Capitalização	2.277	2.194	2.521	3.058	3.634	3.757	3.840	4.068
Crédito Tributário	26.808	28.244	29.264	28.052	28.451	27.462	27.581	28.260
Ativo Atuarial	14.246	11.808	12.352	6.430	6.655	15.449	16.024	9.737
Fundo Paridade	1.715	741	765	748	760	172	168	117
Devedores por Depósitos em Garantia	27.502	28.082	29.014	30.164	31.881	33.267	34.644	35.679
Fundo Destinação Superávit - PREVI	8.337	8.458	8.375	8.484	8.501	7.794	7.935	8.046
Fundo de Destinação	2.853	2.374	1.917	1.378	1.101	-	-	-
Fundo de Contribuição	849	727	636	537	431	-	-	-
Fundo de Utilização	4.634	5.358	5.822	6.570	6.968	7.794	7.935	8.046
Diversos	44.307	51.171	52.119	58.911	60.807	67.070	62.877	67.626
(Provisão para Outros Créditos)	(1.392)	(1.476)	(1.522)	(1.572)	(1.512)	(1.908)	(1.830)	(1.979)
(Com Característica de Crédito)	(554)	(560)	(560)	(510)	(618)	(943)	(945)	(1.032)
(Sem Característica de Crédito)	(838)	(916)	(962)	(1.062)	(894)	(965)	(885)	(947)
Outros Valores e Bens	4.543	3.909	3.688	3.706	4.304	4.134	4.128	4.236
Outros Valores e Bens	531	557	567	553	579	554	657	688
(Provisões para Desvalorizações)	(173)	(195)	(207)	(195)	(185)	(165)	(161)	(159)
Despesas Antecipadas	4.186	3.547	3.327	3.348	3.910	3.746	3.632	3.708
Permanente	23.215	23.656	22.922	22.478	22.120	22.674	23.929	21.815
Investimentos	7.990	3.597	7.419	3.511	7.000	3.536	3.382	3.327
Imobilizado de Uso	5.945	6.637	6.633	6.769	6.924	7.258	7.290	7.671
Intangível	9.201	13.351	8.809	12.145	8.135	11.824	13.206	10.768
Diferido	79	70	61	52	60	56	52	48

Tabela 187. Balanço Patrimonial Ativo – Série Anual

R\$ milhões	Saldos					
	2009	2010	2011	2012	2013	CAGR - %
ATIVO	708.549	811.172	981.230	1.149.308	1.303.915	16,5
Circulante e Realizável a Longo Prazo	691.539	791.403	957.800	1.125.652	1.281.241	16,7
Disponibilidades	7.843	9.745	10.034	12.311	11.834	10,8
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	168.398	107.579	166.288	219.323	231.132	8,2
TVM e Instrumentos Financeiros Derivativos	124.337	143.867	168.230	184.357	201.939	12,9
Títulos Disponíveis para Negociação	38.274	50.445	63.257	74.711	84.520	21,9
Títulos Disponíveis para Venda	62.161	75.142	88.385	95.321	101.112	12,9
Títulos Mantidos até o Vencimento	22.439	16.656	15.191	12.910	14.786	(9,9)
Instrumentos Financeiros Derivativos	1.463	1.624	1.397	1.415	1.521	1,0
Relações Interfinanceiras	26.592	89.526	96.342	83.401	94.260	37,2
Depósitos no Banco Central	24.280	87.035	93.660	80.098	90.746	39,0
Compulsórios s/ Dep. não Remunerados	10.161	18.487	14.307	15.741	16.339	12,6
Compulsórios s/ Dep. Remunerados	14.118	68.548	79.353	64.357	74.407	51,5
Demais	2.312	2.491	2.682	3.303	3.514	11,0
Relações Interdependências	295	258	335	468	671	22,8
Operações de Crédito	261.783	317.726	379.045	469.713	560.203	20,9
Setor Público	6.388	7.184	8.486	12.898	29.243	46,3
Setor Privado	273.080	326.975	388.781	477.247	553.404	19,3
Vinculadas à Cessão	-	-	-	89	208	-
(PCLD)	(17.685)	(16.433)	(18.222)	(20.522)	(22.652)	6,4
Operações de Arrendamento Mercantil	4.701	3.857	2.851	1.883	1.291	(27,6)
Op. de Arrend. e Subarrend. a Receber	4.932	4.048	3.064	2.011	1.358	(27,6)
(PCLD de Arrendamento Mercantil)	(231)	(191)	(213)	(128)	(67)	(26,5)
Outros Créditos	95.233	114.962	129.555	150.288	175.777	16,6
Créditos por Avais e Fianças Honrados	91	75	77	108	442	48,5
Carteira de Câmbio	8.671	11.878	17.615	17.276	17.525	19,2
Rendas a Receber	563	944	1.410	1.818	2.094	38,8
Negociação e Intermediação de Valores	436	383	317	601	1.263	30,5
Créditos Específicos	932	1.030	1.146	1.264	1.390	10,5
Créditos de Seg., Previd. e Capitalização	908	1.109	1.742	2.194	3.757	42,6
Crédito Tributário	21.910	21.970	22.754	28.244	27.462	5,8
Ativo Atuarial	12.655	8.116	13.372	11.808	15.449	5,1
Fundo Paridade	-	1.778	1.608	741	172	-
Devedores por Depósitos em Garantia	21.209	23.388	25.584	28.082	33.267	11,9
Fundo Destinação Superávit - PREVI	-	7.595	8.030	8.458	7.794	-
Fundo de Destinação	-	7.595	3.684	2.374	-	-
Fundo de Contribuição	-	-	1.096	727	-	-
Fundo de Utilização	-	-	3.249	5.358	7.794	-
Diversos	29.539	38.269	37.565	51.171	67.052	22,7
(Provisão para Outros Créditos)	(1.682)	(1.572)	(1.665)	(1.476)	(1.908)	3,2
(Com Característica de Crédito)	(702)	(690)	(580)	(560)	(943)	7,7
(Sem Característica de Crédito)	(980)	(882)	(1.085)	(916)	(965)	(0,4)
Outros Valores e Bens	2.358	3.884	5.120	3.909	4.134	15,1
Outros Valores e Bens	364	388	468	557	554	11,1
(Provisões para Desvalorizações)	(176)	(177)	(188)	(195)	(165)	(1,6)
Despesas Antecipadas	2.170	3.673	4.840	3.547	3.746	14,6
Permanente	17.010	19.770	23.430	23.656	22.674	7,5
Investimentos	6.645	8.128	7.973	3.597	3.536	(14,6)
Imobilizado de Uso	4.216	4.904	5.589	6.637	7.258	14,5
Intangível	5.677	6.452	9.736	13.351	11.824	20,1
Diferido	472	286	132	70	56	(41,4)

Tabela 188. Balanço Patrimonial Passivo – Série Trimestral

R\$ milhões	Saldos							
	Set/12	Dez/12	Mar/13	Jun/13	Set/13	Dez/13	Mar/14	Jun/14
PASSIVO	1.104.281	1.149.308	1.179.208	1.214.614	1.259.260	1.303.915	1.369.965	1.401.128
Circulante e Exigível a Longo Prazo	1.041.317	1.087.421	1.116.693	1.149.504	1.192.915	1.231.256	1.296.027	1.328.921
Depósitos	476.073	472.085	468.208	478.334	470.906	491.013	482.237	479.883
Depósitos à Vista	61.486	74.760	68.693	72.204	69.191	75.818	72.054	69.377
Depósitos de Poupança	112.098	117.744	122.589	129.003	134.216	140.728	144.111	146.461
Depósitos Interfinanceiros	15.733	16.569	17.879	19.915	21.013	27.155	27.447	28.842
Depósitos a Prazo	286.756	263.013	259.047	257.213	246.486	247.311	238.625	235.203
Captações no Mercado Aberto	214.430	225.787	240.688	238.020	243.911	239.465	282.553	289.099
Oper. Compromissadas com Títulos Privados	8.444	9.554	9.170	14.974	25.646	33.562	28.801	30.914
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	53.737	70.670	76.333	86.526	110.230	123.053	140.893	149.692
Letras de Crédito do Agronegócio	22.807	34.005	39.252	48.182	67.165	79.154	89.034	99.647
Letras de Crédito Imobiliário	76	70	121	451	2.947	3.487	8.144	8.482
Demais Letras Bancárias	9.476	9.853	9.548	9.585	9.180	9.528	9.704	9.569
Obrigações por TVM no Exterior	21.379	26.743	27.412	28.307	30.937	30.885	33.996	31.994
Relações Interfinanceiras	3.280	24	3.156	2.984	4.991	35	4.792	5.184
Relações Interdependências	2.127	5.180	2.572	2.561	2.553	4.826	2.664	3.929
Obrigações por Empréstimos	13.398	14.081	14.090	15.327	15.639	17.315	18.962	18.646
Empréstimos no País - Outras Instituições	408	409	412	423	293	299	293	293
Empréstimos no Exterior	12.989	13.672	13.679	14.904	15.347	17.016	18.669	18.353
Obrigações por Repasses do País - Inst. Oficiais	52.763	63.519	65.801	69.992	82.003	87.105	91.332	93.020
Tesouro Nacional	1.033	713	697	691	649	537	461	436
BNDES	32.195	41.763	41.628	42.762	42.814	43.968	43.813	43.785
CEF	607	895	1.145	1.911	2.988	4.220	6.026	8.046
Finame	18.438	19.494	21.753	24.184	25.538	28.477	30.363	30.958
Outras Instituições	490	653	578	444	10.014	9.903	10.669	9.794
Obrigações por Repasses do Exterior	96	87	76	77	0	24	20	0
Instrumentos Financeiros Derivativos	3.624	3.439	3.467	4.151	4.576	3.694	3.924	3.771
Outras Obrigações	221.790	232.548	242.301	251.533	258.107	264.726	268.650	285.698
Cobrança e Arrec. de Trib. e Assemelhados	5.121	419	3.813	5.428	5.514	358	6.037	5.993
Carteira de Câmbio	25.067	26.404	23.798	19.104	17.971	21.495	19.577	18.663
Sociais e Estatutárias	1.521	1.818	777	3.626	2.064	1.413	718	1.088
Fiscais e Previdenciárias	30.050	30.924	27.893	28.282	29.608	28.877	24.162	22.782
Negociação e Intermediação de Valores	1.190	1.231	2.645	2.744	2.927	2.069	2.322	1.456
Prov. Técnicas de Seg., Prev. e Capitalização	55.187	60.234	64.229	67.975	72.102	77.729	81.620	89.553
Fundos Financeiros e de Desenvolvimento	4.667	5.089	5.455	5.838	6.000	7.661	7.731	8.405
Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida	15.138	15.061	19.141	20.254	20.455	12.385	12.367	12.224
Operações Especiais	2	2	2	2	2	2	2	2
Dívida Subordinada	40.252	40.676	46.680	48.558	49.393	51.048	52.876	52.187
Passivo Atuarial	9.029	10.092	10.174	9.297	9.400	6.334	6.457	5.790
Diversas	34.568	40.602	37.695	40.427	42.672	46.866	46.552	51.230
Instrumentos de Dívidas Elegíveis a Capital	-	-	-	-	-	8.490	8.230	16.327
Resultados de Exercícios Futuros	350	387	394	388	420	434	422	416
Patrimônio Líquido	62.614	61.499	62.121	64.721	65.924	72.225	73.517	71.791
Capital	33.123	48.400	48.400	48.400	48.400	54.000	54.000	54.000
Reservas de Capital	-	-	-	6	6	6	10	11
Reservas de Reavaliação	5	5	5	5	5	5	5	5
Reservas de Lucros	27.030	16.132	15.827	22.148	21.979	19.972	19.647	23.260
Ajustes de Avaliação Patrimonial	71	(3.150)	(4.057)	(7.713)	(7.653)	(3.132)	(3.088)	(6.667)
Planos de Benefícios	(1.490)	(4.571)	(4.571)	(7.541)	(7.541)	(2.671)	(2.671)	(6.240)
Lucros ou Prejuízos Acumulados	1.989	-	-	-	1.799	-	1.898	-
(Ações em Tesouraria)	(162)	(461)	(461)	(602)	(999)	(1.324)	(1.439)	(1.558)
Participações Minoritárias nas Controladas	559	574	580	2.479	2.388	2.698	2.483	2.741

Tabela 189. Balanço Patrimonial Passivo – Série Anual

R\$ milhões	Saldos					CAGR - %
	2009	2010	2011	2012	2013	
PASSIVO	708.549	811.172	981.230	1.149.308	1.303.915	16,5
Circulante e Exigível a Longo Prazo	672.429	760.432	922.467	1.087.421	1.231.256	16,3
Depósitos	337.564	376.851	442.386	472.085	491.013	9,8
Depósitos à Vista	56.459	63.503	62.016	74.760	75.818	7,6
Depósitos de Poupança	75.742	89.288	100.110	117.744	140.728	16,8
Depósitos Interfinanceiros	11.619	18.998	14.450	16.569	27.155	23,6
Depósitos a Prazo	193.516	204.652	265.809	263.013	247.311	6,3
Depósitos para Investimentos	229	410	-	-	-	-
Captações no Mercado Aberto	160.821	142.175	195.175	225.787	239.465	10,5
Oper. Compromissadas com Títulos Privados	858	-	664	9.554	33.562	150,1
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	7.362	13.486	32.323	70.670	123.053	102,2
Letras de Crédito do Agronegócio	-	1.170	7.422	34.005	79.154	-
Letras de Crédito Imobiliário	360	10	9	70	3.487	76,5
Demais Letras Bancárias	2.405	3.135	8.708	9.853	9.528	41,1
Obrigações por TVM no Exterior	4.597	9.172	16.185	26.743	30.885	61,0
Relações Interfinanceiras	21	18	24	24	35	13,0
Relações Interdependências	3.229	3.688	3.819	5.180	4.826	10,6
Obrigações por Empréstimos	6.370	8.598	12.257	14.081	17.315	28,4
Empréstimos no País - Outras Instituições	-	-	121	409	299	-
Empréstimos no Exterior	6.370	8.598	12.136	13.672	17.016	27,8
Obrig. por Repasses do País - Inst. Oficiais	31.390	50.764	50.991	63.519	87.105	29,1
Tesouro Nacional	2.101	1.549	1.722	713	537	(28,9)
BNDES	19.630	26.978	28.978	41.763	43.968	22,3
CEF	146	147	338	895	4.220	131,8
Finame	8.381	14.046	17.506	19.494	28.477	35,8
Outras Instituições	1.133	8.043	2.446	653	9.903	72,0
Obrigações por Repasses do Exterior	99	97	102	87	24	(29,5)
Instrumentos Financeiros Derivativos	4.724	5.297	3.621	3.439	3.694	(6,0)
Outras Obrigações	120.848	159.459	181.768	232.548	264.726	21,7
Cobrança e Arrec. de Trib. e Assemelhados	377	297	360	419	358	(1,3)
Carteira de Câmbio	12.174	29.506	28.416	26.404	21.495	15,3
Sociais e Estatutárias	2.625	1.992	2.122	1.818	1.413	(14,3)
Fiscais e Previdenciárias	24.297	27.613	28.057	30.924	28.877	4,4
Negociação e Intermediação de Valores	528	1.676	836	1.231	2.069	40,7
Prov. Técnicas de Seg., Prev. e Capitalização	17.339	32.369	45.023	60.234	77.729	45,5
Fundos Financeiros e de Desenvolvimento	4.135	3.568	4.002	5.089	7.661	16,7
Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida	3.516	3.361	2.846	15.061	12.385	37,0
Operações Especiais	206	-	2	2	2	(68,1)
Dívida Subordinada	18.553	23.412	30.885	40.676	51.048	28,8
Passivo Atuarial	6.374	6.907	7.142	10.092	6.334	(0,2)
Diversas	30.725	28.757	32.077	40.600	46.864	11,1
Instrumentos de Dívidas Elegíveis a Capital	-	-	-	-	8.490	-
Resultados de Exercícios Futuros	-	300	347	387	434	-
Patrimônio Líquido	36.119	50.441	58.416	61.499	72.225	18,9
Capital	18.567	33.078	33.123	48.400	54.000	30,6
Reservas de Capital	5	-	-	-	6	2,3
Reservas de Reavaliação	7	6	5	5	5	(9,3)
Reservas de Lucros	17.301	16.889	24.121	16.132	19.972	3,7
Ajustes de Avaliação Patrimonial	270	467	724	(3.150)	(3.132)	-
Planos de Benefícios	-	-	-	(4.571)	(2.671)	-
Lucros ou Prejuízos Acumulados	-	-	-	-	-	-
(Ações em Tesouraria)	(31)	(0)	(0)	(461)	(1.324)	155,3
Participações Minoritárias nas Controladas	0	0	444	574	2.698	1.074,7

11.2. Demonstração Resumida do Resultado Societário

Tabela 190. Demonstração Resumida do Resultado – Série Trimestral

R\$ milhões	Fluxo Trimestral							
	3T12	4T12	1T13	2T13	3T13	4T13	1T14	2T14
Receitas da Intermediação Financeira	25.030	24.855	24.388	28.310	28.204	31.345	31.112	32.676
Operações de Crédito ¹	16.756	17.449	17.191	18.278	18.836	20.113	20.087	21.035
Operações Arrendamento Mercantil	97	(22)	41	40	50	44	38	36
Resultado de Operações com TVM	6.623	6.255	5.872	7.531	7.613	8.954	8.827	9.839
Result. Instrum. Finan. Derivativos	(206)	(409)	(305)	1.195	(123)	389	(93)	(632)
Resultado de Operações de Câmbio	116	168	398	(72)	297	(17)	426	437
Resultado de Aplicações Compulsórias	1.388	1.117	990	1.069	1.253	1.394	1.420	1.467
Op. Venda / Transf. Ativos Financ.	87	89	74	148	115	200	173	167
Result. Fin. Oper. Seg., Previ. e Cap.	168	207	128	119	163	267	235	326
Despesas da Intermediação Financeira	(17.573)	(16.494)	(16.307)	(22.227)	(20.596)	(24.750)	(23.208)	(24.994)
Operações de Captação no Mercado ¹	(12.738)	(12.047)	(12.061)	(13.117)	(14.772)	(16.676)	(17.856)	(19.260)
Op. Emprést., Cessões e Repasses	(1.220)	(1.125)	(1.022)	(4.816)	(1.949)	(3.398)	(944)	(975)
PCLD	(3.615)	(3.323)	(3.225)	(4.294)	(3.875)	(4.676)	(4.407)	(4.759)
Result. Bruto Interm. Financeira	7.456	8.361	8.081	6.083	7.608	6.595	7.904	7.681
Outras Rec.(Desp.) Operacionais	(3.838)	(3.029)	(3.997)	(3.740)	(3.349)	(2.659)	(3.171)	(2.924)
Receitas de Prestação de Serviços	3.591	3.784	3.822	4.241	4.178	4.514	4.189	4.553
Rendas de Tarifas Bancárias	1.689	1.700	1.566	1.677	1.641	1.663	1.552	1.616
Despesas de Pessoal	(4.183)	(4.406)	(4.542)	(4.523)	(4.439)	(4.916)	(4.676)	(4.701)
Outras Despesas Administrativas ^{2 3}	(3.859)	(4.126)	(3.824)	(4.036)	(3.738)	(4.800)	(4.338)	(4.170)
Outras Despesas Tributárias	(1.109)	(1.154)	(1.148)	(1.160)	(1.208)	(1.244)	(1.009)	(1.327)
Result. Part. Colig. e Controladas	(8)	(76)	(190)	519	52	225	(518)	(188)
Result. Op. Seg., Prev. e Capitalização	595	629	717	809	825	879	1.002	1.101
Outras Receitas Operacionais ¹	1.660	2.497	1.971	1.473	1.862	2.857	4.024	3.187
Outras Despesas Operacionais ^{1 2 3}	(2.214)	(1.876)	(2.369)	(2.740)	(2.522)	(1.836)	(3.396)	(2.995)
Resultado Operacional	3.619	5.332	4.083	2.342	4.259	3.935	4.733	4.757
Resultado Não Operacional	60	1.099	9	9.897	45	225	98	36
Resultado Antes Tributação s/ Lucro	3.679	6.431	4.093	12.239	4.304	4.160	4.831	4.793
IR e CS	(522)	(1.826)	(1.126)	(3.581)	(993)	(294)	(1.437)	(1.237)
Participações Estatutárias no Lucro	(386)	(600)	(373)	(966)	(378)	(486)	(394)	(401)
Participações Minoritárias	(44)	(37)	(37)	(220)	(229)	(354)	(322)	(326)
Lucro Líquido	2.728	3.967	2.557	7.472	2.704	3.025	2.678	2.829

1-Série ajustada desde 1T12, de modo a refletir as realocações referentes a Receitas de Equalização de Taxas Agrícolas e Despesas de Captação – Dívida Subordinada e IHCD. Tais valores passaram a compor o saldo das linhas de Operações de Crédito e Op. de Captação de Mercado, respectivamente nas demonstrações contábeis.

2-Série ajustada desde 1T12. As despesas com Demandas Judiciais, antes contabilizadas em Outras Despesas Administrativas, passaram a ser contabilizadas em Outras Despesas Operacionais.

3-Série contém valores referentes às despesas com amortização de ágio.

Tabela 191. Demonstração Resumida do Resultado – Série Anual

R\$ milhões	Fluxo Anual					
	2009	2010	2011	2012	2013	CAGR - %
Receitas da Intermediação Financeira	63.138	78.035	99.661	103.456	112.246	15,5
Operações de Crédito ¹	40.368	50.960	61.998	69.489	74.418	16,5
Operações Arrendamento Mercantil	647	814	616	346	175	(27,9)
Resultado de Operações com TVM	21.350	23.238	30.849	27.982	29.970	8,8
Result. Instrum. Finan. Derivativos	(1.223)	(2.239)	(1.461)	(1.434)	1.156	-
Resultado de Operações de Câmbio	686	1.083	(374)	147	606	(3,1)
Resultado de Aplicações Compulsórias	816	3.586	7.231	5.925	4.706	55,0
Op. Venda / Transf. Ativos Financ.	-	-	-	246	537	-
Result. Fin. Oper. Seg., Previ. e Cap.	494	592	803	755	678	8,2
Despesas da Intermediação Financeira	(45.052)	(52.473)	(73.554)	(73.401)	(83.880)	16,8
Operações de Captação no Mercado ¹	(30.146)	(38.756)	(54.370)	(52.153)	(56.626)	17,1
Op. Emprést., Cessões e Repasses	(2.510)	(3.473)	(7.210)	(7.376)	(11.185)	45,3
PCLD	(12.396)	(10.244)	(11.975)	(13.872)	(16.070)	6,7
Result. Bruto Interm. Financeira	18.086	25.562	26.107	30.055	28.366	11,9
Outras Rec.(Desp.) Operacionais	(4.494)	(7.151)	(7.600)	(12.828)	(13.746)	32,2
Receitas de Prestação de Serviços	10.172	10.777	12.213	14.486	16.754	13,3
Rendas de Tarifas Bancárias	3.339	5.396	6.028	6.586	6.547	18,3
Despesas de Pessoal	(11.838)	(13.020)	(14.913)	(16.503)	(18.419)	11,7
Outras Despesas Administrativas ^{2 3}	(11.215)	(12.453)	(12.511)	(15.488)	(16.399)	10,0
Outras Despesas Tributárias	(3.333)	(3.750)	(4.259)	(4.416)	(4.759)	9,3
Result. Part. Colig. e Controladas	(991)	(46)	455	264	606	-
Result. Op. Seg., Prev. e Capitalização	1.574	1.888	2.265	2.349	3.230	19,7
Outras Receitas Operacionais ¹	16.974	13.788	12.978	8.346	8.163	(16,7)
Outras Despesas Operacionais ^{1 2 3}	(9.177)	(9.731)	(9.856)	(8.450)	(9.467)	0,8
Resultado Operacional	13.592	18.410	18.507	17.227	14.620	1,8
Resultado Não Operacional	1.844	370	225	1.210	10.176	53,3
Resultado Antes Tributação s/ Lucro	15.435	18.781	18.732	18.437	24.796	12,6
IR e CS	(3.903)	(5.321)	(4.722)	(4.241)	(5.993)	11,3
Participações Estatutárias no Lucro	(1.385)	(1.756)	(1.791)	(1.835)	(2.204)	12,3
Participações Minoritárias	(1)	0	(93)	(156)	(840)	514,6
Lucro Líquido	10.148	11.703	12.126	12.205	15.758	11,6

1-Série Ajustada desde 2012. As despesas com Demandas Judiciais, antes contabilizadas em Outras Despesas Administrativas, passaram a ser contabilizadas em Outras Despesas Operacionais.

2-Série ajustada desde 2012. As despesas com Demandas Judiciais, antes contabilizadas em Outras Despesas Administrativas, passaram a ser contabilizadas em Outras Despesas Operacionais.

3-Série contém valores referentes às despesas com amortização de ágio.

11.3. Demonstração do Resultado com Realocações

Tabela 192. Demonstração do Resultado com Realocações – Série Trimestral

R\$ milhões	Fluxo Trimestral							
	3T12	4T12	1T13	2T13	3T13	4T13	1T14	2T14
Receitas da Intermediação Financeira	25.084	24.868	24.004	29.461	28.322	31.858	30.568	32.522
Operações de Crédito	16.756	17.449	17.191	18.278	18.836	20.113	19.907	21.100
Operações de Arrendamento Mercantil	97	(22)	41	40	50	44	38	36
Resultado de Operações com TVM	6.623	6.255	5.872	7.531	7.613	8.954	8.827	9.839
Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos	(206)	(409)	(305)	1.195	(123)	389	(93)	(632)
Resultado de Operações de Câmbio	116	168	398	(72)	297	(17)	426	437
Resultado das Aplicações Compulsórias	1.388	1.117	990	1.069	1.253	1.394	1.420	1.467
Operações de Venda ou de Transferência de Ativos Financeiros	87	89	74	148	115	200	173	167
Res. Fin. das Op. de Seg., Previd. e Capitalização	168	207	128	119	163	267	235	326
Ganho(Perda) Cambial s/ PL no Exterior	21	(9)	(187)	521	23	227	(480)	(201)
Outras Rec. Op. com Caract. de Intern.	(1)	(3)	(115)	239	19	23	306	101
Hedge Fiscal	34	25	(82)	391	76	263	(189)	(118)
Despesa da Intermediação Financeira	(13.833)	(12.835)	(13.053)	(17.850)	(16.670)	(20.010)	(18.738)	(20.170)
Operações de Captação no Mercado	(12.613)	(11.950)	(12.032)	(13.033)	(14.721)	(16.613)	(17.793)	(19.195)
Operações de Empréstimo, Cessões e Repasses	(1.220)	(885)	(1.022)	(4.816)	(1.949)	(3.398)	(944)	(975)
Margem Financeira Bruta	11.251	12.033	10.950	11.611	11.652	11.848	11.830	12.353
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(3.764)	(3.636)	(3.275)	(4.216)	(3.915)	(4.188)	(4.187)	(4.570)
Margem Financeira Líquida	7.488	8.398	7.676	7.395	7.737	7.660	7.644	7.783
Rendas de Tarifas	5.280	5.484	5.387	5.917	5.819	6.177	5.741	6.169
Receitas de Prestação de Serviços	3.591	3.784	3.822	4.241	4.178	4.514	4.189	4.553
Rendas de Tarifas Bancárias	1.689	1.700	1.566	1.677	1.641	1.663	1.552	1.616
Res. de Op. com Seg., Prev. e Capitalização	595	629	717	809	825	879	1.002	1.101
Despesas Tributárias s/ Faturamento	(1.049)	(1.088)	(1.056)	(1.113)	(1.122)	(1.177)	(1.154)	(1.231)
Margem de Contribuição	12.315	13.422	12.724	13.009	13.259	13.538	13.232	13.821
Despesas Administrativas	(7.123)	(7.499)	(7.049)	(7.311)	(7.399)	(8.432)	(7.729)	(7.819)
Despesas de Pessoal	(4.001)	(4.211)	(4.058)	(4.196)	(4.166)	(4.673)	(4.476)	(4.465)
Outras Despesas Administrativas	(3.122)	(3.288)	(2.992)	(3.115)	(3.233)	(3.758)	(3.253)	(3.354)
Outras Despesas Tributárias	(64)	(68)	(82)	(89)	(94)	(95)	(94)	(83)
Resultado Comercial	5.128	5.855	5.592	5.608	5.766	5.011	5.409	5.919
Risco Legal	(463)	(219)	(501)	(440)	(422)	(220)	(567)	(401)
Demandas Cíveis	(281)	(23)	(163)	(114)	(204)	23	(262)	(216)
Demandas Trabalhistas	(182)	(196)	(337)	(326)	(218)	(243)	(305)	(185)
Outros Componentes do Resultado	(761)	(590)	(851)	(1.092)	(1.185)	(723)	(713)	(557)
Resultado de Participação em Coligadas e Controladas	(29)	(67)	(3)	(2)	28	(2)	(38)	13
Res. De Outras Receitas/Despesas Operacionais	(731)	(523)	(848)	(1.090)	(1.213)	(721)	(675)	(571)
Outras Receitas Operacionais	1.368	1.578	1.471	1.429	1.523	2.131	2.031	1.923
PREVI	287	287	187	187	112	112	446	446
Outras Despesas Operacionais	(2.386)	(2.389)	(2.505)	(2.706)	(2.848)	(2.964)	(3.151)	(2.940)
Resultado Operacional	3.904	5.046	4.240	4.076	4.160	4.068	4.130	4.960
Resultado Não Operacional	60	(4)	9	77	45	37	98	36
Resultado Antes da Trib. s/ o Lucro	3.964	5.042	4.250	4.153	4.204	4.105	4.228	4.996
IR e Contribuição Social	(891)	(1.324)	(1.138)	(929)	(998)	(889)	(1.107)	(1.248)
Benefício Fiscal de JCP	327	338	302	321	355	349	353	360
Participações Estatutárias no Lucro	(372)	(500)	(390)	(369)	(368)	(438)	(362)	(421)
Participações Minoritárias	(44)	(37)	(37)	(220)	(229)	(354)	(322)	(326)
Lucro Líquido Ajustado	2.657	3.180	2.685	2.634	2.610	2.424	2.436	3.002
Itens Extraordinários	70	787	(128)	4.838	94	602	241	(173)
Planos Econômicos	(255)	(167)	(348)	16	(295)	(56)	(343)	(328)
Eficiência Tributária	244	-	-	142	-	-	260	-
Reversão de PCLD Adicional	-	476	-	38	-	(267)	-	(143)
PCLD Extraordinária BV	-	-	-	-	-	(166)	-	-
Alienação de Imóveis	-	1.103	-	-	-	-	-	-
Provisão para CCV	-	-	(186)	-	-	-	-	-
Reconciliação de Demandas Legais	-	-	303	-	-	-	-	-
Alienação Ações BB Seguridade	-	-	-	9.820	-	-	-	-
Despesa com Alienação de Ações da BB Seguridade	-	-	-	(172)	-	-	-	-
Provisão Extraordinária para Demandas Contingentes	-	-	-	(1.267)	462	401	133	163
Alienação de ações da Itapebi	-	-	-	-	-	188	-	-
Refis	-	-	-	-	-	587	-	-
Provisão Demandas Legais - Aj. de Parâmetros e Políticas de Acordos	-	-	-	-	-	-	385	-
Efeitos Fiscais e de PLR sobre Itens Extraordinários	81	(625)	102	(3.739)	(73)	(86)	(193)	135
Lucro Líquido	2.728	3.967	2.557	7.472	2.704	3.025	2.678	2.829

Tabela 193. Demonstração do Resultado com Realocações– Série Anual

R\$ milhões	Fluxo Anual					CAGR - %
	2009	2010	2011	2012	2013	
Receitas da Intermediação Financeira	65.182	80.436	102.849	104.525	113.645	14,9
Operações de Crédito	41.509	53.405	64.486	69.489	74.418	15,7
Operações de Arrendamento Mercantil	647	814	616	346	175	(27,9)
Resultado de Operações com TVM	21.350	23.238	30.849	27.982	29.970	8,8
Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos	(1.223)	(2.239)	(1.461)	(1.434)	1.156	-
Resultado de Operações de Câmbio	686	1.083	(374)	147	606	(3,1)
Resultado das Aplicações Compulsórias	816	3.586	7.231	5.925	4.706	55,0
Operações de Venda ou de Transferência de Ativos Finan	-	-	-	246	537	-
Res. Fin. das Op. de Seg., Previd. e Capitalização	494	592	803	755	678	8,2
Ganho(Perda) Cambial s/ PL no Exterior	(1.042)	(149)	433	357	585	-
Outros Rec. Op. com Caract. de Interm.	2.721	252	(75)	397	166	(50,3)
Hedge Fiscal	(776)	(147)	341	315	648	-
Despesa da Intermediação Financeira	(32.269)	(42.038)	(62.019)	(58.796)	(67.584)	20,3
Operações de Captação no Mercado	(29.759)	(38.565)	(54.809)	(51.660)	(56.399)	17,3
Operações de Empréstimo, Cessões e Repasses	(2.510)	(3.473)	(7.210)	(7.136)	(11.185)	45,3
Margem Financeira Bruta	32.913	38.398	40.830	45.729	46.061	8,8
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(11.629)	(10.675)	(11.827)	(14.651)	(15.594)	7,6
Margem Financeira Líquida	21.284	27.724	29.003	31.078	30.468	9,4
Rendas de Tarifas	13.511	16.173	18.242	21.071	23.301	14,6
Receitas de Prestação de Serviços	10.172	10.777	12.213	14.486	16.754	13,3
Rendas de Tarifas Bancárias	3.339	5.396	6.028	6.586	6.547	18,3
Res. de Op. com Seg., Prev. e Capitalização	1.574	1.888	2.265	2.349	3.230	19,7
Despesas Tributárias s/ Faturamento	(3.149)	(3.627)	(4.081)	(4.183)	(4.469)	9,1
Margem de Contribuição	33.220	42.157	45.429	50.315	52.530	12,1
Despesas Administrativas	(19.185)	(22.565)	(24.752)	(28.194)	(30.191)	12,0
Despesas de Pessoal	(10.280)	(12.244)	(13.943)	(15.777)	(17.093)	13,6
Outras Despesas Administrativas	(8.905)	(10.322)	(10.809)	(12.417)	(13.098)	10,1
Outras Despesas Tributárias	(100)	(107)	(216)	(268)	(361)	37,9
Resultado Comercial	13.936	19.484	20.461	21.854	21.978	12,1
Risco Legal	(502)	(1.076)	(860)	(1.539)	(1.582)	33,3
Demandas Cíveis	(242)	(427)	(135)	(813)	(459)	17,4
Demandas Trabalhistas	(260)	(649)	(724)	(726)	(1.124)	44,2
Outros Componentes do Resultado	332	(908)	(687)	(2.539)	(3.851)	-
Resultado de Participação em Coligadas e Controladas	51	102	22	(94)	21	(20,1)
Res. De Outras Receitas/Despesas Operacionais	281	(1.010)	(709)	(2.445)	(3.872)	-
Outras Receitas Operacionais	6.843	4.999	5.939	5.795	6.553	(1,1)
PREVI	1.193	4.299	2.981	1.355	598	(15,8)
Outras Despesas Operacionais	(7.755)	(10.309)	(9.629)	(9.595)	(11.023)	9,2
Resultado Operacional	13.766	17.500	18.914	17.776	16.544	4,7
Resultado Não Operacional	78	43	56	107	167	21,1
Resultado Antes da Trib. s/ o Lucro	13.844	17.543	18.970	17.883	16.712	4,8
IR e Contribuição Social	(4.155)	(5.242)	(5.388)	(4.455)	(3.954)	(1,2)
Benefício Fiscal de JCP	743	961	1.221	1.342	1.326	15,6
Participações Estatutárias no Lucro	(1.157)	(1.637)	(1.737)	(1.745)	(1.565)	7,8
Participações Minoritárias	(26)	0	(93)	(156)	(840)	137,5
Lucro Líquido Ajustado	8.506	10.664	11.751	11.528	10.353	5,0
Itens Extraordinários	1.642	1.039	375	678	5.405	34,7
Alienação de Participações	141	214	169	-	-	-
Planos Econômicos	157	(371)	(103)	(968)	(683)	-
Cessão de Créditos	633	-	-	-	-	-
Eficiência Tributária	-	460	386	244	142	-
Passivos Contingentes BESC	-	250	-	-	-	-
Reversão de PCLD Adicional	(676)	332	-	699	(229)	(23,7)
PCLD Extraordinária BV	-	-	-	-	(166)	-
Provisão para Demandas Trabalhistas, Cíveis e Fiscais	(1.367)	-	-	-	-	-
Créditos tributários - Diferencial de Alíquota CSLL	1.213	-	-	-	-	-
Alienação de Investimentos Visanet Brasil	1.625	-	-	-	-	-
Despesas com Plano de Desligamento Voluntário - BNC	(215)	-	-	-	-	-
Reversão de Passivos Trabalhistas	644	568	-	-	-	-
Ganho de Capital BB Seguros Participações	-	114	-	-	-	-
Alienação de Imóveis	-	-	-	1.103	-	-
Provisão para CCV	-	-	-	-	(186)	-
Reconciliação de Demandas Legais	-	-	-	-	303	-
Alienação de Ações da BB Seguridade	-	-	-	-	9.820	-
Despesa com Alienação de Ações da BB Seguridade	-	-	-	-	(172)	-
Provisão Extraordinária com Demandas Contingentes	-	-	-	-	(404)	-
Alienação Itapebi	-	-	-	-	188	-
Refis	-	-	-	-	587	-
Efeitos Fiscais e de PLR sobre Itens Extraordinários	(513)	(527)	(78)	(401)	(3.796)	64,9
Lucro Líquido	10.148	11.703	12.126	12.205	15.758	11,6

Vice-Presidência de Gestão Financeira e Relações com Investidores

Vice-Presidente

Ivan de Souza Monteiro

Gerente de Relações com Investidores

Leonardo Silva de Loyola Reis

Gerente Executivo

Gisele Campana Rodrigues

Gerentes de Divisão

Heverton Masaru Ono

João Domingos Cicarini Júnior

Joaquim Camilo de Castro

Assessores

Adriano Gonçalves de Souza

Bruno Santos Garcia

Caroline Cristina L. A. Gotti

Carlos Vieira do Nascimento

Cleber Antonio Lima Rentroia

Daniela Priscila da Silva

Debora Stefani

Diogo Simas Machado

Eva Maria Gitirana de Oliveira

Fabiola Lopes Ribeiro

Felipe de Mello Pimentel

Fernando Mascarenhas de Oliveira

Filipe Cardoso Duda

Glauco Ribeiro Barbirato Tavares

Gustavo Correia de Brito

Janaína Marques Storti

Jefferson Guarnieri Aquino

Joabel Martins de Oliveira

Livia Marcia de Paula Oliveira Singh

Mariana Reschke da Cunha

Peterson Luiz Barbosa

Regina Knysak

Vilmar Francisco Thewes



KPMG Auditores Independentes
SBS - Qd. 02 - Bl. Q - Lote 03 - Salas 708 a 711
Edifício João Carlos Saad
70070-120 - Brasília, DF - Brasil
Caixa Postal 8587
70312-970 - Brasília, DF - Brasil

Central Tel 55 (61) 2104-2400
Fax 55 (61) 2104-2406
Internet www.kpmg.com.br

Relatório de Asseguração Limitada para o Banco do Brasil S.A. relativo às informações contábeis suplementares

Ao
Conselho Diretor do
Banco do Brasil S.A.
Brasília – DF

Introdução

Fomos contratados pelo Banco do Brasil S.A. (“Banco”) para realizar um trabalho de asseguração limitada conforme NBC TO 3000 – Trabalhos de Asseguração Diferente de Auditoria e Revisão (ISAE 3000), sobre as informações contábeis suplementares apresentadas no Relatório de Análise do Desempenho do Banco do Brasil S.A, correspondentes ao trimestre e semestre findos em 30 de junho de 2014.

Responsabilidades da Administração do Banco

O Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação das informações contábeis suplementares incluídas no Relatório de Análise do Desempenho e pelas demais informações contidas no referido relatório, assim como pelo desenho, implementação e manutenção dos controles internos que ela determinou como necessários para permitir que tais informações estejam livres de distorções relevantes, independentemente se causadas por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de revisar as informações contábeis suplementares apresentadas no Relatório de Análise do Desempenho elaboradas pelo Banco e com base nessa revisão emitir, uma conclusão na forma de asseguração limitada. Conduzimos nossos trabalhos em conformidade com a NBC TO 3000 – Trabalho de Asseguração Diferente de Auditoria e Revisão (ISAE 3000). Tal norma requer o cumprimento de exigências éticas, que inclui requisitos de independência, planejamento e execução de procedimentos para obter um nível de asseguração limitada de que não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis suplementares apresentadas no Relatório de Análise de Desempenho do Banco não estão apresentadas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as informações contábeis contidas nas demonstrações contábeis consolidadas e com os critérios descritos no Relatório de Análise do Desempenho, com o objetivo de possibilitar uma análise adicional, sem, contudo, fazerem parte das demonstrações contábeis consolidadas.



Escopo, procedimentos aplicados e limitações

A asseguração limitada fornece um grau de asseguração menor que uma auditoria ou uma asseguração razoável. Procedimentos para coleta de evidências para um trabalho de asseguração limitada são mais limitados do que para um trabalho de asseguração razoável e, portanto, menos asseguração é obtida que em um trabalho de asseguração razoável, conseqüentemente não expressamos opinião de auditoria ou asseguração razoável sobre as informações contábeis suplementares apresentadas no Relatório de Análise do Desempenho do Banco. Adicionalmente, nosso relatório não proporciona asseguração limitada sobre o alcance de informações futuras (como por exemplo, metas, expectativas e planos futuros) e informações descritivas que são sujeitas à avaliação subjetiva.

Os procedimentos de asseguração limitada compreenderam (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância das informações contábeis suplementares e os sistemas de controles internos que serviram de base para a elaboração do Relatório de Análise do Desempenho do Banco (b) o entendimento da metodologia de cálculos e da consolidação dos indicadores por meio de entrevistas com os gestores responsáveis pela elaboração das informações contábeis suplementares e (c) confronto dos indicadores de natureza financeira e contábil com as respectivas demonstrações contábeis consolidadas divulgadas e/ou registros contábeis.

Crítérios para elaboração das informações contábeis suplementares

As informações contábeis suplementares apresentadas no Relatório de Análise do Desempenho correspondentes ao trimestre e semestre findos em 30 de junho de 2014 foram elaboradas pela Administração do Banco, com base nas informações contábeis contidas nas demonstrações contábeis consolidadas e nos critérios descritos no Relatório de Análise do Desempenho, com o objetivo de possibilitar uma análise adicional, sem, contudo, fazerem parte das demonstrações contábeis consolidadas.

Conclusão

Baseado nos procedimentos realizados de asseguração limitada, conforme resumido acima, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis suplementares, apresentadas no Relatório de Análise do Desempenho, correspondentes ao trimestre e semestre findos em 30 de junho de 2014, estejam inconsistentes, em todos os aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis consolidadas referidas no parágrafo de critérios para elaboração das informações contábeis suplementares.

Brasília, 12 de agosto de 2014

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-DF

Carlos Massao Takauthi
Contador CRC 1SP206103/O 4-4

Demonstrações Contábeis

1º Semestre 2014



BANCO DO BRASIL

ÍNDICE

Relatório da Administração	01
<hr/>	
Demonstrações Contábeis Consolidadas	16
Balanco Patrimonial Consolidado	16
Demonstração Consolidada do Resultado.....	20
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	21
Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa	22
Demonstração Consolidada do Valor Adicionado.....	23
<hr/>	
Notas Explicativas	24
Nota 1 – O Banco e suas Operações.....	24
Nota 2 – Reestruturações Societárias.....	24
Nota 3 – Apresentação das Demonstrações Contábeis	28
Nota 4 – Resumo das Principais Práticas Contábeis.....	32
Nota 5 – Informações por Segmento	40
Nota 6 – Caixa e Equivalentes de Caixa	44
Nota 7 – Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	44
Nota 8 – Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	45
Nota 9 – Relações Interfinanceiras	57
Nota 10 – Operações de Crédito.....	58
Nota 11 – Outros Créditos.....	65
Nota 12 – Carteira de Câmbio.....	66
Nota 13 – Outros Valores e Bens.....	67
Nota 14 – Investimentos.....	68
Nota 15 – Imobilizado de Uso	72
Nota 16 – Intangível	72
Nota 17 – Depósitos e Captações no Mercado	74
Nota 18 – Obrigações por Empréstimos e Repasses	78
Nota 19 – Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	81
Nota 20 – Outras Obrigações.....	83
Nota 21 – Operações de Seguros, Previdência e Capitalização	89
Nota 22 – Outras Receitas/Despesas Operacionais.....	92
Nota 23 – Resultado não Operacional	94
Nota 24 – Patrimônio Líquido	95
Nota 25 – Tributos	101
Nota 26 – Partes Relacionadas.....	104
Nota 27 – Benefícios a Empregados.....	107
Nota 28 – Provisões, Ativos e Passivos Contingentes, Obrigações Legais–Fiscais e Previdenciárias	118
Nota 29 – Gerenciamento de Riscos e de Capital	122
Nota 30 – Demonstração do Resultado Abrangente	135
Nota 31 – Outras Informações	135

Relatório dos Auditores Independentes

Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria

Membros da Administração

Senhoras e Senhores Acionistas,

Apresentamos o Relatório da Administração do Banco do Brasil relativo ao primeiro semestre de 2014, de acordo com as exigências da Lei das Sociedades por Ações, do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (Bacen), da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e do Estatuto Social do Banco do Brasil.

1. Ambiente Macroeconômico

No primeiro semestre de 2014, o ritmo de crescimento da economia global foi menos intenso do que se antecipava no início do ano. Nos Estados Unidos, a recuperação da atividade no segundo trimestre confirmou a avaliação de que os efeitos negativos do clima sobre o PIB foram temporários. Com isso, o Federal Reserve manteve o ritmo de gradual redução no programa de compra de ativos. Na Europa, por outro lado, o Banco Central Europeu adotou medidas expansionistas adicionais visando reduzir o risco de deflação, enquanto que na Ásia a tendência de redução no crescimento da economia chinesa deu sinais de estabilização.

Diante desse contexto internacional ainda adverso, a economia brasileira mostrou crescimento relativamente modesto no início de 2014. O mercado de trabalho reduziu seu dinamismo, mas ainda mantém-se robusto. Ante a desaceleração dos índices mensais de inflação, o Banco Central do Brasil decidiu interromper o ciclo de elevação da taxa básica de juros, estabilizando-a em 11,0% a.a. O mercado de crédito desacelerou, mas tem apresentado taxas sustentáveis de crescimento.

2. Destaques do Período

A seguir, em ordem cronológica, alguns eventos que foram destaques:

- I Lançamento, em abril, da STELO S.A., empresa de meios eletrônicos de pagamentos e e-commerce;
- II Início de tratativas, em maio, da LIVELO S.A. para exploração de negócios relacionados a programa de fidelidade;
- III Inauguração, em maio, da primeira agência de um banco da América Latina na China;
- IV Emissão, em junho, de US\$ 2,5 bilhões de bônus subordinados perpétuos, elegíveis à capital nível 1 sob as regras de Basileia III, numa das maiores captações dessa modalidade no mundo;
- V Encerramento, em junho, do plano safra 2013/2014, com o maior desembolso da história, totalizando R\$ 76,3 bilhões.

3. Planejamento Estratégico para o Período 2014 a 2018

Para o período de 2014 a 2018, o Banco do Brasil continuará priorizando os objetivos de aumentar sua eficiência e produtividade e gerar resultados sustentáveis.

Com esse objetivo, o Banco está revisando seus principais processos e priorizando a gestão das despesas. Por sua vez, os resultados sustentáveis estão alicerçados no crescimento dos negócios que valorizam o relacionamento perene com os clientes e a geração de valor social, contribuindo, assim, para a promoção da cidadania e o crescimento do País.

Os resultados entregues aos acionistas e a realização de negócios sociais, como os programas Minha Casa Minha Vida (PMCMV), Microcrédito Produtivo Orientado (MPO) e Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) materializam a missão do Banco do Brasil de ser um banco rentável e comprometido com o desenvolvimento sustentável do Brasil, cumprindo sua função pública com eficiência.

4. Desempenho Econômico-Financeiro

4.1 Grandes Números

O Banco do Brasil registrou lucro líquido de R\$ 5,5 bilhões e retorno anualizado sobre o patrimônio líquido de 15,5% no primeiro semestre de 2014. O lucro por ação foi de R\$ 1,99 no período.

Os ativos somaram R\$ 1,4 trilhão, crescimento de 15,3% em doze meses, com retorno sobre ativos de 0,8%, permitindo ao BB encerrar o semestre como líder do Sistema Financeiro Nacional (SFN). Destaque para sua atuação no crédito com 21,3% de participação de mercado. O patrimônio líquido alcançou R\$ 71,8 bilhões, incremento de 10,9% em doze meses.

Tabela 1. Destaques

	R\$ milhões		
Resultado¹	1S13	1S14	s/1S13
Lucro Líquido	10.029	5.506	(45,1)
Resultado Bruto da Intermediação Financeira	14.163	15.585	10,0
Receita de Prestação de Serviços e Tarifas Bancárias	11.305	11.909	5,3
Despesas Administrativas ²	(16.924)	(17.884)	5,7
Patrimoniais	Jun/13	Jun/14	s/ Jun/13
Ativos	1.215	1.401	15,4
Carteira de Crédito Ampliada ³	639	719	12,5
Captações Comerciais ⁴	542	619	14,2
Patrimônio Líquido	65	72	10,9
Índice de Basileia %⁵	15,9	14,2	-
Indicadores	1S13	1S14	s/1S13
Lucro por Ação (em R\$)	3,53	1,99	(43,6)
Retorno sobre Ativos %	1,7	0,8	-
Retorno sobre Patrimônio Líquido %	31,9	15,5	-
Dados Estruturais	Jun/13	Jun/14	s/ Jun/13
Base de Clientes	60.187	61.570	2,3
Total de Contas Correntes	38.512	38.722	0,5
PF	36.152	36.278	0,3
PJ	2.360	2.444	3,5
Agências	5,4	5,5	1,6
Recursos Administrados (R\$ bilhões)	484	536	10,8
Indicadores de Mercado	Jun/13	Jun/14	s/ Jun/13
Valor Patrimonial - BBAS3	22,6	25,1	10,9
Cotação de Fechamento - BBAS3	22,1	24,9	12,3
Perfil de Funcionários	Jun/13	Jun/14	s/ Jun/13
Funcionários	113.720	111.547	(1,9)
Feminino	47.117	46.438	(1,4)
Masculino	66.603	65.109	(2,2)
Escolaridade			
Ensino Médio	27.765	25.383	(8,6)
Graduação	52.742	51.043	(3,2)
Especialização, Mestrado e Doutorado	32.753	34.725	6,0
Demais	460	396	(13,9)
Rotatividade de Funcionários (%)	1,1	0,7	-

1 - Itens baseados nas Demonstrações Consolidadas;

2 - Refere-se à soma de Despesas de Pessoal e Outras Despesas Administrativas;

3 - Inclui Títulos e Valores Mobiliários privados e Garantias Prestadas;

4 - Depósitos Totais, Letras de Crédito do Agronegócio, Letras de Crédito Imobiliário e Operações Compromissadas com Títulos Privados.

5 - índice de 2013 calculado conforme regras de Basileia III.

Para informações mais detalhadas sobre o desempenho econômico-financeiro do BB, acesse o Relatório Análise do Desempenho no sítio: www.bb.com.br/ri.

4.2 Desempenho dos Papéis

O valor de mercado do BB foi de R\$ 71,2 bilhões ao final de junho de 2014. Na carteira teórica do Ibovespa para o quadrimestre de maio a junho de 2014, o Banco ocupa a 12ª posição, com 2,277% de participação.

A ação ordinária do BB (BBAS3) foi negociada em todos os pregões do Novo Mercado da BM&FBovespa permanecendo listada nas carteiras teóricas dos principais índices da bolsa: Ibovespa, Ibrx50, IGC, ISE e Itag. Internacionalmente, o BB integra os índices MSCI LatAm Index, S&P Lac 40 e DJSI.

Ao final do período, o Programa de *American Depositary Receipt* (ADR) Nível I do Banco do Brasil possuía 22,2 milhões de recibos em circulação cotados a US\$ 11,19 por certificado.

O Banco do Brasil, alinhado à sua prática de reinvestimento de lucros e distribuição de resultado, mantém o *payout* de 40% do lucro líquido, distribuído sob a forma de dividendos e juros sobre o capital próprio (JCP), em periodicidade trimestral. Assim, no semestre foram destinados R\$ 2,2 bilhões aos acionistas, sendo R\$ 444 milhões como dividendos e R\$ 1.782 milhão na forma de JCP. Os 60% remanescentes do lucro foram destinados à Reserva Legal e às Reservas Estatutárias.

4.3 Informações de Coligadas e Controladas

Tabela 2. Participações Societárias Consolidadas, detidas pelo BB Banco Múltiplo

R\$ mil	Atividade		Participação	Saldo de		Result. de
			Total - %	Investimento		Particip.
			Jun/14	Jun/13	Jun/14	1S14
Participações Consolidadas						
Segmento Bancário						
Banco do Brasil – AG. Viena	Bancária	(I)	100,00	288.387	660.461	19.544
BB USA Holding Company, Inc.	Holding	(I)	100,00	5.176	3.409	(420)
BB Leasing S.A. – Arrendamento Mercantil	Arrendamento	(I)	100,00	3.588.095	3.799.487	109.236
BB Leasing Company Ltd.	Arrendamento	(I)	100,00	100.544	100.825	393
BB Securities LLC.	Corretora	(I)	100,00	75.468	105.917	22.850
Braslian American Merchant Bank	Bancária	(I)	100,00	976.874	993.950	21.083
BB Securities Asia Pte. Ltd.	Corretora	(I)	100,00	10.837	12.834	1.969
BB Securities Ltd.	Corretora	(I)	100,00	101.845	122.548	18.165
Besc DTVM S.A.	Adm. de Ativos	(I)	99,62	7.133	7.140	71
Banco Patagonia S.A.	Banco Múltiplo	(I)	58,96	941.592	863.981	202.380
Banco Votorantim S.A.	Banco Múltiplo	(II)	50,00	3.357.928	3.706.985	196.289
BB Americas	Banco Múltiplo	(I)	100,00	53.487	70.690	4.491
Segmento Investimentos						
BB Banco de Investimento S.A.	Banco de Invest.	(I)	100,00	3.102.597	2.792.292	517.818
Segmento Gestão de Recursos						
BB DTVM S.A.	Adm. de Ativos	(I)	100,00	131.525	131.524	351.583
Segmento Seg., Previd. e Capitaliz.						
BB Seguridade Participações S.A.	Holding	(I)	66,25	3.578.070	3.407.623	995.409
Segmento Meios de Pagamento						
BB Adm. de Cartões de Crédito S.A.	Serviços	(I)	100,00	26.624	27.405	8.378
BB Elo Cartões Participações S.A.	Holding	(I)	49,99	14.822	541.858	78.140
Outros Segmentos						
BB Administradora de Consórcios S.A.	Consórcios	(I)	100,00	151.272	159.165	81.430
BB Turismo	Turismo	(I)	100,00	10.170	13.333	745
BB Money Transfers Inc.	Serviços	(I)	100,00	5.520	3.810	(409)
BB Tecnologia e Serviços S.A. (antiga Cobra Tecnologia)	Informática	(I)	99,97	150.912	188.283	26.553
BV Participações S.A.	Holding	(II)	-	49.460	-	-

(I) Controladas, consolidadas integralmente;

(II) Controladas em conjunto, consolidadas proporcionalmente;

Tabela 3. Participações Societárias não Consolidadas

R\$ mil	Atividade		Participação Total - %	Saldo de		Result. de
			Jun/14	Investimento		Particip.
			Jun/14	Jun/13	Jun/14	1S14
Participações não Consolidadas						
Cadam S.A.	Mineradora	(III)	21,64	25.720	26.925	996
Cia. Hidromineral Piratuba	Saneamento	(III)	15,56	2.357	2.520	12
Itapebi Geração de Energia	Energia	(III)	0,00	76.414	-	-
Estruturadora Brasileira de Projetos - EBP	Serviços	(III)	11,11	7.412	8.372	-

(III) Coligadas, avaliadas pelo método de equivalência patrimonial.

5. Rede de Atendimento e Canais

O Banco do Brasil encerrou o período com 68,3 mil pontos de atendimento, entre rede própria, compartilhada e correspondentes, com presença em 99,8% dos municípios brasileiros.

A rede própria contava com 18.992 pontos, sendo 5.490 agências, 1.725 postos de atendimento e 11.777 postos de atendimento eletrônico com 43.953 terminais de autoatendimento. O BB possui a maior rede de agências do País, com participação de 23,8% do total.

A rede de correspondentes, identificada pela marca MaisBB, contava com 15.270 pontos de atendimento e estabelecimentos conveniados, dentre os quais 6.188 pontos do Banco Postal. Nessa rede foram realizadas aproximadamente 170 milhões de transações no semestre.

O BB possui, ainda, parcerias para o compartilhamento de terminais de autoatendimento com o Banco 24h e outras instituições financeiras, além das lotéricas, onde é possível realizar saques, depósitos e pagamentos, entre outros serviços. A rede compartilhada contava com 34.080 pontos de atendimento.

Destaca-se também o desempenho dos canais de autoatendimento:

- I Internet: 1,2 bilhão de transações efetivadas por pessoas físicas e 15,9 milhões de clientes habilitados a utilizar o canal;
- II Celular: 501,9 milhões de transações realizadas, crescimento de 298,7% em relação ao primeiro semestre de 2013, por 4,2 milhões de usuários;
- III Setor Público (internet e celular): 206,5 milhões de transações realizadas por 27,6 mil usuários;
- IV Central de Atendimento: 121,6 milhões de transações realizadas e 12,8 milhões de clientes habilitados;
- V Gerenciador Financeiro: 860,1 milhões de transações, sendo utilizado por mais de 733 mil empresas, principalmente de pequeno porte.

No primeiro semestre de 2014, o BB inaugurou quatro agências com atendimento especializado para o segmento de Micro e Pequenas Empresas (MPE): em Teresina (PI), Ribeirão Preto (SP), Curitiba (PR) e Vitória (ES). Já são sete agências que contam com esse modelo de atendimento.

O Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) aprovou, de forma unânime em 30 de abril, a ampliação dos serviços do Banco Postal, que recebeu aval para operar como uma instituição financeira e não apenas como correspondente bancário. A nova empresa terá controle compartilhado por BB e Correios. Além do Banco Postal, o Cade autorizou a criação de duas holdings: uma financeira, responsável pelo controle do novo banco, e outra não financeira, à qual caberá administrar produtos e serviços não financeiros.

No exterior, a rede de atendimento é composta por 46 dependências próprias localizadas em 24 países. Ao final de junho, havia 1,1 mil bancos atuando como correspondentes do BB em 136 países. Na Argentina, a rede do Banco Patagonia conta com 370 pontos de atendimento. O Banco do Brasil Américas, nos Estados Unidos, possui uma rede de 5 agências e por meio de convênios estabelecidos tem disponíveis 55 mil terminais de saques e consultas e 7 mil terminais de depósito, saques e consultas, além de serviços de internet e mobile banking.

Destaque para a inauguração, em maio, de uma agência do BB na cidade de Xanguai, China. Trata-se da primeira agência de um banco da América Latina naquele país. O objetivo é de apoiar a ampliação do intercâmbio comercial com o país, do investimento daquela nação no Brasil e da atuação de multinacionais brasileiras.

6. Negócios

6.1 Carteira de Crédito

A carteira de crédito do BB atingiu R\$ 649,6 bilhões, com expansão de 12,9% em doze meses. O BB manteve sua liderança em crédito no SFN com 21,3% de participação de mercado. A composição da carteira é apresentada abaixo:

- I R\$ 172,6 bilhões em operações com pessoa física, evolução de 7,1%;
- II R\$ 274,3 bilhões em operações com empresas (indústria, comércio e serviços) crescimento de 14,5%;

III R\$ 155,6 bilhões em crédito ao setor rural e agroindustrial, aumento de 23,2%.

A inadimplência permaneceu sob controle e abaixo do SFN. O indicador que mede a razão entre as operações com atraso superior a 90 dias e a carteira de crédito encerrou o período em 1,99%, contra 3% do sistema. O Banco também apresenta uma estrutura de crédito melhor que a do SFN. As operações classificadas nos níveis de risco de AA-C encerraram o primeiro semestre em 94,9% do total da carteira, contra 93,1% do sistema.

6.1.1 Clientes Pessoa Física

Os destaques das principais linhas de crédito que compõem a carteira são:

Crédito Consignado

Os empréstimos a servidores públicos continuaram como os mais representativos dessa carteira, com 88,0% do total, sendo ainda composta por aposentados e pensionistas do INSS (8,0%) e funcionários do setor privado (4,1%). O crédito consignado permanece como a principal linha na carteira para pessoas físicas, com 36,7% do total, já considerando as aquisições de crédito e participação no Banco Votorantim. O crescimento nos últimos doze meses foi de 3,1%, mantendo assim a liderança do Banco no segmento, com 26,6% de participação de mercado.

Ainda nessa linha, destaque para a carteira orgânica, que são operações originadas nas agências do BB, com saldo de R\$ 55,6 bilhões e crescimento de 10,1% em relação ao primeiro semestre de 2013.

Financiamentos de Veículos

O saldo das operações de financiamento de veículos, incluindo aquisições de crédito e participação no Banco Votorantim, alcançou R\$ 33,2 bilhões, redução de 8,4% em relação a junho de 2013.

Destaque para as operações originadas nas agências do Banco do Brasil que alcançaram saldo de R\$ 10,9 bilhões. O perfil destas novas operações continuou dentro dos critérios adotados nos últimos anos, assegurando a qualidade da carteira dentro da série histórica de desempenho.

Crédito Imobiliário

O crédito imobiliário pessoa física finalizou o semestre com saldo de R\$ 23,5 bilhões, expansão de 71,1% em doze meses. Os desembolsos atingiram R\$ 6,2 bilhões em 2014, 43% a mais que no mesmo período de 2013. Destaque para a disponibilização de portfólio de produtos com *funding* de poupança e Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

6.1.2 Clientes Pessoa Jurídica

O desempenho das principais linhas de crédito pessoa jurídica é apresentado a seguir:

Crédito para Investimentos

Os desembolsos para investimentos realizados pelo Banco do Brasil atingiram o montante de R\$ 24,4 bilhões no semestre, com destaque para as linhas de repasse de recursos do BNDES, Investimento Agropecuário, FCO, PROGER e Programa Nacional de Agricultura Familiar (Pronaf).

Crédito Imobiliário

O BB encerrou o período com R\$ 5,7 bilhões contratados de financiamento à produção. O saldo da carteira atingiu 8,4 bilhões em junho, crescimento de 136,5% em doze meses.

Foram contratadas 296,453 mil unidades habitacionais até junho, com amparo do Programa Minha Casa Minha Vida, para todas as faixas de renda do programa.

Micro e Pequenas Empresas

Ao final de junho de 2014, O BB possuía 2,3 milhões de clientes MPE, mantendo-se como principal parceiro do segmento e reforçando o posicionamento como o “Banco da Micro e Pequena Empresa”.

O saldo das operações de crédito para MPE atingiu R\$ 101,1 bilhões, incremento de 7,6% em doze meses. Cabe destaque a destinação de R\$ 65,5 bilhões para capital de giro, que representou 64,7% da carteira de crédito MPE. O saldo dos financiamentos de investimentos às MPE chegou a R\$ 33,2 bilhões, crescimento de 10,4% em relação a junho de 2013.

O Banco do Brasil utiliza o Fundo de Garantia de Operações (FGO) como forma de mitigar o risco e ampliar o volume da carteira. Ao final de junho, havia 483,1 mil operações com cobertura do FGO, totalizando o saldo aplicado de R\$ 19,7 bilhões.

O BB continuou utilizando o site Empreendedor (bb.com.br/empreendedor), que apresenta soluções de produtos e serviços, para apoiar empreendedores individuais e empresas do setor de franquias. Apoiou também os Arranjos Produtivos Locais (APL) aplicando R\$ 3,6 bilhões em operações de crédito com empresas integrantes de APL.

No MPO, a atuação do Banco é alinhada ao Programa Crescer do Governo Federal. Em junho, alcançou o desembolso acumulado de R\$ 3,1 bilhões em operações de crédito para capital de giro e investimentos. Foram beneficiados 1,4 milhões de clientes pessoas físicas e jurídicas em todo o País.

Clientes Atacado

Em junho, a carteira de crédito de clientes atacado apresentou saldo de R\$ 151,7 bilhões, crescimento de 14,3% na comparação com o mesmo período de 2013.

O Banco do Brasil participa de Operações Estruturadas, que são concessões de crédito realizadas sob medida para atender a necessidades específicas do cliente. As principais contratações do ano somaram mais de R\$ 5,5 bilhões. Deste total, a participação do Banco do Brasil foi de R\$ 4,0 bilhões, dos quais R\$ 2,6 bilhões em operações de financiamento de longo prazo - tais como BNDES, FCO e Fundo da Marinha Mercante (FMM) e R\$ 1,4 bilhão em emissões no Mercado de Capitais, por meio de Debêntures, Notas Promissórias e cotas de Fundos de Investimentos de Direitos Creditórios (FIDC).

6.1.3 Agronegócios

O BB mantém-se como o maior parceiro do agronegócio brasileiro, com participação de 65,2% do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR). A carteira de agronegócios encerrou junho com saldo de R\$ 155,6 bilhões em operações de crédito rural e agroindustrial. Esse montante representa um incremento de 23,2% em relação ao mesmo período de 2013. Destaca-se o saldo de R\$ 31,8 bilhões em operações contratadas no Pronaf e R\$ 20,2 bilhões no Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural (Pronamp).

Na contratação de operações de crédito rural o BB utiliza mecanismos de mitigação de risco (intempéries e preços). Em junho, 63,7% das operações de custeio agrícola contratadas na safra 2013/2014 estavam cobertas com seguro de produção (Seguro Agrícola ou Proagro) e seguro de preço (contratos de opções). O índice de inadimplência da carteira de agronegócio segue baixo, com indicador de operações em atraso acima de 90 dias de 0,56%.

O apoio creditício à sustentabilidade no agronegócio está presente nas linhas Pronaf Agroecologia, Pronaf Eco, Pronaf Florestal e Programa de Agricultura de Baixo Carbono (Programa ABC) que incentivam os produtores rurais a utilizarem técnicas sustentáveis para reduzir a emissão de gases que provocam o efeito estufa e o desmatamento. No semestre, o Programa ABC contratou mais de 2.866 financiamentos, atingindo o montante de R\$ 1,4 bilhão.

Com objetivo de apoiar investimentos em armazenagem, o BB vem operacionalizando, desde julho de 2013, o Programa de Construção e Ampliação de Armazéns (PCA), que, ao final da safra 2013/2014 recebeu R\$2,7 bilhões em propostas, volume 35% superior ao que foi inicialmente projetado para o período. O desembolso no ano safra foi de R\$1,4 bilhão.

O financiamento de lavouras com o emprego do Sistema de Plantio Direto (SPD), uma das tecnologias que compõem os compromissos voluntários assumidos pelo Brasil na COP-15, é expressivo e corresponde a 62,7% do total financiado em custeio agrícola pelo BB na safra 2013/2014.

6.2 Captações

As captações comerciais do BB totalizaram R\$ 618,9 bilhões em junho de 2014, entre operações realizadas no mercado doméstico e internacional.

Destacam-se entre as captações:

- I R\$ 99,6 bilhões em Letras de Crédito do Agronegócio e R\$ 8,5 bilhões em Letras de Crédito Imobiliário;
- II R\$ 121,4 bilhões em repasses de fundos e programas. Destacam-se entre esses fundos: Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO), Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), Fundo de Defesa da Economia Cafeeira (Funcafé), Financiamento de Máquinas e Equipamentos (Finame/BNDES), Fundo de Marinha Mercante (FMM) e Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS). Todos geram *funding* para operações de crédito no BB;
- III Emissão de US\$ 2,5 bilhões de bônus subordinados perpétuos, elegíveis à capital nível 1 sob as regras de Basiléia III, numa das maiores captações dessa modalidade no mundo;
- IV US\$ 1 bilhão de empréstimo internacional sindicalizado, com participação de 22 bancos;
- V R\$ 20,4 bilhões em Letras Financeiras Subordinadas. O saldo de operações enquadradas como capital de nível II somou R\$ 5,8 bilhões.

6.3 Administração de Recursos de Terceiros

O Banco do Brasil, por meio da BB Gestão de Recursos (BB DTVM), desde 1994 é líder na indústria nacional de fundos de investimento. Ao final de junho, atingiu o total de R\$ 536,2 bilhões em recursos administrados e uma participação de mercado de 21,9%.

6.4 Clientes Governo

As operações de crédito realizadas com o setor público atingiram R\$ 21,5 bilhões em junho de 2014, crescendo mais de 68,4% em 12 meses e disponibilizando recursos para investimentos dos Estados e Municípios, principalmente em infraestrutura. Em relação ao desenvolvimento regional, foram contratados R\$ 2,4 bilhões em operações do FCO. Adicionalmente, mais de 2.717 municípios e 22 estados já aderiram ao Cartão de Pagamento da Defesa Civil, próprio para ações de socorro em casos de calamidades públicas.

6.5 Cartões

O faturamento com cartões alcançou R\$ 113,5 bilhões, crescimento de 20,9% no primeiro semestre de 2014, com destaque para a modalidade débito, que avançou 25,9%. Tal desempenho se dá pelo fortalecimento do relacionamento com o cliente, da mobilização da rede de agências e da maior utilização do meio de pagamento pelo consumidor.

Com uma base de 7,2 milhões de cartões emitidos, faturamento da bandeira ELO alcançou R\$ 10,3 bilhões no semestre, elevação de 238% em relação ao mesmo período de 2013.

Em abril foi lançada a STELO S.A., por meio da controlada Companhia Brasileira de Soluções e Serviços (CBSS), empresa de meios eletrônicos de pagamentos e *e-commerce*, com objetivo de aumentar as oportunidades de negócios e soluções no segmento de carteira digital. Em maio, foram iniciadas as tratativas para criação da LIVELO S.A., através da CBSS, com objetivo de explorar os negócios relacionados a programa de fidelidade.

O reflexo dessa estratégia é percebido no aumento da Renda de Tarifas do segmento de cartões, que atingiu 3,1 bilhões no semestre, crescimento de 15,4% em relação ao primeiro semestre de 2013 - cifra representa 25,8% do total de tarifas arrecadadas. Destaque também para o ganho de participação de mercado do BB na indústria de cartões, que em março de 2014 (último dado disponível), era de 24,3% sobre os dados divulgados pela Associação Brasileira das Empresas de Cartões de Crédito e Serviços (ABECS).

6.6 Seguros, Previdência e Capitalização

O Banco do Brasil atua nas áreas de seguros, previdência e capitalização por meio da *holding* BB Seguridade Participações, empresa listada no Novo Mercado da BM&FBovespa, que possui liderança nos mercados em que atua, conforme últimos dados publicados pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).

No primeiro semestre de 2014, os negócios da BB Seguridade agregaram ao BB R\$ 995,4 milhões de lucro líquido.

Para mais informações acesse: www.bancodobrasilseguridade.com.br.

6.7 Gestão Previdenciária

O volume de recursos administrados pelo Banco do Brasil, por meio de 28 fundos de investimentos destinados aos Regimes Próprios de Previdência Social, totalizou R\$ 32,0 bilhões no período, o que representa 42,8% de participação de mercado. As tarifas geradas com a administração dos fundos e a prestação de serviços previdenciários de assessoria em atuária, investimentos, benefícios, folha de pagamentos e apoio técnico alcançaram o montante de R\$ 31,6 milhões.

No primeiro semestre de 2014, a BB Previdência alcançou patrimônio de R\$ 2,4 bilhões, sendo 44 planos empresariais de 53 empresas patrocinadoras, dois planos instituídos de duas entidades classistas e setoriais e 79,3 mil participantes. Esse Fundo de Pensão Multipatrocinado é administrado pelo Banco e realiza a gestão de planos de previdência complementar fechada disponibilizados aos empregados de empresas privadas ou públicas, sociedades de economia mista e de planos instituídos por sindicato, entidade de classe e outros.

6.8 Mercado de Capitais

O Banco do Brasil, por intermédio do BB-Banco de Investimento (BB-BI), atua no mercado de capitais doméstico e no exterior por meio da BB Securities, (Nova Iorque, Londres e Cingapura), com foco em investidores de varejo e institucionais. O serviço de compra e venda de ações para os clientes de varejo na rede de agências, internet (*home broker*) e dispositivos móveis movimentou R\$ 9,2 bilhões, dos quais R\$ 8,6 bilhões foram pelo *home broker*.

Conforme o *ranking* Anbima, as principais realizações do Banco no período foram:

- I Coordenou 40 emissões de títulos de renda fixa, entre notas promissórias e debêntures, totalizando volume de R\$ 7,5 bilhões, ficando em 3º lugar no *ranking* de originação consolidado e 15,8% de participação de mercado;
- II Atuou em 22 operações de emissões externas, que totalizaram US\$ 25,4 bilhões alcançando 1º lugar no *ranking*;
- III Realizou operações de Certificado de Recebíveis Imobiliários (CRI), FIDC e Certificado de Recebíveis do Agronegócio (CRA) com um volume de R\$ 150 milhões no mercado de securitização.

6.9 Serviços

O Banco do Brasil disponibiliza diversos serviços bancários aos seus clientes. Entre aqueles oferecidos a pessoas jurídicas, inclusive governo, destacaram-se nesse período:

- I A cobrança bancária, a arrecadação de guias e o débito automático, nos quais foram atendidos mais de 620,4 mil empresas, movimentando R\$ 560,4 bilhões e 585,3 milhões de títulos;
- II Os convênios de folha de pagamento, com o processamento de mais de R\$ 192,3 bilhões, atendendo a 11,7 milhões de servidores públicos e funcionários de empresas privadas;
- III Os pagamentos de benefícios em montante superior a R\$ 6 bilhões/mês nos diversos programas do governo realizados por meio de cartão específico e crédito em conta;
- IV A arrecadação de tributos que somou o volume de R\$ 329,3 bilhões, 5,8% acima do verificado no mesmo período de 2013. O produto que mais se destacou foi a Arrecadação de Tributos Federais (DARF), com 17,1% de crescimento, totalizando R\$ 111,7 bilhões;
- V O portal Licitações-e, onde foram realizados 17,9 mil processos licitatórios no valor total de R\$ 13,4 bilhões.

Para todos os clientes correntistas, o BB oferece o serviço de Débito Direto Autorizado que somou 1,2 milhão de sacados eletrônicos, com 12,6% de participação de mercado e mais de 32,9 milhões de boletos apresentados eletronicamente.

6.10 Comércio Exterior

O BB manteve a liderança no câmbio de exportação e de importação, com volumes de US\$ 32,9 bilhões e US\$ 26,3 bilhões e participações de mercado de 28,5% e 23,8%, respectivamente.

As operações de exportação (ACC/ACE) se destacam com concessões de US\$ 5,2 bilhões e participação de 25,2% do mercado. O volume financiado em importações foi de US\$ 3,1 bilhões. No repasse de recursos de programas governamentais, os desembolsos do Programa de Financiamento às Exportações (Proex), na modalidade financiamento, foram de US\$ 225 milhões e os da linha BNDES-Exim atingiram US\$ 180 milhões, em abril de 2014, último dado disponível.

No mercado de câmbio financeiro o BB atingiu a marca de US\$ 13,7 bilhões e US\$ 17,3 bilhões em operações de compra e venda, respectivamente.

Os serviços on-line de câmbio e de comércio exterior realizados via internet representaram 64,1% dos contratos de câmbio de exportação e 46,8% de importação. O BB oferece, ainda, serviços de capacitação em negócios internacionais. No primeiro semestre, foram treinadas 4.834 pessoas, entre empresários, estudantes e profissionais do setor em todo o País.

6.11 Consórcios

A BB Administradora de Consórcios encerrou o semestre com uma carteira de 423 mil cotas ativas. Foram comercializadas no período 32 mil novas cotas de consórcio, que representou R\$ 1,1 bilhão em cartas de crédito.

7. Gestão Corporativa

7.1 Governança Corporativa

A estrutura de governança corporativa do Banco do Brasil é formada pelo Conselho de Administração - composto por oito membros e assessorado pelos Comitês de Auditoria e de Remuneração e pela Auditoria Interna - e pela Diretoria Executiva - composta pelo Conselho Diretor (Presidente e nove Vice-presidentes) e por 27 Diretores Estatutários. O BB mantém ainda, em caráter permanente, um Conselho Fiscal composto por cinco membros titulares e cinco suplentes.

Como boa prática de governança corporativa, o Banco instituiu processo para avaliar o desempenho do Conselho de Administração, do Comitê de Auditoria, do Comitê de Remuneração e da Diretoria Executiva. O Estatuto Social, os códigos de Governança Corporativa e de Ética também dão suporte às melhores práticas de governança adotadas pelo Banco do Brasil.

Em todos os níveis do Banco as decisões são tomadas de forma colegiada com o propósito de promover o adequado debate dos temas estratégicos e das propostas negociais. Para tanto, a administração utiliza comitês, subcomitês e comissões de nível estratégico, que garantem agilidade e segurança ao processo de tomada de decisão.

Foi concluída, em abril, a reestruturação da Vice-Presidência de Negócios de Atacado (VIPAT). O novo modelo de atuação do BB nesse segmento tem como pressupostos a melhoria de processos e o incremento dos negócios, de modo a fortalecer a imagem do Banco do Brasil junto aos clientes do mercado atacado e ampliar a participação desse segmento no resultado da Empresa.

7.2 Relacionamento com o Mercado

O Banco do Brasil disponibiliza relatórios e informações à CVM e no site de Relações com Investidores. Também adota a postura de convidar o mercado para conferências sempre que a Administração entende ser necessário clarificar temas específicos sobre a Empresa. No semestre, o Banco do Brasil realizou 52 encontros com investidores e analistas no País, 2 roadshows (visitas de relacionamento) no exterior, participou de 5 conferências no País e outras 6 no exterior, além de promover 2 teleconferências de resultado. Ao todo foram realizados mais de 101 atendimentos a analistas de mercados e investidores, incluindo a participação em reuniões e os atendimentos telefônicos.

7.3 Controles Corporativos

Gestão de Riscos

O Banco do Brasil aprimorou o modelo de gerenciamento dos riscos para as entidades ligadas do Conglomerado e o processo de teste de estresse para risco de crédito. No que se refere à gestão do risco operacional, foram promovidas mudanças na governança do Banco, tendo por objetivo a integração dos processos, de forma a permitir o aumento da eficiência na identificação e mitigação do risco operacional.

Mais informações podem ser consultadas no Relatório Gestão de Riscos, disponível no sítio de Relações com Investidores: www.bb.com.br/ri.

Controles Internos

As atividades de controles internos desenvolvidas no semestre tiveram como premissa a apuração independente da conformidade dos processos com as leis e regulamentos externos e internos, a avaliação e certificação dos controles definidos pelos gestores dos processos e a validação dos modelos internos de riscos, do *Internal Capital Adequacy Assessment Process* (Icaap) e das metodologias de provisão (PCLD - Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa e PDC - Provisão para Demandas Contingentes). O Banco do Brasil vem estreitando ainda mais o foco na gestão integrada das áreas de controles e riscos, provendo bases sólidas para a eficiência e eficácia de seus processos.

Ouvidoria BB

A Ouvidoria BB, ao longo do 1º semestre 2014 realizou, em parceria com outras áreas do Banco, movimentos internos e externos com objetivo de aprimorar o atendimento aos clientes e o relacionamento institucional. São exemplos dessas ações: participações em fóruns estratégicos do BB, maior proximidade com Órgãos Reguladores e de Defesa do Consumidor e melhor uso de alçadas com o intuito de acelerar a troca de informações entre os envolvidos e agilizar a solução às demandas dos clientes BB.

Gestão da Segurança

O Banco apoia e contribui ativamente com as ações no âmbito do Sistema Nacional de Prevenção e Combate à Lavagem de Dinheiro, por meio da participação nas reuniões de elaboração e implementação da Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (Enccla) e da formalização de Acordos de Cooperação Técnica com instituições como o Ministério da Justiça, o Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf), vinculado ao Ministério da Fazenda e ao Ministério Público do Estado de São Paulo. O Banco do Brasil também capacita seus funcionários em Prevenção e Combate à Lavagem de Dinheiro e ao Financiamento do Terrorismo (PLD/FT), incluindo cursos, seminários e certificação de conhecimentos. No período, mais de 7,6 mil funcionários participaram dos treinamentos.

O BB aderiu em abril à *Foreign Account Tax Compliance Act* (FATCA), com objetivo de estar em conformidade à regulação norte americana que busca identificar contribuintes norte-americanos, ou *US Person*, na denominação utilizada nos Estados Unidos, que possuam ativos financeiros superiores a US\$ 50 mil no exterior. Dessa maneira o Banco está em linha com as demais instituições financeiras dos principais centros financeiros do mundo.

A proteção de clientes, funcionários e do patrimônio do Conglomerado é garantida por investimentos crescentes em tecnologia, aliados à capacitação contínua dos profissionais da área de gestão do Risco Operacional. O modelo de gestão integrada dos dispositivos de segurança instalados nas dependências está sendo ampliado, com objetivo de conferir maior nível de segurança à Rede, e consequentemente, a reduzir perdas financeiras decorrentes de investidas criminosas contra o BB.

Quanto à proteção das transações financeiras, mantém-se a estratégia de investimento na utilização de dispositivos de segurança de alta tecnologia, como o emprego de leitores biométricos, que estão sendo instalados em caixas eletrônicos do BB. Até junho, essa solução foi instalada em mais de quatro mil terminais.

7.4 Tecnologia

As diretrizes de tecnologia do Banco do Brasil tem foco na eficiência operacional e são orientadas para as soluções de mobilidade, conveniência e integração tecnológica no relacionamento com clientes, nos processos operacionais e de gestão.

Nessa linha, destacam-se:

- I O Programa de Transformação Tecnológica (PTT), com objetivo de aperfeiçoar processos, plataformas e infraestruturas existentes, por meio da reorganização da metodologia de construção e manutenção de soluções de tecnologia e arquitetura orientada a serviços;
- II O Programa de Otimização dos Recursos de TI (PORTI) que busca a eficiência no uso de recursos de tecnologia, com a reavaliação constante das premissas de arquitetura, contratação, gestão de serviços, dentre outras. No primeiro semestre de 2014, o PORTI gerou economia recorrente de R\$ 66,7 milhões;
- III O novo Datacenter Capital Digital que assegura a aderência à regulação internacional, como Basileia II, Sarbanes-Oxley e à determinação do Bacen de redundância de processamento e armazenamento, tendo como foco a redução de riscos operacionais;
- IV A certificação ISO/IEC 20.000-1:2011, que reconhece a excelência do Sistema de Gestão de Serviços de Tecnologia do BB na compensação de cheques (por imagem) das instituições financeiras participantes do Sistema Financeiro Nacional;
- V A continuidade da estratégia de padronização do processamento da operação das agências no exterior, com ênfase na redução de despesas, mitigação de riscos operacionais e aumento da oferta de produtos e serviços.

8. Pessoas

No semestre, a Universidade Corporativa do Banco do Brasil (UniBB) ofertou 6.384.144 horas em ações de capacitação e em programas de ensino superior, idiomas e certificações. O investimento em educação corporativa foi de R\$ 66,7 milhões (R\$ 598,4 por funcionário).

Também foram destaques no período:

- I Lançamento do Portal UniBB, em inglês e espanhol, para funcionários da rede externa;
- II Lançamento do aplicativo UniBB Mobile, na Apple Store e na Google Play, o que constitui uma nova forma de acesso, por meio de smartphones e tablets, aos conteúdos educacionais da UniBB;
- III Disponibilização do Portal UniBB para pessoas com deficiência visual, democratizando o acesso à ações de capacitação e-Learning a todos os públicos do Banco;
- IV Concessão de 1.621 novas bolsas de graduação, 1.815 bolsas de pós-graduação (especialização), 1000 bolsas de inglês e 67 de mestrado ou doutorado;
- V Lançamento do Vale-Cultura BB que tem como público alvo 42 mil funcionários do BB. Desses, cerca de 89 % já aderiram ao benefício;
- VI Lançamento da Biblioteca Virtual, que disponibiliza aos funcionários mais de 2500 *e-books* organizados em 40 áreas de conhecimento;
- VII Nomeação de 20 gestores, identificados pelo Programa Ascensão Profissional Executiva, entre funcionários de carreira;
- VIII Disponibilização do Programa de *Mentoring* para os gerentes gerais da Rede Varejo, e da Trilha Ética, por meio da qual o funcionário tem acesso a cursos, vídeos e artigos relacionados ao tema, com as seguintes perspectivas: Ética e Sociedade; Ética e Empresa e Responsabilidade Socioambiental no BB.

Remuneração e Benefícios

Em 20.05.2014, foi pago o montante destinado ao Programa Extraordinário de Desempenho Gratificado (PDG), exercício 2013, que incluiu no rol de beneficiários, a gerência média da rede de agências, contemplando 3.246 funcionários.

Para o PDG, exercício de 2014, o Banco aprovou a ampliação do público alvo, incluindo no rol de beneficiários, os Gerentes de Segmento, de Setor e de Módulo da Diretoria de Apoio aos Negócios e Operações. A referida medida acarretou na ampliação dos participantes do programa, que passou a ser de 31.834 funcionários.

Em 25.02.2014 o Banco distribuiu a Participação nos Lucros ou Resultados do 2º semestre de 2013.

A tabela a seguir demonstra a remuneração e os benefícios concedidos aos funcionários:

Tabela 4. Remuneração e Benefícios

	R\$ milhões		
	1S13	1S14	s/1S13
Folha de pagamento ¹	8.032	8.676	8,0
Previdência Complementar ²	544	641	17,9
Planos de Saúde ²	469	428	(8,9)
Participação nos Lucros e Resultados ³	1.340	795	(40,6)
Treinamento ⁴	17	29	72,5

1 - Despesas com proventos, benefícios, encargos sociais e provisões administrativas, conforme Nota Explicativa 22 (Despesas de Pessoal);

2 - Custeio dos planos de previdência complementar e de saúde, conforme Nota Explicativa 27;

3 - Valor destinado à Participação nos Lucros e Resultados, conforme Demonstração do Resultado do Exercício;

4 - Conforme Nota Explicativa 22 (Despesas de Pessoal).

9. Desenvolvimento Sustentável

Em relação à atuação socioambiental do BB, merecem destaque:

- I Pelo 5º ano consecutivo o BB integra o *Sustainability Yearbook*;
- II Realização do *Workshop The 2050 Criteria*, em abril, envolvendo representantes das diversas áreas de negócio do BB para debater o financiamento de *commodities* agrícolas, florestais e marinhas em bases sustentáveis;
- III Publicação, em maio, de novas diretrizes de sustentabilidade para o crédito, abordando os setores de Petróleo & Gás e Transportes;
- IV Relatório Anual de 2013, publicado em maio, que contempla as mais atuais recomendações e princípios da versão GRI G4 – escopo abrangente, com maior destaque em informações sobre governança corporativa e gestão da cadeia de fornecedores;
- V Assinatura, em junho, do Termo de Compromisso das Diretrizes da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico – OCDE para as Empresas Multinacionais;
- VI Assinatura, em março, do termo de adesão à Campanha Compromisso e Atitude pela Lei Maria da Penha - A Lei é mais forte;
- VII Certificação do BB, em março, como uma das cem empresas que possuem as melhores práticas em cidadania corporativa;
- VIII Lançamento na Febraban pelo Programa Água Brasil, em abril, o estudo acadêmico Políticas Públicas para o Setor Financeiro que promovam a Conservação do Capital Natural no Setor Agropecuário: Brasil, da Rio 92 à Rio+20 com uma Visão Prospectiva da Rio+50;
- IX Entrega de 5.500 equipamentos a 88 instituições de todo o País para uso em finalidades sociais no âmbito do Programa de Inclusão e Transformação Social por meio da Doação de Computadores Substituídos;
- X Atingimento da marca de 15 mil funcionários cadastrados no Portal do Voluntariado BB, tendo sido selecionadas, por meio do Projeto Voluntários BB, 68 iniciativas de entidades sociais para repasse de R\$ 4,2 milhões em recursos para desenvolvimento de ações nas comunidades onde atuam;

- XI Mobilização de incentivo aos funcionários, seus familiares e clientes a doarem parte do seu imposto devido, via declaração anual do imposto de renda pessoa física, a entidades que apoiam crianças e adolescentes portadores de câncer ou deficiência em todo o país. Ao todo, 572 funcionários participaram, doando mais de 324 mil reais;
- XII Aprovação de R\$ 3,1 milhões em apoio a projetos de Desenvolvimento Sustentável que buscam a estruturação de cadeias produtivas e a geração de trabalho e renda, dentro da parceria estratégica entre BB e BNDES para utilização de recursos não reembolsáveis do Fundo Social;
- XIII Aprimoramento constante da Estratégia Negocial DRS, que completou dez anos em 2013, com o objetivo de manter a qualidade e a efetividade das ações e permitir a incorporação de novas formas de atuação. Atualmente, 1.959 municípios são atendidos por meio da Estratégia DRS e o Banco conta com 21.951 funcionários capacitados no tema. São 1.530 Planos de Negócios em implementação, com 705.774 beneficiários e o saldo das operações contratadas, após o início desses Planos, atingiu a marca de 7,8 bilhões;
- XVI Anuncio, em junho, pela Fundação Banco do Brasil do cumprimento da meta de construção de 80 mil cisternas de placas no semiárido brasileiro com investimento social de R\$ 180 milhões. As cisternas permitem o armazenamento de 1,28 bilhão de litros d'água para que cerca de 300 mil pessoas, em 133 municípios de nove estados no semiárido sejam beneficiadas.
- XV Recebimento, pela primeira vez, da certificação do Inventário de emissão de Gases de Efeito Estufa (ISO 14064), pela WayCarbon, consultoria de negócios sustentáveis focada no desenvolvimento de projetos que aumentem a competitividade e garantam a perenidade do negócio, a partir da ótica das mudanças do clima.

Para mais informações sobre a atuação do BB em desenvolvimento sustentável, consulte o site www.bb.com.br/sustentabilidade.

10. Informações Legais

Conforme os critérios definidos pelo Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte (Lei Geral da Micro e Pequena Empresa), 95,9% dos clientes pessoa jurídica do BB são classificados como MPE. O volume de recursos utilizado por essas empresas atingiu R\$ 65,2 bilhões em junho, crescimento de 6,2% em doze meses. O saldo das operações de capital de giro contratadas pelas microempresas totalizou R\$ 6,7 bilhões e das pequenas empresas R\$ 34,8 bilhões. As operações de investimento destinadas às microempresas atingiram R\$ 2,1 bilhões e para as pequenas empresas R\$ 20,3 bilhões.

Na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa, o Banco do Brasil adota procedimentos que se fundamentam na legislação aplicável e nos princípios internacionalmente aceitos que preservam a independência do auditor. Esses princípios consistem em: (i) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho e (ii) o auditor não deve atuar, gerencialmente, perante seu cliente nem tampouco promover os interesses desse cliente.

No período, as empresas do Conglomerado do Banco do Brasil contrataram a KPMG Auditores Independentes para prestação de outros serviços não relacionados à auditoria externa no montante de R\$ 1.534 mil, que representam 8,2% dos honorários relativos ao serviço de auditoria externa. Os serviços contratados foram:

Tabela 5. Contratação KPMG Auditores Independentes

Empresa Contratante	Data da Contratação	Data Final da Contratação	Natureza do Serviço Prestado	Valor Total dos Honorários Contratados (R\$ mil)
Banco Votorantim S.A.	13/02/2014	15/08/2014	Assessoria - Pré Certificação de Controles	1.000,0
Neoenergia S.A.	10/01/2014	14/05/2014	Assessoria - Regras contábeis	298,8
Cielo S.A.	30/06/2014	31/07/2014	Assessoria - Regulamentação do setor	138,1
BB Securities Ltd.	13/06/2014	30/06/2014	Assessoria - Regulamentação do setor	45,5
Banco Patagonia S.A.	09/01/2014	10/03/2015	Consultoria - Requerimentos regulatórios da resolução geral 622/13	32,1
Banco do Brasil – AG. Viena	20/06/2014	20/06/2014	Treinamento - tema Fit & Proper	10,3
Banco Patagonia S.A.	05/06/2014	30/12/2014	Consultoria - Requerimentos regulatórios	9,8

Em cumprimento à Instrução CVM 381, o Conglomerado Banco do Brasil informa que, no primeiro semestre de 2014, a KPMG Auditores Independentes não prestou serviços que pudessem afetar sua independência, ratificada por meio da aderência de seus profissionais aos pertinentes padrões éticos e de independência, que cumpram ou excedam os padrões promulgados por IFAC, PCAOB, SEC, AICPA, CFC, CVM, BACEN, SUSEP, PREVIC e pelas demais agências reguladoras. Estas políticas e procedimentos que abrangem áreas como: independência pessoal,

as relações pós-emprego, rotação de profissionais, bem como a aprovação de serviços de auditoria e outros serviços, estão sujeitas a monitoramento constante.

No Banco do Brasil a contratação de serviços relacionados à auditoria externa deve ser precedida por parecer do Comitê de Auditoria.

De acordo com o contido na Deliberação CVM 488/05, o BB esclarece:

- I Os investimentos fixos primeiro semestre de 2014 somaram o valor de R\$ 677,9 milhões, destacando o investimento em novos pontos de atendimento e na melhoria da ambiência das agências (R\$ 360,8 milhões) e em tecnologia da informação (R\$ 278,3 milhões);
- II Possui R\$ 721,9 milhões de créditos tributários não ativados em decorrência dos requisitos estabelecidos pelas Resoluções CMN 3.059 de 20.12.2002 e 3.355 de 31.03.2006 e apresentados na Nota Explicativa de Tributos das Demonstrações Contábeis relativas a 2013;
- III Mantém registrado em contas de compensação, conforme regras dispostas no Plano Contábil das Instituições Financeiras (Cosif), o montante de R\$ 18,1 bilhões decorrente de Coobrigações e Riscos em Garantias Prestadas a clientes e empresas integrantes do Conglomerado BB;
- IV Firmou em 2009, Contrato de Abertura de Linha de Crédito Interbancário Rotativo a liberar com o Banco Votorantim pelo limite equivalente ao valor do patrimônio líquido daquela instituição. A operação foi contabilizada em contas de compensação, conforme regras dispostas no Cosif e encontra-se publicada na Nota Explicativa Partes Relacionadas das Demonstrações Contábeis relativas ao primeiro semestre de 2014;
- V No período não houve reorganizações societárias.

Em conformidade com o art. 8º da Circular Bacen 3.068/2001, o Banco do Brasil afirma que possui a intenção e a capacidade financeira de manter, até o vencimento, os títulos classificados na categoria "Títulos Mantidos até o Vencimento". A capacidade financeira está amparada em projeção de fluxo de caixa que não considera a possibilidade de venda desses títulos.

O Banco do Brasil, seus acionistas, administradores e os membros do Conselho Fiscal se comprometem a resolver toda e qualquer disputa ou controvérsia relacionada ao Regulamento de Listagem do Novo Mercado por meio da Câmara de Arbitragem do Mercado da BM&FBovespa, conforme cláusula compromissória constante do Estatuto Social do Banco do Brasil.

11. Principais Reconhecimentos Recebidos no Período

- I Em março, o BB foi premiado pelo instituto norte-americano Ethisphere como uma das empresas mais éticas do mundo em 2014 – World's Most Ethical Companies (WME);
- II Em março, recebeu a Certificação *Top Employer*, sendo listado como um dos cinco melhores empregadores do País;
- III Em abril, foi o melhor Banco mais bem avaliado pelo IGov Pessoas - índice de práticas em Gestão de Pessoas, levantamento realizado pelo Tribunal de Contas da União (TCU).
- IV Em abril o Banco do Brasil foi escolhido como uma das empresas de maior prestígio no País em 2014, recebendo o diploma de: As empresas de maior prestígio – *Ranking* Revista Época Negócios – 2º lugar na categoria Bancos – 12º lugar no *ranking* geral;
- V Em abril, recebeu o diploma de: As empresas mais amadas do Brasil 2014 – *Ranking* Revista Consumidor Moderno – 2º lugar na categoria Bancos;
- VI Em maio o BB foi escolhido como uma das empresas mais lembradas pelo homem do campo quando o assunto é crédito rural, recebendo o diploma de: *Top of Mind* Rural 2014 – *Ranking* Revista Rural – 1º lugar na categoria Crédito Rural.
- VII Em maio o BB recebeu o Prêmio CIC Brasil, da Revista Clientes SA, na categoria "Melhor atendimento multicanal" com o case "SAC BB - Rompendo as barreiras da comunicação e caminhando além das fronteiras: conectado a você!" A premiação reconhece as organizações líderes na qualidade do serviço oferecido ao cliente.

Agradecimentos

Agradecemos a dedicação e o empenho de nossos funcionários e colaboradores, bem como a confiança dos acionistas, dos clientes e da sociedade.

Mais informações visite o site de Relações com Investidores: www.bb.com.br/ri.

BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO

Em milhares de Reais			
ATIVO	30.06.2014	31.12.2013	30.06.2013
ATIVO CIRCULANTE	843.812.655	749.138.334	671.851.639
Disponibilidades (Nota 6)	11.811.629	11.834.158	14.350.615
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez (Nota 7.a)	295.247.255	227.258.441	221.140.899
Aplicações no mercado aberto	255.635.839	187.854.433	192.639.898
Aplicações em depósitos interfinanceiros	39.611.416	39.404.008	28.501.001
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos (Nota 8)	118.769.927	113.913.434	65.508.301
Carteira própria	101.914.542	88.429.987	40.386.623
Vinculados a compromissos de recompra	13.071.144	20.334.621	22.268.817
Vinculados ao Banco Central	16	15	17
Vinculados à prestação de garantias	3.160.452	4.493.312	1.862.927
Instrumentos financeiros derivativos	623.773	655.499	989.917
Relações Interfinanceiras	96.910.617	93.994.844	86.063.419
Pagamentos e recebimentos a liquidar (Nota 9.a)	7.014.720	24.538	4.018.333
Créditos vinculados (Nota 9.b)	88.884.476	92.938.774	81.047.158
Depósitos no Banco Central	86.598.882	90.746.096	78.892.266
Tesouro Nacional - recursos do crédito rural	61.963	53.704	48.663
SFH - Sistema Financeiro da Habitação	2.223.631	2.138.974	2.106.229
Repasses interfinanceiros	22.534	55.321	48.220
Correspondentes	988.887	976.211	949.708
Relações Interdependências	228.568	670.744	139.510
Transferências internas de recursos	228.568	670.744	139.510
Operações de Crédito (Nota 10)	188.888.421	188.116.629	183.192.264
Setor público	1.567.616	1.098.043	1.480.347
Setor privado	196.164.197	195.760.528	190.094.416
Operações de crédito vinculadas à cessão	456	408	333
(Provisão para operações de crédito)	(8.843.848)	(8.742.350)	(8.382.832)
Operações de Arrendamento Mercantil (Nota 10)	551.383	703.051	895.532
Setor público	--	534	4.404
Setor privado	592.703	752.176	958.317
(Provisão para operações de arrendamento mercantil)	(41.320)	(49.659)	(67.189)
Outros Créditos	128.407.233	109.671.685	97.825.187
Créditos por avais e fianças honrados	458.454	442.422	133.168
Carteira de câmbio (Nota 12.a)	16.110.013	17.524.195	16.529.777
Rendas a receber	2.127.159	2.059.030	1.902.277
Negociação e intermediação de valores	263.583	251.258	662.807
Créditos de operações de seguros, previdência e capitalização (Nota 21.a)	4.048.876	3.739.624	3.055.427
Diversos (Nota 11.b)	107.060.874	87.030.697	76.521.407
(Provisão para outros créditos)	(1.661.726)	(1.375.541)	(979.676)
Outros Valores e Bens (Nota 13)	2.997.622	2.975.348	2.735.912
Bens não de uso próprio e materiais em estoque	687.780	553.570	553.248
(Provisão para desvalorizações)	(159.247)	(165.221)	(195.446)
Despesas antecipadas	2.469.089	2.586.999	2.378.110

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO

		Em milhares de Reais		
ATIVO		30.06.2014	31.12.2013	30.06.2013
ATIVO NÃO CIRCULANTE		557.315.112	554.776.789	542.762.513
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		535.500.549	532.102.352	520.284.534
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	(Nota 7.a)	2.372.032	3.873.345	1.724.312
Aplicações no mercado aberto		114.988	203.306	324.469
Aplicações em depósitos interfinanceiros		2.257.044	3.670.039	1.399.843
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	(Nota 8)	89.494.792	88.025.296	126.520.896
Carteira própria		43.148.450	38.688.797	99.273.761
Vinculados a compromissos de recompra		40.431.825	46.240.231	23.635.904
Vinculados ao Banco Central		--	--	15
Vinculados à prestação de garantias		5.272.792	2.266.862	2.622.730
Instrumentos financeiros derivativos		675.433	865.157	990.121
(Provisão para desvalorizações de títulos livres)		(33.708)	(35.751)	(1.635)
Relações Interfinanceiras		235.646	155.154	124.603
Créditos vinculados	(Nota 9.b)	7.315	3.666	4.033
Tesouro Nacional - recursos do crédito rural		7.315	3.666	4.033
Repasse interfinanceiros		228.331	151.488	120.570
Operações de Crédito	(Nota 10)	396.935.595	372.086.512	332.238.523
Setor público		29.814.698	28.145.421	17.687.676
Setor privado		381.799.613	357.643.512	327.021.452
Operações de crédito vinculadas à cessão		188.520	207.204	82.790
(Provisão para operações de crédito)		(14.867.236)	(13.909.625)	(12.553.395)
Operações de Arrendamento Mercantil	(Nota 10)	522.689	587.874	625.568
Setor privado		534.890	605.547	652.187
(Provisão para operações de arrendamento mercantil)		(12.201)	(17.673)	(26.619)
Outros Créditos		44.701.008	66.215.605	58.080.721
Carteira de câmbio	(Nota 12.a)	741	949	263.834
Rendas a receber		30.054	34.474	33.693
Negociação e intermediação de valores		1.095.398	1.011.466	795.135
Créditos específicos	(Nota 11.a)	1.469.391	1.390.451	1.324.036
Créditos de operações de seguros, previdência e capitalização	(Nota 21.a)	18.963	17.331	2.428
Diversos	(Nota 11.b)	42.403.922	64.183.270	56.254.142
(Provisão para outros créditos)		(317.461)	(422.336)	(592.547)
Outros Valores e Bens	(Nota 13)	1.238.787	1.158.566	969.911
Despesas antecipadas		1.238.787	1.158.566	969.911
PERMANENTE		21.814.563	22.674.437	22.477.979
Investimentos		3.327.492	3.536.188	3.511.090
Participações em coligadas e controladas	(Nota 14.a)	1.784.330	1.644.173	1.993.037
No país		1.250.389	1.372.326	1.612.501
No exterior		533.941	271.847	380.536
Outros investimentos	(Nota 14.b)	1.632.657	2.014.045	1.632.270
(Imparidade acumulada)		(89.495)	(122.030)	(114.217)
Imobilizado de Uso	(Nota 15)	7.671.359	7.258.491	6.769.490
Imóveis de uso		6.585.412	5.967.995	5.047.071
Outras imobilizações de uso		9.264.474	9.095.123	9.312.573
(Depreciação acumulada)		(8.178.527)	(7.804.627)	(7.590.154)
Intangível	(Nota 16)	10.767.757	11.824.059	12.145.361
Ativos intangíveis		17.264.739	18.955.191	18.727.495
(Amortização acumulada)		(6.496.982)	(7.131.132)	(6.582.134)
Diferido		47.955	55.699	52.038
Gastos de organização e expansão		1.683.537	1.696.577	1.673.236
(Amortização acumulada)		(1.635.582)	(1.640.878)	(1.621.198)
TOTAL DO ATIVO		1.401.127.767	1.303.915.123	1.214.614.152

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO

		Em milhares de Reais		
PASSIVO/PATRIMÔNIO LÍQUIDO		30.06.2014	31.12.2013	30.06.2013
PASSIVO CIRCULANTE		884.544.553	812.028.739	770.542.474
Depósitos	(Nota 17.a)	384.816.768	395.192.185	375.845.548
Depósitos à vista		69.376.605	75.818.389	72.203.518
Depósitos de poupança		146.460.984	140.728.107	129.003.316
Depósitos interfinanceiros		25.422.674	24.850.168	17.592.735
Depósitos a prazo		143.556.505	153.795.521	157.045.979
Captações no Mercado Aberto	(Nota 17.c)	276.006.528	228.235.770	225.960.527
Carteira própria		55.937.484	71.036.165	50.891.270
Carteira de terceiros		219.870.814	157.048.739	174.854.598
Carteira de livre movimentação		198.230	150.866	214.659
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	(Nota 19)	39.358.768	25.167.346	21.971.525
Recursos de letras imobiliárias, hipotecárias, de crédito e similares		27.908.127	16.326.298	11.674.905
Recursos de debêntures		--	7.571	22.691
Obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior		11.432.422	8.833.477	10.273.929
Certificados de operações estruturadas		18.219	--	--
Relações Interfinanceiras		5.183.513	34.862	2.983.977
Recebimentos e pagamentos a liquidar	(Nota 9.a)	5.160.900	500	2.971.092
Correspondentes		22.613	34.362	12.885
Relações Interdependências		3.928.855	4.825.539	2.561.443
Recursos em trânsito de terceiros		3.925.709	4.813.518	2.557.912
Transferências internas de recursos		3.146	12.021	3.531
Obrigações por Empréstimos	(Nota 18.a)	14.769.446	15.480.736	14.131.162
Empréstimos no país - outras instituições		291.745	297.226	416.476
Empréstimos no exterior		14.477.701	15.183.510	13.714.686
Obrigações por Repasses do País - Instituições Oficiais	(Nota 18.b)	36.427.366	32.268.744	18.742.569
Tesouro Nacional		36.238	62.368	41.324
BNDDES		13.169.813	12.810.221	11.643.268
Caixa Econômica Federal		8.046.383	4.219.810	1.910.859
Finame		5.381.234	5.273.223	4.702.972
Outras instituições		9.793.698	9.903.122	444.146
Obrigações por Repasses do Exterior	(Nota 18.b)	95	24.079	12.062
Repasses do exterior		95	24.079	12.062
Instrumentos Financeiros Derivativos	(Nota 8.d)	2.863.647	2.977.391	2.837.947
Instrumentos financeiros derivativos		2.863.647	2.977.391	2.837.947
Outras Obrigações		121.189.567	107.822.087	105.495.714
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados		5.992.586	358.009	5.428.187
Carteira de câmbio	(Nota 12.a)	13.087.454	10.569.094	9.558.715
Sociais e estatutárias		1.088.221	1.413.174	3.626.131
Fiscais e previdenciárias	(Nota 20.a)	18.861.375	22.222.882	24.748.371
Negociação e intermediação de valores		438.390	255.929	725.562
Provisões técnicas de seguros, previdência e capitalização	(Nota 21.b)	22.174.845	19.733.882	17.357.592
Fundos financeiros e de desenvolvimento	(Nota 20.b)	5.357.804	5.219.026	3.786.099
Dívidas subordinadas	(Nota 20.c)	5.676.703	3.251.281	--
Instrumentos híbridos de capital e dívida	(Nota 20.d)	295.356	320.248	368.785
Diversas	(Nota 20.e)	48.216.833	44.478.562	39.896.272

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO

		Em milhares de Reais		
PASSIVO/PATRIMÔNIO LÍQUIDO		30.06.2014	31.12.2013	30.06.2013
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		444.792.589	419.661.589	379.350.364
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		444.376.437	419.227.134	378.962.005
Depósitos	(Nota 17.a)	95.066.035	95.820.823	102.488.550
Depósitos interfinanceiros		3.419.356	2.305.091	3.322.028
Depósitos a prazo		91.646.679	93.515.732	100.166.522
Captações no Mercado Aberto	(Nota 17.c)	13.092.878	11.228.808	12.059.443
Carteira própria		3.300.905	3.687.927	3.720.026
Carteira de terceiros		9.786.140	7.540.881	8.339.417
Carteira de livre movimentação		5.833	--	--
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	(Nota 19)	110.333.053	97.885.746	64.554.095
Recursos de letras imobiliárias, hipotecárias, de crédito e similares		89.028.147	75.071.734	45.760.466
Recursos de debêntures		761.630	762.389	760.569
Obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior		20.543.276	22.051.623	18.033.060
Obrigações por Empréstimos	(Nota 18.a)	3.876.487	1.834.473	1.196.185
Empréstimos no país - outras instituições		945	1.890	6.615
Empréstimos no exterior		3.875.542	1.832.583	1.189.570
Obrigações por Repasses do País - Instituições Oficiais	(Nota 18.b)	56.592.154	54.836.239	51.249.774
Tesouro Nacional		399.549	474.365	650.154
BNDES		30.615.411	31.157.753	31.118.377
Finame		25.577.194	23.204.121	19.481.243
Obrigações por Repasses do Exterior	(Nota 18.b)	382	382	64.456
Repasses do exterior		382	382	64.456
Instrumentos Financeiros Derivativos	(Nota 8.d)	907.081	717.019	1.312.567
Instrumentos financeiros derivativos		907.081	717.019	1.312.567
Outras Obrigações		164.508.367	156.903.644	146.036.935
Carteira de câmbio	(Nota 12.a)	5.575.796	10.925.595	9.545.065
Fiscais e previdenciárias	(Nota 20.a)	3.920.755	6.654.063	3.533.884
Negociação e intermediação de valores		1.017.115	806.852	474.072
Provisões técnicas de seguros, previdência e capitalização	(Nota 21.b)	67.378.218	57.995.462	50.617.270
Fundos financeiros e de desenvolvimento	(Nota 20.b)	3.047.263	2.442.396	2.051.664
Operações especiais		2.141	2.131	2.126
Dívidas subordinadas	(Nota 20.c)	46.510.387	47.797.035	48.558.043
Instrumentos híbridos de capital e dívida	(Nota 20.d)	11.928.227	12.064.325	19.885.398
Instrumentos de dívida elegíveis a capital	(Notas 20.c e 20.d)	16.326.904	8.489.750	--
Diversas	(Nota 20.e)	8.801.561	9.726.035	11.369.413
RESULTADOS DE EXERCÍCIOS FUTUROS		416.152	434.455	388.359
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	(Nota 24)	71.790.625	72.224.795	64.721.314
Capital		54.000.000	54.000.000	48.400.000
De domiciliados no país		43.136.853	43.852.577	39.033.576
De domiciliados no exterior		10.863.147	10.147.423	9.366.424
Reservas de Capital		10.768	6.023	6.023
Reservas de Reavaliação		4.524	4.564	4.605
Reservas de Lucros		23.260.140	19.972.166	22.147.559
Ajustes de Avaliação Patrimonial		(6.667.188)	(3.132.049)	(7.713.282)
(Ações em Tesouraria)		(1.558.272)	(1.324.407)	(602.713)
Participação dos Não Controladores		2.740.653	2.698.498	2.479.122
TOTAL DO PASSIVO		1.401.127.767	1.303.915.123	1.214.614.152

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DO RESULTADO

		Em milhares de Reais	
		1º Semestre/2014	1º Semestre/2013
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		65.568.527	53.742.255
Operações de crédito	(Nota 10.b)	41.122.276	35.468.856
Operações de Arrendamento Mercantil	(Nota 10.i)	679.693	889.565
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	(Nota 8.b)	18.665.697	13.403.216
Resultado de instrumentos financeiros derivativos	(Nota 8.e)	(724.805)	890.473
Resultado de operações de câmbio	(Nota 12.b)	862.635	325.581
Resultado das aplicações compulsórias	(Nota 9.c)	2.887.011	2.058.875
Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros		345.921	249.332
Resultado financeiro das operações com seguros, previdência e capitalização	(Nota 21.e)	1.730.099	456.357
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		(49.983.368)	(39.579.028)
Operações de captação no mercado	(Nota 17.d)	(37.116.509)	(25.178.142)
Operações de empréstimos, cessões e repasses	(Nota 18.c)	(1.919.119)	(5.837.871)
Operações de Arrendamento Mercantil	(Nota 10.i)	(606.041)	(808.369)
Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros		(5.967)	(27.190)
Atualização e juros de provisões técnicas de seguros, previdência e capitalização	(Nota 21.e)	(1.169.091)	(209.247)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(Notas 10.f e 10.g)	(9.166.641)	(7.518.209)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		15.585.159	14.163.227
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS		(6.094.870)	(7.737.730)
Receitas de prestação de serviços	(Nota 22.a)	8.741.939	8.062.093
Rendas de tarifas bancárias	(Nota 22.b)	3.167.505	3.242.648
Despesas de pessoal	(Nota 22.c)	(9.376.546)	(9.064.359)
Outras despesas administrativas	(Nota 22.d)	(8.507.485)	(7.860.038)
Despesas tributárias	(Nota 25.c)	(2.335.937)	(2.307.723)
Resultado de participações em coligadas e controladas	(Nota 14)	(706.241)	328.945
Resultado de operações com seguros, previdência e capitalização	(Nota 21.e)	2.103.246	1.526.673
Outras receitas operacionais	(Nota 22.e)	7.210.524	3.443.601
Outras despesas operacionais	(Nota 22.f)	(6.391.875)	(5.109.570)
RESULTADO OPERACIONAL		9.490.289	6.425.497
RESULTADO NÃO OPERACIONAL		133.744	9.906.580
Receitas não operacionais	(Nota 23)	201.134	10.013.719
Despesas não operacionais		(67.390)	(107.139)
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS E PARTICIPAÇÕES		9.624.033	16.332.077
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		(2.674.474)	(4.706.640)
PARTICIPAÇÃO DE EMPREGADOS E ADMINISTRADORES NO LUCRO		(795.439)	(1.339.750)
PARTICIPAÇÃO DOS NÃO CONTROLADORES		(647.946)	(256.893)
LUCRO LÍQUIDO		5.506.174	10.028.794
LUCRO POR AÇÃO			
Número médio ponderado de ações - básico e diluído	(Nota 24.e)	2.803.466.870	2.844.865.273
Lucro básico e diluído por ação (R\$)		1,99	3,53

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Em milhares de Reais

EVENTOS	Capital	Reservas de Capital	Reservas de Reavaliação	Reservas de Lucros		Ajustes de Avaliação Patrimonial		Ações em Tesouraria	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Participação dos não Controladores	Total
				Reserva Legal	Reservas Estatutárias	Banco do Brasil	Coligadas e Controladas				
Saldos em 31.12.2012	48.400.000	1	4.645	4.112.056	12.019.990	(3.539.268)	389.074	(461.248)	--	574.167	61.499.417
Ajustes de avaliação patrimonial de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos, líquido de impostos	--	--	--	--	--	(1.179.284)	(413.414)	--	--	--	(1.592.698)
Ajustes de avaliação patrimonial – Planos de Benefícios	--	--	--	--	--	(2.970.390)	--	--	--	--	(2.970.390)
Transações com pagamento baseado em ações	--	6.022	--	--	--	--	--	(6.022)	--	--	--
Programa de recompra de ações	--	--	--	--	--	--	--	(135.443)	--	--	(135.443)
Dividendos/JCP prescritos	--	--	--	--	--	--	--	--	7	--	7
Realização de reserva de reavaliação em coligadas/controladas (Nota 24.c)	--	--	(40)	--	--	--	--	--	40	--	--
Variação de participação dos não controladores	--	--	--	--	--	--	--	--	--	1.904.955	1.904.955
Lucro líquido do período	--	--	--	--	--	--	--	--	10.028.794	--	10.028.794
Resultado não realizado (Nota 24.g)	--	--	--	--	(4.527)	--	--	--	4.527	--	--
Destinações - Reservas	--	--	--	501.666	5.797.803	--	--	--	(6.299.469)	--	--
- Dividendos (Nota 24.f)	--	--	--	--	(279.429)	--	--	--	(2.177.881)	--	(2.457.310)
- Juros sobre o capital próprio (Nota 24.f)	--	--	--	--	--	--	--	--	(1.556.018)	--	(1.556.018)
Saldos em 30.06.2013	48.400.000	6.023	4.605	4.613.722	17.533.837	(7.688.942)	(24.340)	(602.713)	--	2.479.122	64.721.314
Mutações do Período	--	6.022	(40)	501.666	5.513.847	(4.149.674)	(413.414)	(141.465)	--	1.904.955	3.221.897
Saldos em 31.12.2013	54.000.000	6.023	4.564	4.902.575	15.069.591	(2.965.189)	(166.860)	(1.324.407)	--	2.698.498	72.224.795
Ajustes de avaliação patrimonial de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos, líquido de impostos	--	--	--	--	--	(54.504)	89.201	--	--	--	34.697
Ajustes de avaliação patrimonial – Planos de Benefícios	--	--	--	--	--	(3.569.836)	--	--	--	--	(3.569.836)
Transações com pagamento baseado em ações	--	4.745	--	--	--	--	--	3.035	--	--	7.780
Programa de recompra de ações	--	--	--	--	--	--	--	(236.900)	--	--	(236.900)
Dividendos/JCP prescritos	--	--	--	--	--	--	--	--	7.836	--	7.836
Realização de reserva de reavaliação em coligadas/controladas (Nota 24.c)	--	--	(40)	--	--	--	--	--	40	--	--
Variação de participação dos não controladores	--	--	--	--	--	--	--	--	--	42.155	42.155
Lucro líquido do período	--	--	--	--	--	--	--	--	5.506.174	--	5.506.174
Resultado não realizado (Nota 24.g)	--	--	--	--	(59.016)	--	--	--	59.016	--	--
Destinações - Reservas	--	--	--	278.259	3.296.342	--	--	--	(3.574.601)	--	--
- Dividendos (Nota 24.f)	--	--	--	--	(227.611)	--	--	--	(216.417)	--	(444.028)
- Juros sobre o capital próprio (Nota 24.f)	--	--	--	--	--	--	--	--	(1.782.048)	--	(1.782.048)
Saldos em 30.06.2014	54.000.000	10.768	4.524	5.180.834	18.079.306	(6.589.529)	(77.659)	(1.558.272)	--	2.740.653	71.790.625
Mutações do período	--	4.745	(40)	278.259	3.009.715	(3.624.340)	89.201	(233.865)	--	42.155	(434.170)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS FLUXOS DE CAIXA

	Em milhares de Reais	
	1º Semestre/2014	1º Semestre/2013
Fluxos de caixa provenientes das operações		
Lucro antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	9.624.033	16.332.077
Ajustes ao Lucro antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	27.745.602	10.892.961
Provisão para crédito, arrendamento mercantil e outros créditos (Notas 10.f e 10.g)	9.166.641	7.518.209
Depreciações e amortizações (Nota 22.d)	2.398.101	1.984.254
Resultado na avaliação do valor recuperável de ativos (Notas 15 e 16)	(2.820)	797
Resultado de participação em coligadas e controladas (Nota 14.a)	706.241	(328.945)
(Lucro) Prejuízo na alienação de valores e bens (Nota 23)	(18.360)	(40.544)
(Lucro) Prejuízo na alienação de investimentos (Nota 23)	(2.114)	(9.824.793)
(Ganho) Perda de capital (Nota 23)	5.398	9.939
Resultado da conversão de moeda estrangeira (Nota 14.a)	(678.268)	333.884
Provisão (Reversão) para desvalorização de outros valores e bens (Nota 23)	(3.649)	27
Amortização de ágios em investimentos (Notas 14.c e 22.d)	115.634	155.359
Despesas com provisões cíveis, trabalhistas e fiscais (Nota 28.a)	1.112.183	2.562.291
Provisões técnicas de seguros, previdência e capitalização (Nota 21.e)	14.091.161	11.444.644
Atualização de ativos/passivos atuariais e dos fundos de destinação do superávit (Nota 27)	(1.153.648)	(705.250)
Efeito das mudanças das taxas de câmbio em caixa e equivalentes de caixa	2.655.475	(1.967.134)
Resultado dos não controladores	(647.946)	(256.893)
Outros ajustes	1.573	7.116
Lucro ajustado antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	37.369.635	27.225.038
Variações Patrimoniais	(33.088.371)	(55.669.624)
(Aumento) Redução em aplicações interfinanceiras de liquidez	(62.530.177)	(15.346.445)
(Aumento) Redução em títulos para negociação e instrumentos financeiros derivativos	(3.954.720)	(4.151.223)
(Aumento) Redução em relações interfinanceiras e interdependências	(2.449.336)	(3.417.759)
(Aumento) Redução em depósitos compulsórios no Banco Central do Brasil	4.147.214	1.205.599
(Aumento) Redução em operações de crédito	(34.558.478)	(52.983.096)
(Aumento) Redução em operações de arrendamento mercantil	193.218	327.697
(Aumento) Redução em outros créditos líquidos dos impostos diferidos	5.307.012	(2.681.581)
(Aumento) Redução em outros valores e bens	(80.486)	243.934
Imposto de renda e contribuição social pagos	(2.786.910)	(6.440.206)
(Redução) Aumento em depósitos	(11.130.205)	6.248.697
(Redução) Aumento em captações no mercado aberto	49.634.828	12.233.098
(Redução) Aumento em recursos de aceites e emissão de títulos	26.638.729	15.855.496
(Redução) Aumento em obrigações por empréstimos e repasses	7.221.277	7.709.059
(Redução) Aumento em outras obrigações	(8.722.034)	(14.473.962)
(Redução) Aumento em resultados de exercícios futuros	(18.303)	1.068
CAIXA GERADO (UTILIZADO) PELAS OPERAÇÕES	4.281.264	(28.444.586)
Fluxos de caixa provenientes das atividades de investimento		
(Aumento) Redução em títulos e valores mobiliários disponíveis para venda	(1.898.344)	(3.479.534)
(Aumento) Redução em títulos e valores mobiliários mantidos até o vencimento	(358.737)	(924.032)
Dividendos recebidos de coligadas e controladas	--	--
(Aquisição) Alienação de imobilizado de uso	(922.967)	(566.432)
(Aquisição) Alienação de investimentos	61.805	9.740.838
(Aquisição) Baixa de intangíveis/diferidos	(821.137)	(326.962)
CAIXA GERADO (UTILIZADO) PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(3.939.380)	4.443.878
Fluxos de caixa provenientes das atividades de financiamento		
Varição da participação dos acionistas não controladores	42.155	1.904.955
(Redução) Aumento em obrigações por dívida subordinada	4.089.135	7.881.864
(Redução) Aumento em instrumentos híbridos de capital e dívida	4.725.802	5.193.113
(Aquisição) Alienação de ações em tesouraria	(233.865)	(141.465)
Dividendos pagos	(592.793)	(1.013.659)
Juros sobre o capital próprio pagos	(1.782.048)	(1.556.018)
CAIXA GERADO (UTILIZADO) PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	6.248.386	12.268.790
Varição Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa	6.590.270	(11.731.918)
Início do período	71.797.486	57.805.818
Efeito das mudanças das taxas de câmbio em caixa e equivalentes de caixa	(2.655.475)	1.967.134
Fim do período	75.732.281	48.041.034
Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa	6.590.270	(11.731.918)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DO VALOR ADICIONADO

	Em milhares de Reais			
	1º Semestre/2014		1º Semestre/2013	
Receitas	70.984.467		66.820.870	
Receitas de intermediação financeira	65.568.527		53.742.255	
Receitas de prestação de serviços e tarifas bancárias	11.909.444		11.304.741	
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(9.166.641)		(7.518.209)	
Lucro na alienação de investimentos/participação societária (Nota 23)	2.114		9.824.793	
Outras receitas/despesas	2.671.023		(532.710)	
Despesas da Intermediação Financeira	(40.816.727)		(32.060.819)	
Insumos Adquiridos de Terceiros	(5.012.290)		(4.758.799)	
Materiais, água, energia e gás (Nota 22.d)	(252.404)		(256.692)	
Serviços de terceiros (Nota 22.d)	(948.601)		(945.643)	
Comunicações (Nota 22.d)	(769.132)		(702.904)	
Processamento de dados (Nota 22.d)	(433.712)		(415.328)	
Transporte (Nota 22.d)	(638.040)		(532.294)	
Serviços de vigilância e segurança (Nota 22.d)	(446.818)		(389.847)	
Serviços do sistema financeiro (Nota 22.d)	(386.492)		(508.892)	
Propaganda e publicidade (Nota 22.d)	(257.870)		(194.995)	
Outras	(879.221)		(812.204)	
Valor Adicionado Bruto	25.155.450		30.001.252	
Despesas de amortização/depreciação (Nota 22.d)	(2.513.735)		(2.139.613)	
Valor Adicionado Líquido Produzido pela Entidade	22.641.715		27.861.639	
Valor Adicionado Recebido em Transferência	(706.241)		328.945	
Resultado de participações em coligadas/controladas	(706.241)		328.945	
Valor Adicionado a Distribuir	21.935.474		28.190.584	
Valor Adicionado Distribuído	21.935.474		28.190.584	
Pessoal	8.928.882		9.227.018	
Salários e honorários	5.868.704		5.683.145	
Participação de empregados e administradores no lucro	795.439		1.339.750	
Benefícios e treinamentos	1.283.642		1.178.632	
FGTS	384.443		351.119	
Outros encargos	596.654		674.372	
Impostos, Taxas e Contribuições	6.229.598		8.123.391	
Federais	5.652.735		7.557.482	
Estaduais	391		497	
Municipais	576.472		565.412	
Remuneração de Capitais de Terceiros	622.874		554.488	
Aluguéis (Nota 22.d)	622.874		554.488	
Remuneração de Capitais Próprios	6.154.120		10.285.687	
Juros sobre capital próprio da União (Nota 24.f)	1.037.282		907.235	
Juros sobre capital próprio de outros acionistas	744.766		648.783	
Dividendos da União	258.457		1.432.732	
Dividendos de outros acionistas	185.571		1.024.578	
Lucro retido	3.280.098		6.015.466	
Participação dos não controladores nos lucros retidos	647.946		256.893	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

1 – O BANCO E SUAS OPERAÇÕES

O Banco do Brasil S.A. (Banco do Brasil ou Banco) é uma companhia aberta de direito privado, de economia mista, regida, sobretudo, pela legislação das sociedades por ações, e sua matriz está localizada no Setor Bancário Sul, Quadra 1, Lote 32, Bloco C, Edifício Sede III, Brasília, Distrito Federal, Brasil. Tem por objeto a prática de todas as operações bancárias ativas, passivas e acessórias, a prestação de serviços bancários, de intermediação e suprimento financeiro sob suas múltiplas formas, inclusive nas operações de câmbio e nas atividades complementares, destacando-se seguros, previdência privada, capitalização, corretagem de títulos e valores mobiliários, administração de consórcios, cartões de crédito/débito, fundos de investimentos e carteiras administradas e o exercício de quaisquer atividades facultadas às instituições integrantes do Sistema Financeiro Nacional. Como instrumento de execução da política creditícia e financeira do Governo Federal, compete ao Banco exercer as funções atribuídas em lei, especificamente as previstas no artigo 19 da Lei n.º 4.595/1964.

2 – REESTRUTURAÇÕES SOCIETÁRIAS

a) Reorganizações Societárias na área de Seguros, Previdência Complementar Aberta, Capitalização e Resseguros

BB Seguridade Participações S.A.

Em 20.02.2013, por meio de assembleia geral extraordinária, o Banco do Brasil decidiu pela realização de Oferta Pública de Ações (OPA) da BB Seguridade. A ata da assembleia foi arquivada na Junta Comercial do Distrito Federal em 14.03.2013, sob o n.º 20130248401, e publicada no Diário Oficial da União e no Jornal de Brasília, em 25.03.2013.

A oferta, cujo emissor foi a BB Seguridade Participações S.A., consistiu na distribuição pública secundária de ações, realizada no Brasil, em mercado de balcão não organizado, em conformidade com a Instrução CVM n.º 400/2003.

Em 25.04.2013, foram ofertadas 500 milhões de ações, 100% Ordinárias, negociadas no Novo Mercado da BM&FBovespa sob o *ticker* BBSE3, com preço fixado em R\$ 17,00. A liquidação da Oferta Base (500 milhões de ações), acrescida do Lote Adicional (100 milhões de ações), produziu um ganho bruto no resultado do Banco do Brasil de R\$ 8,374 bilhões, resultante da alienação de 30% das ações.

Em 20.05.2013, foi encerrada a Oferta Pública de Ações da BB Seguridade com o exercício integral do lote suplementar da oferta (75 milhões de ações). Com isso, o Banco do Brasil obteve um ganho bruto total na operação de R\$ 9,820 bilhões, e passou a deter 66,25% das ações ordinárias da BB Seguridade.

Os recursos arrecadados foram integralmente revertidos ao Banco do Brasil, acionista vendedor. A BB Seguridade não recebeu quaisquer recursos decorrentes da oferta.

IRB - Brasil Resseguros S.A.

Em 24.05.2013, a BB Seguros Participações e a União assinaram Contrato de Transferência de Ações com o objetivo de transferir 212.421 ações ordinárias (ONs) de emissão do IRB-Brasil Resseguros S.A. (IRB) detidas pela União para a BB Seguros.

Ademais, na mesma data, foi celebrado Acordo de Acionistas entre a BB Seguros, a União, o Bradesco Auto Re-Companhia de Seguros S.A., o Itaú Seguros S.A., o Itaú Vida e Previdência S.A. e o Fundo de Investimento em Participações Caixa Barcelona, no intuito de formar um bloco de controle para a governança do IRB por meio da regulação da relação entre os sócios, bem como da atuação e do funcionamento dos órgãos de administração da companhia. Foram vinculadas ao Acordo de Acionistas ações representando 20% do total de ONs pela BB Seguros; 15% do total de ONs pela União; 15% do total de ONs pelo Grupo Itaú Seguros; 20% do total de ONs pela Bradesco Seguros; e 3% do total de ONs pelo FIP Caixa Barcelona.

Além da celebração do Acordo de Acionistas, o processo de reestruturação societária do IRB envolveu, entre outras, as seguintes etapas:

- conversão das ações preferencias do IRB em ações ordinárias (proporção 1:1);
- criação de *golden share* (ação preferencial com direito a veto em determinadas deliberações), detida pela União; e
- aumento do capital social do IRB por seus atuais acionistas, com emissão de novas ações, renunciando a União ao seu direito de preferência.

Em 20.08.2013, foi realizada uma Assembleia Geral Extraordinária para a homologação do aumento de capital do IRB, a qual era condição precedente para o pagamento pela BB Seguros da aquisição das ações ordinárias.

Em 27.08.2013, a BB Seguros passou a deter 20,5% do capital do IRB por meio da transferência das ações e do pagamento efetuado à União, conforme demonstrado a seguir:

	R\$ mil (exceto em quantidade e valor unitário da ação)
Quantidade de ações	212.421 ações
Valor unitário da ação (em R\$)	2.577,00
Valor total pago na aquisição	547.409
Valor do patrimônio líquido ajustado em 31.08.2013	527.951
Valor total do ágio	19.458

A operação foi aprovada pelo Conselho Administrativo da Defesa Econômica (CADE) em 16.04.2013 e pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), em 16.09.2013.

Brasildental Operadora de Planos Odontológicos S.A.

Em 11.06.2013, o Banco do Brasil, a BB Seguros Participações S.A. (BB Seguros), a BB Corretora de Seguros e Administradora de Bens S.A. (BB Corretora), a Odontoprev S.A. (Odontoprev) e a Odontoprev Serviços Ltda. (Odontoprev Serviços) assinaram Acordo de Associação e Outras Avenças com o objetivo de, por meio de uma nova sociedade por ações, denominada Brasildental Operadora de Planos Odontológicos S.A. (Brasildental), desenvolver e divulgar, e por meio da BB Corretora, distribuir e comercializar planos odontológicos sob a marca BB Dental, com exclusividade em todos os canais de distribuição BB no território nacional.

A Brasildental foi constituída em 12.03.2014 e seu capital social total é de R\$ 5.000 mil, distribuído em 100 mil ações ordinárias (ON) e 100 mil ações preferenciais (PN), com a seguinte estrutura societária:

- a BB Seguros detém 49,99% das ações ON e 100% das ações PN, representando 74,99% do capital social total, e
- a Odontoprev detém 50,01% das ações ON, representando 25,01% do capital social total.

Do capital social total, R\$ 1 mil foram integralizados na data de constituição da companhia e os R\$ 4.999 mil restantes, no dia 15.04.2014. A BB Seguros e a Odontoprev responderam pela integralização do capital social da Brasildental na respectiva proporção de suas participações.

A associação foi aprovada pelo Conselho Nacional de Defesa Econômica (CADE) em 02.08.2013 e, em 19.09.2013, o Banco Central do Brasil (Bacen) autorizou a participação indireta do Banco no capital da Brasildental.

Em 12.05.2014, foi emitido o registro da companhia junto ao Conselho Regional de Odontologia (CRO) e, em 07.07.2014, a Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) autorizou as operações da Brasildental.

A próxima etapa a ser concluída se refere à obtenção, junto à ANS, da aprovação dos produtos a serem comercializados pela BrasilDental no mercado brasileiro de planos odontológicos.

O Acordo vigorará por 20 anos, podendo ser prorrogado por iguais períodos.

Brasilprev Seguros e Previdência S.A.

Em 30.11.2013, a Brasilprev Seguros e Previdência S.A. incorporou a Brasilprev Nosso Futuro Seguros e Previdência S.A. (antiga Mapfre Nossa Caixa Vida e Previdência), recebendo todo o seu acervo líquido pelo valor de R\$ 23.020 mil. O capital social da Brasilprev não foi aumentado em decorrência da incorporação, visto que era a única acionista da Brasilprev Nosso Futuro e o valor do acervo líquido da incorporada já estava representado em seu patrimônio líquido.

b) Reorganização Societária – Filiais, Subsidiárias e Controladas no Exterior

BB USA Holding Company Inc.

Em 03.05.2013, o Banco do Brasil adquiriu a totalidade das ações da BB USA Holding Company Inc., que anteriormente pertenciam ao BB AG Viena.

O valor da transação foi efetivado com base no Patrimônio Líquido Ajustado da BB USA Holding Company Inc. de 30.04.2013 pelo valor de USD 644 mil (R\$ 1.293 mil).

A BB USA Holding Company Inc. é uma empresa de capital fechado, com sede na cidade de White Plains no Estado de Nova Iorque.

Bloco Europa

Desde 01.01.2014, as agências do Banco do Brasil em Madri e Paris passaram a ser vinculadas ao BB AG Viena, subsidiária integral do Banco do Brasil na Áustria.

A medida faz parte do processo de consolidação das atividades na Europa sob a licença do BB AG Viena. A integração das unidades europeias busca ampliar o volume de negócios, através da otimização do capital investido naquelas agências, aprimorar a governança e aumentar a eficiência operacional.

China

No dia 30.05.2014, o Banco inaugurou sua primeira agência na China. O Banco possuía um escritório de representação em Xangai, o qual foi transformado em agência com o objetivo de ampliar o intercâmbio comercial com o país, buscar o aumento dos investimentos chineses no Brasil e, também, para dar suporte às multinacionais brasileiras no mercado chinês.

c) Parcerias com o Banco Bradesco S.A. no setor de cartões

Alelo

A Companhia Brasileira de Soluções e Serviços (Alelo), empresa atuante na área de cartões pré-pagos, até então controlada pelo BB Banco de Investimento S.A. e pela Bradescard na proporção de 49,99% e 50,01%, respectivamente, foi transferida, a partir de agosto/2013, para a Elo Participações, que passou a deter 100% do seu capital social.

O objetivo da reestruturação foi maximizar a governança da Alelo por meio da estrutura de governança própria da Elo Participações. Os atos societários se realizaram de modo que as participações finais indiretas do Banco do Brasil e do Banco Bradesco na Alelo e na Elo Participações não sofreram alterações.

Livelo

O Banco do Brasil e o Banco Bradesco comunicaram ao mercado que a Companhia Brasileira de Soluções e Serviços (Alelo) iniciou, por meio de sua subsidiária integral já existente, a Livelo S.A., as tratativas para explorar negócios relacionados a programa de fidelidade por coalizão.

A Livelo é uma sociedade com participação indireta do Banco, com 49,99% do capital social, e do Bradesco, com 50,01% do capital social, por meio da Alelo, e tem como objetivo principal:

- atuar como programa de fidelidade por coalizão independente e aberto tendo como parceiros: emissores de instrumentos de pagamento, varejistas e demais programas de fidelidade, dentre outros;
- reunir um diversificado grupo de parceiros relevantes e estratégicos para possibilitar a geração de pontos de fidelidade e o resgate de benefícios; e
- desenvolver pontos de fidelidade próprios a serem oferecidos aos parceiros de geração/acúmulo de pontos e conversíveis em prêmios e benefícios nos parceiros de resgate.

O início de operação do novo negócio está sujeito ao cumprimento das formalidades legais e regulatórias aplicáveis.

Stelo

O Banco do Brasil e o Bradesco, por meio da sua controlada Companhia Brasileira de Soluções e Serviços (CBSS), lançaram, em 16.04.2014, a empresa Stelo S.A., uma empresa de meios eletrônicos de pagamentos que irá administrar, operar e explorar os segmentos de facilitadoras de pagamentos voltada para o comércio eletrônico, bem como negócios de carteira digital.

O principal propósito é o de criar maior comodidade e segurança para os consumidores e estabelecimentos comerciais, principalmente na utilização de pagamentos no comércio eletrônico.

Com vistas a implementar esse projeto, a Cielo e a CBSS celebraram, em 15.04.2014, Memorando de Entendimentos a respeito da participação da Cielo no capital social da Stelo, atualmente subsidiária integral da CBSS. A participação da Cielo na Stelo está sujeita à assinatura dos documentos que se façam necessários e à aprovação das autoridades regulatórias aplicáveis.

d) Reorganização Societária – Banco Votorantim

Em 31.07.2013, os administradores do Banco Votorantim aprovaram a incorporação da BV Participações ao seu patrimônio nos termos do Protocolo e Justificação de Incorporação. O acervo líquido incorporado foi avaliado ao valor contábil em 30.06.2013, data-base da operação, no montante de R\$ 98.920 mil; acrescentando-se as variações patrimoniais ocorridas entre a data-base do laudo de avaliação contábil e a data da incorporação.

A incorporação justifica-se uma vez que representa um aprimoramento da respectiva estrutura societária, acarreta uma racionalização das operações, simplifica a administração, facilita procedimentos contábeis e financeiros; minimiza despesas administrativas, ocasionando a otimização de seus ativos e resultados.

Como decorrência natural, a BV Participações teve sua personalidade jurídica extinta e o Banco Votorantim passou à condição de sucessor, a título universal, de todos os seus direitos e obrigações.

A incorporação implicou em um aumento do capital social do Banco Votorantim, no mesmo montante do patrimônio líquido incorporado, mediante a emissão de 1.442.096.204 novas ações, sendo 1.179.896.894 de ações ordinárias e 262.199.310 de ações preferenciais, todas sem valor nominal, atribuídas à Votorantim Finanças e ao Banco do Brasil, únicos acionistas da BV Participações, na proporção que cada um detinha no capital social da empresa, em substituição das ações da BV Participações que foram extintas.

e) Reorganização Societária – Itapebi

Em 16.12.2013, foi aprovada a alienação de participação de 19% detida pelo BB Banco de Investimento S.A. na empresa Itapebi Geração de Energia S.A. para o grupo Neoenergia.

Em 20.12.2013, foi assinado o Contrato de Compra e Venda de Ações referentes à venda dessa participação.

3 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As Demonstrações Contábeis Consolidadas foram elaboradas a partir de diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações com observância às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (Bacen), do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), da Superintendência de Seguros Privados (Susep) e da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), quando aplicável.

A elaboração de demonstrações de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras, requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis, quando for o caso. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem: o valor residual do ativo imobilizado, provisão para créditos de liquidação duvidosa, ativos fiscais diferidos, provisão para demandas trabalhistas, fiscais e cíveis, valorização de instrumentos financeiros, ativos e passivos relacionados a benefícios pós-emprego a empregados e outras provisões. Os valores definitivos das transações envolvendo essas estimativas somente são conhecidos por ocasião da sua liquidação.

As demonstrações contábeis consolidadas contemplam as operações do Banco do Brasil realizadas por suas agências no país e no exterior, as operações das subsidiárias financeiras e não financeiras no país e no exterior, das entidades sob controle conjunto, da Entidade de Propósito Específico - Dollar Diversified Payment Rights Finance Company, e dos fundos de investimentos financeiros (BVIA Fundo de Investimento em Participações, BV Financeira FIDC I, BV Financeira FIDC II e BV Financeira FIDC VI) que o Banco controla direta ou indiretamente, bem como das participações em outras empresas, conforme determinado pelo Bacen.

Na elaboração das demonstrações contábeis consolidadas foram eliminados os valores oriundos de transações entre as empresas, compreendendo as participações acionárias de uma empresa em outra, os saldos de contas patrimoniais, as receitas, despesas, bem como os lucros não realizados, líquido dos efeitos tributários. As participações dos não controladores no patrimônio líquido e no resultado das controladas foram destacadas nas demonstrações contábeis. Os saldos das contas patrimoniais e de resultado das participações societárias em que o controle é compartilhado com outros acionistas foram consolidados proporcionalmente à participação no capital social da investida. As operações de arrendamento mercantil foram consideradas sob a ótica do método financeiro, sendo os valores reclassificados da rubrica de imobilizado de arrendamento para a rubrica de operações de arrendamento mercantil, deduzidos dos valores residuais recebidos antecipadamente.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emite normas e interpretações contábeis alinhadas às normas internacionais de contabilidade e aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários. O Bacen recepcionou os seguintes pronunciamentos, observados integralmente pelo Banco, quando aplicável: CPC 00 - Pronunciamento Conceitual Básico, CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, CPC 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa – DFC, CPC 05 – Divulgação sobre Partes Relacionadas, CPC 10 – Pagamento Baseado em Ações, CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, CPC 24 – Evento Subsequente e CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

Adicionalmente, o Banco Central editou a Resolução CMN n.º 3.533, de 31.01.2008, cuja vigência iniciou-se em janeiro de 2012, a qual estabeleceu procedimentos para classificação, registro contábil e divulgação de operações de venda ou de transferência de ativos financeiros. A Resolução é convergente com os critérios de baixa de ativos financeiros especificados no CPC 38 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração.

O Banco aplicou, ainda, os seguintes pronunciamentos que não são conflitantes com as normas do Bacen, conforme determina o artigo 22, § 2º, da Lei n.º 6.385/1976: CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado, CPC 12 – Ajuste a

Valor Presente, CPC 22 – Informações por Segmento, CPC 33 - Benefícios a Empregados e CPC 41 – Resultado por Ação.

Os pronunciamentos CPC 07 – Subvenções e Assistências Governamentais, CPC 17 – Contratos de Construção, CPC 29 – Ativo Biológico e Produto Agrícola e CPC 35 – Demonstrações Separadas, não conflitantes com as normas do Bacen, poderão ser aplicados pelo Banco na medida em que ocorrerem eventos ou transações abrangidos por esses CPCs.

A aplicação dos demais normativos que dependem de regulamentação do Bacen reflete, basicamente, em ajustes imateriais ou em alterações na forma de divulgação, exceto nos seguintes pronunciamentos que podem gerar impactos relevantes nas demonstrações contábeis:

CPC 04 – Ativos Intangíveis e CPC 15 – Combinação de Negócios – a) reclassificação dos ativos intangíveis identificados na aquisição de participação no Banco Votorantim, ocorrida em 2009, bem como na aquisição do controle do Banco Patagonia, em 2011, e do BB Americas, em 2012, da conta de Investimentos para a conta de Intangível, no grupamento do Ativo Não Circulante – Permanente; b) não reconhecimento de despesas de amortização de ágios por expectativa de rentabilidade futura oriundos das aquisições; e, c) reconhecimento de despesa de amortização de intangíveis com vida útil definida, identificados nas aquisições.

CPC 18 – Investimento em Empreendimento Controlado em Conjunto – a) registro a valor justo das participações societárias recebidas na parceria de formação das joint ventures BB Mapfre SH1 e Mapfre BB SH2, em 30.06.2011; b) baixa dos ativos contribuídos pelo Banco do Brasil, incluindo qualquer ágio, pelo valor contábil; e, c) reconhecimento do resultado da transação nas novas sociedades constituídas pela proporção das participações societárias.

CPC 36 – Demonstrações Consolidadas – consolidação das participações em investimentos em coligadas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, conforme pronunciamento CPC 18, ocasionando a redução nos ativos e passivos totais do Conglomerado.

CPC 38 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração – ajuste na provisão para crédito de liquidação duvidosa, em virtude da adoção do critério de perda incorrida ao invés do critério da perda esperada.

As demonstrações contábeis foram aprovadas pelo Conselho Diretor em 12.08.2014.

Participações societárias incluídas nas demonstrações contábeis consolidadas, segregadas por segmentos de negócios:

Atividade	% de Participação				
	30.06.2014	31.12.2013	30.06.2013		
Segmento Bancário					
Banco do Brasil - AG. Viena	(1) (4)	Bancária	100,00%	100,00%	100,00%
BB Leasing Company Ltd.	(1) (4)	Arrendamento	100,00%	100,00%	100,00%
BB Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil	(1) (4)	Arrendamento	100,00%	100,00%	100,00%
BB Securities Asia Pte. Ltd.	(1) (4)	Corretora	100,00%	100,00%	100,00%
BB Securities LLC.	(1) (4)	Corretora	100,00%	100,00%	100,00%
BB Securities Ltd.	(1) (4)	Corretora	100,00%	100,00%	100,00%
BB USA Holding Company, Inc.	(1) (4)	Holding	100,00%	100,00%	100,00%
Brasileira American Merchant Bank	(1) (4)	Bancária	100,00%	100,00%	100,00%
BB Americas	(1) (4)	Banco Múltiplo	100,00%	100,00%	100,00%
Besc Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	(1) (4)	Administração de Ativos	99,62%	99,62%	99,62%
Banco Patagonia S.A.	(1) (4)	Banco Múltiplo	58,96%	58,96%	58,96%
Banco Votorantim S.A.	(2) (4)	Banco Múltiplo	50,00%	50,00%	50,00%
Segmento Investimentos					
BB Banco de Investimento S.A.	(1) (4)	Banco de Investimento	100,00%	100,00%	100,00%
Kepler Weber S.A.	(2) (4)	Indústria	17,56%	17,56%	17,56%
Companhia Brasileira de Securitização - Cibrasec	(3) (5)	Aquisição de Créditos	12,12%	12,12%	12,12%
Neoenergia S.A.	(2) (4)	Energia	11,99%	11,99%	11,99%
Segmento Gestão de Recursos					
BB Gestão de Recursos-Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	(1) (4)	Administração de Ativos	100,00%	100,00%	100,00%
Segmento Seguros, Previdência e Capitalização					
BB Seguridade Participações S.A.	(1) (4)	Holding	66,25%	66,25%	66,25%
BB Cor Participações S.A.	(1) (4)	Holding	66,25%	66,25%	66,25%
BB Corretora de Seguros e Administradora de Bens S.A.	(1) (4)	Corretora	66,25%	66,25%	66,25%
BB Seguros Participações S.A.	(1) (4)	Holding	66,25%	66,25%	66,25%
BB Capitalização S.A. (antiga Nossa Caixa Capitalização S.A.)	(1) (4)	Capitalização	66,25%	66,25%	66,25%
BB Mapfre SH1 Participações S.A.	(2) (4)	Holding	49,68%	49,68%	49,68%
Companhia de Seguros Aliança do Brasil	(2) (4)	Seguradora	49,68%	49,68%	49,68%
Mapfre Vida S.A.	(2) (4)	Previdência	49,68%	49,68%	49,68%
Vida Seguradora S.A.	(2) (4)	Seguradora	49,68%	49,68%	49,68%
Brasilprev Seguros e Previdência S.A.	(2) (4)	Seguradora/Previdência	49,68%	49,68%	49,68%
Brasilprev Nosso Futuro Seguros e Previdência S.A.	(2) (6)	Seguradora/Previdência	--	--	49,68%
Brasilcap Capitalização S.A.	(2) (4)	Capitalização	44,16%	44,16%	44,16%
Mapfre BB SH2 Participações S.A.	(2) (4)	Holding	33,13%	33,13%	33,13%
Aliança do Brasil Seguros S.A.	(2) (4)	Seguradora	33,13%	33,13%	33,13%
Brasilveículos Companhia de Seguros	(2) (4)	Seguradora	33,13%	33,13%	33,13%
Mapfre Seguros Gerais S.A.	(2) (4)	Seguradora	33,13%	33,13%	33,13%
Mapfre Affinity Seguradora S.A.	(2) (4)	Seguradora	33,13%	33,13%	33,13%
BB Mapfre Assistência S.A.	(2) (4)	Prestação de Serviços	33,13%	33,13%	33,13%
Votorantim Corretora de Seguros S.A.	(2) (4)	Corretora	50,00%	50,00%	50,00%
Seguradora Brasileira de Crédito à Exportação - SBCE	(3) (4)	Seguradora	12,09%	12,09%	12,09%
IRB - Brasil Resseguros S.A.	(2) (4)	Resseguradora	13,58%	13,58%	--
Segmento Meios de Pagamento					
BB Administradora de Cartões de Crédito S.A.	(1) (4)	Prestação de Serviços	100,00%	100,00%	100,00%
BB Elo Cartões Participações S.A.	(1) (4)	Holding	100,00%	100,00%	100,00%
Elo Participações S.A.	(2) (4)	Holding	49,99%	49,99%	49,99%
Companhia Brasileira de Soluções e Serviços CBSS - Alelo	(2) (4)	Prestação de Serviços	49,99%	49,99%	49,99%
Elo Serviços S.A.	(2) (4)	Prestação de Serviços	33,33%	33,33%	33,33%
Cielo S.A.	(2) (4)	Prestação de Serviços	28,76%	28,68%	28,71%
Tecnologia Bancária S.A. - Tecban	(3) (4)	Prestação de Serviços	13,53%	13,53%	13,53%
Outros Segmentos					
Ativos S.A. Securitizadora de Créditos Financeiros	(1) (4)	Aquisição de Créditos	100,00%	100,00%	100,00%
Ativos S.A. Gestão de Cobrança e Recuperação de Crédito	(1) (4)	Aquisição de Créditos	100,00%	100,00%	100,00%
BB Administradora de Consórcios S.A.	(1) (4)	Consórcio	100,00%	100,00%	100,00%
BB Tur Viagens e Turismo Ltda.	(1) (5)	Turismo	100,00%	100,00%	100,00%
BB Money Transfers Inc.	(1) (4)	Prestação de Serviços	100,00%	100,00%	100,00%
BB Tecnologia e Serviços S.A.	(1) (4)	Informática	99,97%	99,97%	99,97%
BV Participações S.A.	(2) (6)	Holding	--	--	50,00%

(1) Controladas.

(2) Controladas em conjunto incluídas proporcionalmente na consolidação.

(3) Coligadas, incluídas proporcionalmente na consolidação conforme determinação do Bacen.

(4) Demonstrações contábeis para consolidação relativas a junho/2014.

(5) Demonstrações contábeis para consolidação relativas a maio/2014.

(6) Empresas descontinuadas durante o exercício/2013.

Informações para efeito de comparabilidade

Foram realizadas, para efeito de comparabilidade, de forma a evidenciar melhor a essência das operações, as seguintes reclassificações no Balanço Patrimonial:

- Provisão para Perdas em Créditos Vinculados do grupamento Outros Créditos para Relações Interfinanceiras;
- Ágio na aquisição de sociedade incorporada (Banco Nossa Caixa) do grupamento Investimentos para Intangível, conforme Carta Circular Bacen n.º 3.624 de 26.12.2013;
- Ajuste a valor de mercado para operações de crédito cedidas objeto de *hedge* do Banco Votorantim, dos grupamentos Outros Créditos e Outras Obrigações para Operações de Crédito, conforme Carta Circular Bacen n.º 3.624 de 26.12.2013;
- Obrigações por Cotas de Fundos de Investimento dos Fundos do Banco Votorantim do grupamento Outras Obrigações – Negociação e intermediação de valores para Outras Obrigações – Diversas, conforme Carta Circular Bacen n.º 3.658 de 13.05.2014.

Balanço Patrimonial

	R\$ mil		
	30.06.2013		
	Divulgação Anterior	Ajustes	Saldos Ajustados
ATIVO CIRCULANTE	671.895.505	(43.866)	671.851.639
Relações Interfinanceiras – Tesouro Nacional – recursos do crédito rural	149.688	(101.025)	48.663
Operações de Crédito – Setor Privado	190.115.842	(21.426)	190.094.416
Outros Créditos - Diversos	76.543.847	(22.440)	76.521.407
Outros Créditos – (Provisão para outros créditos)	(1.080.701)	101.025	(979.676)
ATIVO NÃO CIRCULANTE	542.804.068	(41.555)	542.762.513
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	520.326.089	(41.555)	520.284.534
Operações de Crédito – Setor Privado	326.972.204	49.248	327.021.452
Outros Créditos - Diversos	56.344.945	(90.803)	56.254.142
Investimentos – No país	5.346.188	(3.733.687)	1.612.501
Intangível	8.411.674	3.733.687	12.145.361
Intangível – Ativos intangíveis	13.766.467	4.961.028	18.727.495
Intangível – (Amortização Acumulada)	(5.354.793)	(1.227.341)	(6.582.134)
TOTAL DO ATIVO	1.214.699.573	(85.421)	1.214.614.152
PASSIVO CIRCULANTE	770.586.340	(43.866)	770.542.474
Outras Obrigações – Negociação e intermediação de valores	2.269.698	(1.544.136)	725.562
Outras Obrigações - Diversas	38.396.002	1.500.270	39.896.272
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	379.391.919	(41.555)	379.350.364
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	379.003.560	(41.555)	378.962.005
Outras Obrigações - Diversas	11.410.968	(41.555)	11.369.413
TOTAL DO PASSIVO	1.214.699.573	(85.421)	1.214.614.152

Foram realizadas, ainda, as seguintes reclassificações na Demonstração de Resultado:

- Receitas de Equalização de Taxas – Lei n.º 8.427/1992 (Safrá Agrícola) do grupamento Outras Receitas Operacionais para Receitas de Operações de Crédito – R\$ 1.815.513 mil;
- Despesas com Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida e Dívidas Subordinadas emitidas no Exterior do grupamento Outras Despesas Operacionais para Despesas de Operações de Captação no Mercado – R\$ 874.455 mil;
- Despesas com Amortização de ágios em investimentos do grupamento Outras Despesas Operacionais para Outras Despesas Administrativas – R\$ 464.282 mil;
- Receitas de Antecipação de Recebíveis VisaNet (ARV) da Cielo do grupamento Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários para Outras Receitas Operacionais – R\$ 142.384 mil;
- Despesas de Demandas Trabalhistas do Banco Votorantim do grupamento Outras Despesas Operacionais para Despesas de Pessoal – R\$ 68.056 mil;
- Despesas de Provisão para Perdas em Créditos Vinculados - Proagro do grupamento Despesas de Provisão para Créditos Liquidação Duvidosa para Resultado das Aplicações Compulsórias – R\$ 6.917 mil.

Demonstração do Resultado

	R\$ mil		
	1º Semestre/2013		
	Divulgação Anterior	Reclassificações	Saldos Ajustados
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	52.076.043	1.666.212	53.742.255
Operações de crédito	33.653.343	1.815.513	35.468.856
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	13.545.600	(142.384)	13.403.216
Resultado das aplicações compulsórias	2.065.792	(6.917)	2.058.875
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(38.711.490)	(867.538)	(39.579.028)
Operações de captação no mercado	(24.303.687)	(874.455)	(25.178.142)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(7.525.126)	6.917	(7.518.209)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	13.364.553	798.674	14.163.227
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS	(6.939.056)	(798.674)	(7.737.730)
Despesas de pessoal	(8.996.303)	(68.056)	(9.064.359)
Outras despesas administrativas	(7.395.756)	(464.282)	(7.860.038)
Outras receitas operacionais	5.116.730	(1.673.129)	3.443.601
Outras despesas operacionais	(6.516.363)	1.406.793	(5.109.570)

4 – RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis adotadas pelo Banco do Brasil são aplicadas de forma consistente em todos os períodos apresentados nestas demonstrações contábeis e de maneira uniforme em todas as entidades do Conglomerado.

a) Apuração do Resultado

Em conformidade com o regime de competência, as receitas e as despesas são reconhecidas na apuração do resultado do período a que pertencem e, quando se correlacionam, de forma simultânea, independentemente de recebimento ou pagamento. As operações formalizadas com encargos financeiros pós-fixados são atualizadas pelo critério *pro rata die*, com base na variação dos respectivos indexadores pactuados, e as operações com encargos financeiros pré-fixados estão registradas pelo valor de resgate, retificado por conta de rendas a apropriar ou despesas a apropriar correspondentes ao período futuro. As operações indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço pelo critério de taxas correntes.

b) Mensuração a Valor Presente

Os ativos e passivos financeiros estão apresentados a valor presente em função da aplicação do regime de competência no reconhecimento das respectivas receitas e despesas de juros.

Os passivos não contratuais, representados essencialmente por provisões para demandas judiciais e obrigações legais, cuja data de desembolso é incerta e não está sob controle do Banco, estão mensurados a valor presente uma vez que são reconhecidos inicialmente pelo valor de desembolso estimado na data da avaliação e são atualizados mensalmente.

c) Caixa e Equivalentes de Caixa

Caixa e equivalentes de caixa estão representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira, aplicações em ouro, aplicações em operações compromissadas – posição bancada, aplicações em depósitos interfinanceiros e aplicações em moedas estrangeiras, com alta liquidez e risco insignificante de mudança de valor justo, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias.

d) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas pelo valor de aplicação ou aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço e ajustadas por provisão para perdas, quando aplicável.

e) Títulos e Valores Mobiliários – TVM

Os títulos e valores mobiliários adquiridos para formação de carteira própria são registrados pelo valor efetivamente pago, inclusive corretagens e emolumentos, e se classificam em função da intenção da Administração do Banco em três categorias distintas, conforme Circular Bacen n.º 3.068/2001:

Títulos para Negociação: títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem negociados ativa e frequentemente, ajustados mensalmente pelo valor de mercado. Suas valorizações e desvalorizações são registradas, respectivamente, em contas de receitas e despesas do período;

Títulos Disponíveis para Venda: títulos e valores mobiliários que poderão ser negociados a qualquer tempo, porém não são adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados. São ajustados mensalmente ao valor de mercado e suas valorizações e desvalorizações registradas, líquidas dos efeitos tributários, em conta de Ajuste de Avaliação Patrimonial no Patrimônio Líquido; e

Títulos Mantidos até o Vencimento: títulos e valores mobiliários que o Banco tem e dispõe de capacidade financeira e intenção para manter até o vencimento. Esses títulos não são ajustados pelo valor de mercado. A capacidade financeira está amparada em projeção de fluxo de caixa que desconsidera a possibilidade de venda desses títulos.

A metodologia de ajuste a valor de mercado dos títulos e valores mobiliários foi estabelecida com observância a critérios consistentes e verificáveis, que levam em consideração o preço médio de negociação na data da apuração ou, na falta desse, o valor de ajuste diário das operações de mercado futuro divulgados pela Anbima, BM&FBovespa ou o valor líquido provável de realização obtido por meio de modelos de precificação, utilizando curvas de valores futuros de taxas de juros, taxas de câmbio, índice de preços e moedas, todas devidamente aderentes aos preços praticados no período.

Os rendimentos obtidos pelos títulos e valores mobiliários, independente de como estão classificados, são apropriados *pro rata die*, observando o regime de competência até a data do vencimento ou da venda definitiva, pelo método exponencial ou linear, com base nas suas cláusulas de remuneração e na taxa de aquisição distribuída no prazo de fluência, reconhecidos diretamente no resultado do período.

As perdas com títulos classificados como disponíveis para venda e como mantidos até o vencimento que não tenham caráter de perdas temporárias são reconhecidas diretamente no resultado do período e passam a compor a nova base de custo do ativo.

Quando da alienação, a diferença apurada entre o valor da venda e o custo de aquisição atualizado pelos rendimentos é considerada como resultado da transação, sendo contabilizada na data da operação como lucro ou prejuízo com títulos e valores mobiliários.

f) Instrumentos Financeiros Derivativos – IFD

Os instrumentos financeiros derivativos são avaliados pelo valor de mercado por ocasião dos balancetes mensais e balanços. As valorizações ou desvalorizações são registradas em contas de receitas ou despesas dos respectivos instrumentos financeiros.

A metodologia de marcação a mercado dos instrumentos financeiros derivativos foi estabelecida com base em critérios consistentes e verificáveis que levam em consideração o preço médio de negociação no dia da apuração ou, na falta desse, por meio de modelos de precificação que traduzam o valor líquido provável de realização.

Os instrumentos financeiros derivativos utilizados para compensar, no todo ou em parte, os riscos decorrentes das exposições às variações no valor de mercado de ativos ou passivos financeiros são considerados instrumentos de proteção (*hedge*) e são classificados de acordo com a sua natureza em:

Hedge de Risco de Mercado: os instrumentos financeiros assim classificados, bem como o item objeto de *hedge*, têm suas valorizações ou desvalorizações reconhecidas em contas de resultado do período; e

Hedge de Fluxo de Caixa: para os instrumentos financeiros enquadrados nessa categoria, a parcela efetiva das valorizações ou desvalorizações registra-se, líquida dos efeitos tributários, na conta Ajuste de Avaliação Patrimonial do Patrimônio Líquido. Entende-se por parcela efetiva aquela em que a variação no item objeto de *hedge*, diretamente relacionada ao risco correspondente, é compensada pela variação no instrumento financeiro utilizado para *hedge*, considerando o efeito acumulado da operação. As demais variações verificadas nesses instrumentos são reconhecidas diretamente no resultado do período.

g) Operações de Crédito, de Arrendamento Mercantil, Adiantamentos sobre Contratos de Câmbio, Outros Créditos com Características de Concessão de Crédito e Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

As operações de crédito, de arrendamento mercantil, adiantamentos sobre contratos de câmbio e outros créditos com características de concessão de crédito são classificados de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN n.º 2.682/1999, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo AA (risco mínimo) e H (risco máximo), bem como a classificação das operações com atraso superior a 15 dias como operações em curso anormal. Para as operações anormais com prazo a decorrer superior a 36 meses, é realizada a contagem em dobro sobre os intervalos de atraso definidos para os nove níveis de risco, conforme facultado pela Resolução CMN n.º 2.682/1999.

As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, inclusive, independentemente de seu nível de risco, são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas.

As operações classificadas como nível H, que permanecem nessa classificação por 180 dias, são baixadas contra a provisão existente.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações de operações de crédito já baixadas contra a provisão são classificadas como H e os eventuais ganhos oriundos da renegociação são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

A provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa, considerada suficiente pela Administração, atende ao requisito mínimo estabelecido pela Resolução CMN n.º 2.682/1999 (Nota 10.e).

h) Tributos

Os tributos são apurados com base nas alíquotas demonstradas no quadro a seguir:

Tributos	Alíquota
Imposto de Renda (15% + adicional de 10%)	25%
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL ⁽¹⁾	15%
PIS/Pasep ⁽²⁾	0,65%
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – Cofins ⁽²⁾	4%
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN	Até 5%

(1) Alíquota aplicada às empresas financeiras e às empresas não financeiras de seguros, previdência e capitalização. Para as demais empresas não financeiras, a alíquota de CSLL corresponde a 9%.

(2) Para as empresas não financeiras optantes do regime de apuração não cumulativo, a alíquota do PIS/Pasep é de 1,65% e da Cofins é de 7,6%.

Os ativos fiscais diferidos (créditos tributários) e os passivos fiscais diferidos são constituídos pela aplicação das alíquotas vigentes dos tributos sobre suas respectivas bases. Para constituição, manutenção e baixa dos ativos fiscais diferidos são observados os critérios estabelecidos pela Resolução CMN n.º 3.059/2002, alterados pelas Resoluções CMN n.º 3.355/2006 e CMN n.º 4.192/2013, e estão suportados por estudo de capacidade de realização.

i) Despesas Antecipadas

Referem-se às aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos benefícios ou prestação de serviço ao Banco ocorrerão durante os exercícios seguintes. As despesas antecipadas são registradas ao custo e amortizadas à medida que forem sendo realizadas.

j) Ativo Permanente

Investimentos: os investimentos em controladas e coligadas com influência significativa ou com participação de 20% ou mais no capital votante e em demais sociedades que fazem parte de um mesmo grupo ou que estejam sob controle comum são avaliados por equivalência patrimonial com base no valor do patrimônio líquido da controlada ou coligada.

Os ágios correspondentes ao valor pago excedente ao valor contábil dos investimentos adquiridos, decorrentes da expectativa de rentabilidade futura, estão sustentados pelas avaliações econômico-financeiras que fundamentaram o preço de compra dos negócios, são amortizados com base nas projeções de resultado anual constantes nos respectivos estudos econômico-financeiros e são submetidos anualmente ao teste de redução ao valor recuperável de ativos.

As demonstrações contábeis das agências e controladas no exterior são adaptadas aos critérios contábeis vigentes no Brasil e convertidas para a moeda Real pelo critério de taxas correntes, conforme previsto nas Circulares Bacen n.º 2.397/1993 e n.º 2.571/1995 e seus efeitos são reconhecidos no resultado do período.

Os demais investimentos permanentes são avaliados ao custo de aquisição, deduzidos de provisão para perdas por desvalorização (imparidade), quando aplicável.

Imobilizado de Uso: o ativo imobilizado é avaliado pelo custo de aquisição, deduzido da respectiva conta de depreciação, cujo valor é calculado pelo método linear às seguintes taxas anuais: edificações e benfeitorias - 4%, veículos - 20%, sistemas de processamento de dados - 20% e demais itens - 10% (Nota 15).

Diferido: o ativo diferido está registrado ao custo de aquisição ou formação, líquido das respectivas amortizações acumuladas. Contempla, principalmente, os gastos de reestruturação da Empresa e os gastos efetuados até 30.09.2008, em imóveis de terceiros, decorrentes de instalação de dependências e amortizados mediante taxas apuradas com base no prazo de locação, observado o máximo de 10 anos, e com aquisição e desenvolvimento de sistemas, amortizados à taxa anual de 10%.

Intangível: o ativo intangível corresponde aos direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção do Banco ou exercidos com essa finalidade, inclusive o fundo de comércio adquirido.

Um ativo satisfaz o critério de identificação de um ativo intangível quando: for separável, ou seja, puder ser separado da entidade e vendido, transferido ou licenciado, alugado ou trocado individualmente ou junto a um contrato, ativo ou passivo relacionado, independente da intenção de uso pela entidade ou resultar de direitos contratuais ou outros direitos legais, independentemente de tais direitos serem transferíveis ou separáveis da entidade ou de outros direitos e obrigações.

Os ativos intangíveis possuem vida útil definida e referem-se basicamente aos desembolsos para aquisição de direitos para prestação de serviços bancários (direitos de gestão de folhas de pagamento), amortizados de acordo com os prazos dos contratos; ágio pago na aquisição de sociedade incorporada (Banco Nossa Caixa), amortizado com base nas projeções de resultado anual constantes no estudo econômico-financeiro; e *softwares*, amortizados pelo método linear à taxa de 10% ao ano a partir da data da sua disponibilidade para uso. Os ativos intangíveis são ajustados por provisão para perda por desvalorização (imparidade), quando aplicável (Nota 16). A amortização dos ativos intangíveis é contabilizada em Outras Despesas Administrativas.

k) Redução ao Valor Recuperável de Ativos não Financeiros – Imparidade

Ao final de cada período de reporte, o Banco avalia, com base em fontes internas e externas de informação, se há alguma indicação de que um ativo não financeiro possa ter sofrido desvalorização. Se houver indicação de desvalorização, o Banco estima o valor recuperável do ativo, que é o maior entre: i) seu valor justo menos os custos para vendê-lo; e ii) o seu valor em uso.

Independentemente de haver indicação de desvalorização, no mínimo anualmente, o Banco testa o valor recuperável dos ativos intangíveis ainda não disponíveis para uso e dos ágios na aquisição de investimentos. Esse teste pode ser executado a qualquer momento do ano, desde que seja realizado sempre na mesma época.

Se o valor recuperável do ativo for menor que o seu valor contábil, o valor contábil do ativo é reduzido ao seu valor recuperável por meio de uma provisão para perda por imparidade, que é reconhecida na Demonstração do Resultado.

Metodologias aplicadas na avaliação do valor recuperável dos principais ativos não financeiros:

Imobilizado de uso

Terrenos e edificações - na apuração do valor recuperável de terrenos e edificações, são efetuadas avaliações técnicas em conformidade com as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT.

Sistemas de processamento de dados - na apuração do valor recuperável dos itens relevantes que compõem os sistemas de processamento de dados, são considerados o valor de mercado para itens com valor de mercado disponível ou o valor passível de ser recuperado pelo uso nas operações do Banco para os demais itens, cujo cálculo considera a projeção dos fluxos de caixa dos benefícios decorrentes do uso de cada bem durante a sua vida útil, descontada a valor presente com base na taxa dos Certificados de Depósitos Interbancários - CDI.

Outros itens de imobilizado - embora sejam sujeitos à análise de indicativo de perda, os demais bens do imobilizado de uso são individualmente de pequeno valor e, em face da relação custo-benefício, o Banco não avalia o valor recuperável desses itens individualmente. No entanto, o Banco realiza inventário anualmente, onde os bens perdidos ou deteriorados são devidamente baixados na contabilidade.

Investimentos e Ágio na Aquisição de Investimentos

A metodologia de apuração do valor recuperável dos investimentos e dos ágios por expectativa de rentabilidade futura consiste em mensurar o resultado esperado do investimento por meio de fluxo de caixa descontado. Para mensurar esse resultado, as premissas adotadas são baseadas em (i) projeções das operações, resultados e planos de investimentos das empresas; (ii) cenários macroeconômicos desenvolvidos pelo Banco; e (iii) metodologia interna de apuração do custo do capital baseado no modelo *Capital Asset Pricing Model* – CAPM.

Intangível

Direitos de Gestão de Folhas de Pagamento - O modelo de avaliação do valor recuperável dos direitos de gestão de folhas de pagamento está relacionado ao acompanhamento da performance dos contratos, calculada a partir das margens de contribuição de relacionamento dos clientes vinculados a cada contrato, de forma a verificar se as projeções que justificaram a aquisição do ativo correspondem à performance observada. Para os contratos que não atingem a performance esperada, é reconhecida uma provisão para perda por imparidade.

Softwares - Os *softwares*, substancialmente desenvolvidos internamente de acordo com as necessidades do Banco, são constantemente objeto de investimentos para modernização e adequação às novas tecnologias e necessidades dos negócios. Em razão de não haver similares no mercado, bem como do alto custo para se implantar métricas que permitam o cálculo do seu valor em uso, o teste de recuperabilidade dos *softwares* consiste em avaliar a sua utilidade para a empresa de forma que, sempre que um *software* entra em desuso, seu valor é baixado na contabilidade.

Ágio na Aquisição de Sociedade Incorporada – A metodologia de apuração do valor recuperável do ágio na aquisição do Banco Nossa Caixa, incorporado pelo Banco do Brasil em novembro de 2009, consiste em comparar o valor do ágio pago, deduzido pela amortização acumulada, com o valor presente dos resultados do Banco do Brasil projetados para o Estado de São Paulo, descontados os ativos com vida útil definida. As projeções partem dos resultados observados e evoluem com base nas premissas de crescimento de rentabilidade para o Banco do Brasil e são descontadas pela taxa do capital apurada por meio de metodologia interna, baseada no modelo *Capital Asset Pricing Model – CAPM*.

As perdas registradas no resultado para ajuste ao valor recuperável desses ativos, quando houver, são demonstradas nas respectivas notas explicativas.

I) Benefícios a Empregados

Os benefícios a empregados, relacionados a benefícios de curto prazo para os empregados atuais, são reconhecidos pelo regime de competência de acordo com os serviços prestados. Os benefícios pós-emprego de responsabilidade do Banco relacionados a complemento de aposentadoria e assistência médica são avaliados de acordo com os critérios estabelecidos na Deliberação CVM n.º 695/2012 (Nota 27). As avaliações são realizadas semestralmente.

Nos planos de contribuição definida, o risco atuarial e o risco dos investimentos são dos participantes. Sendo assim, a contabilização dos custos é determinada pelos valores das contribuições de cada período que representam a obrigação do Banco. Consequentemente, nenhum cálculo atuarial é requerido na mensuração da obrigação ou da despesa e não existe ganho ou perda atuarial.

Nos planos de benefício definido, o risco atuarial e o risco dos investimentos recaem parcial ou integralmente na entidade patrocinadora. Sendo assim, a contabilização dos custos exige a mensuração das obrigações e despesas do plano, existindo a possibilidade de ocorrer ganhos e perdas atuariais, podendo originar o registro de um passivo quando o montante das obrigações atuariais ultrapassa o valor dos ativos do plano de benefícios, ou de um ativo quando o montante dos ativos supera o valor das obrigações do plano. Nesta última hipótese, o ativo somente deverá ser registrado quando existirem evidências de que este poderá reduzir efetivamente as contribuições da patrocinadora ou que será reembolsável no futuro.

O Banco reconhece os componentes de custo de benefício definido no próprio período em que foi realizado o cálculo atuarial, em conformidade com a Deliberação CVM n.º 695/2012, sendo que:

- os custos dos serviços correntes e os juros líquidos sobre o valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido são reconhecidos no resultado do período; e
- as remensurações do valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido são reconhecidos em outros resultados abrangentes, no patrimônio líquido da empresa, líquido dos efeitos fiscais.

As contribuições devidas pelo Banco aos planos de assistência médica, em alguns casos, permanecem após a aposentadoria do empregado. Sendo assim, as obrigações do Banco são avaliadas pelo valor presente atuarial das contribuições que serão realizadas durante o período esperado de vinculação dos associados e beneficiários ao

plano. Tais obrigações são avaliadas e reconhecidas utilizando-se os mesmos critérios dos planos de benefício definido.

O ativo atuarial reconhecido no balanço (Nota 27) refere-se aos ganhos atuariais e sua realização ocorrerá obrigatoriamente até o final do plano. Poderão ocorrer realizações parciais desse ativo atuarial, condicionadas ao atendimento dos requisitos da Lei Complementar n.º 109/2001 e da Resolução CGPC n.º 26/2008.

m) Depósitos e Captações no Mercado Aberto

Os depósitos e captações no mercado aberto são demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicável, os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base *pro rata die*.

n) Operações Relacionadas às Atividades de Seguros, Previdência e Capitalização

Apuração do Resultado

Os prêmios de seguros e as despesas de comercialização (ou custos de aquisição diferidos) são contabilizados por ocasião da emissão das apólices ou faturas e reconhecidos no resultado de acordo com o período decorrido de vigência do risco coberto. As receitas de prêmios e as correspondentes despesas de comercialização relativas aos riscos vigentes, ainda sem emissão das respectivas apólices, são reconhecidas no resultado em bases estimadas.

A receita de prêmios de seguros de riscos a decorrer é diferida pelo prazo de vigência das apólices de seguros, por meio da constituição da provisão de prêmios não ganhos, com base nos prêmios emitidos auferidos.

As receitas de planos de previdência, seguros de vida com cobertura de sobrevivência e capitalização são reconhecidas no resultado quando efetivamente recebidas, tendo como contrapartida a constituição de provisões técnicas, exceto as receitas para cobertura de riscos nos casos de planos de previdência conjugados, as quais devem ser reconhecidas pelo período de vigência do respectivo risco, independente do seu recebimento. Os custos de comercialização são diferidos por ocasião da emissão do contrato ou apólice e apropriados ao resultado, de forma linear, pelo prazo médio estimado para a sua recuperação, exceto os relacionados à capitalização.

Provisões Técnicas

As provisões técnicas são constituídas de acordo com as normas estabelecidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), sendo os valores apurados com base em métodos e premissas atuariais.

Seguros

Provisão de Prêmios não Ganhos (PPNG): constituída pelo prêmio do seguro correspondente ao período de risco ainda não decorrido. O cálculo é individual por apólice ou endosso dos contratos vigentes, na data base de constituição, pelo método *pro rata die*, tomando-se por base as datas de início e fim de vigência do risco segurado. O fato gerador da constituição dessa provisão é a emissão da apólice/endosso ou início do risco, o que ocorrer primeiro.

Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL): constituída por estimativa de pagamentos prováveis, brutos de resseguros e líquidos de recuperação de cosseguro, com base nas notificações e avisos de sinistros recebidos até a data do balanço, e inclui provisão para os sinistros em discussão judicial, constituída conforme critérios definidos e documentados em nota técnica atuarial. Os valores provisionados são atualizados monetariamente, nos termos da legislação aplicável.

Provisão de Sinistros Ocorridos, mas não Avisados (IBNR – Incurred But Not Reported): constituída em função do montante esperado de sinistros ocorridos em riscos assumidos na carteira e não avisados.

Previdência

Provisão Matemática de Benefícios a Conceder: representa o montante dos prêmios e contribuições aportados pelos participantes, líquido da taxa de carregamento, acrescido dos rendimentos financeiros auferidos nas aplicações dos recursos. Essa provisão refere-se aos participantes cuja percepção dos benefícios ainda não foi iniciada.

Provisão Matemática de Benefícios Concedidos: refere-se àqueles já em gozo de benefícios.

Capitalização

Provisão Matemática para Capitalização: é calculada sobre o valor nominal dos títulos, atualizada monetariamente de acordo com o indexador e a taxa de juros definida no plano.

Provisão para Resgates: são constituídas pelos valores dos títulos com prazos de capitalização finalizados e rescindidos, atualizados monetariamente no período entre a data do direito do resgate e a efetiva liquidação.

Provisão para Sorteio a Realizar: é calculada sobre o valor nominal dos títulos, com base em notas técnicas atuariais aprovadas pela Susep. A baixa da provisão é registrada pelo valor equivalente ao risco decorrido, ou seja, o saldo da provisão para sorteio a realizar representa os valores custeados dos sorteios ainda não realizados.

Provisão de Sorteio a Pagar: é constituída pelos valores dos títulos contemplados em sorteios, atualizados monetariamente no período entre a data do sorteio e a efetiva liquidação.

Teste de adequação de passivos - TAP

Para as operações de seguro, resseguro e de previdência complementar, são realizados Testes de Adequação de Passivos conforme regras e procedimentos instituídos pela Circular Susep n.º 457/2012. O teste de adequação de passivos é realizado semestralmente e tem o objetivo de verificar se as provisões constituídas estão adequadas, devendo essa avaliação ser feita com o uso de estimativas correntes de fluxos de caixa futuros dos contratos.

A metodologia utilizada considera a melhor estimativa de todos os fluxos de caixa futuros, levando em conta premissas de cancelamento, sinistralidade, longevidade, anuitização, outras despesas relacionadas às operações e as receitas inerentes ao negócio.

Os fluxos de caixa são trazidos a valor presente segundo a Estrutura a Termo das Taxas de Juros - ETTJ publicada pela Susep, conforme as respectivas garantias oferecidas nos contratos em vigor.

O teste realizado para a data-base de 30.06.2014 não apresentou insuficiência em quaisquer dos grupos de contratos de seguros, resseguros e previdência complementar.

o) Provisões, Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, dos ativos e passivos contingentes e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, aprovado pela Resolução CMN n.º 3.823/2009 (Nota 28).

Os ativos contingentes são reconhecidos nas demonstrações contábeis somente quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, usualmente representado pelo trânsito em julgado da ação e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação por outro exigível.

Os passivos contingentes são reconhecidos nas demonstrações contábeis quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, sendo quantificados quando da citação/notificação judicial e revisados mensalmente, da seguinte forma:

Massificados: processos relativos às causas consideradas semelhantes e usuais, e cujo valor não seja considerado relevante, segundo parâmetro estatístico por grupo de ação, tipo de órgão legal (Juizado Especial Cível ou Justiça Comum) e reclamante. Para apuração do valor das obrigações nas ações de natureza trabalhista, são considerados os valores médios dos pagamentos de processos encerrados nos últimos 24 meses, corrigidos pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). Nas ações de natureza cível são considerados os valores médios dos pagamentos dos processos encerrados nos últimos 24 meses e, nas ações referentes a planos econômicos, são considerados os valores médios dos pagamentos realizados nos últimos 24 meses.

Individualizados: processos relativos às causas consideradas não usuais ou cujo valor seja considerado relevante sob a avaliação de assessores jurídicos. Considera-se o valor indenizatório pretendido, o valor provável de condenação, provas apresentadas e provas produzidas nos autos, jurisprudência sobre a matéria, subsídios fáticos levantados, decisões judiciais que vierem a ser proferidas na ação, classificação e grau de risco de perda da ação judicial.

Os passivos contingentes, de mensuração individualizada, classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos nas demonstrações contábeis, sendo divulgados em notas explicativas, e os classificados como remotos não requerem provisão e nem divulgação.

As obrigações legais (fiscais e previdenciárias) são derivadas de obrigações tributárias previstas na legislação, independentemente da probabilidade de sucesso de processos judiciais em andamento, que têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis.

p) Despesas Associadas a Captações de Recursos

Nas operações de captação de recursos mediante emissão de títulos e valores mobiliários, as despesas associadas são apropriadas ao resultado de acordo com a fluência do prazo da operação e apresentadas como redutoras do passivo correspondente.

q) Outros Ativos e Passivos

Os demais ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias e cambiais auferidas em base *pro rata die* e provisão para perda, quando julgada necessária. Os demais passivos estão demonstrados pelos valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos, quando aplicável, dos encargos e das variações monetárias e cambiais incorridos em base *pro rata die*.

r) Lucro por Ação

A divulgação do lucro por ação é efetuada de acordo com os critérios definidos no CPC 41 – Resultado por Ação, aprovado pela Deliberação CVM n.º 636/2010. O lucro básico e diluído por ação do Banco foi calculado dividindo-se o lucro líquido atribuível aos acionistas pelo número médio ponderado de ações ordinárias totais, excluídas as ações em tesouraria (Nota 24.e). O Banco não tem opção, bônus de subscrição ou seus equivalentes que dão ao seu titular direito de adquirir ações. Assim, o lucro básico e diluído por ação são iguais.

5 – INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

As informações por segmento foram elaboradas considerando critérios utilizados pela Administração na avaliação de desempenho do segmento, na tomada de decisões quanto à alocação de recursos para investimento e outros fins, ao ambiente regulatório e às semelhanças entre produtos e serviços.

As operações do Banco estão divididas basicamente em cinco segmentos: bancário, investimentos, gestão de recursos, seguridade (seguros, previdência e capitalização) e meios de pagamento. Além desses, o Banco participa de outras atividades econômicas, tais como consórcios e suporte operacional, que foram agregadas em “Outros Segmentos”.

As transações intersegmentos são praticadas em condições e taxas compatíveis com as praticadas com terceiros quando aplicável. Essas operações não envolvem riscos anormais de recebimento.

a) Segmento Bancário

Responsável pela parcela mais significativa do resultado do Banco, preponderantemente obtido no Brasil, compreende uma grande diversidade de produtos e serviços, tais como depósitos, operações de crédito, cartões, que são disponibilizados aos clientes por meio dos mais variados canais de distribuição situados no país e no exterior.

As operações do segmento bancário abrangem os negócios com os mercados de varejo, atacado e governo, realizados por meio de rede e equipes de atendimento, e os negócios com microempreendedores e o setor informal, realizados por intermédio de correspondentes bancários.

b) Segmento de Investimentos

Nesse segmento, são realizados negócios no mercado de capitais doméstico, com atuação na intermediação e distribuição de dívidas no mercado primário e secundário, além de participações societárias e da prestação de serviços financeiros.

O resultado da intermediação financeira do segmento é obtido por meio de receitas auferidas nas aplicações em títulos e valores mobiliários deduzidas das despesas de captação de recursos junto a terceiros. As participações acionárias existentes estão concentradas nas empresas coligadas e controladas. As receitas de prestação de serviços financeiros resultam de assessorias econômico-financeiras, de *underwriting* de renda fixa e variável.

c) Segmento de Gestão de Recursos

Responsável essencialmente pelas operações inerentes à compra, venda, e custódia de títulos e valores mobiliários, administração de carteiras e administração de fundos e clubes de investimento. As receitas são oriundas principalmente das comissões e taxas de administração cobradas dos investidores pela prestação desses serviços.

d) Segmento de Seguros, Previdência e Capitalização

Nesse segmento, são oferecidos produtos e serviços relacionados a seguros de vida, patrimonial e automóvel, planos de previdência complementar e planos de capitalização.

O resultado advém principalmente das receitas com prêmios de seguros emitidos, contribuições de planos de previdência, títulos de capitalização e aplicações em títulos e valores mobiliários, deduzidas das despesas de comercialização, provisões técnicas e despesas com benefícios e resgates.

e) Segmento de Meios de Pagamento

Responsável pela prestação dos serviços de captura, transmissão, processamento e liquidação financeira de transações em meio eletrônico.

As receitas são oriundas principalmente das comissões e taxas de administração cobradas dos estabelecimentos comerciais e bancários pela prestação dos serviços descritos no parágrafo anterior, além das rendas de aluguel, instalação e manutenção de terminais eletrônicos.

f) Outros Segmentos

Compreende os segmentos de suporte operacional e consórcios, que foram agregados por não serem individualmente representativos.

Suas receitas são oriundas principalmente da prestação de serviços não contemplados nos segmentos anteriores, tais como: recuperação de créditos, administração de consórcios, desenvolvimento, fabricação, comercialização,

aluguel e integração de equipamentos e sistemas de eletrônica digital, periféricos, programas, insumos e suprimentos de informática, além da intermediação de passagens aéreas, hospedagens e organização de eventos.

Composição por segmento

	1º Semestre/2014							R\$ mil
	Bancário	Investimentos	Gestão de Recursos	Seguros, Previdência e Capitalização	Meios de Pagamento	Outros Segmentos	Transações Intersegmentos	Total
Receitas	78.698.967	491.926	688.632	4.802.153	1.738.591	938.643	(1.072.278)	86.286.634
Rendas de operações de crédito e arrendamento mercantil	42.331.594	--	--	--	--	--	(183.704)	42.147.890
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	17.937.129	41.144	23.496	--	64	83.225	(144.166)	17.940.892
Resultado de operações de câmbio e aplicações compulsórias	3.750.282	--	--	--	--	(67)	(569)	3.749.646
Resultado financeiro de operações de seguros, previdência e capitalização	--	--	--	1.680.215	--	--	49.884	1.730.099
Rendas de prestação de serviços	5.609.940	263.330	510.477	903.712	1.376.542	543.929	(465.991)	8.741.939
Rendas com tarifas, taxas e comissões	3.011.626	15.615	140.264	--	--	--	--	3.167.505
Resultado de participações em coligadas e controladas	(705.944)	(297)	--	--	--	--	--	(706.241)
Resultado operacional com seguros, previdência e capitalização	--	--	--	2.074.953	--	--	28.293	2.103.246
Outras receitas	6.764.340	172.134	14.395	143.273	361.985	311.556	(356.025)	7.411.658
Despesas	(73.179.671)	(365.003)	(106.955)	(2.342.107)	(923.404)	(714.583)	969.122	(76.662.601)
Despesas de captação no mercado	(37.244.235)	(109.710)	--	--	--	(7.388)	244.824	(37.116.509)
Despesas com operações de empréstimos, cessões, repasses e arrendamento mercantil	(2.525.160)	--	--	--	--	--	--	(2.525.160)
(Provisão)/Reversão para créditos de liquidação duvidosa	(9.157.389)	33	1	--	233	(9.519)	--	(9.166.641)
Atualização e juros de provisões técnicas	--	--	--	(1.169.091)	--	--	--	(1.169.091)
Despesas de pessoal	(8.856.102)	(30.489)	(30.482)	(243.789)	(97.054)	(121.841)	3.211	(9.376.546)
Outras despesas administrativas	(5.865.942)	(35.925)	(11.987)	(379.107)	(155.794)	(109.581)	564.586	(5.993.750)
Depreciação	(486.351)	(1.288)	--	(10.005)	(9.804)	(3.444)	--	(510.892)
Amortização do diferido	(7.667)	--	--	(18.140)	(1.734)	(708)	--	(28.249)
Amortização de intangíveis	(1.846.097)	(340)	--	--	(12.327)	(196)	--	(1.858.960)
Amortização de ágios	(47.888)	(48.197)	--	(14.504)	(5.045)	--	--	(115.634)
Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros	(5.967)	--	--	--	--	--	--	(5.967)
Resultado na avaliação do valor recuperável de ativos	2.027	--	--	--	793	--	--	2.820
Outras despesas	(7.138.900)	(139.087)	(64.487)	(507.471)	(642.672)	(461.906)	156.501	(8.798.022)
Lucro antes da tributação e participações ⁽¹⁾	5.519.296	126.923	581.677	2.460.046	815.187	224.060	(103.156)	9.624.033
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro ⁽²⁾	(1.236.333)	(38.475)	(229.115)	(887.479)	(272.281)	(54.931)	44.140	(2.674.474)
Participação no lucro	(773.245)	(6)	(992)	(17.965)	(1.764)	(1.467)	--	(795.439)
Participação dos não controladores	(140.850)	--	--	(507.089)	--	(7)	--	(647.946)
Lucro Líquido ⁽³⁾	3.368.868	88.442	351.570	1.047.513	541.142	167.655	(59.016)	5.506.174
Saldos Patrimoniais								
Ativos	1.302.806.427	5.713.065	827.033	101.601.455	5.989.894	3.754.095	(19.564.202)	1.401.127.767
Investimento em coligadas e controladas	8.006.501	2.431.337	91	249.024	397.839	--	(9.307.460)	1.777.332
Passivos	1.232.762.781	2.426.488	343.926	95.190.594	4.332.192	1.723.912	(7.442.751)	1.329.337.142

(1) Nas transações intersegmentos, o valor de R\$ 103.156 mil refere-se à eliminação do resultado não realizado no montante de R\$ 192.410 mil, decorrente da cessão de créditos à Ativos S.A. e da realização de períodos anteriores, no valor de R\$ 89.254 mil.

(2) Foi ativado o montante de R\$ 44.140 mil (destacado nas transações intersegmentos) referente ao crédito tributário incidente sobre o resultado não realizado.

(3) Nas transações intersegmentos, o valor de R\$ 59.016 mil refere-se à eliminação do resultado não realizado, líquido de efeitos tributários, obtido em operações de cessão de crédito do Banco do Brasil para a Ativos S.A.

R\$ mil

	1º Semestre/2013							Total
	Bancário	Investimentos	Gestão de Recursos	Seguros, Previdência e Capitalização	Meios de Pagamento	Outros Segmentos	Transações Intersegmentos	
Receitas	74.753.249	738.116	671.915	2.784.496	1.407.996	860.554	(856.392)	80.359.934
Rendas de operações de crédito e arrendamento mercantil	36.672.693	--	--	--	--	--	(64.940)	36.607.753
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	14.082.857	195.279	24.027	52.799	157.234	24.547	(243.054)	14.293.689
Resultado de operações de câmbio e aplicações compulsórias	2.384.414	--	--	--	44	9	(11)	2.384.456
Resultado financeiro de operações de seguros, previdência e capitalização	--	--	--	434.103	--	--	22.254	456.357
Rendas de prestação de serviços	5.240.827	288.698	471.360	765.790	1.211.329	502.480	(418.391)	8.062.093
Rendas com tarifas, taxas e comissões	3.055.407	19.848	167.393	--	--	--	--	3.242.648
Resultado de participações em coligadas e controladas	315.422	13.523	--	--	--	--	--	328.945
Resultado operacional com seguros, previdência e capitalização	--	--	--	1.509.230	--	--	17.443	1.526.673
Outras receitas ⁽¹⁾	13.001.629	220.768	9.135	22.574	39.389	333.518	(169.693)	13.457.320
Despesas	(61.709.893)	(377.680)	(117.870)	(1.259.338)	(761.956)	(649.599)	848.479	(64.027.857)
Despesas de captação no mercado	(25.239.123)	(95.009)	--	--	(5.395)	(17.428)	178.813	(25.178.142)
Despesas com operações de empréstimos, cessões, repasses e arrendamento mercantil	(6.646.207)	--	--	--	--	(33)	--	(6.646.240)
(Provisão)/Reversão para créditos de liquidação duvidosa	(7.518.814)	(34)	(2)	--	(226)	867	--	(7.518.209)
Atualização e juros de provisões técnicas	--	--	--	(209.247)	--	--	--	(209.247)
Despesas de pessoal	(8.628.217)	(23.090)	(29.075)	(196.898)	(79.876)	(110.587)	3.384	(9.064.359)
Outras despesas administrativas	(5.771.540)	(41.864)	(11.383)	(197.630)	(94.737)	(101.586)	498.315	(5.720.425)
Depreciação	(412.605)	(1.559)	--	(9.168)	(6.951)	(3.458)	--	(433.741)
Amortização do diferido	(16.513)	--	--	(14.983)	(3.185)	(1.100)	--	(35.781)
Amortização de intangíveis	(1.508.321)	(4)	--	--	(6.257)	(150)	--	(1.514.732)
Amortização de ágios	--	--	--	(155.359)	--	--	--	(155.359)
Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros	(27.190)	--	--	--	--	--	--	(27.190)
Resultado na avaliação do valor recuperável de ativos	(612)	--	--	--	(185)	--	--	(797)
Outras despesas	(5.940.751)	(216.120)	(77.410)	(476.053)	(565.144)	(416.124)	167.967	(7.523.635)
Lucro antes da tributação e participações ⁽²⁾	13.043.356	360.436	554.045	1.525.158	646.040	210.955	(7.913)	16.332.077
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro ⁽³⁾	(3.535.575)	(109.660)	(223.409)	(557.537)	(220.165)	(63.680)	3.386	(4.706.640)
Participação no lucro	(1.317.738)	--	(884)	(17.989)	(948)	(2.191)	--	(1.339.750)
Participação dos não controladores	(87.545)	--	--	(169.344)	--	(4)	--	(256.893)
Lucro Líquido ⁽⁴⁾	8.102.498	250.776	329.752	780.288	424.927	145.080	(4.527)	10.028.794
Saldos Patrimoniais								
Ativos	1.137.801.146	6.377.375	1.242.526	78.284.738	4.875.814	4.955.905	(18.923.352)	1.214.614.152
Investimento em coligadas e controladas	8.176.397	2.662.965	75	363.018	--	--	(9.216.416)	1.986.039
Passivos	1.074.283.751	3.112.095	781.245	72.827.874	3.813.825	2.774.475	(7.700.427)	1.149.892.838

(1) Inclui o ganho com a alienação de ações da BB Seguridade no valor de R\$ 9.820.460 mil.

(2) Nas transações intersegmentos, o valor de R\$ 7.913 mil refere-se à eliminação do resultado não realizado no montante de R\$ 76.370 mil, decorrente da cessão de créditos à Ativos S.A. e da realização de períodos anteriores, no valor de R\$ 68.457 mil.

(3) Foi ativado o montante de R\$ 3.386 mil (destacado nas transações intersegmentos), referente ao crédito tributário incidente sobre o resultado não realizado.

(4) Nas transações intersegmentos, o valor de R\$ 4.527 mil, refere-se à eliminação do resultado não realizado, líquido dos efeitos tributários, obtido em operações de cessão de crédito do Banco do Brasil para a Ativos S.A.

6 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	R\$ mil		
	30.06.2014	31.12.2013	30.06.2013
Disponibilidades	11.811.629	11.834.158	14.350.615
Disponibilidades em moeda nacional	9.664.926	10.005.556	11.506.078
Disponibilidades em moeda estrangeira	2.129.120	1.811.002	2.828.395
Aplicações em ouro	17.583	17.600	16.142
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez ⁽¹⁾	63.920.652	59.963.328	33.690.419
Aplicações no mercado aberto – revendas a liquidar – posição bancada	25.822.981	22.624.314	6.043.540
Aplicações em depósitos interfinanceiros	37.900.136	37.127.196	27.389.496
Aplicações em moeda estrangeira	197.535	211.818	257.383
Total	75.732.281	71.797.486	48.041.034

(1) Referem-se a operações com prazo original igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

7 – APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ
a) Composição

	R\$ mil		
	30.06.2014	31.12.2013	30.06.2013
Aplicações no Mercado Aberto	255.750.827	188.057.739	192.964.367
Revendas a liquidar - posição bancada	27.154.513	22.612.836	5.951.043
Letras Financeiras do Tesouro	23.150.935	830.385	59.869
Letras do Tesouro Nacional	2.071.541	21.405.495	3.876.021
Notas do Tesouro Nacional	1.783.696	125.907	1.763.931
Outros títulos	148.341	251.049	251.222
Revendas a liquidar - posição financiada	228.394.784	165.291.264	186.782.802
Letras Financeiras do Tesouro	70.683.386	88.929.186	250.051
Letras do Tesouro Nacional	95.851.016	66.675.571	76.732.661
Notas do Tesouro Nacional	61.736.183	9.553.241	109.475.621
Outros títulos	124.199	133.266	324.469
Revendas a liquidar - posição vendida	201.530	153.639	230.522
Títulos públicos federais - Tesouro Nacional	201.530	153.639	230.522
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	41.868.460	43.074.047	29.900.844
Total	297.619.287	231.131.786	222.865.211
Ativo circulante	295.247.255	227.258.441	221.140.899
Ativo não circulante	2.372.032	3.873.345	1.724.312

b) Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

	R\$ mil	
	1º Semestre/2014	1º Semestre/2013
Rendas de Aplicações no Mercado Aberto	12.693.239	7.323.668
Posição bancada	1.198.679	532.604
Posição financiada	11.483.967	6.774.445
Posição vendida	10.593	16.619
Rendas de Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	230.863	207.476
Total	12.924.102	7.531.144

8 – TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

a) Títulos e Valores Mobiliários – TVM

Vencimento em Dias	30.06.2014									31.12.2013			30.06.2013			R\$ mil
	Valor de Mercado					Total				Total			Total			
	Sem vencimento	0 a 30	31 a 180	181 a 360	Acima de 360	Valor de custo	Valor de mercado	Marcação a mercado	Valor de custo	Valor de mercado	Marcação a mercado	Valor de custo	Valor de mercado	Marcação a mercado		
1 – Títulos para Negociação	4.392.116	25.639.296	4.556.836	12.021.910	42.162.462	89.295.856	88.772.620	(523.236)	85.832.337	84.520.132	(1.312.205)	80.137.546	79.008.114	(1.129.432)		
Títulos Públicos	1.090.881	25.378.444	3.511.299	8.641.469	29.426.495	68.531.638	68.048.588	(483.050)	66.980.133	65.665.722	(1.314.411)	60.557.356	59.786.440	(770.916)		
Letras Financeiras do Tesouro	--	491.454	1.402.701	1.090.549	4.020.214	6.995.877	7.004.918	9.041	7.296.888	7.313.345	16.457	8.196.987	8.204.945	7.958		
Letras do Tesouro Nacional	--	2.891.182	947.052	6.028.323	17.175.845	27.477.934	27.042.402	(435.532)	33.824.635	32.916.572	(908.063)	28.846.662	28.016.341	(830.321)		
Notas do Tesouro Nacional	--	20.729.566	439.952	1.402.017	7.421.683	30.126.629	29.993.218	(133.411)	15.055.878	14.549.185	(506.693)	16.346.661	16.385.002	38.341		
Títulos da Dívida Agrária	--	83	4.204	30.926	74.699	109.912	109.912	--	113.051	113.051	--	114.844	114.844	--		
Títulos da Dívida Externa Brasileira	--	7.747	--	17.093	52.330	77.806	77.170	(636)	83.809	81.696	(2.113)	62.032	59.687	(2.345)		
Títulos de governos estrangeiros	24.400	--	12.590	--	525.610	432.580	562.600	130.020	505.191	563.234	58.043	787.613	833.769	46.156		
Outros	1.066.481	1.258.412	704.800	72.561	156.114	3.310.900	3.258.368	(52.532)	10.100.681	10.128.639	27.958	6.202.557	6.171.852	(30.705)		
Títulos Privados	3.301.235	260.852	1.045.537	3.380.441	12.735.967	20.764.218	20.724.032	(40.186)	18.852.204	18.854.410	2.206	19.580.190	19.221.674	(358.516)		
Debêntures	2.296	16.176	26.307	552.995	4.811.904	5.453.186	5.409.678	(43.508)	5.575.675	5.536.135	(39.540)	5.788.343	5.802.971	14.628		
Notas promissórias	--	--	33.816	141.998	--	175.814	175.814	--	140.500	141.319	819	148.981	149.298	317		
Ações	1.423.695	--	--	--	19.569	1.427.859	1.443.264	15.405	1.459.735	1.473.798	14.063	1.934.180	1.578.208	(355.972)		
Cotas de fundos de investimentos	1.870.291	62.267	38.262	--	94.662	2.083.091	2.065.482	(17.609)	2.093.885	2.121.641	27.756	2.792.634	2.753.644	(38.990)		
Cédulas de produto rural - <i>commodities</i>	--	698	1.802	4.123	--	6.031	6.623	592	94.421	91.489	(2.932)	118.285	117.069	(1.216)		
Certificados de depósito bancário	--	136.458	299.212	68.769	189.636	691.976	694.075	2.099	1.385.609	1.392.554	6.945	1.514.508	1.531.943	17.435		
<i>Eurobonds</i>	1.043	--	133	22.628	181.580	205.384	205.384	--	158.314	156.949	(1.365)	228.332	220.106	(8.226)		
Letras Financeiras	--	15.792	610.795	2.587.542	7.223.702	10.435.142	10.437.831	2.689	279.227	279.357	130	285.047	285.304	257		
Outros	3.910	29.461	35.210	2.386	214.914	285.735	285.881	146	7.664.838	7.661.168	(3.670)	6.769.880	6.783.131	13.251		

Vencimento em Dias	30.06.2014												31.12.2013			30.06.2013		
	Valor de Mercado					Total			Total			Total						
	Sem vencimento	0 a 30	31 a 180	181 a 360	Acima de 360	Valor de custo	Valor de mercado	Marcação a mercado	Valor de custo	Valor de mercado	Marcação a mercado	Valor de custo	Valor de mercado	Marcação a mercado				
2 - Títulos Disponíveis para Venda	1.135.199	3.547.357	9.511.423	13.516.724	75.337.837	103.997.464	103.048.540	(948.924)	101.905.327	101.112.326	(793.001)	97.841.965	97.207.160	(634.805)				
Títulos Públicos	53.177	2.729.410	5.943.398	8.109.116	34.411.306	51.593.734	51.246.407	(347.327)	52.114.457	51.332.563	(781.894)	51.018.009	50.717.087	(300.922)				
Letras Financeiras do Tesouro	--	--	4.456.782	4.068.202	15.093.981	23.618.143	23.618.965	822	24.751.356	24.758.350	6.994	25.467.234	25.478.358	11.124				
Letras do Tesouro Nacional	--	2.670.580	1.389.292	2.686.555	4.125.064	11.037.435	10.871.491	(165.944)	12.468.676	12.179.278	(289.398)	12.455.602	12.137.046	(318.556)				
Notas do Tesouro Nacional	--	--	17.794	612.079	4.218.835	5.246.985	4.848.708	(398.277)	5.440.116	4.905.198	(534.918)	5.733.424	5.433.061	(300.363)				
Títulos da Dívida Agrária	--	191	4.294	4.013	8.300	16.967	16.798	(169)	19.366	19.230	(136)	23.789	24.007	218				
Títulos da Dívida Externa Brasileira	--	55.605	--	738.267	2.995.083	3.656.909	3.788.955	132.046	3.696.909	3.838.645	141.736	3.331.370	3.685.460	354.090				
Títulos de governos estrangeiros	--	3.034	75.236	--	7.608.260	7.637.454	7.686.530	49.076	5.069.424	4.958.980	(110.444)	3.367.390	3.303.925	(63.465)				
Outros	53.177	--	--	--	361.783	379.841	414.960	35.119	668.610	672.882	4.272	639.200	655.230	16.030				
Títulos Privados	1.082.022	817.947	3.568.025	5.407.608	40.926.531	52.403.730	51.802.133	(601.597)	49.790.870	49.779.763	(11.107)	46.823.956	46.490.073	(333.883)				
Debêntures	--	25.237	942.476	2.145.454	34.476.198	37.709.267	37.589.365	(119.902)	36.058.042	36.378.402	320.360	33.686.279	33.824.255	137.976				
Notas promissórias	--	145.276	529.409	930.004	--	1.609.231	1.604.689	(4.542)	1.149.427	1.151.267	1.840	1.350.150	1.340.395	(9.755)				
Cédulas de crédito bancário	--	--	--	--	48.875	54.026	48.875	(5.151)	60.455	61.219	764	55.868	56.843	975				
Cotas de fundos de investimentos	505.306	385.418	657.063	75.410	2.799.408	4.854.075	4.422.605	(431.470)	3.288.252	3.008.105	(280.147)	3.241.440	2.989.688	(251.752)				
Ações	573.810	--	--	--	--	611.505	573.810	(37.695)	648.007	613.180	(34.827)	735.350	697.239	(38.111)				
Cédulas de produto rural – commodities	--	143.666	957.920	647.384	150.177	1.909.415	1.899.147	(10.268)	1.094.295	1.092.464	(1.831)	1.019.258	1.007.968	(11.290)				
Certificados de depósito bancário	--	--	1.409	12.687	41.657	54.826	55.753	927	345.134	345.389	255	24.112	24.274	162				
Certificados de Direitos Creditórios do Agronegócio	--	--	--	--	22.022	21.597	22.022	425	28.775	29.510	735	35.921	36.978	1.057				
Letras Financeiras	--	117.141	133.862	1.523.458	154.780	1.952.622	1.929.241	(23.381)	3.583.928	3.594.489	10.561	3.454.489	3.357.737	(96.752)				
Eurobonds	--	--	--	82	290.119	286.077	290.201	4.124	--	2	2	383.081	365.052	(18.029)				
Outros	2.906	1.209	345.886	73.129	2.943.295	3.341.089	3.366.425	25.336	3.534.555	3.505.736	(28.819)	2.838.008	2.789.644	(48.364)				
3 – Títulos Mantidos até o Vencimento	--	292.770	732.864	1.428.115	13.838.258	15.144.353	16.292.007	1.147.654	14.785.616	15.673.931	888.315	13.833.885	13.955.742	121.857				
Títulos Públicos	--	292.770	732.864	1.409.083	13.499.600	14.622.933	15.934.317	1.311.384	14.161.634	15.180.394	1.018.760	13.378.074	13.419.692	41.618				
Letras Financeiras do Tesouro	--	--	88.031	--	--	88.215	88.031	(184)	167.629	167.465	(164)	4.276.176	4.276.578	402				
Notas do Tesouro Nacional	--	--	310.442	1.008.505	11.408.578	11.421.093	12.727.525	1.306.432	11.329.750	12.351.594	1.021.844	8.160.041	8.195.691	35.650				
Letras do Tesouro Nacional	--	227.898	334.391	400.578	2.091.022	3.048.933	3.053.889	4.956	2.594.917	2.592.565	(2.352)	874.011	875.042	1.031				
Títulos da Dívida Agrária	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	7	7	--				
Títulos da Dívida Externa Brasileira	--	64.872	--	--	--	64.692	64.872	180	69.338	68.770	(568)	66.105	70.640	4.535				
Outros	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	1.734	1.734	--				
Títulos Privados	--	--	--	19.032	338.658	521.420	357.690	(163.730)	623.982	493.537	(130.445)	455.811	536.050	80.239				
Debêntures	--	--	--	--	20.213	19.864	20.213	349	19.063	18.444	(619)	18.301	18.163	(138)				
Certificados de depósito bancário	--	--	--	19.032	163.579	182.611	182.611	--	290.681	290.681	--	141.636	141.636	--				
Eurobonds	--	--	--	--	--	--	--	--	8.182	8.182	--	--	--	--				
Outros	--	--	--	--	154.866	318.945	154.866	(164.079)	306.056	176.230	(129.826)	295.874	376.251	80.377				
Total	5.527.315	29.479.423	14.801.123	26.966.749	131.338.557	208.437.673	208.113.167	(324.506)	202.523.280	201.306.389	(1.216.891)	191.813.396	190.171.016	(1.642.380)				

R\$ mil

Vencimento em Dias	30.06.2014								31.12.2013			30.06.2013		
	Valor de Mercado					Total			Total			Total		
	Sem vencimento	0 a 30	31 a 180	181 a 360	Acima de 360	Valor de custo	Valor de mercado	Marcação a mercado	Valor de custo	Valor de mercado	Marcação a mercado	Valor de custo	Valor de mercado	Marcação a mercado
Por Carteira	5.527.315	29.479.423	14.801.123	26.966.749	131.338.557	208.437.673	208.113.167	(324.506)	202.523.280	201.306.389	(1.216.891)	191.813.396	190.171.016	(1.642.380)
Carteira própria	5.527.315	28.464.116	8.210.005	20.711.782	85.342.389	146.536.150	148.255.607	1.719.457	121.596.303	121.122.080	(474.223)	138.833.324	139.712.309	878.985
Vinculados a compromissos de recompra	--	629.889	4.768.683	5.703.545	40.353.203	53.468.544	51.455.320	(2.013.224)	74.098.631	73.459.940	(638.691)	48.448.441	45.941.119	(2.507.322)
Vinculados ao Banco Central	--	--	16	--	--	29	16	(13)	28	15	(13)	57	32	(25)
Vinculados à prestação de garantias	--	385.418	1.822.419	551.422	5.676.673	8.432.950	8.435.932	2.982	6.828.318	6.760.105	(68.213)	4.531.574	4.519.191	(12.383)
Provisão para desvalorizações de títulos livres	--	--	--	--	(33.708)	--	(33.708)	(33.708)	--	(35.751)	(35.751)	--	(1.635)	(1.635)

R\$ mil

Vencimento em Anos	30.06.2014						31.12.2013		30.06.2013		
	Valor de Mercado					Total	Total		Total		
	Sem vencimento	A vencer em até um ano	A vencer entre 1 e 5 anos	A vencer entre 5 e 10 anos	A vencer após 10 anos	Valor de custo	Valor de mercado	Valor de custo	Valor de mercado	Valor de custo	Valor de mercado
Por Categoria	5.527.315	71.247.295	89.801.810	29.098.240	12.438.507	208.437.673	208.113.167	202.523.280	201.306.389	191.813.396	190.171.016
1 – Títulos para negociação	4.392.116	42.218.040	37.523.098	2.950.160	1.689.206	89.295.856	88.772.620	85.832.337	84.520.132	80.137.546	79.008.114
2 – Títulos disponíveis para venda	1.135.199	26.575.506	46.699.102	24.918.118	3.720.615	103.997.464	103.048.540	101.905.327	101.112.326	97.841.965	97.207.160
3 – Títulos mantidos até o vencimento	--	2.453.749	5.579.610	1.229.962	7.028.686	15.144.353	16.292.007	14.785.616	15.673.931	13.833.885	13.955.742

	R\$ mil								
	30.06.2014			31.12.2013			30.06.2013		
	Valor contábil			Valor contábil			Valor contábil		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Por Carteira	118.146.154	88.819.359	206.965.513	113.257.935	87.160.139	200.418.074	64.518.384	125.530.775	190.049.159
Carteira própria	101.914.542	43.148.450	145.062.992	88.429.987	38.688.797	127.118.784	40.386.623	99.273.761	139.660.384
Vinculados a compromissos de recompra	13.071.144	40.431.825	53.502.969	20.334.621	46.240.231	66.574.852	22.268.817	23.635.904	45.904.721
Vinculados ao Banco Central	16	--	16	15	--	15	17	15	32
Vinculados à prestação de garantias	3.160.452	5.272.792	8.433.244	4.493.312	2.266.862	6.760.174	1.862.927	2.622.730	4.485.657
Provisão para desvalorizações de títulos livres	--	(33.708)	(33.708)	--	(35.751)	(35.751)	--	(1.635)	(1.635)

	R\$ mil							
	30.06.2014		31.12.2013		30.06.2013			
Por Categoria								
1-Títulos para negociação			88.772.620	43%	84.520.132	42%	79.008.114	42%
2-Títulos disponíveis para venda			103.048.540	50%	101.112.326	51%	97.207.160	51%
3-Títulos mantidos até o vencimento			15.144.353	7%	14.785.616	7%	13.833.885	7%
Valor contábil da carteira			206.965.513	100%	200.418.074	100%	190.049.159	100%
Marcação a mercado da categoria 3			1.147.654		888.315		121.857	
Valor de mercado da carteira			208.113.167		201.306.389		190.171.016	

b) Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários

	R\$ mil	
	1º Semestre/2014	1º Semestre/2013
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 7.b)	12.924.102	7.531.144
Títulos de renda fixa	5.559.998	4.652.259
Títulos de renda variável	181.597	1.362.197
Total	18.665.697	13.545.600

c) Reclassificação de Títulos e Valores Mobiliários

Não houve reclassificação de títulos e valores mobiliários nos semestres findos em 30.06.2014 e 30.06.2013. Em 31 de dezembro de 2013, o Banco Votorantim reclassificou títulos de Letras do Tesouro Nacional, com valor de mercado de R\$ 1.900.798 mil, e títulos de Notas do Tesouro Nacional, com valor de mercado de R\$ 198.958 mil, passando da categoria "Títulos disponíveis para venda" para a categoria "Mantidos até o vencimento", em decorrência da revisão da intenção da Administração sobre os respectivos títulos. A reclassificação destes títulos não gera impactos no Resultado e no Patrimônio Líquido na respectiva data-base.

d) Instrumentos Financeiros Derivativos – IFD

O Banco do Brasil se utiliza de Instrumentos Financeiros Derivativos para gerenciar, de forma consolidada, suas posições e atender às necessidades dos seus clientes, classificando as posições próprias em destinadas a *hedge* (de risco de mercado e de risco de fluxo de caixa) e negociação, ambas com limites e alçadas no Banco. A estratégia de *hedge* das posições patrimoniais está em consonância com as análises macroeconômicas e é aprovada pelo Conselho Diretor.

No mercado de opções, as posições ativas ou compradas têm o Banco como titular, enquanto que as posições passivas ou vendidas têm o Banco como lançador.

Os modelos utilizados no gerenciamento dos riscos com derivativos são revistos periodicamente e as tomadas de decisões observam a melhor relação risco/retorno, estimando possíveis perdas com base na análise de cenários macroeconômicos.

O Banco conta com ferramentas e sistemas adequados ao gerenciamento dos instrumentos financeiros derivativos. A negociação de novos derivativos, padronizados ou não, é condicionada à prévia análise de risco.

A avaliação do risco das subsidiárias é feita individualmente e o gerenciamento de forma consolidada.

O Banco utiliza metodologias estatísticas e simulação para mensurar os riscos de suas posições, inclusive em derivativos, utilizando modelos de valor em risco, de sensibilidade e análise de estresse.

Riscos

Os principais riscos, inerentes aos instrumentos financeiros derivativos, decorrentes dos negócios do Banco e de suas subsidiárias são os de crédito, de mercado, de liquidez e operacional.

Risco de crédito se traduz pela exposição a perdas no caso de inadimplência de uma contraparte no cumprimento de sua parte na operação. A exposição ao risco de crédito nos contratos futuros é minimizada devido à liquidação diária em dinheiro. Os contratos de *swaps*, registrados na Cetip, estão sujeitos ao risco de crédito caso a contraparte não tenha capacidade ou disposição para cumprir suas obrigações contratuais, enquanto que os contratos de *swaps* registrados na BM&FBovespa não estão sujeitos ao mesmo risco, tendo em vista que as operações do Banco nessa bolsa possuem a mesma como garantidora.

A exposição de crédito em *swap* totalizou R\$ 588.132 mil em 30.06.2014 (R\$ 546.642 mil em 31.12.2013 e R\$ 575.282 mil em 30.06.2013).

Risco de mercado é a possibilidade de perdas causadas por mudanças no comportamento das taxas de juros e de câmbio nos preços de ações e de commodities.

Risco de liquidez de mercado é a possibilidade de perda decorrente da incapacidade de realizar uma transação em tempo razoável e sem perda significativa de valor, devido ao tamanho da transação em relação ao volume via de regra negociado.

Risco operacional denota a probabilidade de perdas financeiras decorrentes de falhas ou inadequação de pessoas, processos e sistemas, ou de fatores, tais como catástrofes ou atividades criminosas.

Composição da Carteira de Derivativos por Indexador

Por Indexador	R\$ mil								
	30.06.2014			31.12.2013			30.06.2013		
	Valor de referência	Valor de custo	Valor de mercado	Valor de referência	Valor de custo	Valor de mercado	Valor de referência	Valor de custo	Valor de mercado
Contratos de Futuros									
Compromissos de Compra	15.041.532	--	--	12.602.133	--	--	15.495.618	--	--
DI	3.372.994	--	--	2.713.399	--	--	6.334.394	--	--
Moedas	5.923.450	--	--	4.139.017	--	--	3.234.307	--	--
Índice	263.464	--	--	47.973	--	--	243.931	--	--
Cupom cambial	5.475.700	--	--	5.692.290	--	--	5.574.712	--	--
<i>Commodities</i>	5.924	--	--	9.454	--	--	26.291	--	--
SCC ⁽¹⁾	--	--	--	--	--	--	81.983	--	--
Compromissos de Venda	38.213.604	--	--	44.125.001	--	--	41.615.589	--	--
DI	24.693.412	--	--	27.762.473	--	--	32.818.560	--	--
Moedas	199.955	--	--	1.218.356	--	--	2.148.433	--	--
<i>T-Note</i>	144.712	--	--	--	--	--	--	--	--
Índice	--	--	--	--	--	--	12.198	--	--
BGI ⁽²⁾	--	--	--	--	--	--	172	--	--
Cupom cambial	12.907.850	--	--	12.887.888	--	--	5.522.159	--	--
<i>Libor</i>	145.309	--	--	1.999.704	--	--	977.275	--	--
<i>Commodities</i>	66.760	--	--	21.533	--	--	53.707	--	--
SCC ⁽¹⁾	55.606	--	--	235.047	--	--	83.085	--	--
Operações a Termo									
Posição Ativa	6.474.151	394.418	273.186	7.187.094	204.343	278.869	7.040.186	355.823	534.951
Termo de Título	--	--	--	--	--	--	125.299	125.299	125.299
Termo de moeda	6.410.102	385.655	242.249	7.178.359	203.403	276.778	6.868.067	228.220	405.956
Termo de mercadoria	64.049	8.763	30.937	8.735	940	2.091	46.820	2.304	3.696
Posição Passiva	4.050.223	(413.021)	(201.924)	5.192.973	(341.149)	(167.863)	5.318.557	(421.926)	(399.240)
Termo de Título	--	--	--	--	--	--	125.299	(125.299)	(125.299)
Termo de moeda	4.037.846	(411.564)	(201.137)	5.177.288	(338.443)	(163.579)	5.185.426	(287.920)	(263.385)
Termo de mercadoria	12.377	(1.457)	(787)	15.685	(2.706)	(4.284)	7.832	(8.707)	(10.556)

(1) Swap cambial com ajuste periódico.

(2) Contratos futuros de boi gordo.

Por Indexador	R\$ mil								
	30.06.2014			31.12.2013			30.06.2013		
	Valor de referência	Valor de custo	Valor de mercado	Valor de referência	Valor de custo	Valor de mercado	Valor de referência	Valor de custo	Valor de mercado
Contratos de Opções									
De Compra - Posição Comprada	5.500.119	55.917	37.975	2.108.665	43.218	53.157	1.820.996	25.754	61.732
Moeda estrangeira	1.605.719	29.070	9.608	1.760.949	21.730	30.577	1.236.897	16.318	42.152
Índice DI	3.314.000	1.554	--	--	--	--	--	--	--
Opções flexíveis	257.150	17.453	18.848	261.716	20.292	21.463	449.704	1.730	18.917
Ações	143.250	3.999	4.906	86.000	1.196	1.117	70.495	1.673	92
Outros	180.000	3.841	4.613	--	--	--	63.900	6.033	571
De Venda - Posição Comprada	831.618	15.875	24.246	2.870.736	13.486	8.573	2.990.161	49.375	89.361
Moeda estrangeira	517.263	7.167	17.603	586.075	2.515	451	885.875	6.766	3.766
Índice DI	--	--	--	1.964.000	247	--	391.000	194	--
Opções flexíveis	38.575	518	393	74.561	1.447	539	307.464	11.268	9.413
Ações	232.000	6.056	4.850	219.600	7.366	6.090	1.348.850	30.203	74.764
Outros	43.780	2.134	1.400	26.500	1.911	1.493	56.972	944	1.418
De Compra - Posição Vendida	5.415.015	(269.483)	(305.701)	4.340.278	(189.800)	(416.572)	4.942.692	(94.259)	(457.534)
Moeda estrangeira	1.732.215	(36.728)	(11.050)	1.436.456	(15.916)	(33.160)	1.818.003	24.288	(61.836)
Pré-fixados	2.394.520	(116.021)	(163.552)	2.344.824	(102.193)	(323.495)	1.952.772	(90.165)	(350.725)
Opções flexíveis	911.263	(109.337)	(121.869)	542.298	(71.235)	(59.763)	716.817	(56.138)	(31.930)
Ações	245.693	(6.620)	(8.119)	16.700	(456)	(154)	364.900	8.987	(219)
Commodities	1.324	(24)	(69)	--	--	--	14.950	(103)	(1)
Outros	130.000	(753)	(1.042)	--	--	--	75.250	18.872	(12.823)
De Venda - Posição Vendida	3.804.413	(2.331.520)	(2.436.812)	5.767.504	(2.034.090)	(1.957.906)	4.580.458	(1.968.389)	(1.598.550)
Moeda estrangeira	777.350	(7.928)	(11.895)	1.120.449	(7.385)	(2.110)	765.975	(6.371)	(2.623)
Pré-fixados	2.394.520	(2.306.140)	(2.412.128)	2.344.824	(2.015.367)	(1.947.447)	1.952.771	(1.913.680)	(1.500.119)
Índice DI	--	--	--	1.962.750	(102)	--	390.750	(95)	--
Opções flexíveis	182.797	(4.817)	(4.719)	145.556	(4.940)	(3.418)	236.845	6.782	(6.154)
Ações	311.800	(6.361)	(4.156)	136.001	(4.147)	(2.728)	1.042.310	(22.492)	(48.034)
Commodities	23.226	(2.898)	(1.234)	57.924	(2.149)	(2.203)	71.382	(3.092)	(5.106)
Outros	114.720	(3.376)	(2.680)	--	--	--	120.425	(29.441)	(36.514)

Por Indexador	R\$ mil								
	30.06.2014			31.12.2013			30.06.2013		
	Valor de referência	Valor de custo	Valor de mercado	Valor de referência	Valor de custo	Valor de mercado	Valor de referência	Valor de custo	Valor de mercado
Contratos de Swaps									
Posição Ativa	17.442.950	756.423	888.904	37.296.513	867.304	1.036.163	13.998.114	878.333	1.080.472
DI	6.385.359	251.037	250.494	3.099.199	70.401	115.476	1.896.131	51.011	71.742
Moeda estrangeira	6.634.949	262.552	370.057	10.079.132	551.663	653.261	8.595.973	585.554	771.554
Pré-fixado	1.638.048	38.256	70.172	22.441.253	95.822	102.722	1.510.769	86.486	99.458
IPCA	2.405.168	137.548	109.187	1.303.815	68.538	60.401	1.386.329	83.706	32.312
IGPM	260.500	48.413	57.020	256.575	52.692	60.929	275.682	45.217	64.783
Libor	98.267	18.508	31.422	--	--	--	--	--	--
Commodities	327	--	27	477	--	16	1.206	44	40
Outros	20.332	109	525	116.062	28.188	43.358	332.024	26.315	40.583
Posição Passiva	12.105.338	(711.597)	(758.434)	15.273.355	(730.578)	(955.240)	12.751.107	(710.077)	(1.016.164)
DI	5.501.109	(236.140)	(161.528)	2.608.350	(31.912)	(62.593)	1.970.318	(25.846)	(45.677)
Moeda estrangeira	2.602.110	(87.328)	(182.541)	8.178.170	(297.589)	(441.226)	5.050.418	(304.801)	(498.300)
Pré-fixado	1.154.361	(67.161)	(77.551)	1.752.844	(147.743)	(168.349)	2.899.134	(158.259)	(220.077)
TMS	530.736	(4.732)	(5.943)	530.736	1.540	(5.215)	530.736	4.244	(4.097)
TR	3.933	(1.231)	(1.266)	3.933	(1.083)	(1.215)	3.933	(922)	(1.178)
IGPM	153.500	(45.464)	(53.337)	166.000	(46.675)	(56.058)	176.000	(39.875)	(56.869)
IPCA	2.044.294	(266.928)	(275.163)	1.807.744	(195.531)	(205.856)	1.854.794	(177.670)	(168.824)
Libor	66.953	(644)	(832)	191.916	(8.828)	(12.277)	181.512	(5.870)	(14.792)
Commodities	308	(21)	(25)	--	--	--	--	--	--
Outros	48.034	(1.948)	(248)	33.662	(2.757)	(2.451)	84.262	(1.078)	(6.350)
Outros Instrumentos Financeiros Derivativos									
Posição Ativa									
Moeda estrangeira	1.571.374	36.061	71.380	5.119.037	27.583	142.927	7.932.991	77.217	210.444
Posição Passiva									
Moeda estrangeira	3.628.023	(33.762)	(66.619)	8.169.623	(88.689)	(193.925)	4.353.555	(103.962)	(674.165)

Composição da Carteira de Derivativos por vencimento (valor referencial)

Vencimento em Dias					R\$ mil		
	0 a 30	31 a 180	181 a 360	Acima de 360	30.06.2014	31.12.2013	30.06.2013
Contratos futuros	5.397.295	14.707.405	9.369.931	23.780.505	53.255.136	56.727.134	57.111.207
Contratos a termo	3.317.664	4.469.680	1.399.345	1.337.685	10.524.374	12.380.067	12.358.743
Contratos de opções	5.952.250	4.853.843	3.552.514	1.192.558	15.551.165	15.087.183	14.334.307
Contratos de swaps	2.279.388	6.727.664	6.155.254	14.385.982	29.548.288	52.569.868	26.749.221
Derivativos de crédito	1.836	18.355	3.672	475.375	499.238	458.764	753.304
Outros ⁽¹⁾	1.949.766	1.811.455	1.205.456	232.720	5.199.397	13.288.660	12.286.546

(1) Referem-se, essencialmente, a contratos a termo de moeda sem entrega física, apenas com liquidação financeira (Non Deliverable Forward). O NDF é operado em mercado de balcão e tem como objeto a taxa de câmbio de uma determinada moeda.

Composição da Carteira de Derivativos por local de negociação e contraparte (valor referencial em 30.06.2014)

	R\$ mil					
	Futuros	Termo	Opções	Swap	Derivativos de crédito	Outros
BM&FBovespa	53.109.827	--	4.194	--	--	--
Balcão						
Instituições financeiras	145.309	35.312	14.665.617	20.338.078	499.238	3.394.794
Cliente	--	10.489.062	881.354	9.210.210	--	1.804.603

Composição da Carteira de Derivativos de Crédito

	30.06.2014			31.12.2013			30.06.2013			R\$ mil
	Valor de referência	Valor de custo	Valor de mercado	Valor de referência	Valor de custo	Valor de mercado	Valor de referência	Valor de custo	Valor de mercado	
Swaps de Crédito										
Posição Ativa - Risco Recebido	146.837	--	1.077	206.934	--	(844)	426.503	--	(1.382)	
Posição Passiva - Risco Transferido	352.401	--	(1.200)	251.830	--	1.093	326.801	--	401	
Por indexador										
Posição Ativa - Pré-fixado	295.506	6.868	3.515	206.934	1.030	967	426.503	2.482	3.078	
Posição Passiva - Pré-fixado	203.732	(286)	(1.238)	251.830	(338)	(2.904)	326.801	(654)	(4.861)	

A carteira de derivativos de crédito é composta exclusivamente de operações de compra e venda realizadas pelo Banco Votorantim. Atualmente é composta por clientes cujo risco é classificado como grau de investimento e, como contraparte, figuram os principais líderes internacionais de mercado destas operações. Para a venda de proteção é aprovado limite de crédito, tanto para o cliente risco quanto para a contraparte, conforme as alçadas e fóruns dos comitês de crédito. Aloca-se limite de crédito para o cliente risco pelo valor de referência (*notional*) do derivativo, considerando os valores depositados em garantia.

Para a compra de proteção, opera-se em carteira de *trading* com cliente risco soberano, principalmente da República Federativa do Brasil. Nesse caso, considera-se a exposição potencial futura para alocar limite da contraparte. A carteira de derivativos de crédito não gerou impactos nos Ativos Ponderados pelo Risco referentes à exposição pelo risco de crédito (RWA_{CAPD}), para apuração do Índice de Basileia do Banco, uma vez que as informações do Banco Votorantim deixaram de ser incluídas no cálculo, conforme determinação do Bacen (Nota 29.f).

Composição da Margem Dada em Garantia de Operações com Instrumentos Financeiros Derivativos

	30.06.2014	31.12.2013	30.06.2013	R\$ mil
Letras Financeiras do Tesouro	2.001.245	935.737	1.150.529	
Notas do Tesouro Nacional	888.936	974.615	572.301	
Letras do Tesouro Nacional	508.843	372.270	735.708	
Títulos de governos estrangeiros	--	11.712	--	
Outros	191.714	191.651	194.251	
Total	3.590.738	2.485.985	2.652.789	

Composição da Carteira de Derivativos Designados para Hedge

	R\$ mil		
	30.06.2014	31.12.2013	30.06.2013
Hedge de Risco de Mercado			
Instrumentos de Hedge			
Ativo	3.794.627	4.075.360	5.016.341
Futuro	3.298.182	3.595.161	4.226.089
Swap	496.445	480.199	790.252
Passivo	16.240.918	17.665.374	22.878.419
Futuro	16.240.918	17.665.374	22.878.419
Itens Objeto de Hedge			
Ativo	15.796.839	16.926.492	22.857.311
Operações de crédito	14.954.246	15.822.393	19.560.142
Títulos e valores mobiliários	606.054	640.999	2.505.239
Operações de arrendamento mercantil	236.539	463.100	791.930
Passivo	2.756.035	3.719.542	4.638.196
Outros passivos	2.756.035	3.719.542	4.638.196
Hedge de Fluxo de Caixa			
Instrumentos de Hedge			
Passivo	297.677	300.422	298.970
Empréstimo - Bonds (Principal)	297.677	300.422	298.970
Itens Objeto de Hedge			
Ativo	197.595	199.417	198.453
Investimentos Externos	197.595	199.417	198.453

O Banco, para se proteger de eventuais oscilações nas taxas de juros e de câmbio dos seus instrumentos financeiros, contratou operações de derivativos para compensar os riscos decorrentes das exposições às variações no valor de mercado. As operações de *hedge* foram avaliadas como efetivas, de acordo com o estabelecido na Circular Bacen n.º 3.082/2002, cuja comprovação da efetividade do *hedge* corresponde ao intervalo de 80% a 125%.

Ganhos e perdas no resultado dos instrumentos de hedge e dos objetos de hedge

	R\$ mil	
	1º Semestre/2014	1º Semestre/2013
Perdas dos itens objeto de <i>hedge</i>	(450.417)	(1.151.151)
Ganhos dos instrumentos de <i>hedge</i>	432.353	1.172.848
Efeito Líquido	(18.064)	21.697
Ganhos dos itens objeto de <i>hedge</i>	1.612.054	550.593
Perda dos instrumentos de <i>hedge</i>	(1.598.595)	(558.554)
Efeito Líquido	13.459	(7.961)

Instrumentos Financeiros Derivativos Segregados em Circulante e Não Circulante

	R\$ mil					
	30.06.2014		31.12.2013		30.06.2013	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Ativo						
Operações de termo	227.386	45.800	229.958	48.911	468.245	66.706
Mercado de opções	43.848	18.373	40.859	20.871	150.256	837
Contratos de swaps	293.188	595.716	272.096	764.067	197.619	882.853
Derivativos de crédito	195	3.320	895	72	3.078	--
Outros instrumentos financeiros derivativos	59.156	12.224	111.691	31.236	170.719	39.725
Total	623.773	675.433	655.499	865.157	989.917	990.121
Passivo						
Operações de termo	(165.851)	(36.073)	(162.494)	(5.369)	(384.939)	(14.301)
Mercado de opções	(2.265.860)	(476.653)	(2.333.728)	(40.750)	(1.489.255)	(566.829)
Contratos de swaps	(370.176)	(388.258)	(289.410)	(665.830)	(293.902)	(722.262)
Derivativos de crédito	(1.238)	--	(2.904)	--	(4.861)	--
Outros instrumentos financeiros derivativos	(60.522)	(6.097)	(188.855)	(5.070)	(664.990)	(9.175)
Total	(2.863.647)	(907.081)	(2.977.391)	(717.019)	(2.837.947)	(1.312.567)

e) Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos

	R\$ mil	
	1º Semestre/2014	1º Semestre/2013
Swap	(190.013)	428.665
Termo	263.396	62.463
Opções	(102.893)	(21.915)
Futuro	(652.648)	485.779
Derivativos de crédito	(3.648)	652
Outros	(38.999)	(65.171)
Total	(724.805)	890.473

9 – RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS

a) Pagamentos e Recebimentos a Liquidar

	R\$ mil		
	30.06.2014	31.12.2013	30.06.2013
Ativo			
Direitos junto a participantes de sistemas de liquidação			
Documentos enviados por outros participantes ⁽¹⁾	3.871.430	--	1.888.422
Cheques e outros papéis	3.143.290	24.538	2.129.911
Total	7.014.720	24.538	4.018.333
Ativo circulante	7.014.720	24.538	4.018.333
Passivo			
Obrigações junto a participantes de sistemas de liquidação			
Recebimentos remetidos ⁽¹⁾	3.630.476	--	2.018.106
Cheques e outros papéis	1.524.635	500	940.393
Demais recebimentos	5.789	--	12.593
Total	5.160.900	500	2.971.092
Passivo circulante	5.160.900	500	2.971.092

(1) Em 31.12.2013 não houve funcionamento do serviço de compensação de cheques e outros papéis.

b) Créditos Vinculados

	R\$ mil		
	30.06.2014	31.12.2013	30.06.2013
Depósitos compulsórios no Banco Central do Brasil			
Depósitos de poupança	26.622.660	25.455.147	22.259.615
Exigibilidade adicional sobre depósitos	25.564.419	26.218.854	27.220.541
Depósitos a prazo	13.781.849	13.414.844	15.780.394
Depósitos à vista	11.306.410	16.317.471	13.441.822
Recursos do crédito rural ⁽¹⁾	9.058.876	9.028.770	--
Recursos de microfinanças	255.030	311.010	189.894
Outros	9.638	--	--
Sistema Financeiro da Habitação	2.223.631	2.138.974	2.106.229
Fundo de compensação de variações salariais	2.402.703	2.324.579	2.215.858
Provisão para perdas em créditos vinculados	(193.572)	(193.863)	(117.391)
Demais	14.500	8.258	7.762
Tesouro Nacional - crédito rural	69.278	57.370	52.696
Crédito rural – Proagro	189.092	167.310	153.721
Provisão para perdas em créditos vinculados	(119.814)	(109.940)	(101.025)
Total	88.891.791	92.942.440	81.051.191
Ativo circulante	88.884.476	92.938.774	81.047.158
Ativo não circulante	7.315	3.666	4.033

1) Referem-se aos recursos recolhidos ao Bacen em virtude de não terem sido aplicados no crédito rural, conforme Resolução CMN n.º 3.745/2009. Os recursos foram objeto de suprimento especial pelo Bacen e mantidos no Banco, sendo registrados em Obrigações por Empréstimos e Repasses (Nota 18.b).

c) Resultado das Aplicações Compulsórias

	R\$ mil	
	1º Semestre/2014	1º Semestre/2013
Créditos Vinculados ao Banco Central do Brasil	2.812.658	1.997.081
Exigibilidade adicional sobre depósitos	1.271.149	934.576
Depósitos de poupança	869.738	591.083
Exigibilidade sobre recursos a prazo	641.664	471.422
Recursos do crédito rural	30.107	--
Créditos Vinculados ao Sistema Financeiro da Habitação	69.410	57.014
Créditos Vinculados ao Tesouro Nacional - crédito rural	14.572	11.620
Desvalorização de Créditos Vinculados	(9.629)	(6.840)
Total	2.887.011	2.058.875

10 – OPERAÇÕES DE CRÉDITO
a) Carteira por Modalidade

	R\$ mil		
	30.06.2014	31.12.2013	30.06.2013
Operações de Crédito	609.535.100	582.855.116	536.367.014
Empréstimos e títulos descontados	236.463.328	236.308.748	228.700.097
Financiamentos	175.905.833	171.625.137	158.433.694
Financiamentos rurais e agroindustriais	164.757.768	150.139.533	131.497.807
Financiamentos imobiliários	32.218.642	24.578.662	17.651.621
Financiamentos de infraestrutura e desenvolvimento	553	613	672
Operações de crédito vinculadas a cessões ⁽¹⁾	188.976	202.423	83.123
Outros Créditos com Características de Concessão de Crédito	38.901.157	39.126.505	37.551.204
Operações com cartão de crédito	16.865.076	17.533.567	16.211.680
Adiantamentos sobre contratos de câmbio ⁽²⁾	12.562.946	11.683.692	12.611.290
Outros créditos vinculados a operações adquiridas ⁽³⁾	8.730.774	9.241.406	8.402.886
Avais e fianças honrados	458.454	442.422	133.168
Diversos	283.907	225.418	192.180
Operações de Arrendamento Mercantil	1.127.593	1.358.257	1.614.908
Total da Carteira de Crédito	649.563.850	623.339.878	575.533.126
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(24.796.813)	(23.661.823)	(21.640.997)
(Provisão para operações de crédito)	(23.711.084)	(22.651.975)	(20.936.227)
(Provisão para outros créditos)	(1.032.208)	(942.516)	(610.962)
(Provisão para arrendamento mercantil)	(53.521)	(67.332)	(93.808)
Total da Carteira de Crédito Líquido de Provisões	624.767.037	599.678.055	553.892.129

(1) Operações de crédito cedidas com retenção dos riscos e benefícios do ativo financeiro objeto da operação.

(2) Os adiantamentos sobre contratos de câmbio estão registrados como redutores de outras obrigações.

(3) Operações de crédito adquiridas com retenção dos riscos e benefícios pelo cedente do ativo financeiro objeto da operação.

b) Receitas de Operações de Crédito

	R\$ mil	
	1º Semestre/2014	1º Semestre/2013
Receitas de Operações de Crédito	41.122.276	35.468.856
Empréstimos e títulos descontados	23.936.723	20.608.574
Financiamentos	6.335.057	6.343.793
Financiamentos rurais e agroindustriais	4.886.599	3.390.564
Recuperação de créditos baixados c/ prejuízo ⁽¹⁾	1.795.383	1.874.633
Equalização de taxas – Safra agrícola	2.483.250	1.815.513
Financiamentos de moedas estrangeiras	271.021	447.274
Financiamentos habitacionais	1.138.668	590.327
Adiantamento sobre contratos de câmbio	143.075	310.982
Avais e fianças honrados	11.773	11.692
Demais	120.727	75.504
Receitas de Arrendamento Mercantil (Nota 10.i)	679.693	889.565
Total	41.801.969	36.358.421

(1) Foram recuperadas, por meio de cessões de crédito sem coobrigação a entidades não integrantes do Sistema Financeiro Nacional, conforme Resolução CMN n.º 2.836/2001, operações baixadas em prejuízo no montante de R\$ 27.481 mil no primeiro semestre de 2014 (com impacto no resultado de R\$ 15.722 mil), e R\$ 20.881 mil no primeiro semestre de 2013 (com impacto no resultado de R\$ 11.946 mil). O valor contábil dessas operações era de R\$ 13.774 mil e R\$ 8.091 mil, respectivamente.

c) Carteira por Setores de Atividade Econômica

	R\$ mil					
	30.06.2014	%	31.12.2013	%	30.06.2013	%
Setor Público	31.382.314	4,8	29.243.464	4,6	19.168.023	3,1
Governo	16.828.876	2,6	14.431.236	2,3	8.823.687	1,4
Administração direta	16.507.321	2,5	14.097.686	2,3	8.478.570	1,4
Administração indireta	321.555	0,1	333.550	--	345.117	--
Atividades Empresariais	14.553.438	2,2	14.812.228	2,3	10.344.336	1,7
Indústria	9.136.633	1,4	9.274.111	1,5	5.490.515	0,9
Intermediários financeiros	211.753	--	307.555	--	270.364	--
Outros serviços	5.205.052	0,8	5.230.562	0,8	4.583.457	0,8
Setor Privado	618.181.536	95,2	594.096.414	95,4	556.365.103	96,9
Rural	124.382.963	19,2	110.410.150	17,8	98.920.948	17,2
Indústria	184.370.216	28,4	181.171.643	29,0	170.303.985	29,6
Comércio	67.880.726	10,5	67.487.742	10,9	59.846.421	10,5
Intermediários financeiros	11.859.421	1,8	11.081.228	1,8	13.219.125	2,4
Pessoas físicas	123.724.172	19,0	122.066.115	19,6	124.019.483	21,6
Habitação	23.297.027	3,6	18.351.791	2,9	13.670.174	2,3
Outros serviços	82.667.011	12,7	83.527.745	13,4	76.384.967	13,3
Total	649.563.850	100,0	623.339.878	100,0	575.533.126	100,0

d) Carteira por Níveis de Risco e Prazos de Vencimento

	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	30.06.2014	31.12.2013	30.06.2013
R\$ mil												
Operações em Curso Normal												
Parcelas Vencidas (em dias)												
01 a 30	19.705.162	8.764.223	15.184.840	2.175.467	333.431	340.596	61.182	37.287	163.742	46.765.930	43.845.050	42.366.738
31 a 60	15.299.942	5.872.550	6.585.951	1.194.129	158.398	205.116	47.552	39.476	85.174	29.488.288	29.678.235	28.956.286
61 a 90	15.814.121	4.705.344	4.906.704	925.127	97.919	178.597	48.727	29.800	88.537	26.794.876	26.236.547	27.652.979
91 a 180	37.131.838	10.625.375	11.697.972	2.574.138	228.494	473.113	178.842	253.381	239.241	63.402.394	63.658.054	60.434.519
181 a 360	54.355.382	15.312.401	17.470.888	4.190.320	373.729	684.769	211.841	99.601	673.584	93.372.515	100.549.560	86.136.618
Acima de 360	223.057.463	60.600.700	61.289.847	12.141.185	1.365.693	4.130.186	955.817	555.340	3.662.047	367.758.278	338.966.139	311.565.578
Parcelas Vencidas												
Até 14 dias	230.605	153.121	323.833	113.754	24.475	53.025	13.519	15.899	39.874	968.105	688.039	820.073
Demais ⁽¹⁾	449.125	3	--	--	--	--	--	--	--	449.128	611.023	698.207
Subtotal	366.043.638	106.033.717	117.460.035	23.314.120	2.582.139	6.065.402	1.517.480	1.030.784	4.952.199	628.999.514	604.232.647	558.630.998
Operações em Curso Anormal												
Parcelas Vencidas (em dias)												
01 a 30	--	--	151.333	162.766	91.667	125.514	101.193	83.898	397.036	1.113.407	948.391	834.839
31 a 60	--	--	76.325	97.884	63.151	82.688	63.207	51.867	213.711	648.833	600.494	550.594
61 a 90	--	--	64.182	86.773	54.299	69.344	52.965	50.081	215.079	592.723	537.738	528.026
91 a 180	--	--	171.622	238.376	146.234	210.731	159.908	142.379	603.616	1.672.866	1.456.589	1.384.804
181 a 360	--	--	278.254	394.758	229.960	349.015	263.106	250.343	919.918	2.685.354	2.387.361	2.241.624
Acima de 360	--	--	448.968	788.708	486.065	1.014.614	781.347	591.501	2.537.089	6.648.292	6.142.851	6.254.741
Parcelas Vencidas (em dias)												
01 a 14	--	--	21.137	53.261	37.291	33.963	25.545	22.400	94.926	288.523	238.656	238.876
15 a 30	--	--	213.876	117.997	59.396	91.633	39.836	39.721	144.947	707.406	629.950	613.699
31 a 60	--	--	7.339	263.150	114.112	124.131	135.321	80.407	271.744	996.204	1.182.843	841.931
61 a 90	--	--	8	7.115	197.902	136.723	106.852	89.752	282.136	820.488	725.636	628.658
91 a 180	--	--	1	2.756	8.164	181.414	372.934	173.254	720.830	1.459.353	1.303.101	1.034.988
181 a 360	--	--	5	4	2.681	12.746	16.108	491.386	1.291.761	1.814.691	1.611.792	1.090.097
Acima de 360	--	--	9	15	--	1	6.706	11.204	1.098.261	1.116.196	1.341.829	659.251
Subtotal	--	--	1.433.059	2.213.563	1.490.922	2.432.517	2.125.028	2.078.193	8.791.054	20.564.336	19.107.231	16.902.128
Total	366.043.638	106.033.717	118.893.094	25.527.683	4.073.061	8.497.919	3.642.508	3.108.977	13.743.253	649.563.850	623.339.878	575.533.126

(1) Operações com risco de terceiros vinculadas a fundos e programas governamentais, principalmente Pronaf, Procerca, FAT, BNDES e FCO. Está incluído o valor das parcelas vencidas no total de R\$ 34.883 mil, que obedecem a regras definidas em cada programa para o ressarcimento junto aos gestores dos fundos, não implicando risco de crédito para o Banco.

e) Constituição da Provisão para Operações de Crédito por Níveis de Risco

		30.06.2014				31.12.2013				30.06.2013				R\$ mil
Nível de Risco	% Provisão	Valor das Operações	Provisão mínima requerida	Provisão Adicional ⁽¹⁾	Provisão Existente	Valor das Operações	Provisão mínima requerida	Provisão Adicional ⁽¹⁾	Provisão Existente	Valor das Operações	Provisão mínima requerida	Provisão Adicional ⁽¹⁾	Provisão Existente	
AA	0	366.043.638	--	--	--	346.640.978	--	--	--	188.158.379	--	--	--	
A	0,5	106.033.717	530.169	332.169	862.338	102.077.362	510.387	241.833	752.220	145.360.844	726.804	168.673	895.477	
B	1	118.893.094	1.188.931	7.976	1.196.907	118.149.962	1.181.500	7.504	1.189.004	181.552.719	1.815.527	16.321	1.831.848	
C	3	25.527.683	765.830	66.705	832.535	25.537.650	766.130	67.201	833.331	29.530.588	885.918	51.050	936.968	
D	10	4.073.061	407.306	70.204	477.510	4.006.319	400.632	70.757	471.389	9.889.142	988.914	131.647	1.120.561	
E	30	8.497.919	2.549.376	603.456	3.152.832	7.541.134	2.262.340	604.573	2.866.913	4.344.803	1.303.441	449.037	1.752.478	
F	50	3.642.508	1.821.254	327.712	2.148.966	2.899.353	1.449.677	327.782	1.777.459	2.085.545	1.042.773	212.455	1.255.228	
G	70	3.108.977	2.176.284	206.188	2.382.472	2.873.272	2.011.290	146.369	2.157.659	3.030.171	2.121.120	146.382	2.267.502	
H	100	13.743.253	13.743.253	--	13.743.253	13.613.848	13.613.848	--	13.613.848	11.580.935	11.580.935	--	11.580.935	
Total		649.563.850	23.182.403	1.614.410	24.796.813	623.339.878	22.195.804	1.466.019	23.661.823	575.533.126	20.465.432	1.175.565	21.640.997	

(1) Refere-se à provisão adicional ao mínimo requerido pela Resolução CMN n.º 2.682/1999, constituída a partir da experiência da Administração, mediante aplicação de teste de estresse sobre a carteira de crédito, considerando o histórico de inadimplência das operações, alinhada com a boa prática bancária.

f) Movimentação da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

Compreende as operações de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos com características de concessão de crédito.

	R\$ mil	
	1º Semestre/2014	1º Semestre/2013
Saldo Inicial	23.661.823	21.210.060
Reforço/(reversão)	9.080.057	7.459.225
Provisão mínima requerida	8.931.666	7.439.442
Provisão adicional	148.391	19.783
Variação cambial – provisões no exterior	(91.562)	3.566
Baixas para prejuízo	(7.853.505)	(7.031.855)
Saldo Final	24.796.813	21.640.997

g) Movimentação da Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa

Compreende as provisões para outros créditos sem características de concessão de crédito.

	R\$ mil	
	1º Semestre/2014	1º Semestre/2013
Saldo Inicial	855.361	821.736
Reforço/(reversão)	86.584	58.984
Variação cambial – provisões no exterior	(6.510)	374
Baixas para prejuízo / outros ajustes	11.544	80.167
Saldo Final	946.979	961.261

h) Carteira de Arrendamento Mercantil Financeiro por Prazo de Vencimento

	R\$ mil		
	30.06.2014	31.12.2013	30.06.2013
Até 1 ano ⁽¹⁾	592.703	752.710	962.721
De 1 a 5 anos	531.609	601.762	633.544
Acima de 5 anos	3.281	3.785	18.643
Total Valor Presente	1.127.593	1.358.257	1.614.908

(1) Inclui os valores relativos às parcelas vencidas.

i) Resultado das Operações de Arrendamento Mercantil

	R\$ mil	
	1º Semestre/2014	1º Semestre/2013
Receitas de Arrendamento Mercantil	679.693	889.565
Arrendamento financeiro	679.693	889.565
Despesas de Arrendamento Mercantil	(606.041)	(808.369)
Arrendamento financeiro	(605.794)	(805.725)
Arrendamento operacional	(58)	(58)
Prejuízo na alienação de bens arrendados	(189)	(2.586)
Total	73.652	81.196

j) Concentração das Operações de Crédito

	R\$ mil					
	30.06.2014	% da carteira	31.12.2013	% da carteira	30.06.2013	% da carteira
Maior devedor	20.114.030	3,1	19.646.829	3,2	11.671.820	2,0
10 Maiores devedores	62.676.786	9,6	66.914.403	10,7	41.649.209	7,2
20 Maiores devedores	90.285.843	13,9	91.941.723	14,7	57.231.560	9,9
50 Maiores devedores	127.578.842	19,6	124.444.208	20,0	82.305.992	14,3
100 Maiores devedores	150.471.086	23,2	148.324.784	23,8	104.148.490	18,1

k) Créditos Renegociados

	R\$ mil	
	1º Semestre/2014	1º Semestre/2013
Créditos Renegociados no Período ⁽¹⁾	21.637.510	18.142.129
Renegociados por atraso ⁽²⁾	1.891.291	1.576.696
Renovados ⁽³⁾	19.746.219	16.565.433
Movimentação dos Créditos Renegociados por Atraso		
Saldo Inicial	8.192.010	7.265.676
Contratações ⁽²⁾	1.891.291	1.576.696
(Recebimento) e apropriação de juros	(480.893)	160.567
Baixas para prejuízo	(943.900)	(776.529)
Saldo Final ⁽⁴⁾	8.658.508	8.226.410
Provisão para créditos de liquidação duvidosa da carteira renegociada por atraso	5.277.228	4.899.573
(%) PCLD sobre a carteira renegociada por atraso	60,9%	59,6%
Inadimplência 90 dias da carteira renegociada por atraso	1.363.670	1.282.942
(%) Inadimplência sobre a carteira renegociada por atraso	15,7%	15,6%

(1) Representa o saldo das operações de crédito renegociado no período, vincendas ou em atraso, utilizando *internet*, terminal de autoatendimento ou rede de agências.

(2) Créditos renegociados no período para composição de dívidas em virtude de atraso no pagamento pelos clientes.

(3) Créditos renegociados de operações não vencidas para prorrogação, novação, concessão de nova operação para liquidação parcial ou integral de operação anterior ou qualquer outro tipo de acordo que implique alteração nos prazos de vencimento ou nas condições de pagamento originalmente pactuadas.

(4) Inclui o valor de R\$ 181.355 mil (R\$ 157.437 mil em 30.06.2013) referente a créditos rurais renegociados. Não está incluído o valor de R\$ 5.337.249 mil (R\$ 5.366.943 mil em 30.06.2013) dos créditos prorrogados da carteira rural com amparo em legislação específica.

l) Informações Complementares

	R\$ mil		
	30.06.2014	31.12.2013	30.06.2013
Créditos contratados a liberar	151.612.679	146.983.600	138.945.874
Garantias prestadas ⁽¹⁾	14.426.965	17.373.241	15.430.454
Créditos de exportação confirmados	2.034.232	2.174.783	1.984.070
Créditos abertos para importação contratados	410.463	538.429	671.367
Recursos vinculados ⁽²⁾	1.079.194	1.060.628	1.448.241
Operações de crédito vinculadas ⁽²⁾	840.735	982.995	1.342.271

(1) O Banco mantém provisão registrada em Outras Obrigações – Diversas (Nota 20.e) no montante de R\$ 146.575 mil (R\$ 145.678 mil em 31.12.2013 e R\$ 172.091 mil em 30.06.2013), apurada conforme Resolução n.º 2.682/1999.

(2) Em 30.06.2014, não há operações inadimplentes e nem questionamento judicial sobre operações ativas vinculadas ou sobre os recursos captados para aplicação nestas operações.

m) Operações de crédito por linha do Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT

Linhas do FAT	TADE ⁽¹⁾	R\$ mil		
		30.06.2014	31.12.2013	30.06.2013
Empréstimos e títulos descontados		3.367.383	3.402.755	3.372.671
Proger Urbano Investimento	18/2005	3.367.335	3.402.707	3.372.579
Proger Urbano Capital de Giro	15/2005	14	20	68
Proger Urbano Empreendedor Popular	01/2006	34	28	24
Financiamentos		710.843	707.323	597.749
Proger Exportação	27/2005	5.043	5.169	1.265
FAT Giro Setorial Micro e Pequenas Empresas	08/2006	15	113	2.478
FAT Fomentar Micro e Pequenas Empresas	11/2006	--	428	2.278
FAT Fomentar Médias e Grandes Empresas	12/2006	--	1.787	13.321
FAT Taxista	02/2009	226.394	195.550	169.618
FAT Turismo - Investimento	01/2012	130.235	97.950	43.327
FAT Turismo - Capital de Giro	02/2012	349.156	406.326	365.462
Financiamentos rurais e agroindustriais		471.283	780.592	1.242.613
Proger Rural Custeio	02/2006	2.324	2.504	3.341
Proger Rural Investimento	13/2005	34.465	46.809	66.810
Pronaf Custeio	04/2005	4.264	8.162	10.356
Pronaf Investimento	05/2005	412.696	700.728	995.667
Giro Rural - Aquisição de Títulos	03/2005	17.529	22.385	132.131
Giro Rural - Fornecedores	14/2006	5	4	34.308
Total		4.549.509	4.890.670	5.213.033

(1) TADE: Termo de Alocação de Depósito Especial.

11 – OUTROS CRÉDITOS

a) Créditos Específicos

	R\$ mil		
	30.06.2014	31.12.2013	30.06.2013
Alongamento de crédito rural - Tesouro Nacional	1.468.760	1.390.451	1.323.842
Outros	631	--	194
Total	1.469.391	1.390.451	1.324.036

b) Diversos

	R\$ mil		
	30.06.2014	31.12.2013	30.06.2013
Ativo fiscal diferido - Crédito tributário (Nota 25.e)	28.260.487	27.461.707	28.052.256
Devedores por depósitos em garantia - contingências (Nota 28.c)	20.507.633	18.496.440	15.732.580
Operações com cartões de crédito (Nota 10.a)	16.865.076	17.533.567	16.211.680
Devedores por depósitos em garantia - ação judicial (Nota 28.d)	14.990.610	14.606.013	14.257.375
Imposto de renda e contribuição social a compensar	9.858.081	13.225.990	12.654.891
Ativos atuariais (Nota 27.e)	9.826.753	15.544.218	6.494.659
Créditos vinculados a operações adquiridas ⁽¹⁾ (Nota 10.a)	8.730.774	9.241.406	8.402.886
Fundos de destinação do superávit - Previ (Nota 27.f)	8.162.474	7.966.278	9.232.655
Tesouro Nacional - equalização de taxas - safra agrícola	7.943.736	6.333.283	4.158.015
Devedores diversos - país	5.378.108	1.842.828	2.233.981
Aquisição de recebíveis	4.507.170	4.200.708	3.755.731
Título e créditos a receber - empresas não financeiras	3.733.494	4.016.626	3.707.861
Títulos e créditos a receber - outros	2.170.004	2.406.375	2.319.602
Adiantamento a empresas processadoras de transações com cartões	2.062.827	2.277.876	1.464.031
Títulos e créditos a receber - ECT - Banco Postal ⁽²⁾	1.879.856	--	--
Título e créditos a receber - Tesouro Nacional	1.796.224	1.373.702	1.043.628
Prêmios sobre créditos vinculados a operações adquiridas em cessão	1.403.766	1.671.864	1.806.604
Devedores diversos - exterior	419.502	269.082	294.802
Adiantamentos e antecipações salariais	211.824	315.353	239.227
Devedores por depósitos em garantia - outros	180.444	164.241	174.128
Direitos por aquisição de royalties e créditos governamentais	61.223	1.116.919	16.333
Devedores por compra de valores e bens	49.284	62.009	73.371
Adiantamentos ao Fundo Garantidor de Crédito - FGC	--	--	101.669
Outros	465.446	1.087.482	347.584
Total	149.464.796	151.213.967	132.775.549
Ativo circulante	107.060.874	87.030.697	76.521.407
Ativo não circulante	42.403.922	64.183.270	56.254.142

(1) Refere-se a carteiras de crédito consignado e de financiamento de veículos concedidos a pessoas físicas, adquiridas pelo Banco com coobrigação do cedente, contabilizadas em conformidade com a Resolução CMN n.º 3.533/2008.

(2) Recebíveis oriundos da nova parceria entre o Banco do Brasil e a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT, pela utilização da rede Banco Postal (Nota 16.a).

12 – CARTEIRA DE CÂMBIO

a) Composição

	R\$ mil		
	30.06.2014	31.12.2013	30.06.2013
Outros Créditos			
Câmbio comprado a liquidar	14.024.018	14.766.729	15.959.599
Cambiais e documentos a prazo em moedas estrangeiras	27.186	28.916	27.348
Direitos sobre vendas de câmbio	14.823.683	15.585.514	13.649.373
(Adiantamentos em moeda nacional/estrangeira recebidos)	(12.908.607)	(13.015.143)	(13.023.769)
Valores em moedas estrangeiras a receber	5.007	5.341	4.602
Rendas a receber de adiantamentos concedidos e de importações financiadas	139.467	153.787	176.458
Total	16.110.754	17.525.144	16.793.611
Ativo circulante	16.110.013	17.524.195	16.529.777
Ativo não circulante	741	949	263.834
Outras Obrigações			
Câmbio vendido a liquidar	16.440.461	18.553.333	16.395.487
(Importação financiada)	(8.750)	(16.289)	(4.895)
Obrigações por compras de câmbio	14.327.043	14.052.666	14.807.370
(Adiantamentos sobre contratos de câmbio)	(12.149.191)	(11.153.787)	(12.153.504)
Valores em moedas estrangeiras a pagar	50.348	55.937	56.016
Rendas a apropriar de adiantamentos concedidos	3.339	2.829	3.306
Total	18.663.250	21.494.689	19.103.780
Passivo circulante	13.087.454	10.569.094	9.558.715
Passivo não circulante	5.575.796	10.925.595	9.545.065
Carteira de Câmbio Líquida	(2.552.496)	(3.969.545)	(2.310.169)
Contas de Compensação			
Créditos abertos para importação	547.938	775.933	1.093.753
Créditos de exportação confirmados	2.034.232	2.174.783	1.984.070

b) Resultado de Operações de Câmbio

	R\$ mil	
	1º Semestre/2014	1º Semestre/2013
Rendas de câmbio	5.051.698	5.523.460
Despesas de câmbio	(4.189.063)	(5.197.879)
Resultado de operações de câmbio	862.635	325.581

13 – OUTROS VALORES E BENS

	R\$ mil		
	30.06.2014	31.12.2013	30.06.2013
Bens não de Uso Próprio	583.513	459.678	469.270
Veículos e afins	280.599	162.824	158.247
Bens em regime especial	156.944	160.810	168.963
Imóveis	129.529	117.133	113.501
Imóveis habitacionais	5.332	6.604	7.345
Máquinas e equipamentos	4.718	5.103	7.988
Outros	6.391	7.204	13.226
Material em Estoque	104.267	93.892	83.978
Subtotal	687.780	553.570	553.248
(Provisão para desvalorização) ⁽¹⁾	(159.247)	(165.221)	(195.446)
Despesas Antecipadas	3.707.876	3.745.565	3.348.021
Despesas de seguros, resseguros, previdência e capitalização diferidas ⁽²⁾	2.724.400	2.437.940	1.535.510
Comissões pagas a lojistas - financiamento de veículos	306.477	330.719	359.983
Direitos sobre custódia de depósitos judiciais	180.725	253.253	330.461
Prêmios por créditos adquiridos ⁽³⁾	126.995	288.107	569.517
Despesas de pessoal - programa de alimentação	112.036	136.118	107.340
Prêmio pago a clientes - parcerias varejistas	39.822	50.826	53.448
Despesas tributárias	22.731	21	20.225
Promoções e relações públicas	18.257	--	12.000
Despesas com programa de relacionamento - milhas	2.038	89.081	184.064
Outros	174.395	159.500	175.473
Total	4.236.409	4.133.914	3.705.823
Ativo circulante	2.997.622	2.975.348	2.735.912
Ativo não circulante	1.238.787	1.158.566	969.911

(1) O Banco reconheceu, no 1º Semestre/2014, reversão de provisão para desvalorização de bens não de uso no valor de R\$ 3.649 mil no 1º Semestre/2014 (despesa de provisão no valor de R\$ 32 mil no 1º Semestre/2013).

(2) Referem-se principalmente a comissões pagas aos corretores e representantes pela comercialização de produtos.

(3) Os valores são amortizados de acordo com os prazos de vencimento das parcelas dos créditos adquiridos junto a outras instituições financeiras.

14 – INVESTIMENTOS
a) Movimentações nas Participações em Coligadas e Controladas

	R\$ mil						
	Saldo Contábil	Movimentações – 1º Semestre/2014			Saldo Contábil		Resultado Equivalência
	31.12.2013	Dividendos	Outros eventos	Resultado equivalência	30.06.2014	30.06.2013	1º Semestre/2013
No País	1.372.326	(78)	(97.061)	(24.798)	1.250.389	1.612.501	(6.283)
Cadam S.A.	25.929	--	--	996	26.925	25.720	(2.279)
Cia. Hidromineral Piratuba	2.462	--	46	12	2.520	2.357	69
Cia. Catarinense de Assessoria e Serviços - CCA ⁽¹⁾	228	--	--	--	228	228	--
Estruturadora Brasileira de Projetos - EBP	8.747	(78)	--	(297)	8.372	7.412	2.755
Itapebi ⁽²⁾	--	--	--	--	--	76.414	10.768
Outras participações ⁽³⁾	28.952	--	26.956	(25.509)	30.399	13.509	(17.596)
Ágio/Deságio na aquisição de investimentos	1.306.008	--	(124.063)	--	1.181.945	1.486.861	--
No Exterior	271.847	--	943.537	(681.443)	533.941	380.536	335.228
Outras participações no exterior	--	--	(149)	149	--	52.834	1.323
Ágio na aquisição de investimentos no exterior	271.847	--	262.094	--	533.941	327.702	--
Ganhos/(perdas) cambiais nas agências	--	--	262.860	(262.860)	--	--	240.422
Ganhos/(perdas) cambiais nas subsidiárias e controladas	--	--	415.408	(415.408)	--	--	93.462
Aumento/diminuição do PL decorrente de outras movimentações	--	--	3.324	(3.324)	--	--	21
Total das Participações em Coligadas e Controladas	1.644.173	(78)	846.476	(706.241)	1.784.330	1.993.037	328.945
Imparidade Acumulada	(6.998)	--	--	--	(6.998)	(6.998)	--

(1) Empresa em processo de liquidação extrajudicial, não avaliada pelo método de equivalência patrimonial.

(2) A participação na empresa Itapebi foi alienada para o grupo Neenergia (Nota 2.e).

(3) Referem-se às participações das empresas coligadas não financeiras.

Saldos em 30.06.2014	Capital Social	Patrimônio Líquido Ajustado	Lucro/ (Prejuízo) Líquido 1º Sem/2014	Quantidade de Ações (em milhares)		Participação do Capital Social %
				Ordinárias	Preferenciais	
				R\$ mil		
No País						
Cadam S.A.	183.904	124.400	--	--	4.762	21,64
Cia. Hidromineral Piratuba	4.093	16.234	596	663	--	15,46
Cia. Catarinense de Assessoria e Serviços - CCA	780	474	--	260	520	48,13
Estruturadora Brasileira de Projetos - EBP	75.819	75.349	(2.710)	3.859	2.953	11,11

b) Outros Investimentos

	R\$ mil		
	30.06.2014	31.12.2013	30.06.2013
Investimentos por incentivos fiscais	94.771	98.533	95.835
Títulos patrimoniais	146	146	146
Ações e cotas	69.085	62.210	60.872
Outros investimentos ⁽¹⁾	1.416.159	1.797.319	1.475.073
Outras participações no exterior	52.496	55.837	344
Total	1.632.657	2.014.045	1.632.270
(Imparidade Acumulada)	(82.497)	(115.032)	(107.219)

(1) Inclui o montante de R\$ 1.001.028 mil (R\$ 1.019.478 mil em 31.12.2013 e R\$ 1.037.891 mil em 30.06.2013), relativo aos investimentos da holding Neoenergia S.A.

c) Ágios na Aquisição de Investimentos

Movimentação dos Ágios	R\$ mil	
	1º Semestre/2014	1º Semestre/2013
Saldo Inicial	1.579.416	1.972.891
Adições ⁽¹⁾	358.914	--
Reduções ⁽²⁾	(45.683)	--
Amortizações ⁽³⁾	(115.634)	(155.359)
Variação Cambial ⁽⁴⁾	(59.566)	(1.408)
Saldo Final	1.717.447	1.816.124

(1) Ajustes nas empresas da Cielo decorrentes da harmonização de práticas contábeis das investidas às práticas da investidora.

(2) Transferência do ágio da empresa Brasilprev Nosso Futuro Seguros e Previdência S.A. para o grupamento "Intangível" (Nota 16.a).

(3) Registradas em Outras Despesas Administrativas.

(4) Incidente sobre os ágios do BB Americas e do Banco Patagonia.

d) Expectativa de Amortização dos Ágios

	R\$ mil							
	2º Sem/2014	2015	2016	2017	2018	2019	Após 2019	Total
Banco do Brasil	45.009	88.653	90.493	90.136	29.865	30.455	28.142	402.753
Banco Votorantim S.A.	28.360	57.981	60.466	61.133	--	--	--	207.940
Banco Patagonia	13.869	28.127	26.678	24.289	24.759	25.252	21.402	164.376
BB Americas	2.780	2.545	3.349	4.714	5.106	5.203	6.740	30.437
Efeitos tributários ⁽¹⁾	(18.004)	(35.461)	(36.197)	(36.054)	(11.946)	(12.182)	(11.257)	(161.101)
Total líquido	27.005	53.192	54.296	54.082	17.919	18.273	16.885	241.652
Outras participações								
BB-BI	48.197	93.857	107.670	123.517	141.696	162.550	--	677.487
Cielo S.A.	48.197	93.857	107.670	123.517	141.696	162.550	--	677.487
Cielo S.A.	20.547	41.189	42.770	44.011	44.525	18.126	142.701	353.869
Merchant e-Solutions, Inc.	19.686	39.988	41.389	42.411	42.927	16.428	135.533	338.362
Braspag Tecnologia em Pagamento Ltda.	517	730	854	1.031	984	1.042	4.278	9.436
Multidisplay Comércio e Serviços Tecnológicos S.A.	148	222	256	283	311	336	1.638	3.194
Companhia Brasileira de Gestão de Serviços (Orizon)	196	249	271	286	303	320	1.252	2.877
BB Mapfre SH1 Participações S.A.	10.068	18.781	22.254	24.050	25.314	--	--	100.467
Vida Seguradora S.A.	10.068	18.781	22.254	24.050	25.314	--	--	100.467
BB Seguros Participações S.A.	9.554	12.971	11.225	10.743	11.040	10.028	5.256	70.817
Brasilcap Capitalização S.A.	7.753	11.022	9.154	8.593	8.780	7.659	--	52.961
IRB-Brasil Resseguros S.A.	1.801	1.949	2.071	2.150	2.260	2.369	5.256	17.856
Mapfre BB SH2 Participações S.A.	7.462	18.064	19.877	21.841	--	--	--	67.244
Brasilveículos Companhia de Seguros	7.462	18.064	19.877	21.841	--	--	--	67.244
Elo Participações S.A.	6.655	6.242	6.869	7.560	8.321	9.163	--	44.810
Companhia Brasileira de Soluções e Serviços - Alelo	6.655	6.242	6.869	7.560	8.321	9.163	--	44.810
Consolidado	147.492	279.757	301.158	321.858	260.761	230.322	176.099	1.717.447
Efeitos tributários ⁽¹⁾	(55.740)	(106.068)	(114.283)	(122.251)	(98.952)	(89.890)	(61.562)	(648.746)
Total líquido	91.752	173.689	186.875	199.607	161.809	140.432	114.537	1.068.701

(1) 25% de IRPJ e 15% de CSLL para as empresas financeiras e para as empresas não financeiras de seguros, previdência e capitalização, e 25% de IRPJ e 9% da CSLL para as demais empresas não financeiras.

A expectativa de amortização dos ágios gerados nas aquisições de participações societárias respalda-se em projeções de resultado que fundamentaram os negócios, elaboradas por empresas especializadas ou por área técnica do Banco, contemplando os prazos das estimativas e taxas de desconto utilizadas na apuração do valor presente líquido dos fluxos de caixa esperados.

e) Teste de Imparidade dos Ágios

O valor recuperável dos ágios na aquisição de investimentos é determinado com base no valor em uso, calculado pela metodologia de fluxo de caixa descontado, que se fundamenta na projeção de um fluxo de caixa para a empresa investida (unidade geradora de caixa) e na determinação da taxa que irá descontar esse fluxo.

As premissas adotadas para estimar esse fluxo são baseadas em informações públicas, no orçamento e no plano de negócios das empresas avaliadas. As premissas consideram o desempenho atual e passado, bem como o crescimento esperado no respectivo mercado de atuação e em todo ambiente macroeconômico.

Os fluxos de caixa das empresas relacionadas a seguir foram projetados pelo período de dez anos, perpetuando-se a partir do décimo primeiro ano, com taxa de crescimento estabilizada. Para os períodos de fluxo de caixa excedentes aos prazos das projeções dos orçamentos ou planos de negócios, as estimativas de crescimento utilizadas estão em linha com aquelas adotadas pelas empresas. A taxa de desconto nominal foi calculada, ano a ano, com base no modelo *CAPM* (*Capital Asset Pricing Model*) ajustado ao mercado brasileiro e referenciado em Reais (R\$), com exceção do Banco Patagonia, cujo modelo foi ajustado ao mercado argentino e referenciado em Pesos Argentinos (ARS).

Empresas (Unidades Geradoras de Caixa)	Taxa de Crescimento a.a. ⁽¹⁾	Taxa de Desconto a.a. ⁽²⁾
Banco Votorantim	3,70%	11,34%
Banco Patagonia	14,50%	28,38%
BB Americas	2,00%	5,62%
Alelo	3,70%	11,54%
Vida Seguradora	3,00%	11,30%
Brasilveículos	3,20%	11,30%
Brasilcap	3,00%	11,30%
IRB-Brasil Resseguros	3,20%	10,30%

(1) Crescimento nominal na perpetuidade.

(2) Média geométrica dos dez anos de projeção, com exceção do BB Americas, que utilizou uma média geométrica dos oito anos de projeção.

De acordo com a análise de sensibilidade realizada, não há a indicação de que mudanças em premissas possam fazer o valor contábil das unidades geradoras de caixa exceder o seu respectivo valor recuperável.

O valor recuperável do ágio na aquisição da Cielo é apurado por meio do valor líquido de venda, com base na cotação das ações de emissão da companhia na BM&FBovespa.

Empresa (Unidade Geradora de Caixa)	Cotação CIEL3 ⁽¹⁾
Cielo	R\$ 45,50

(1) Preço de fechamento da ação em 30.06.2014.

No 1º semestre de 2014 e no 1º semestre de 2013, não houve perda por imparidade sobre os ágios na aquisição de investimentos.

15 – IMOBILIZADO DE USO

	R\$ mil								
	31.12.2013	1º Semestre/2014			30.06.2014			30.06.2013	
	Saldo contábil	Movimentações	Depreciação	(Provisão)/ Reversão p/ imparidade	Valor de Custo	Depreciação acumulada	Imparidade acumulada	Saldo contábil	Saldo contábil
Edificações	3.217.429	386.935	(148.336)	--	5.709.755	(2.246.741)	(6.986)	3.456.028	2.490.857
Móveis e equipamentos de uso	1.434.355	97.568	(115.107)	(167)	3.527.993	(2.110.145)	(1.199)	1.416.649	1.406.448
Sistemas de processamento de dados	1.135.391	305.874	(205.623)	960	3.899.537	(2.662.935)	--	1.236.602	1.112.157
Terrenos	647.449	235.195	--	--	882.644	--	--	882.644	553.204
Instalações	236.830	11.880	(19.827)	--	977.685	(748.802)	--	228.883	223.279
Sistemas de segurança	170.409	14.701	(12.774)	--	384.973	(212.637)	--	172.336	155.595
Imobilizações em curso	308.071	(139.325)	--	--	168.746	--	--	168.746	745.712
Sistemas de comunicação	95.889	8.299	(7.936)	--	268.317	(172.065)	--	96.252	68.404
Sistemas de transporte	10.875	1.853	(1.289)	--	36.641	(25.202)	--	11.439	11.218
Móveis e equipamentos em estoque	1.793	(13)	--	--	1.780	--	--	1.780	2.616
Total	7.258.491	922.967	(510.892)	793	15.858.071	(8.178.527)	(8.185)	7.671.359	6.769.490

16 – INTANGÍVEL

	R\$ mil									
	31.12.2013	1º Semestre/2014				30.06.2014			30.06.2013	
	Saldo contábil	Aquisições	Baixas	Amortização	(Provisão)/ Reversão p/ imparidade	Valor de custo	Amortização acumulada	Imparidade acumulada	Saldo contábil	Saldo contábil
Direitos de gestão de folhas de pagamento ⁽¹⁾	4.535.492	2.581.226	(16.400)	(950.677)	--	9.807.128	(3.607.747)	(49.740)	6.149.641	4.586.154
Ágios nas aquisições de sociedades incorporadas ^{(2) (3)}	3.424.764	45.683	--	(352.639)	--	5.015.276	(1.897.468)	--	3.117.808	3.733.687
Softwares	1.505.299	56.471	(281)	(73.675)	--	2.475.187	(987.373)	--	1.487.814	1.280.202
Outros ativos intangíveis ⁽⁴⁾	2.358.504	--	(1.866.068)	(481.969)	2.027	19.412	(4.394)	(2.524)	12.494	2.545.318
Total	11.824.059	2.683.380	(1.882.749)	(1.858.960)	2.027	17.317.003	(6.496.982)	(52.264)	10.767.757	12.145.361

(1) Os valores de Aquisições e Baixas incluem contratos renegociados no período, em que o valor do novo contrato é ativado e o valor do contrato anterior é baixado sem impacto no resultado.

(2) Refere-se principalmente ao ágio pela aquisição do Banco Nossa Caixa, incorporado em novembro/2009.

(3) Inclui o valor de R\$ 45.683 mil referente à transferência do ágio da empresa Brasilprev Nosso Futuro Seguros e Previdência S.A. do grupamento "Investimentos" (Nota 14.c).

(4) Em 30.06.2014, o custo do direito de utilização da rede do Banco Postal foi convertido em recebíveis no âmbito da nova parceria entre o Banco do Brasil e a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT no montante de R\$ 1.865.250 mil (Nota 11.b).

b) Estimativa de Amortização

Exercício	R\$ mil						
	2014	2015	2016	2017	2018	2019	Total
Valores a amortizar	1.499.219	2.804.723	2.822.860	2.312.970	1.029.218	298.767	10.767.757

c) Teste de Imparidade

O teste de imparidade do ágio na aquisição do Banco Nossa Caixa, que foi incorporado pelo Banco do Brasil, considera o valor em uso do Banco do Brasil no Estado de São Paulo (unidade geradora de caixa). Os fluxos de caixa têm por base o resultado de 2013 da unidade geradora de caixa, com crescimento pela variação do Produto Interno Bruto (PIB) e do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), projetado por nove anos. Os fluxos foram descontados pelo Custo de Capital Próprio do Banco do Brasil. A taxa de desconto nominal foi calculada, ano a ano, com base no modelo *CAPM (Capital Asset Pricing Model)* ajustado ao mercado brasileiro e referenciado em Reais (R\$).

O teste de imparidade do ágio da Brasilprev Nosso Futuro Seguros e Previdência S.A. segue a mesma metodologia dos demais ágios por aquisição de investimentos, constantes na nota 14.e.

Empresa (Unidade Geradora de Caixa)	Taxa de Crescimento	Taxa de Desconto
Banco do Brasil – Estado de São Paulo – Ágio Banco Nossa Caixa ⁽¹⁾	8,78% a.a.	11,34% a.a.
Brasilprev Nosso Futuro Seguros e Previdência S.A. ^{(2) (3)}	3,00% a.a.	11,30% a.a.

(1) Média geométrica dos nove anos de projeção.

(2) Crescimento nominal na perpetuidade.

(3) Média geométrica dos dez anos de projeção.

De acordo com a análise de sensibilidade realizada, não há a indicação de que mudanças em premissas possam fazer o valor contábil da unidade geradora de caixa exceder o seu respectivo valor recuperável.

No 1º semestre de 2014 e no 1º semestre de 2013, não houve perda por imparidade sobre os ágios de sociedades incorporadas.

17 – DEPÓSITOS E CAPTAÇÕES NO MERCADO

a) Depósitos

	R\$ mil		
	30.06.2014	31.12.2013	30.06.2013
Depósitos à Vista	69.376.605	75.818.389	72.203.518
Pessoas físicas	29.225.120	32.614.732	31.192.721
Pessoas jurídicas	22.752.485	29.595.017	27.710.051
Vinculados	10.967.429	7.072.664	7.774.070
Governos	2.339.636	2.790.445	2.553.607
Moedas estrangeiras	1.464.698	1.355.823	540.341
Empresas ligadas	697.584	732.097	1.023.432
Instituições do sistema financeiro	649.342	527.120	502.638
Especiais do Tesouro Nacional	535.381	559.571	688.267
Domiciliados no exterior	382.041	130.537	43.869
Outros	362.889	440.383	174.522
Depósitos de Poupança	146.460.984	140.728.107	129.003.316
Pessoas físicas	137.162.122	132.510.762	119.802.314
Pessoas jurídicas	8.928.085	7.951.473	8.917.215
Empresas ligadas	358.258	250.253	266.256
Instituições do sistema financeiro	12.519	15.619	17.531
Depósitos Interfinanceiros	28.842.030	27.155.259	19.914.763
Depósitos a Prazo	235.203.184	247.311.253	257.212.501
Judiciais	107.244.312	101.768.835	94.182.794
Moeda Nacional	101.419.444	115.179.497	134.354.261
Moedas estrangeiras	20.798.715	24.243.332	22.466.061
Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT (Nota 17.e)	4.730.197	5.208.690	5.359.800
Funproger (Nota 17.f)	220.896	201.236	197.466
Outros	789.620	709.663	652.119
Total	479.882.803	491.013.008	478.334.098
Passivo circulante	384.816.768	395.192.185	375.845.548
Passivo não circulante	95.066.035	95.820.823	102.488.550

b) Segregação de Depósitos por Prazo de Exigibilidade

								R\$ mil		
	Sem Vencimento	Até 3 Meses	3 a 12 Meses	1 a 3 Anos	3 a 5 Anos	Acima de 5 Anos	30.06.2014	31.12.2013	30.06.2013	
Depósitos a prazo ⁽¹⁾	113.638.327	17.676.353	12.241.825	33.981.917	57.658.888	5.874	235.203.184	247.311.253	257.212.501	
Depósitos de poupança	146.460.984	--	--	--	--	--	146.460.984	140.728.107	129.003.316	
Depósitos à vista	69.376.605	--	--	--	--	--	69.376.605	75.818.389	72.203.518	
Depósitos interfinanceiros	1.743.951	12.259.179	11.419.544	2.254.782	714.395	450.179	28.842.030	27.155.259	19.914.763	
Total	331.219.867	29.935.532	23.661.369	36.236.699	58.373.283	456.053	479.882.803	491.013.008	478.334.098	

(1) Inclui o valor de R\$ 103.558.391 mil (R\$ 113.214.820 mil em 31.12.2013 e R\$ 134.856.953 mil em 30.06.2013), relativo a depósitos a prazo com cláusula de recompra antecipada (compromisso de liquidez), considerados os prazos de vencimento originais.

c) Captações no Mercado Aberto

	R\$ mil		
	30.06.2014	31.12.2013	30.06.2013
Carteira Própria	59.238.389	74.724.092	54.611.296
Títulos privados	38.834.366	41.630.853	23.130.685
Letras Financeiras do Tesouro	12.935.334	15.966.088	23.326.716
Letras do Tesouro Nacional	4.266.272	12.974.134	4.684.495
Títulos no exterior	2.201.801	2.973.368	1.179.810
Notas do Tesouro Nacional	988.019	1.172.757	2.282.977
Outros	12.597	6.892	6.613
Carteira de Terceiros	229.656.954	164.589.620	183.194.015
Letras do Tesouro Nacional	96.005.302	64.583.676	73.993.024
Letras Financeiras do Tesouro	70.724.121	88.984.254	26
Notas do Tesouro Nacional	61.741.113	9.483.748	108.188.191
Títulos no exterior	1.186.418	1.537.942	1.012.774
Carteira de Livre Movimentação	204.063	150.866	214.659
Total	289.099.406	239.464.578	238.019.970
Passivo circulante	276.006.528	228.235.770	225.960.527
Passivo não circulante	13.092.878	11.228.808	12.059.443

d) Despesas com Operações de Captação no Mercado

	R\$ mil	
	1º Semestre/2014	1º Semestre/2013
Despesas de Captações com Depósitos	(15.551.206)	(12.665.161)
Depósitos a prazo	(5.796.143)	(5.389.764)
Depósitos de poupança	(4.764.319)	(3.423.702)
Depósitos judiciais	(4.562.852)	(3.604.786)
Depósitos interfinanceiros	(427.892)	(246.909)
Despesas de Captações no Mercado Aberto	(14.023.476)	(8.260.797)
Carteira de terceiros	(11.295.455)	(6.724.380)
Carteira própria	(2.704.399)	(1.535.482)
Carteira de livre movimentação	(23.622)	(935)
Despesas de Captações de Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	(6.228.413)	(3.085.938)
Letras de Crédito do Agronegócio - LCA	(3.897.211)	(1.206.916)
Letras financeiras	(1.500.094)	(971.870)
Emissão de títulos e valores mobiliários no exterior	(548.812)	(900.760)
Letras de Crédito Imobiliário – LCI	(282.296)	(6.392)
Despesas com Dívidas Subordinadas no Exterior	(216.322)	(217.031)
Despesas com Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida	(699.898)	(657.424)
Outras	(397.194)	(291.791)
Total	(37.116.509)	(25.178.142)

e) Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT)

Programa	Resolução/ TADE ⁽¹⁾	Devolução de Recursos			30.06.2014			31.12.2013			30.06.2013			R\$ mil
		Forma ⁽²⁾	Data Inicial	Data Final	Disponível TMS ⁽³⁾	Aplicado TJLP ⁽⁴⁾	Total	Disponível TMS ⁽³⁾	Aplicado TJLP ⁽⁴⁾	Total	Disponível TMS ⁽³⁾	Aplicado TJLP ⁽⁴⁾	Total	
Proger Rural e Pronaf					155.080	480.286	635.366	224.913	719.632	944.545	248.746	1.169.515	1.418.261	
Pronaf Custeio	04/2005	RA	11/2005	--	31	3.063	3.094	--	4.060	4.060	--	4.866	4.866	
Pronaf Investimento	05/2005	RA	11/2005	--	145.673	442.056	587.729	202.257	668.763	871.020	209.625	988.303	1.197.928	
Giro Rural – Aquisição de Títulos	03/2005	SD	01/2008	01/2015	325	10.343	10.668	2.316	11.914	14.230	6.174	96.301	102.475	
Giro Rural Fornecedores	14/2006	RA	08/2006	--	--	--	--	11.813	7	11.820	16.266	29.177	45.443	
Rural Custeio	02/2006	RA	11/2005	--	261	1.570	1.831	341	1.859	2.200	334	2.404	2.738	
Rural Investimento	13/2005	RA	11/2005	--	8.790	23.254	32.044	8.186	33.029	41.215	16.347	48.464	64.811	
Proger Urbano					90.293	3.190.275	3.280.568	148.006	3.223.491	3.371.497	102.723	3.189.900	3.292.623	
Urbano Investimento	18/2005	RA	11/2005	--	90.289	3.190.265	3.280.554	147.996	3.223.478	3.371.474	102.637	3.189.852	3.292.489	
Urbano Capital de Giro	15/2005	RA	11/2005	--	4	10	14	10	13	23	85	48	133	
Empreendedor Popular	01/2006	RA	11/2005	--	--	--	--	--	--	--	1	--	1	
Outros					108.084	706.179	814.263	187.860	704.788	892.648	54.428	594.488	648.916	
Exportação	27/2005	RA	11/2005	--	4.705	4.888	9.593	423	5.123	5.546	482	1.252	1.734	
FAT Giro Setorial Micro e Pequenas Empresas	08/2006	RA	09/2007	--	--	--	--	474	--	474	3.031	2.137	5.168	
FAT Fomentar Micro e Pequenas Empresas	11/2006	RA	08/2006	--	--	--	--	903	425	1.328	1.081	2.194	3.275	
FAT Fomentar Médias e Grandes Empresas	12/2006	RA	07/2006	--	4	--	4	4.641	1.668	6.309	7.832	12.797	20.629	
FAT Taxista	02/2009	RA	09/2009	--	55.878	225.626	281.504	72.164	195.143	267.307	11.499	169.452	180.951	
FAT Turismo Investimento	01/2012	RA	08/2012	--	17.196	129.891	147.087	99.311	97.737	197.048	11.954	43.264	55.218	
FAT Turismo Capital de Giro	02/2012	RA	08/2012	--	30.301	345.774	376.075	9.944	404.692	414.636	18.549	363.392	381.941	
Total					353.457	4.376.740	4.730.197	560.779	4.647.911	5.208.690	405.897	4.953.903	5.359.800	

(1) TADE: Termo de Alocação de Depósito Especial.

(2) RA - Retorno Automático (mensalmente, 2% sobre o saldo) e SD - Saldo Disponível.

(3) Recursos remunerados pela Taxa Média Selic (TMS).

(4) Recursos remunerados pela Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP).

O Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT é um fundo especial de natureza contábil e financeira, instituído pela Lei n.º 7.998/1990, vinculado ao Ministério do Trabalho e Emprego - MTE e gerido pelo Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador – Codefat. O Codefat é um órgão colegiado, de caráter tripartite e paritário, composto por representantes dos trabalhadores, dos empregadores e do governo.

As principais ações para a promoção do emprego financiadas com recursos do FAT estão estruturadas em torno dos programas de geração de emprego e renda, cujos recursos são alocados por meio dos depósitos especiais, criados pela Lei n.º 8.352/1991, nas instituições financeiras oficiais federais, incorporando, entre outros, o próprio Programa de Geração de Emprego e Renda – Proger, nas modalidades Urbano – Investimento e Capital de Giro – e Rural, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf, além de linhas especiais tais como FAT Integrar – Rural e Urbano, FAT Giro Setorial – Micro e Pequenas Empresas, FAT Giro Setorial – Médias e Grandes Empresas, FAT Giro Setorial Veículos – Micro e Pequenas Empresas, FAT Giro Setorial Veículos – Médias e Grandes Empresas, FAT Fomentar - Micro e Pequenas Empresas, FAT Fomentar – Médias e Grandes Empresas, FAT Giro Agropecuário, FAT Inclusão Digital, FAT Taxista, FAT Turismo Investimento e FAT Turismo Capital de Giro.

Os depósitos especiais do FAT alocados junto ao Banco do Brasil, enquanto disponíveis, são remunerados pela Taxa Média Selic (TMS) *pro rata die*. À medida que são aplicados nos financiamentos passam a ser remunerados pela Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) durante o período de vigência dos financiamentos. As remunerações sobre os recursos alocados no Banco são recolhidas ao FAT mensalmente, conforme estipulado nas Resoluções Codefat n.º 439/2005 e n.º 489/2006.

f) Fundo de Aval para Geração de Emprego e Renda (Funproger)

O Fundo de Aval para Geração de Emprego e Renda (Funproger) é um fundo especial de natureza contábil, criado em 23.11.1999 pela Lei n.º 9.872/1999, alterada pela Lei n.º 10.360/2001 e pela Lei n.º 11.110/2005, regulamentado pela Resolução Codefat n.º 409/2004 e alterações posteriores, gerido pelo Banco do Brasil com a supervisão do Codefat/MTE, cujo saldo em 30.06.2014 é de R\$ 220.896 mil (R\$ 201.236 mil em 31.12.2013 e R\$ 197.466 mil em 30.06.2013).

O objetivo do Funproger é conceder aval a empreendedores que não disponham das garantias necessárias para contratação de financiamentos do Proger Urbano e do Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO), mediante o pagamento de uma comissão para a concessão de aval. Para formação do patrimônio do Funproger, foram aportados recursos provenientes da diferença entre a aplicação da TMS e a TJLP na remuneração dos saldos disponíveis de depósitos especiais do FAT. Outras fontes de recursos que compõem o Fundo são as receitas decorrentes de sua operacionalização e a remuneração de suas disponibilidades pelo Banco do Brasil, gestor do Fundo.

18 – OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES

a) Obrigações por Empréstimos

	R\$ mil						
	até 90 Dias	de 91 a 360 Dias	de 1 a 3 Anos	de 3 a 5 Anos	30.06.2014	31.12.2013	30.06.2013
No País	289.827	1.918	945	--	292.690	299.116	423.091
Tomados pelas empresas não financeiras	289.827	--	--	--	289.827	295.302	418.333
Demais linhas de crédito	--	1.918	945	--	2.863	3.814	4.758
No Exterior	4.876.677	9.601.024	2.989.730	885.812	18.353.243	17.016.093	14.904.256
Tomados junto a banqueiros no exterior	4.758.541	9.173.225	2.978.360	885.108	17.795.234	16.154.776	13.849.594
Vinculados a empréstimos do setor público ⁽¹⁾	--	268.610	--	--	268.610	428.631	540.416
Exportação	80.270	78.935	--	--	159.205	304.125	328.496
Importação	37.866	80.254	11.370	704	130.194	128.561	185.750
Total	5.166.504	9.602.942	2.990.675	885.812	18.645.933	17.315.209	15.327.347
Passivo circulante					14.769.446	15.480.736	14.131.162
Passivo não circulante					3.876.487	1.834.473	1.196.185

(1) Vencimento em abril de 2015, à taxa de 6,92% a.a.

b) Obrigações por Repasses
Do País – Instituições Oficiais

		R\$ mil		
Programas	Taxas de Atualização	30.06.2014	31.12.2013	30.06.2013
Tesouro Nacional - Crédito Rural		435.787	536.733	691.478
Pronaf	TMS (se disponível) Pré 0,50% a.a. a 4,00% a.a. (se aplicado)	262.075	332.048	496.111
Cacau	Pré 6,35% a.a. IGP-M + 8,00% a.a. TJLP + 0,60% a.a.	86.439	85.372	87.406
Recoop	Pré 5,75% a.a. a 8,25% a.a. IGP-DI + 1,00% a.a. IGP-DI + 2,00% a.a.	45.551	54.590	62.953
Outros		41.722	64.723	45.008
BNDES		43.785.224	43.967.974	42.761.645
Banco do Brasil	Pré 0,00% a.a. a 7,30% a.a. TJLP + 0,00% a.a. a 5,40% a.a. IPCA + 7,85% a.a. a 9,91% a.a. Selic + 0,40% a.a a 4,00% a.a. Var.Camb. + 0,50% a.a. a 6,79 % a.a.	42.685.546	42.685.432	41.491.440
Banco Votorantim	Pré 0,70% a.a. a 7,00% a.a. TJLP + 0,50% a.a. a 4,50% a.a. IPCA + 7,02% a.a. a 9,91% a.a. Selic + 1,30% a.a. a 2,50% a.a. Var.Camb. + 1,30% a.a. a 3,00% a.a.	1.099.678	1.282.542	1.270.205
Caixa Econômica Federal		8.046.383	4.219.810	1.910.859
Finame		30.958.428	28.477.344	24.184.215
Banco do Brasil	Pré 0,00% a.a. a 8,50% a.a. TJLP + 0,50% a.a. a 5,50% a.a. Var. Camb. + 0,90% a.a. a 3,00% a.a.	30.070.408	27.528.447	23.203.467
Banco Votorantim	Pré 0,30% a.a. a 8,30% a.a. TJLP + 0,50% a.a. a 5,50% a.a. Selic + 1,80% a.a. Var. Camb. + 0,90% a.a.	888.020	948.897	980.748
Outras Instituições Oficiais		9.793.698	9.903.122	444.146
Suprimento Especial – Poupança Rural	TR	8.726.841	8.696.735	--
Suprimento Especial – Depósitos		332.035	332.035	--
Funcafé	TMS (se disponível) Pré 5,50% a.a. ou 6,75% a.a. (se aplicado)	734.794	874.324	444.118
Outros		28	28	28
Total		93.019.520	87.104.983	69.992.343
Passivo circulante		36.427.366	32.268.744	18.742.569
Passivo não circulante		56.592.154	54.836.239	51.249.774

Do Exterior

	R\$ mil		
	30.06.2014	31.12.2013	30.06.2013
Recursos livres - Resolução CMN n.º 3.844/2010	--	23.984	76.041
Fundo Especial de Apoio às pequenas e médias empresas industriais	477	477	477
Total	477	24.461	76.518
Passivo circulante	95	24.079	12.062
Passivo não circulante	382	382	64.456

c) Despesas de Obrigações por Empréstimos e Repasses

	R\$ mil	
	1º Semestre/2014	1º Semestre/2013
Despesas de Obrigações por Empréstimos	(126.701)	(2.191.640)
Despesas de Obrigações por Repasses	(1.755.858)	(2.208.635)
BNDES	(1.298.845)	(1.285.858)
Finame	(296.636)	(340.633)
Caixa Econômica Federal	(48.567)	(11.941)
Tesouro Nacional	(39.366)	(33.428)
Do Exterior ⁽¹⁾	--	(511.794)
Outras	(72.444)	(24.981)
Despesas de Obrigações com Banqueiros no Exterior ⁽¹⁾	--	(1.067.460)
Despesas de Obrigações por Fundos Financeiros e de Desenvolvimento	(36.560)	(370.136)
Total	(1.919.119)	(5.837.871)

(1) No 1º semestre/2014 houve reclassificação dos saldos credores dessas despesas para o grupamento "Outras Receitas Operacionais – Reajuste cambial negativo/Reclassificação de saldos passivos" (Nota 22.e), em função do registro da variação cambial incidente sobre operações passivas com cláusula de reajuste cambial.

19 – RECURSOS DE ACEITES E EMISSÃO DE TÍTULOS

						R\$ mil		
CAPTAÇÕES	Valor Emitido	Remuneração a.a.	Data Captação	Vencimento	30.06.2014	31.12.2013	30.06.2013	
Banco do Brasil					137.308.911	109.989.732	73.784.138	
Programa "Global Medium - Term Notes"					10.479.050	10.113.652	6.605.668	
	R\$ 350.000	9,75%	07/2007	07/2017	350.582	342.150	354.200	
	USD 100.000	Libor 6m+2,55%	07/2009	07/2014	223.361	237.271	224.064	
	USD 950.000	4,50%	01/2010	01/2015	2.133.128	2.268.011	2.145.055	
	USD 500.000	6,00%	01/2010	01/2020	1.126.274	1.197.145	1.132.058	
	EUR 750.000	4,50%	01/2011	01/2016	2.300.707	2.515.367	2.197.004	
	JPY 24.700.000	1,80%	09/2012	09/2015	539.185	553.411	553.287	
	EUR 700.000 300.000	3,75%	07/2013 03/2014	07/2018	3.125.459	2.280.146	--	
	CHF 275.000	2,50%	12/2013	06/2019	680.354	720.151	--	
"Senior Notes"					5.346.358	5.682.804	5.371.638	
	USD 500.000	3,88%	11/2011	01/2017	1.115.374	1.185.458	1.120.444	
	USD 1.925.000	3,88%	10/2012	10/2022	4.230.984	4.497.346	4.251.194	
Notas Estruturadas	USD 114.798	0,68% a 3,55%		06/2021	267.264	302.680	474.793	
Certificados de Depósitos					12.203.002	10.325.498	11.030.104	
Curto Prazo ⁽¹⁾		0,11% a 4,48%			8.185.695	7.071.906	8.163.478	
Longo Prazo ⁽¹⁾		1,15% a 4,48%		06/2017	4.017.307	3.253.592	2.866.626	
Certificados de Operações Estruturadas	R\$			09/2014	2.935	--	--	
Letras de Crédito Imobiliário	R\$				8.204.373	3.390.290	350.396	
Letras de Crédito do Agronegócio					98.399.486	77.887.575	47.003.307	
Curto Prazo ⁽²⁾	R\$				19.653.694	12.932.745	8.407.572	
Longo Prazo ⁽³⁾	R\$			12/2019	78.745.792	64.954.830	38.595.735	
Letras Financeiras					2.406.443	2.287.233	2.948.232	
Curto Prazo ⁽²⁾	R\$				--	--	2.913.584	
Longo Prazo	R\$	104,00% a 106,50% DI		01/2017	2.406.443	2.287.233	34.648	
Banco Patagonia					409.674	641.635	497.283	
Curto Prazo ⁽⁴⁾	ARS				374.083	387.824	250.502	
Longo Prazo ⁽⁴⁾	ARS			09/2015	35.591	253.811	246.781	
Entidade de Propósitos Específicos - EPE no Exterior ⁽⁵⁾					321.551	475.461	679.727	
Securitização do Fluxo Futuro de Ordens de Pagamento do Exterior								
	USD 250.000	6,55%	12/2003	12/2013	--	--	48.577	
	USD 250.000	Libor 3m+0,55%	03/2008	03/2014	--	58.571	166.178	
	USD 150.000	5,25%	04/2008	06/2018	211.845	253.526	198.629	
	USD 200.000	Libor 3m+1,20%	09/2008	09/2015	109.706	163.364	266.343	
Banco Votorantim					11.745.089	12.018.845	11.624.660	
Programa "Global Medium - Term Notes"					3.014.053	3.381.188	3.706.441	
Curto Prazo ⁽²⁾					515.936	750.245	1.168.144	
Longo Prazo ⁽⁶⁾				07/2020	2.498.117	2.630.943	2.538.297	
Credit Linked Notes					38.115	54.965	38.290	
Curto Prazo ⁽²⁾					219	24.980	2.257	
Longo Prazo ⁽⁶⁾				12/2016	37.896	29.985	36.033	

						R\$ mil		
CAPTAÇÕES		Remuneração a.a.	Data Captação	Vencimento	30.06.2014	31.12.2013	30.06.2013	
Debêntures					753.642	752.209	749.688	
Pós-fixado	R\$	100,00% a 111,00% DI	06/2006	07/2027	753.642	752.209	749.688	
Certificados de Operações Estruturadas					15.284	--	--	
	R\$	11,25%	06/2014	06/2015	15.284	--	--	
Letras de Crédito Imobiliário					275.243	93.918	97.841	
	R\$	89,00% a 100,00% DI	03/2012	11/2027	275.243	93.918	97.841	
Letras de Crédito do Agronegócio					1.247.907	1.266.062	1.178.554	
Pós-fixado	R\$	85,00% a 98,50% DI	12/2007	03/2020	1.245.559	1.265.250	1.178.396	
Pré-fixado	R\$	9,54% a 11,81%	09/2013	02/2016	2.348	812	158	
Letras Financeiras					6.400.845	6.470.503	5.853.846	
Pré-fixado	R\$	8,27% a 14,06%	07/2011	02/2024	384.470	343.092	125.090	
Pós-fixado	R\$	100,00% a 118,00% DI	06/2011	05/2021	5.773.489	5.843.861	5.449.894	
Pós-fixado	R\$	3,11% a 7,60% + IPCA	07/2011	12/2020	188.624	207.080	176.766	
Pós-fixado	R\$	108,30% a 109,30% Selic	04/2012	04/2015	48.083	75.337	100.366	
Pós-fixado	R\$	3,67% a 5,90% + IGPM	06/2013	06/2016	6.179	1.133	1.730	
Empresas não Financeiras					9.965	20.202	36.767	
Cibrasec								
Certificados de Recebíveis Imobiliários ⁽⁷⁾	R\$	10,30%			1.977	2.451	3.195	
Kepler Weber S.A.								
Debêntures	R\$	TJLP+3,80%	09/2007	10/2020	7.988	10.180	10.881	
Ativos S.A. Securitizadora de Créditos Financeiros								
Debêntures	R\$	CDI+1,50%	03/2010	03/2014	--	7.571	22.691	
Valor Eliminado na Consolidação ⁽⁸⁾					(103.369)	(92.783)	(96.955)	
Total					149.691.821	123.053.092	86.525.620	
Passivo circulante					39.358.768	25.167.346	21.971.525	
Passivo não circulante					110.333.053	97.885.746	64.554.095	

(1) Títulos emitidos no exterior em AUD, CHF, EUR, GBP, RMB e USD.

(2) Títulos emitidos em moeda estrangeira e/ou nacional com vencimento até 360 dias.

(3) Operações com vencimento compreendido entre 361 e 1.983 dias.

(4) Títulos emitidos com taxas de 21,00% a.a. a 24,75% a.a. e Badlar + 297ptos. a Badlar + 450 pto.

(5) A Entidade de Propósito Específico (EPE) "Dollar Diversified Payment Rights Finance Company" foi constituída sob as leis das Ilhas Cayman com os seguintes propósitos: (a) emissão e venda de valores mobiliários no mercado internacional; (b) uso dos recursos obtidos com a emissão de valores mobiliários para pagamento da compra, junto ao Banco, dos direitos sobre ordens de pagamento emitidas por banqueiros correspondentes localizados nos EUA e pela própria agência do BB Nova Iorque, em dólares norte-americanos, para qualquer agência do Banco no país ("Direitos sobre Remessa") e (c) realização de pagamentos de principal e juros dos valores mobiliários e demais pagamentos previstos nos contratos de emissão desses títulos. A EPE declara não ter nenhum ativo ou passivo relevante que não os direitos e deveres provenientes dos contratos de emissão dos valores mobiliários. O Banco não é acionista, não detém a propriedade e tampouco participa dos resultados da EPE. As obrigações decorrentes dos valores mobiliários emitidos são pagas pela EPE com os recursos acumulados em sua conta.

(6) Operações com vencimento superior a 360 dias, sendo os certificados emitidos em moeda estrangeira e nacional.

(7) Taxa Referencial - TR, Índice Geral de Preços de Mercado - IGPM e IPCA e prazo médio de vencimento de 134 meses.

(8) Refere-se a títulos emitidos pelo Conglomerado BB, em poder de dependências/controladas no exterior.

20 – OUTRAS OBRIGAÇÕES

a) Fiscais e Previdenciárias

	R\$ mil		
	30.06.2014	31.12.2013	30.06.2013
Obrigações legais (Nota 28.d)	12.732.946	12.602.564	14.028.539
Passivo fiscal diferido (Nota 25.d)	3.284.915	6.241.771	3.332.393
Provisão para impostos e contribuições sobre lucros	2.293.621	701.527	6.597.304
Provisão para demandas fiscais (Nota 28.a)	2.159.844	2.016.385	2.251.471
Impostos e contribuições a recolher	1.418.811	1.605.069	1.223.382
Impostos e contribuições sobre lucros a pagar	594.508	5.429.259	536.277
Outras	297.485	280.370	312.889
Total	22.782.130	28.876.945	28.282.255
Passivo circulante	18.861.375	22.222.882	24.748.371
Passivo não circulante	3.920.755	6.654.063	3.533.884

b) Fundos Financeiros e de Desenvolvimento

	R\$ mil		
	30.06.2014	31.12.2013	30.06.2013
Marinha Mercante	4.554.449	4.351.838	2.928.581
Pasep ⁽¹⁾	2.195.098	2.063.491	2.040.241
Fundos do Governo do Estado de São Paulo	710.920	729.816	764.794
Fundo de Desenvolvimento do Nordeste - FDNE	572.727	387.000	--
Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste - FDCO	195.092	--	--
Consolidação da Agricultura Familiar – CAF	24.170	25.241	22.329
Programa Especial de Crédito para a Reforma Agrária – Procera	17.134	21.995	24.151
Combate à Pobreza Rural – Nossa Primeira Terra – CPR/NPT	15.616	14.883	11.705
Terras e Reforma Agrária – BB Banco da Terra	14.300	12.939	5.859
Outros	105.561	54.219	40.103
Total	8.405.067	7.661.422	5.837.763
Passivo circulante	5.357.804	5.219.026	3.786.099
Passivo não circulante	3.047.263	2.442.396	2.051.664

(1) O Banco é administrador do Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Pasep), garantindo rentabilidade mínima equivalente à Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP.

c) Dívidas Subordinadas

						R\$ mil		
Captações	Valor emitido	Remuneração a.a.	Data captação	Vencimento	30.06.2014	31.12.2013	30.06.2013	
Banco do Brasil								
Recursos FCO – Fundo Constitucional do Centro-Oeste					19.614.708	18.529.802	17.635.766	
Recursos aplicados ⁽¹⁾					18.836.754	17.925.347	17.194.276	
Recursos disponíveis ⁽²⁾					767.736	591.651	405.386	
Encargos a capitalizar					10.218	12.804	36.104	
CDBs Subordinados Emitidos no País					5.423.223	5.137.043	4.893.000	
	900.000	113,80% do CDI	03/2009	09/2014	1.552.219	1.468.869	1.397.851	
	1.335.000	115,00% do CDI	03/2009	03/2015	2.312.614	2.187.159	2.080.328	
	1.000.000	105,00% do CDI	11/2009	11/2015	1.558.390	1.481.015	1.414.821	
Dívidas Subordinadas no Exterior					7.191.169	7.644.863	7.227.942	
USD	300.000	8,50%	09/2004	09/2014	676.323	710.925	672.117	
USD	660.000	5,38%	10/2010	01/2021	1.481.905	1.584.030	1.498.351	
USD	1.500.000	5,88%	05/2011	01/2022	3.352.295	3.563.218	3.368.255	
USD	750.000	5,88%	06/2012	01/2023	1.680.646	1.786.690	1.689.219	
Letras Financeiras Subordinadas					19.081.652	16.057.992	15.302.979	
	1.000.000	108,50% do CDI	03/2010	03/2016	1.526.296	1.448.056	1.381.229	
	1.006.500	111,00% do CDI	03/2011	03/2017	1.392.650	1.319.658	1.257.387	
	335.100	111,00% do CDI	04/2011	04/2017	461.425	437.238	416.606	
	13.500	111,00% do CDI	05/2011	05/2017	18.397	17.433	16.611	
	700.000	111,00% do CDI	09/2011	10/2017	906.699	859.178	818.636	
	512.500	111,50% do CDI	05/2012	05/2018	618.854	586.275	558.486	
	215.000	112,00% do CDI	05/2012	05/2019	259.738	246.006	234.297	
	115.000	112,50% do CDI	05/2012	06/2020	138.996	131.614	125.322	
	35.500	IPCA+5,45%	05/2012	06/2020	44.882	41.892	40.045	
	49.800	111,50% do CDI	06/2012	01/2018	59.665	56.523	53.844	
	690.900	CDI+1,06%	06/2012	01/2018	829.762	786.372	748.890	
	300	IPCA+5,32%	06/2012	01/2018	377	353	337	
	873.600	IPCA+5,40%	06/2012	02/2018	1.099.649	1.027.447	980.734	
	52.500	111,50% do CDI	06/2012	04/2018	63.117	59.799	56.972	
	308.400	CDI+1,10%	06/2012	04/2018	372.142	352.613	335.737	
	184.800	CDI+1,11%	06/2012	05/2018	223.112	211.397	201.268	
	12.000	111,50% do CDI	06/2012	06/2018	14.458	13.697	13.049	
	7.200	IPCA+5,30%	06/2012	06/2018	9.062	8.464	8.097	
	100.000	IPCA+5,40%	06/2012	06/2018	126.118	117.746	112.585	
	20.000	IPCA+5,50%	06/2012	06/2018	25.245	23.558	22.514	
	500.000	IPCA+5,53%	06/2012	06/2018	631.941	590.094	562.909	
	315.300	IPCA+5,56%	06/2012	06/2018	398.512	371.773	355.196	
	100.000	111,50% do CDI	07/2012	02/2018	119.679	113.379	108.005	
	10.200	111,50% do CDI	07/2012	04/2018	12.203	11.561	11.013	
	27.000	IPCA+5,24%	07/2012	04/2018	33.690	31.476	30.119	
	40.800	111,50% do CDI	07/2012	06/2018	48.844	46.275	44.081	
	17.400	IPCA+5,33%	07/2012	06/2018	21.754	20.317	19.432	
	22.200	111,50% do CDI	07/2012	07/2018	26.569	25.170	23.977	
	1.000.000	Pré 10,51%	09/2012	07/2018	1.190.236	1.133.034	1.077.702	
	5.233.500	111,00% do CDI	01/2013	01/2019	5.514.072	5.681.470	5.413.369	
	266.400	111,00% do CDI	02/2013	02/2019 ⁽³⁾	--	288.124	274.530	
	1.000.000	114,00% do CDI	03/2014	03/2021	1.029.607	--	--	
	265.091	115,00% do CDI	04/2014	04/2021	270.733	--	--	
	71.674	113,00% do CDI	05/2014	05/2021	72.977	--	--	
	400.000	IPCA+8,08%	05/2014	05/2022	405.972	--	--	
	52.000	112,00% do CDI	05/2014	05/2020	52.674	--	--	
	3.037	114,00% do CDI	05/2014	04/2020	3.091	--	--	
	78.386	114,00% do CDI	05/2014	05/2020	79.474	--	--	
	64.000	114,00% do CDI	05/2014	05/2021	64.685	--	--	
	703.341	115,00% do CDI	05/2014	05/2021	712.982	--	--	
	30.100	112,00% do CDI	06/2014	06/2020	30.320	--	--	
	50.000	114,00% do CDI	06/2014	06/2021	50.232	--	--	
	119.700	115,00% do CDI	06/2014	06/2021	120.761	--	--	
Total das Dívidas Subordinadas do Banco do Brasil					51.310.752	47.369.700	45.059.687	

						R\$ mil		
Captações	Valor emitido	Remuneração a.a.	Data captação	Vencimento	30.06.2014	31.12.2013	30.06.2013	
Banco Votorantim								
CDBs Subordinados Emitidos no País					1.135.547	1.071.487	1.016.535	
	260.000	CDI+1,67%	08/2009	08/2014	439.459	415.180	394.060	
	7.500	IPCA+7,86%	08/2009	08/2014	14.468	13.376	12.594	
	5.250	IPCA+7,92%	08/2009	08/2014	10.159	9.390	8.838	
	2.500	IPCA+7,95%	08/2009	08/2014	4.842	4.475	4.212	
	19.500	IPCA+8,00%	08/2009	08/2014	37.869	34.991	32.918	
	250.000	CDI+1,64%	12/2009	12/2014	408.098	385.618	366.065	
	135.000	CDI+1,67%	12/2009	12/2014	220.652	208.457	197.848	
Nota Subordinada	USD	575.000	Pré 7,38%	01/2010	01/2020	1.401.967	1.481.180	1.414.259
Letras Financeiras Subordinadas					1.300.623	1.126.440	1.079.113	
	94.950	CDI+1,30%	11/2010	11/2016	95.870	95.793	95.642	
	30.000	CDI+1,60%	12/2010	12/2016	30.015	30.026	30.011	
	324.900	CDI+1,94%	05/2011	05/2017	329.512	329.258	328.357	
	35.550	IGPM+7,55%	05/2011	05/2017	50.157	46.246	44.361	
	1.400	IPCA+7,76%	05/2011	05/2017	2.114	1.959	1.704	
	4.650	IPCA+7,85%	05/2011	05/2017	7.044	6.524	6.139	
	7.500	IPCA+7,95%	05/2011	05/2017	11.367	10.515	9.729	
	45.000	IPCA+7,95%	07/2011	07/2016	67.028	62.032	58.357	
	15.000	IGPM+7,70%	07/2011	07/2017	20.835	19.181	18.322	
	6.922	IPCA+8,02%	07/2011	07/2019	10.290	9.509	8.956	
	25.000	IPCA+7,90%	08/2011	08/2016	37.014	34.400	32.301	
	1.250	115,00% do CDI	08/2011	08/2017	1.670	1.580	1.503	
	10.050	IGPM+7,70%	08/2011	08/2017	13.968	12.864	12.551	
	20.000	IPCA+7,76%	08/2011	08/2017	29.413	27.249	25.652	
	11.000	IPCA+7,85%	08/2011	08/2017	16.207	15.056	14.108	
	25.000	IPCA+7,93%	08/2011	08/2017	36.948	34.315	32.245	
	33.000	117,00% do CDI	09/2011	09/2017	33.972	33.893	33.513	
	15.000	IGPM+6,74%	09/2011	09/2017	20.024	18.523	17.893	
	250.000	119,00% do CDI	10/2011	10/2017	256.254	255.850	254.424	
	18.000	IGPM+6,71%	10/2011	10/2017	23.854	22.076	21.450	
	1.128	IPCA+7,00%	11/2012	11/2016 ⁽³⁾	--	--	1.228	
	16.920	IPCA+7,10%	11/2012	11/2016 ⁽³⁾	--	--	18.414	
	5.640	IPCA+7,20%	11/2012	11/2016 ⁽³⁾	--	--	6.123	
	5.640	IPCA+7,25%	11/2012	11/2020 ⁽³⁾	--	--	6.130	
	1.194	IPCA+7,00%	11/2013	11/2016	1.305	1.214	--	
	17.908	IPCA+7,10%	11/2013	11/2016	19.597	18.208	--	
	5.976	IPCA+7,20%	11/2013	11/2016	6.518	6.046	--	
	5.969	IPCA+7,25%	11/2013	11/2020	6.523	6.052	--	
	27.500	IPCA+8,10%	11/2013	11/2023	26.452	28.071	--	
	26.452	CDI+1,75%	01/2014	01/2020	30.414	--	--	
	22.050	118,00% do CDI	03/2014	03/2020	22.794	--	--	
	10.000	118,00% do CDI	03/2014	03/2021	10.331	--	--	
	25.000	CDI+2,20%	03/2014	03/2021	25.923	--	--	
	400	116,00% do CDI	04/2014	04/2020	411	--	--	
	5.100	118,00% do CDI	04/2014	04/2021	5.217	--	--	
	1.500	IPCA+8,17%	04/2014	04/2020	1.558	--	--	
	3.000	118,00% do CDI	05/2014	05/2020	3.049	--	--	
	2.400	118,00% do CDI	05/2014	05/2021	2.435	--	--	
	3.496	IPCA+8,17%	05/2014	05/2020	3.576	--	--	
	4.800	IPCA+8,29%	05/2014	05/2021	4.855	--	--	
	1.500	IPCA+8,80%	05/2014	05/2024	1.529	--	--	
	2.500	IPCA+8,30%	05/2014	05/2024	2.527	--	--	

						R\$ mil		
Captações	Valor emitido	Remuneração a.a.	Data captação	Vencimento	30.06.2014	31.12.2013	30.06.2013	
	5.500	118,00% do CDI	06/2014	06/2020	5.550	--	--	
	18.900	119,00% do CDI	06/2014	05/2021	19.081	--	--	
	1.500	117,00% do CDI	06/2014	06/2020	1.513	--	--	
	150	118,00% do CDI	06/2014	06/2021	150	--	--	
	200	IPCA+8,14%	06/2014	06/2021	202	--	--	
	5.500	IPCA+8,30%	06/2014	06/2024	5.557	--	--	
Total das Dívidas Subordinadas do Banco Votorantim					3.838.137	3.679.107	3.509.907	
Valor eliminado na consolidação					(11.437)	(491)	(11.551)	
Total das Dívidas Subordinadas ^{(4) (5)}					55.137.452	51.048.316	48.558.043	

(1) Remunerados pelos encargos pactuados com os mutuários, deduzido o *del credere* da instituição financeira, conforme artigo 9º da Lei n.º 7.827/1989.

(2) Remunerados com base na taxa extramercado divulgada pelo Banco Central do Brasil (Bacen), conforme artigo 9º da Lei n.º 7.827/1989.

(3) Operações liquidadas antecipadamente.

(4) O montante de R\$ 33.772.649 mil (R\$ 32.747.645 mil em 31.12.2013 e R\$ 38.193.524 mil em 30.06.2013) compõe o nível II do Patrimônio de Referência (PR). Conforme determinação do Bacen, as dívidas subordinadas emitidas pelo Banco Votorantim não compõem o PR do Banco do Brasil (Nota 29.f).

(5) Inclui o montante de R\$ 2.950.362 mil, referente a dívidas subordinadas registradas no grupamento Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital.

d) Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida

						R\$ mil		
Captações	Valor emitido	Remuneração a.a.	Data captação		30.06.2014	31.12.2013	30.06.2013	
Bônus Perpétuos								
	USD	1.500.000	8,50%	10/2009	3.347.176	3.558.392	3.364.544	
	USD	1.750.000	9,25%	01 e 03/2012	4.015.485	4.277.041	4.051.934	
	USD	2.000.000	6,25%	01/2013	4.439.216	4.720.277	4.520.653	
	R\$	8.100.000	5,50%	09/2012	8.317.938	8.324.729	8.317.937	
	USD	2.500.000	9,00%	06/2014	5.494.118	--	--	
Total Banco do Brasil					25.613.933	20.880.439	20.255.068	
Valor eliminado na consolidação					(13.808)	(6.116)	(885)	
Total Consolidado					25.600.125	20.874.323	20.254.183	
Passivo circulante					295.356	320.248	368.785	
Passivo não circulante					25.304.769	20.554.075	19.885.398	

Do total dos bônus perpétuos, o montante de R\$ 22.226.306 mil compõe o Patrimônio de Referência - PR (R\$ 18.445.734 mil em 31.12.2013 e R\$ 19.341.125 mil em 30.06.2013), sendo o montante de R\$ 13.376.542 mil, registrado no grupamento Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital (Nota 29.f).

Os bônus emitidos em outubro de 2009, no valor de USD 1.500.000 mil, têm opção de resgate por iniciativa do Banco a partir de 2020 ou em cada pagamento semestral de juros subsequente, desde que autorizado previamente pelo Banco Central do Brasil (Bacen). Caso o Banco não exerça a opção de resgate em outubro de 2020, os juros incidentes sobre os títulos serão corrigidos nessa data para 7,782% mais o preço de negociação dos Títulos do Tesouro Norte-Americano de 10 anos. A partir dessa data, a cada 10 anos, os juros incidentes sobre os títulos serão corrigidos levando-se em consideração o preço de negociação dos Títulos do Tesouro Norte-Americano de 10 anos.

Os bônus emitidos em janeiro e março (reabertura) de 2012, nos valores de USD 1.000.000 mil e USD 750.000 mil, respectivamente, e os bônus emitidos em janeiro de 2013, no valor de USD 2.000.000 mil, tiveram, em 27 de setembro de 2013 seus termos e condições alterados com a finalidade de ajustá-los às regras da Resolução CMN n.º 4.192/2013 do Bacen, que regulamenta a implementação de Basileia III no Brasil. As alterações entraram em vigor em 1º de outubro de 2013, quando os instrumentos foram submetidos ao Bacen para a obtenção de autorização para integrarem o Capital Complementar (Nível I) do Banco. A autorização foi concedida em 30 de outubro de 2013.

Os bônus emitidos em junho de 2014, no valor de USD 2.500.000 mil, têm opção de resgate por iniciativa do Banco a partir de 18 de junho de 2024 ou em cada pagamento semestral de juros subsequente, desde que autorizado

previamente pelo Banco Central do Brasil. Caso o Banco não exerça a opção de resgate em junho de 2024, os juros incidentes sobre os títulos serão corrigidos nessa data para 6,362% mais o preço de negociação dos Títulos do Tesouro Norte-Americano de 10 anos.

Caso o Banco não exerça a opção de resgate em abril de 2023 para os bônus emitidos em 2012, em abril de 2024 para os bônus emitidos em 2013, e em junho de 2024 para os bônus emitidos em 2014, a taxa de juros dos títulos será redefinida naquela data e a cada 10 anos de acordo com os Títulos do Tesouro Norte-Americano de 10 anos vigente na época mais o *spread* inicial de crédito. Os títulos apresentam as seguintes opções de resgate, sujeitas a autorização prévia do Bacen:

- (i) o Banco poderá, a seu critério, resgatar os títulos no todo, mas não em parte, em abril de 2023 para os bônus emitidos em 2012, em abril de 2024 para os bônus emitidos em 2013, e em junho de 2024 para os bônus emitidos em 2014 ou em cada pagamento semestral de juros subsequente, pelo preço base de resgate;
- (ii) o Banco poderá, a seu critério, resgatar os títulos no todo, mas não em parte, após cinco anos da data de emissão desde que anterior a abril de 2023 para os bônus emitidos em 2012, a abril de 2024 para os bônus emitidos em 2013 e a junho de 2024 para os bônus emitidos em 2014, em função de evento tributário, pelo preço base de resgate;
- (iii) o Banco poderá, a seu critério, resgatar os títulos no todo, mas não em parte, após cinco anos da data de emissão e desde que anterior a abril de 2023 para os bônus emitidos em 2012 e em abril de 2024 para os bônus emitidos em 2013, em função de evento regulatório, pelo maior valor entre o preço base de resgate e o *Make-whole amount*.
- (iv) o Banco poderá, a seu critério, resgatar os títulos no todo, mas não em parte, após cinco anos da data de emissão desde que anterior a junho de 2024 para os bônus emitidos em 2014, em função de evento regulatório, pelo preço base de resgate.

Os bônus emitidos em outubro de 2009 determinam que o Banco suspenda os pagamentos semestrais de juros e/ou acessórios sobre os referidos títulos emitidos (que não serão devidos, nem acumulados) caso:

- (i) o Banco não esteja enquadrado ou o pagamento desses encargos não permita que esteja em conformidade com os níveis de adequação de capital, limites operacionais ou seus indicadores financeiros estejam abaixo do nível mínimo exigido pela regulamentação aplicável a bancos brasileiros;
- (ii) o Bacen ou as autoridades regulatórias determinem a suspensão dos pagamentos dos referidos encargos;
- (iii) algum evento de insolvência ou falência ocorra;
- (iv) alguma inadimplência ocorra; ou
- (v) o Banco não tenha distribuído o pagamento de dividendos ou juros sobre o capital próprio aos portadores de ações ordinárias referentes ao período de cálculo de tais juros e/ou acessórios.

Os bônus emitidos em janeiro e março de 2012, em janeiro de 2013 e em junho de 2014 determinam que o Banco suspenda os pagamentos semestrais de juros e/ou acessórios sobre os referidos títulos emitidos (que não serão devidos, nem acumulados) caso:

- (i) os lucros distribuíveis no período não sejam suficientes para a realização do referido pagamento (condição discricionária para o Banco);
- (ii) o Banco não esteja enquadrado ou o pagamento desses encargos não permita que esteja em conformidade com os níveis de adequação de capital, limites operacionais ou seus indicadores financeiros estejam abaixo do nível mínimo exigido pela regulamentação aplicável a bancos brasileiros;
- (iii) o Bacen ou as autoridades regulatórias determinem a suspensão dos pagamentos dos referidos encargos;
- (iv) algum evento de insolvência ou falência ocorra;
- (v) alguma inadimplência ocorra.

De acordo com as regras de Basileia III, os bônus emitidos em janeiro e março de 2012, em janeiro de 2013 e em junho de 2014, contam com mecanismos de “absorção de perdas” (*loss absorption*). Além disso, caso o item (i) ocorra, o pagamento de dividendos pelo Banco aos seus acionistas ficará limitado ao mínimo obrigatório determinado pela legislação aplicável até que os pagamentos semestrais de juros e/ou acessórios sobre os referidos títulos tenham sido retomados integralmente. Por fim esses bônus serão extintos de forma permanente e em valor mínimo correspondente ao saldo computado no capital de Nível I do Banco caso:

- (i) o capital principal do Banco for inferior a 5,125% do montante dos ativos ponderados pelo risco (RWA);
- (ii) seja tomada a decisão de fazer uma injeção de capital do setor público ou suporte equivalente ao Banco, a fim de manter o Banco em situação de viabilidade;
- (iii) o Bacen, em avaliação discricionária regulamentada pelo CMN, determinar por escrito a extinção dos bônus para viabilizar a continuidade do Banco.

Os bônus emitidos em setembro de 2012, no valor de R\$ 8.100.000 mil, terão os juros devidos por períodos semestrais. Os juros relativos a cada semestre serão pagos em parcela única, atualizados pela taxa Selic, em até trinta dias corridos contados (i) após a realização do pagamento dos dividendos ou juros sobre o capital próprio do respectivo semestre, ou (ii) após aumento de capital com lucros pertencentes aos acionistas, o que ocorrer antes.

Não haverá pagamento dos encargos financeiros referentes a um determinado semestre enquanto não for realizado (i) pagamento ou crédito de dividendos (inclusive sob a forma de juros sobre o capital próprio), ou (ii) aumento de capital com lucros pertencentes aos acionistas, relativos ao mesmo semestre. Os encargos financeiros não pagos não serão acumulados. Caso não seja realizado pagamento ou crédito de dividendos (inclusive sob a forma de juros sobre o capital próprio) ou aumento de capital com lucros pertencentes aos acionistas, até 30 de junho ou 31 de dezembro do exercício social seguinte, conforme o caso, os encargos financeiros que ainda não houverem sido pagos, deixarão de ser exigíveis definitivamente.

O pagamento dos juros será postergado caso o Banco esteja desenquadrado em relação aos limites operacionais estabelecidos na regulamentação em vigor ou esse pagamento implique o aludido desenquadramento, devendo ser atualizado pela taxa Selic, *pro rata temporis*, até a efetivação de seu pagamento.

Eventuais amortizações ou resgate da dívida, parciais ou integrais, na hipótese de acordo entre as partes, somente poderão ser realizados se os dividendos estiverem sendo devidamente pagos e previamente autorizados pelo Bacen. O resgate da obrigação, ainda que parcial, apenas poderá ocorrer caso o Banco não esteja desenquadrado em relação aos seus limites operacionais estabelecidos na regulamentação em vigor, e ainda, que o resgate não acarrete situação de desenquadramento, sendo o valor devido acrescido dos juros previstos, *pro rata temporis*, até a efetivação do seu pagamento. A dívida não poderá ser resgatada por iniciativa da União.

Em caso de dissolução ou liquidação do Banco, o pagamento do principal e encargos da dívida ficará subordinado ao pagamento dos demais passivos. A presente captação foi autorizada pelo Bacen a integrar o patrimônio de referência no Nível I (Capital Complementar) e está sujeito ao limitador previsto no artigo 28 da Resolução CMN n.º 4.192/2013 (Nota 29.f).

e) Diversas

	R\$ mil		
	30.06.2014	31.12.2013	30.06.2013
Operações com cartão de crédito/débito	16.442.338	17.409.035	14.067.348
Credores diversos no país	8.088.016	6.177.422	4.971.836
Passivos atuariais (Nota 27.e)	7.733.781	8.134.976	9.296.948
Provisões para pagamentos a efetuar	7.139.243	6.744.857	5.681.784
Provisões para demandas cíveis (Nota 28.a)	5.377.416	4.811.852	5.518.738
Provisões para demandas trabalhistas (Nota 28.a)	2.959.588	3.425.747	3.320.243
Obrigações por prêmios concedidos a clientes por fidelidade	1.681.562	534.975	385.448
Obrigações por prestação de serviços de pagamento	1.372.492	692.256	1.296.096
Credores por recursos a liberar	1.197.668	1.323.398	1.079.022
Credores diversos no exterior	1.132.143	870.196	711.503
Recursos vinculados a operações de crédito	1.079.194	1.060.628	1.448.241
Obrigações por cotas de fundos de investimento	959.983	1.006.711	1.544.136
Obrigações por aquisição de bens e direitos	723.495	530.579	385.435
Obrigações por convênios oficiais	396.897	711.949	922.270
Provisões para perdas com o Fundo de Compensação de Variação Salarial – FCVS	238.246	230.556	223.475
Obrigações por operações vinculadas a cessão	215.481	264.918	151.057
Provisões para garantias prestadas	146.575	145.678	172.091
Coobrigações em Cessões de Crédito	1.172	1.411	2.712
Outras	133.104	127.453	87.302
Total	57.018.394	54.204.597	51.265.685
Passivo circulante	48.216.833	44.478.562	39.896.272
Passivo não circulante	8.801.561	9.726.035	11.369.413

21 – OPERAÇÕES DE SEGUROS, PREVIDÊNCIA E CAPITALIZAÇÃO

a) Créditos das Operações

	R\$ mil		
	30.06.2014	31.12.2013	30.06.2013
Prêmios diretos de seguros a receber	2.505.855	2.232.640	2.132.992
Crédito de operações de seguros com resseguradoras	1.230.484	1.120.978	683.330
Crédito de operações de seguros com seguradoras	287.191	392.069	169.463
Crédito de operações com capitalização	43.351	11.252	69.768
Crédito de operações de previdência complementar	958	16	2.302
Total	4.067.839	3.756.955	3.057.855
Ativo circulante	4.048.876	3.739.624	3.055.427
Ativo não circulante	18.963	17.331	2.428

b) Provisões Técnicas

	R\$ mil		
	30.06.2014	31.12.2013	30.06.2013
Seguros	9.663.614	8.722.993	6.255.334
Provisão de prêmios não ganhos	5.342.062	4.788.037	3.788.903
Provisão de sinistros a liquidar	3.112.265	2.856.839	1.618.913
Provisão para sinistros ocorridos mas não avisados	779.577	644.026	524.104
Provisão complementar de cobertura	255.280	226.438	206.754
Outras provisões	174.430	207.653	116.660
Previdência	72.799.473	62.689.440	56.476.281
Provisão matemática de benefícios a conceder	70.239.909	60.270.487	54.147.596
Provisão matemática de benefícios concedidos	1.114.250	1.032.773	928.945
Provisão de excedente financeiro	457.070	442.926	435.189
Provisão para sinistros ocorridos mas não avisados	15.075	14.621	16.969
Outras provisões	973.169	928.633	947.582
Capitalização	7.089.976	6.316.911	5.243.247
Provisão matemática para capitalização	6.710.293	6.005.339	4.988.043
Provisão para sorteios e resgates	373.114	256.566	205.732
Outras provisões	6.569	55.006	49.472
Total	89.553.063	77.729.344	67.974.862
Passivo circulante	22.174.845	19.733.882	17.357.592
Passivo não circulante	67.378.218	57.995.462	50.617.270

c) Provisões Técnicas por Produto

	R\$ mil		
	30.06.2014	31.12.2013	30.06.2013
Seguros	9.663.614	8.722.993	6.255.334
Vida	4.308.955	3.685.813	2.999.216
Ramos elementares	2.785.310	2.744.006	1.306.959
Auto	2.098.197	1.859.889	1.618.228
Dpvat	471.152	433.285	330.931
Previdência	72.799.473	62.689.440	56.476.281
Vida gerador de benefícios livres - VGBL	50.287.219	41.363.459	36.403.586
Plano gerador de benefícios livres - PGBL	16.218.299	15.252.001	14.270.952
Planos tradicionais	6.293.955	6.073.980	5.801.743
Capitalização	7.089.976	6.316.911	5.243.247
Total	89.553.063	77.729.344	67.974.862

d) Garantia das Provisões Técnicas

	R\$ mil											
	30.06.2014				31.12.2013				30.06.2013			
	Seguros	Previdência	Capitalização	Total	Seguros	Previdência	Capitalização	Total	Seguros	Previdência	Capitalização	Total
Cotas de fundos de investimento (VGBL e PGBL)	--	66.022.322	--	66.022.322	--	56.201.307	--	56.201.307	--	50.009.981	--	50.009.981
Cotas de fundos de investimento (exceto VGBL e PGBL)	4.808.887	4.925.965	3.220.699	12.955.551	4.291.376	4.678.669	2.786.984	11.757.029	4.288.053	4.804.369	2.484.076	11.576.498
Títulos públicos	1.595.846	2.409.357	2.996.351	7.001.554	1.867.399	2.338.568	2.804.407	7.010.374	202.993	2.133.063	1.855.928	4.191.984
Títulos privados	1.647.008	194.636	1.017.884	2.859.528	1.319.635	194.925	863.378	2.377.938	737.467	147.813	908.615	1.793.895
Direitos creditórios	2.168.835	--	57.156	2.225.991	1.761.615	--	60.350	1.821.965	1.386.712	--	65.907	1.452.619
Imóveis	16.526	--	--	16.526	14.916	--	--	14.916	13.294	--	--	13.294
Depósitos retidos no IRB e depósitos judiciais	321	--	--	321	8.619	--	--	8.619	871	--	--	871
Total	10.237.423	73.552.280	7.292.090	91.081.793	9.263.560	63.413.469	6.515.119	79.192.148	6.629.390	57.095.226	5.314.526	69.039.142

e) Resultado Financeiro e Operacional por Segmento

	R\$ mil							
	1º Semestre/2014				1º Semestre/2013			
	Seguros	Previdência	Capitalização	Total	Seguros	Previdência	Capitalização	Total
Resultado financeiro	271.159	1.112.386	346.554	1.730.099	136.065	176.097	144.195	456.357
Receitas financeiras	506.825	3.625.095	353.254	4.485.174	197.127	682.304	165.694	1.045.125
Despesas financeiras	(235.666)	(2.512.709)	(6.700)	(2.755.075)	(61.062)	(506.207)	(21.499)	(588.768)
Atualização e Juros de Provisões Técnicas	(17.330)	(948.661)	(203.100)	(1.169.091)	(15.856)	(62.667)	(130.724)	(209.247)
Resultado das operações	1.841.247	124.830	137.169	2.103.246	1.337.402	49.385	139.886	1.526.673
Prêmios retidos e contribuições (Nota 21.f)	4.521.412	10.881.889	2.172.295	17.575.596	3.773.702	9.018.625	2.032.552	14.824.879
Variação das provisões técnicas	(394.577)	(10.701.357)	(1.826.136)	(12.922.070)	(597.066)	(8.927.153)	(1.711.178)	(11.235.397)
Sinistros retidos	(1.828.219)	(4.847)	--	(1.833.066)	(1.418.952)	(1.344)	--	(1.420.296)
Despesas de comercialização	(457.369)	(42.679)	(130.921)	(630.969)	(420.282)	(24.206)	(106.147)	(550.635)
Despesas com sorteios e resgates de títulos de capitalização	--	--	(78.069)	(78.069)	--	--	(75.341)	(75.341)
Despesas com benefícios e resgates de planos de previdência	--	(8.176)	--	(8.176)	--	(16.537)	--	(16.537)
Total	2.095.076	288.555	280.623	2.664.254	1.457.611	162.815	153.357	1.773.783

f) Prêmios Retidos de Seguros, Contribuições de Planos de Previdência e Títulos de Capitalização

	R\$ mil	
	1º Semestre/2014	1º Semestre/2013
Seguros	4.521.412	3.773.702
Prêmios emitidos	5.227.944	4.161.302
Prêmios de cosseguros cedidos	(105.408)	(63.343)
Prêmios restituídos	(8.704)	(7.786)
Prêmios de resseguros cedidos, consórcios e fundos	(592.420)	(316.471)
Previdência	10.881.889	9.018.625
Prêmios emitidos	9.941.701	8.111.115
Contribuições de previdência complementar (inclui VGBL)	940.188	907.510
Capitalização	2.172.295	2.032.552
Comercialização de títulos de capitalização	2.172.295	2.032.552
Total	17.575.596	14.824.879

22 – OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS
a) Receitas de Prestação de Serviços

	R\$ mil	
	1º Semestre/2014	1º Semestre/2013
Rendas de cartões	2.610.356	2.233.020
Administração de fundos	1.780.696	1.665.095
Cobrança	713.986	691.180
Seguros, previdência e capitalização	684.296	612.887
Operações de crédito e garantias prestadas	463.056	496.147
Arrecadações	456.146	432.733
Interbancária	363.805	354.100
Serviços fiduciários	188.003	159.456
Tesouro Nacional e administração de fundos oficiais	164.969	134.406
Conta corrente	151.313	172.129
Taxas de administração de consórcios	145.214	129.137
De coligadas/controladas não financeiras	117.605	86.552
Prestados a ligadas	33.523	37.769
Rendas do mercado de capitais	227.924	297.582
Outros serviços	641.047	559.900
Total	8.741.939	8.062.093

b) Rendas de Tarifas Bancárias

	R\$ mil	
	1º Semestre/2014	1º Semestre/2013
Pacote de serviços	1.552.551	1.677.869
Operações de crédito e cadastro	697.619	688.094
Rendas de cartões	459.140	427.650
Transferência de recursos	135.652	113.968
Administração de Fundos de Investimento	126.258	150.740
Contas de depósito	99.082	101.277
Serviços fiduciários	22.103	24.891
Outras	75.100	58.159
Total	3.167.505	3.242.648

c) Despesas de Pessoal

	R\$ mil	
	1º Semestre/2014	1º Semestre/2013
Proventos	(4.559.439)	(4.225.569)
Encargos sociais	(1.596.082)	(1.473.289)
Provisões administrativas de pessoal	(1.303.574)	(1.206.715)
Benefícios	(1.217.059)	(1.126.394)
Demandas trabalhistas	(436.229)	(810.184)
Previdência complementar	(191.961)	(170.515)
Honorários de diretores e conselheiros	(43.670)	(35.151)
Treinamento	(28.532)	(16.542)
Total	(9.376.546)	(9.064.359)

d) Outras Despesas Administrativas

	R\$ mil	
	1º Semestre/2014	1º Semestre/2013
Amortização	(2.002.843)	(1.705.872)
Serviços de terceiros	(948.601)	(945.643)
Comunicações	(769.132)	(702.904)
Transporte	(638.040)	(532.294)
Aluguéis	(622.874)	(554.488)
Depreciação	(510.892)	(433.741)
Serviços de vigilância e segurança	(446.818)	(389.847)
Processamento de dados	(433.712)	(415.328)
Serviços do sistema financeiro	(386.492)	(508.892)
Serviços técnicos especializados	(353.421)	(359.339)
Manutenção e conservação de bens	(331.686)	(299.008)
Propaganda e publicidade	(257.870)	(194.995)
Água, energia e gás	(186.377)	(188.111)
Promoções e relações públicas	(113.799)	(94.037)
Viagem no país	(80.314)	(59.818)
Material	(66.027)	(68.581)
Outras	(358.587)	(407.140)
Total	(8.507.485)	(7.860.038)

e) Outras Receitas Operacionais

	R\$ mil	
	1º Semestre/2014	1º Semestre/2013
Reajuste cambial negativo/Reclassificação de saldos passivos	1.740.675	167.047
Atualização de depósitos em garantia	922.104	575.414
Previ - Atualização de ativo atuarial (Nota 27.d)	891.400	374.045
Reversão de provisões - demandas trabalhistas, cíveis e fiscais	558.996	2.931
Operações com cartões	519.621	276.818
Atualização das destinações do superávit - Plano 1 (Nota 27.f)	497.839	520.112
Recuperação de encargos e despesas	371.132	351.499
Rendas de títulos e créditos a receber	299.398	246.823
Receitas das empresas coligadas/controladas não financeiras	248.586	278.162
Dividendos recebidos	2.542	9.596
Outras	1.158.231	641.154
Total	7.210.524	3.443.601

f) Outras Despesas Operacionais

	R\$ mil	
	1º Semestre/2014	1º Semestre/2013
Reajuste cambial negativo/Reclassificação de saldos ativos	(1.334.357)	(42.720)
Operações com cartões crédito/débito	(1.256.472)	(1.103.052)
Demandas cíveis e fiscais	(999.264)	(1.530.503)
Atualização das obrigações atuariais	(544.433)	(448.719)
Despesas das empresas coligadas/controladas não financeiras	(484.402)	(421.574)
Descontos concedidos em renegociação	(372.019)	(195.881)
Parceiros comerciais ⁽¹⁾	(142.310)	(163.206)
Autoatendimento	(133.289)	(110.875)
Atualização de depósitos em garantia ⁽²⁾	(130.382)	(105.850)
Bônus de relacionamento negocial	(108.394)	(105.736)
Falhas/fraudes e outras perdas	(90.719)	(139.223)
Prêmio de seguro de vida - crédito direto ao consumidor	(64.682)	(66.465)
Convênio INSS	(15.227)	(13.147)
Credenciamento do uso do Sisbacen	(13.100)	(11.369)
Despesas com Proagro	(12.549)	(8.576)
Atualização de JCP/Dividendos	(5.414)	(9.278)
Previ - Ajuste atuarial	(4.944)	(8.935)
Outras	(679.918)	(624.461)
Total	(6.391.875)	(5.109.570)

(1) Referem-se principalmente às comissões sobre financiamentos originados pelos parceiros e acordos comerciais com lojistas.

(2) Refere-se à atualização da provisão para depósito judicial referente à ação judicial (IR e CSLL) conforme nota 28.d.

23 – RESULTADO NÃO OPERACIONAL

	R\$ mil	
	1º Semestre/2014	1º Semestre/2013
Receitas não Operacionais	201.134	10.013.719
Lucro na alienação de valores e bens	29.909	64.741
Reversão de provisão para desvalorização de outros valores e bens	17.528	20.176
Rendas de aluguéis	13.026	7.668
Ganhos de capital	10.836	8.974
Atualização de devedores por alienação de bens imóveis	3.606	3.823
Lucro na alienação de investimentos / participação societária ⁽¹⁾	2.114	9.824.793
Outras rendas não operacionais	124.115	83.544
Despesas não Operacionais	(67.390)	(107.139)
Perdas de capital	(16.234)	(18.913)
Desvalorização de outros valores e bens	(13.879)	(20.203)
Prejuízos na alienação de valores e bens	(11.549)	(24.197)
Outras despesas não operacionais	(25.728)	(43.826)
Total	133.744	9.906.580

(1) Inclui, no 1º semestre/2013, o ganho com a alienação das ações da BB Seguridade S.A. no valor de R\$ 9.820.460 mil.

24 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Valor Patrimonial e Valor de Mercado por Ação Ordinária

	30.06.2014	31.12.2013	30.06.2013
Patrimônio Líquido do Banco do Brasil (R\$ mil)	69.442.420	69.859.729	62.527.717
Valor patrimonial por ação (R\$)	24,81	24,87	22,02
Valor de mercado por ação (R\$)	24,85	24,40	22,13
Patrimônio Líquido Consolidado ⁽¹⁾ (R\$ mil)	71.790.625	72.224.795	64.721.314

(1) Conciliado com o Banco do Brasil (Nota 24.g).

O valor patrimonial por ação é calculado com base no Patrimônio Líquido do Banco do Brasil.

b) Capital Social

O Capital Social do Banco do Brasil, totalmente subscrito e integralizado, de R\$ 54.000.000 mil (R\$ 54.000.000 mil em 31.12.2013 e R\$ 48.400.000 mil em 30.06.2013) está dividido em 2.865.417.020 ações ordinárias representadas na forma escritural e sem valor nominal. A União Federal é a maior acionista, detendo o controle.

O aumento do Capital Social no período de 30.06.2013 à 30.06.2014, no valor de R\$ 5.600.000 mil, decorreu da utilização de Reserva Estatutária para Margem Operacional, aprovada pela Assembleia Geral Extraordinária realizada em 19.12.2013 e autorizado pelo Banco Central do Brasil em 13.02.2014.

O Banco poderá, independentemente de reforma estatutária, por deliberação e nas condições determinadas pela Assembleia Geral dos Acionistas, aumentar o Capital Social até o limite de R\$ 110.000.000 mil, mediante a emissão de ações ordinárias, concedendo-se aos acionistas preferência para a subscrição do aumento de capital, na proporção do número de ações que possuem.

c) Reservas de Reavaliação

As Reservas de Reavaliação, no valor de R\$ 4.524 mil (R\$ 4.564 mil em 31.12.2013 e R\$ 4.605 mil em 30.06.2013), referem-se às reavaliações de ativos efetuadas por empresas controladas/coligadas.

No 1º semestre de 2014, foram realizadas reservas no montante de R\$ 40 mil (R\$ 40 mil no 1º semestre de 2013) decorrentes de depreciação, transferidas para a conta Lucros ou Prejuízos Acumulados. Conforme a Resolução CMN n.º 3.565/2008, o saldo remanescente será mantido até a data de sua efetiva realização.

d) Reservas de Capital e de Lucros

	30.06.2014	31.12.2013	R\$ mil 30.06.2013
Reservas de capital	10.768	6.023	6.023
Reservas de lucros ⁽¹⁾	23.260.140	19.972.166	22.147.559
Reserva legal	5.180.834	4.902.575	4.613.722
Reservas estatutárias ⁽¹⁾	18.079.306	15.069.591	17.533.837
Margem operacional	13.874.993	10.802.484	13.247.566
Equalização de dividendos	4.204.313	4.267.107	4.286.271

(1) Nas Demonstrações Contábeis Individuais do Banco do Brasil, em 30.06.2014, os valores das Reservas de Lucros e das Reservas Estatutárias são de R\$ 23.652.588 mil e R\$ 18.471.754 mil, respectivamente, devido ao resultado não realizado de empresa controlada, no valor de R\$ 392.448 mil (Nota 24g).

A reserva legal tem por finalidade assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital social. Do lucro líquido apurado no período, 5% são aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, que não excederá 20% do capital social.

A Reserva Estatutária para Margem Operacional tem por finalidade garantir margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações do Banco e é constituída em até 100% do lucro líquido, após as destinações legais, inclusive dividendos, limitada a 80% do capital social.

A Reserva Estatutária para Equalização de Dividendos assegura recursos para o pagamento dos dividendos, sendo constituída pela parcela de até 50% do lucro líquido após as destinações legais, inclusive dividendos, até o limite de 20% do Capital Social.

e) Lucro por Ação

	1º Semestre/2014	1º Semestre/2013
Lucro líquido atribuível aos acionistas (R\$ mil)	5.565.190	10.033.321
Número médio ponderado de ações (básico e diluído)	2.803.466.870	2.844.865.273
Lucro por ação (básico e diluído) (R\$)	1,99	3,53

f) Juros sobre o Capital Próprio/Dividendos

	Valor (R\$ mil)	Valor por ação (R\$)	Data-base da posição acionária	Data de pagamento
1º Trimestre/2014				
Juros sobre o capital próprio pagos ⁽¹⁾	882.332	0,315	11.03.2014	31.03.2014
Dividendos pagos	227.611	0,081	19.05.2014	30.05.2014
2º Trimestre/2014				
Juros sobre o capital próprio pagos ⁽¹⁾	899.716	0,321	11.06.2014	30.06.2014
Dividendos a pagar	216.417	0,077	19.08.2014	29.08.2014
Total destinado aos acionistas	2.226.076	0,794		
Juros sobre o capital próprio ⁽¹⁾	1.782.048	0,636		
Dividendos	444.028	0,158		
Lucro líquido do período	5.565.190			

	Valor (R\$ mil)	Valor por ação (R\$)	Data-base da posição acionária	Data de pagamento
1º Trimestre/2013				
Juros sobre o capital próprio pagos ⁽¹⁾	753.777	0,265	11.03.2013	28.03.2013
Dividendos pagos	279.429	0,098	21.05.2013	31.05.2013
2º Trimestre/2013				
Juros sobre o capital próprio pagos ⁽¹⁾	802.241	0,283	11.06.2013	28.06.2013
Dividendos pagos	2.177.881	0,767	22.08.2013	30.08.2013
Total destinado aos acionistas	4.013.328	1,413		
Juros sobre o capital próprio ⁽¹⁾	1.556.018	0,548		
Dividendos	2.457.310	0,865		
Lucro líquido do período	10.033.321			

(1) Valores sujeitos à alíquota de 15% de Imposto de Renda Retido na Fonte.

Em conformidade com as Leis n.º 9.249/1995 e n.º 9.430/1996 e com o Estatuto do Banco, a Administração decidiu pelo pagamento aos seus acionistas de juros sobre o capital próprio, imputados ao valor dos dividendos, acrescido de dividendos adicionais, equivalentes a 40% do lucro líquido do período.

Os juros sobre o capital próprio são calculados sobre as contas do patrimônio líquido ajustado e limitados à variação, *pro rata die*, da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), condicionados à existência de lucros computados antes de sua dedução ou de lucros acumulados e reservas de lucros, em montante igual ou superior a duas vezes o seu valor.

Para atendimento à legislação do Imposto de Renda, o montante de juros sobre o capital próprio foi contabilizado na conta Despesas Financeiras e, para fins de elaboração destas demonstrações contábeis, reclassificado para a conta de Lucros ou Prejuízos Acumulados. O total dos juros sobre o capital próprio, no 1º semestre de 2014, proporcionou redução na despesa com encargos tributários no montante de R\$ 708.819 mil (R\$ 622.407 mil no 1º semestre de 2013).

g) Conciliação do Lucro Líquido e do Patrimônio Líquido

	Lucro Líquido		Patrimônio Líquido		
	1º Semestre/2014	1º Semestre/2013	30.06.2014	31.12.2013	30.06.2013
Banco do Brasil	5.565.190	10.033.321	69.442.420	69.859.729	62.527.717
Resultado não realizado	(59.016)	(4.527)	(392.448)	(333.432)	(285.525)
Participações dos não controladores	--	--	2.740.653	2.698.498	2.479.122
Consolidado	5.506.174	10.028.794	71.790.625	72.224.795	64.721.314

h) Ajustes de Avaliação Patrimonial

	1º Semestre/2014				1º Semestre/2013			
	Saldo inicial	Movimentação	Efeito Tributário	Saldo Final	Saldo inicial	Movimentação	Efeito Tributário	Saldo Final
Títulos Disponíveis para Venda								
Banco do Brasil	(294.593)	(256.018)	201.514	(349.097)	1.031.280	(1.359.200)	179.916	(148.004)
Subsidiárias no Exterior	24.654	5.298	1.066	31.018	95.442	(16.283)	(1.206)	77.953
Coligadas e controladas	(193.076)	137.983	(55.174)	(110.267)	292.204	(667.201)	271.171	(103.826)
Hedge de Fluxo de Caixa								
Coligadas e controladas	1.562	48	(20)	1.590	1.428	159	(54)	1.533
Ganhos/(Perdas) atuariais – Planos de Benefícios								
	(2.670.596)	(6.271.308)	2.701.472	(6.240.432)	(4.570.548)	(5.238.820)	2.268.430	(7.540.938)
Total	(3.132.049)	(6.383.997)	2.848.858	(6.667.188)	(3.150.194)	(7.281.345)	2.718.257	(7.713.282)

i) Participação dos não Controladores

	Patrimônio Líquido		
	30.06.2014	31.12.2013	30.06.2013
Banco Patagonia S.A.	601.199	677.455	655.157
Besc Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	27	27	27
BB Tecnologia e Serviços S.A.	49	45	39
Servinet Serviços Ltda. – Subsidiária da Cielo S.A.	--	--	1.109
BB Seguridade S.A.	2.139.378	2.020.971	1.822.790
Participação dos não Controladores	2.740.653	2.698.498	2.479.122

j) Participações Acionárias (Quantidade de Ações)

Quantidade de ações de emissão do Banco do Brasil em que os acionistas sejam titulares, direta ou indiretamente, de mais de 5% das ações:

Acionistas	30.06.2014		31.12.2013		30.06.2013	
	Ações	% Total	Ações	% Total	Ações	% Total
União Federal	1.667.882.382	58,2	1.670.678.890	58,3	1.670.678.890	58,3
Ministério da Fazenda	1.453.487.115	50,7	1.453.487.115	50,7	1.453.487.115	50,7
Fundo Fiscal de Investimento e Estabilização	110.650.000	3,9	110.650.000	3,9	110.650.000	3,9
Caixa F1 Garantia Construção Naval	96.245.267	3,4	98.145.267	3,4	98.145.267	3,4
Fundo Garantidor para Investimentos	7.500.000	0,3	7.500.000	0,3	7.500.000	0,3
FGO Fundo de Investimento em Ações	--	--	896.508	--	896.508	--
Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil – Previ	298.345.514	10,4	298.792.014	10,4	297.509.314	10,4
BNDES Participações S.A. – BNDESPar ⁽¹⁾	5.522.648	0,2	5.522.648	0,2	5.522.648	0,2
Ações em Tesouraria ⁽²⁾	66.535.220	2,3	56.702.328	2,0	26.418.028	0,9
Outros acionistas	827.131.256	28,9	833.721.140	29,1	865.288.140	30,2
Total	2.865.417.020	100,0	2.865.417.020	100,0	2.865.417.020	100,0
Residentes no país	2.288.982.808	79,9	2.326.961.469	81,2	2.310.898.227	80,6
Residentes no exterior	576.434.212	20,1	538.455.551	18,8	554.518.793	19,4

(1) Ligada ao Controlador, porém não faz parte do bloco de controle.

(2) Em 30.06.2014 inclui 29.138 ações do Banco do Brasil mantidas na BB DTVM (12.680 ações em 31.12.2013).

Quantidade de ações de emissão do Banco do Brasil, de titularidade do Conselho de Administração, da Diretoria Executiva e do Comitê de Auditoria:

	Ações ON ⁽¹⁾		
	30.06.2014	31.12.2013	30.06.2013
Conselho de Administração (exceto Presidente do Banco, que consta na Diretoria Executiva)	8.007	7	8
Diretoria Executiva	154.233	99.908	104.677
Comitê de Auditoria	75	75	75

(1) A participação acionária do Conselho de Administração, Diretoria Executiva e Comitê de Auditoria representa aproximadamente 0,006% do capital do Banco.

k) Movimentação de Ações em Circulação/Free Float

	1º Semestre/2014		Exercício/2013		1º Semestre/2013	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Ações em circulação no início do período	833.621.216	29,1	848.930.393	29,6	848.930.393	29,6
Alienação de ações pela Caixa F1 Garantia Construção Naval	1.900.000		7.518.300		7.518.300	
Alienação de ações pelo FGO – Investimento em ações	896.508		8.570.300		8.570.300	
Alienação/(aquisição) de ações pela Previ	446.500		(1.268.700)		14.000	
Alienação de ações pelo FGEDUC – Investimento Multimercado	--		6.360.290		6.360.290	
Aquisição de ações - programas de recompra	(9.964.900)		(36.277.300)		(5.993.000)	
Aquisição de ações - pagamento baseado em ações	--		(224.981)		(224.981)	
Outras movimentações ⁽¹⁾	69.683		12.914		8.144	
Ações em circulação no fim do período ⁽²⁾	826.969.007	28,9	833.621.216	29,1	865.183.446	30,2
Total emitido	2.865.417.020	100,0	2.865.417.020	100,0	2.865.417.020	100,0

(1) Refere-se principalmente às movimentações oriundas de Órgãos Técnicos e Consultivos.

(2) Conforme a Lei n.º 6.404/1976 e regulamento do Novo Mercado da BM&FBovespa. Não considera as ações em poder do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva.

I) Ações em Tesouraria

Em 13 de julho de 2012, o Conselho de Administração aprovou o Programa de Recompra de até 50 milhões de ações, no prazo de até 180 dias contados a partir dessa data, objetivando a aquisição de ações para manutenção em tesouraria e posterior alienação ou cancelamento sem redução do capital social, visando à geração de valor aos acionistas. Esse programa vigorou até 08 de janeiro de 2013, e foram adquiridas 20.200.000 ações, no montante de R\$ 461.247 mil, com custo mínimo, médio e máximo por ação de R\$ 18,28, R\$ 22,83 e R\$ 26,78, respectivamente.

Em 13 de junho de 2013, o Conselho de Administração aprovou o Programa de Recompra de até 50 milhões de ações, nas mesmas condições do programa anterior, porém, com vigência de até 365 dias contados a partir dessa data. Esse programa vigorou até 06 de junho de 2014, e foram adquiridas 43.126.700 ações, no montante de R\$ 1.014.504 mil, com custo mínimo, médio e máximo por ação de R\$ 18,84, R\$ 23,52 e R\$ 28,67, respectivamente. Das aquisições referentes a esse programa, 353.588 ações foram utilizadas para o programa de remuneração variável.

Em 06 de junho de 2014, o Conselho de Administração aprovou o Programa de Recompra de até 50 milhões de ações, nas mesmas condições do programa anterior. Até 30 de junho de 2014, foram adquiridas 3.115.500 ações, no montante de R\$ 79.532 mil, com custo mínimo, médio e máximo por ação de R\$ 25,29, R\$ 25,53 e R\$ 26,10, respectivamente.

Em 30 de junho de 2014, o Banco possuía 66.535.220 ações em tesouraria, no valor total de R\$ 1.558.272 mil, das quais 66.064.066 ações decorrentes dos programas de recompra, 471.122 ações decorrentes do programa de remuneração variável e 32 ações remanescentes de incorporações.

m) Pagamento Baseado em Ações

Programa 2011

Em fevereiro de 2012 foram adquiridas 130.146 ações ao custo médio por ação de R\$ 27,61, todas colocadas em tesouraria. Em 08.03.2012, foram transferidas 130.131 ações aos membros da Diretoria Executiva e bloqueadas para movimentação. A primeira e a segunda parcela anual foram desbloqueadas em 08.03.2013 e 10.03.2014, respectivamente. A terceira parcela, de 43.361 ações será desbloqueada em 09.03.2015, caso sejam atendidas todas as restrições de transferência.

Programa 2012

O programa 2012 foi elaborado sob vigência da Resolução CMN n.º 3.921 de 25.11.2010, que dispõe sobre a política de remuneração de administradores das instituições financeiras e determina que no mínimo 50% da remuneração variável seja paga em ações ou instrumentos baseados em ações, dos quais pelo menos 40% seja diferida para pagamento futuro, com prazo mínimo de três anos, estabelecido em função dos riscos e da atividade do administrador.

O Banco do Brasil e a BB DTVM adquiriram 232.093 ações para pagamento da remuneração variável, ao custo médio de R\$ 26,78 por ação. O Banco adquiriu 212.301 ações, todas colocadas em tesouraria, para eventual pagamento futuro. Destas, 53.108 ações foram transferidas em 10.03.2014, e as demais diferidas para transferência futura, caso sejam atendidas todas as restrições de transferência, conforme cronograma a seguir.

Pagamento Baseado em Ações – Cronograma estimado para transferência	Quantidade	Data prevista
Primeira parcela	53.064	11.03.2015
Segunda parcela	53.064	10.03.2016
Terceira parcela	53.065	10.03.2017
Total	159.193	

A BB DTVM adquiriu 19.792 ações do Banco do Brasil, em atendimento à política de remuneração variável definida para a Diretoria Executiva da BB DTVM, das quais 10.282 ações foram transferidas aos membros da Diretoria

Executiva (3.170 ações no 1º Semestre/2014). As demais, 9.510 ações, diferidas para transferência futura, em parcelas anuais, a partir de 2015, caso sejam atendidas todas as restrições de transferência.

Programa 2013

O Banco do Brasil utilizou 353.588 ações já existentes em tesouraria, com custo médio de R\$ 23,31 por ação, marcando-as como pertencentes ao programa de remuneração variável, das quais 70.812 ações foram transferidas, e as demais diferidas para transferência futura, em função dos riscos e da atividade dos administradores. O cronograma a seguir sumariza as transferências futuras para os beneficiários, caso sejam atendidas todas as restrições de transferência.

Pagamento Baseado em Ações – Cronograma estimado para transferência	Quantidade	Data prevista
Primeira parcela	70.694	11.03.2015
Segunda parcela	70.694	11.03.2016
Terceira parcela	70.694	13.03.2017
Quarta parcela	70.694	12.03.2018
Total	282.776	

A BB DTVM adquiriu 24.546 ações do Banco do Brasil, ao custo médio de R\$ 23,83, em atendimento à política de remuneração variável definida para a Diretoria Executiva da BB DTVM, das quais 4.918 ações foram transferidas, e as demais diferidas para transferência futura, em 4 parcelas anuais, a partir de 2015, caso sejam atendidas todas as restrições de transferência.

25 – TRIBUTOS

a) Demonstração da Despesa de IR e CSLL

	R\$ mil	
	1º Semestre/2014	1º Semestre/2013
Valores Correntes	(3.489.104)	(6.646.551)
IR e CSLL no país	(3.237.304)	(6.475.476)
Imposto de Renda no exterior	(251.800)	(171.075)
Valores Diferidos	814.630	1.939.911
Passivo Fiscal Diferido	(524.945)	(345.976)
Operações de leasing – ajuste da carteira e depreciação incentivada	42.043	82.240
Marcação a mercado	170.395	43.443
Ganhos atuariais	(444.004)	(142.661)
Atualização de depósitos judiciais fiscais	(146.685)	(103.157)
Lucros do exterior	(153.336)	(158.725)
Operações realizadas em mercados de liquidação futura	55.170	(65.631)
Créditos recuperados à prazo	(48.528)	(1.485)
Ativo Fiscal Diferido	1.339.575	2.285.887
Diferenças temporárias	1.412.004	2.037.651
Prejuízos fiscais/bases negativas de CSLL	(680)	(40.660)
Marcação a mercado	(71.749)	305.334
Operações realizadas em mercados de liquidação futura	--	(16.438)
Total	(2.674.474)	(4.706.640)

b) Conciliação dos Encargos de IR e CSLL

	R\$ mil	
	1º Semestre/2014	1º Semestre/2013
Resultado Antes dos Tributos e Participações	9.624.033	16.332.077
Encargo total do IR (25%) e da CSLL (15%)	(3.849.613)	(6.532.831)
Encargos sobre JCP	712.819	622.407
Resultado de participação em controladas e coligadas	(282.496)	131.578
Participação de empregados no lucro	311.983	533.481
Outros valores	432.833	538.725
Imposto de Renda e Contribuição Social do período	(2.674.474)	(4.706.640)

c) Despesas Tributárias

	R\$ mil	
	1º Semestre/2014	1º Semestre/2013
Cofins	(1.506.691)	(1.491.783)
ISSQN	(399.745)	(395.605)
PIS/Pasep	(252.281)	(248.998)
Outras	(177.220)	(171.337)
Total	(2.335.937)	(2.307.723)

d) Passivo Fiscal Diferido

	R\$ mil		
	30.06.2014	31.12.2013	30.06.2013
Decorrentes de ajustes patrimoniais positivos de planos de benefícios ⁽¹⁾	1.935.548	4.669.398	1.522.968
Decorrentes de atualização de depósitos judiciais fiscais	432.911	415.027	398.815
Decorrentes da marcação a mercado	224.949	435.566	522.361
Decorrentes de créditos recuperados à prazo	155.280	106.752	215.561
Decorrentes de lucros no exterior	153.336	--	158.725
Dependências no exterior	11.898	11.761	6.429
Decorrentes do ajuste da carteira de leasing	247.777	358.779	425.149
Decorrentes de operações em mercados de liquidação futura	8.754	70.668	73.651
Outros	114.462	173.820	8.734
Total das Obrigações Fiscais Diferidas	3.284.915	6.241.771	3.332.393
Imposto de Renda	1.855.645	3.384.314	1.894.813
Contribuição social	1.092.653	1.968.915	897.416
Cofins	289.563	764.338	464.657
PIS/Pasep	47.054	124.204	75.507

(1) A realização do passivo fiscal diferido sobre ganhos atuariais está relacionada à realização dos valores do ativo atuarial (Nota 27).

e) Ativo Fiscal Diferido (Crédito Tributário)
Ativado

	R\$ mil				
	31.12.2013	1º Semestre/2014		30.06.2014	30.06.2013
	Saldo	Constituição	Baixa	Saldo	Saldo
Diferenças Temporárias	25.336.978	5.127.510	(4.147.303)	26.317.185	26.054.420
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	14.934.449	3.773.330	(2.872.497)	15.835.282	14.551.233
Provisões passivas	7.420.265	1.048.456	(680.279)	7.788.442	8.352.934
Ajustes patrimoniais negativos de planos de benefícios	450.895	--	(257.771)	193.124	978.819
Marcação a mercado	927.710	161.203	(239.569)	849.344	1.057.774
Outras provisões	1.603.659	144.521	(97.187)	1.650.993	1.113.660
CSLL escriturada a 18% (MP n.º 2.158/2001)	1.458.907	--	(170.862)	1.288.045	1.404.233
Prejuízo fiscal/base negativa	117.603	39.881	(158)	157.326	116.004
Superveniência de depreciação	548.219	--	(50.288)	497.931	477.599
Total dos Créditos Tributários Ativados	27.461.707	5.167.391	(4.368.611)	28.260.487	28.052.256
Imposto de Renda	16.453.646	3.240.630	(2.625.490)	17.068.786	16.827.235
Contribuição Social	10.929.068	1.916.168	(1.729.426)	11.115.810	11.132.926
Cofins	67.951	6.828	(9.497)	65.282	79.220
PIS/Pasep	11.042	3.765	(4.198)	10.609	12.875

Não Ativado

	R\$ mil		
	30.06.2014	31.12.2013	30.06.2013
Créditos tributários no exterior	639.103	536.821	460.340
Diferenças temporárias	82.812	87.485	116.409
Parcela de prejuízos fiscais/bases negativas	--	--	40.854
Total dos Créditos Tributários não Ativados	721.915	624.306	617.603
Imposto de Renda	451.191	390.201	401.332
Contribuição Social	270.724	234.105	216.271

Expectativa de Realização

A expectativa de realização dos ativos fiscais diferidos (créditos tributários) respalda-se em estudo técnico elaborado em 30.06.2014, sendo o valor presente apurado com base na taxa média de captação do Banco Múltiplo.

	R\$ mil	
	Valor nominal	Valor presente
Em 2014	3.852.510	3.497.771
Em 2015	5.904.724	5.178.064
Em 2016	5.775.267	4.865.872
Em 2017	5.663.594	4.589.091
Em 2018	5.476.676	4.236.823
Em 2019	917.282	638.923
Em 2020	140.954	78.402
Em 2021	134.188	74.085
Em 2022	79.767	47.800
Em 2023	313.932	106.895
Em 2024	1.593	768
Total de Créditos Tributários em 30.06.2014	28.260.487	23.314.494

A realização dos valores nominais de créditos tributários ativados, considerando a recomposição daqueles baixados durante o trâmite da ação judicial (Nota 28.d), baseada em estudo técnico realizado pelo Banco em 30.06.2014, está projetada para 5 anos, nas seguintes proporções:

	Prejuízo Fiscal/CSLL a Compensar ⁽¹⁾	Diferenças Intertemporais ⁽²⁾
Em 2014	21%	13%
Em 2015	26%	21%
Em 2016	24%	21%
Em 2017	18%	21%
Em 2018	1%	21%
A partir de 2019	10%	3%

(1) Projeção de consumo vinculada à capacidade de gerar bases tributáveis de IRPJ e CSLL em períodos subsequentes.

(2) A capacidade de consumo decorre das movimentações das provisões (expectativa de ocorrerem reversões, baixas e utilizações).

26 – PARTES RELACIONADAS

Custos com remunerações e outros benefícios atribuídos ao Pessoal Chave da Administração do Banco do Brasil, formado pela Diretoria Executiva, Comitê de Auditoria, Conselho de Administração e Conselho Fiscal:

	R\$ mil	
	1º Semestre/2014	1º Semestre/2013
Benefícios de curto prazo	18.637	24.117
Honorários	13.020	11.846
Diretoria Executiva	11.745	10.643
Comitê de Auditoria	993	942
Conselho de Administração	145	114
Conselho Fiscal	137	147
Participações no lucro	4.883	11.676
Outros	734	595
Remuneração baseada em ações ⁽¹⁾	3.369	--
Total	22.006	24.117

(1) Refere-se ao custo das ações relativas às parcelas dos programas de pagamentos baseados em ações de 2012 e 2013. No 1º semestre/2013 houve desbloqueio das ações do programa 2011, porém o custo de aquisição dessas ações foi incorrido pelo Banco no 1º semestre de 2012 (Nota 24.m).

De acordo com a política de remuneração variável do Banco do Brasil, estabelecida em conformidade com a Resolução CMN n.º 3.921/2010, parte da remuneração variável da Diretoria Executiva é paga em ações (Nota 24.m).

O Banco não oferece benefícios pós-emprego ao Pessoal Chave da Administração, com exceção daqueles que fazem parte do quadro funcional do Banco, participantes do Plano de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil (Previ).

O Banco não concede empréstimos ao Pessoal Chave da Administração, em conformidade com a proibição a toda instituição financeira estabelecida pelo Banco Central do Brasil.

Os saldos de contas referentes às transações entre as empresas consolidadas do Banco são eliminados nas Demonstrações Contábeis Consolidadas. Em relação às transações realizadas com o Tesouro Nacional e entidades controladas, de modo pleno ou compartilhado, por esse órgão, o Banco optou pela isenção parcial concedida pela Resolução CMN n.º 3.750/2009. Nesse caso, são divulgadas apenas as transações mais significativas.

O Banco realiza transações bancárias com as partes relacionadas, tais como depósitos em conta corrente (não remunerados), depósitos remunerados, captações no mercado aberto, empréstimos (exceto com o Pessoal Chave da Administração) e aquisição de carteiras de operações de crédito. Há ainda contratos de prestação de serviços e de garantias prestadas.

Tais transações são praticadas em condições e taxas compatíveis com as praticadas com terceiros quando aplicável. Essas operações não envolvem riscos anormais de recebimento. Em 26.09.2012, o Banco firmou contrato de mútuo com o Governo Federal no valor de R\$ 8.100.000 mil cujos termos e condições estão descritos na nota 20.d.

Os recursos aplicados em títulos públicos federais e os destinados aos fundos e programas oriundos de repasses de Instituições Oficiais estão relacionados nas Notas 8 e 18, respectivamente.

O Banco instituiu a Fundação Banco do Brasil (FBB) que tem por objetivo promover, apoiar, incentivar e patrocinar ações nos campos da educação, cultura, saúde, assistência social, recreação e desporto, ciência e tecnologia e assistência à comunidades urbano-rurais. No 1º Semestre/2014, o Banco realizou contribuições para a FBB no valor de R\$ 23.061 mil (R\$ 37.080 mil no 1º Semestre/2013).

As informações referentes aos repasses e demais transações com entidades patrocinadas estão divulgadas na Nota 27.

Aquisição de Carteiras de Operações de Crédito Cedidas pelo Banco Votorantim

	R\$ mil	
	1º Semestre/2014	1º Semestre/2013
Cessão com retenção substancial de riscos e benefícios (com coobrigação)	3.877.834	7.749.191
Resultado não realizado líquido de efeitos tributários	86.303	207.266

Sumário das Transações com Partes Relacionadas

	R\$ mil						
	30.06.2014						
	Controlador ⁽¹⁾	Controladas ⁽²⁾	Controle conjunto ⁽³⁾	Coligadas ⁽⁴⁾	Pessoal chave da administração ⁽⁵⁾	Outras partes relacionadas ⁽⁶⁾	Total
Ativos							
Aplicações em depósitos interfinanceiros	--	48.120.498	841.380	--	--	6.732	48.968.610
Títulos e valores mobiliários	--	42.932.910	71.654	--	--	--	43.004.564
Operações de crédito	282.306	84.411	419.382	84.509	--	22.554.695	23.425.303
Valores a receber de ligadas	--	43.751	15.081	--	--	--	58.832
Outros ativos	11.208.720	40.313	15.508.204	--	--	--	26.757.237
Passivos							
Depósitos à vista	554.986	43.214	63.961	75	881	807.774	1.470.891
Depósitos em poupança	--	--	--	--	1.776	325.926	327.702
Depósitos a prazo remunerados	--	8.318.950	241.634	--	2.968	17.135.350	25.698.902
Captações mercado aberto	--	6.023.543	3.930.404	--	--	134.381	10.088.328
Obrigações por empréstimos e repasses	395.420	33.581.284	--	--	--	90.597.745	124.574.449
Outros passivos ⁽⁷⁾	8.317.938	43.711.017	202.331	11.937	--	--	52.243.223
Garantias e Outras Coobrigações ⁽⁸⁾	--	2.733.480	6.800.000	--	--	--	9.533.480
1º Semestre/2014							
Rendas de juros e prestação de serviços	14.832	3.052.184	1.180.580	672	--	922.886	5.171.154
Despesas com captação	(38.368)	(2.279.569)	(49.674)	(11.625)	(248)	(1.780.567)	(4.160.051)

(1) Tesouro Nacional e órgãos da Administração Direta do Governo Federal.

(2) Empresas relacionadas na Nota 3 identificadas no item (1).

(3) Empresas relacionadas na Nota 3 identificadas no item (2).

(4) Empresas relacionadas na Nota 3 identificadas no item (3).

(5) Conselho de Administração, Diretoria Executiva, Comitê de Auditoria e Conselho Fiscal.

(6) Inclui as transações mais significativas com empresas públicas e sociedades de economia mista controladas pelo Governo Federal, tais como: Petrobrás, CEF, BNDES, Eletrobras, Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT, Fundo de Aval para Geração de Emprego e Renda – Funproger, Fundo de Defesa da Economia Cafeeira - Funcafé. Além disso, entidades vinculadas aos funcionários e entidades patrocinadas: Cassi e Previ.

(7) Inclui o Contrato de Instrumento Híbrido de Capital e Dívida – Bônus Perpétuos com o Governo Federal (Nota 20.d).

(8) Inclui o Contrato de Abertura de Linha de Crédito Interbancário Rotativo a liberar com o Banco Votorantim, equivalente ao valor do patrimônio líquido daquela instituição.

							R\$ mil
30.06.2013							
	Controlador ⁽¹⁾	Controladas ⁽²⁾	Controle conjunto ⁽³⁾	Coligadas ⁽⁴⁾	Pessoal chave da administração ⁽⁵⁾	Outras partes relacionadas ⁽⁶⁾	Total
Ativos							
Aplicações em depósitos interfinanceiros	--	41.185.155	--	--	--	--	41.185.155
Títulos e valores mobiliários	--	20.499.343	138.357	--	--	--	20.637.700
Operações de crédito	560.233	23.043	--	162	--	14.673.298	15.256.736
Valores a receber de ligadas	--	48.366	18.220	--	--	--	66.586
Outros ativos	6.525.485	497.391	8.939.671	795	--	--	15.963.342
Passivos							
Depósitos à vista	690.823	24.129	22.404	241	1.256	1.076.767	1.815.620
Depósitos em poupança	--	--	--	--	1.516	241.604	243.120
Depósitos a prazo remunerados	--	4.989.509	587.991	1.040	2.762	13.832.541	19.413.843
Captações mercado aberto	--	5.965.473	30.005	--	--	990.128	6.985.606
Obrigações por empréstimos e repasses	647.825	31.171.842	--	--	--	67.047.482	98.867.149
Outros passivos ⁽⁷⁾	8.317.938	21.892.923	142.298	--	--	14.007	30.367.166
Garantias e Outras Coobrigações ⁽⁸⁾	--	1.086.934	6.800.000	--	--	--	7.886.934
1º Semestre/2013							
Rendas de juros e prestação de serviços	26.285	1.964.197	584.166	852	--	75.985	2.651.485
Despesas com captação	(32.065)	(2.015.249)	(52.861)	(1.059)	(165)	(1.913.066)	(4.014.465)

(1) Tesouro Nacional e órgãos da Administração Direta do Governo Federal.

(2) Empresas relacionadas na Nota 3 identificadas no item (1).

(3) Empresas relacionadas na Nota 3 identificadas no item (2).

(4) Empresas relacionadas na Nota 3 identificadas no item (3).

(5) Conselho de Administração, Diretoria Executiva, Comitê de Auditoria e Conselho Fiscal.

(6) Inclui as transações mais significativas com empresas públicas e sociedades de economia mista controladas pelo Governo Federal, tais como: Petrobrás, CEF, BNDES, Eletrobras, Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT, Fundo de Aval para Geração de Emprego e Renda – Funproger, Fundo de Defesa da Economia Cafeeira - Funcafé. Além disso, entidades vinculadas aos funcionários e entidades patrocinadas: Cassi e Previ.

(7) Inclui o Contrato de Instrumento Híbrido de Capital e Dívida – Bônus Perpétuos com o Governo Federal (Nota 20.d).

(8) Inclui o Contrato de Abertura de Linha de Crédito Interbancário Rotativo a liberar com o Banco Votorantim, equivalente ao valor do patrimônio líquido daquela instituição.

27 – BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

O Banco do Brasil é patrocinador das seguintes entidades de previdência privada e de saúde complementar, que asseguram a complementação de benefícios de aposentadoria e assistência médica a seus funcionários:

	Planos	Benefícios	Classificação
Previ - Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil	Previ Futuro	Aposentadoria e pensão	Contribuição definida
	Plano de Benefícios 1	Aposentadoria e pensão	Benefício definido
	Plano Informal	Aposentadoria e pensão	Benefício definido
Cassi - Caixa de Assistência dos Funcionários do Banco do Brasil	Plano de Associados	Assistência médica	Benefício definido
Economus – Instituto de Seguridade Social	Prevmais	Aposentadoria e pensão	Contribuição variável
	Regulamento Geral	Aposentadoria e pensão	Benefício definido
	Regulamento Complementar 1	Aposentadoria e pensão	Benefício definido
	Grupo B'	Aposentadoria e pensão	Benefício definido
	Plano Unificado de Saúde – PLUS	Assistência médica	Benefício definido
	Plano Unificado de Saúde – PLUS II	Assistência médica	Benefício definido
	Plano de Assistência Médica Complementar – PAMC	Assistência médica	Benefício definido
Fusesc - Fundação Codesc de Seguridade Social	Multifuturo I	Aposentadoria e pensão	Contribuição variável
	Plano de Benefícios I	Aposentadoria e pensão	Benefício definido
SIM - Caixa de Assistência dos Empregados dos Sistemas Besc e Codesc, do Badesc e da Fusesc	Plano de Saúde	Assistência médica	Contribuição definida
Prevbep – Caixa de Previdência Social	Plano BEP	Aposentadoria e pensão	Benefício definido

Número de participantes abrangidos pelos planos de benefícios patrocinados pelo Banco

	30.06.2014			31.12.2013			30.06.2013		
	N.º de participantes			N.º de participantes			N.º de participantes		
	Ativos	Assistidos	Total	Ativos	Assistidos	Total	Ativos	Assistidos	Total
Planos de Aposentadoria e Pensão	115.120	104.615	219.735	115.509	104.071	219.580	116.470	102.860	219.330
Plano de Benefícios 1 – Previ	24.858	87.730	112.588	25.849	87.167	113.016	27.450	85.938	113.388
Plano Previ Futuro	73.314	717	74.031	72.584	660	73.244	71.737	604	72.341
Plano Informal	--	3.835	3.835	--	3.917	3.917	--	4.046	4.046
Outros Planos	16.948	12.333	29.281	17.076	12.327	29.403	17.283	12.272	29.555
Planos de Assistência Médica	116.199	95.598	211.797	116.806	95.065	211.871	118.139	95.021	213.160
Cassi	102.997	87.741	190.738	103.459	87.136	190.595	104.536	85.886	190.422
Outros Planos	13.202	7.857	21.059	13.347	7.929	21.276	13.603	9.135	22.738

Contribuições do Banco para os planos de benefícios

	R\$ mil	
	1º Semestre/2014	1º Semestre/2013
Planos de Aposentadoria e Pensão	641.053	543.568
Plano de Benefícios 1 – Previ ⁽¹⁾	301.643	227.028
Plano Previ Futuro	189.874	158.913
Plano Informal	89.494	92.511
Outros Planos	60.042	65.116
Planos de Assistência Médica	469.070	427.539
Cassi	414.024	407.789
Outros Planos	55.046	19.750
Total	1.110.123	971.107

(1) Refere-se às contribuições relativas aos participantes amparados pelo Contrato 97 e ao Plano 1, sendo que essas contribuições ocorreram respectivamente através da realização do Fundo Paridade (Nota 27.f.1) e dos Fundos de Contribuição e Utilização (Nota 27.f.2). O Contrato 97 tem por objeto disciplinar a forma do custeio necessário à constituição de parte equivalente a 53,7% do valor garantidor do pagamento do complemento de aposentadoria devido aos participantes admitidos no Banco até 14.04.1967 que tenham se aposentado ou que venham a se aposentar após essa data, exceto aqueles participantes que fazem parte do Plano Informal.

As contribuições do Banco para os planos de benefício, durante o 2º semestre de 2014, estão estimadas em R\$ 717.254 mil.

Valores reconhecidos no resultado

	R\$ mil	
	1º Semestre/2014	1º Semestre/2013
Planos de Aposentadoria e Pensão	558.126	83.343
Plano de Benefícios 1 – Previ	891.400	374.045
Plano Previ Futuro	(189.874)	(158.913)
Plano Informal	(77.491)	(68.416)
Outros Planos	(65.909)	(63.373)
Planos de Assistência Médica	(715.349)	(609.637)
Cassi	(657.384)	(556.932)
Outros Planos	(57.965)	(52.705)
Total	(157.223)	(526.294)

a) Planos de Aposentadoria e Pensão

Previ Futuro (Previ)

Plano destinado aos funcionários do Banco admitidos na empresa a partir de 24.12.1997. Os participantes ativos contribuem com 7% a 17% do salário de participação na Previ. Os percentuais de participação variam em função do tempo de empresa e do nível do salário de participação. Não há contribuição para participantes inativos. O patrocinador contribui com montantes idênticos aos dos participantes, limitado a 14% da folha de salários de participação desses participantes.

Plano de Benefícios 1 (Previ)

Participam os funcionários do Banco que nele se inscreveram até 23.12.1997. Em decorrência do estabelecimento, em dezembro de 2000, da paridade entre as contribuições do Banco e dos participantes, foi constituído o Fundo Paridade, cujos recursos vêm sendo utilizados para compensar as contribuições ao plano. Em vista de superávit acumulado, foram suspensas, retroativamente a janeiro de 2007, as contribuições dos participantes, beneficiários (aposentados e pensionistas) e do patrocinador (Banco do Brasil). Conforme Memorando de Entendimentos firmado entre o Banco do Brasil, Previ e entidades representantes dos beneficiários, o regulamento do Plano 1 foi alterado suspendendo as contribuições nos exercícios 2011, 2012 e 2013.

Plano Informal (Previ)

É de responsabilidade exclusiva do Banco do Brasil, cujas obrigações contratuais incluem: (a) pagamento de aposentadoria dos participantes fundadores e dos beneficiários dos participantes falecidos até 14.04.1967; (b) pagamento da complementação de aposentadoria aos demais participantes que se aposentaram até 14.04.1967 ou que, na mesma data, já reuniam condições de se aposentar por tempo de serviço e contavam com pelo menos 20 anos de serviço efetivo no Banco do Brasil; e (c) aumento no valor dos proventos de aposentadoria e das pensões além do previsto no plano de benefícios da Previ, decorrente de decisões judiciais e de decisões administrativas em função de reestruturação do plano de cargos e salários e de incentivos criados pelo Banco. Em 31.12.2012, o Banco do Brasil e a Previ formalizaram contrato por meio do qual o Banco do Brasil integralizou, com recursos do Fundo Paridade, 100% das reservas matemáticas relativas ao Grupo Especial, de responsabilidade exclusiva do Banco, cuja operacionalização migrou do Plano Informal para o Plano de Benefícios 1 da Previ. O Grupo Especial abrange os participantes do Plano de Benefícios 1 da Previ, integrantes do parágrafo primeiro da cláusula primeira do contrato de 24.12.1997, que obtiveram complementos adicionais de aposentadoria decorrentes de decisões administrativas e/ou decisões judiciais. (Nota 27.f)

Prevmais (Economus)

Participam desse plano os funcionários oriundos do Banco Nossa Caixa (incorporado pelo Banco do Brasil em 30.11.2009) inscritos a partir de 01.08.2006 e os participantes anteriormente vinculados ao plano de benefícios do Regulamento Geral que optaram pelo saldamento. O custeio para os benefícios de renda é paritário, limitado a 8% dos salários dos participantes. O plano oferece também benefícios de risco – suplementação de auxílio doença/acidente de trabalho, invalidez e pensão por morte.

Regulamento Geral (Economus)

Plano do qual fazem parte os funcionários oriundos do Banco Nossa Caixa inscritos até 31.07.2006. Plano fechado para novas adesões. Funcionários e patrocinadora contribuem paritariamente em média com 12,11% sobre o salário de participação.

Regulamento Complementar 1 (Economus)

Destinado aos funcionários oriundos do Banco Nossa Caixa. Oferece os benefícios de complementação do auxílio-doença e pecúlios por morte e por invalidez. O custeio do plano é de responsabilidade da patrocinadora, dos participantes e dos assistidos.

Grupo B' (Economus)

Plano voltado aos funcionários oriundos do Banco Nossa Caixa admitidos no período de 22.01.1974 a 13.05.1974 e seus assistidos. Plano fechado para novas adesões. O nível do benefício, a ser concedido quando da implementação de todas as condições previstas em regulamento, é conhecido *a priori*.

Plano Multifuturo I (Fusesc)

Participam desse plano os funcionários oriundos do Banco do Estado de Santa Catarina – Besc (incorporado pelo Banco do Brasil em 30.09.2008) inscritos a partir de 12.01.2003 e os participantes anteriormente vinculados ao Plano de Benefícios I da Fusesc que optaram por este plano. Funcionários e patrocinadora contribuem paritariamente entre 2,33% e 7% do salário de participação, conforme decisão contributiva de cada participante.

Plano de Benefícios I (Fusesc)

Voltado aos funcionários oriundos do Besc inscritos até 11.01.2003. Plano fechado para novas adesões. Funcionários e patrocinadora contribuem paritariamente em média com 9,89% sobre o salário de participação.

Plano BEP (Prevbep)

Participam os funcionários oriundos do Banco do Estado do Piauí – BEP (incorporado pelo Banco do Brasil em 30.11.2008). Funcionários e patrocinadora contribuem paritariamente em média com 3,58% sobre o salário de participação.

b) Planos de Assistência Médica

Plano de Associados (Cassi)

O Banco é contribuinte do plano de saúde administrado pela Cassi, que tem como principal objetivo conceder auxílio para cobertura de despesas com a promoção, proteção, recuperação e reabilitação da saúde do associado e seus beneficiários inscritos. O Banco contribui mensalmente com importância equivalente a 4,5% do valor dos proventos gerais ou do valor total do benefício de aposentadoria ou pensão. A contribuição mensal dos associados e beneficiários de pensão é de 3% do valor dos proventos gerais ou do valor total do benefício de aposentadoria ou pensão, além da coparticipação em alguns procedimentos.

Plano Unificado de Saúde – PLUS (Economus)

Plano dos funcionários oriundos do Banco Nossa Caixa. A participação no plano se dá por meio de contribuição de 1,5% do salário bruto, sem limites, para a cobertura do titular e seus dependentes preferenciais, descontados em folha de pagamento do titular e 10% a título de coparticipação no custeio de cada consulta e exames de baixo custo, realizados pelo titular e seus dependentes (preferenciais e não preferenciais).

Plano Unificado de Saúde – PLUS II (Economus)

Destinado aos funcionários oriundos do Banco Nossa Caixa. A participação no plano se dá por meio de contribuição de 1,5% do salário bruto, sem limites, para a cobertura do titular e seus dependentes preferenciais, descontados em folha de pagamento do titular e 10% a título de coparticipação no custeio de cada consulta e exames de baixo custo, realizados pelo titular e seus dependentes preferenciais e filhos maiores. O plano não prevê a inclusão de dependentes não preferenciais.

Plano de Assistência Médica Complementar – PAMC (Economus)

Voltado para os funcionários oriundos do Banco Nossa Caixa lotados no Estado de São Paulo. São titulares do plano os empregados aposentados por invalidez dos Grupos “B” e “C” e os seus dependentes, que participam do custeio na medida de sua utilização e de acordo com tabela progressiva e faixa salarial.

Plano SIM Saúde (SIM)

Participam desse plano os funcionários oriundos do Besc, além dos vinculados a outros patrocinadores (Badesc, Codesc, Bescor, Fusc e a própria SIM). A contribuição mensal dos beneficiários titulares ativos é de 3,44% do valor da remuneração bruta, incluindo o 13º salário, dos titulares inativos é de 8,86%, e dos patrocinadores 5,42%. Os beneficiários também contribuem com 0,75% por dependente. O plano também prevê coparticipação em procedimentos ambulatoriais.

c) Fatores de risco

O Banco pode ser requerido a efetuar contribuições extraordinárias para Previ, Economus, Fusc e Prevbep, o que pode afetar negativamente o resultado operacional.

Os critérios utilizados para apuração da obrigação do Banco com o conjunto de Planos das Entidades Patrocinadas (Previ, Economus, Fusc e Prevbep) incorporam estimativas e premissas de natureza atuarial e financeira de longo prazo, bem como aplicação e interpretação de normas regulamentares vigentes. Assim, as imprecisões inerentes ao processo de utilização de estimativas e premissas podem resultar em divergências entre o valor registrado e o efetivamente realizado, resultando em impactos negativos ao resultado das operações do Banco.

d) Avaliações Atuariais

As avaliações atuariais são elaboradas semestralmente e as informações constantes nos quadros a seguir referem-se àquelas efetuadas nas datas base de 30.06.2014, 31.12.2013 e 30.06.2013.

d.1) Mudanças no valor presente das obrigações atuariais de benefício definido

	R\$ mil											
	Plano 1 – Previ			Plano Informal – Previ			Plano de Associados – Cassi			Outros Planos		
	1º Sem/2014	Exerc/2013	1º Sem/2013	1º Sem/2014	Exerc/2013	1º Sem/2013	1º Sem/2014	Exerc/2013	1º Sem/2013	1º Sem/2014	Exerc/2013	1º Sem/2013
Saldo Inicial	(113.522.849)	(128.413.440)	(128.413.440)	(1.004.111)	(1.091.017)	(1.091.017)	(6.333.578)	(7.717.855)	(7.717.855)	(5.971.976)	(6.949.678)	(6.949.678)
Custo de juros	(7.261.271)	(11.946.190)	(5.422.373)	(62.667)	(99.016)	(45.298)	(411.994)	(718.314)	(326.220)	(383.901)	(634.651)	(294.069)
Custo do serviço corrente	(245.908)	(565.900)	(305.978)	--	--	--	(69.065)	(136.080)	(67.654)	(20.041)	(41.725)	(19.312)
Custo do serviço passado	--	--	--	(14.824)	(43.983)	(23.118)	--	--	--	--	--	--
Benefícios pagos líquidos de contribuições de assistidos	4.197.920	9.268.627	4.586.357	89.275	192.084	92.410	237.699	536.639	244.732	205.858	426.885	200.669
Remensurações de ganhos / (perdas) atuariais	(5.373.112)	18.134.054	7.434.213	(30.558)	37.821	47.909	786.475	1.702.032	611.911	(74.060)	1.227.193	716.381
Saldo Final	(122.205.220)	(113.522.849)	(122.121.221)	(1.022.885)	(1.004.111)	(1.019.114)	(5.790.463)	(6.333.578)	(7.255.086)	(6.244.120)	(5.971.976)	(6.346.009)
Valor presente das obrigações atuariais com cobertura	(122.205.220)	(113.522.849)	(122.121.221)	--	--	--	--	--	--	(5.078.666)	(5.033.968)	(4.975.192)
Valor presente das obrigações atuariais a descoberto	--	--	--	(1.022.885)	(1.004.111)	(1.019.114)	(5.790.463)	(6.333.578)	(7.255.086)	(1.165.454)	(938.008)	(1.370.817)

d.2) Mudanças no valor justo dos ativos do plano

	R\$ mil											
	Plano 1 – Previ			Plano Informal – Previ			Plano de Associados – Cassi			Outros Planos ⁽¹⁾		
	1º Sem/2014	Exerc/2013	1º Sem/2013	1º Sem/2014	Exerc/2013	1º Sem/2013	1º Sem/2014	Exerc/2013	1º Sem/2013	1º Sem/2014	Exerc/2013	1º Sem/2013
Saldo Inicial	144.420.740	152.029.136	152.029.136	--	--	--	--	--	--	5.033.968	4.921.429	4.921.429
Receita de juros	9.289.978	13.708.711	6.476.441	--	--	--	--	--	--	323.813	475.875	208.921
Contribuições recebidas	301.643	1.137.977	262.639	89.275	192.084	92.410	237.699	536.639	244.732	71.899	149.825	74.448
Benefícios pagos líquidos de contribuições de assistidos	(4.197.920)	(9.268.627)	(4.586.357)	(89.275)	(192.084)	(92.410)	(237.699)	(536.639)	(244.732)	(205.858)	(426.885)	(200.669)
Ganho/(perda) atuarial sobre os ativos do plano	(8.135.553)	(13.186.457)	(19.199.972)	--	--	--	--	--	--	(145.156)	(86.276)	(28.937)
Saldo Final	141.678.888	144.420.740	134.981.887	--	--	--	--	--	--	5.078.666	5.033.968	4.975.192

(1) Refere-se aos seguintes planos: Regulamento Geral (Economus), Prevmis (Economus), Regulamento Complementar 1 (Economus), Multifuturo I (Fusesc), Plano I (Fusesc), Grupo B', Plus I e II, e Plano BEP (Prevbep).

d.3) Valores reconhecidos no balanço patrimonial

	R\$ mil											
	Plano 1 – Previ			Plano Informal – Previ			Plano de Associados – Cassi			Outros Planos		
	30.06.2014	31.12.2013	30.06.2013	30.06.2014	31.12.2013	30.06.2013	30.06.2014	31.12.2013	30.06.2013	30.06.2014	31.12.2013	30.06.2013
1) Valor justo dos ativos do plano	141.678.888	144.420.740	134.981.887	--	--	--	--	--	--	5.078.666	5.033.968	4.975.192
2) Valor presente das obrigações atuariais	(122.205.220)	(113.522.849)	(122.121.221)	(1.022.885)	(1.004.111)	(1.019.114)	(5.790.463)	(6.333.578)	(7.255.086)	(6.244.120)	(5.971.976)	(6.346.009)
3) Superávit/(déficit) (1+2)	19.473.668	30.897.891	12.860.666	(1.022.885)	(1.004.111)	(1.019.114)	(5.790.463)	(6.333.578)	(7.255.086)	(1.165.454)	(938.008)	(1.370.817)
4) (Passivo)/Ativo atuarial líquido registrado⁽¹⁾	9.736.834	15.448.946	6.430.333	(1.022.885)	(1.004.111)	(1.019.114)	(5.790.463)	(6.333.578)	(7.255.086)	(830.514)	(702.015)	(958.422)

(1) Refere-se à parcela do patrocinador no superávit/(déficit). A realização do ativo atuarial registrado em Outros Créditos (Nota 11.b) ocorrerá obrigatoriamente até o final do plano. Entende-se por final do plano, a data em que será pago o último compromisso.

d.4) Perfil de vencimento das obrigações atuariais de benefício definido

	Duration ⁽¹⁾	Pagamentos de benefícios esperados ⁽²⁾				R\$ mil
		até 1 ano	1 a 2 anos	2 a 5 anos	acima 5 anos	Total
		Plano 1 (Previ)	9,37	4.284.567	8.757.232	35.628.789
Plano Informal (Previ)	4,85	71.108	124.408	359.133	447.533	1.002.182
Plano de Associados (Cassi)	11,74	232.115	451.468	1.794.090	14.417.167	16.894.840
Regulamento Geral (Economus)	9,63	179.915	363.977	743.379	8.450.255	9.737.526
Regulamento Complementar 1 (Economus)	13,74	630	1.374	3.314	98.267	103.585
Plus I e II (Economus)	9,87	17.496	34.484	131.935	746.243	930.158
Grupo B' (Economus)	8,00	6.588	12.551	47.979	164.337	231.455
Prevmias (Economus)	14,03	4.473	9.287	40.753	515.395	569.908
Multifuturo I (Fusesc)	11,47	2.353	4.772	19.696	149.550	176.371
Plano I (Fusesc)	11,99	13.982	29.373	133.727	1.208.541	1.385.623
Plano BEP (Prevbep)	10,50	1.218	2.515	11.503	72.399	87.635

(1) Duração média ponderada da obrigação atuarial de benefício definido.

(2) Valores considerados sem descontar a valor presente.

d.5) Detalhamento dos valores reconhecidos no resultado relativos aos planos de benefício definido

	Plano 1 – Previ		Plano Informal – Previ		Plano de Associados – Cassi		Outros Planos		R\$ mil
	1º Semestre/2014	1º Semestre/2013	1º Semestre/2014	1º Semestre/2013	1º Semestre/2014	1º Semestre/2013	1º Semestre/2014	1º Semestre/2013	
	Custo do serviço corrente	(122.954)	(152.989)	--	--	(69.065)	(67.655)	(10.040)	(6.467)
Custo dos juros	(3.630.635)	(2.711.186)	(62.667)	(45.299)	(411.994)	(326.220)	(70.024)	(55.035)	
Rendimento esperado sobre os ativos do plano	4.644.989	3.238.220	--	--	--	--	24.928	--	
Amortização do ganho/(perda) atuarial líquido	--	--	--	(23.117)	--	--	--	--	
Custo do serviço passado não reconhecido	--	--	(14.824)	--	--	--	--	--	
Despesa com funcionários da ativa	--	--	--	--	(176.325)	(163.057)	(69.272)	(65.923)	
Outros ajustes/reversões	--	--	--	--	--	--	534	11.347	
(Despesa)/Receita reconhecida na DRE	891.400	374.045	(77.491)	(68.416)	(657.384)	(556.932)	(123.874)	(116.078)	

d.6) Composição dos ativos dos planos

	Plano 1 - Previ			Outros Planos		
	30.06.2014	31.12.2013	30.06.2013	30.06.2014	31.12.2013	30.06.2013
Renda fixa	45.252.237	44.380.493	42.461.056	4.432.914	4.101.845	4.002.874
Renda variável ⁽¹⁾	82.655.463	86.219.182	79.644.847	270.185	457.923	539.891
Investimentos imobiliários	7.962.354	8.159.772	7.639.211	152.275	179.461	119.570
Empréstimos e financiamentos	4.887.922	4.823.653	4.602.422	103.605	102.190	104.645
Outros	920.912	837.640	634.351	119.687	192.549	208.212
Total	141.678.888	144.420.740	134.981.887	5.078.666	5.033.968	4.975.192
Montantes incluídos no valor justo dos ativos do plano						
Em instrumentos financeiros próprios da entidade	11.056.439	10.356.950	9.733.461	21.486	--	--
Em propriedades ou outros ativos utilizados pela entidade	161.836	162.322	162.798	8.032	4.788	5.107

(1) No plano de benefícios 1 da Previ, inclui o valor de R\$ 35.517.370 mil (R\$ 40.714.439 mil em 31.12.2013 e R\$ 34.848.260 mil em 30.06.2013), referente a ativos não cotados em mercado ativo.

d.7) Principais premissas atuariais adotadas em cada período

	Plano 1 – Previ			Plano Informal – Previ			Plano de Associados – Cassi			Outros Planos ⁽¹⁾		
	30.06.2014	31.12.2013	30.06.2013	30.06.2014	31.12.2013	30.06.2013	30.06.2014	31.12.2013	30.06.2013	30.06.2014	31.12.2013	30.06.2013
Taxa de inflação (a.a.)	5,82%	6,66%	5,60%	5,82%	6,66%	5,68%	5,82%	6,66%	5,52%	5,82%	6,66%	4,20%
Taxa real de desconto (a.a.)	6,10%	6,41%	5,29%	5,94%	6,15%	5,12%	6,14%	6,50%	5,38%	6,12%	6,45%	4,33%
Taxa nominal de retorno dos investimentos (a.a.)	12,28%	13,50%	11,19%	--	--	--	--	--	--	12,30%	13,55%	8,71%
Taxa real de crescimento salarial esperado (a.a.)	0,25%	0,25%	0,14%	--	--	--	--	--	--	0,65%	0,43%	0,15%
Tábua de sobrevivência	AT-2000			AT-2000			AT-2000			AT-2000		
Regime de capitalização	Crédito Unitário Projetado			Crédito Unitário Projetado			Crédito Unitário Projetado			Crédito Unitário Projetado		

(1) As premissas atuariais agrupadas são apresentadas através de médias ponderadas.

O Banco, para definição dos valores relativos aos planos de benefício definido, utiliza métodos e premissas diferentes daqueles apresentados pelas entidades patrocinadas.

O pronunciamento técnico CPC 33 (R1) detalha a questão da contabilização bem como os efeitos ocorridos ou a ocorrer nas empresas patrocinadoras de planos de benefícios a empregados. Por sua vez, as entidades patrocinadas obedecem às normas emanadas do Ministério da Previdência Social, por intermédio do Conselho de Gestão da Previdência Complementar (CGPC) e da Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc). As diferenças mais relevantes concentram-se na definição dos valores relativos ao Plano 1 – Previ.

d.8) Diferenças de premissas do Plano 1 – Previ

	Banco	Previ
Taxa real de desconto (a.a.)	6,1%	5%
Tábua de sobrevivência	AT-2000	AT-2000 (Suavizada 10%)
Avaliação de ativos - Fundos exclusivos	Valor de mercado ou fluxo de caixa descontado	Fluxo de caixa descontado
Regime de Capitalização	Crédito Unitário Projetado	Método Agregado

d.9) Conciliação dos valores apurados no Plano 1 - Previ/Banco

	R\$ mil								
	Ativos do Plano			Obrigações Atuariais			Efeito no Superávit		
	30.06.2014	31.12.2013	30.06.2013	30.06.2014	31.12.2013	30.06.2013	30.06.2014	31.12.2013	30.06.2013
Valor apurado - Previ	140.139.983	138.817.850	130.877.557	(118.866.137)	(114.220.748)	(109.100.842)	21.273.846	24.597.102	21.776.715
Incorporação dos valores do contrato 97	13.795.151	13.663.084	13.235.172	(13.795.151)	(13.663.084)	(13.235.172)	--	--	--
Incorporação dos valores do Grupo Especial	1.072.293	1.056.555	1.021.733	(1.072.293)	(1.056.555)	(1.021.733)	--	--	--
Ajuste no valor dos ativos do plano ⁽¹⁾	(13.328.539)	(9.116.749)	(10.152.575)	--	--	--	(13.328.539)	(9.116.749)	(10.152.575)
Ajuste nas obrigações – taxa de desconto/regime de capitalização	--	--	--	11.528.361	15.417.538	1.236.526	11.528.361	15.417.538	1.236.526
Valor apurado – Banco	141.678.888	144.420.740	134.981.887	(122.205.220)	(113.522.849)	(122.121.221)	19.473.668	30.897.891	12.860.666

(1) Refere-se principalmente aos ajustes efetuados pelo Banco na apuração do valor justo dos investimentos na Litel, Neoenergia e em títulos e valores mobiliários mantidos até o vencimento.

d.10) Análise de sensibilidade

As análises de sensibilidade são baseadas na mudança em uma suposição, mantendo todas as outras constantes. Na prática, isso é pouco provável de ocorrer, e as mudanças em algumas das suposições podem ser correlacionadas.

Os métodos utilizados na elaboração da análise de sensibilidade não se alteraram em relação ao período anterior, sendo observadas as atualizações nos parâmetros de taxa de desconto.

		R\$ mil						
		30.06.2014	Tábua biométrica		Crescimento salarial		Taxa de juros	
			+1 idade	-1 idade	+0,25%	-0,25%	+0,25%	-0,25%
Plano 1 (Previ)	Valor presente da obrigação atuarial	122.205.220	120.116.991	124.262.352	122.345.325	122.066.470	119.900.555	124.605.919
	Superávit/(déficit) do plano	19.473.668	21.561.897	17.416.536	19.333.563	19.612.418	21.778.333	17.072.969
Plano Informal (Previ)	Valor presente da obrigação atuarial	1.022.885	987.804	1.063.230	--	--	1.010.715	1.035.381
	Superávit/(déficit) do plano	(1.022.885)	(987.804)	(1.063.230)	--	--	(1.010.715)	(1.035.381)
Plano de Associados (Cassi)	Valor presente da obrigação atuarial	5.790.463	5.659.066	5.920.015	5.791.574	5.789.382	5.665.061	5.921.068
	Superávit/(déficit) do plano	(5.790.463)	(5.659.066)	(5.920.015)	(5.791.574)	(5.789.382)	(5.665.061)	(5.921.068)
Regulamento Geral (Economus)	Valor presente da obrigação atuarial	4.896.693	4.805.091	4.985.530	--	--	4.764.925	5.018.758
	Superávit/(déficit) do plano	(880.754)	(789.146)	(969.585)	--	--	(748.980)	(1.002.814)
Regulamento Complementar 1 (Economus)	Valor presente da obrigação atuarial	32.111	33.383	30.870	--	--	31.056	33.218
	Superávit/(déficit) do plano	(3.808)	(5.081)	(2.567)	--	--	(2.753)	(4.915)
Plus I e II (Economus)	Valor presente da obrigação atuarial	330.653	319.475	341.702	--	--	324.495	337.040
	Superávit/(déficit) do plano	(330.653)	(319.475)	(341.702)	--	--	(324.495)	(337.040)
Grupo B' (Economus)	Valor presente da obrigação atuarial	130.075	127.128	132.943	--	--	127.534	132.708
	Superávit/(déficit) do plano	(130.075)	(127.128)	(132.943)	--	--	(127.534)	(132.708)
Prevmias (Economus)	Valor presente da obrigação atuarial	193.983	193.960	194.049	--	--	188.353	199.914
	Superávit/(déficit) do plano	60.369	60.392	60.303	--	--	65.999	54.438
Multifuturo I (Fusesc)	Valor presente da obrigação atuarial	76.792	76.010	77.546	--	--	74.913	78.845
	Superávit/(déficit) do plano	37.200	37.982	36.446	--	--	39.080	35.147
Plano I (Fusesc)	Valor presente da obrigação atuarial	540.256	538.465	542.090	540.262	540.250	529.991	550.106
	Superávit/(déficit) do plano	43.886	45.678	42.052	43.881	43.892	54.151	34.036
Plano BEP (Prevbep)	Valor presente da obrigação atuarial	43.557	42.912	44.183	43.790	43.315	42.634	44.520
	Superávit/(déficit) do plano	38.381	39.026	37.756	38.149	38.623	39.304	37.418

e) Resumo dos ativos/(passivos) atuariais registrados no Banco

	R\$ mil					
	Ativo Atuarial			Passivo Atuarial		
	30.06.2014	31.12.2013	30.06.2013	30.06.2014	31.12.2013	30.06.2013
Plano 1 (Previ)	9.736.834	15.448.946	6.430.333	--	--	--
Plano Informal (Previ)	--	--	--	(1.022.885)	(1.004.111)	(1.019.114)
Plano de Associados (Cassi)	--	--	--	(5.790.463)	(6.333.578)	(7.255.086)
Regulamento Geral (Economus)	--	--	--	(458.354)	(353.961)	(504.851)
Regulamento Complementar 1 (Economus)	--	--	--	(1.351)	(218)	(2.226)
Plus I e II (Economus)	--	--	--	(330.653)	(327.519)	(385.686)
Grupo B' (Economus)	--	--	--	(130.075)	(115.589)	(129.985)
Prevmais (Economus)	30.184	31.513	3.767	--	--	--
Multifuturo I (Fusesc)	18.601	22.870	22.217	--	--	--
Plano I (Fusesc)	21.943	19.436	18.200	--	--	--
Plano BEP (Prevbep)	19.191	21.453	20.142	--	--	--
Total	9.826.753	15.544.218	6.494.659	(7.733.781)	(8.134.976)	(9.296.948)

f) Destinações do Superávit – Plano 1

	R\$ mil		
	1º Semestre/2014	Exercício/2013	1º Semestre/2013
Fundo Paridade			
Saldo Inicial	172.124	740.643	740.643
Atualização	9.546	78.060	42.908
Contribuições ao Plano 1 - contrato 97	(60.552)	(603.066)	(32.494)
Contribuição amortizante antecipada Grupo Especial ⁽¹⁾	(4.552)	(43.513)	(2.812)
Saldo Final	116.566	172.124	748.245
Fundo de Destinação			
Saldo Inicial	--	2.373.525	2.373.525
Atualização	--	148.012	106.438
Valores transferidos para o Plano 1	--	(223.687)	(223.687)
Transferência para o Fundo de Utilização	--	(1.769.790)	(878.421)
Valores revertidos para o Plano 1 (Nota 27.f.2)	--	(528.060)	--
Saldo Final	--	--	1.377.855
Fundo de Contribuição			
Saldo Inicial	--	726.637	726.637
Atualização	--	55.745	37.118
Contribuições ao Plano 1	--	(491.231)	(227.181)
Valores revertidos para o Plano 1 (Nota 27.f.2)	--	(291.151)	--
Saldo Final	--	--	536.574
Fundo de Utilização			
Saldo Inicial	7.794.154	5.357.912	5.357.912
Valores transferidos do Fundo de Destinação	--	1.769.790	878.421
Contribuições ao Plano 1	(236.539)	--	--
Atualização	488.293	666.452	333.648
Saldo Final	8.045.908	7.794.154	6.569.981
Total dos fundos de destinação do superávit	8.162.474	7.966.278	9.232.655

(1) Refere-se à integralização de 100% das reservas matemáticas garantidoras dos complementos adicionais de aposentadoria do Grupo Especial.

f.1) Fundo Paridade

O custeio do plano era mantido, até 15.12.2000, com a contribuição de 2/3 (dois terços) pelo Banco e de 1/3 (um terço) pelos participantes. A partir de 16.12.2000, visando adequar às disposições da Emenda Constitucional n.º 20,

tanto o Banco quanto os participantes passaram a contribuir com 50% cada, sendo inclusive objeto de acordo posterior entre as partes envolvidas, com a devida homologação pela Secretaria de Previdência Complementar.

O custo da implementação da paridade contributiva foi coberto com a utilização do superávit existente no Plano na época. Como efeito desse acordo, coube ao Banco, ainda, reconhecer o valor histórico de R\$ 2.227.254 mil, os quais foram registrados em Fundos de Destinação Superávit - Previ. Esse ativo é corrigido mensalmente com base na meta atuarial (INPC + 5% a.a.), e vem sendo utilizado desde janeiro de 2007 para compensar eventual desequilíbrio financeiro na relação entre Reserva a Amortizar e Amortizante Antecipada decorrente do contrato estabelecido com a Previ em 1997, o qual garantiu benefícios complementares aos participantes do Plano 1 admitidos até 14.04.1967 e que não estavam aposentados até aquela data.

f.2) Fundos de Destinação e de Contribuição

Fundo de Destinação

Em 24.11.2010, o Banco assinou Memorando de Entendimentos com as entidades representativas de funcionários e aposentados, visando à destinação e utilização parcial do superávit do Plano, conforme determina a Lei Complementar n.º 109/2001 e Resolução CGPC n.º 26/2008.

Face a aprovação das medidas previstas no Memorando de Entendimentos pelo Conselho Deliberativo da Previ, o Banco registrou, em 30.11.2010, em Fundos de Destinação - Previ, o montante de R\$ 7.519.058 mil em contrapartida à baixa do valor na rubrica de Outros Créditos - Ativo Atuarial, sendo corrigido pela meta atuarial (INPC + 5% a.a.).

Fundo de Contribuição

O Fundo de Contribuição é constituído por recursos transferidos do Fundo de Destinação para fazer frente à suspensão da cobrança de contribuições pelo período de três exercícios, conforme estabelecido no Memorando de Entendimentos. Mensalmente, o valor relativo às contribuições do Banco é transferido para a titularidade da Previ. O Fundo de Contribuição é corrigido pela meta atuarial (INPC + 5% a.a.).

Reversão dos Fundos de Destinação e de Contribuição

Em dezembro de 2013, o excedente do superávit contabilizado em Reserva de Contingência ficou inferior a 25% das Reservas Matemáticas, exigindo a sua recomposição. Dessa forma, conforme previsto no artigo 18 da Resolução CGPC n.º 26/2008, a utilização da Reserva Especial do plano foi interrompida e os valores contabilizados nos Fundos de Destinação e de Contribuições dos participantes e do patrocinador foram revertidos à Reserva de Contingência.

f.3) Fundo de Utilização

O Fundo de Utilização, constituído por recursos transferidos do Fundo de Destinação, pode ser utilizado pelo Banco, como forma de reembolso ou como redução nas contribuições futuras, após cumpridas as exigências estabelecidas pela legislação aplicável. O Fundo de Utilização é corrigido pela meta atuarial (INPC + 5% a.a.).

28 – PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES, OBRIGAÇÕES LEGAIS – FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

Ativos Contingentes

Não são reconhecidos ativos contingentes nas demonstrações contábeis, conforme CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, aprovado pela Resolução CMN n.º 3.823/2009. Porém, existem processos no conglomerado Banco do Brasil cuja perspectiva de êxito é provável, esses não envolvem valores significativos.

Ações Trabalhistas

O Banco é parte passiva (réu) em processos judiciais trabalhistas movidos, na grande maioria, por ex-empregados ou sindicatos da categoria. As provisões de perdas prováveis representam vários pedidos reclamados, como: indenizações, horas extras, descaracterização de jornada de trabalho, adicional de função e representação e outros.

Ações Fiscais

O Banco, a despeito de seu perfil conservador, está sujeito – em fiscalizações realizadas pelas autoridades tributárias – a questionamentos com relação a tributos, que podem eventualmente gerar autuações, como por exemplo: composição da base de cálculo do IRPJ/CSLL (dedutibilidades); e discussão quanto à incidência de tributos, quando da ocorrência de determinados fatos econômicos. A maioria das ações oriundas das autuações versa sobre ISSQN, IRPJ, CSLL, PIS/Cofins, IOF e Contribuições Previdenciárias Patronais. Como garantia de algumas delas, quando necessário, existem penhoras em dinheiro, títulos públicos, ou imóveis, ou depósitos judiciais para suspensão da exigibilidade dos tributos em discussão.

Ações de Natureza Cível

Entre as ações judiciais de natureza cível, destacam-se as de cobrança de diferença de correção monetária de cadernetas de poupança e depósitos judiciais relativos ao período dos Planos Econômicos (Plano Bresser, Plano Verão e Planos Collor I e II).

Embora o Banco do Brasil tenha cumprido a legislação e regulamentação vigentes à época, os referidos processos vêm sendo provisionados, considerando as ações em que o Banco é citado e as correspondentes perspectivas de perdas, consideradas depois de analisada cada demanda, tendo em vista a jurisprudência atual do Superior Tribunal de Justiça - STJ.

Em relação a esses litígios, o Supremo Tribunal Federal - STF suspendeu o andamento dos processos que estavam na fase de conhecimento, até que haja pronunciamento definitivo daquela Corte quanto ao direito discutido.

a) Provisões para Demandas Trabalhistas, Fiscais e Cíveis - Prováveis

Em conformidade com o CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, aprovado pela Resolução CMN n.º 3.823/2009, o Banco constitui provisão para demandas trabalhistas, cíveis e fiscais com risco de perda “provável”.

Movimentações nas provisões para demandas trabalhistas, fiscais e cíveis, classificadas como prováveis

	R\$ mil	
	1º Semestre/2014	1º Semestre/2013
Demandas Trabalhistas		
Saldo Inicial	3.425.747	2.945.490
Constituição	699.303	699.614
Reversão da provisão	(975.071)	(93.025)
Baixa por pagamento	(377.032)	(349.977)
Atualização monetária	186.641	118.141
Saldo Final	2.959.588	3.320.243
Demandas Fiscais		
Saldo Inicial	2.016.385	2.020.124
Constituição	207.064	221.061
Reversão da provisão	(114.388)	(19.099)
Baixa por pagamento	(6.356)	(6.783)
Atualização monetária	57.139	32.878
Valores adicionados/incorporados	--	3.290
Saldo Final	2.159.844	2.251.471
Demandas Cíveis		
Saldo Inicial	4.811.852	4.208.172
Constituição	2.417.138	2.749.307
Reversão da provisão	(1.487.531)	(1.214.156)
Baixa por pagamento	(485.931)	(292.155)
Atualização monetária	121.888	67.570
Saldo Final	5.377.416	5.518.738
Total das Demandas Trabalhistas, Fiscais e Cíveis	10.496.848	11.090.452

b) Passivos Contingentes – Possíveis

As demandas trabalhistas, fiscais e cíveis classificadas com risco “possível” são dispensadas de constituição de provisão com base no CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, aprovado pela Resolução CMN n.º 3.823/2009.

Saldos dos passivos contingentes classificados como possíveis

	R\$ mil		
	30.06.2014	31.12.2013	30.06.2013
Demandas Trabalhistas	878.756	823.379	263.297
Demandas Fiscais (1)	10.651.074	8.860.255	7.822.611
Demandas Cíveis	4.030.466	4.445.562	4.325.953
Total	15.560.296	14.129.196	12.411.861

(1) As principais contingências têm origem em (i) autos de infração lavrados pelo INSS, visando o recolhimento de contribuições incidentes sobre abonos salariais pagos nos acordos coletivos do período de 1995 a 2006, no valor de R\$ 2.313.761 mil, verbas de transporte coletivo e utilização de veículo próprio por empregados do Banco do Brasil, no valor de R\$ 212.855 mil, e participações nos lucros e resultados de funcionários, correspondentes ao período de abril de 2001 a outubro de 2003, no valor de R\$ 63.552 mil e (ii) autos de infração lavrados pelas Fazendas Públicas dos Municípios visando a cobrança de ISSQN, no montante de R\$ 978.051 mil.

c) Depósitos em Garantia de Recursos**Saldos dos depósitos em garantia constituídos para as contingências**

	R\$ mil		
	30.06.2014	31.12.2013	30.06.2013
Demandas Trabalhistas	3.713.721	3.324.680	2.944.058
Demandas Fiscais	7.772.692	7.570.252	7.071.078
Demandas Cíveis	9.021.220	7.601.508	5.717.444
Total	20.507.633	18.496.440	15.732.580

d) Obrigações Legais

O Banco mantém registrado em Outras Obrigações - Fiscais e Previdenciárias o montante de R\$ 12.738.521 mil (R\$ 12.602.564 mil em 31.12.2013 e R\$ 14.028.539 mil em 30.06.2013) relativo à seguinte ação:

Ação Judicial: Imposto de Renda e Contribuição Social

Em 29.01.1998, o Banco impetrou o Mandado de Segurança nº 1999.34.00.002278-3, distribuído para a 16ª Vara Federal do Distrito Federal, pleiteando a compensação integral dos prejuízos fiscais acumulados de Imposto de Renda e das bases de cálculo negativas de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL). Desde então, o Banco passou a compensar integralmente prejuízos fiscais e bases negativas com o valor devido de Imposto de Renda e de Contribuição Social, realizando depósito integral do montante devido (70% do valor compensado), o que ensejou o despacho judicial, determinando a suspensão da exigibilidade dos referidos tributos, nos termos do artigo 151, inciso II, do Código Tributário Nacional (CTN). O mérito da causa foi julgado improcedente em 1ª Instância e o Recurso de Apelação interposto pelo Banco foi desprovido pelo Tribunal Regional Federal (TRF) da 1ª Região. A decisão foi impugnada mediante Recurso Extraordinário interposto pelo Banco, em 01.10.2002. Atualmente, o referido recurso do Banco encontra-se aguardando, no TRF da 1ª Região, o julgamento pelo STF, de outro recurso extraordinário (RE n.º 591.340), que teve reconhecida a repercussão geral por aquela Corte Suprema.

A compensação dos valores decorrentes de prejuízos fiscais e de CSLL a compensar tem como efeito a baixa de créditos tributários ativados, observada a limitação de 30%.

Os tributos diferidos (IRPJ e CSLL) sobre a atualização dos depósitos judiciais vêm sendo compensados com os créditos tributários decorrentes da provisão para perda da referida atualização, em conformidade com o art. 1º, inciso II, § 2º, da Resolução CMN n.º 3.059/2002, sem efeito no resultado.

Considerada a hipótese de êxito na ação judicial, verificou-se que, em setembro de 2005 e em janeiro de 2009, o Banco teria consumido todo o estoque de Prejuízos Fiscais e CSLL a Compensar, respectivamente. Assim, desde a competência outubro de 2005 e fevereiro de 2009, os valores do IRPJ e da CSLL estão sendo recolhidos integralmente. Além disso, ocorreria a transferência dos recursos da rubrica que registra os depósitos judiciais para a de disponibilidades. Os créditos tributários relativos aos depósitos judiciais (principal) seriam baixados contra o passivo de IRPJ e CSLL existente e seria revertida, contra o resultado, a provisão para riscos fiscais relativa à atualização dos depósitos, registrada no valor de R\$ 6.161.273 mil.

Por outro lado, considerada a hipótese de perda da ação (situação em que os valores depositados judicialmente seriam convertidos em renda a favor da Fazenda Nacional), são reclassificadas, para a rubrica representativa de ativo "IRPJ a compensar" e "CSLL a compensar", as parcelas de créditos tributários de IRPJ sobre prejuízos fiscais e CSLL a compensar, respectivamente, que poderiam ser utilizadas desde a competência outubro de 2005 e fevereiro de 2009, observada a limitação de 30%. Esses tributos a compensar, que decorreriam das retificações das Declarações de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica, correspondem a R\$ 5.358.505 mil, em 30.06.2014, e sua atualização pela Taxa Selic a R\$ 1.957.192 mil. Tal valor ajusta a provisão para riscos fiscais relativa à atualização dos depósitos judiciais, de forma que alcançaria o montante necessário para anular integralmente o risco inerente à hipótese de perda.

Valores relacionados à referida ação

	R\$ mil		
	30.06.2014	31.12.2013	30.06.2013
Depósitos Judiciais	14.990.610	14.606.013	14.257.375
Montante realizado (70%)	7.817.011	7.817.011	7.817.011
Atualização monetária	7.173.599	6.789.002	6.440.364
Obrigação Legal – Provisão para Processo Judicial	12.732.946	12.602.564	12.534.476
Prejuízos fiscais de IRPJ	3.002.033	3.002.033	3.002.033
Bases negativas de CSLL / CSLL a compensar	3.569.640	3.569.640	3.569.640
Provisão para atualização do depósito judicial	6.161.273	6.030.891	5.962.803

O Banco Votorantim possui obrigações legais relativas à PIS/Pasep e Cofins no montante de R\$ 5.575 mil em 30.06.2014 (R\$ 829.065 mil em 30.06.2013).

29 - GERENCIAMENTO DE RISCOS E DE CAPITAL

a) Processo de Gestão de Riscos

O Banco do Brasil considera o gerenciamento de riscos e de capital como um dos vetores principais para o processo de tomada de decisão.

No Banco, a gestão colegiada dos riscos é realizada de forma totalmente segregada das unidades de negócios. As políticas de gestão de riscos são aprovadas pelo Conselho de Administração. O Comitê de Risco Global (CRG), fórum composto pelo Presidente e Vice-Presidentes, é responsável pela implantação e acompanhamento dessas políticas. Já as diretrizes emanadas do CRG são conduzidas em subcomitês específicos (crédito, mercado e liquidez, e operacional), que são fóruns constituídos por Diretores.

Para conhecer mais sobre o processo de gestão de riscos no Banco do Brasil, acesse o [website bb.com.br/ri](http://website.bb.com.br/ri).

b) Risco de Crédito

Risco de Crédito está associado à possibilidade de perda resultante da incerteza quanto ao recebimento de valores pactuados com tomadores de empréstimos, contrapartes de contratos ou emissores de títulos.

Para se alinhar às melhores práticas de gestão do risco de crédito e aumentar a eficiência na gestão de seu capital econômico, o Banco utiliza métricas de risco e de retorno como instrumentos de disseminação da cultura na Instituição, presentes em todo o seu processo de crédito.

c) Risco de Liquidez

O risco de liquidez assume duas formas: risco de liquidez de mercado e risco de liquidez de fluxo de caixa (*funding*). O primeiro corresponde à possibilidade de perda decorrente da incapacidade de realizar uma transação em tempo razoável e sem perda significativa de valor. O segundo está associado à possibilidade de falta de recursos para honrar os compromissos assumidos em função do descasamento entre os ativos e passivos.

d) Risco Operacional

Risco operacional reflete a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. Esse conceito inclui o risco legal.

e) Risco de Mercado

Risco de Mercado reflete a possibilidade de perdas que podem ser ocasionadas por mudanças no comportamento das taxas de juros, do câmbio, dos preços das ações e dos preços de *commodities*.

Instrumentos Financeiros – Valor Justo

Instrumentos financeiros registrados em contas patrimoniais, comparadas ao valor justo:

	30.06.2014		31.12.2013		30.06.2013		Ganho/(Perda) não Realizado sem Efeitos Fiscais					
	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo	No Resultado			No Patrimônio Líquido		
							30.06.2014	31.12.2013	30.06.2013	30.06.2014	31.12.2013	30.06.2013
R\$ mil												
Ativos												
Aplicações interfinanceiras de liquidez	297.619.287	297.193.294	231.131.786	231.075.033	222.865.211	222.764.385	(425.993)	(56.753)	(100.826)	(425.993)	(56.753)	(100.826)
Títulos e valores mobiliários	206.965.513	208.113.167	200.418.074	201.306.389	190.049.159	190.171.016	198.730	95.314	(512.948)	1.147.654	888.315	121.857
Ajuste a mercado de títulos disponíveis para venda (Nota 8.a)	--	--	--	--	--	--	(948.924)	(793.001)	(634.805)	--	--	--
Ajuste a mercado de títulos mantidos até o vencimento (Nota 8.a)	--	--	--	--	--	--	1.147.654	888.315	121.857	1.147.654	888.315	121.857
Instrumentos financeiros derivativos	1.299.206	1.299.206	1.520.656	1.520.656	1.980.038	1.980.038	--	--	--	--	--	--
Operações de crédito	585.824.016	584.026.313	560.203.141	558.842.258	515.430.787	514.247.079	(1.797.703)	(1.360.883)	(1.183.708)	(1.797.703)	(1.360.883)	(1.183.708)
Passivos												
Depósitos interfinanceiros	28.842.030	29.060.902	27.155.259	27.232.091	19.914.763	19.959.178	(218.872)	(76.832)	(44.415)	(218.872)	(76.832)	(44.415)
Depósitos a prazo	235.203.184	235.543.001	247.311.253	247.321.974	257.212.501	257.257.164	(339.817)	(10.721)	(44.663)	(339.817)	(10.721)	(44.663)
Obrigações por operações compromissadas	289.099.406	288.151.262	239.464.578	238.883.272	238.019.970	237.358.713	948.144	581.306	661.257	948.144	581.306	661.257
Obrigações por empréstimos e repasses	111.665.930	111.819.585	104.444.653	104.454.456	85.396.208	85.434.396	(153.655)	(9.803)	(38.188)	(153.655)	(9.803)	(38.188)
Instrumentos financeiros derivativos	3.770.728	3.770.728	3.694.410	3.694.410	4.150.514	4.150.514	--	--	--	--	--	--
Outras obrigações	285.697.934	285.591.793	264.725.731	263.724.477	251.532.649	250.167.343	106.141	1.001.254	1.365.306	106.141	1.001.254	1.365.306
Ganho/(Perda) não Realizado(a) sem Efeitos Fiscais							(1.683.025)	162.882	101.815	(734.101)	955.883	736.620

Determinação do Valor Justo dos Instrumentos Financeiros

Aplicações Interfinanceiras de Liquidez: O valor justo foi obtido pelo desconto dos fluxos de caixa futuros, adotando as taxas de juros praticadas pelo mercado em operações semelhantes na data do balanço.

Títulos e Valores Mobiliários: Contabilizados pelo valor de mercado, em conformidade com o estabelecido pela Circular Bacen n.º 3.068/2001, excetuando-se desse critério os títulos mantidos até o vencimento. A apuração do valor justo dos títulos, inclusive dos títulos mantidos até o vencimento, deu-se com base nas taxas coletadas junto ao mercado.

Operações de Crédito: As operações remuneradas a taxas pré-fixadas de juros foram estimadas mediante o desconto dos fluxos futuros de caixa, adotando-se, para tanto, as taxas de juros utilizadas pelo Banco para contratação de operações semelhantes na data de balanço. Para as operações deste grupo, remuneradas a taxas pós-fixadas, foi considerado como valor justo o próprio valor contábil devido à equivalência entre os mesmos.

Depósitos Interfinanceiros: O valor justo foi calculado mediante o desconto da diferença entre os fluxos futuros de caixa e as taxas atualmente praticadas no mercado para operações pré-fixadas. No caso de operações pós-fixadas, cujos vencimentos não ultrapassavam 30 dias, o valor contábil foi considerado equivalente ao valor justo.

Depósitos a Prazo: Na apuração do valor justo foram utilizados os mesmos critérios adotados para os depósitos interfinanceiros.

Obrigações por Operações Compromissadas: Para as operações com taxas pré-fixadas, o valor justo foi apurado calculando o desconto dos fluxos de caixa estimados, adotando taxas de desconto equivalentes às taxas praticadas em contratações de operações similares na data do balanço. Para as operações pós-fixadas, os valores contábeis foram considerados equivalentes ao valor justo.

Obrigações por Empréstimos e Repasses: Tais operações são exclusivas do Banco, sem similares no mercado. Face às suas características específicas, taxas exclusivas para cada recurso ingressado e inexistência de mercado ativo e instrumento similar, o valor justo dessas operações foi considerado equivalente ao valor contábil.

Outras Obrigações: O valor justo foi apurado por meio do cálculo do fluxo de caixa descontado, considerando as taxas de juros oferecidas no mercado para obrigações cujos vencimentos, riscos e prazos são similares.

Derivativos: Os derivativos são contabilizados pelo valor de mercado, conforme a Circular Bacen n.º 3.082/2002. A apuração do valor de mercado dos derivativos foi estimada de acordo com modelo de precificação interno, observadas as taxas divulgadas para operações com prazo e indexadores similares no último dia de negociação do exercício.

Demais Instrumentos Financeiros: Constantes ou não do balanço patrimonial, o valor justo foi equivalente ao valor contábil.

Níveis de Informação Referentes a Ativos e Passivos Mensurados a Valor Justo no Balanço

Conforme os níveis de informação na mensuração ao valor justo, as técnicas de avaliação utilizadas pelo Banco são as seguintes:

Nível 1 – são usados preços cotados em mercados ativos para instrumentos financeiros idênticos. Um instrumento financeiro é considerado como cotado em um mercado ativo se os preços cotados estiverem pronta e regularmente disponíveis, e se esses preços representarem transações de mercado reais e que ocorrem regularmente numa base em que não exista relacionamento entre as partes.

Nível 2 – são usadas outras informações disponíveis, exceto aquelas do Nível 1, onde os preços são cotados em mercados não ativos ou para ativos e passivos similares, ou são usadas outras informações que estão disponíveis ou que podem ser corroboradas pelas informações observadas no mercado para suportar a avaliação dos ativos e passivos.

Nível 3 – são usadas informações na definição do valor justo que não estão disponíveis no mercado. Se o mercado para um instrumento financeiro não estiver ativo, o Banco estabelece o valor justo usando uma técnica de valorização que considera dados internos, mas que seja consistente com as metodologias econômicas aceitas para a precificação de instrumentos financeiros.

Ativos e Passivos Financeiros Mensurados a Valor Justo no Balanço

	R\$ mil			
	Saldo em 30.06.2014	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos	193.120.366	98.071.678	94.497.934	550.754
Títulos e valores mobiliários disponíveis para negociação, a valor de mercado	88.772.620	45.321.379	43.451.241	--
Instrumentos financeiros derivativos	1.299.206	--	1.299.206	--
Títulos e valores mobiliários disponíveis para venda, a valor de mercado	103.048.540	52.750.299	49.747.487	550.754
Passivos	7.227.927	--	7.227.927	--
Captação com <i>hedge</i>	3.457.199	--	3.457.199	--
Instrumentos financeiros derivativos	3.770.728	--	3.770.728	--

	R\$ mil			
	Saldo em 31.12.2013	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos	187.153.114	108.646.325	77.926.704	580.085
Títulos e valores mobiliários disponíveis para negociação, a valor de mercado	84.520.132	56.882.741	27.637.391	--
Instrumentos financeiros derivativos	1.520.656	--	1.520.656	--
Títulos e valores mobiliários disponíveis para venda, a valor de mercado	101.112.326	51.763.584	48.768.657	580.085
Passivos	7.413.952	--	7.413.952	--
Captação com <i>hedge</i>	3.719.542	--	3.719.542	--
Instrumentos financeiros derivativos	3.694.410	--	3.694.410	--

	R\$ mil			
	Saldo em 30.06.2013	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos	178.195.312	106.624.043	70.848.811	722.458
Títulos e valores mobiliários disponíveis para negociação, a valor de mercado	79.008.114	54.989.921	24.018.193	--
Instrumentos financeiros derivativos	1.980.038	--	1.979.368	670
Títulos e valores mobiliários disponíveis para venda, a valor de mercado	97.207.160	51.634.122	44.851.250	721.788
Passivos	8.788.710	--	8.788.710	--
Captação com <i>hedge</i>	4.638.196	--	4.638.196	--
Instrumentos financeiros derivativos	4.150.514	--	4.150.514	--

Movimentação dos ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo no balanço, classificados como nível 3

	R\$ mil				
	1º Semestre/2014				
	Saldo Inicial	Aquisições	Baixas	Resultado	Saldo Final
Ativos					
Títulos e valores mobiliários disponíveis para venda, a valor de mercado	580.085	541.546	(812.843)	241.966	550.754

	R\$ mil				
	1º Semestre/2013				
	Saldo Inicial	Aquisições	Baixas	Resultado	Saldo Final
Ativos					
Instrumentos financeiros derivativos	938	244	--	(512)	670
Títulos e valores mobiliários disponíveis para venda, a valor de mercado	800.437	--	(54.699)	(23.950)	721.788
Passivos					
Instrumentos financeiros derivativos	52	--	(6)	(46)	--

Análise de Sensibilidade (Instrução CVM n.º 475/2008)

Alinhado às melhores práticas de mercado, o Banco do Brasil gerencia seus riscos de forma dinâmica, buscando identificar, avaliar, monitorar e controlar as exposições aos riscos de mercado de suas posições próprias. Para isso, o Banco considera os limites de riscos estabelecidos pelos Comitês Estratégicos e possíveis cenários para atuar de forma tempestiva na reversão de eventuais resultados adversos.

O Banco do Brasil, em conformidade com a Resolução CMN n.º 3.464/2007 e com a Circular Bacen n.º 3.354/2007, e visando maior eficiência na gestão de suas operações expostas ao risco de mercado, segrega suas operações, inclusive instrumentos financeiros derivativos, da seguinte forma:

1) Carteira de Negociação (Trading Book): formada por todas as operações de posições próprias realizadas com intenção de negociação ou destinadas a *hedge* da carteira de negociação, para as quais haja a intenção de serem negociadas antes de seu prazo contratual, observadas as condições normais de mercado, e que não contenham cláusula de inegociabilidade.

2) Carteira de Não Negociação (Banking Book): formada por operações não classificadas na Carteira de Negociação, tendo como característica principal a intenção de manter tais operações até o seu vencimento.

A análise de sensibilidade para todas as operações ativas e passivas do Balanço Patrimonial, em atendimento à Instrução CVM n.º 475/2008, não reflete adequadamente a gestão dos riscos de mercado adotada pela Instituição, bem como não representa as práticas contábeis adotadas pelo Banco.

Para determinar a sensibilidade do capital das posições do Banco do Brasil, exceto as posições do Banco Votorantim, aos impactos de movimentos de mercado, foram realizadas simulações com três possíveis cenários, sendo dois deles com consequente resultado adverso para o Banco. Os cenários utilizados estão apresentados como segue:

Cenário I: Situação provável, a qual reflete a percepção da alta administração do Banco em relação ao cenário com maior probabilidade de ocorrência, para um horizonte de três meses, considerando fatores macroeconômicos e informações de mercado (BM&FBovespa, Anbima, etc.). Premissas utilizadas: taxa de câmbio reais/dólar de R\$ 2,25 e manutenção da taxa Selic em 11,00% ao ano, com base nas condições de mercado observadas em 30.06.2014.

Cenário II: Situação eventual. Premissas utilizadas: choque de 25% nas variáveis de risco, com base nas condições de mercado observadas em 30.06.2014, sendo consideradas as piores perdas resultantes por fator de risco e, consequentemente, não incorporando a dinâmica de relacionamento entre as variáveis macroeconômicas.

Cenário III: Situação eventual. Premissas utilizadas: choque de 50% nas variáveis de risco, com base nas condições de mercado observadas em 30.06.2014, sendo consideradas as piores perdas resultantes por fator de risco e, consequentemente, não incorporando a dinâmica de relacionamento entre as variáveis macroeconômicas.

No quadro abaixo, encontram-se sintetizados os resultados para a Carteira de Negociação (*Trading*), exceto as posições do Banco Votorantim, composta por títulos públicos e privados, instrumentos financeiros derivativos e recursos captados por meio de operações compromissadas:

R\$ mil

Fator de Risco	Conceito	Cenário I					
		30.06.2014		31.12.2013		30.06.2013	
		Variação de Taxas	Resultado	Variação de Taxas	Resultado	Variação de Taxas	Resultado
Taxa pré-fixada	Risco de variação das taxas pré-fixadas de juros	Manutenção	--	Aumento	(1.648)	Aumento	565
Cupons de TMS e CDI	Risco de variação de cupons de taxas de juros	Redução	6	Redução	14	Redução	48
Cupom de IPCA	Risco de variação de cupons de índices de preços	Manutenção	--	Aumento	(439)	Aumento	(928)
Taxas de câmbio	Risco de variação das taxas de câmbio	Aumento	3.197	Aumento	1.417	Redução	(3.892)

R\$ mil

Fator de Risco	Conceito	Cenário II					
		30.06.2014		31.12.2013		30.06.2013	
		Variação de Taxas	Resultado	Variação de Taxas	Resultado	Variação de Taxas	Resultado
Taxa pré-fixada	Risco de variação das taxas pré-fixadas de juros	Redução	(267)	Aumento	(9.821)	Redução	(1.689)
Cupons de TMS e CDI	Risco de variação de cupons de taxas de juros	Aumento	(5)	Aumento	(10)	Aumento	(11)
Cupom de IPCA	Risco de variação de cupons de índices de preços	Aumento	(1.094)	Aumento	(1.275)	Aumento	(1.159)
Taxas de câmbio	Risco de variação das taxas de câmbio	Redução	(37.056)	Redução	(47.685)	Redução	(60.551)

R\$ mil

Fator de Risco	Conceito	Cenário III					
		30.06.2014		31.12.2013		30.06.2013	
		Variação de Taxas	Resultado	Variação de Taxas	Resultado	Variação de Taxas	Resultado
Taxa pré-fixada	Risco de variação das taxas pré-fixadas de juros	Redução	(712)	Aumento	(19.070)	Redução	(3.579)
Cupons de TMS e CDI	Risco de variação de cupons de taxas de juros	Aumento	(11)	Aumento	(20)	Aumento	(23)
Cupom de IPCA	Risco de variação de cupons de índices de preços	Aumento	(2.131)	Aumento	(2.471)	Aumento	(2.255)
Taxas de câmbio	Risco de variação das taxas de câmbio	Redução	(74.113)	Redução	(95.369)	Redução	(121.102)

Para as operações classificadas na Carteira de Não Negociação, a valorização ou a desvalorização em decorrência de mudanças nas taxas de juros praticadas no mercado, não representam impacto financeiro e contábil significativo sobre o resultado do período. Isso porque esta carteira é composta, majoritariamente, por operações de crédito (créditos diretos ao consumidor, agronegócios, capital de giro, etc.), captações de varejo (depósitos à vista, a prazo e de poupança) e títulos e valores mobiliários, cujo registro contábil é realizado, principalmente, pelas taxas pactuadas na contratação das operações. Adicionalmente, destaca-se o fato dessa carteira apresentar como principal característica a intenção de manter as respectivas operações até o vencimento, com exceção dos títulos "disponíveis para venda", não sofrendo, portanto, os efeitos das oscilações em taxa de juros, ou pelo fato dessas operações estarem atreladas naturalmente a outros instrumentos (*hedge* natural), minimizando dessa forma os impactos em um cenário de estresse.

No quadro abaixo, encontram-se sintetizados os resultados para a Carteira de Negociação (*Trading*) e Não Negociação (*Banking*), das entidades financeiras e não financeiras ligadas ao Banco, exceto as posições do Banco Votorantim:

R\$ mil

Fator de Risco	Conceito	Cenário I					
		30.06.2014		31.12.2013		30.06.2013	
		Variação de Taxas	Resultado	Variação de Taxas	Resultado	Variação de Taxas	Resultado
Taxa pré-fixada	Risco de variação das taxas pré-fixadas de juros	Manutenção	--	Aumento	(1.804.295)	Aumento	(3.515.816)
Cupom de TR	Risco de variação de cupons de taxas de juros	Redução	(81.759)	Aumento	1.389.424	Aumento	3.148.930
Cupom de TBF		Redução	(2.783)	Redução	(3.530)	Aumento	76
Cupom de TJLP		Manutenção	--	Aumento	(955)	Aumento	845.028
Cupom de TMS e CDI		Redução	(24.136)	Redução	(69.107)	Redução	(34.406)
Cupom de IGP-M		Manutenção	--	Aumento	(62.716)	Aumento	(91.240)
Cupom de IGP-DI	Risco de variação de cupons de índices de preços	Manutenção	--	Aumento	(125)	Aumento	(280)
Cupom de INPC		Manutenção	--	Aumento	(60.044)	Aumento	(117.882)
Cupom de IPCA		Manutenção	--	Aumento	(307.121)	Aumento	(593.527)
Cupom de moedas estrangeiras	Risco de variação de cupons de moedas estrangeiras	Aumento	364.503	Aumento	528.880	Aumento	754.053
Taxa de câmbio	Risco de variação das taxas de câmbio	Aumento	53.356	Aumento	9.830	Redução	(24.107)

R\$ mil

Fator de Risco	Conceito	Cenário II					
		30.06.2014		31.12.2013		30.06.2013	
		Variação de Taxas	Resultado	Variação de Taxas	Resultado	Variação de Taxas	Resultado
Taxa pré-fixada	Risco de variação das taxas pré-fixadas de juros	Aumento	(12.690.225)	Aumento	(10.705.250)	Aumento	(9.234.342)
Cupom de TR	Risco de variação de cupons de taxas de juros	Redução	(7.649.535)	Redução	(7.581.031)	Redução	(8.086.863)
Cupom de TBF		Redução	(1.007)	Redução	(1.099)	Redução	(86)
Cupom de TJLP		Aumento	(16.602)	Aumento	(11.881)	Redução	(942.780)
Cupom de TMS e CDI		Redução	(18.296)	Redução	(53.034)	Redução	(17.765)
Cupom de IGP-M		Aumento	(71.131)	Aumento	(187.327)	Aumento	(106.873)
Cupom de IGP-DI	Risco de variação de cupons de índices de preços	Aumento	(329)	Aumento	(245)	Aumento	(234)
Cupom de INPC		Aumento	(148.649)	Aumento	(165.878)	Aumento	(134.587)
Cupom de IPCA		Aumento	(757.841)	Aumento	(906.550)	Aumento	(771.710)
Cupom de moedas estrangeiras	Risco de variação de cupons de moedas estrangeiras	Redução	(378.624)	Redução	(651.673)	Redução	(786.375)
Taxa de câmbio	Risco de variação das taxas de câmbio	Redução	(618.507)	Redução	(330.849)	Redução	(375.073)

		R\$ mil					
Fator de Risco	Conceito	Cenário III					
		30.06.2014		31.12.2013		30.06.2013	
		Variação de Taxas	Resultado	Variação de Taxas	Resultado	Variação de Taxas	Resultado
Taxa pré-fixada	Risco de variação das taxas pré-fixadas de juros	Aumento	(23.846.232)	Aumento	(20.156.817)	Aumento	(17.521.410)
Cupom de TR		Redução	(15.775.413)	Redução	(15.642.186)	Redução	(16.764.427)
Cupom de TBF		Redução	(2.018)	Redução	(2.202)	Redução	(173)
Cupom de TJLP	Risco de variação de cupons de taxas de juros	Aumento	(34.885)	Aumento	(24.484)	Redução	(1.933.201)
Cupom de TMS e CDI		Redução	(36.570)	Redução	(106.112)	Redução	(35.513)
Cupom de IGP-M		Aumento	(146.058)	Aumento	(357.047)	Aumento	(214.761)
Cupom de IGP-DI	Risco de variação de cupons de índices de preços	Aumento	(657)	Aumento	(489)	Aumento	(466)
Cupom de INPC		Aumento	(291.865)	Aumento	(325.466)	Aumento	(265.111)
Cupom de IPCA		Aumento	(1.423.497)	Aumento	(1.628.208)	Aumento	(1.393.296)
Cupom de moedas estrangeiras	Risco de variação de cupons de moedas estrangeiras	Redução	(772.453)	Redução	(1.333.978)	Redução	(1.599.163)
Taxa de câmbio	Risco de variação das taxas de câmbio	Redução	(1.237.013)	Redução	(661.698)	Redução	(750.147)

Os cenários utilizados para elaboração do quadro de análise de sensibilidade devem, necessariamente, utilizar situações de deterioração de, pelo menos, 25% e 50% por variável de risco vista isoladamente, conforme determina a Instrução CVM n.º 475/2008. Logo, a análise conjunta dos resultados fica prejudicada. Por exemplo, choques simultâneos de aumento na taxa prefixada de juros e redução no cupom de TR não são consistentes do ponto de vista macroeconômico.

Especificamente com relação às operações de derivativos existentes na Carteira de Não Negociação, as mesmas não representam risco de mercado relevante para o Banco do Brasil, haja vista que essas posições são originadas, principalmente, para atender às seguintes situações:

- Troca de indexador de remuneração de captações e aplicações de recursos realizadas para atender às necessidades dos clientes;
- *Hedge* de risco de mercado, cujo objeto e sua efetividade estão descritos na Nota 8.d. Também nessa operação, a variação na taxa de juros e na taxa de câmbio não produz efeito no resultado do Banco.

Em 30.06.2014, o Banco do Brasil não possuía qualquer operação classificada como derivativo exótico, conforme descrito na Instrução CVM n.º 475/2008, anexo II.

Participação no Banco Votorantim

Foram realizadas simulações, com três possíveis cenários, sendo dois deles com consequente resultado adverso:

Cenário I: Situação provável, a qual reflete a percepção da alta administração do Banco Votorantim em relação ao cenário com maior probabilidade de ocorrência. Premissas utilizadas: choque de 1,0% na taxa de câmbio reais/dólar, observada em 30.06.2014, e choque paralelo de 0,10% na curva pré-fixada de juros.

Cenário II: Premissas utilizadas: choque paralelo de 25% nas variáveis de risco, com base nas condições de mercado observadas em 30.06.2014, sendo consideradas as piores perdas resultantes por fator de risco e, consequentemente, não incorporando a dinâmica de relacionamento entre as variáveis macroeconômicas.

Cenário III: Premissas utilizadas: choque paralelo de 50% nas variáveis de risco, com base nas condições de mercado observadas em 30.06.2014, sendo consideradas as piores perdas resultantes por fator de risco e, consequentemente, não incorporando a dinâmica de relacionamento entre as variáveis macroeconômicas.

Nos quadros a seguir, encontram-se os resultados da Carteira de Negociação das posições do Banco relativas à sua participação no Banco Votorantim:

R\$ mil

Fator de Risco	Conceito	Cenário I					
		30.06.2014		31.12.2013		30.06.2013	
		Variação de Taxas	Resultado	Variação de Taxas	Resultado	Variação de Taxas	Resultado
Taxa pré-fixada	Risco de variação das taxas pré-fixadas de juros	Aumento	(49)	Aumento	(521)	Aumento	(134)
Cupons de moedas estrangeiras	Risco de variação de cupom cambial	Aumento	(797)	Aumento	(922)	Aumento	(892)
Variação cambial	Risco de variação das taxas de câmbio	Aumento	(1.766)	Aumento	(1.746)	Aumento	(1.971)
Índices de preços	Risco de variação de cupons de índices de preços	Aumento	(383)	Aumento	21	Aumento	(294)
Outros	Risco de variação dos demais cupons	Aumento	(47)	Aumento	(25)	Aumento	(436)

R\$ mil

Fator de Risco	Conceito	Cenário II					
		30.06.2014		31.12.2013		30.06.2013	
		Variação de Taxas	Resultado	Variação de Taxas	Resultado	Variação de Taxas	Resultado
Taxa pré-fixada	Risco de variação das taxas pré-fixadas de juros	Aumento	(224)	Aumento	(13.119)	Aumento	(3.073)
Cupons de moedas estrangeiras	Risco de variação de cupom cambial	Aumento	(2.621)	Aumento	(3.066)	Aumento	(2.605)
Variação cambial	Risco de variação das taxas de câmbio	Aumento	(68.318)	Aumento	(67.859)	Aumento	(41.058)
Índices de preços	Risco de variação de cupons de índices de preços	Aumento	(4.124)	Redução	(237)	Aumento	(2.686)
Outros	Risco de variação dos demais cupons	Redução	(22.194)	Aumento	(4.712)	Aumento	(3.245)

R\$ mil

Fator de Risco	Conceito	Cenário III					
		30.06.2014		31.12.2013		30.06.2013	
		Variação de Taxas	Resultado	Variação de Taxas	Resultado	Variação de Taxas	Resultado
Taxa pré-fixada	Risco de variação das taxas pré-fixadas de juros	Aumento	--	Aumento	(25.049)	Aumento	(6.016)
Cupons de moedas estrangeiras	Risco de variação de cupom cambial	Aumento	(5.048)	Aumento	(5.934)	Aumento	(5.065)
Variação cambial	Risco de variação das taxas de câmbio	Redução	(126.700)	Aumento	(137.777)	Aumento	(73.224)
Índices de preços	Risco de variação de cupons de índices de preços	Aumento	(8.023)	Redução	(488)	Aumento	(5.326)
Outros	Risco de variação dos demais cupons	Redução	(110.551)	Aumento	--	Aumento	(9.658)

Nos quadros a seguir, encontram-se os resultados das Carteiras de Negociação e de Não Negociação, das posições do Banco relativas à sua participação no Banco Votorantim:

R\$ mil

Fator de Risco	Conceito	Cenário I					
		30.06.2014		31.12.2013		30.06.2013	
		Variação de Taxas	Resultado	Variação de Taxas	Resultado	Variação de Taxas	Resultado
Taxa pré-fixada	Risco de variação das taxas pré-fixadas de juros	Aumento	(10.329)	Aumento	(14.223)	Aumento	(15.433)
Cupons de moedas estrangeiras	Risco de variação de cupom cambial	Aumento	(2.354)	Aumento	(2.764)	Aumento	(1.651)
Varição cambial	Risco de variação das taxas de câmbio	Aumento	(249)	Aumento	(3.761)	Aumento	994
TJLP	Risco de variação de cupom de TJLP	Aumento	587	Aumento	332	Aumento	783
TR/TBF	Risco de variação de cupom de TR e TBF	Aumento	100	Aumento	132	Aumento	171
Índices de preços	Risco de variação de cupons de índices de preços	Aumento	152	Aumento	(169)	Aumento	(443)
Outros	Risco de variação dos demais cupons	Aumento	(93)	--	--	--	--

R\$ mil

Fator de Risco	Conceito	Cenário II					
		30.06.2014		31.12.2013		30.06.2013	
		Variação de Taxas	Resultado	Variação de Taxas	Resultado	Variação de Taxas	Resultado
Taxa pré-fixada	Risco de variação das taxas pré-fixadas de juros	Aumento	(277.440)	Aumento	(361.639)	Aumento	(349.511)
Cupons de moedas estrangeiras	Risco de variação de cupom cambial	Aumento	(5.384)	Aumento	(7.833)	Aumento	(5.514)
Varição cambial	Risco de variação das taxas de câmbio	Redução	(71.489)	Aumento	(101.702)	Redução	(1.675)
TJLP	Risco de variação de cupom de TJLP	Redução	(6.920)	Redução	(3.494)	Redução	(6.012)
TR/TBF	Risco de variação de cupom de TR e TBF	Redução	(191)	Redução	(186)	Redução	(5)
Índices de preços	Risco de variação de cupons de índices de preços	Redução	(1.937)	Aumento	(1.406)	Aumento	(4.024)
Outros	Risco de variação dos demais cupons	Redução	(44.387)	--	--	--	--

R\$ mil

Fator de Risco	Conceito	Cenário III					
		30.06.2014		31.12.2013		30.06.2013	
		Variação de Taxas	Resultado	Variação de Taxas	Resultado	Variação de Taxas	Resultado
Taxa pré-fixada	Risco de variação das taxas pré-fixadas de juros	Aumento	(547.074)	Aumento	(696.413)	Aumento	(674.267)
Cupons de moedas estrangeiras	Risco de variação de cupom cambial	Aumento	(10.505)	Aumento	(15.389)	Aumento	(10.758)
Varição cambial	Risco de variação das taxas de câmbio	Redução	(268.445)	Aumento	(185.898)	Redução	--
TJLP	Risco de variação de cupom de TJLP	Redução	(14.266)	Redução	(6.979)	Redução	(12.265)
TR/TBF	Risco de variação de cupom de TR e TBF	Redução	(380)	Redução	(372)	Redução	(9)
Índices de preços	Risco de variação de cupons de índices de preços	Redução	(4.292)	Aumento	(2.788)	Aumento	(7.991)
Outros	Risco de variação dos demais cupons	Redução	(221.102)	--	--	--	--

f) Gerenciamento de Capital

Em 30.06.2011, em linha com o Pilar II de Basileia, o Banco Central do Brasil (Bacen) divulgou a Resolução CMN n.º 3.988, que estabeleceu a necessidade de implementação de estrutura de gerenciamento de capital para as instituições financeiras. Em cumprimento à Resolução, o Banco do Brasil definiu como parte dessa estrutura a Unidade Contadoria e as Diretorias de Gestão de Riscos, de Controladoria e de Finanças. Também, em consonância com a Resolução, o Conselho de Administração indicou o Diretor de Controladoria como responsável pela Gestão de Capital junto ao Bacen.

O Banco do Brasil possui mecanismos que possibilitam a identificação e avaliação dos riscos relevantes incorridos, inclusive aqueles não cobertos pelo Patrimônio de Referência Mínimo Requerido (PRMR) relacionado aos riscos do

Pilar I. As políticas e estratégias, bem como o plano de capital, possibilitam a manutenção do capital em níveis compatíveis com os riscos incorridos pela instituição. Os testes de estresse são realizados periodicamente e seus impactos são avaliados sob a ótica de capital. Os relatórios gerenciais de adequação de capital são reportados para as áreas e para os comitês estratégicos intervenientes, constituindo-se em subsídio para o processo de tomada de decisão pela Alta Administração do Banco.

A Resolução CMN n.º 3.988/2011 ainda instituiu a necessidade de Processo Interno de Avaliação da Adequação de Capital (ICAAP), implementado no Banco do Brasil em 30.06.2013. No Banco, a responsabilidade pela coordenação do ICAAP foi atribuída à Diretoria de Gestão de Riscos. Por sua vez, a Diretoria de Controles Internos, área independente e segregada da estrutura de gerenciamento de capital, é a responsável institucional pela validação do ICAAP. Por fim, a Auditoria Interna detém a responsabilidade institucional por avaliar anualmente o processo de gerenciamento de capital.

Para conhecer mais sobre a gestão do capital no Banco do Brasil, acesse o website bb.com.br/ri.

Índice de Basileia

O Índice de Basileia foi apurado segundo os critérios estabelecidos pelas Resoluções CMN n.º 4.192/2013 e n.º 4.193/2013, que tratam do cálculo do Patrimônio de Referência (PR) e do Patrimônio de Referência Mínimo Requerido (PRMR) em relação aos Ativos Ponderados pelo Risco (RWA), respectivamente, considerando o Banco Votorantim pelo Método de Equivalência Patrimonial (MEP), conforme determinação do Bacen.

Destaca-se que a partir de outubro de 2013 passou a vigorar o conjunto normativo que implementou no Brasil as recomendações do Comitê de Supervisão Bancária de Basileia relativas à estrutura de capital de instituições financeiras, conhecidas por Basileia III. As novas normas adotadas tratam dos seguintes assuntos:

I – nova metodologia de apuração do capital regulamentar, que continua a ser dividido nos Níveis I e II, sendo o Nível I composto pelo Capital Principal (deduzido de Ajustes Prudenciais) e Capital Complementar;

II – nova metodologia de apuração da exigência de manutenção de capital, adotando requerimentos mínimos de PR, de Nível I e de Capital Principal, e introdução do Adicional de Capital Principal.

A partir de janeiro de 2014, os seguintes itens referentes aos ajustes prudenciais passaram a ser deduzidos do Patrimônio de Referência:

- ágios pagos na aquisição de investimentos com fundamento em expectativa de rentabilidade futura;
- ativos intangíveis constituídos a partir de outubro de 2013;
- ativos atuariais relacionados a fundos de pensão de benefício definido líquidos de passivos fiscais diferidos a eles associados;
- participação de não controladores;
- investimentos, diretos ou indiretos, superiores a 10% do capital social de entidades assemelhadas a instituições financeiras, não consolidadas, e de sociedades seguradoras, resseguradoras, sociedades de capitalização e entidades abertas de previdência complementar (investimentos superiores);
- créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias que dependam de geração de lucros ou receitas tributárias futuras para sua realização;
- créditos tributários de prejuízo fiscal de superveniência de depreciação;
- créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais e de base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido.

De acordo com a Resolução CMN n.º 4.192/2013, as deduções referentes aos ajustes prudenciais serão efetuadas de forma gradativa, em 20% ao ano, de 2014 a 2018, com exceção dos ativos diferidos e instrumentos de captação emitidos por instituições financeiras, os quais já estão sendo deduzidos na sua integralidade, desde outubro de 2013.

O escopo de consolidação utilizado como base para a verificação dos limites operacionais também foi alterado, passando a considerar apenas o Conglomerado Financeiro, de 01.10.2013 até 31.12.2014, e o Conglomerado Prudencial, definido na Resolução CMN n.º 4.280/2013, a partir de 01.01.2015.

Todas as citações ao PR e ao Patrimônio de Referência Exigido (PRE), em datas anteriores a 01.10.2013, referem-se à metodologia de Basileia II e foram apurados segundo os critérios estabelecidos pelas Resoluções CMN n.º 3.444/2007 e n.º 3.490/2007, respectivamente.

	R\$ mil			
	30.06.2014	31.12.2013	30.06.2013	
	Financeiro	Financeiro	Financeiro	Econômico-Financeiro
PR – Patrimônio de Referência	118.042.870	118.234.351	116.351.017	117.975.571
Nível I	84.276.305	85.500.897	74.607.192	76.417.089
Capital Principal (CP) ⁽¹⁾	62.049.999	67.055.163	63.416.113	64.954.526
Patrimônio líquido	70.043.646	70.537.211	63.182.901	64.721.314
Ajustes prudenciais ⁽¹⁾	(7.993.647)	(3.482.048)	--	--
Reservas de reavaliação ⁽²⁾	--	--	(4.605)	(4.605)
Ativo permanente diferido ⁽²⁾	--	--	(95.241)	(95.241)
Ajustes ao valor de mercado ⁽²⁾	--	--	333.058	333.058
Capital Complementar ⁽¹⁾	22.226.306	18.445.734	11.191.079	11.462.563
IHCD autorizados em conformidade com a Resolução CMN n.º 4.192/2013	13.376.542	8.489.750	--	--
IHCD autorizados segundo normas anteriores à Resolução CMN n.º 4.192/2013 ^{(3) (4)}	8.849.764	9.955.984	11.191.079	11.462.563
Nível II	33.766.565	32.733.454	45.125.190	45.743.633
Dívidas Subordinadas Elegíveis a Capital	33.772.649	32.747.645	38.193.524	38.193.524
Dívidas Subordinadas autorizadas em conformidade com a Resolução CMN n.º 4.192/2013 – Letras Financeiras	1.716.498	--	--	--
Dívidas Subordinadas autorizadas segundo normas anteriores à Resolução CMN n.º 4.192/2013	32.056.151	32.747.645	38.193.524	38.193.524
Recursos captados do FCO ⁽⁵⁾	19.614.708	18.529.802	17.635.766	17.635.766
Recursos captados no exterior ⁽⁶⁾	6.341.472	5.400.925	6.506.572	6.506.572
Recursos captados com CDB ⁽⁶⁾	311.678	1.453.889	1.261.564	1.261.564
Recursos captados com Letras Financeiras ⁽⁶⁾	5.788.293	7.363.029	12.789.622	12.789.622
Excesso de Instrumentos de Dívidas Subordinadas ^{(2) (7)}	--	--	(889.927)	--
Dedução do Nível II ⁽¹⁾	(6.084)	(14.191)	--	--
Instrumentos de captação emitidos por instituição financeira	(6.084)	(14.191)	--	--
Ajustes ao valor de mercado ⁽²⁾	--	--	(333.058)	(333.058)
Instrumentos híbridos de capital e dívida ^{(2) (3)}	--	--	8.150.046	7.878.562
Reservas de reavaliação ⁽²⁾	--	--	4.605	4.605
Deduções do PR ⁽²⁾	--	--	(3.381.365)	(4.185.151)
Instrumentos financeiros excluídos do PR	--	--	(3.381.365)	(4.185.151)
Ativos Ponderados pelo Risco (RWA) ⁽⁸⁾	831.585.917	813.623.083	730.755.271	740.693.912
Risco de Crédito (RWA _{CPAD})	782.472.612	761.431.384	695.439.137	703.078.292
Risco de Mercado (RWA _{MPAD})	12.534.491	15.239.976	1.879.909	1.879.909
Risco Operacional (RWA _{OPAD}) ⁽⁹⁾	36.578.814	36.951.723	33.436.225	35.735.711
Patrimônio de Referência Mínimo Requerido (PRMR) ⁽¹⁰⁾	91.474.451	89.498.539	80.383.080	81.476.330
Margem sobre o Patrimônio de Referência Mínimo Requerido (PR-PRMR)	26.568.419	28.735.812	35.967.937	36.499.241
Índice de Capital Nível I (Nível I / RWA)	10,13%	10,51%	10,21%	10,32%
Índice de Capital Principal (CP / RWA) ⁽¹⁾	7,46%	8,24%	8,68%	8,77%
Índice de Basileia (PR / RWA)	14,19%	14,53%	15,92%	15,93%

(1) Metodologia utilizada a partir de 01.10.2013, conforme Resolução CMN n.º 4.192/2013.

(2) Metodologia utilizada até 30.09.2013, conforme Resolução CMN n.º 3.444/2007.

(3) Conforme Resolução CMN n.º 3.444/2007, os Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida – IHCD autorizados pelo Bacen a compor o Nível I do PR estão limitados a 15% do total do Nível I, incluído o próprio valor do IHCD. Os IHCD que venham ultrapassar esse limite são adicionados ao Nível II do PR.

(4) Os Instrumentos autorizados pelo Bacen a compor o PR conforme Resolução CMN n.º 3.444/2007 e que não se enquadram nos requisitos exigidos pela Resolução CMN n.º 4.192/2013 sofrerão decaimento de 10% ao ano, de 2013 a 2022, sobre os valores que compunham o PR em 31.12.2012.

(5) De acordo com a Resolução CMN n.º 4.192/2013, os saldos do FCO são elegíveis a compor o PR.

(6) Para 30.06.2014, considerou-se o saldo corrente dos instrumentos de Dívida Subordinada, aplicando-se sobre ele o redutor por decurso de prazo de vencimento, conforme determina a Resolução CMN n.º 4.192/2013.

(7) Os Instrumentos de Dívidas Subordinadas autorizados a compor o Nível II do PR, são limitados a 50% do PR Nível I, conforme Resolução CMN n.º 3.444/2007. O valor que exceder a esse limite deverá ser excluído do Nível II do PR.

(8) Conforme Resolução CMN n.º 4.193/2013, para períodos anteriores a 01.10.2013, os valores foram obtidos a partir do Patrimônio de Referência Exigido, segundo os critérios da Resolução CMN n.º 3.490/2007, o qual foi convertido em RWA.

(9) Conforme alteração promovida pela Circular Bacen n.º 3.640/2013, com redação dada pela Circular Bacen n.º 3.675/2013, que substituiu a Circular Bacen n.º 3.383/2008, a partir de 01.10.2013 o valor do capital para o risco operacional (RWA_{OPAD}) não contempla o adicional de capital para o consolidado econômico-financeiro (Acontf).

(10) Em conformidade com a Resolução CMN n.º 4.193/2013, corresponde à aplicação do fator "F" ao montante de RWA, sendo "F" igual a: 11% do RWA, de 01.10.2013 a 31.12.2015; 9,875% do RWA, de 01.01.2016 a 31.12.2016; 9,25% do RWA, de 01.01.2017 a 31.12.2017; 8,625% do RWA, de 01.01.2018 a 31.12.2018 e 8% do RWA, a partir de 01.01.2019. Para períodos anteriores a 01.10.2013, os valores referem-se ao Patrimônio de Referência Exigido e foram apurados segundo os critérios estabelecidos pela Resolução CMN n.º 3.490/2007.

Ajustes Prudenciais deduzidos do Patrimônio de Referência (metodologia utilizada a partir de outubro de 2013):

	R\$ mil	
	30.06.2014	31.12.2013
	Financeiro	Financeiro
Instrumentos de captação emitidos por instituições financeiras	(3.706.985)	(3.433.968)
Ativos atuariais relacionados a fundos de pensão de benefício definido líquidos de passivos fiscais diferidos a eles associados ⁽¹⁾	(1.578.241)	--
Ágios pagos na aquisição de investimentos com fundamento em expectativa de rentabilidade futura ⁽²⁾	(800.288)	--
Ativos intangíveis constituídos a partir de outubro de 2013	(734.037)	--
Investimentos superiores e créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias que dependam da geração de lucros (excesso dos 15%)	(591.384)	--
Créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais e de base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido	(257.610)	--
Créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias que dependam da geração de lucros (excesso dos 10%)	(123.951)	--
Participação de não Controladores	(120.245)	--
Créditos tributários decorrentes de prejuízo fiscal de superveniência de depreciação	(41.736)	--
Ativos diferidos	(39.170)	(48.080)
Total	(7.993.647)	(3.482.048)

(1) Vide notas explicativas 27.e – Benefícios a Empregados e 25.d - Tributos.

(2) O valor base para o cálculo dos ágios baseados em expectativa de rentabilidade futura é composto por: R\$ 931.371 mil no investimento e R\$ 3.070.067 mil no intangível (notas 14 - Investimentos e 16 - Intangível). No intangível, refere-se ao ágio pago pela aquisição do Banco Nossa Caixa, incorporado em novembro/2009.

g) Índice de Imobilização

O Índice de Imobilização em relação ao PR em 30.06.2014 é de 22,55%, exigido para o Consolidado Financeiro (23,47% em 31.12.2013), conforme Resolução CMN n.º 4.192/2013 e foi apurado em conformidade com a Resolução CMN n.º 2.669/1999.

Em 30.06.2013 o Índice de Imobilização atingiu 22,79% para o Consolidado Financeiro e 18,77% para o Consolidado Econômico-Financeiro, em conformidade com a Resolução CMN n.º 2.669/1999. A diferença entre o Índice de Imobilização do Consolidado Financeiro e do Econômico-Financeiro decorre da inclusão de empresas controladas/coligadas não financeiras que dispõem de elevada liquidez e baixo nível de imobilização, com consequente redução do Índice de Imobilização do Consolidado Econômico-Financeiro.

30 – DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

	R\$ mil	
	1º Semestre/2014	1º Semestre/2013
Lucro Líquido Apresentado na Demonstração do Resultado	5.506.174	10.028.794
Outros Lucros / (Prejuízos) Abrangentes		
Ajustes de Avaliação Patrimonial (Nota 24.h)	(6.383.997)	(7.281.345)
Banco do Brasil	(6.527.326)	(6.598.020)
Subsidiárias no exterior	5.298	(16.283)
Coligadas e controladas	138.031	(667.042)
IR e CSLL Relacionados aos (Ganhos)/Perdas não Realizados (Nota 24.h)	2.848.858	2.718.257
Outros Lucros / (Prejuízos) Abrangentes líquidos de IR e CSLL	(3.535.139)	(4.563.088)
Lucro Abrangente	1.971.035	5.465.706
Lucro Abrangente das Participações dos não Controladores	647.946	256.893

31 – OUTRAS INFORMAÇÕES

a) Distribuição de Dividendos e Juros sobre Capital Próprio

O Conselho de Administração, em reunião realizada em 12.02.2014, aprovou a fixação, para o exercício de 2014, do índice de distribuição do resultado (payout) equivalente ao percentual mínimo de 40% do lucro líquido, cumprindo-se a política de pagamento de dividendos e/ou juros sobre capital próprio em periodicidade trimestral, conforme artigo n.º 45 do Estatuto Social do Banco.

b) Banco Postal

Desde 01.01.2012, o Banco tem acesso à rede de distribuição dos Correios, com cerca de 6,3 mil pontos presentes em 95% dos municípios brasileiros. Por meio desse investimento, o Banco do Brasil antecipou a execução de plano estratégico de estender seus pontos de atendimento para todos os municípios brasileiros.

Em 22.11.2013, o Banco assinou Memorando de Entendimentos não vinculante com a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT), com a finalidade de avaliar a viabilidade de estabelecer parceria estratégica relativa ao Banco Postal.

Em 27.02.2014, dando continuidade aos estudos relativos ao Banco Postal, o Banco firmou com a ECT “Acordo de Condições Gerais de Associação” (Acordo). Em 05.03.2014, o acordo foi submetido ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE).

Em 06.05.2014, o CADE publicou, no Diário Oficial da União, a Ata da 42ª Sessão Ordinária de Julgamento, com a decisão final que aprovou a operação, sem restrições.

O acordo permitirá ampliar o portfólio de produtos e serviços ofertados na rede de atendimento dos Correios.

A parceria poderá se concretizar mediante a constituição de sociedade de participações e de instituição financeira, cujo principal objetivo será incrementar o modelo hoje estabelecido entre as empresas para aproximá-los dos modelos internacionais de bancos postais.

A constituição dessa sociedade está condicionada à aprovação pelos respectivos órgãos reguladores, supervisores e fiscalizadores, conforme a legislação aplicável.

c) Administração de Fundos de Investimentos

Posição dos fundos de investimentos administrados pela BB Gestão de Recursos - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

	Número de Fundos/Carteiras			Saldo (R\$ mil)		
	30.06.2014	31.12.2013	30.06.2013	30.06.2014	31.12.2013	30.06.2013
Patrimônio Administrado	591	565	566	536.236.195	493.746.010	483.749.970
Fundos de investimentos	584	557	558	524.609.684	475.026.980	465.890.650
Carteiras administradas	7	8	8	11.626.511	18.719.030	17.859.320

d) Informações de Filiais, Subsidiárias e Controladas no Exterior

	R\$ mil		
	30.06.2014	31.12.2013	30.06.2013
Ativo			
Grupo BB	44.913.255	42.311.768	43.841.148
Terceiros	103.967.391	104.993.920	89.280.916
Total do Ativo	148.880.646	147.305.688	133.122.064
Passivo			
Grupo BB	14.488.429	17.073.866	20.843.326
Terceiros	126.020.676	122.013.798	104.840.904
Patrimônio Líquido	8.371.541	8.218.024	7.437.834
Atribuível à controladora	7.770.342	7.540.569	6.782.677
Participação dos não controladores	601.199	677.455	655.157
Total do Passivo	148.880.646	147.305.688	133.122.064
	1º Semestre/2014	Exercício/2013	1º Semestre/2013
Lucro	768.254	1.394.930	583.645
Atribuível à controladora	627.404	1.202.654	496.099
Participações dos não controladores	140.850	192.276	87.546

e) Recursos de Consórcios

	R\$ mil		
	30.06.2014	31.12.2013	30.06.2013
Previsão mensal de recursos a receber de consorciados	165.335	160.351	155.995
Obrigações do grupo por contribuições	7.062.292	7.357.910	7.754.099
Consoiciados – bens a contemplar	6.324.399	6.718.088	7.154.645
(Em unidades)			
Quantidade de grupos administrados	516	513	492
Quantidade de consorciados ativos	423.124	437.591	426.730
Quantidade de bens a entregar a consorciados contemplados	44.757	36.788	29.350
	1º Semestre/2014	1º Semestre/2013	
Quantidade de bens entregues no período		36.891	33.850

f) Cessão de Empregados a Órgãos Externos

As cessões para o Governo Federal são regidas pela Lei n.º 10.470/2002 e pelo Decreto n.º 4.050/2001.

	1º Semestre/2014		1º Semestre/2013	
	Empregados Cedidos ⁽¹⁾	Custo no Período (R\$ mil)	Empregados Cedidos ⁽¹⁾	Custo no Período (R\$ mil)
Com Ônus para o Banco				
Governo Federal	--	--	--	91
Entidades sindicais	218	16.217	226	14.836
Outros órgãos/entidades	2	359	2	291
Entidades controladas e coligadas	2	556	2	500
Sem Ônus para o Banco				
Governos Federal, Estadual e Municipal	302	--	273	--
Órgãos externos (Cassi, Previ, Economus, Fusesc e PrevBep)	610	--	576	--
Entidades dos funcionários	91	--	84	--
Entidades controladas e coligadas	468	--	354	--
Total	1.693	17.132	1.517	15.718

(1) Posição no último dia do período.

g) Remuneração de Empregados e Dirigentes

Remuneração mensal paga aos funcionários e à Administração do Banco do Brasil:

	R\$		
	30.06.2014	31.12.2013	30.06.2013
Menor Salário	2.043,36	2.043,36	1.892,00
Maior Salário	34.346,27	34.346,27	31.802,11
Salário Médio	5.826,36	5.794,56	5.321,81
Dirigentes			
Presidente	62.388,59	58.773,99	58.773,99
Vice-presidente	55.842,38	52.607,05	52.607,05
Diretor	47.327,56	44.585,55	44.585,55
Conselheiros			
Conselho Fiscal	5.395,63	5.083,02	5.083,02
Conselho de Administração	5.395,63	5.083,02	5.083,02
Comitê de Auditoria - Titular	42.594,80	40.127,00	40.127,00

h) Política de Seguros de Valores e Bens

Não obstante o reduzido grau de risco a que estão sujeitos seus ativos, o Banco do Brasil contrata, para seus valores e bens, seguros considerados adequados para cobertura de eventuais sinistros.

Seguros vigentes em 30.06.2014

	R\$ mil	
Riscos Cobertos	Valores Cobertos	Valor do Prêmio
Seguro imobiliário para as imobilizações próprias relevantes	1.153.809	4.986
Seguro de vida e acidentes pessoais coletivo para a Diretoria Executiva ⁽¹⁾	885	121
Demais	19.070	435
Total	1.173.764	5.542

(1) Refere-se a cobertura individual dos membros da Diretoria Executiva.

i) Fundo Nacional de Aviação Civil (FNAC)

Por meio da Lei n.º 12.833, de 20.06.2013, o governo federal estabeleceu que os recursos do FNAC destinados à modernização, construção, ampliação ou reforma de aeródromos públicos poderão ser geridos e administrados pelo Banco do Brasil, diretamente ou por suas subsidiárias, conforme definido em ato da Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República.

O Decreto n.º 8.024, de 04.06.2013, que regulamenta o funcionamento do FNAC, prevê que os recursos do fundo serão transferidos ao Banco do Brasil conforme programação de aplicação de recursos aprovada pela Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República, e do que for estabelecido no contrato. Segundo o decreto, a remuneração a ser recebida pelo Banco, decorrente da prestação dos serviços, será fixada por ato conjunto dos Ministros de Estado da Fazenda e da Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República.

Na função de gestor dos recursos do FNAC, o Banco do Brasil realizará procedimento licitatório, podendo, em nome próprio ou de terceiros, adquirir bens e contratar obras e serviços de engenharia e quaisquer outros serviços técnicos especializados.

Em 03.04.2014, foi publicado no Diário Oficial da União o 1º Edital para contratação de empresa de engenharia para a execução das obras de implantação do Terminal de Passageiros e Central de Utilidades no aeroporto de Barreiras (BA).

j) Lei n.º 12.973 (Conversão da MP nº 627/2013)

A Lei n.º 12.973, de 13.05.2014, objeto de conversão da Medida Provisória n.º 627/2013, altera a legislação tributária federal sobre IRPJ, CSLL, PIS/Pasep e Cofins, em especial com o objetivo de:

- revogar o Regime Tributário de Transição (RTT);
- alterar as normas relativas à tributação dos lucros do exterior; e
- disciplinar os aspectos tributários em relação aos critérios e procedimentos contábeis determinados pelas leis n.º 11.638/2007 e n.º 11.941/2009, as quais trataram do alinhamento das normas contábeis brasileiras às normas internacionais.

Para a realização de uma análise mais conclusiva o Banco aguardará a regulamentação expressa pela Receita Federal do Brasil, na forma prevista pela Lei nº 12.973/2014. Entretanto, de acordo com estudos preliminares e à luz do texto vigente da mencionada Lei, não se esperam impactos significativos nas demonstrações contábeis do Banco do Brasil.

k) Comercialização de produtos de capitalização

No intuito de possibilitar o início da comercialização de produtos de capitalização nas agências do Banco do Brasil S.A. (BB) oriundas do Banco Nossa Caixa (BNC), a BB Corretora de Seguros e Administradora de Bens S.A. (BB Corretora), o BB, a Icatu Capitalização S.A. (Icatu Cap) e a Brasilcap Capitalização S.A. (Brasilcap) firmaram Instrumento Particular de Cessão de Direitos e Obrigações e Outras Avenças (Contrato de Cessão), que formaliza:

- (I) a cessão pela Icatu Cap à Brasilcap dos direitos e obrigações que lhe são atribuídos na qualidade de parceira no Acordo Operacional para Comercialização de Títulos de Capitalização, celebrado em 13.12.2007 entre Icatu Cap e o BNC;
- (II) a cessão pelo BB à BB Corretora dos direitos inerentes à atividade de comercialização de títulos de capitalização nas agências do BB oriundas do BNC, o que possibilitará à BB Corretora, a partir da celebração do ajuste, iniciar a comercialização de produtos de capitalização da Brasilcap nas referidas agências; e
- (III) a obrigação da Brasilcap de pagar à Icatu Cap o montante de R\$ 61.663.685,84 (sessenta e um milhões, seiscentos e sessenta e três mil, seiscentos e oitenta e cinco reais e oitenta e quatro centavos) (Preço da Cessão), a ser atualizado pela variação do CDI de 13.02.2014 até sua efetiva liquidação, que se dará em quatro parcelas anuais a serem pagas conforme a geração de Resultado Líquido pelas agências oriundas do BNC.

A BB Seguros Participações S.A. (“BB Seguros”), subsidiária integral da BB Seguridade, após período de negociação com a Cia. de Seguros Aliança da Bahia (“Aliança da Bahia”) para aquisição de sua participação acionária na Brasilcap Capitalização S.A. (“Brasilcap”), decidiu:

- (I) manter inalterada sua participação de 66,66% no capital social total da coligada Brasilcap, encerrando, assim, as negociações que, sobre esse tema, eram mantidas com a Aliança da Bahia; e
- (II) não prosseguir com a formação de nova aliança estratégica com o Grupo Icatu, nas condições descritas no Fato Relevante, de 06.01.2010, para o desenvolvimento e comercialização, no mercado brasileiro, de negócios de capitalização. Neste contexto, mantêm-se inalterados a estrutura societária da Brasilcap e o modelo de atuação da BB Seguros no segmento de capitalização.

I) Tecnologia Bancária S.A. - Tecban

Em 17.07.2014, o Banco assinou um novo Acordo de Acionistas para a empresa Tecnologia Bancária S.A. (Tecban), em conjunto com os grupos Bradesco, Caixa, Citibank, HSBC, Itaú Unibanco e Santander (“Partes”).

Esse novo Acordo de Acionistas prevê que, em até 4 (quatro) anos contados de sua entrada em vigor, uma parcela dos TAA das Partes, situados fora do ambiente de agências bancárias ou em locais cujo acesso não seja restrito, exclusivo ou controlado, deverão ser substituídos pelos TAA da Rede Banco24Horas, que são, e continuarão sendo, geridos pela Tecban.

Com isso, em linha com a tendência mundial de melhores práticas da indústria financeira, as Partes, que constituem os principais bancos de varejo do País, consolidarão suas redes de TAA de acesso público nos terminais da Rede Banco24Horas, gerando aumento de eficiência, maior qualidade e capilaridade de atendimento a seus clientes.

A efetivação do negócio está condicionada à aprovação pelos respectivos órgãos reguladores, supervisores e fiscalizadores, conforme a legislação aplicável.

Banco do Brasil S.A.

Relatório dos auditores independentes
sobre as demonstrações contábeis em
30 de junho de 2014



KPMG Auditores Independentes
SBS - Qd. 02 - Bl. Q - Lote 03 - Salas 708 a 711
Edifício João Carlos Saad
70070-120 - Brasília, DF - Brasil
Caixa Postal 8587
70312-970 - Brasília, DF - Brasil

Central Tel 55 (61) 2104-2400
Fax 55 (61) 2104-2406
Internet www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

Ao
Conselho de Administração, aos Acionistas e aos Administradores do
Banco do Brasil S.A.
Brasília – DF

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas do Banco do Brasil S.A. (“Banco”), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis do Banco para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos do Banco. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.



Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco do Brasil S.A. em 30 de junho de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Outros assuntos – Demonstração do valor adicionado

Examinamos também a Demonstração do valor adicionado (DVA), individual e consolidada, elaborada sob a responsabilidade da administração do Banco, para o semestre findo em 30 de junho de 2014, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Brasília, 12 de agosto de 2014

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-DF

Carlos Massao Takauthi
Contador CRC 1SP206103/O-4

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA

Introdução

O Comitê de Auditoria do Banco do Brasil, órgão estatutário de assessoramento do Conselho de Administração, tem como principais atribuições: revisar, previamente à publicação, o conjunto das demonstrações contábeis e avaliar a efetividade dos sistemas de controle interno e das auditorias interna e independente. O regimento interno do Comitê está disponível no site www.bb.com.br/ri.

O universo de atuação do Comitê compreende o Banco Múltiplo e as seguintes subsidiárias: BB DTVM Gestão de Recursos - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., BB Banco de Investimento S.A., BB Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil, BB Administradora de Consórcios S.A., BB Administradora de Cartões de Crédito S.A. e Besc Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

Os administradores do Banco do Brasil e de suas subsidiárias são responsáveis por elaborar e garantir a integridade das demonstrações contábeis, gerir os riscos, manter sistemas de controle interno efetivos e zelar pela conformidade das atividades às normas legais e regulamentares.

A Auditoria Interna responde pela realização de trabalhos periódicos, com foco nos principais riscos a que o Conglomerado está exposto, avaliando, com independência, as ações de gerenciamento desses riscos e a adequação da governança e dos controles internos, por meio de verificações quanto a sua qualidade, suficiência, cumprimento e efetividade.

A KPMG Auditores Independentes é responsável pela auditoria das demonstrações contábeis do Banco Múltiplo e das subsidiárias abrangidas pelo Comitê de Auditoria, além de outras empresas que integram o Conglomerado Banco do Brasil. Avalia, também, no contexto desse trabalho, a qualidade e adequação dos sistemas de controle interno e o cumprimento de dispositivos legais e regulamentares.

Principais Atividades

O Comitê de Auditoria realizou reuniões regulares, em cumprimento ao seu plano de trabalho aprovado pelo Conselho de Administração, com a participação de representantes da administração e com executivos das principais áreas de negócios, controles internos, gestão de riscos, contabilidade, segurança, jurídica, governança, crédito, finanças, além de trabalhos internos.

Nessas reuniões abordou, em especial, assuntos relacionados aos sistemas de controle interno, aspectos contábeis, provisões, processos de gestão de riscos e de capital, fundos e programas governamentais, dependências no exterior, soluções tecnológicas, entidades ligadas e recomendações emitidas pelas auditorias interna e independente e por órgãos externos de fiscalização. Nas situações em que identificou necessidade de melhoria, recomendou aprimoramentos.

Manteve diálogo com as equipes das auditorias interna e independente, oportunidades em que apreciou os seus planejamentos, conheceu os resultados dos principais trabalhos e examinou suas conclusões e recomendações.

O Comitê revisou os relatórios das administrações, as demonstrações contábeis e notas explicativas e discutiu com o auditor independente seus relatórios.

Conclusões

Com base nas atividades desenvolvidas e tendo presente as atribuições e limitações inerentes ao escopo de sua atuação, o Comitê de Auditoria concluiu:

- a. os sistemas de controle interno são adequados ao porte e à complexidade dos negócios do Conglomerado e objeto de permanente atenção por parte da administração;
- b. a Auditoria Interna desempenha suas funções com independência, objetividade, qualidade e efetividade;
- c. a auditoria independente é efetiva e não foram identificadas ocorrências que pudessem comprometer sua independência;

- d. as demonstrações contábeis do semestre findo em 30/06/2014 foram elaboradas em conformidade com as normas legais e com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central, e refletem, em todos os aspectos relevantes, a situação patrimonial e financeira naquela data.

Brasília-DF, 13 de agosto de 2014.

Egídio Otmar Ames

Coordenador

Antônio Carlos Correia

Elvio Lima Gaspar

Henrique Jäger

MEMBROS DA ADMINISTRAÇÃO EM 30.06.2014**PRESIDENTE**

Aldemir Bendine

VICE-PRESIDENTES

Alexandre Corrêa Abreu
Antonio Mauricio Maurano
Antônio Valmir Campelo Bezerra
Geraldo Afonso Dezena da Silva
Ivan de Souza Monteiro
Osmar Fernandes Dias
Paulo Roberto Lopes Ricci
Robson Rocha
Walter Malieni Junior

DIRETORES

Adilson do Nascimento Anisio
Admilson Monteiro Garcia
Adriano Meira Ricci
Antonio Pedro da Silva Machado
Carlos Alberto Araujo Netto
Carlos Eduardo Leal Neri
Carlos Roberto Cafareli
Clenio Severio Teribele
Edmar José Casalatina
Edson Rogério da Costa
Gueitiro Matsuo Genso
Hamilton Rodrigues da Silva
Hayton Jurema da Rocha
Ives César Fülber
Janio Carlos Endo Macedo
José Carlos Reis da Silva
José Mauricio Pereira Coelho
Luís Aniceto Silva Cavicchioli
Luiz Henrique Guimarães de Freitas
Marcelo Augusto Dutra Labuto
Marco Antonio Ascoli Mastroeni
Marcos Ricardo Lot
Nilson Martiniano Moreira
Raul Francisco Moreira
Sandro José Franco
Sandro Kohler Marcondes
Sergio Peres

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Adriana Queiroz de Carvalho
Aldemir Bendine
Bernardo Gouthier Macedo
Elvio Lima Gaspar
Henrique Jäger
Rafael Vieira de Matos
Sérgio Eduardo Arbulu Mendonça

CONSELHO FISCAL

Aldo César Martins Braido
Augusto Carneiro de Oliveira Filho
Marcos Machado Guimarães
Paulo José dos Reis Souza

COMITÊ DE AUDITORIA

Antonio Carlos Correia
Egídio Otmar Ames
Elvio Lima Gaspar
Henrique Jäger

CONTADORIA

Eduardo Cesar Pasa
Contador Geral
Contador CRC-DF 017601/O-5
CPF 541.035.920-87

Daniel André Stieler
Contador CRC-DF 013931/O-2
CPF 391.145.110-53

